



I CONGRESSO INTERNACIONAL
SOBRE POVOS INDÍGENAS EM
FRONTEIRAS AMAZÔNICAS:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

CIPIF

ANAIS

CIPIF.NET



14 A 16 DE
NOVEMBRO DE 2018

UEA - Universidade do
Estado do Amazonas,
Tabatinga, AM



ANAIS

Editores

Diêgo Silva Araújo

Thomas Alves Ithamar

Tabatinga, Amazonas, Brasil – Novembro, 2018

**I CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE POVOS INDÍGENAS EM FRONTEIRAS
AMAZÔNICAS: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES.**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

14 a 16 de novembro de 2018, Tabatinga, Amazonas, Brasil.

@ Copyright 2018, UEA, UFAM – Todos os Direitos Reservados

@ Copyright 2018 UEA, UFAM – All Rights Reserved

IMPRESSO NO BRASIL

FICHA CATALOGRÁFICA

**I CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE POVOS INDÍGENAS EM FRONTEIRAS AMAZÔNICAS.- (14 a 16
de Novembro de 2018: Tabatinga, Amazonas, Brasil)**

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: ANAIS.

/Pedro Henrique Rapozo e Taciana de Carvalho Coutinho (organizadores)

2019.

ISBN 978-85-7883-514-9

1. História. 2. Etno História. 3. História Indígena. 4. História da Educação 5. História Ambiental.

6. História e Direito.

EDITORA UEA

INSTITUIÇÕES EXECUTORAS

Universidade do Estado do Amazonas

Universidade Federal do Amazonas

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

INSTITUIÇÕES APOIADORAS

Instituto de Investigación de la Amazonia Peruana – IIAP, Peru.

Universidad Nacional de Colômbia - UNAL, Colômbia.

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional do Rio de Janeiro – UFRJ/MN

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Universidade Federal Fluminense - UFF

Universidade Federal de Roraima - UFRR

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Universidade Federal do Ceará - UFC

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM

Prefeitura Municipal de Tabatinga

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenador Geral: Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo (NESAM/ PPGICH/UEA)

Dra. Taciana de Carvalho Coutinho (NESAM/UFAM)

Dr. Carlos Gilberto Zarate Botía (GET/UNAL) - Colômbia

Dra. Antônia Ivanilce Castro (UFAM)

Dr. Jonas Dias de Souza (NESAM/UEA)

MSc. Reginaldo Conceição da Silva (PNCSA/UEA)

MSc. Rodrigo Oliveira Braga Reis (PPGAS/MN/UFRJ/UFAM)

MSc.. Leonardo Ferreira Peixoto (UERJ/UEA)

MSc. Maximo Alfonso Rodrigues Billacres (NESAM/UEA)

MSc. Ildete Freitas Oliveira (GPLICA/UEA)

MSc.. Jefferson Rodrigues de Quadros (NESAM/UEA)

Esp. Weslei Valteran dos Santos (NESAM/UEA)

MSc. Angela Patricia López Urrego (GET/UNAL) - Colômbia

COMISSÃO CIENTÍFICA

Coordenadora Científica: Dra. Taciana de Carvalho Coutinho (NESAM/UFAM)

Dr. João Pacheco de Oliveira Filho (MN/UFRJ)

Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA// PPGICH/UEA)

Dra. Juciene Ricarte Apolinário (PPGH/UFCG)

Dra. Carmen Alveal (UFC/PPGH/UFRN)

Dra. Maria Regina Celestino de Almeida (PPGH/UFF/UNIRIO)

Dra. Marinete Lourenço Mota (INC/UFAM)

Dra. Antônia Rodrigues da Silva (INC/UFAM)

Dra. Antonia Ivanilce Castro (INC/UFAM)

Dr. Estevão Martins Palitot (PPGA/UFPB)

Dr. Juan Carlos Peña Márquez (NESAM/UEA)

Dr. João Carlos Jarochinski Silva (PPGSOF/UFRR)

Dr. Josue da Costa Silva (GEPCULTURA/UNIR)
Dr. Luciano Cardenes Santos (UNICAMP)
Dr. Juan Alvaro Echeverri (IMANI/ UNAL) Colômbia
Dr. Oscar Alberto Espinosa de Rivero (PUCP) – Peru
Dr. Lúcia Marina Puga (PPGICH/UEA)
Dra. Jocilene Gomes da Cruz (PPGICH/UEA)
Dr. Antônio Carlos Witkoski (NUSEC/UFAM)

MONITORES

Acsa Talita Oliveira da Silva (INC/UFAM)
Anita Yris Garcia Mendoza (INC/UFAM)
Arlington da Costa Mauricio (INC/UFAM)
Armando Freire Costa Neto (CSTB/UEA)
Bernardo Jeová Costa Ribeiro (INC/UFAM)
Breno Patrick Franco Dias (CSTB/UEA)
Brien Angelo Sandoval Sanches (CSTB/UEA)
Bruno Lázaro Franco Dias (CSTB/UEA)
Carmen Malafaia Silva (INC/UFAM)
Cristóvão Ataíde Izidoro (INC/UFAM)
Elenilson Holanda (CSTB/UEA)
Francy Cleuton Ramires Cruz (CSTB/UEA)
Hillary Tenazor Rodrigues Nobre (CSTB/UEA)
Isanildo Moçambite de Sousa (INC/UFAM)
Maria Gabriela da Silva Pulgarin (INC/UFAM)
Matheus Acosta da Silva (CSTB/UEA)
Natanael Marin Gomes (INC/UFAM)
Romário Maurício de Andrade (INC/UFAM)
Runis de Araujo da Silva (CSTB/UEA)
Simone Martins de Souza (CSTB/UEA)

Sofia Noemi Schiavon Reyis (CSTB/UEA)

Tales Vinícius Marinho de Araújo (INC/UFAM)

Vandreza Souza dos Santos (INC/UFAM)

Zileide Thais Tenazor (CSTB/UEA)

I CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE POVOS INDÍGENAS EM FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES.

Realização: Universidade do Estado do Amazonas e Universidade Federal do Amazonas

14 a 16 de Novembro de 2018, Tabatinga, Amazonas, Brasil.

INTRODUÇÃO

O I Congresso Internacional sobre Povos Indígenas em fronteiras Amazônicas é um evento voltado para os diálogos entre pesquisadores nacionais e internacionais possibilitando a construção de indicadores para um cenário socioterritorial, geopolítico e ambiental das dinâmicas e condições de vivência sobre populações humanas em faixas de fronteiras internacionais. O evento é organizado pelo Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM através do apoio institucional do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, da Universidade do Estado do Amazonas.

O Congresso será realizado na Cidade de Tabatinga, município do Estado do Amazonas localizado na região de tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru, atenderá a um público alvo interessado em discutir a temática dos Povos Indígenas em contextos de fronteiras, estas consideradas para além de suas atribuições geopolíticas e territoriais, sendo socioculturais, político-econômica e étnicas. A proposta será discutida diretamente com representantes das diferentes etnias buscando analisar os desafios e os conflitos da contemporaneidade diante da atual conjuntura política e econômica latino-americana. Para isso, Representações populares indígenas, Pesquisadores, Professores e Estudantes Universitários são convidados a compor uma reflexão onde todos possam contribuir para futuras pesquisas e colaborações que possibilitem pensar o hoje e o amanhã das sociedades indígenas na panamazônia.

A vasta distribuição territorial dos povos indígenas panamazônicos chama a atenção dos cientistas sociais e ambientais diante do crescimento dos conflitos políticos e econômicos emergidos na contemporaneidade. A história dos seus territórios, os direitos, a educação intercultural e, a exploração dos recursos naturais são temas pertinentes a serem apresentados e colocados em pauta na discussão entre os Povos Indígenas e Pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento.

O evento contribuirá para estabelecer uma rede colaborativa e assertiva nos âmbitos nacional e internacional possibilitando o desenvolvimento de pesquisas entre os programas de pós-graduação regionais e também dando voz aos Povos Indígenas amazônicos.

O Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM vinculado a Universidade do Estado do Amazonas, juntamente com o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas apresentam uma proposta que possibilite o envolvimento de instituições públicas de pesquisa e sociedade civil para um intercâmbio de saberes interdisciplinares

que dialoguem sobre as iniciativas e experiências sobre gestão dos territórios de uso comum e a conservação dos bens naturais protagonizados pelo etnoconhecimento das sociedades rurais indígenas amazônicas nos mais diversos significados sobre fronteiras.

A proposta visa incentivar a produção científica dos grupos de pesquisa das Universidades envolvidas discutindo as suas potencialidades acadêmicas em contextos de fronteira panamazônica nas diferentes áreas de conhecimento dos cursos de graduação e pós-graduação. Com isso, promoveremos o intercâmbio entre pesquisadores e estudantes de Universidades participantes do Congresso, possibilitando a reafirmação de convênios interinstitucionais de pesquisas.

Como resultado destas atividades planejamos, com vistas à popularização do conhecimento científico produzido neste contexto, a circulação de publicação em formato impresso e/ou digital organizado pela editora da Universidade do Estado do Amazonas contendo os artigos e trabalhos a serem apresentados nas sessões temáticas do evento, bem como a elaboração de dossiê temático em periódico indexado na revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Seus impactos poderão ser estimados pelas possibilidades da geração de subsídios empíricos e teóricos para investigações em nível de pós-graduação em Universidades Nacionais e Internacionais. Com este contexto, considera-se que o congresso nos permitirá a realização de uma articulação em rede para a construção de projetos científicos voltados para a realidade socioambiental contemporânea das dinâmicas transfronteiriças. O envolvimento dos profissionais participantes possibilitará um diálogo interinstitucional entre investigadores e a produção acadêmica em destaque, gerando a sistematização de informações para a publicação de material bibliográfico sobre o tema do evento. Assim, espera-se que com a realização do congresso as organizações envolvidas, lideranças comunitárias, professores e pesquisadores sejam melhores preparados para a mobilização de parcerias, apoios e cenários para a construção de políticas públicas para a realização de projetos e ações que envolvam o protagonismo dos povos indígenas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8

GRUPOS DE TRABALHO

GT 1 – Povos Indígenas e Fronteiras: Terras, Territórios, Mobilidades e Direitos Indígenas em Luta	16

COMUNICAÇÕES ORAIS.....	16

A CRIAÇÃO DE COMUNIDADES INDÍGENAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BAIXO RIO NEGRO-AM: PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E OS CONFLITOS EMINENTES.....	17

APONTAMENTOS ACERCA DA DEFICIÊNCIA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS: INFORMAÇÕES E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	29

DESCENDO O RIO: POVO KAMBEBA DO MÉDIO SOLIMÕES/AMAZONAS.....	41

TERRITÓRIO INDÍGENA KAIXANA E O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE TERRA.....	51

PENSANDO, HABLANDO Y HACIENDO TERRITORIO INDÍGENA EN UN ESPACIO URBANO TRANSFRONTERIZO DE LA AMAZONIA.....	65

EL VALOR DE LA PARTICIPACIÓN CIUDADANA: INSUMOS DESDE EL CONOCIMIENTO LOCAL, PARA EN EL PROCESO DE ACTUALIZACIÓN DEL PLAN BÁSICO DE ORDENAMIENTO TERRITORIAL DE LETICIA, AMAZONAS.....	75

COMUNICAÇÕES EM PÔSTER.....	143

UNA JURISDICCIÓN ESPECIAL INDÍGENA FALLIDA: NORMAS QUE NO CASTIGAN EN LA AMAZONIA COLOMBIANA.....	143

ASSOCIANDO SABERES AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO ATRAVÉS DA COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DA PUPUNHA (BACTRIS GASIBAES KUNTH).....	144

OS INDIOS KAMBEBAS NO INC-UFAM: EMANCIPAÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS EDUCACIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS.....	147

MAPEAMENTO DOS DISCENTES UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA DO INC-UFAM.....	148

RESGATANDO SEUS VALORES IDENTITÁRIOS, COMUNIDADE BOM JARDIM II, BENJAMIN CONSTANT.....	150

GT 2 – Povos Indígenas e Fronteiras: Dinâmicas Ambientais, Conflitos e Uso dos Recursos/Bens Naturais	151
COMUNICAÇÕES ORAIS.....	151
LOS ÁRBOLES Y SUS DUEÑOS. APORTES PARA LA COMPRENSIÓN DE LOS SERVICIOS ECOSISTÉMICOS CULTURALES DE LA SELVA AMAZÓNICA COLOMBIANA. CASO DE ESTUDIO LOS SALADOS.....	151
(IN) SUSTENTABILIDADE EM SÃO JOSÉ, BENJAMIN CONSTANT/AM: UM ESTUDO A PARTIR DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	169
RIO SOLIMÕES A ESPACIALIDADE DA (IN) SEGURANÇA PÚBLICA SOFRIDA PELOS PESCADORES INDÍGENAS FILIADOS AO SINDPESCA NA CIDADE AMAZÔNICA DE TABATINGA.....	185
SISTEMAS DE PRODUCCIÓN INDÍGENAS EN SUELOS DEGRADADOS: CASO SAN SEBASTIÁN Y SUS CHAGRAS (LETICIA, AMAZONAS).....	196
ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS LAUDOS DE CITOLOGIA CERVICAL DE 2016 DA POPULAÇÃO INDÍGENA ALDEADA DE ETNIA POTIGUARA DO ESTADO DA PARAÍBA.....	212
AVALIAÇÃO DAS ANÁLISES BACTERIOLÓGICAS DA ÁGUA DAS ALDEIAS INDÍGENAS DE ETNIA POTIGUARA DO MUNICÍPIO DE BAIA DA TRAIÇÃO NO ANO DE 2016.....	223
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS AMBIENTAIS NA ESCOLA MUNICIPAL SÓFIA BARBOSA, EM BENJAMIN CONSTANT-AM.....	234
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS AMBIENTAIS NA ESCOLA MUNICIPAL SÓFIA BARBOSA, EM BENJAMIN CONSTANT-AM.....	251
COMUNICAÇÕES EM PÔSTER.....	265
EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS NO ALTO RIO SOLIMÕES.....	265
SIGNIFICAÇÕES PARA OS TIKUNA SOBRE O PASSAR PELA PISTA DE POUSO DO AEROPORTO DE TABATINGA.....	266
PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE KOKAMA DE NOVA ALIANÇA SOBRE OS ATRIBUTOS DOS SOLOS E ANÁLISE QUÍMICA.....	268
TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS DA TERRA INDÍGENA DE UMARIAÇU, ETNIA TIKUNA, AMAZONAS.....	269
PINTURA E ARTESANATO DO POVO TICUNA: ESTUDO DOCUMENTAL SOBRE AS RELAÇÕES COM A NATUREZA.....	270
GT 3 – Povos Indígenas e Fronteiras: Gênero, Culturas e Religiosidades.....	271

COMUNICAÇÕES ORAIS.....	272
CURANDEIRISMO AYAHUASQUERO	
LA GLOBALIZACIÓN DE UN SISTEMA MÉDICO DE FRONTERA.....	272
A MALOCA E O MAMBE ENTRE OS HUITOTOS: O SAGRADO E A SABEDORIA.....	283
O TEMPO PIRAHÃ, A VIDA NO AGORA.....	296
OS TICUNA E A IGREJA INDÍGENA: UM DEBATE INICIAL.....	310
VALORIZAÇÃO DOS TRABALHOS DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS NO AMAZONAS -DSEI ARS.....	324
AL RESCATE DE LAS LENGUAS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA.....	334
ESTEREÓTIPOS SOBRE O INDÍGENA: UM ASSUNTO SUPERADO.....	349
A MULHER NO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS NA FEIRA MUNICIPAL DAS VERDURAS, TABATINGA-AM.....	364
COMUNICAÇÕES EM PÔSTER.....	375
UM CONVITE Á POÉTICA HUNI KUIN: PROCESSO DE IMERSÃO ARTÍSTICA COM O ARTISTA INDÍGENA IBÃ.....	375
TUPÃ E YURUPARI: DEUS E O DIABO NA TERRA DO NOVO ÉDEN.....	376
GT 4 – Povos Indígenas e Fronteiras: Saberes locais e Educação Intercultural Indígena.....	377
COMUNICAÇÕES ORAIS.....	377
A CONCEPÇÃO DA EMENTA E O CONSTRUTIVISMO ADOTADO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DURANTE A AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA.....	377
NAWEÜ I TACÜMAGÜ: UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM BENJAMIN CONSTANT-AM.....	385
STRESS VERSUS QUALIDADE DE VIDA DOCENTE.....	395
DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO EM UMA COMUNIDADE INDÍGENA DE BENJAMIN CONSTANT: UM LEVANTAMENTO REALIZADO PELO OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ALTO SOLIMÕES – OBECAS.....	406
RIOS, ÍNDIOS, FLORESTA E SABERES: A CONSTITUIÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA EM UM CURSO PARFOR INTERCULTURAL NO VALE DO JAVARI/AMAZONAS.....	422

A LEITURA ENTRE OS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA RURAL DE BENJAMIN CONSTANT-AM.....	432
CORPO HUMANO, DOENÇAS E MEDICAMENTOS SOB A ÓTICA TICUNA.....	444
MACEDONIA EN EL AMAZONAS: EDUCACIÓN ESCOLAR INDÍGENA, INTERCULTURALIDAD EN LA FRONTERA.....	456
O PAPEL DO COORDENADOR COMO GESTOR ESCOLAR INDÍGENA: UM OLHAR DOS PROFESSORES.....	468
COMUNICAÇÕES EM PÔSTER.....	480
LEITURA E ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR.....	480
CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO DE VITAMINAS: UTILIZANDO A COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DA PUPUNHA (BACTRIS GASIBAES KUNTH) EM UMA ABORDAGEM INTERCULTURAL DE CONCEITOS BIOQUÍMICOS.....	482
ASSOCIANDO SABERES AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO ATRAVÉS DA COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DA PUPUNHA (BACTRIS GASIBAES KUNTH)....	484
A TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA ATRAVÉS DE MAPAS CONCEITUAIS: CONTEXTO ESCOLAR INDÍGENA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM.....	485
O ENSINO DE BOTÂNICA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO DE NOMENCLATURA CIENTÍFICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS, BRASIL.....	487
OS DIFERENTES TIPOS DE CONHECIMENTO: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES INDÍGENAS DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS.....	488
DESARROLLO DE UNA APLICACIÓN MÓVIL PARA LA ENSEÑANZA DE LA LENGUA Y CULTURA TIKUNA.....	490
LA EDUCACIÓN INTERCULTURAL EN LA FRONTERA: EXPERIENCIA DE UN CURSO SOBRE EL CONOCIMIENTO INDÍGENA DESDE EL PENSAMIENTO MURUI.....	491
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DO PROJETO: I OLIMPÍADA DE REDAÇÃO ESTUDANTIL DOS POLOS RURAIS DE EDUCAÇÃO.....	492
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DO PROJETO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CINEMA NA ESCOLA.....	494
I GINCANA AMBIENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA TEREZINHA.....	495
SABERES TRADICIONAIS: O ARTESANATO INDÍGENA TICUNA COMO PRODUÇÃO CULTURAL NA COMUNIDADE DE BOM CAMINHO.....	497

OS DESAFIOS E IMPASSES DOS PROFESSORES E ALUNOS DO POLO EDUCACIONAL NOVO ORIENTE.....	498
O ENSINO AGROPECUÁRIO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS E OS IMPACTOS NA COMUNIDADE INDÍGENA TICUNA UMARIAÇÚ EM TABATINGA – AM NO ALTO SOLIMÕES.....	500
A DESCONTEXTUALIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL.....	502
O ENSINO DE BOTÂNICA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO DE NOMENCLATURA CIENTÍFICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS, BRASIL.....	503
RELATOS DE EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: “ENALTECENDO A CULTURA INDÍGENA: UMA AULA PRÁTICA NA CASA DE FARINHA.....	505
O QUE DIZEM OS DESENHOS? O PAPEL DO DESENHO E DA PINTURA PARA A COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	506
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTAGIO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO INTERIOR DO AMAZONAS/BRASIL.....	508
CONCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS DO CURSO BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA QUANTO AS DIFICULDADES ENFRENTADAS DURANTE SUA FORMAÇÃO.....	509
A INTERCULTURALIDADE COMO UMA PROPOSTA DA ELABORAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE BIOQUÍMICA.....	511
ENSINO INTERCULTURAL: UTILIZAÇÃO DE FRUTOS REGIONAIS COMO FERRAMENTA PEDAGOGICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIA.....	512
RESILIENCIA DE ADACÊMICOS INDÍGENAS DO CURSO DE CIENCIAS: BIOLOGIA E QUÍMICA.....	514
ORBITAIS E GEOMETRIA: EXPERIÊNCIAS DA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR DE QUÍMICA E MATEMÁTICA COM ESTUDANTES INDÍGENAS.....	515
SIGNIFICAÇÕES PARA OS TIKUNA SOBRE O PASSAR PELA PISTA DE POUSO DO AEROPORTO DE TABATINGA.....	517
DIFICULDADES NO ENSINO DE QUÍMICA: BARREIRAS ENFRENTADAS POR ESTUDANTES INDÍGENAS NO NÍVEL SUPERIOR.....	519
TEORIAS ATÔMICAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ABORDAGEM DE MODELOS E TEORIAS CONSTRUÍDOS PELA CIÊNCIA PARA EXPLICAR O ÁTOMO.....	520

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL PARA A APRENDIZAGEM DA BIOLOGIA CELULAR.....	522
A PERCEPÇÃO DE ALUNOS INDÍGENAS SOBRE LÚDICOS PARA MELHORIA DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	524
ACESSO E PERMANENCIA DE JOVENS E ADULTOS INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS NO ENSINO MÉDIO TECNOLÓGICO EM EBNJAMIN CONSTANT-AM.....	525
PRÁTICA DA PESQUISA PEDAGOGICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT – AM: UM OLHAR PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR.....	527
A CONSTRUÇÃO DE MAPA CONCEITUAL COM ALUNOS INDÍGENAS: O ENSINO TRADICIONAL E O CONDICIONAMENTO OPERANTE.....	528
ESCOLA PÚBLICA INDÍGENA: UM OLHAR PARA A INFRAESTRUTURA ESCOLAR.....	530
SABERES TRADICIONAIS: O ARTESANATO INDÍGENA TICUNA COMO PRODUÇÃO CULTURAL NACOMUNIDADE DE BOM CAMINHO.....	531
VISÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS A RESPEITO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DE ATALAIA DO NORTE.....	533
CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO DE VITAMINAS: UTILIZANDO A COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DA PUPUNHA (BACTRIS GASIBAES KUNTH) EM UMA ABORDAGEM INTERCULTURAL DE CONCEITOS BIOQUÍMICOS.....	535
POVOS INDÍGENAS EM CENA I DIÁLOGO INTERCULTURAL UNIVERSITÁRIO NO ALTO SOLIMÕES: EDUCAÇÃO E SABERES ANCESTRAIS.....	537
CURSOS DE FORMAÇÃO E A PREPARAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DE SANTO DO IÇÁ – AM.....	538
EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA.....	540

GRUPOS DE TRABALHO (GT) – I CIPIF

GT 1 – Povos Indígenas e Fronteiras: Terras, Territórios, Mobilidades e Direitos Indígenas em Luta.

Local de Comunicações Orais: Universidade do Estado do Amazonas, **Sala 01**

Coordenadora: Dra. Lúcia Marina Puga (PPGICH/UEA)

Debatedor: Dr. João Carlos Jarochinski Silva (PPGSOF/UFRR)

Resumo: Estudos sobre os povos indígenas em contextos de fronteiras físicas e simbólicas, processos de territorialidades, territorialização, diálogos entre Estado e sociedade, os conflitos e as lutas dos povos indígenas para manutenção de seus direitos, demarcação e homologação de áreas protegidas.

COMUNICAÇÕES ORAIS

1. A CRIAÇÃO DE COMUNIDADES INDÍGENAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BAIXO RIO NEGRO-AM: PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E OS CONFLITOS EMINENTES

CRUZ, Jocilene Gomes da

Universidade do Estado do Amazonas/NEICAM

jocilene.am@gmail.com

AUZIER, Katiuscia da Silva

Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica/NEICAM

kat_auzier@hotmail.com

DIAS, Luana Cristina dos Santos

Universidade do Estado do Amazonas/NEICAM

diasluanacristina@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo são apresentados alguns dados e discussões relacionadas a um estudo socioantropológico realizado em quatro comunidades indígenas recém-criadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga Conquista. Estudo este feito pelo NEICAM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica, da Universidade do Estado do Amazonas.

O trabalho feito pelo NEICAM nessas quatro comunidades indígenas se originou de uma solicitação do Ministério Público Federal (MPF) aos órgãos oficiais de proteção ambiental do estado do Amazonas Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), por meio do Processo SEAP/PGR – 000910/2017 requerido pelo procurador do 5º Ofício Cível da Procuradoria da República no Amazonas (PR-AM), “com o intuito de melhor compreender as implicações e conflitos decorrentes da prática do turismo nas referidas comunidades.”

Apresenta-se aqui o contexto no qual foram formados os “núcleos indígenas”, designação atribuída pelos gestores das RDS supracitadas, as quatro comunidades indígenas que se

formaram a partir da saída de famílias que moravam na comunidade São João do Tupé e se fixaram em outras localidades dentro das RDS, criando novas territorialidades. Cada uma dessas famílias indígenas, nos seus respectivos processos de territorialidade, foram estruturando suas próprias formas de se autodesignar, assim constituíram-se como: comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo (localizadas na RDS Puranga Conquista), núcleo do Diakuru e aldeia Tuyuka (localizadas na RDS do Tupé).

Cabe destacar que essas territorialidades se deram em momentos distintos, entretanto, as motivações para saírem da comunidade São João do Tupé e construírem novas comunidades são semelhantes. Em termos gerais, relacionam-se a conflitos em torno da divisão do trabalho e do dinheiro advindo da atividade turística, bem como do desejo de criarem seus próprios espaços e autonomia frente a vida comunitária e ao turismo, que representa o elemento central na obtenção de renda.

Dentre os objetivos do estudo socioantropológico realizado pelo NEICAM, estão a caracterização socioeconômica, cultural e ambiental das comunidades indígenas; e a apreensão das dinâmicas de cada uma delas no que tange as atividades turísticas que desenvolvem, considerando a cultura e as relações com o lugar (os territórios habitados), os sujeitos sociais envolvidos (indígenas e não indígenas), e os impactos positivos e negativos dessas atividades.

As primeiras idas a campo tiveram como objetivo caracterizar a comunidade/aldeia/núcleo, de modo a obter-se um quadro geral sobre as mesmas, reunindo dados sobre os seus aspectos sociais, culturais e econômicos. Para tanto foi aplicado um formulário contendo perguntas sobre a composição familiar, saúde, escolaridade, documentação, habitação, renda social, dentre outros. O formulário foi aplicado aos líderes da comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo, Núcleo do Diakuru e aldeia Tuyuka, bem como para cada um dos representantes das famílias que compõem os mesmos.

Além da aplicação do formulário fez-se também entrevistas semiestruturadas e não estruturadas (diálogos informais) e observação durante as apresentações das danças para os turistas. Tais procedimentos metodológicos ajudaram a aprofundar a análises sobre algumas questões coletadas por meio do formulário, e, principalmente, para a obtenção de informações mais detalhadas sobre as dinâmicas das comunidades/aldeia/núcleo sobre as suas práticas cotidianas e suas relações com as atividades turísticas.

Neste artigo serão apresentadas algumas informações referentes aos processos de territorialização dessas comunidades e as estratégias utilizadas pelas mesmas para permanecerem nos “novos territórios”, categorizados como Áreas Protegidas e, portanto, sujeitos à regras e restrições de usos, dentre as quais as atividades turísticas.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga Conquista e os processos de territorialização das comunidades indígenas

Estabelecer um paralelo entre as relações socioculturais e o uso do território é fundamental para compreender as modificações no próprio território e os impactos que os processos exógenos podem causar nas representações socioculturais das comunidades indígenas. A situação atual das comunidades indígenas apresenta-se em contextos diferenciados, caracterizando-se ainda pela designação de legado ou herança cultural que lhes confere sentimento de ser, ter e pertencer a seus territórios específicos. A discussão sobre a territorialidade desses grupos envolve suas formas de uso do espaço e seus recursos naturais, organização social e econômica, sistemas de valores de uso e simbologia. Isso quando se aloca a questão da territorialidade como fator primordial para a construção da própria identidade do grupo, mesmo porque o processo de territorialização de grupos indígenas, ao mobilizar-se em uma coletividade organizada, acaba por unificar uma identidade própria que incidem em sua representação e reestruturação cultural (NETO DE JESUS, 2014, p. 226-227).

Destaca-se aqui os processos de territorialização de quatro comunidades indígenas recém-criadas nas RDS do Tupé e na RDS Puranga Conquista. A RDS do Tupé é uma Unidade de Conservação localizada na margem esquerda do Baixo Rio Negro, próxima ao centro urbano de Manaus, distante em seu ponto de maior aproximação cerca de 25 km. Criada por meio do Decreto Municipal no 8044, de 25 de agosto de 2005, possui uma área de 11.973 hectares, ocupando um quadrilátero mais ou menos regular entre os igarapés Tatu e Tarumã-Mirim (SCUDELLER *et al*, 2005, p.12). Ao Sul, seu limite é o Rio Negro; a leste, o Igarapé Tarumã-Mirim; a oeste-norte, o Parque Estadual do Rio Negro - Setor Sul (MARCHAND, 2014). Conforme consta no Plano de Gestão da RDS do Tupé, nela há seis comunidades designadas de “ribeirinhas”, sendo elas: Agrovila, Julião, Nossa Senhora do Livramento, Colônia

Central, São João do Tupé e Tatulândia.

A RDS Puranga Conquista é mais recente, foi criada por meio da Lei Estadual N° 4015 de 24/03/2014 e possui aproximadamente 76.936 hectares. Nela estão situadas 15 comunidades, a saber: Bela Vista, Deus Proverá, Tatulândia, Caioé, Baixote, Araras, Santa Maria, Terra Preta, Vila Nova do Chita, Pagodão, e Barreirinha, Boa Esperança, Nova Esperança, São Francisco do Solimõeszinho Nova Canaã. Verifica-se que sua formação é recente, sendo fruto de um processo de recategorização empreendido após conflitos territoriais. Com a recategorização criou-se a RDS Puranga Conquista, cuja extensão territorial é compreendida por partes da Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho, e principalmente (85%) de partes do Parque Estadual (Parest) do Rio Negro Setor Sul. (ISA, 2014).

A partir de 2014, período de criação da RDS Puranga Conquista, inicia-se o processo de territorialização de quatro novas comunidades indígenas. Nesse ano é formada a comunidade Cipiá, seguida da comunidade Tatuyo. Em 2016 surge o Núcleo do Diakuru e a Aldeia Tuyuka, momento em que intensificam os conflitos em torno da criação das mesmas, bem como os conflitos entre as comunidades entre si, e entre elas e diferentes agentes sociais externos não indígenas.

A figura 1 ilustra a localização dessas quatro comunidades indígenas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista (identificadas na cor amarela), contudo, vale assinalar que elas ainda não foram incorporadas/reconhecidas nos documentos oficiais dos órgãos responsáveis pela gestão das referidas RDS (SEMMAS E SEMA), o mapa com a localização das mesmas foi elaborado pela equipe do NEICAM, com o intuito de legitimar a existência das referidas comunidades.

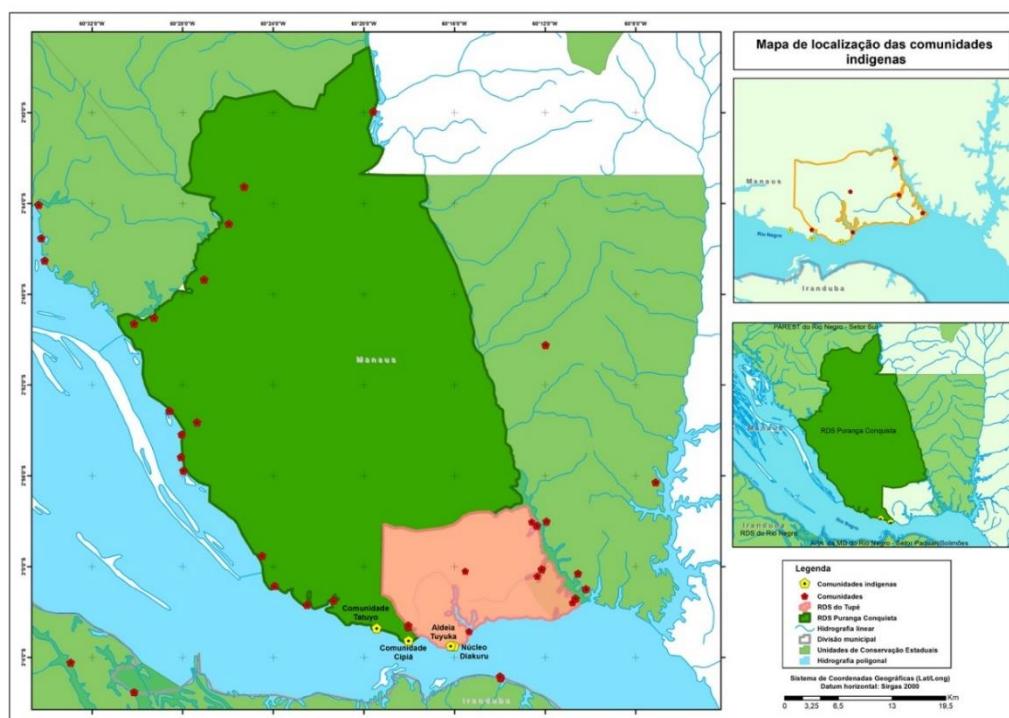


Figura 1: mapa localização das comunidades indígenas RDS Tupé e Puranga Conquista
Fonte: CRUZ, M.E.G da (2018)

As quatro comunidades indígenas têm suas origens diretamente ligadas à comunidade São João do Tupé e aos desmembramentos que ocorreram desde a chegada do primeiro grupo familiar indígena proveniente do Alto Rio Negro, no final dos anos de 1990 e iniciou a implementação do turismo na região, esse grupo familiar era formado por dois irmãos da etnia Desana.

Conforme o relato de um desses irmãos, a trajetória do grupo familiar perpassa por deslocamentos que se iniciam no município São Gabriel da Cachoeira, lugar onde viviam seus antepassados, passando pelo município de Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos até chegar a Manaus e, então, às comunidades ribeirinhas no rio Negro. Uma dessas comunidades foi a Colônia Central, em 1998, onde um dos irmãos exerceu o papel de liderança política, e trabalhando com os comunitários (indígenas e não indígenas) na agricultura.

Do final da década de 1990 ao início dos anos 2000 houve o processo de migração do grupo familiar indígena composto pelos irmãos e suas famílias da comunidade Colônia Central para a Comunidade São João do Tupé, que também não é uma comunidade

formada somente por indígenas. Nessa comunidade iniciaram os primeiros trabalhos com o turismo. “No começo a comunidade [São João do Tupé] não aceitava o turismo, mas eles [os irmãos] prometeram melhorias na comunidade”. (27/04/2018). Com o passar dos anos o turismo começou a gerar renda, substituindo, quase que totalmente as demais atividades agrícolas.

O primeiro desmembramento ocorrido no grupo familiar indígenas aconteceu ainda na comunidade São João do Tupé, no grupo familiar indígena liderado pelos irmãos que geriram a atividade turística em parceria até o ano de 2002, quando os conflitos internos culminaram com o desentendimento entre os irmãos. No rompimento dos irmãos foi construída uma segunda maloca também voltada para a atividade turística.

Desenvolvendo a mesma atividade, os irmãos se tornaram concorrentes e permaneceram assim até a saída de um deles da comunidade São João do Tupé que aconteceu entre 2011 e 2014, iniciando o processo de desterritorialização das famílias indígenas da comunidade São João do Tupé e a criação de novas territorialidades em torno do turismo na comunidade Tatulândia, localizada na RDS Puranga Conquista. Na comunidade São João do Tupé o turismo continuou sendo desenvolvido.

A comunidade Cipiá foi a primeira a ser estruturada a partir desses desmembramentos, de acordo com o relato do líder da referida comunidade, decidiram mudar e construir outra comunidade em virtude da concorrência entre as ocas indígenas no São João do Tupé, e também pela dificuldade de acesso a oca no período da seca do rio Negro – o longo percurso e o barranco na área de terra firme inviabilizava a ida de turistas da terceira idade, particularmente os que chegam anualmente em Manaus nos transatlânticos, os quais representam um público importante no contexto do turismo.

Embora estes sejam os motivos alegados pela liderança indígena para a saída local, ele também destaca a relação conflituosa com a família do irmão, oriunda, principalmente, do turismo, ou melhor, da concorrência e disputa pelos clientes/turistas, no seu relato diz que “duas ocas de apresentação num mesmo lugar com o tempo ficou complicado, a disputa por turista e as brigas... não estava mais dando, por isso resolvi sair”.

Antes de criarem a comunidade Cipiá passaram uma temporada no Tatulândia, na comunidade do Tatu, localizada na RDS Puranga Conquista, depois adquiriram um terreno e criaram na referida RDS a sua própria comunidade, que denominam de Cipiá, desde então se estruturam socialmente e culturalmente enquanto grupo étnico, bem como em

torno do turismo, replicando a experiência vivenciada na comunidade São João do Tupé, a qual foram aprimorando ao longo dos anos.

Atualmente a composição da comunidade Cipiá se caracteriza por agrupamentos familiares próximos (pai, filhos, tios/as, cunhados/as), mas também por pessoas que foram chamadas para trabalhar na comunidade, algumas delas vieram da comunidade São João do Tupé, outras do município de São Gabriel da Cachoeira, a maioria são indígenas das etnias Desana, Tuyuka e Tukano que migraram da região do Alto Rio Negro motivados por melhorias sociais - escolarização, atendimento médico, trabalho, dentre outros, no início da década de 1990.

Quanto à criação da comunidade Tatuyo, de acordo com o seu líder, se deu a partir de 2007 quando famílias indígenas começaram a sair da comunidade São João do Tupé e aos poucos foram sendo reunidas por ele até formarem uma comunidade. Tais informações se contrapõem aos dados coletados com os representantes da SEMA e SEMMAS, para os quais o período entre 2011 e 2012 corresponde a chegada das famílias indígenas na RDS Puranga Conquista, mas a criação da comunidade dar-se-ia um pouco mais tarde. Embora haja discordâncias quanto a data exata da criação da referida comunidade, vale assinalar que os processos de territorialização já estavam em curso, demandando dos indígenas negociações em torno do uso do território.

O líder da comunidade Tatuyo assinala que ao se fixarem no local onde estão hoje reuniram famílias indígenas que já haviam morado na comunidade São João do Tupé, bem como chamaram outros “parentes” do município de São Gabriel da Cachoeira para formar os pares para as apresentações culturais na comunidade. Portanto, estruturaram-se seguindo um padrão instituído em outras comunidades indígenas localizadas no Baixo Rio Negro, provavelmente seguindo um modelo sugerido pelas agências de turismo, guias e, sobretudo, pelos “pirangueiros”, que alegam ser imprescindível nas apresentações culturais para os turistas a composição de pelo menos 8 pares de casais indígenas.

A motivação para a criação da comunidade teriam sido os conflitos oriundos das atividades com o Turismo na comunidade São João do Tupé, citando entre outros, a sobrecarga de atividade (longa jornada de trabalho, em decorrência das inúmeras apresentações realizadas em um único dia); desacordo na divisão do dinheiro; o consumo excessivo de bebidas alcoólicas que decorria em brigas e conflitos, mas também em virtude de outras

questões ligadas a cultura e as hierarquias étnicas, ou seja, relacionadas a própria cultura e que evitam falar sobre as mesmas.

O processo de territorialização do Núcleo do Diakuru é mais recente, de acordo com os relatos do líder, estão no local desde 2016, quando veio com a esposa e os filhos, trazendo depois algumas pessoas (casais) que já trabalhavam nas apresentações culturais na comunidade São João do Tupé onde moravam e ainda possuem suas residências. Segundo a narrativa do líder viviam na comunidade São João do Tupé, onde desde 2000 trabalhava com o pai, o pajé Desana, que junto com o irmão criaram uma Oca para fazer apresentações culturais (danças indígenas) para os turistas.

A motivação para criar o Núcleo do Diakuru teria se dado em virtude de alguns conflitos familiares (entre os irmãos), mas também porque desejava sair de lá e ter um local somente seu e de sua família (esposa e filhos). Toda a estrutura do Núcleo está localizada na praia, algo muito simples e com dimensões territoriais bem pequenas (100m de frente e 500m de fundo). Compõe o espaço de utilização do território uma oca onde ocorrem as apresentações culturais para os turistas, duas pequenas casas, com um banheiro/sanitário (fossa negra), a água é coletada de uma pequena fonte que é submersa no período das cheias do rio Negro. Faz-se essa descrição do referido Núcleo para destacar que ele se difere das demais comunidades, nas quais há uma estrutura maior, incluindo casas e pequenos roçados.

A Aldeia Tuyuka, está localizada muito próxima ao Núcleo do Diakuro, poucos metros separam as mesmas. Assim como nas outras três comunidades, os membros que hoje formam a Aldeia Tuyuka, são oriundos da comunidade São João do Tupé, do grupo familiar Desana que reuniu na década de 1990. Portanto, durante muitos anos viveram lá, em 2016 desceram para a praia com os membros do Núcleo do Diakuro, e no mesmo ano, criaram a Aldeia Tuyuka, em decorrência de conflitos que repercutem em suas relações até hoje, as quais são extremamente complexas. A aproximação territorial entre os mesmos tem desencadeando inúmeros atritos, que vão desde as questões concernentes à delimitação dos espaços, até a disputa pelos turistas.

Processos de territorialização do Núcleo do Diakuru e Aldeia Tuyuka, Comunidade Cipiá e Comunidade Tatuyo: os conflitos e a luta por direitos

Pode-se dizer que os processos de territorialização das quatro comunidades indígenas nas RDS do Tupé e da Puranga Conquista fazem parte de uma dinâmica cada vez mais intensa na região do Baixo Rio Negro e no entorno da cidade de Manaus onde é possível identificar a formação de comunidades, a partir de famílias indígenas que migram de suas Terras desde a década de 1960 (GOMES, 2006). Trata-se de uma dinâmica envolvendo processos de desterritorialização e construção de novas territorialidades, cujos fatores dessa dinâmica envolve problemas vivenciados pelos povos indígenas em seus territórios (no passado e no presente), bem como as estratégias de luta. (BAINES, 2000; ALMEIDA E SANTOS, 2009). Seja na cidade de Manaus como na região do Baixo Rio Negro as dificuldades são inúmeras, envolvendo luta por um novo território, a adaptação e reelaboração cultural na cidade, a dificuldade em acessar direitos básicos, adentre outros. No caso das quatro comunidades são evidentes todos esses fatores, pois como já foi citado, antes de se fixarem onde estão hoje, muitos passaram pela cidade de Manaus e vivenciaram a dinâmica da vida urbana, em seguida foram para as comunidades localizadas no entorno da cidade, até chegarem nos atuais territórios, sendo esse processo permeado por lutas e conflitos (entre si e com os agentes sociais não indígenas).

Apesar de estarem relativamente estáveis em suas comunidades, muitas são as dificuldades, pois estão submersos em processos de invisibilização (não constam nos mapas das RDS onde construíram as suas comunidades), vivem sob a égide de estarem em um território com limitações tanto em termos de espaço físico, como em termos de uso dos recursos naturais, porque estão inseridos em Unidades de Conservação, embora que de Uso Sustentável, mais ainda assim, sujeitos as restrições de uso, devendo pedir a autorização aos órgãos oficiais responsáveis pela gestão para qualquer tipo de exploração. Para além dessa realidade que desencadeia conflitos e tensões, há ainda as dificuldades oriundas da ausência dos direitos básicos. No que tange a saúde o atendimento é precário, de acordo com os relatos moradores das comunidades, o barco de saúde não possui regularidade no atendimento as comunidades; quando ocorre uma emergência não conseguem acessar o serviço do SAMU; há atraso na vacinação das crianças; o acompanhamento do pré-natal é quase inexistente, assim como o atendimento a saúde bucal. A saúde em algumas épocas do ano fica ainda mais comprometida em função da dificuldade para acessar água potável, é o caso do Núcleo do Diakuru e da comunidade

Tatuyo. Na comunidade Tatuyo a água é retirada de uma fonte no terreno do vizinho, que lhes cobra uma taxa pelo uso dessa água.

No Núcleo do Diakuru embora o poço fique localizado na “propriedade” do referido Núcleo, ele só pode ser utilizado no período da seca, ficando submerso no período da cheia do rio, portanto, em um dado período do ano tem dificuldade em acessar água potável, demandando longos deslocamentos para a coleta de água. Nessa época são multiplicados os casos de doenças provenientes do uso de água inapropriada para o consumo.

No que tange a Educação Escolar as quatro comunidades possuem as mesmas queixas: transporte escolar precário: crianças transportadas sem coletes salva vidas; irregularidade no calendário escolar; escolas que não possuem preparo para lidar com a diversidade cultural seja em relação a cultura indígena, como também com a cultura das populações tradicionais ribeirinhas e caboclas.

Um dos problemas mais grave relacionam-se com o acesso a documentação civil. Como qualquer cidadão, para que os indígenas gozem de seus direitos básicos faz-se necessário os documentos como Certidão de Nascimento, Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), *Título de Eleitor*, *Carteira de Trabalho* e *Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI)*. *Infelizmente foi identificado durante o levantamento de dados nas comunidades que um número significativo de indígenas não possui alguns desses documentos, verificando-se caso de pessoas sem nenhum documento.*

Como já foi mencionado em páginas precedentes, essas comunidades possuem seus processos de territorialização relacionados as atividades turísticas, adotadas como uma alternativa de renda, por meio das quais pudessem obter os bens materiais e simbólicos de existência frente a nova vida construída fora de suas Terras tradicionais. Infelizmente essas atividades tem produzido muitos paradoxos e conflitos envolvendo indígenas e não indígenas ligados direta e indiretamente as atividades turísticas. Dentre os problemas identificados durante o trabalho de campo, relacionados a essas atividades turísticas, comuns a todas as comunidades, destacam-se:

Receber os turistas/visitantes a qualquer horário – não há agendamento;

Negociação prioritariamente com “pirangueiros” - pessoas que trabalham informalmente e de forma ilegal pois não possuem cadastros junto ao órgão oficial de turismo, e que negociam as visitas às comunidades a preços irrisórios;

Realização de muitas apresentações durante o dia, de modo, a “obter uma renda melhor”, contudo, negociadas com “pirangueiros”;

Relação assimétrica entre as comunidades e os agentes sociais externos (agências, guias, pirangueiros);

Guias e pirangueiros promovem relações conflituosas entre as comunidades;

Realização de apresentações culturais fiadas, fato relatado na aldeia Tuyuka;

Grande rotatividade de pessoas que participam das danças, principalmente no Núcleo do Diakuru;

Entrada de bebidas alcoólicas nas comunidades durante as visitas dos turistas;

Abusos e intromissões dos guias e pirangueiros em relação a realização das danças e as mulheres. De acordo com os líderes indígenas são regras impostas por esses agentes externos: *“que as danças sejam apresentadas com vários pares, porque é mais bonito. As apresentações devem ser autênticas, portanto, as mulheres devem ficar sem sutiã. Não devem ter à mostra eletrodoméstico e demais objetos não indígenas, pois descaracteriza, o turista vai achar que não são índios de verdade”*;

Esses são alguns dos problemas relacionados as atividades turísticas relatadas durante o trabalho de campo, muitos deles presenciados inúmeras vezes pelas pesquisadoras do NEICAM. Cabe destacar que os mesmos possuem estreita relação com os demais problemas vivenciados nas comunidades, pois o turismo foi adotado como uma alternativa para vencerem os obstáculos encontrados no cotidiano, relacionados a exploração dos recursos naturais e a ausência de direitos básicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito das dinâmicas e dos processos de territorialização dos povos indígenas no Baixo Rio Negro, particularmente nas RDS do Tupé e na RDS Puranga Conquista, vale destacar que os movimentos característicos do processo de territorialização estão intrínsecos às construções simbólicas no território, ao enraizamento e às relações de poder cotidianas reproduzidas nas territorialidades.

Nesse sentido, muitos são os conflitos e tensões entre os indígenas e os não indígenas (agentes do governo, agências e agentes de viagem, pirangueiros, dentre outros), observados no processo criação e implementação das comunidades indígenas Cipiá, Tatuyo, Tuyuka e no Núcleo do Diakuru, sendo igualmente intensas as articulações e negociações para se manterem no local.

Em meio a todo esse processo se destaca a ausência de direitos, a falta de reconhecimento do Estado Brasileiro acerca da importância da diversidade cultural – em termos culturais e em relação ao tipo de relação que possuem com o meio ambiente. Deve-se destacar também que, pensar a cultura indígena numa perspectiva romântica e/ou descontextualizada das dinâmicas de sua existência no mundo contemporâneo reforça os estereótipos e preconceitos em relação aos povos indígenas, algo observado especificamente em relação às atividades turísticas realizadas nas quatro comunidades.

REFERENCIAS

ALMEIDA, A. W. B; SANTOS, G. S. dos. (Orgs) **Estigmatização e território: mapeamento Situacional dos indígenas em Manaus**. Manaus-AM: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

GOMES, M. C. **Outros olhares sobre a questão indígena na Amazônia:** cultura e identidade na realidade dos índios na cidade. **Em Debate**. Rio de Janeiro. 2006.

ISA. Instituto Socioambiental, 2014. Disponível em: < <http://uc.socioambiental.org> > Acesso em: 20 de outubro de 2018.

MARCHAND, G. A. **Avaliação da gestão da fauna silvestre na comunidade de São João do Tupé (Manaus, Amazonas) pelo meio de um sistema de indicadores**, 2014. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/confins/8829>> Acesso em: 03 de novembro de 2018

NETO DE JESUS. D. L. **Turismo indígena como alternativa de valorização cultural**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.7, n.2, 2014.

SCUDELLER, V. V.; APRILE, F. M.; MELO, S.; SANTOS-SILVA E. N. dos. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé: características gerais. BioTupé: meio físico, diversidade biológica e sociocultural**. Manaus: INPA, 2005.

2. APONTAMENTOS ACERCA DA DEFICIÊNCIA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS: INFORMAÇÕES E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

NASCIMENTO, Tássia Patrícia Silva do

Mestranda no Programa em Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM
tassiapatricia.tp@gmail.com

HOLANDA, Paulo César Marques

Mestrando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas - UEA
paulo.flu@sapo.pt

INTRODUÇÃO

A prática do infanticídio indígena no Brasil é um dos temas que atualmente melhor representam o desafio entre se assegurar o respeito à cultura e à diversidade cultural por um lado, e a proteção dos direitos humanos mais fundamentais, como o direito à vida, por outro. As comunidades indígenas no Brasil constituem grupos sociais autônomos, dotados de práticas, costumes e leis próprios, o que significa dizer que tais indivíduos possuem valores e visões de mundo diferenciados.

Tais grupos possuem concepções peculiares a respeito do nascimento, da vida, da morte e do que é ser humano. Entretanto, tal visão de mundo algumas vezes acaba por entrar em choque com os valores caracteristicamente ocidentais, absorvidos e cristalizados na própria Constituição Federal Brasileira de 1988, o que tem gerado discussões acerca de até que ponto a cultura e a sua preservação legitimam a existência de práticas que, para nós, são claramente atentados a valores e aos direitos mais básicos.

Nesse sentido, surge a dúvida a respeito de uma possível incoerência por parte do Estado brasileiro quando se mantém omissos e cautelosos no que diz respeito à interferência nas práticas culturais indígenas, mesmo quando, sob a ótica da legislação interna e internacional, tais práticas não encontram conformidade com os direitos consagrados desde muito tempo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o grupo de pessoas com deficiência conta atualmente com um bilhão de pessoas, configurando 15% da população mundial. No Brasil, segundo fontes do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) de 2010, este percentual é de 23,9% (vinte e três inteiros e nove décimos por cento), totalizando 45.606.048 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e seis mil e quarenta e oito).

Há relatos de historiadores e antropólogos de várias práticas de exclusão entre eles. Quando nascia uma criança com deformidade era imediatamente rejeitada, acreditando-se que traria maldição para a aldeia, por vezes sendo abandonados os recém-nascidos nas matas ou os atiravam das montanhas e até os sacrificavam em rituais de purificação.

Contudo, não queremos dizer que não havia práticas inclusivas, o que seria negar a naturalidade com que os indígenas lidam com as gerações mais novas e mais velhas. Os costumes, tradições e organização social variam de tribo para a tribo. Para Santos Filho (1966), os índios possuíam uma robusta constituição física, eram fortes e saudáveis, fato que poderia ter sido um dos fatores que reforçava a política de exclusão, eliminando-se todos aqueles que nascessem com algum tipo de deficiência visível, fora dos padrões pré-estabelecidos pela Tribo, reforçando um dos motivos pelos quais os nossos primatas promoviam tais exclusões e o destino dos que adquiriam deficiência – o abandono. É certo que, naqueles tempos, já existia o conceito de “inferioridade” um indivíduo com deficiência nunca seria bom caçador, não participava de batalhas, não era digno de uma esposa, nem gerava novos e bons guerreiros. Existia a segregação, apoiando-se no tripé: Preconceito, estereótipo e estigma.

Nesse sentido, com os anos e o passar das mudanças no que diz respeito a esse dilema, ressalta-se, porém, que no âmbito do direito, mesmo após a aprovação da nova lei 13.146, há ainda pouco conhecimento sobre a pessoa com deficiência e como esta trilhava sobre as margens da legislação brasileira. Por isso é importante lembrar que um dos primeiros passos, nesse sentido foi dado pela *Assembleia Geral da ONU*, de 13 de dezembro de 2006. Foi nela que se aprovou a *Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência*, um dos principais documentos que trata de *Direitos Humanos da ONU* no século XXI, sendo mais um dos instrumentos importantes dos direitos da pessoa com deficiência.

No entanto, dentre outras informações, para alguns operadores do direito, pouco se sabia e ainda pouco se sabe também sobre o percurso da pessoa com deficiência antes da Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência. Sendo assim, o que motivou a pesquisa e desenvolvimento deste diálogo, não foi somente intenção da comparação do percurso da pessoa com deficiência entre as manifestações de poder e soberania das culturas em relação ao direito étnico, mas também a possibilidade de mostrar o trajeto, passo a passo, da pessoa com deficiência no direito brasileiro, buscando assim construir conhecimento e trazer informação sobre os direitos estabelecidos a pessoa com deficiência, objetivando uma ação: a inclusão.

A importância do cumprimento da legislação vigente através da Lei 13.146 gera a integração da pessoa com deficiência com mais rigidez nas margens e textos da Lei, como podemos citar em grau de importância a satisfação da própria pessoa, a possibilidade de torná-la autônoma e a possibilidade de alcançar a autossuficiência. Dessa forma, Aguiar (1984) afirma:

O direito, por sua própria função de dirigir, regular ou controlar condutas e comportamentos, apresenta uma bilateralidade quanto ao destinatário, pois se dirige ao grupos que se encontram no poder e aos grupos que não se encontram nessa situação. Assim, o Estado se “autolimita” na tentativa de se manter, de se perpetuar, objetivo de toda tomada do poder.

No âmbito do direito social, portanto, a pesquisa que ora se propõe nesta área específica, tende a se tornar uma referência para estudos posteriores tanto quanto poderá subsidiar políticas públicas por meio das análises por ela apresentadas.

A QUESTÃO DO INFANTICÍDIO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Os indígenas brasileiros possuem tratamento jurídico especial e gozam de direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, além de outros instrumentos normativos. Possuem uma fundação própria, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cujos objetivos são, entre outros, promover políticas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas e monitorar as terras regularizadas e aquelas ocupadas por tais populações. A prática de se matar crianças em grupos indígenas no Brasil é cultural e milenar. Antes de tudo, cumpre ressaltar que há dificuldade em se compreender, estatisticamente, o número de crianças indígenas que são vítimas dessa prática a cada ano.

São diversos os motivos que levam ao assassinato de crianças nas aldeias indígenas brasileiras, sendo importante compreender que tais motivos estão intimamente ligados a tradições e costumes antigos, que são repassados a cada geração, de modo que não há como não enxergar a questão sob um prisma cultural e antropológico, antes de tudo. Conforme Adinolfi (2011):

As razões são diversas, mas, para fins práticos, podem ser agrupadas em torno de três critérios gerais: a incapacidade da mãe em dedicar atenção e os cuidados necessários a mais um filho; o fato do recém-nascido estar apto ou não a sobreviver naquele ambiente físico e sócio cultural onde nasceu; e a preferência por um sexo.

Existem fatores específicos que são vistos e encarados como uma espécie de maldição ou feitiço dentro de algumas dessas comunidades indígenas, entre eles: o nascimento de gêmeos, de crianças com alguma deficiência física ou mental, ou ainda alguma doença que não foi identificada pela tribo. É exatamente uma questão de cosmovisão: dentro da lógica e dos costumes daquele povo, o infanticídio se revela como um motivo justo quando se pretende proteger o coletivo.

É fundamental perceber a visão e o conceito que os indígenas possuem a respeito de valores como a vida e dignidade humana, além da supervalorização do coletivo e a necessidade de socialização para o alcance da humanidade plena. Desse modo, a antropóloga Marianna Assunção Figueiredo Holanda, autora da dissertação “Quem são os humanos dos Direitos: sobre a criminalização do infanticídio indígena”, pontua:

Esse é um dos pontos centrais do estudo: o que nós, brancos, entendemos como sendo vida e humano diferente da percepção dos índios. Um bebê indígena, quando nasce, não é considerado uma pessoa – ele vai adquirindo personalidade ao longo da vida e das relações sociais que estabelece.

Nesse sentido, as crianças que não se encaixam nos padrões aceitáveis pela coletividade, estão fadadas a, caso não forem mortas, não conseguirem qualquer tipo de inserção naquele grupo e terem sérios problemas de socialização.

Portanto, além da ordem social que o mito exerce em tais comunidades indígenas, ao ponto de o nascimento de crianças deficientes ser encarado como uma maldição ou castigo àquela tribo, somam-se questões de ordem prática, como a predileção por crianças que gozem de boa saúde e estejam futuramente aptas a exercerem bem atividades como a caça, a pesca e a plantação.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: MARCOS HISTÓRICOS

Desde 1948, a partir do no art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a igualdade se anunciava passou a ser traduzida por em dignidade e direitos dos seres humanos. Isso significava que Então, ainda assim, mesmo perante a diferença de todas as pessoas, sem exceções de nenhuma, a igualdade prevalecia para todos em forma de dignidade e o direito. Para quem quer fosse, independente do lugar onde estivesse.

O art.2º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência contempla o conceito de “Pessoa com Deficiência” que tem uma grande reversão no modelo de concepção jurídica destes indivíduos, bem como a inclusão da questão social para estabelecer maior ou menor participação dos mesmos em sociedade. Desta forma, a

convenção atende também os direitos referentes à (ao): saúde, educação inclusiva em escola comum, transporte, lazer, cultura, esporte, habilitação e reabilitação, trabalho e formação profissional e demais necessidades inerentes ao ser humano.

No caso do Brasil, No entanto, o marco histórico que se consagrou em relação às Pessoas Com Deficiência somente surgiu na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tratando em diversos dispositivos sobre a proteção específica das pessoas com deficiência. A esse respeito e de forma genérica, segue a tabela 1, que traz a apresentação conceitual de alguns dispositivos marcantes da Constituição Federal de 1988.

Tabela 1- Constituição Federal de 1988

Artigo/ Parágrafo	Texto
Art. 5º Caput	Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
Art.203 Incisos IV e V	Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos. IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 208, III	Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
Art. 227, parágrafo I	Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais.

Fonte: Arquivo pessoal

A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) foi criada após o ano de 1988, sob a lei nº 7.853/89 e abrangeu outras medidas legais de proteção à pessoa com deficiência como a lei nº 8.112/90 (Lei dos Servidores Públicos – previsão de reserva de vagas em concursos públicos – artigo 5º, § 2º), lei nº. 8.213/91 (Previdência Social - cota de vagas em empresas privadas – artigo 93), Declaração de Salamanca de 1994 (concepção de educação inclusiva), Lei nº. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - acesso à educação e especialização – artigo 4º, inciso III e artigos 58 a 60), Decreto Federal nº. 3.298/99 (regulamentação) e a Convenção

de Guatemala (Decreto nº. 3.956/2001 - não discriminação), as quais seguem em anexo no quadro 1.

No contexto mundial, outro marco histórico na busca constante da garantia e especificidade aos direitos das pessoas com deficiência, advinda do princípio da dignidade humana, conforme citamos anteriormente foi a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, de 13 de dezembro de 2006. A aludida convenção e os dados estatísticos da OMS e do IBGE, também já referidos, provocaram na década de 2000, no cenário brasileiro o interesse pela pessoa com deficiência e a necessidade de se preocupar e tratar com maior vigor os direitos da pessoa com deficiência.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência trouxe, com suas diretrizes, mudanças respectivas sobre o paradigma que se tinha da visão social a respeito da pessoa com deficiência, conforme art. 1º: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.”

É preciso que se sublinhe ainda sobre a Convenção que outro caráter foi o fato dela se constituir no primeiro tratado internacional de direitos humanos aprovado nos termos do art. 5º, §3.º, da Constituição Federal, isto é, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência entrou para história do Brasil de forma singular posto que foi a abertura para um novo símbolo jurídico na legislação brasileira.

E não se pode esquecer o maior marco deste período: a aprovação da Lei 13.146/ Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sua aprovação tornou-se uma novidade marcante, tanto para operadores, como para legisladores, pois a entrada desde a nova Lei não traria com sigilo somente mais uma das quebras das barreiras da inclusão, bem como mudanças respectivas em dispositivos anteriores, que será comentada *a posteriori*.

EVOLUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA CONSIDERANDO A NOVA LEI DE INCLUSÃO

Algumas constituições anteriores à de 1988 tiveram sua apreciação sobre a integração da pessoa com deficiência na sociedade. O primeiro exemplo é a constituição

de 1934 que cita o seguinte entendimento: “é dever da União, dos Estados e dos Municípios: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar”.

A constituição de 1937 já foi mais inferior, pois em relação à pessoa com deficiência, tratou somente do direito de igualdade e direito previdenciário em relação a invalidez do trabalho. Esse direito só surgiu com a Emenda 12 à Constituição Federal de 1967, promulgada em 17/10/1978, quando assegurou, dentre as hipóteses de melhoria da condição social e econômica da pessoa com deficiência, a possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

Ainda no fim da década de 1960, ocorreu a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 – Pacto San José da Costa Rica, que de fato foi um grande impulso para a criação da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Contudo, em seu art. 24 trata-se da igualdade de todos perante a lei: “Todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação alguma, à igual proteção da lei”.

Conforme seguimento crescente dos dispositivos sobre suas décadas, por seguinte, ocorreu a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no ano 2006, já citada neste documento. No Brasil, a Pessoa com Deficiência teve um marco maior na história através da Constituição Federal de 1988 e na aprovação da Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência. Mas, sem dúvida, o ano de 2015 se consagrou para a pessoa com deficiência a partir da aprovação da Lei 13.146, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O reconhecimento perante a Lei 13/146 de 2015, conhecida também como Estatuto da Pessoa com deficiência, dispõe sobre a igualdade de direitos da pessoa com deficiência nos parágrafos do seu art. 1º e art. 84. Segundo Mazzotta, as mudanças nos termos na legislação, planos educacionais e documentos oficiais não têm produzido alteração no seu significado, pois:

Ao invés de representar avanço nas posições governamentais com relação à educação, comum e especial, do portador de deficiência, tais alterações contribuem, muitas vezes, para o esquecimento do sentido de “deficiência” e suas implicações individuais e sociais. Além disso, tendem a confundir o entendimento das diretrizes e normas traçadas, o que, por consequência, acarreta prejuízos à qualidade dos serviços prestados.

(MAZZOTA, 2005, p. 199)

Sobre a aprovação da lei 13.146, entende-se que na inclusão da pessoa com deficiência é necessário ressaltar que o conserto dos direitos humanos, o direito à democracia e a acessibilidade são necessários e insubstituíveis, portanto representam o respeito e a valorização da diversidade humana, como objetivo o bem-estar e o desenvolvimento inclusivo.

Ressalta-se que no âmbito civil, outro dispositivo de tamanha significância para esta alteração foi o art. 6º da Lei 13.146, pois abrange especificamente da capacidade civil do ser humano. Proclamando no seu *caput* a seguinte conceituação: “A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa...”.

Portanto, é importante deixar claro que estas mudanças de modo algum têm aspecto negativo, pois o que estava em jogo era jornada e ascensão da pessoa com deficiência. Sobretudo, buscar a acessibilidade para todos é ainda uns dos maiores desafios que é enfrentado no dia a dia, e este objetivo somente será atingido com a eliminação de todas as barreiras existentes na sociedade em geral.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O infanticídio indígena no Brasil, como prática cultural, possui suas justificativas e razões sociais, e a antropologia as expõe claramente. As práticas de infanticídio nas comunidades indígenas do Brasil devem ser abordadas a partir da antropologia comunicativa, que impõe uma relação de dialógica entre culturas distintas, mas levando em conta os direitos humanos.

O Estado brasileiro não deve ser omissos sobre a questão, embora tal atuação não necessariamente esteja vinculada a medidas legislativas tendentes à criminalização dessa categoria de infanticídio, medida que não nos parece a mais razoável. Em termos práticos, a busca de soluções e alternativas para o combate do infanticídio indígena deve ter como ponto de partida o estabelecimento da possibilidade de um diálogo intercultural, e tal

conexão já tem produzido grandes efeitos em diversas questões, não somente no caso do infanticídio.

Durante a pesquisa operada para a construção deste artigo foi possível observar um complexo conjunto de instrumentos legais que constituem o aparelhamento jurídico no Brasil em torno da pessoa com deficiência. As áreas em que os dispositivos se fazem conhecer são diversas: da educação ao mundo do trabalho.

No que se refere a outros dispositivos, tem-se os que tratam da instituição de diretrizes na educação especializada, as resoluções. Seus objetivos norteiam-se pela utilização e oferecimento nos vários graus da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da escola ou em qualquer outra área que facilite o atendimento da pessoa com deficiência em termos de aprendizado.

Por fim, ainda existem outros documentos oficiais que tratam especificamente da pessoa com deficiência, em áreas distintas, como políticas públicas, educação inclusiva e especializada, meios de acessibilidades arquitetônicas e comunicacionais, que mesmo fora dos meios “jurídicos”, podem ser usada como forma de pleitear o direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário compreender que as culturas não são perfeitas, porquanto os seres humanos não são. O próprio conceito de cultura requer fluidez e transformação, de modo que o intercâmbio entre visões de mundo diferentes pode ser algo construtivo e até mesmo essencial para o aprimoramento das potencialidades humanas. Nesse sentido, expõe Amartya Sen (2008):

Reconhecer a diversidade encontrada em diferentes culturas é muito importante no mundo contemporâneo. Nossa compreensão da presença da diversidade tende a ser um tanto prejudicada por um constante bombardeio de generalizações excessivamente simplificadas sobre “civilização ocidental”, os “valores asiáticos”, as “culturas africanas”, etc. Muitas dessas interpretações da história e da civilização não só são intelectualmente superficiais, como também agravam as tendências divisoras do mundo em que vivemos.

Vivemos um processo de globalização cada vez mais acentuado, onde as fronteiras parecem não serem mais obstáculos para o intercâmbio de pessoas, de ideias, de comportamentos e gostos diversos. O mundo globalizado surge como uma consequência da necessidade de interação entre as diversas culturas e nações, seja por questões econômicas, seja por questões políticas ou sociais. Esse processo possui características positivas, na medida em que transforma e constrói estilos de vida, permite a aproximação entre os seres humanos e realça a busca por soluções e alternativas para o desenvolvimento das sociedades e por um mundo mais livre e multicultural.

No que se refere ao contexto do infanticídio indígena, a possibilidade do estabelecimento de um diálogo intercultural deve ser encarado pelo Estado brasileiro como algo de extrema importância para o alcance de soluções relativas aos choques culturais relacionados com a cultura indígena e suas tradições.

Tal diálogo se faz importante quando se observa principalmente a existência de indígenas que não mais concordam com a prática do infanticídio dentro da sua própria comunidade e que acabam por se sentirem desabrigados e desprotegidos quando decidem ir de encontro a tais costumes e tradições.

O estudo feito sobre a evolução legislativa já mostra sobre a incontestável mudança sobre a luta da integração social das pessoas com deficiência. Porém, é notório que muitos obstáculos ainda carecem de serem vencidos. Portanto, sobra à sociedade vencer esse tabu, e, superar sua própria deficiência, apenas com a contribuição de facilitar na não criação de mais barreiras, para aqueles que já procuram lutar pelos seus próprios ideais por culpa da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADINOLFI, V.T. Enfrentando o infanticídio: bioética, direitos humanos e qualidade de vida das crianças indígenas. São Paulo; Revista Matiz, 2011.

AGUIAR, R. Direito poder e opressão. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 3. ed. Brasília: CORDE, 2003. BRASIL. ade. In: ARAUJO, Luiz Alberto David

(Coord.). Defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. São Paulo: RT, 2006. p. 09-29

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 44ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

DEFICIÊNCIA. In https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/anterior1988/emc12-78.htm. Acesso em 11 de março de 2018 às 01h40.

“Estudo contesta criminalização do infanticídio indígena”, disponível em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5232&Itemid=2.

Acesso em 11 de março de 2018 às 01h40.

_____. In <https://inclusaoja.com.br/legislacao/>. Acesso em 11 de março de 2018 às 01h40.

_____. In <http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13020-legislacao-de-educacao-especial>. Acesso em 11 de março de 2018 às 01h40.

_____. In <http://portal.mec.gov.br/par/legislacao>. Acesso em 11 de março de 2018 às 01h40.

_____. In <http://vigiar.blogspot.com.br/2013/06/voce-sabia-o-que-e-lei-decreto-norma-e.html>. Acesso em 11 de março de 2018 às 01h40.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS FILHO, L. Pequena história da medicina brasileira. São Paulo; DESA, 1966.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

3. DESCENDO O RIO: POVO KAMBEBA DO MÉDIO SOLIMÕES/AMAZONAS

SANTOS, Yonara Cristina de Souza dos

Doutoranda em linguística UNICAMP

yonara.cristina@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os Omágua/Kambeba são um dos povos que por muito tempo foram considerados extintos, pois deixaram de se autoafirmar como indígenas devido ao violento processo de contato com a sociedade majoritária, fato ocorrido não só com o povo Omágua/Kambeba, mas também por muitos povos da Amazônia desde o século XVIII. Já a partir da década de 1980, com o crescimento dos movimentos sociais indígenas, da sociedade civil e pela nova postura do Estado com as questões indígenas, o povo Omágua/Kambeba reafirmou sua origem indígena.

Os materiais históricos e etnográficos sobre o povo Omágua/Kambeba são diversificados devido sua notória diferença na vestimenta, nos hábitos e costumes dos outros povos da região. São citados nos relatos dos viajantes e cronistas como povo das águas, habitantes das terras de várzea. Em relação à língua, alguns aspectos gramaticais também foram registrados por missionários que os conheciam apenas como Omágua. A partir do século XX, os trabalhos descritivos da língua ou se voltam para os Omágua (falantes da língua) que ainda existem em quantidade maior no Peru ou para a língua Kokama, no Brasil, pois se acreditava que a língua Omágua/Kambeba não era mais falada e que seria possivelmente um dialeto do Kokama, fato esse hoje contestado pelo povo Omágua/Kambeba, que afirma ser a língua Omágua/Kambeba diferente da língua Kokama falada na mesma região. Quanto à sua classificação genética, a língua está classificada como pertencente ao tronco Tupi, família Tupi-guarani (RODRIGUES, 1986).

O povo ressurgido, habitante do alto rio Solimões (Amazonas), após passar por diversos processos de migração hoje também está presente em outras localidades do estado, habitando outros municípios e outros rios da região, neste trabalho trataremos de uma dessas migrações que geraram novas aldeias do povo Omágua/Kambeba.

INFORMAÇÕES ETNOGRÁFICAS

O povo Omágua/Kambeba era conhecido desde os primeiros séculos da colonização por ser uma nação bastante populosa e socialmente organizada. Apesar disso, passou por

um grande período de silenciamento cultural e linguístico como etnia indígena, o povo agora ressurgido luta por seus direitos. No passado a literatura apresenta o termo Omágua, utilizado por indígenas que assim se autodenominavam e que significa “povo das águas”. O povo Omágua recebeu a denominação “Kambeba” justamente pelo costume ancestral de remodelação craniana. O nome foi dado por outros indígenas falantes da Língua Geral Amazônica, que assim o reconheciam. O termo vem do Nheengatu e significa “cabeça chata” (akanga pewa) e data do século XVII.

Esse povo hoje é encontrado tanto na Amazônia peruana quanto na Amazônia brasileira, porém, conforme afirma Marcoy (2006, p.67), o povo indígena não é originário dessa região, é

“Originário do hemisfério norte, como testemunham sua avançada civilização, seus costumes e suas artes materiais, evidentemente tomadas de empréstimo, como as dos Incas, aos antigos mexicanos, os Umauas, depois de se fixarem, provavelmente por alguns séculos, no sopé dos Andes de Popayan a na Nova Granada, dirigiram-se para as cabeceiras do Japurá, onde uma tribo de sua raça existe até hoje com o nome de Mesayas.”

Os documentos mais antigos referem-se ao povo apenas como Omágua, povo das águas. As informações etnográficas aqui contidas foram em grande parte pesquisadas no livro “O novo descobrimento do Rio Amazonas”, de Acuña (1994) e parte na dissertação de Silva (2012), principalmente nos relatos coletados pela autora juntos aos idosos da aldeia Tururukari-Uka, além dos relatos colhidos por mim também junto aos indígenas dessa mesma aldeia.

O povo Omágua é conhecido como o povo das águas, citado por Samuel Fritz, padre jesuíta que viveu pacificamente com eles e com diversas etnias entre 1689 a 1723, nas províncias formadas nesse período.

Os Omágua diferenciavam-se de outros povos da região pelos seus costumes, entre eles o de remodelar o crânio das crianças e dar-lhes a forma achatada, o que consideravam um padrão cultural de beleza, além de distingui-los de outros povos indígenas da região, principalmente daqueles povos que praticavam a antropofagia (ato de comer carne humana), Chantre y Herrera descreve que “é formosura, entre eles, ter um crânio bem achatado e levantado, e o que é mais, riem-se das demais gentes que têm como eles dizem

cabeças de macaco” (CHANTRE Y HERRERA, apud: PORRO, 1992, p. 204). O costume da remodelação craniana seguiu até o século XIX. A remodelação dava-se ainda na primeira infância, a criança era deitada em uma tábua em que cabia seu corpo todo e funcionava como uma espécie de berço móvel, na parte da frente da cabeça, uma pequena tábua era posta, as duas tábuas eram amarradas, ficando a testa pressionada para cima, à medida que cresciam, as cabeças iam tomando novo formato e assim ficavam até atingirem a forma achatada.

Tinham por hábito andarem nus, como grande parte dos grupos indígenas da região, apesar disso, as mulheres também costumavam confeccionar vestimentas, produzidas a partir do algodão, plantado pelos Omágua/Kambéba, essas vestimentas eram pintadas e tecidas. As mulheres, responsáveis pela confecção dessas vestimentas faziam para uso próprio e de todos na aldeia e para possíveis trocas comerciais. A vestimenta por eles utilizadas lhes dava a impressão de maior organização e razão diante dos europeus. Esse costume chamou muito a atenção dos viajantes que enfatizam o quanto usavam as roupas com “decência”, além da descrição da beleza dos tecidos e das pinturas (CARVAJAL, ROJAS e ACUÑA 1941, p.p 237-238)

Atualmente não fazem uso diário das vestimentas de seus ancestrais, no entanto, em ocasiões especiais como apresentações e festejos se enfeitam com os artefatos produzidos e utilizam a indumentária baseada nos modelos dos séculos XVI e XVII.

O comércio dos Omágua era local, chegando mesmo a ser internacional em algumas áreas devido as constantes idas e vindas de grupos Omágua que viviam no Peru e nas proximidades da fronteira política com os demais países, que vinham realizar trocas comerciais com eles. Isso se dava devido ao contato com diversos povos vizinhos da região e de outras regiões da Amazônia.

Assim como em outros povos indígenas existiam vários rituais que eram praticados pelos Omágua, alguns desses tinham mais expressividade, como o ritual da primeira menstruação e o do casamento.

Meggers (1975, *apud* SILVA, 2012) afirma que era um povo que vivia nas várzeas do alto rio Amazonas, em ilhas fluviais para, entre outros motivos, dificultar o acesso de outros povos inimigos geralmente habitantes da terra firme. As casas localizavam-se às margens dos rios, de forma linear, com portas laterais, eram feitas de madeira e cobertas com palmeiras, eram moradias diferentes dos demais povos porque as paredes eram feitas

de tábuas de madeira, a partir do cedro (BONIN e SILVA, 1999). Viviam da pesca, caça e agricultura, plantavam em grande quantidade e guardavam o excedente para os períodos de cheia.

Em relação à organização política, em cada aldeia havia um chefe (tuxaua), todas as aldeias de uma região juntas formavam uma província, essa província possuía um outro chefe (governador), esse chefe era chamado *Aparia*. No rio Napo (Peru) havia um *Aparia menor*, já no rio Amazonas, um *Aparia maior*. Importante frisar que havia distinção no tratamento dado a eles, sendo que *Aparia maior* dominava os dois rios, era o chefe supremo de todo o povo, que tudo governava, tomava as decisões e a ele estavam submetidos os todos os chefes, isso incluía os tuxauas das províncias, os tuxauas das aldeias Omágua e o *Aparia menor*, do rio Napo, no Peru. As guerras travadas com povos do interior da floresta eram quase sempre motivadas por ameaças às suas terras e vingança, essas guerras também lhes garantiam prisioneiros. Mesmo na condição de prisioneiros de guerras tribais e sendo subordinado aos Omágua, faziam parte do povo e podiam casar e constituir família com as mulheres Omágua/Kambeba.

Dos séculos XVI a XVIII, os relatos de cronistas mostram que o povo Omágua foi reunido em missões formadas por jesuítas, onde várias etnias eram postas juntas e lá a religião católica era imposta e o processo de “civilização” era aplicado. Missões como a São Paulo Apóstolo, depois denominada de São Paulo dos Kambeba e atual sendo o município de São Paulo de Olivença/AM eram habitadas por muitos indígenas. Eram missões extensas e logo eram promovidas a categoria de província. No fim do século XVII os Omágua já estavam em número bastante reduzido, contavam com poucas famílias que foram obrigadas, por uma questão de sobrevivência, a assumirem-se como famílias ribeirinhas locais para continuar a sobreviver em meio a tantas perseguições.

O século XIX é marcado pelo silenciamento não só do povo Omágua, mas de diversos outros povos. De acordo com o diretório Pombalino, que vigorou de 1757 a 1798, os povos indígenas da região Amazônica foram obrigados a passar por uma série de mudanças que visavam a integração desses povos à sociedade colonial, para a condição de cidadão brasileiro. Passaram a viver então como vivem os ribeirinhos, tiveram que adotar sobrenome dos não indígenas, tiveram que abandonar o modo de vida praticado anteriormente nas aldeias Omágua, abandonaram principalmente seus costumes e a sua língua, que também foi proibida de ser utilizada por eles como língua de uso em situações

sociais de comunicação, assim como todas as outras línguas indígenas da Amazônia, mas que não deixou de ser falada nos círculos familiares e, por isso, e graças a essa atitude de resistência dos Omágua não foi totalmente perdida, porém alguma coisa se perdeu, a falta de uso da língua Omágua como língua de comunicação, o contato e a paulatina substituição pelo português fez com que a língua sofresse algumas perdas linguísticas e, conseqüentemente, significativas perdas culturais ligadas aos ritos, cânticos e atos de fala, como feitiços e rezas próprias do povo Omágua. Nesse período, os registros que se tem do povo Omágua ficaram muito escassos, devido à enorme redução de sua população e de seu território (SILVA, 2012).

O POVO OMÁGUA/KAMBEBA RESSURGIDO

No século XX o silenciamento foi ainda maior. Sua quase dizimação foi posta em discussão em meados dos anos de 1980, as fontes de documentação também se tornaram muito escassas. Com a ação de missionários da Igreja Católica, o movimento indígena no rio Solimões foi fortalecido, o momento, então, foi propício para reafirmação étnica de desse povo.

O movimento indígena de Tefé começou a ser articulado em 1975, com o objetivo de buscar melhorias e direitos aos indígenas. A partir de 1978, Valdomiro Cruz (principal ancião dos Omágua/Kambéba que habitam as aldeias do médio Solimões/Amazonas), que naquela época vivia na aldeia do Jaquiri (Maraã), uniu-se a indígenas Mayoruna e Miranha no movimento. A aldeia passou então a ser o centro político do movimento, em 1993, quando a “Uni-Tefé” (organização juridicamente reconhecida) passou a representar os povos indígenas da região do rio Solimões, fruto do movimento indígena começado na década de 1980.

O movimento indígena ganhou força com o novo momento de política indigenista propiciado pelo Estado e pelo novo momento da Igreja. A situação pós Constituição de 1988 afirmava o direito dos povos e também serviu de gerador de força para aqueles que há tempos estavam desprovidos de direitos.

Naquele ano de 1980, os encontros com outros índios reaproximou os Omágua/Kambéba, que, de acordo com Maciel (2005), eram conscientes de sua identidade indígena e continuaram a falar a língua na comunidade, mas não afirmavam sua condição

por medo de sofrerem com discriminação. A ativa participação no movimento indígena supria a necessidade de busca por mais conhecimento, e assim poder garantir acesso à educação, posse da terra, saúde e melhorias de vida da comunidade. Na busca de soluções para conflitos dentro e fora da comunidade, as relações com outras etnias e a sociedade envolvente que os Omágua/Kambeba se aprofundam na sua tradição, na sua cultura que, por muito tempo, foi suprimida para, a partir dela, seguir rumo a um futuro para sua gente.

Os Omágua/Kambeba, como agora preferem ser designados, sobreviveram e constatou-se que estavam espalhados em cinco aldeias, quatro no rio Solimões e uma no rio Cuieiras, afluente do rio Negro, todas fundadas por Valdomiro Cruz, a principal figura entre os Omágua/Kambeba ressurgidos. Seu Valdomiro ao longo de sua vida, foi o último tuxaua geral do povo, viveu e lutou pelo seu povo até os seus 95 anos, em 2014, quando veio a falecer. Deixou um legado social e político para seus descendentes diretos que é a luta pela reafirmação do povo e a revitalização da língua e dos costumes.

Os próprios Omágua/Kambeba, em comunicação pessoal, afirmam que há mais aldeias atualmente, além de indígenas que vivem nas sedes dos municípios do estado e em Manaus.

Atualmente, cada aldeia Omágua/Kambeba existente possui um *Zana* (tuxaua), o patriarca do povo era o senhor Valdomiro Cruz, que era o tuxaua geral, fundador das atuais aldeias, falante da língua que passou aos seus filhos e netos a cultura de seu povo que aprendeu com seus pais. Os Omágua/Kambeba têm escola nas aldeias e muitos já deixam suas comunidades para buscar ensino superior não só em Manaus, mas também em outros estados.

Vivem da caça, pesca e agricultura, cultivam açaí, abacaxi, macaxeira, milho, dentre outros. Produzem artesanato, praticam comércio. Sabem da importância de ensinar e aprender a língua materna e anseiam por materiais sobre a língua. Fazem parte do resgate de sua cultura os grafismos corporais, que são feitos com a tinta extraída do jenipapo e podem ter diversas formas.

Nas escolas das seis comunidades a língua Omágua/Kambeba é ensinada pelos professores da própria comunidade como língua de transmissão de conhecimento, porém, como acontece com outros povos indígenas, os materiais didáticos produzidos para serem usados na escola das comunidades na língua são insuficientes. Existe a cartilha “Aua Kambeba a palavra da Aldeia Nossa Senhora da Saúde”, produzido em 1999 por Iara Bonin

e Francisco Cruz, que contém um glossário preliminar de palavras da língua, algumas frases, cantos e pequenas histórias, além de imagens de alguns indígenas do povo Omágua/Kambeba.

Além do uso de roupas típicas da cultura tradicional. As lendas e mitos são repassados às novas gerações, principalmente o mito de origem que conta que o surgimento da vida do povo Omágua/Kambeba estava na gota de água vinda do céu. O ritual da boa colheita na festa de São Tomé, em dezembro, festa de grande destaque na aldeia Tururukari-Uka (Manacapuru) com cantos e danças, o ritual do Curupira e a lenda do Mapinguari, são algumas das tradições culturais desse povo que continuam sendo repassadas nas comunidades e, agora, através da educação escolar, nas escolas das aldeias.

RECENTES ALDEIAS DO POVO OMÁGUA/KAMEBA: FORMAÇÃO

Como referência de liderança para os indígenas que habitam as aldeias já citadas, faremos agora uma breve trajetória de vida de Valdomiro Cruz, pois foi a partir de sua liderança e migrações com a família, espalhada por alguns municípios do Amazonas, que a cultura e a língua resistiram e continuam a ser transmitidas mesmo após tanto período de silenciamento.

A história de vida de Valdomiro é contada a partir da vinda de seus pais, avós e tios para o Amazonas, que vieram de Jurimagua, no Peru, passando por diversas localidades até entrar em território brasileiro, passando pela região do rio Javari, na ilha do Mapana, onde passaram cerca de dois anos, foi aí que João Polungú da Cruz, o coronel da região e dono de seringal, adotou a família de Valdomiro e do qual receberam o sobrenome que carregam até hoje. Foram dispensados do recrutamento para guerra do Paraguai em 1860. De lá seguiram para ilha do Capote, no município de Fonte Boa, onde ele nasceu em 1919. Lá a família aumentou, ainda nesse local iniciou-se o processo de perda linguística pois foram obrigados a deixar de falar a língua Omágua, contudo, quando estavam a sós, as conversas familiares eram na língua originária do povo.

Os pais e irmãos de Valdomiro foram vítimas de tuberculose, sobrevivendo apenas ele e sua esposa. Da ilha de Mapana, juntamente com sua esposa e filhos, foram para Atiparaná entre São Paulo de Olivença e Fonte Boa, além de passar alguns anos em Urutuba (São Paulo de Olivença) e em Arariué (Fonte Boa), em seguida foram para Jaquiri,

onde fundaram uma aldeia e lá viveram por vinte e cinco anos, até que, por motivo de saúde, teve que morar em Manaus por três anos (período do tratamento), retornou para Jaquiri (Maraã) e, em seguida, foi o rio Cuieiras (afluente do Rio Negro), onde fundaram a aldeia Nossa Senhora da Saúde, hoje comunidade Três Unidos (cerca de 60 km de Manaus).

Ele viveu seus últimos anos na aldeia Tuurukari-uka, em Manacapuru, a aldeia mais recente do povo que ele ajudou a fundar. Fica na rodovia AM 070 – Manoel Urbano, mais precisamente na comunidade do Ubim. Ele faleceu em Manaus em setembro de 2014, deixou um legado e enorme contribuição para seu povo.

As aldeias de Alvarães (Comunidade Igarapé Grande), Tefé (Comunidade Barreira do Meio), Coari (terra indígena Cajuhiri Atravessado) também foram fundadas por Valdomiro quando passou um algum período de tempo nesses lugares, quando ia visitar algum parente de que tinha notícia e ao chegar ao local, morava na comunidade e estabelecia uma aldeia Omágua/Kambéba juntamente com os indígenas que lá viviam. Em todas essas aldeias, há filhos e netos, seus descendentes que continuam na luta pelo reconhecimento e melhorias para seu povo.

No mapa a seguir, pode-se visualizar a localização das aldeias do povo e o sentido de migração da família de Valdomiro, desde sua vinda do Peru, até Manaus:

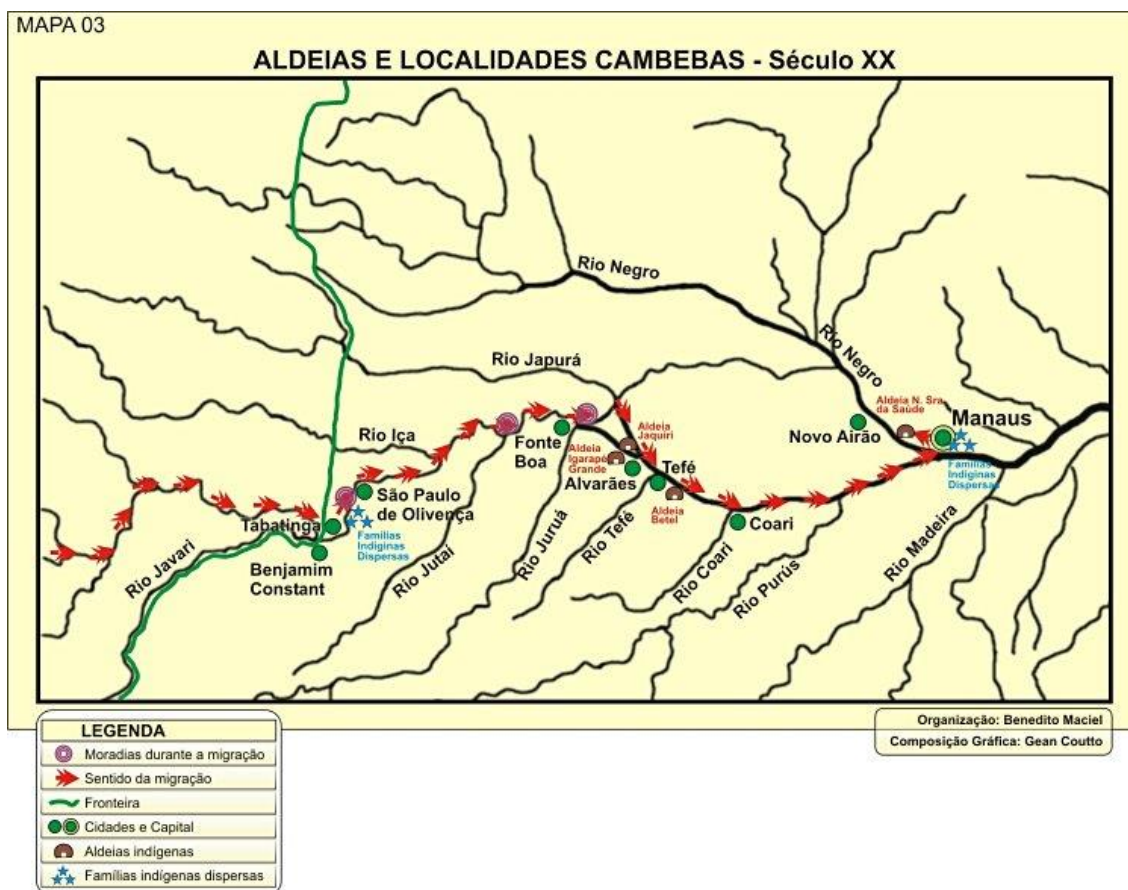


Figura 1 - Mapa de localização dos Omágua/Kambéba no século XX

Fonte: Instituto Socioambiental, disponível em

<http://piib.socioambiental.org/pt/povo/kambéba/320>. Acesso em 14 nov. 2015.

Há uma população numerosa, porém sem dados oficiais, de indígenas dessa etnia que residem em Manaus, muitos deles no bairro de Val Paraíso, onde se reúnem para construir a luta para eles que vivem nos centros urbanos e possuem as demandas de escola indígena, terra, saúde diferenciada nos contextos longe de suas bases. Eles também estão na resistência de ser indígena na cidade.

Há relatos de outras aldeias Omágua/Kambéba em outras comunidades e outros municípios do estado do Amazonas, porém não há dados oficiais sobre essa população, além dos que habitam o alto Solimões e também formam um povo numeroso.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal de. Novo Descobrimento do Rio Amazonas. Edição, tradução e introdução ESTEVES, Antônio R. Coleção Orellana. Uruguai, 1994.

BONIN, Iara Tatiana & SILVA KAMBEBA, Raimundo Cruz da (Orgs.) **Aua**: Kambeba a palavra da aldeia Nossa Senhora da Saúde. Brasília: Cimi/Unicef, 1999.

CARVAJAL, Gaspar; ROJAS, Alonso e ACUÑA, Cristóbal de. **Descobrimento do rio da Amazonas**. Traduzido e anotado por C. de Melo Leitão. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941. (Série 5-Brasiliiana, Vol.203).

MACIEL, Benedito. “*Afirmção étnica e movimento indígena em Tefé: o caso dos Cambeba*”. In **SOMANLU** - Revista de Estudos Amazônicos, ano 5, n. 1, jan./jun, 2005.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo rio Amazonas**/ tradução, introdução e notas de Antônio Porro. 2 Ed. em português. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

PORRO, Antônio. **As Crônicas do Rio Amazonas** / Tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RODRIGUES, A.D. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SILVA, Márcia Vieira da. **Reterritorialização e identidade do povo Omágua- Kambeba na aldeia Tururucari**- Uka/Márcia Vieira da Silva. Dissertação de mestrado. Manaus, AM: UFAM, 2012.

4. TERRITÓRIO INDÍGENA KAIXANA E O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE TERRA

LIMA, Suzana Carvalho

INTRODUÇÃO

A questão indígena é entendida como um segmento da miscigenação, ao mesmo tempo é a história dos ancestrais, os quais possuíram uma identidade territorial formada em uma base material/objetiva e uma base imaterial/subjetiva que foram constituídas por meio de suas relações com o território, por meio das crenças, valores, tradições e costumes no processo de constante movimento.

A necessidade do estudo assenta-se no fato de que as questões indígenas no Brasil são diversas, de acordo com as diferenciações de cada região, o que se faz importante na análise e no estudo em áreas específicas para a compreensão da organização e reprodução dos sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, pretende-se compreender as principais discussões sobre identidade, território e políticas públicas, destacando o comportamento sociocultural e organizacional da Comunidade São Francisco de Tonantins (AM). Dessa forma, espera-se contribuir com estudos e pesquisas, no intuito de possibilitar o avanço do conhecimento sobre a identidade Kaixana e também suas possibilidades de desenvolvimento tanto social quanto econômico.

O interesse pela temática surgiu a partir das pesquisas e discussões realizadas no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (NCSA-UEA-Núcleo Tabatinga-AM), ainda no período de graduação em Geografia, partindo das observações feitas nas Comunidades Indígenas, quando realizávamos oficinas sobre desmatamento e disputa por territórios no Alto Solimões.

A escolha da Comunidade São Francisco se deu, principalmente, pela territorialização dos indígenas Kaixana, pela reprodução das famílias, pelo acesso às políticas públicas e pela observação nas relações entre indígenas e não indígenas. Salienta-se que a Comunidade São Francisco faz parte de minha trajetória de vida, como

sujeito atuante e participante da realidade local (nasci em 1988 e sempre morei na Comunidade), uma vez que possuo um laço de pertencimento, pois foi na Comunidade que constituí minha identidade. “Sou Kaixana”, não tenho o registro indígena “Rani”, mas tenho herança sanguínea dos Kaixana.

Atualmente, o povo Kaixana vive em comunidades ribeirinhas e até mesmo no centro da cidade de Tonantins. No entanto, são poucas as pessoas que relembram as atividades exercidas por este povo, muitos desconhecem ou poucos sabem sobre seus ancestrais, como viviam, caçavam, pescavam e realizavam seus rituais. Vale ressaltar a dificuldade em encontrar referências sobre este grupo, poucos ou até raros autores abordam sobre esta etnia, tornando-se mais difícil a pesquisa sobre esses sujeitos.

Contudo, o processo de luta pelo território e identidade étnica dos Kaixana fez com que esse povo não fosse esquecido, pois suas ações são as formas de clamar por uma vida justa no seio da Amazônia. Com isso, pretende-se incentivar as atuais e futuras gerações a conhecerem sobre a história do povo Kaixana que contribuiu para a formação da população tonantinense por meio da historicidade, uma vez que esta articula o passado com o presente, fazendo com que sejam lembrados seus antigos integrantes e suas culturas.

Nessa perspectiva, a hipótese que sustenta a presente investigação é que as políticas públicas implantadas pelo Estado para garantir a segurança dos indígenas e seus direitos acabam fomentando a discussão sobre a identidade Kaixana, a demarcação de Terras Indígenas (TI) e as disputas territoriais por indígenas e não indígenas que são frequentes, colocando em risco a manutenção dos modos de vida das populações tradicionais localizadas no interior do Amazonas. Dessa forma, destaca-se a necessidade de conhecer a dinâmica da aplicabilidade das políticas indigenistas, suas estratégias e contradições, como medida para repensar o modelo de desenvolvimento adotado para os povos indígenas, pautando-se na produção de estratégias de modo a correlacionar o contexto brasileiro com a realidade do noroeste amazônico.

Quem são os Kaixana?

Nos territórios amazônicos é constante a presença de autoidentificação entre os Povos e Comunidades Tradicionais sobre a identidade étnica, havendo a presença de

conflitos sociais entre os que convivem em áreas urbanas ou não. O povoamento dos indígenas Kaixana formou-se nas comunidades ribeirinhas (Quadro 01).

COMUNIDADES	ETNIAS	Nº DE PESSOAS
Bico da Chaleira	Kaixana	45
Bom Futuro	Kocama	57
Bom Pastor	Kaixana	56
Cumã	Kaixana	36
Espírito Santo	Kaixana	41
Lago Grande	Ticuna	254
Marimari	Ticuna	299
Nossa S ^a de Nazaré	Kocama	37
Nova Aliança	Kaixana	41
Nova Baixa Verde	Kocama	57
Nova Canaa	Kocama	23
Nova Jerusalém	Kaixana	109
Nova União	Kocama	108
Novo Horizonte	Kocama	14
Porto Nascimento	Kocama	31
Prosperidade	Kocama	176
Santa Cruz	Kocama	368
Santa Fé	Kaixana	97
São Domingo I	Kocama	30
São Francisco do Muria	Kaixana	22
São Lázaro	Kaixana	38
São Pedro	Ticuna	191
São Sebastião	Kaixana	79
Sítio São Francisco	Kocama	27
Sítio São Sebastião	Kocama	69
Total de Kaixana		564

Total de indígenas no geral	2.305

Quadro 01: Comunidades indígenas que são atendidas no Polo Base da Saúde Indígena no Município de Tonantins.

Fonte: Secretária do Polo Base da Saúde Indígena de Tonantins.

Organizado: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. (2017).

De acordo com o quadro, as comunidades Kaixana somam um total de 564 indígenas distribuídos em 10 comunidades no município de Tonantins, porém, a área pesquisada - São Francisco de Tonantins - não é apresentada, pois, segundo os entrevistados, ainda se encontra em estudo antropológico. Esse é um dos questionamentos dos Kaixana que residem na referida comunidade: por esta não ser reconhecida como terra indígena muitas políticas deixam de ser cumpridas, como exemplo, o atendimento médico no posto de saúde indígena no município.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário/Cimi (Norte I), existem treze terras ocupadas pelos Kaixana, mas apenas Mapari, no município de Jutaí e São Sebastião, em Tonantins, constam na lista oficial da Fundação Nacional do Índio/Funai. Outras onze encontram-se em análise e estudo.

As primeiras notícias da ocupação de índios Kaixana na região do Alto Solimões datam de 1691, ano em que Samuel Fritz elaborou o mapa da bacia amazônica com plotagem aproximada de vários agrupamentos indígenas. “[...] a ocupação dos Kaixana tem sido plotado apenas às margens do rio Tonantins, onde ainda moram seus descendentes, são várias as evidências que apontam para as antiguidades da ocupação na extensão de terra firme que vai do rio Tonantins ao igarapé Copeçu” (SAMUEL FRITZ, 1691 apud ITACARAMBY, 2006, p. 01).

A presença desses povos é frequentemente encontrada nos municípios do Alto Solimões, como Santo Antônio do Iça, Japurá, Jutaí, Tonantins e São Paulo de Olivença. A ocupação dos povos tradicionais em um território dá aos mesmos a autonomia de declarar e firmar sua etnia, diante disso, o grupo étnico Kaixana, por meio da sua autoidentificação, busca a partir de suas práticas socioculturais e dos usos do território a demarcação de suas terras.

Esses movimentos apontam para o caráter emancipatório das lutas pautadas numa politização da própria cultura e de modos de vida tradicionais, ou seja, um processo de politização dos costumes em comum, produzindo uma espécie de “consciência costumeira”

que vem re-significando a construção das identidades dessas populações que, ancoradas nas diferentes formas de territorialidade, se afirmam num processo que, ao mesmo tempo, as direciona para o passado, buscando nas tradições e na memória sua força e aponta para o futuro, sinalizando para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política. (CRUZ, 2006, p. 58, grifos do autor).

A relação de vivência dos Kaixana e a integração na sociedade são construídas por meio da identidade, coletiva ou individual, para assim obter em seu cenário a atuação de direitos executados pelo poder público governamental, sendo uma tarefa árdua compromissada e complexa para muitos indígenas que acabam desistindo de obter seus direitos através da identidade Kaixana. É relatado pelos moradores que os índios Kaixana foram escravizados, maltratados e obrigados a se retirarem de seu território, pois em meio a disputas por poder o confronto entre indígenas e brancos expulsou-os de seus habitats. Cabe ressaltar que o nome da aldeia indígena já foi Canaria, Caiuvizena e, na atualidade (2017), é conhecida como Kaixana. Destaque-se que esses nomes eram dados pelos portugueses.

Os Kaixana foram expulsos daqueles aldeamentos de mais fácil acesso, situados à margem esquerda, próximos à confluência dos rios Mapari e Japurá, local preferido pelos novos ocupantes para estabelecerem seus assentamentos. No caso específico da Terra Indígena São Sebastião, possivelmente no início do século XX, em seus reservatórios naturais com maior concentração de seringueiras, foi instalada uma empresa seringalista. Com a inserção de um novo ator social - o “patrão” - foi introduzido outro padrão nas relações de produção, fundamentado por um regime de servidão impulsionado pelo sistema que se tornou típico do seringalismo: o aviamento. Neste, o trabalhador via-se obrigado a oferecer o produto de seu trabalho a custos baixos, adquirindo bens de consumo a preços muito altos no estabelecimento comercial de seu patrão.

Houve momentos em que esta situação de subordinação chegou a níveis insuportáveis, culminando em uma série de conflitos e mortes. O desfecho deste período histórico vivido pelos Kaixana culminou na fuga de uma massa significativa de sua população para áreas que, à primeira vista, pareciam não interessar aos seringalistas: a várzea e o interior da mata. No entanto, para os índios esta fuga representou, ao mesmo tempo e contraditoriamente, uma possibilidade de sobrevivência física e uma ameaça ao

seu bem-estar e à reprodução de seu modo de vida, tendo em vista que tiveram de abandonar seu território tradicional, com tudo o que isto significa em termos econômicos, históricos e culturais. Os Kaixana que fugiram da terra firme se encontraram com os Kokama, sobretudo, nas comunidades de Jacapari e Bararuá, situadas em áreas de várzea.

Com a nova crise da borracha, os ocupantes não indígenas tiveram que se engajar em outras atividades. Provavelmente por este motivo este período foi, igualmente, marcado pela mudança na natureza da relação entre os migrantes e seus descendentes e os Kaixana: a opressão e a exploração que caracterizaram este relacionamento, na fase áurea da borracha, passaram a se transformar em uma relação menos desigual baseada na solidariedade e na troca de conhecimentos. Essa nova fase possibilitou o retorno dos Kaixana à margem esquerda do rio Mapari, na proximidade da sua foz, onde até hoje se localiza uma de suas comunidades.

Documentos do início do século XVIII já faziam menções a ações violentas contra essa população que culminaram em deslocamentos forçados e mortes. Foi, no entanto, nas décadas de 1940 e 1950 que a entrada de não índios no território Kaixana se intensificou, particularmente devido à exploração da borracha. Novas ondas migratórias ocorreram, mas, dessa vez, em direção a áreas pouco privilegiadas pelos seringalistas: a várzea e o interior da mata. Os Kaixana que fugiram da terra firme passaram a viver junto com os Kokama, sobretudo, nas comunidades de Jacapari e Bararuá, situadas em áreas de várzea. A crise da borracha fez com que muitos não índios abandonassem as atividades na região, possibilitando o retorno dos Kaixana a algumas áreas de ocupação tradicional. Entretanto, ameaças à integridade do ambiente e à qualidade de vida dos índios continuam a ocorrer, especialmente por conta de atividades ilegais de garimpo e pesca predatória na área. (Disponível no site [http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaixana/2078 2/2](http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaixana/2078%202/2)).

A população total foi estimada em 987 habitantes no ano de 2009 (segundo dados da Funasa). No texto apresentado pelo Pib socioambiental a Comunidade São Francisco aparece como área ocupada pelos Kaixana, porém, não há um aprofundamento sobre a questão da demarcação da terra indígena.

Para os indígenas o território é um conjunto de junções simbólicas e culturais, pois é nele que os Kaixana manifestam seus sentimentos de pertença e formam a base material

simbólica, valorando suas crenças, ritos e lendas, e esta base deve ser apreciada em sua dimensão cultural e identitária.

A *(Re)Existência* do povo Kaixana em permanecer no território e o anseio de demarcá-lo objetiva manter sua sobrevivência de forma física, cultural e organizacional, tornando o território uma das principais lutas do povo Kaixana.

A demarcação da Comunidade é o ponto que os indígenas mais indagam, é entendido que a demarcação e o reconhecimento do território são, ao mesmo tempo, o reconhecimento e a valorização dos povos que ali residem.

O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL: Reflexões sobre a Comunidade São Francisco de Tonantins/AM

No Brasil, as discussões sobre demarcação de território indígena se constituem como um dos mais polêmicos assuntos; na geografia, procura-se entender as relações de disputas de poder partindo da autoidentificação étnica. É definido pela Constituição Federal que toda área habitada por indígenas torna-se seu território de vivência. Nesse sentido, entende-se que a terra não é apenas um recurso natural, pois há um sentimento de pertença ao lugar onde é exercida a vida social.

É nesses territórios que os indígenas utilizam suas atividades produtivas e promovem a manutenção de seus hábitos e costumes. O território não significa apenas o lugar de morada dos indígenas, mas o lugar onde são extraídos os alimentos e realizadas as práticas de caça e pesca. No (quadro 02), têm-se a situação geral das terras indígenas (TIs).

Situação geral das Terras Indígenas (TIs)	Quantidade	% do total de TIs (não referente à extensão territorial)
Registrada (demarcação concluída e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou	398	35,66

no Serviço do Patrimônio da União).		
Homologadas (com decreto do/a Presidente da República e aguardando registro).	14	1,25
Declaradas (com portaria declaratória do Ministério da Justiça, e aguardando demarcação).	69	6,18
Identificadas (analisadas por grupo técnico da Funai, e aguardando decisão do Ministério da Justiça)	44	3,94
A identificar (incluídas na programação da Funai para identificação futura).	175	15,68
Sem providência	352	31,54
Reservadas (demarcação como “reservas indígenas” à época do SPI) ou “Dominiais” de propriedade de comunidades indígenas.	53	4,74
Com restrição	6	0,53
Grupo de Trabalho (constituído no MS como terra indígena)	5	0,44
Total	1.116	100

Quadro 02: Situação geral das terras indígenas no Brasil.

Fonte: FUNAI, 2017.

Organizado: Suzana Lima, 2017.

No Brasil uma das questões geográficas polêmicas é a disputa por territórios indígenas, principalmente quando se trata de processos de demarcação territorial. Existe no território brasileiro o quantitativo de aproximadamente 572 terras indígenas (Quadro 02), a extensão total dessas terras alcança 108.429.222 hectares, em sua maioria (405) localizadas na Amazônia Legal, somando 103.483.167 hectares, ou seja, praticamente 99% do total da extensão das terras indígenas do país concentram-se nessa região. Sendo que 398 estão registradas, 14 estão homologadas, 69 estão declaradas, 44 estão identificadas, 175 a identificar, sem providência 352, 53 reservas, com restrição 6, grupo de trabalho 5. Os critérios para o processo de demarcação de terras indígenas seguem a ordem:

- 1º – São realizados estudos de identificação e delimitação pela Funai, envolvendo pesquisas geográficas, antropológicas, territoriais, ambientais e outras;
- 2º – É feita a delimitação, que é repassada via Diário Oficial para o Ministério da Justiça, responsável pela sua declaração de limites;
- 3º – Com a autorização, as terras tornam-se declaradas após a realização de novos estudos, de forma que a área torna-se de uso exclusivo dos índios e a demarcação é autorizada. A demarcação física fica a cargo da Funai;
- 4º – É feito um levantamento fundiário pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para avaliar as benfeitorias realizadas pelos proprietários da área que agora pertence aos índios, pois o dono das terras perde a posse, mas recebe uma indenização caso tenha feito algumas dessas benfeitorias no local;
- 5º – As terras são homologadas pela Presidência da República;
- 6º – É feita a retirada dos ocupantes não índios da área, com pagamento das eventuais indenizações;
- 7º – É concluída a regularização e, portanto, a demarcação oficial com registro em cartório em nome da União;
- 8º – A Funai torna-se responsável por interditar a área, a fim de garantir o isolamento e a proteção dos indígenas que ali habitam.

A ordem é imposta, mas nem sempre é cumprida, pois sobre os territórios indígenas muitas são as disputas entre grupos de posseiros, grileiros e fazendeiros que confrontam os indígenas por disputa territorial. Nesses momentos o respeito aos originários é lançado ao chão, sem dignidade são desterritorializados por interesses de invasores causando danos à área de proteção patrimonial. O território indígena é constituído por um grupo de

pessoas que vivem no mesmo espaço e identificam-se como sujeitos atuantes em busca de *Re(Existir)* na terra em que habitam, construindo suas identidades por meio da organização do espaço e suas relações sociais, econômicas e culturais.

A partir da demarcação da terra indígena o sujeito almeja autonomia para exercer os direitos e interesses específicos dos povos indígenas, fundamentado na estruturação da/o terra/território e pautando-se no uso da cidadania com direito ao acesso à educação, saúde e valorização étnica. Oliveira (2008) explica:

É a autonomia que represente a distribuição de competências e a emancipação social, política e econômica; e autodeterminação que implique o respeito aos direitos indígenas, especialmente o reconhecimento dos seus territórios como espaços étnicos, visando o fortalecimento das comunidades indígenas. (OLIVEIRA, 2008, p. 04).

O processo de demarcação está imbricado na história de luta pelos direitos indígenas, buscando por meio do movimento indígena o fortalecimento político e organizacional desses povos, fortalecendo o orgulho de “ser índio”. Têm-se, na teoria, a Constituição de 1988, que é agraciada com boas ações e teve também seus avanços significativos na proteção e no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, porém, muitas vezes o que é disposto lá não é cumprido, ficando apenas como futuras perspectivas de direitos e interesses dos povos indígenas, os quais visam o reconhecimento de seus territórios como espaços étnicos e buscam a autonomia, fortalecimento e reconhecimento de seus saberes tradicionais indígenas. Segundo Araújo (2006):

A Constituição reconheceu aos povos indígenas direitos permanentes e coletivos e inovou também ao reconhecer a capacidade processual dos índios, de suas comunidades e organizações para a defesa dos seus próprios direitos e interesses. Além disso, a Constituição atribuiu ao Ministério Público o dever de garantir os direitos indígenas e de intervir em todos os processos judiciais que digam respeito a tais direitos e interesses, fixando, por fim, a competência da Justiça Federal para julgar as disputas sobre direitos indígenas (ARAÚJO et al., 2006, p. 40).

Na Constituição Federal, parágrafo 1º do artigo 231, diz que são terras indígenas TIs “as tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter

permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas [...] a sua reprodução física e cultural, segundo os seus usos, costumes e tradições”. Vale ressaltar que os direitos territoriais indígenas são originários, pois sua formação perpassa o passado com suas memórias e identidades étnicas. Entende-se que é de cunho da União a responsabilidade de demarcar (atuando a partir do artigo 231) a área ocupada pelos indígenas, realizando a demarcação de seus limites e assegurando a proteção dos mesmos e de seus recursos.

No caso da Amazônia, têm-se a maior concentração de povos indígenas, porém, ainda há muitas terras a serem demarcadas, como exemplo, o oeste do Amazonas, mais precisamente na Microrregião do Alto Solimões onde se encontra a concentração dos povos indígenas Kaixana, que enfrentam graves problemas de reconhecimento territorial. Destaque-se que o Estado é pouco eficiente ou mesmo atrasado em executar providências para assegurar o direito à posse dos Kaixana de seus territórios. Como base, têm-se o procedimento administrativo por meio do Decreto do Poder Executivo nº 1775, de 08/01/1996, que compreende as etapas a seguir: Identificação; contraditório; Declaração dos limites; Demarcação física; Homologação e Registro.

Sobre a demarcação da Comunidade São Francisco de Tonantins não se obteve documentos comprobatórios que evidenciassem a atual situação da comunidade no que se referente à demarcação da área. Porém, o cacique destaca “somos sabedores que não vão demarcar a nossa comunidade, mais nós queremos pelo menos respeito e direito de exercer nossa cultura”, evidencia-se, portanto, que a esperança em demarcar a comunidade em território indígena está desaparecendo. O desconhecimento do processo de demarcação chamou a atenção e, por inúmeras vezes, foi perguntado como está o processo de demarcação, obtendo-se como respostas que:

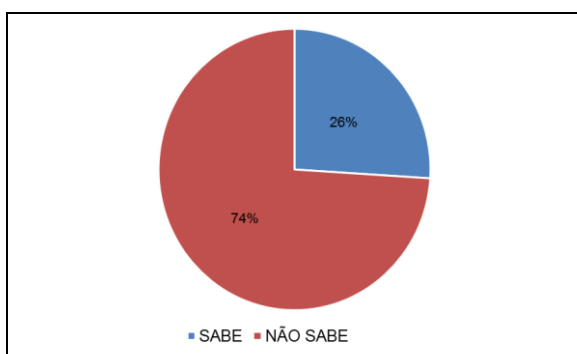


Gráfico 01: Porcentagem dos entrevistados sobre o processo de demarcação da Comunidade. .

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017.

É percebido que 74% dos indígenas não sabem sobre a questão de demarcação. É dito que a maioria dos moradores da Comunidade não se identifica como indígena, negando sua origem por medo, vergonha ou imposição do outro. Logo, não aceitam a demarcação da comunidade alegando não quererem perder sua propriedade para a União.

A primeira lei criada para demarcar as terras indígenas foi a 6.001 de 19 de Dezembro de 1973, Art. 19, em plena atuação militar. Na atualidade, a demarcação é assegurada pela Constituição de 1988, Art 231, e regulamentada pelo Decreto 1775 de 08 de Janeiro de 1988, como dito anteriormente. No entanto, as dificuldades se agravam a partir do momento em que o direito dos povos indígenas é submetido a propostas de emendas à Constituição, como exemplo tem-se a PEC 2015/2000. Tal ementa vem prejudicar e dificultar o processo de demarcação, favorecendo somente os interesses políticos e econômicos do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia tem papel fundamental no estudo do território como categoria de análise quando se trata de povos indígenas a partir da luta de classes. Os povos indígenas vivenciam um momento de barbárie em relação aos seus direitos como povos originários. Nesse contexto, a crise do século tenta oprimir os direitos desses povos de lutarem pela vida, pelo território, pela terra, pelos seus costumes e crenças a partir de seus conhecimentos e seus valores.

Dessa forma, o Kaixana permanece em seu território para disputar e defender seu lugar demonstrando a sua *Re(Existência)*. Percebe-se, também, a desigualdade e as contradições no território Kaixana, pois no desenvolver da pesquisa inúmeras vezes durante as conversas e entrevistas os Kaixana falavam sempre na terceira pessoa como se não estivessem narrando sua história, mas, sim, do outro.

As interpretações produzidas procuram estabelecer uma problemática sobre a ideia de que a apropriação do território garantiria o acesso às políticas públicas por meio da identidade. No caso abordado, a identificação do grupo Kaixana possibilita a demarcação da área requerida como forma de luta entre os atores sociais locais, garantindo, assim, o acesso às políticas públicas, na medida em que, este tema é apresentado como fator significativo à satisfação das necessidades básicas dos indígenas.

Portanto, o trabalho proporcionou um conhecimento sobre a realidade dos Kaixana por meio da dinâmica existente entre a identidade e o território, em que podem ser encontradas territorialidades comunitárias por um capital das forças políticas. Ao identificar a forma como as sociedades se estruturam e mantêm sua configuração de reprodução ou reconstrução identitária, percebe-se a relação estreita entre o território e a territorialidade, a qual exerce a prática de valores étnicos.

Vale destacar que foi a partir do imaginário dos Kaixana que se pôde compreender a história ancestral e de identificar-me como “Índia” pesquisadora e ao mesmo tempo sujeito pesquisado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A V. et al. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-59-X 208 p. (Coleção Educação para Todos; 14).

CRUZ, V. D. C. **Pela outra margem da fronteira**: território, identidade e lutas sociais na Amazônia. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006.

ITACARAMBY, Kênia Gonçalves. **Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Mapari (Processo FUNAI/2384/01)**. In: **Diário Oficial da União**, 03 de Abril 2006.

OLIVEIRA, A. da C.; LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 186-192, jul./dez. 2008

5. PENSANDO, HABLANDO Y HACIENDO TERRITORIO INDÍGENA EN UN ESPACIO URBANO TRANSFRONTERIZO DE LA AMAZONIA

URREGO, Angela López

Universidad Nacional de Colombia sede Amazonia

aplopezu@unal.edu.co

INTRODUCCIÓN

Este documento trata sobre la emergencia de la cuestión indígena en el complejo y cambiante contexto urbano en la región de frontera amazónica entre Brasil, Colombia y Perú, que ha llevado a la producción de espacios transfronterizos entre la tradicionalidad etnocultural y la modernidad. Este documento se realiza a partir de los avances de la investigación doctoral denominada “Representaciones territoriales indígenas en un espacio urbano transfronterizo en la Amazonia” en la cual he propuesto conocer, entender y representar el proceso de construcción de la territorialidad urbana transfronteriza indígena, en torno al establecimiento del Cabildo de los Pueblos Indígenas Unidos de Leticia – CAPIUL y el espacio emblemático de su Casa Grande (maloca) en la ciudad de Leticia.

Para lograr este propósito, desde el julio de 2016 se ha venido realizando una reconstrucción de la geohistoria del poblamiento indígena en el espacio urbano fronterizo de Leticia y el proceso social de conformación de una organización indígena en el mismo, denominada CAPIUL, a partir de ésta, se han observado y estudiado las maneras en que las representaciones territoriales indígenas se han reinterpretado para traducirse, recrearse, asimilarse e incorporarse en el espacio de su maloca, ubicada en centro urbano de Leticia, así como estrategias que ha usado CAPIUL en torno a la resignificación y apropiación de sus espacios culturales-comunitarios y la maloca como territorio indígena.

La metodología utilizada en esta investigación cualitativa de tipo interpretativo, se ha basado en la observación participativa, el estudio etnográfico y geográfico, en el que se han

utilizado métodos como historias de vida, la cartografía social, diálogos colectivos e individuales, acompañamiento, apoyo y participación en las actividades comunitarias y de la organización, así como recorridos en campo para comprender y construir la memoria de la espacialidad de los indígenas urbanos de Leticia, las representaciones territoriales urbanas desde las concepciones de territorio indígena y su práctica y asimilación en la maloca urbana.

A continuación, realizaré un breve resumen del contexto geográfico y social en el que se encuentran la comunidad del CAPIUL, posteriormente, me referiré a resultados que se han alcanzado durante la investigación y finalmente, a las reflexiones que han surgido en este proceso investigativo en torno a una nueva fase de descolonización donde los indígenas del CAPIUL buscan apropiarse como ciudadanos étnicos del espacio urbano, de los instrumentos e instituciones del Estado, sin retraerse de sus territorios de origen.

CAPIUL: una comunidad indígena en un espacio urbano fronterizo

La investigación se centra en el espacio urbano transfronterizo de Leticia, ciudad que conforma una conurbación con Tabatinga, su ciudad par ubicada en el lado brasilero de la frontera entre Colombia y Brasil, demarcada por la línea Apaporis-Tabatinga. Estas dos importantes centralidades regionales en medio de la selva amazónica, se ubican sobre el río Amazonas a 2.800 km de la desembocadura al mar Atlántico.

En este espacio habitan descendientes de 21 pueblos indígenas: Andoke, Bora, Carijona, Cocama, Cubeo, Curripaco, Ingano, Macuna, Matapi, Miraña, Muinane, Muruy (conocidos como Uitotos), Muina, Nonuya, Okaina, Tanimuca, Tatuyo, Tikuna, Tucano, Yagua, Yukuna y mestizos, 756 de estas personas, provenientes de diferentes lugares de la Amazonia colombiana, brasileña y peruana, conforman la comunidad del Cabildo de los Pueblos Indígenas Unidos de Leticia CAPIUL, y se encuentran asentados en los barrios de la ciudad Leticia y Tabatinga.

El principal espacio de encuentro de esta colectividad es la Casa Grande (maloca) del CAPIUL, la cual fue construida en el centro urbano de Leticia (Imagen 1), sobre un terreno de propiedad de la Alcaldía del municipio, y en ella se llevan a cabo encuentros

culturales, sociales y políticos, así como la reproducción de los conocimientos y prácticas propias de los pueblos indígenas, siendo el principal centro de manejo espiritual indígena del espacio-tiempo de acuerdo a los principios y propósitos culturales de los familias que la habitan y concurren.



Imagen 1. Ubicación de la maloca indígena del CAPIUL.

A pesar de las dificultades de la vida en la ciudad, los miembros del CAPIUL ha decidido tomar un camino con el fin de fortalecer sus conocimientos y prácticas de la PALABRA DE VIDA ante el inminente riesgo de su pérdida. La Palabra de Vida como la consideran, va ligada con el conocimiento, la espiritualidad, el territorio, la lengua, las prácticas tradicionales y las demás riquezas que han sido entregados por el Creador, lo cual fundamenta la cultura de cada pueblo y garantiza la pervivencia de las generaciones.

Una de las consecuencias del desplazamiento desde los territorios de origen hacia Leticia, ha sido la dispersión de los pueblos y la desestructuración del entorno familiar y social. En Leticia, entre los indígenas se mantienen relaciones familiares, por afinidades étnicas, lingüísticas y culturales. Esto ha permitido que en las últimas décadas las reuniones y encuentros alrededor de los mambaderos, actividades culturales como las fiestas

tradicionales, y las reuniones entre familiares y afinidades culturales, se haya construido y consolidado una comunidad multiétnica y pluricultural, quienes, a su vez, han mantenido un relacionamiento pacífico con otros grupos no indígenas y fronterizos.

En el proceso de organización social, han establecido un sistema de gobierno conformado por una Asamblea general comunitaria, el Consejo de Mayores/Sabedores Indígenas, el Cabildo CAPIUL y la asociación NAMITSAI. Cuentan también con un sistema administrativo que funciona como una junta directiva constituida por un gobernador, vicegobernador, secretario, tesorero, vocal y fiscal, quienes tienen como función la representación política y administrativa de la comunidad, por el periodo de un año.

La espacialidad transfronteriza de los indígenas en Leticia

Desde finales del siglo XIX se tienen registros de desplazamientos hacia Leticia, territorio indígena Tikuna, de grupos indígenas provenientes de la región del interfluvio Caquetá-Putumayo, a causa de la fiebre de Caucho, hecho que exterminó, esclavizó, diezmó y dispersó a miles de indígenas de sus territorios de origen. En los años posteriores, las situaciones que también generaron desplazamientos fueron las bonanzas, la extracción de pieles, la explotación de diversos recursos naturales como la madera y las charapas, los conflictos fronterizos estatales, los programas de colonización, la minería ilegal, el narcotráfico, cultivos ilícitos, la presencia de diferentes grupos armados como agentes del conflicto armado interno, el abandono estatal de las comunidades reflejado en la insuficiencia de los sistemas de salud, educación, servicios públicos, seguridad y la falta de oportunidades para el sustento económico de las familias de modo que les permita satisfacer las necesidades generadas por el sistema económico capitalista, el cual los hecho cada vez más dependientes. Igualmente, otras personas se han desplazado voluntariamente buscando la reagrupación familiar, trabajo, estudios o acceso a servicios de salud especializados.

Los primeros indígenas que llegaron a Leticia, provenientes de otros territorios indígenas, se asentaron a la orilla del pueblo, lejos del centro, era zona rural, hoy es parte de la ciudad. Estos indígenas eran del pueblo Muruy-Muina y los acompañaban los pueblos Miraña y Bora. Su tránsito estuvo marcado por las fronteras entre Colombia, Perú y Brasil,

lugares en donde se quedaron muchos de sus familiares y desde donde trajeron plantas y semillas que sembraron en Leticia para su alimentación. En ese tiempo, los indígenas no tenían noción de las fronteras nacionales, por lo que se asentaron en la quebrada del Urumutú, sin saber que se encontraban en el lado Brasileño. Allí se repartieron la tierra, hicieron chagras, y construyeron la primera maloca en cabeza de un indígena Murui del clan del pájaro mochilero.

En otras partes de este territorio tikuna, se encontraban otros asentamientos de esta étnia, con malocas propias en cercanías al pueblo que se conformaba como ciudad. Con ellos, sobrepasando las diferencias lingüísticas y culturales, realizaban el intercambio de alimentos y diálogos que les permitió realizar un acuerdo de convivencia como pueblos indígenas.

Cuando Brasil empezó a reconocer sus límites con Colombia, los indígenas fueron desplazados a causa de un programa de colonización. En la década de los 60's, cuando aún no había resguardo y se comenzó a construir la carretera Leticia-Tarapacá hasta el kilómetro 11, el gobierno colombiano conformó el asentamiento del kilómetro 6 y 11 con los indígenas del Urumutú, del río y los que se encontraban dentro del área proyectada como urbana. El encargado de hacer esta reubicación fue la DIGIDEC (Dirección General de Integración y Desarrollo de la Comunidad). La creación de otros asentamientos indígenas en esta zona llevó a la constitución del resguardo indígena Ticuna – Uitoto kms. 6 y 11 con una extensión de 7560.52 hectáreas.

Desde su fundación, la ciudad de Leticia ha estado habitada por varias familias indígenas ubicadas en los diferentes barrios constituidos como el piñal, Simón Bolívar, Victoria Regia y el Provenir (Comunidad YOI, 2016; López Urrego, 2017), quienes tenían y han mantenido una cercana relación con los otros asentamientos, familias indígenas y espacios de los municipios de Leticia y Puerto Nariño, zona de frontera y los otros territorios indígenas. A partir de la década de los 90's, varios mayores y líderes indígenas, tanto mujeres como hombres, se han venido reuniendo en casas de familias indígenas de diferentes culturas, buscando el diálogo, historias, la forma como fortalecerse como pueblos indígenas, por debían empezar y el cómo lo iban a realizar. Ha sido un proceso étnico y

social de casi 30 años que conllevó a la conformación del cabildo CAPIUL y la construcción de su maloca urbana.

Las representaciones territoriales indígena en el contexto urbano de Leticia

En esta vivencia en la ciudad, los indígenas han buscado la forma de materializar y reproducir sus conocimiento y prácticas tradicionales a partir del rescate y aplicación de sus formas de vida presentes en narraciones de origen de cada pueblo. Desde este contexto, los indígenas comprenden que el territorio es un ser vivo, es una expansión del cuerpo humano. Dicen que el territorio somos nosotros, que hace parte de nuestro cuerpo y que es la misma madre tierra. Por otro lado, la territorialidad la conciben como la criatura y los hijos de esa madre, lo humano, las plantas, los animales, y demás seres que conforman la naturaleza. Estas dos afirmaciones se fundamentan en que todo lo que existe en el territorio son seres vivos, la tierra, las piedras, las plantas, el agua, el aire, y demás, porque sirve y aporta a la vida.

Para ellos, el territorio es un ser vivo que tiene espíritu y un cuerpo material, habla, crece, se reproduce, necesita alimentarse, comunicarse, piensa, está hecho de aire, agua, tierra y todos los elementos de la naturaleza que hacen parte de él. El primer territorio humano o del ser vivo es el vientre de la madre. La mujer es una representación viva del territorio.

Dicen que cada uno vive de todo lo que la tierra nos da, el mambe, la coca, el ambil, los diferentes alimentos, cada uno tiene un conocimiento, el que cual comienza a transmitirse en el nuevo ser en el momento de la concepción. En el vientre de la madre el ser comienza a formarse, curarse y cuidarse. El siguiente territorio del ser es el entorno donde nace y vive, siendo en los indígenas, principalmente, la maloca, también están sus viviendas familiares y la comunidad. La primera madre de cada ser vivo, es la esencia de la tierra y el creador es el padre. Desde este concepto global, todo somos hermanos. La segunda madre, es la humana.

En cuanto a la cultura, les representa el conocimiento de la Palabra de Vida del creador frente al territorio, el saber cómo poder conectarse, compartir y relacionarse

permanente tanto uno con el como él con uno. Es la manifestación viva y espiritual de ese relacionamiento mutuo. Cada pueblo tiene diferentes formas de hacerlo, según sus usos y costumbres, a través de la lengua, actividades de trabajo, de cultivo, de manejo, el calendario ecológico, rituales, dietas, artesanías, etc. sin embargo, todos los pueblos lo hacen para un mismo fin, el beneficiamiento de todos.

Por último, señalan que el gobierno indígena no está representado en una persona, es el conocimiento. La persona que va a ejercer gobierno, tiene que ser de esa carrera de conocimiento específico, prepararse, adquirir experiencia para poder enseñar desde la realidad. Las personas de gobierno no se cambian, el gobierno se entrega o se transmite a los hijos, primos, hermanos o al que él decida, y este último se da en caso de fallecimientos o voluntariamente. En caso de fallecimientos fortuitos, los pueblos se reúnen y reconocen a una persona que tengan ese mismo nivel de conocimiento.

Actualmente, la principal forma de gobierno propio de CAPIUL se da con el Consejo de sabedores indígenas representado por una Autoridad Tradicional, quien también es el maloquero mayor y a su vez, lo acompañan mayores de los diferentes grupos étnicos que conforman el cabildo. Su función principal es la de acompañar el direccionamiento del proceso organizativo del cabildo, mediante los elementos sagrados y el manejo espiritual de las personas y su entorno. Otra función es la de realizar los rituales, bailes, curaciones, sanaciones y búsqueda de soluciones a los conflictos que surgen en la comunidad y armonizar las relaciones con los demás pueblos y grupos étnicos. También están encargados de la transmisión del conocimiento ancestral a las nuevas generaciones para salvaguardar la vida y culturas de los pueblos indígenas. Todo esto se realiza en la cotidianidad y durante la concentración en el mambeadero de la Casa Grande (maloca) del CAPIUL.

La maloca urbana de CAPIUL como territorio indígena

La Casa Grande (maloca) CAPIUL representa el mundo indígena desde los principios de cada pueblo, única en la ciudad de Leticia, es la Casa de Conocimiento de la comunidad indígena, donde reciben concejos, se enseña y práctica la Palabra de Vida, se dialoga y construye entre diferentes saberes, se hacen curaciones, rituales, bailes y fiestas

tradicionales de acuerdo al calendario ecológico, es el lugar desde donde se hace el manejo del mundo indígena para equilibrar el ambiente afectado por las enfermedades, problemas, conflictos, sufrimientos de las personas de los diferentes grupos indígenas y no indígenas existentes en Leticia, inclusive lo que acontece en sus territorios de origen y también en lo macro territorial.

En la Casa Grande está presente el mismo creador en forma de Tabaco y Coca, actuando entre las personas, la naturaleza y espíritus. Es manejada por un sabedor y su compañera. También es considerada un espacio sagrado, desde allí los Sabedores Indígenas se comunican espiritualmente con otros territorios, sitios sagrados y se relacionan con todos los entornos. En este espacio permanece la Vida de toda la gente, ya que espiritualmente todos están presentes en este lugar, allí se realiza el ritual de Yurapary para la curación y el manejo del mundo, asimismo, es un espacio de purificación y sanación del cuerpo de las personas. “Esta Casa no discrimina a nadie, pues todos son nietos y herederos del Creador. Todos los pueblos indígenas no pueden vivir sin este espacio, es de vital importancia que cada pueblo tenga su Casa Grande”. (Mayores y Sabedores del CAPIUL).

Al representar la Casa Grande (maloca) como un ser con conocimiento y cuerpo espiritual, argumentan la necesidad de otros espacios para su vida y funcionamiento, donde se puedan cultivar los elementos sagrados, plantas medicinales y para alimentación propia del cuerpo humano, principalmente las chagras, “Porque este conocimiento y cuerpo espiritual se alimenta del Tabaco, la Coca, la Yuca Dulce”. La chagra hace parte del cuerpo humano, representa el mundo por su variedad de semillas y plantas, y también es donde se vive la salud y la educación.

Desde la construcción de la maloca, CAPIUL ha buscado la unidad y ha logrado construir relaciones y acuerdos mutuos con comunidades de los resguardos y organizaciones indígenas del departamento, así como con instituciones gubernamentales y no gubernamentales. Desde el ámbito cultural, estas relaciones se han tejido alrededor de los mambeaderos, las invitaciones a bailes, espacios de integración y encuentros como la Primera Cumbre Intergeneracional de Autoridades Ancestrales-Tradicionales y Líderes Indígenas del Departamento del Amazonas, donde se reunieron las Autoridades de todos

los Pueblos indígenas amazónicos y acordaron 11 puntos, entre ellos, el blindaje del territorio indígena y en él, ejercer el gobierno propio. Otros espacios han sido la conmemoración del día internacional de la mujer indígena, el proceso de construcción del plan salvaguarda indígena y el proceso de víctimas indígenas, los cuales han tenido numerosas reuniones y mambeos en la Casa Grande (maloca) CAPIUL.

Desde el ámbito organizativo, CAPIUL ha construido relaciones con las organizaciones y asociaciones indígenas del departamento del Amazonas, ha realizado conjuntamente actividades con Ministerios, la Alcaldía de Leticia, la Gobernación del Amazonas, la Defensoría del Pueblo, Consulado de Colombia en Tabatinga, la Contraloría Departamental, la Policía Nacional e instituciones educativas como las escuelas locales, la Universidad Nacional de Colombia sede Amazonia, la Universidad de Santo Tomas, la Universidad Pedagógica de Colombia, la Universidad de Cartagena (U.T. Empodérate) y la Universidad do Estado do Amazonas (Brasil). Estas actividades se han concentrado en la Casa Grande (maloca) CAPIUL.

En lo político, CAPIUL ha incidido y participado en la construcción de procesos que han generado resultados como la organización de las mujeres indígenas del eje Amazonas y que las ha llevado plantear la constitución de una mesa municipal de mujeres indígenas, la constitución de la Mesa Permanente de Concertación Interinstitucional entre el gobierno y los pueblos indígenas, la Mesa Departamental de Víctimas Indígenas, el Plan de Ordenamiento Territorial de los pueblos Tikuna, Cocama y Yagua del Trapecio Amazónico (proyecto de Visión Amazonia en desarrollo), entre otros, que han tomado como uno de los principales espacios de encuentro la Casa Grande (maloca) CAPIUL.

Desde esta vivencia, prácticas y relaciones, CAPIUL comprende su territorio y territorialidad desde diferentes nociones y perspectivas, lo que ha implicado una nueva mirada a la comprensión de estos espacios por comunidades indígenas que viven en los contextos urbanos.

CONSIDERACIONES FINALES

Esta investigación evidencia que los indígenas han sido parte del proceso de construcción de la ciudad de Leticia, sin embargo, han sido sujetos a las condiciones y dinámicas que intentan regularizar y materializar el proyecto de modernidad del Estado en las ciudades Amazónicas y de la sociedad no indígena, limitándoles las oportunidades de poder construir sus propios espacios de acuerdo a sus pensamientos y prácticas como grupos indígenas en la ciudad.

Comprender esta realidad, ha implicado conocer las representaciones, vivencias y percepciones que en torno al territorio despliegan o ponen en juego, los grupos afiliados al cabildo; los conflictos, negociaciones y luchas por el reconocimiento territorial de este espacio, así como el sentido, el significado y las estrategias de apropiación y habitación del mismo.

Esta situación que, por un lado se suma a la necesidad de establecer políticas o mecanismos coherentes con la realidad transfronteriza y multiterritorial de los habitantes de las «urbes de la selva», considerando la coyuntura actual de la globalización de la región, el acelerado proceso de recomposición regional, y los procesos de fortalecimiento de la autonomía e integración indígena, por otro lado, evidencia la necesidad de entender la problemática de la ciudad amazónica y la crisis teórica, práctica y regional de su realidad urbana, al estar encajada en un racionalismo operativo que intenta controlar la lógica y práctica del hábitat urbano, y adaptarlo a las dinámicas de la globalización.

LITERATURA CITADA

Comunidad YOI. (2016). Reseña histórica de la comunidad tikuna YOI. Leticia, Colombia: Documento inédito.

López Urrego, A. (2017). Sobre la Gente de Tabaco y Coca en la ciudad de Leticia. *Mundo Amazónico*, 8 (2), 119–131. Retrieved from <https://doi.org/10.15446/ma.v8n1.63351>

6. EL VALOR DE LA PARTICIPACIÓN CIUDADANA: INSUMOS DESDE EL CONOCIMIENTO LOCAL, PARA EN EL PROCESO DE ACTUALIZACIÓN DEL PLAN BÁSICO DE ORDENAMIENTO TERRITORIAL DE LETICIA, AMAZONAS

PUERTAS, Diego Fernando Builes

Universidad Nacional de Colombia

dfbuiles@hotmail.com

1. Introducción

En Colombia, la Constitución Política de 1991 le otorga a la ciudadanía el derecho y el deber de participar deliberadamente en las decisiones públicas y la responsabilidad de construir de la mano de las instituciones, el desarrollo del país, lo cual se evidencia en los procesos democráticos, autónomos, incluyentes, equitativos y de promoción del desarrollo social y económico de los municipios que hacen parte del territorio nacional. Esta Constitución se dota entonces, de un marco jurídico donde establece orientaciones sobre las cuales se rige la política municipal; entre ellas están los instrumentos de planificación, como lo son los Planes de Desarrollo y los Planes de Ordenamiento Territorial (POT).

Los POT, tienen su sustento constitucional en el artículo 311 de la Constitución Política, donde se les asigna a dichas entidades territoriales la competencia de ordenar el desarrollo de su territorio. Además, la Ley 388 de 1997, se constituye en la disposición especial que regula de forma específica los POT en Colombia, complementada posteriormente por diversas leyes y decretos, entre ellas la Ley 1454 de 2011 (LOOT).

También, el artículo 6º de la Ley 134 de 1994, modificado por el artículo 3º de la Ley 1551 de 2012, establece, entre otras, funciones específicas para los municipios:

1. Formular y adoptar los planes de ordenamiento territorial, reglamentando de manera específica los usos del suelo en las áreas urbanas, de expansión y rurales, de acuerdo con las leyes y teniendo en cuenta los instrumentos definidos por la UPRA para el ordenamiento y el uso eficiente del suelo rural.

2. Optimizar los usos de las tierras disponibles y coordinar los planes sectoriales en armonía con las políticas nacionales y los planes departamentales y metropolitanos.

Menciona además que, los Planes de Ordenamiento Territorial serán presentados para revisión ante el Concejo Municipal cada 12 años, buscando con ello garantizar procesos constantes de participación, concertación y cooperación de los ciudadanos habitantes del territorio, para que esta pueda posibilitar el derecho a la participación en las decisiones que inciden en la organización del lugar que habitan.

Dicha normativa es clara en reconocer la multietnicidad y diversidad de actores dentro del territorio, los cuales serán tenidos en cuenta sin distingo alguno de raza, procedencia, etnia, condición social ni ningún factor que impida su participación democrática y transparente. Por lo tanto, se debe garantizar, como se ha mencionado, el cumplimiento de la Ley 388 de 1997 y de los Decretos 4002 de 2004 y 1077 de 2015, que señalan el rol y los mecanismos de participación, concertación y consulta en los procesos de Ordenamiento Territorial, no sólo en la evaluación de documentos, procesos y experiencias anteriores sino en también en el proceso de formulación misma del POT.

La multietnicidad está amparada bajo la Ley 21 de 1992 que ratifica el convenio número 169 sobre pueblos indígenas y tribales en países independientes, adoptado por la 76ª reunión de la Conferencia General de la O.I.T en Ginebra 1989. Entre los referentes especiales que fueron tenidos en cuenta para esta propuesta metodológica, se citan los siguientes artículos:

Artículo 6: a). Consultar a los pueblos interesados, mediante procedimientos apropiados y en particular a través de sus instituciones representativas, cada vez que se prevean medidas legislativas o administrativas susceptibles de afectarles directamente.

b). Establecer los medios a través de los cuales los pueblos interesados puedan participar libremente, por lo menos en la misma medida que otros sectores de la población, y a todos los niveles en la adopción de decisiones en instituciones electivas y organismos administrativos y de otra índole.

Artículo 7: 1. Los pueblos interesados deberán tener el derecho de decidir sus propias prioridades en lo que atañe al proceso de desarrollo, en la medida en que éste afecte a sus vidas, creencias, instituciones y bienestar espiritual y a las tierras que ocupan o utilizan de alguna manera, y de controlar, en la medida de lo posible, su propio desarrollo económico, social y cultural. Además, dichos pueblos deberán participar en la formulación, aplicación y evaluación de los planes y programas de desarrollo nacional y regional susceptibles de afectarles directamente. 2. Debe ser prioritario, el mejoramiento de las condiciones de vida, de trabajo y del nivel de salud y educación de los pueblos interesados, en los planes de desarrollo económico global de las regiones donde habitan. Los proyectos especiales de desarrollo para estas regiones deberán también elaborarse de modo que promuevan dicho mejoramiento, con su participación y cooperación. 3. Los gobiernos deberán tomar medidas, en cooperación con los pueblos interesados, para proteger y preservar el medio ambiente de los territorios que habitan.

Artículo 32: Los gobiernos deberán tomar medidas apropiadas, incluso por medio de acuerdos internacionales, para facilitar los contactos y la cooperación entre pueblos indígenas y tribales a través de las fronteras, incluidas las actividades en las esferas económica, social, cultural, espiritual y del medio ambiente.

De otro lado, la Ley 21 de 1992, junto con la constitución política de 1991, dan la apertura a la consolidación de los planes de vida indígena, instrumentos de empoderamiento y autodeterminación comunitaria, basada en la cosmovisión y usos tradicionales que los pueblos indígenas tienen sobre el territorio.

Estos instrumentos, pensados y desarrollados primeramente por pueblos indígenas colombianos, han extendido su uso a través de todo Latinoamérica. Los planes de vida son entonces un paralelo a los planes de ordenamiento territorial pensado localmente con base en su autodeterminación como pueblo originario sobre los territorios ocupados por estos.

El reconocimiento de la multiétnicidad constituye un fuerte pilar dentro de la participación ciudadana del municipio de Leticia, al contar con al menos 10 pueblos indígenas representados en: Los Tikuna, Cocama, Yagua, Murui-Muina, Bora, Miraña, Ocaina,

Yucuna, Macuna, Andoque, entre otros, los que para el año 2005 representaban el 23% de la población total del municipio. En la actualidad su población tiene una proyección ascendente en los 17 resguardos indígenas, por lo que su participación no solo es una cuestión normativa, sino decisiva en la consolidación del PBOT de Leticia.

Para conseguir que la participación contara con los atributos mencionados, se propició de manera planeada, sistémica y sistemática los espacios de interlocución, diálogo, debate y concertación que permitieron que los actores participaran activamente y se empoderaran en su propio territorio, para identificar las problemáticas más relevantes y proponer soluciones viables de acuerdo a las condiciones y características del Municipio.

Adicionalmente, se usaron herramientas e instrumentos metodológicos para la participación ciudadana, que desarrollaron capacidades y mejoraron las habilidades para percibir la información, analizarla, debatir, calificar, clasificar, priorizar, tomar decisiones, generar estrategias y consensos. Todo esto fue una contribución al mejoramiento de la calidad de vida.

Las anteriores premisas fueron el sustento fundamental para conseguir que la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia, se realizara mediante procesos objetivos, basados en evidencias rigurosas que provenían del seguimiento y evaluación detallada de los técnicos encargados del ordenamiento territorial, además enriquecido, por el acompañamiento de expertos, la experiencia de los funcionarios municipales y de los valiosos puntos de vista de ciudadanos y todos los actores interesados.

2. Objetivos

General

De acuerdo con los lineamientos anteriores se propuso el objetivo general de: “Planificar y ejecutar la estrategia de participación ciudadana adecuada, que propiciara los canales y escenarios de información, participación, discusión y concertación para garantizar el reconocimiento del saber de los actores locales sobre las particularidades sociales,

geográficas y ambientales del territorio del Municipio en el que habitan, como base para la identificación de principales problemáticas y definición de las posibles propuestas y estrategias para la construcción colectiva en el proceso de actualización del PBOT Municipal”.

Específicos

Los objetivos específicos fueron:

- Realizar el mapeo de actores sociales, ambientales, territoriales e institucionales del municipio y proponer las diferentes categorías para la articulación en la estrategia de participación para la actualización del PBOT del municipio de Leticia.
- Propiciar los diferentes momentos de la estrategia de participación social, para realizar el intercambio de saberes entre conocimiento local de las categorías de actores propuestas y el equipo técnico para la actualización del PBOT del municipio de Leticia.
- Facilitar la consolidación de insumos técnicos y temáticos relevantes para la inclusión en el documento diagnóstico que hace parte de la actualización del PBOT del municipio de Leticia.
- Propiciar que los insumos participativos sean parte de la construcción colectiva en el proceso de actualización del PBOT Municipal.

3. Propuesta Metodológica General, para la Participación Social en el Proceso de Actualización del PBOT de Leticia

La metodología participativa de facilitación que se desarrolló está orientada en la herramienta para la facilitación de procesos de discusión y análisis de temas relacionados con múltiples actores interesados, desarrollada en la Universidad de Wageningen (Holanda). Esta metodología parte de la premisa que los actores sociales, institucionales y territoriales entre otros, poseen saberes y conocimientos técnicos y temáticos muy valiosos, debido a que fueron obtenidos a través de la experiencia en el contexto territorial local y regional. Los aportes de este conocimiento local y regional se convierten en importantes norteadores de la planificación y la toma de decisiones.

Estos insumos, contenidos en saber temático local, deben ser complementados con los conocimientos técnicos y normativos aportados por otros actores, relacionados con la institucionalidad, la educación, la investigación, la salud, la seguridad alimentaria, los determinantes ambientales, el uso del suelo, los dinamizadores económicos, las dinámicas transfronterizas y las relaciones diplomáticas, entre otras temáticas, que poseen las diferentes categorías de actores del Municipio de Leticia.

Para determinar las diferentes categorías de actores, a las que se les iba a dirigir la estrategia de participación, se realizó un mapeo usando las bases de datos suministradas por la administración local y otras bases de datos de dominio público y privado de la jurisdicción del Municipio de Leticia. De acuerdo con el mapeo, se propusieron 9 categorías de grupos de actores y sus posibles enfoques (Tabla 1), para realizar con cada una de ellas, actividades en los diferentes momentos de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT.

Tabla 1. Categorías propuestas para grupos de actores, que se reunirán en las diferentes Mesas Técnicas y Temáticas, consideradas para el primer momento de la Estrategia de Participación, para la actualización del PBOT de Leticia.

Categorías Propuestas	Composición de las categorías para la participación en las Mesas Técnicas y Temáticas	Enfoques de las Mesas Técnicas y Temáticas
1. Institucionales y Autoridades	Consejos Territoriales de Planeación, Consejo Consultivo de Planeación, Secretaría de Medio Ambiente, Corpoamazonia, Parques Naturales, UPRA, Minvivienda, Ambiente y Desarrollo Sostenible, Organizaciones de	Biodiversidad y Conservación/Cultural/Transfronterizo

Ambientales y Territoriales	vivienda, ICA, Agencia Nacional de Tierras. Red de Reservas de la Sociedad Civil	
2. JAC y Veedurías	ASOCOMUNAL, Juntas de Acción Comunal (JAC), Veedurías, Organizaciones y Asociaciones de la sociedad civil.	Social/Transfronterizo
3. Fuerzas Militares	Policía, Ejército, Fuerza Aérea, Naval. Aeronáutica Civil, Capitanía de Puerto, Bomberos, Defensa Civil	Seguridad/Transfronterizo
4. Protección Especial	Población en estado de discapacidad, Adulto Mayor, Infancia y Juventud, Afro, LGTBTI	Social
5. Comunidades Indígenas	Autoridades Ambientales y Territoriales Tradicionales, Consejo de Ancianos, Organizaciones y Asociaciones de los pueblos indígenas: AZCAITA, ATICOYA, ACITAM. Cabildos Urbanos: CAPIUL, TIGUA, ACITACOY	Cultural/Social/Biodiversidad y Conservación/Seguridad/Transfronterizo
6. Gremios y Turismo	Comerciantes, Oferentes de Servicios, Industria, Transportadores (terrestres y fluviales), Empresas prestadoras de salud, Muelle, Inspección Fluvial. Productores Agropecuarios, Procesadores de Alimentos, Artesanos, Mypes y Pymes, Cámara de Comercio . FONTURAMA, Secretaría de Turismo, Promotores y Prestadores de servicios	Económico/Cultural/Social/Biodiversidad y Conservación/Transfronterizo
7. Instituciones Educativas y ONG's	Secretaría de Educación, COOTEA, Instituciones Educativas: (INEM, Normal Marceliano Canyes, Francisco Vela, San Juan Bosco, Cristo Rey, entre otros). SENA.. Fundación Omacha, CODEBA Asociaciones de la Red de Reservas de la Sociedad Civil.	Social/Cultural/Biodiversidad y Conservación/Transfronterizo
8. Diplomáticos y Consulares	Cancillería, Gobierno Municipal y Departamental del Amazonas (Col), Gobierno Local Tabatinga (Bra), Gobierno Local Santa Rosa (Per) Consulados de la Triple Frontera,	Social/Cultural/Económico/Biodiversidad y Conservación/Seguridad/Transfronterizo
9. Concejo Municipal.	Concejo Municipal, Gobierno Municipal y Departamental, Coordinación grupo consultor MC ingeniería.	Social/Cultural/Económico/Biodiversidad y Conservación/Seguridad/Transfronterizo

Dichos momentos de la estrategia de participación consistieron en: 1. Instalación de Mesas Técnicas y Temáticas por grupos de actores; 2. Instalación del Foro de Contextualización y Priorización y 3. Instalación del Foro de Concertación y Definición de Propuestas. En cada uno de estos momentos se propuso un proceso de facilitación participativa con exposiciones dinámicas y herramientas interactivas, en las que las personas pudieron relacionarse y a través del trabajo colectivo, pudieron identificar, priorizar y definir las problemáticas locales que afectaban el territorio, los recursos renovables o no renovables y/o a los actores mismos.

A continuación se presenta un detalle explicativo sobre estos momentos.

3.1.Primer Momento: Instalación de Mesas Técnicas y Temáticas por Categorías de Actores

En este primer momento se buscó facilitar intercambio de saberes y conocimientos locales, que fueron potenciados a través del proceso de facilitación, que incluyó: i.) Contextualización técnica sobre el instrumento municipal para la planificación territorial conocido como Plan Básico de Ordenamiento territorial, PBOT. ii.) Contextualización técnica sobre el avance en la revisión y evaluación inicial para la actualización del PBOT iii.) Presentación e introducción a la metodología de participación iv.) Aclaración de dudas, comentarios y discusión de propuestas para abordaje metodológico de las mesas técnicas y temáticas v.) Trabajo en equipos de acuerdo al abordaje metodológico aprobado; vi.) Identificación, descripción y localización geográfica de las principales problemáticas que afectan los actores; vii.) Exposición de los resultados obtenidos por grupos; vii.) Estructuración de la matriz del árbol de problemas general, para la consolidación como insumo de cada mesa técnica y temática, realizada para las categorías de actores definidas.

Para favorecer y estimular la auto-organización se nombraron por lo menos 5 representantes de cada mesa técnica y temática por categoría de actores, que tuvieron la responsabilidad de mejorar la matriz del árbol de problemas preliminar obtenida en este momento metodológico.

3.2.Segundo Momento: Sesiones del Pre-Foro de Consolidación de Problemáticas con los representantes de las categorías de actores

El segundo momento de la estrategia de participación, consistió en sesiones de reuniones con los representantes de las categorías de actores, para consolidar los insumos obtenidos en el primer momento de las Mesas Técnicas y Temáticas. Luego de la consolidación, se facilitó el proceso para la preparación de exposiciones con cada uno de estos insumos consolidados, para ser presentadas en el siguiente momento de la estrategia.

3.3.Tercer Momento: Instalación del Foro de Consolidación General con todas las categorías de actores y el público Asistente

En este tercer momento de la estrategia de participación se realizó la instalación del foro de consolidación general, en el que se presentaron las exposiciones técnicas sobre el avance

de los procesos de seguimiento y evaluación del PBOT y la estrategia de participación ciudadana. Luego se presentaron las exposiciones de los representantes de las categorías de actores con sus insumos consolidados sobre: Capítulo Indígena y. Lista de problemáticas más relevantes por categorías de actor. Posteriormente se dio espacio para el análisis colectivo de todas las problemáticas expuestas por los representantes de las categorías de actores y se realizó un trabajo interactivo de redacción adecuada, complementación de las problemáticas citadas y ponderación de acuerdo a su repetición, en los diferentes momentos de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia.

4. Resultados del Primer Momento: Mesas Técnicas y Temáticas por Grupos de Actores

El cronograma del primer momento de la estrategia participativa fue divulgado a través las redes de comunicación de la administración local, anuncios realizados en las emisoras radiales de primera audiencia para la comunidad leticiana, pasacalles y pendones localizados en los sitios de mayor tránsito de ciudadanos y diferentes actores.

También se utilizó la invitación de actores específicos a través de cartas u oficios, usando los medios convencionales como el correo de entrega en manos y por internet. Finalmente se complementó la convocatoria y divulgación del primer momento de la estrategia de participación, haciendo entrega de volantes en los centros de servicios como supermercados y en la entrada de la Casa de la Cultura que fue el escenario de participación escogido para realizar la mayoría de reuniones.

Debido al reconocimiento local de este escenario y a su vínculo directo con la Alcaldía de Leticia, se garantizó la credibilidad y el respaldo institucional, de un proceso participativo democrático, legítimo y transparente.

Después de 4 semanas de trabajo participativo, en este primer momento de las mesas técnicas y temáticas para la actualización del PBOT de Leticia, se puede resumir que se

propusieron 9 categorías de actores diferentes, que incluían instituciones públicas y privadas, sociedad civil, comunidades indígenas, fuerzas militares y ONG's entre otras.

Con estos grupos de actores se desarrollaron 13 reuniones a las que asistieron 315 personas, las cuales trabajaron y debatieron sus argumentos durante un total aproximado de 80 horas efectivas de trabajo participativo (Tabla 3).

Tabla 3. Resultados generales de las diferentes mesas técnicas y temáticas del primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia, en términos de fecha, horario, intensidad horaria, # de invitados, # de asistentes, # de instituciones representadas, # de representantes para los foros de los siguientes momentos y observaciones generales.

FECHA	HORARIO	INTENSIDAD	CATEGORÍA DE ACTORES	# INVITADOS	# ASISTENTES	# INSTITUCIONES REPRESENTADAS	# REPRESENTANTES FOROS	OBSERVACIONES
20-nov-18	3:00-9:30 pm	6 horas 30 min	JAC Y Veedurías	89	38	28	7	El número de instituciones tiene equivalencia con el barrio que representa la JAC participante
21-nov-18	9:00 am-13:45	4 horas 45 min	Institucionales y Autoridades Ambientales	76	37	25	5	Sin participación de los actores indígenas como autoridades ambientales
21-nov-18	15:00-20:00 pm	5 horas	Fuerzas Militares	12	20	9	5	Solo representantes de Colombia
22-nov-18	15:00-19:30 pm	4 horas 30 min	Protección Especial	12	33	20	6	Sin Quorum para comunidad LGBT
24-nov-18	9:00 am-15:00 pm	6 horas	Comunidades Indígenas	69	32	19	N.A.	Citadas las Organizaciones: Azcaita, Acitam, Capiul, Tigua, Opiac. El número de instituciones tiene equivalencia con la comunidad indígena, a la que representan los participantes
26-nov-18	18:00 - 21:30 pm	3 horas 30 min	Gremios y Turismo	113	73	20	12	Introducción
27-nov-18	9:00 am-13:45	4 horas 45 min	Gremios y Turismo			19		Continuación I
27-nov-18	18:00 - 22:00 pm	4 horas	Gremios y Turismo			20		Continuación II
28-nov-18	9:00- 11:00 am	2 horas	Instituciones Educativas y ONG'S	17	5	5	Sin definir	sin Quorum* debido a una manifestación pública del gremio de los trabajadores de la educación
28-nov-18	15:00-19:00 pm	4 horas	Diplomáticos	6	10	9	6	Participación de los tres consulados y Corpoamazonia
29-nov-18	10:00 am-12:00 m	2 horas	Concejo Municipal	17	12	3	17	sin Quorum**
06 al 07-dic-18	9:00 am-18:00 pm	16 horas	Comunidades Indígenas AZCAITA	30	25	13	6	Trabajo Auto-Organizativo
13 al 14-dic-18	9:00 am-18:00 pm	16 horas	Comunidades Indígenas ACITAM	40	30	15	6	Trabajo Auto-Organizativo
TOTAL	13 Reuniones	80 horas	9	481	315	N.A.	80*	

De la 13 reuniones realizadas, solo la dirigida a los actores de la educación y ONG's, no pudo ser realizada en la fecha prevista para ello (Ver Tabla 3). En esa oportunidad, a pesar de haber dado un tiempo prudencial de espera de 2 horas para completar el quórum, solo 5 invitados asistieron.

Estos asistentes comentaron que muy posiblemente el periodo de vacaciones decembrinas y/o una jornada de movilización y protesta del gremio educativo, programada para ese mismo día, podrían ser las causas de la poca respuesta a la convocatoria. También por esta razón, el número de representantes para los foros aparece como: 80* (Ver Tabla 3), donde el asterisco indica que el número de representantes para los siguientes momentos podría aumentar, en caso de que esta categoría de actores, proponga sus representantes para integrarse al proceso final de la estrategia de participación.

En las 13 reuniones realizadas en este primer momento, se facilitó el trabajo participativo en grupos, realizando énfasis en diversos enfoques, de acuerdo con las características de las categorías de los actores (Tabla 4).

Tabla 4. Número de grupos de trabajo conformados en las diferentes categorías de actores en las mesas técnicas y temáticas del primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia, y los diferentes enfoques para la producción de los insumos participativos.

CATEGORIA DE ACTORES	# GRUPOS DE TRABAJO	ENFOQUES PARA LA PRODUCCION DE INSUMOS PARTICIPATIVOS
JAC/Veedurías	4	Social/Ambiental/Cultural/Transfronterizo
Institucionales/Territoriales	3	Biodiversidad y Conservación/Social/Cultural/Transfronterizo
Fuerzas Militares	2	Social/Seguridad/Transfronterizo
Protección Especial	4	Social/Cultural/Ambiental
Comunidades indígenas	2	Cultural/Social/Biodiversidad y Conservación/Seguridad/Transfronterizo
Gremios y Turismo	6	Económico/Cultural/Social/Biodiversidad y Conservación/Transfronterizo
Diplomáticos	1	Social/Cultural/Económico/Biodiversidad y Conservación/Seguridad/Transfronterizo
Educativos/ONG	N.A.	Social/Cultural/Biodiversidad y Conservación
TOTAL	19	Social/Cultural/Económico/Biodiversidad y Conservación/Seguridad/Transfronterizo

En términos generales la metodología usada para la facilitación del proceso participativo de las reuniones, consistió en la contextualización técnica de los actores sobre el instrumento municipal de planificación territorial (PBOT) y un recuento sobre el avance de la revisión y evaluación técnica inicial, para la actualización del PBOT realizada por los especialistas del equipo técnico. Sólo en la reunión con la categoría de actores denominada Diplomáticos y Consulares, se cambió la contextualización técnica, por una contextualización del proceso participativo desarrollado con las diferentes categorías de actores (Figura 1).



Fotografía: Diego Fernando Builes Puertas

Figura 1. Contextualización dirigida a las diferentes categorías de actores en las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia. A. Detalle de una de las exposiciones de los técnicos a los actores, sobre la herramienta PBOT y el estado de avance de la revisión y evaluación del PBOT. B. Detalle de la exposición de los técnicos locales a los actores diplomáticos, sobre el proceso de la estrategia de participación desarrollada con las diferentes categorías de actores.

Luego se facilitó el proceso de trabajo en grupos en las diferentes reuniones con las categorías de actores, con el objetivo de Identificar, describir y localizar geográficamente, en la medida de lo posible, las principales problemáticas que les afectaban y definir sus posibles causas y efectos (Figura 2).



Fotografía: Diego Fernando Builes Puertas

Figura 2. Facilitación del trabajo participativo hacía la identificación de situaciones problémicas y la construcción de diferentes insumos, en las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia. A. Detalle de los grupos de trabajo de la categoría de actores JAC y Veedurías, enfocados en la producción de insumos tipo “árbol de problemas”. B. Detalle del trabajo participativo de las comunidades indígenas en su espacio propio, en este caso las comunidades de la Asociación AZCAITA, discuten las problemáticas territoriales y describen su ubicación geográfica, utilizando los mapas de la cabecera municipal y del trapezio amazónico.

Finalmente se propició la exposición de los resultados obtenidos en los diferentes grupos de trabajo propuestos en cada reunión con las categorías de actores (Figura 3), para consolidar los diferentes insumos trabajados, consistentes principalmente en: i. Matrices de árboles de problemas; ii. Propuestas de diversas índoles y iii. Capítulo Indígena, para el caso de las comunidades pertenecientes a las asociaciones AZCAITA y ACITAM.



Fotografía: Diego Fernando Builes Puertas

Figura 3. Exposiciones de los resultados del trabajo participativo, obtenidos en los diferentes grupos conformados en cada reunión, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia. A. Detalle de la exposición del árbol de problemas propuesto por uno de los grupos de trabajo conformados durante la reunión de la categoría de actores ambientales y territoriales. B. Detalle de la exposición de una propuesta de movilidad y ciclo-rutas realizada por un grupo de trabajo participativo durante la reunión con la categoría de actores gremios y turismo.

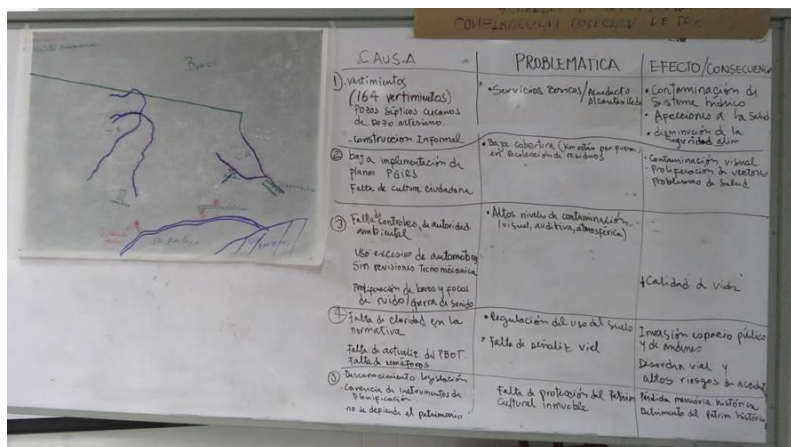
A continuación se presentará un detalle de los insumos producidos en las reuniones y el análisis de la distribución de las problemáticas contenidas en las diferentes matrices propuestas durante el proceso.

4.1. Juntas de Acción Comunal y Veedurías

En esta categoría de actores se conformaron 4 equipos de trabajo en los que se facilitó el trabajo hacia la identificación y descripción de las 5 principales problemáticas del municipio de Leticia, usando los enfoques: social, ambiental, cultural y transfronterizo (Ver Tabla 4).

Entre las problemáticas identificadas en uno de los grupos de trabajo, aparece una relacionada con la deficiencia en la cobertura, calidad e infraestructura de la prestación de servicios básicos como acueducto, alcantarillado, recolección y disposición de residuos

sólidos, claramente identificada desde el enfoque Social. Sin embargo su efecto principal se define como la contaminación del sistema hídrico local (Figura 4).



Fotografía: Diego Fernando Builes Puertas

Figura 4. Detalle de algunos de los insumos producidos mediante el trabajo participativo de la categoría de actores Juntas de Acción Comunal y Veedurías, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia. En la figura se puede apreciar a la derecha, la construcción de la matriz árbol de problemas y a la izquierda la localización geográfica de 163 vertimientos contaminantes, en los sistemas hídricos locales, que la mayoría de los casos, sobrepasan los límites nacionales.

Dicho sistema hídrico local, está conformado por quebradas, lagos, humedales y ríos incluido el Amazonas, obviamente con una trascendencia del efecto más allá de los límites nacionales, como se muestra en el mapa de localización geográfica de los principales vertimientos contaminante de Leticia (Ver Figura 4). Este efecto mencionado, fue claramente identificado desde los enfoques, ambiental y transfronterizo.

Finalmente el trabajo de la construcción de la matriz con las problemáticas generales, fue completado con las intervenciones de los grupos restantes y complementado en muchos casos con problemáticas específicas de alguno de los 18 barrios que estuvieron representados en la mesa técnica y temática preparada para este grupo de actores.

En total se identificaron 18 problemáticas gruesas y se realizó un histograma de frecuencias, de acuerdo con las repeticiones de cada problemática en los grupos de trabajo. Bajo este análisis, se encontró que las tres principales problemáticas están relacionadas con: i. El saneamiento básico y los servicios públicos; ii. La contaminación de las rondas hídricas y iii. La falta de aplicación de los instrumentos normativos para resolver las anteriores problemáticas (Figura 5).

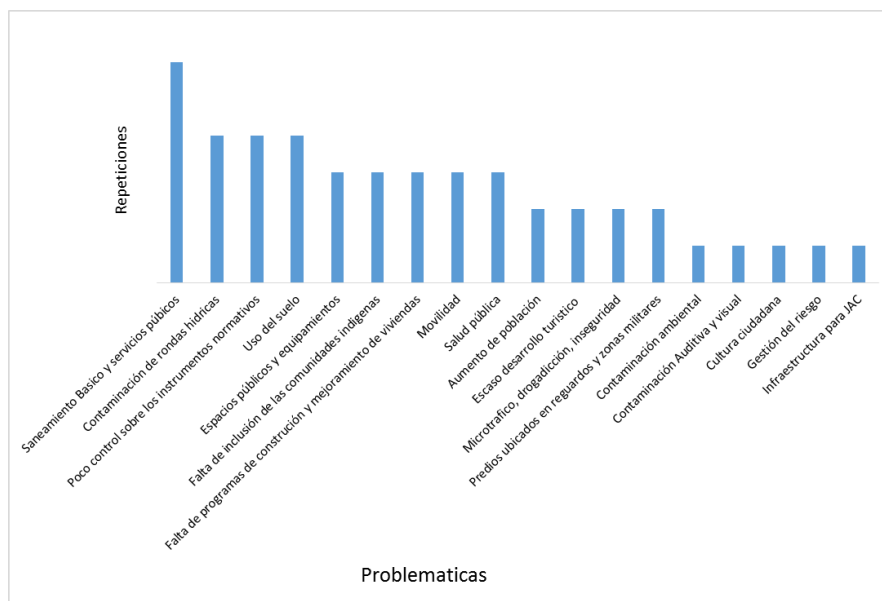


Figura 5. Histograma de frecuencias de las principales problemáticas identificadas mediante el trabajo participativo de la categoría de actores Juntas de Acción Comunal y Veedurías, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

También se puede observar en la parte intermedia del histograma, las problemáticas de: i. Movilidad restringida, tanto para peatones como para vehículos y automotores; ii. La salud pública, relacionada principalmente con la baja calidad de los servicios públicos y la contaminación ambiental y iii. El aumento poblacional, que es un elemento de importancia transversal, porque influye directamente en la cobertura de los servicios básicos, la construcción informal de vivienda y el aumento de la presión sobre los ecosistemas y la calidad ambiental (Ver Figura 5).

Finalmente, se programó una reunión para el 11 de febrero de 2019, en la que se consolidará el árbol de problemas general para este grupo de actores, donde se incluirán también las problemáticas específicas identificadas en cada barrio del municipio de Leticia.

4.2. Institucionales Ambientales y Territoriales

En esta categoría de actores se conformaron 3 equipos de trabajo en los que se facilitó el trabajo hacía la identificación y descripción de las 5 principales problemáticas del municipio de Leticia, usando los enfoques: Biodiversidad y Conservación, Social, Cultural, y Transfronterizo (Ver Tabla 4).

Entre las problemáticas identificadas en uno de los grupos de trabajo, aparecen unas relacionadas con los servicios públicos y las rondas hídricas (Figura 6), lo que coincide con los principales problemas identificados en la categoría de actores Juntas de acción Comunal y Veedurías presentado anteriormente.

También puede observarse en el nivel inferior de la figura, la problemática relacionada con otros tipos de contaminación ambiental, relacionadas, con el ruido, la polución y la producción de gases de invernadero por la gran cantidad de vehículos automotores, terrestres y fluviales.



Fotografía: Diego Fernando Builes Puertas

Figura 6. Detalle de algunos de los insumos producidos mediante el trabajo participativo de la categoría de actores Institucionales ambientales y territoriales, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia. En la figura se puede apreciar, la construcción de la matriz árbol de problemas con las temáticas: servicios públicos y rondas hídricas, encabezando las situaciones indeseables.

Posteriormente el trabajo de la construcción de la matriz con las problemáticas generales, fue completado con las intervenciones de los grupos restantes, logrando la identificación de 17 temáticas. Para el análisis de este resultado se realizó un histograma de frecuencias, de acuerdo con las repeticiones de cada problemática en los grupos de trabajo.

Bajo este análisis, se encontró que las tres principales problemáticas están relacionadas con: i. El saneamiento básico y los servicios públicos; ii. La contaminación de las rondas hídricas y iii. La falta de aplicación de los instrumentos normativos para resolver las anteriores problemáticas (Figura 7). Lo anterior coincide con el análisis presentado para la categoría de actores Juntas de acción Comunal y Veedurías.

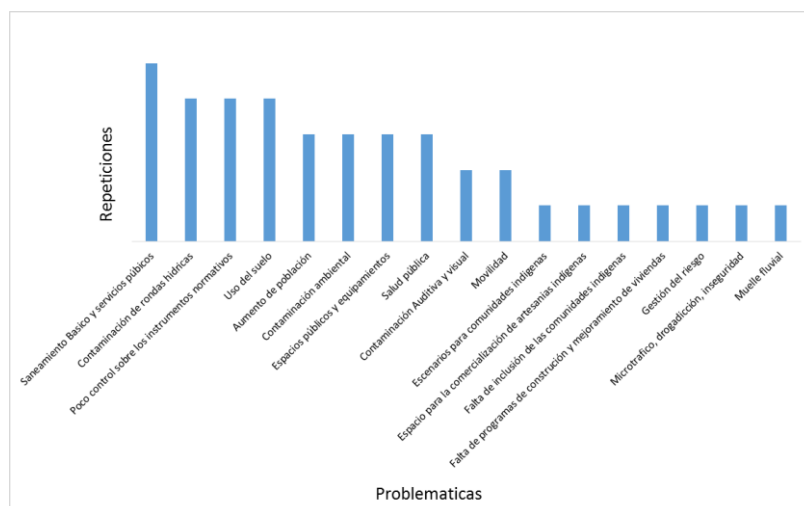


Figura 7. Histograma de frecuencias de las principales problemáticas identificadas mediante el trabajo participativo de la categoría de actores Institucionales ambientales y Territoriales, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

Es de resaltar la aparición de dos nuevas problemáticas desde los enfoques cultural y social, como lo son: La falta de inclusión en los programas sociales y la limitada infraestructura de servicios para las comunidades indígenas. También vale la pena hacer énfasis en la problemática: Microtráfico, drogadicción e inseguridad, identificada a través del enfoque social.

Finalmente, se programó una reunión para el 15 de febrero de 2019, en la que se consolidará el árbol de problemas general para este grupo de actores del municipio de Leticia.

4.3. Fuerzas Armadas y Militares

En esta categoría de actores se conformaron 2 equipos de trabajo en los que se facilitó el trabajo hacía la identificación y descripción de las 5 principales problemáticas del municipio de Leticia, usando los enfoques: Social, Seguridad y Transfronterizo (Ver Tabla 4).

Entre las problemáticas identificadas en los grupos de trabajo, aparecen unas nuevas temáticas relacionadas con el manejo ambiental de las balsas de venta de combustibles y la invasión de predios, tanto de las fuerzas militares, como del área limítrofe internacional (Figura 8)

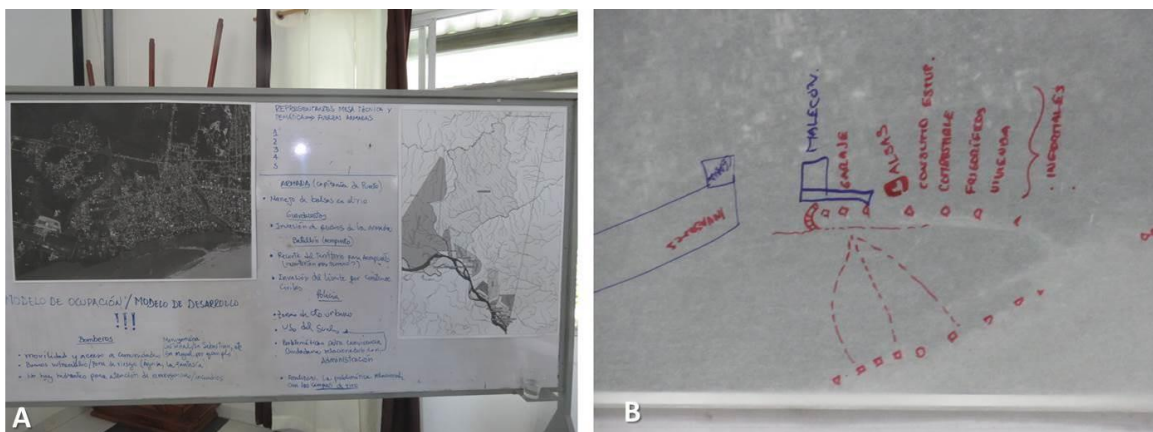


Figura 8. Insumos producidos mediante el trabajo participativo de la categoría de actores Fuerzas Militares, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia. A. Detalle de la construcción de la matriz árbol de problemas, donde se identifican las problemáticas desde las diferentes dependencias de las fuerzas militares con presencia en el Municipio. B. Detalle del mapa de localización geográfica de las principales problemáticas de las diferentes dependencias de las Fuerzas militares.

También fue identificada otra problemática nueva que se relaciona con los conflictos de convivencia ciudadana, por la falta de definición de los posibles usos del suelo en las categorías, urbano y rural del Municipio. Otras problemáticas identificadas coinciden con algunas ya identificadas como el caso del aumento descontrolado del crecimiento poblacional, la contaminación de rondas hídricas y la deficiente infraestructura de la malla vial que afecta la movilidad, principalmente para el acceso a la atención de casos y emergencias, principalmente en las comunidades indígenas y los barrios periféricos.

Posteriormente se consolidó el trabajo de la construcción de la matriz, en un histograma de frecuencias, en el que se identificaron 13 problemáticas generales, entre las que se destacan la falta de cultura ciudadana, las dificultades para la movilidad y acceso a los barrios, la invasión de predios de las fuerzas militares y resguardos indígenas y la falta de definición de los usos del suelo (Figura 9).

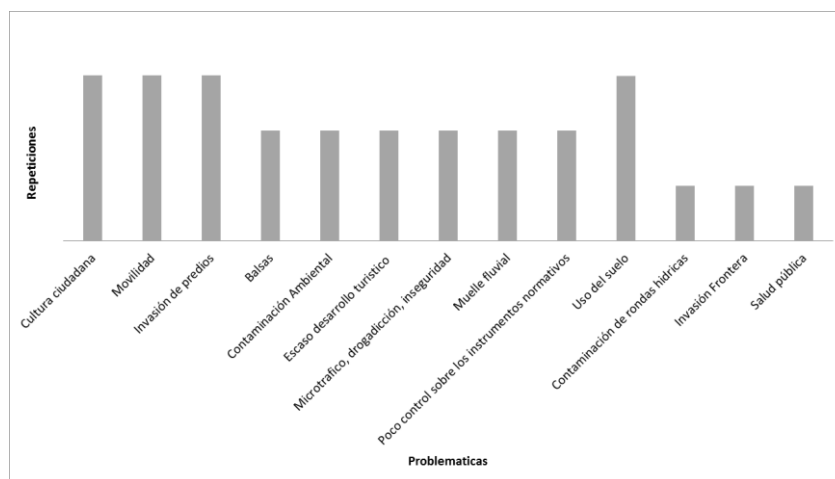


Figura 9. Histograma de frecuencias de las principales problemáticas identificadas mediante el trabajo participativo de la categoría de actores Institucionales ambientales y Territoriales, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

Finalmente, se programó una reunión para el 12 de febrero de 2019, el horario de la mañana, en la que se consolidará el árbol de problemas general para este grupo de actores, donde se incluirán también las problemáticas específicas identificadas en cada dependencia de este grupo de actores.

4.4. Ciudadanos en calidad de Protección Especial

En esta categoría de actores se conformaron 4 equipos de trabajo en los que se facilitó el trabajo hacía la identificación y descripción de las 5 principales problemáticas del municipio de Leticia, usando los enfoques: Social, Cultural y Ambiental (Ver Tabla 4).

Entre las problemáticas identificadas en los grupos de trabajo, se repiten algunas temáticas relacionadas con la deficiencia de la calidad de los servicios públicos, la contaminación ambiental y la inseguridad. También se destaca la complementación de la problemática de movilidad, con la mención de la necesaria implementación de la ley 1618 de 2013, sobre la adecuación de la infraestructura para el desplazamiento de la población en situación de discapacidad (Figura 10).

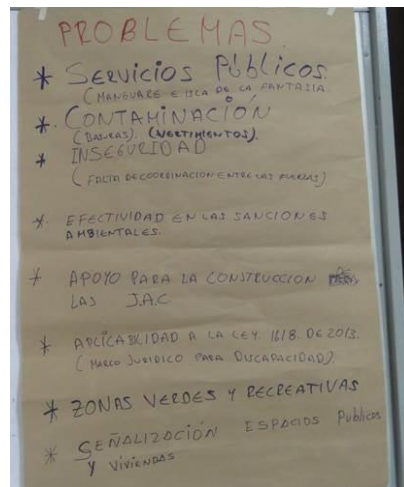


Figura 10. Detalle de algunos de los insumos producidos mediante el trabajo participativo de la categoría de actores de Protección Especial, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia. En la figura se puede apreciar, la construcción de la matriz árbol de problemas con las temáticas: servicios públicos, contaminación ambiental e inseguridad, encabezando las situaciones indeseables.

Posteriormente se consolidó el trabajo de la construcción de la matriz, en un histograma de frecuencias, en el que se identificaron 11 problemáticas generales, entre las que se destacan la falta de equipamiento de los espacios públicos y la escasa infraestructura para la movilidad de peatones y otras personas en estado de discapacidad (Figura 11).

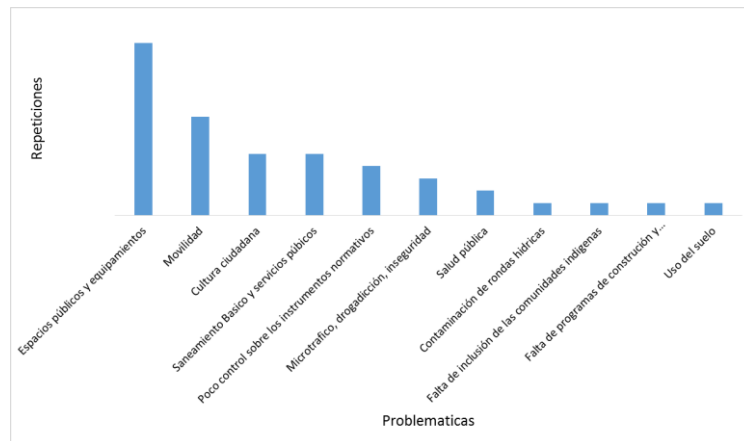


Figura 11. Histograma de frecuencias de las principales problemáticas identificadas mediante el trabajo participativo de la categoría de actores de Protección Especial, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

También aparecen elementos comunes a los otros análisis como: la contaminación ambiental debida a la deficiencia en la prestación de servicios básicos y la falta de cultura ciudadana y la falta de definición del uso del suelo en las categorías urbana y rural del municipio.

Para esta categoría de actores también se programó una reunión para el 12 de febrero de 2019, en el horario de la tarde, para consolidar el árbol de problemas general para este grupo de actores.

4.5. Comunidades Indígenas

En esta categoría de actores se conformaron 2 equipos de trabajo, uno conformado por las comunidades pertenecientes a la Asociación AZCAITA y el otro por las pertenecientes a ACITAM. En dichos grupos se facilitó el trabajo en espacio propio, hacia la identificación y descripción de las problemáticas de las comunidades y los resguardos indígenas del

municipio de Leticia, usando los enfoques: Cultural, Social, Biodiversidad y Conservación, Seguridad y Transfronterizo (Ver Tabla 4).

Hay que aclarar que aunque se describieron las problemáticas y se localizaron geográficamente la mayoría de ellas, las comunidades indígenas propusieron organizar sus resultados en un compendio con toda la información relevante a las comunidades étnicas, en un insumo denominado: Capítulo Indígena. Lo anterior con la finalidad de hacer visible definitivamente, la representatividad de los pueblos indígenas del Municipio de Leticia.

Parte del trabajo se realizó con el grupo perteneciente a la Asociación AZCAITA en una Maloka tradicional del pueblo Bora, localizada en el km. 7 vía Tarapacá y la otra parte del trabajo, con el grupo de la Asociación ACITAM, en la sede de acción comunal del barrio Simón Bolívar (Figura 12).



Figura 12. Discusión de las problemáticas y producción del insumo participativo “Capítulo Indígena”, con la categoría de actores Comunidades Indígenas, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia. A. Detalle de las exposiciones de las problemáticas de las comunidades de la asociación AZCAITA, en la Maloka tradicional del pueblo Bora en el Km

7 vía a Tarapacá. B. Detalle de localización geográfica de las principales problemáticas de las comunidades de la asociación ACITAM.

Aunque se hizo la aclaración que las comunidades indígenas no se interesaron en articular el árbol de problemas como insumo principal del trabajo participativo, Se identificaron algunas de las problemáticas más importantes de este grupo de actores. Entre estas problemáticas se destacan: i. La invasión de los territorios de los resguardos por agentes externos a las comunidades indígenas; ii. El encerramiento de las comunidades cercanas al casco urbano de Leticia, como es el caso del Castañal, San Sebastián y San Miguel entre otros; iii. La falta de cobertura de los servicios básicos en las comunidades; iv. El turismo masivo y otros emprendimientos económicos que se lucran usando el nombre de las comunidades indígenas para promocionarse y v. la falta de oportunidades para articular la producción indígena, a la cadena económica del Municipio.

Para esta categoría de actores también se e programó una reunión para el 13 de febrero de 2019, en la que se consolidará la tabla de contenido general del insumo capítulo indígena.

4.6. Gremios y Turismo

En esta categoría de actores se conformaron 6 equipos de trabajo en los que se facilitó el trabajo hacía la identificación y descripción de las principales problemáticas del municipio de Leticia, que afectan las actividades económicas y el turismo. Para este trabajo participativo, se utilizaron los enfoques: económico, social, cultural, biodiversidad y conservación y transfronterizo (Ver Tabla 4).

Entre las problemáticas identificadas en los grupos de trabajo, aparecen algunas específicas para el sector económico del turismo, que en la actualidad es uno de los sectores económicos más dinámicos y su crecimiento en lugar de reducir las utilidades de los demás sectores, las favorece porque aumenta la demanda por el incremento en el arribo de turistas a la ciudad y el resto del área municipal.

Algunas de estas problemáticas específicas con el turismo tienen que ver con: i. Falta de infraestructura adecuada en el malecón con puentes y pasarelas para el funcionamiento del puerto fluvial de pasajeros; ii. Competencia desleal y el aumento de operaciones turísticas por informales; iii. Hacinamiento, contaminación ambiental y falta de protocolos de seguridad de las balsas; iv. Contaminación ambiental en ecosistemas acuáticos y terrestres producida por el turismo masivo, informal y sin control y v. Falta de protocolos de control para embarcaciones peruanas y brasileras. También se repiten algunas temáticas relacionadas con: i. Deficiencia de la calidad de los servicios públicos, como soporte para las operaciones turísticas y la creciente llegada de visitantes; ii. Contaminación ambiental; iii. Inseguridad; Falta de aplicación de los mecanismos de control y iv. Falta de adecuaciones para la movilidad en el espacio público, que además es invadido y mal utilizado (Figura 13).

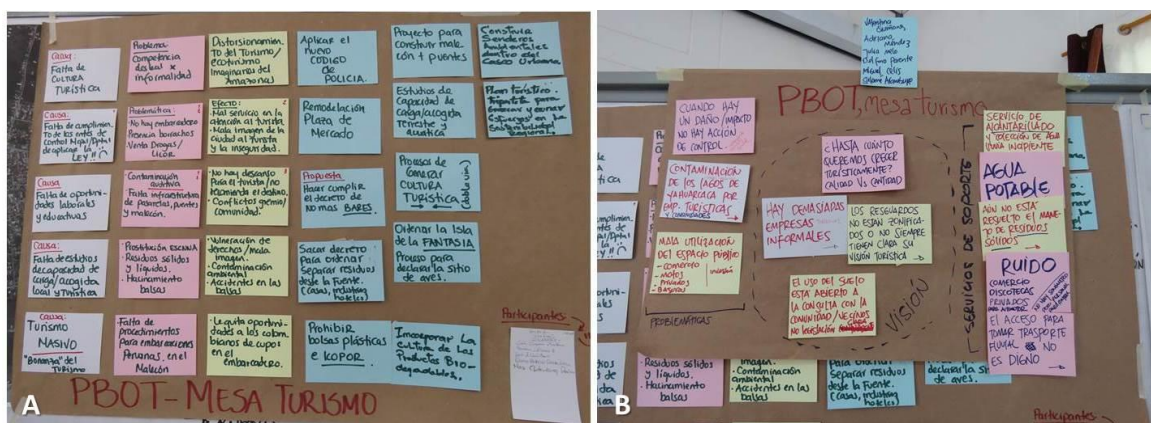


Figura 13. Detalle de algunos de los insumos producidos mediante el trabajo participativo de la categoría de actores Gremios y Turismo, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia. A. Detalle de la matriz producida en uno de los grupos de trabajo, en la que se estructuran los problemas, las causas, los efectos y se plantean propuestas de solución. B. Detalles de otra matriz en la que se plantea la visión de la situación actual en el centro y las problemáticas en los extremos derecho e izquierdo.

Algunas de las propuestas planteadas se relacionan con: i. Implementación de ciclo-rutas no solo para los turistas sino también para el bienestar de los ciudadanos locales; ii. Adecuación del malecón con puerto de pasajeros, puentes y pasarelas; iii. Implementación de senderos ambientales con cobertura vegetal para el bienestar del turista y el ciudadano local; iv. Realización de estudios de capacidad de carga y acogida de turistas, para controlar el turismo masivo e informal y v. Crear oportunidades para la vinculación de la población de la isla de la fantasía en la actividad turística y aprovechamiento de su riqueza faunística en especial de aves para integrarla al circuito de operaciones turísticas.

Posteriormente se consolidó el trabajo de la construcción de la matriz, en un histograma de frecuencias, en el que se identificaron 14 problemáticas generales, entre las que se destacan: i. Falta de equipamiento de los espacios públicos para la movilidad y el bienestar; ii. Aumento poblacional; iii. Contaminación ambiental; iv. Mala calidad y baja cobertura de los servicios públicos y el saneamiento básico y v. Poca aplicación de los instrumentos normativos y las disposiciones ambientales (Figura 14). Todas las problemáticas anteriores, coinciden con muchos de los resultados obtenidos en las mesas de trabajo con las diferentes categorías de actores

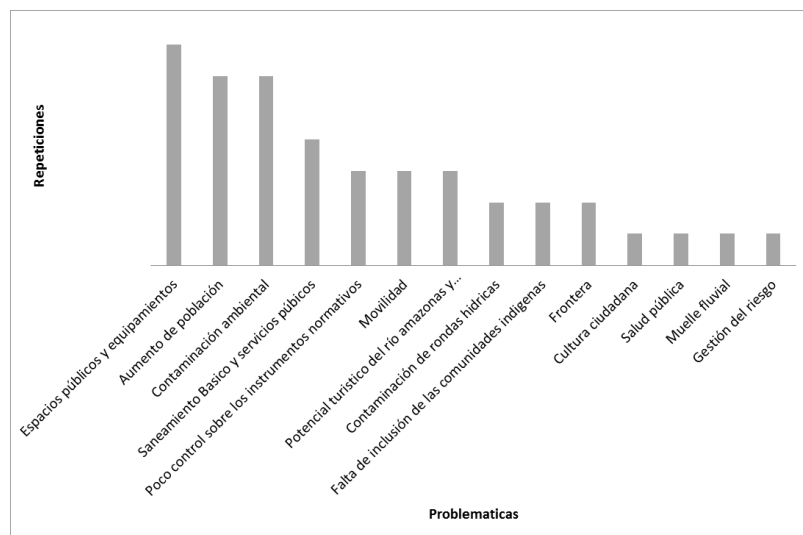


Figura 14. Histograma de frecuencias de las principales problemáticas identificadas mediante el trabajo participativo de la categoría de actores Gremios y Turismo, durante las

mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

Otras problemáticas, que se destacan y que ya fueron mencionadas, tienen que ver con: i. Falta de infraestructura y equipamientos para la movilidad de todos los ciudadanos incluida la población en estado de discapacidad y los turistas; ii. Contaminación de rondas hídricas y iii. Falta de inclusión de las comunidades indígenas y de la isla de la fantasía en las operaciones turísticas.

Para terminar y consolidar este trabajo participativo por categorías de actores, se programó una reunión para el 14 de febrero de 2019.

4.7. Diplomáticos y Consulares

Como se comentó anteriormente cuando se definió la metodología general utilizada en la mesa técnica y temática, con esta categoría de actores, se hizo una variante, consistente en la exposición de los resultados obtenidos en las diferentes reuniones, para provocar una discusión más directa sobre las problemáticas identificadas previamente. Además tuvimos la posibilidad del acompañamiento del secretario de medio ambiente de la alcaldía y Juan Carlos Bernal un Técnico ambiental de Corpoamazonia, lo que enriqueció más aún, las conversaciones, explicaciones y discusiones.

Después de las exposiciones de nuestro equipo técnico, se abrió un conversatorio tipo mesa redonda en el que se expusieron y debatieron tanto algunas de las problemáticas identificadas previamente, como otras identificadas por los invitados a esta mesa técnica y temática.

Uno de los participantes más activos en la identificación, discusión y explicación de las diferentes problemáticas fue el cónsul colombiano Germán Grisales, que mostró gran dominio, elocuencia y profesionalismo en sus intervenciones. Por su parte, en representación de nuestro equipo técnico el arquitecto Jorge Ángel, estuvo atento para

aportar todas las aclaraciones sobre las categorías de clasificación del suelo y los diferentes usos permitidos dentro de estas categorías (Figura 15)



Figura 15. Identificación, explicación y discusión de las problemáticas, con la categoría de actores Diplomáticos y consulares, durante las mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia. A. Detalle de una de las intervenciones del Cónsul Germán Grisales, para identificar o explicar alguna temática importante. B. Detalle de una de las intervenciones del Arquitecto Jorge Ángel, para explicar las temáticas relacionadas con la planeación y el ordenamiento territorial.

Entre las principales problemáticas planteadas se encuentran: i. Los asentamientos humanos en el eje fronterizo Tabatinga-Apaporis, que según nuestro cónsul deben ser mirados con lupa por la confluencia de asentamientos urbanos y resguardos indígenas en el lado colombiano y asentamientos rurales en el lado brasileiro; ii. Falta de información y marco jurídico para la construcción de un parque corredor fronterizo, para la conservación ambiental y el bienestar social; iii. El incremento poblacional por la falta de control al acceso y por migración de víctimas que se asientan informalmente en el territorio trifenitero, sobrepasando la capacidad de carga de los frágiles ecosistemas de la Amazonia y iv. Dificultades para establecer tratados de cooperación o proyectos transfronterizos en la triple-frontera, debido a engorrosos trámites burocráticos en las cancillerías.

También fueron planteadas otras temáticas generales y específicas durante esta mesa técnica y temática, relacionadas principalmente con: i. La necesidad de armonizar las prácticas, los planes y las políticas de la triple frontera, para sumar esfuerzos en conservación, manejo ambiental, saneamiento básico, ordenamiento territorial, bienestar social, territorio y movilidad indígena, transporte y movilidad ciudadana y seguridad ciudadana; ii. Apelar a organismos como la OTCA, CAF y Agencia Brasileira de cooperación y/o mecanismos legales como la ley de fronteras, para el manejo y financiación de las propuestas, proyectos o programas transfronterizos; iii. Utilización de la figura de protección de los acuerdo RAMSAR, para ríos, quebradas y humedales amenazados como: Pichuna, Urumutú, San Antonio, Simón Bolívar y Yahuaraca entre otros; iv. Establecimiento de comisiones nacionales de vecindad para temas como: comunidades indígenas urbanas y rurales, juntas de acción comunal, manejo ambiental, bienestar social y seguridad entre otras; v. Ampliación y mejora de la infraestructura vial para la interconexión con la zona de desarrollo tecnológico e industrial a la altura del 18, que contaría con puerto fluvial sobre el río Amazonas, en jurisdicción de la comunidad de Nazaret; vi. Establecimiento y equipamiento de parques y zonas del espacio para el bienestar social sin olvidar la población en situación de discapacidad y las comunidades indígenas y vii. Establecimiento de zonas de producción de alimentos y comercialización de alimentos, que fortalezcan la economía local de la población rural y las comunidades indígenas.

4.8. Algunas Reflexiones

Después de un trabajo participativo desde el 20 de noviembre al 14 de diciembre de 2019, las mesas técnicas y temáticas, arrojan cifras alentadoras para un proceso de participación social en el Municipio de Leticia. En el imaginario de los actores se aloja fuertemente la idea de que las administraciones locales no se interesan por el sentir de los ciudadanos y solo

dirigen sus planes de gobierno y programas sociales para favorecer sus propios intereses y los de las poderes económicos locales.

La facilitación técnica y metodológica de esta estrategia de participación, buscó permanentemente de romper con este imaginario y transmitir permanentemente, la importancia del trabajo auto-organizativo y los mandatos constitucionales sobre la participación social en los procesos de planeación administrativa y en la definición de las condiciones para el mejoramiento de sus propias condiciones de vida.

Es por esto que en todas las reuniones efectivas realizadas con las 8 categorías de actores, se consiguió la participación 315 personas lo que demuestra la credibilidad en el proceso. Además las 80 horas de trabajo participativo y auto-organizativo confirman el respaldo y la seriedad de los actores, con el proceso de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

Después de presentar los principales resultados particulares en cada categoría de actor, se plantea continuar con el ejercicio de análisis de los resultados de las problemáticas, usando un histograma de frecuencias para tener una referencia de cuáles son las temáticas que más fueron identificadas durante todo este primer momento de mesas técnicas y temáticas por grupo de actor.

De acuerdo con este análisis, entre los diferentes grupos de actores se identificaron 24 problemáticas diferentes y se priorizaron de acuerdo con el porcentaje de repetición, en las diferentes mesas técnicas y temáticas (Figura 16).

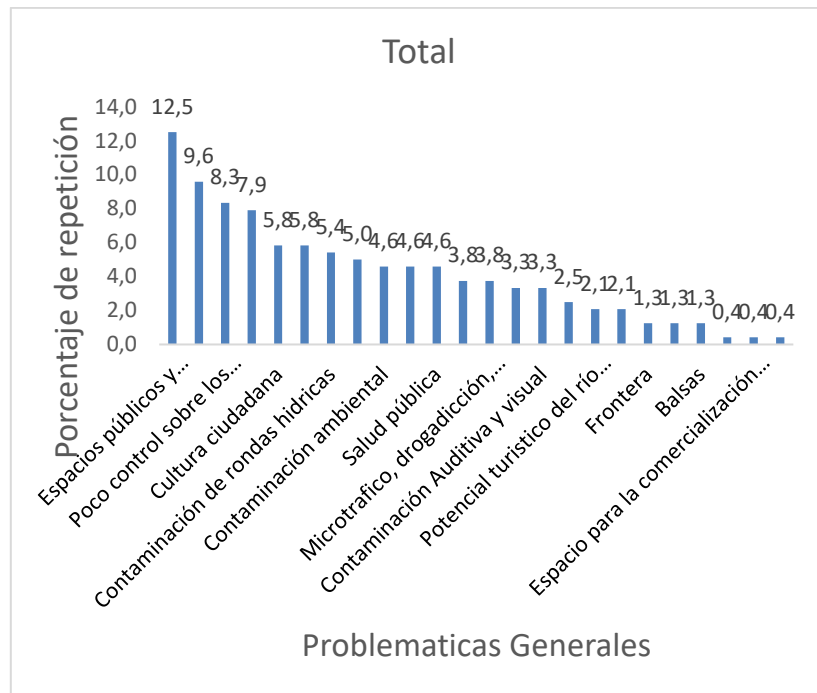


Figura 16. Principales problemáticas identificadas y descritas por los grupos de actores y priorización de acuerdo con el porcentaje de repetición en las diferentes mesas técnicas y temáticas de este primer momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

De acuerdo con la figura, las situaciones problemáticas que más se repitieron en las discusiones de las mesas técnicas y temáticas, se relacionan con los temas de: Espacios públicos y equipamientos para el bienestar social (12.5 %), Saneamiento básico y servicios públicos (9,6%), Falta de control de los instrumentos normativos (8,3%) y Movilidad tanto de vehículos como de peatones incluidos principalmente, personas en situación de discapacidad (7,9%). También se destacaron problemáticas transversales como: falta de claridad en la definición de las categorías del suelo y de sus usos (5,8%), contaminación de rondas hídricas (5,4%) y Contaminación ambiental en general (4,6%).

Otras situaciones problema identificadas, tienen que ver con el escaso desarrollo turístico (3,8%), el microtráfico, la drogadicción y la inseguridad (3,8%), la invasión de predios como resguardos indígenas y zonas militares (2,1%) y los problemas transfronterizos (1,3%). Todos estos análisis serán complementados con los resultados de la consolidación de las

matrices, árbol de problemas y definición del contenido de capítulo indígena, programada para la semana del 15 de febrero.

Esta consolidación es una importante actividad de la ruta metodológica de la estrategia, porque es el último momento participativo pre-Foro Final, programado para el 21 de febrero del 2019., como último momento de la estrategia de participación de acuerdo con las recomendaciones de la coordinación general de MC Ingeniería y de la Secretaria de Planeación de la Alcaldía de Leticia

Por otro lado muchos elementos identificados, expuestos y discutidos en este proceso participativo, son relevantes y deben ser tenidos en cuenta no solo dentro del documento diagnóstico que es un insumo importante de la actualización de I PBOT de Leticia, sino también, como lineamientos para el trabajo técnico del ordenamiento territorial del Municipio de Leticia.

Muy bien ya fue expresado por el arquitecto Jorge Ángel del equipo de la coordinación general del Consorcio MC Ingeniería, durante una intervención en la mesa técnica y temática con los actores diplomáticos, que la mirada del Consorcio en el trabajo técnico en la actualización del instrumento PBOT, debe ser trans-disciplinaria debido a los desafíos que imponen las particularidades que tiene el municipio de Leticia, que no se encuentran en ningún otro municipio del país.

Después de este planteamiento complementó que solo como ejemplo de las particularidades, es que la Amazonia colombiana, región en la que se inscribe el Municipio, fue declarada recientemente en nuestro país, como sujeto con derecho titular de protección. Ante este hecho sugirió una planeación prospectiva, antes que una planeación correctiva.

Entonces sobre el eje de una planeación prospectiva, se debe tener en cuenta en el ordenamiento territorial en general y específicamente para la actualización del PBOT de Leticia , se debe tener en cuenta que los determinantes ambientales son los que definen la conservación de las rondas hídricas y los demás ecosistemas amazónicos y que para el caso de la nueva infraestructura del aeropuerto internacional de Leticia. Alfredo Vásquez

Cobo, los determinantes de la aeronáutica civil son los que definen el tipo de uso de suelo que se puede hacer en el cono de aproximación del aeropuerto y en sus alrededores, pero sin injerencia en los ecosistemas, solo en otras obras de infraestructura civil e industrial.

Por el momento estos son los elementos más destacados para describir las actividades y los resultados obtenidos en este primer momento de la Estrategia de Participación Ciudadana para el procesos de actualización del PBOT de Leticia.

5. Resultados del Segundo Momento: Pre-Foro de consolidación por Grupos de Actores

Para la articulación del cronograma del segundo momento de la estrategia participativa o Pre-Foro, para la consolidación de los resultados obtenidos en las Mesas Técnicas y Temáticas por categorías de actores, se contactó directamente a los representantes de cada categoría de actores por redes sociales, email o telefónicamente, como previamente se había convenido durante las reuniones del primer momento de esta estrategia de participación ciudadana.

Después de ser contactados se acordó la realización del Pre-Foro de consolidación para la semana del 11 al 15 de febrero y se tuvo una participación mayoritaria en todas las reuniones, menos en la categoría de actores Protección Especial, donde solo participaron dos (2) de los cinco (5) representantes (Tabla 5).

Tabla 5. Cronograma de reuniones del Pre-Foro para la consolidación de resultados por categorías de actores, del segundo momento de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia, en términos de fecha, horario, intensidad horaria, # asistentes, y observaciones generales.

FECHA	HORARIO	INTENSIDAD	CATEGORÍA DE ACTORES	# INVITADOS	# ASISTENTES	INSUMO CONSOLIDADO
11-feb-19	m-1:00 pm; 3:00 pm-6:00 pm	7 horas	JAC Y Veedurías	7	5	Árbol de Problemas
12-feb-19	9:00 am-1:00 pm	4 horas	Protección Especial	5	2	Árbol de Problemas
12-feb-19	3:00-6:00 pm	3 horas	Fuerza Pública	5	4	Árbol de Problemas
13-feb-19	m-1:00 pm; 3:00 pm-6:00 pm	7 horas	Comunidades Indígenas	8	8	Capítulo Indígena
14-feb-19	m-1:00 pm; 3:00 pm-6:00 pm	7 horas	Gremios y Turismo	12	8	Árbol de Problemas
15-feb-19	9:00 am-1:00 pm	4 horas	Institucionales y Autoridades Ambientales	5	4	Árbol de Problemas
TOTAL	6 Reuniones	32 horas	5	42	31	

Con éstos representantes de las categorías de actores se desarrollaron 6 reuniones a las que asistieron 30 personas, con las cuales se facilitó un trabajo participativo durante 32 horas en total (Ver Tabla 3), para la consolidación de los insumos producidos durante el primer momento de las Mesas Técnicas y Temáticas.

En términos generales la metodología usada para la facilitación del proceso participativo de las reuniones, consistió en la revisión de todo el material producido en los grupos de trabajo de cada categoría de actores, para consolidar un único insumo por categoría. Dichas consolidaciones serían la base de las exposiciones al público en general, durante el tercer momento de la estrategia de participación ciudadana o Foro de Consolidación.

A continuación se presentará un detalle de las reuniones con los representantes de cada categoría de actor y los insumos durante el proceso.

5.1. Juntas de Acción Comunal y Veedurías

En esta reunión participaron 5 de los 7 representantes y con ellos se facilitó el proceso de consolidación del árbol de problemas, revisando todo el material producido en el primer momento de las Mesas Técnicas y Temáticas de la estrategia de participación ciudadana, para la actualización del PBOT del Municipio de Leticia (Figura 17).



Fotografía: Diego Fernando Builes Puertas

Figura 17. Detalle de la reunión trabajo participativo con los representantes de la categoría de actores Juntas de Acción Comunal y Veedurías, durante el Pre-Foro del segundo momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

El resultado de esta consolidación, fue la redacción de una lista de 18 problemáticas generales, que conforman el tronco del insumo árbol de problemas, de acuerdo con los enfoques de esta categoría de actores (Tabla 6).

Tabla 6. Problemáticas generales consolidadas por la categoría de actores JAC y Veedurías durante las reuniones del Pre-Foro, del segundo momento de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia.

1. Saneamiento básico y servicios públicos: Falta PTAR, PTAP y una revisión técnica del plan maestro de acueducto y alcantarillado, con las recomendaciones para su adecuación.
2. Contaminación de rondas hídricas (Ríos, Quebradas, Humedales, Lagos), con una repercusión directa a la salud pública y la de los ecosistemas.
3. Contaminación ambiental en términos de desechos y basura en el suelo, emisiones de gases y partículas en el aire, producción de ruido y abuso de elementos “no arquitectónicos” que alteran la estética del paisaje amazónico municipal.

4. Poca aplicación, falta de gobernanza e incumplimiento de los instrumentos normativos y de control, además de abandono administrativo y falta de acompañamiento técnico en términos de: Determinantes ambientales, Manejo de residuos sólidos y líquidos, Gestión del riesgo, Transporte fluvial y Construcción de infraestructura, vivienda y alojamientos turísticos.
5. No hay claridad sobre los límites de las categorías de suelo, urbana y rural, ni sobre el uso del suelo permitido en cada una de ellas.
6. No hay adecuación del espacio público con equipamientos para el bienestar social y el 30% de arborización como lo indican las normas urbanísticas, ni infraestructura para la movilidad de peatones y población en condición de discapacidad, como lo manda la Ley 1618 de 2013
7. Falta de implementación de programas de bienestar social para las comunidades de los barrios vulnerables y las comunidades indígenas.
8. Falta de implementación de programas de construcción y mejoramiento de viviendas de acuerdo con las condiciones socio-culturales y ambientales del municipio y la región Amazónica.
9. No hay adecuación de la infraestructura vial para la movilidad y el acceso a los barrios por parte de los ciudadanos, el control de la seguridad por la fuerza pública y la atención de emergencias.
10. Falta de un sistema de y transporte público, legal y con cobertura de toda el área municipal.
11. Aumento poblacional por migración descontrolada de víctimas del conflicto nacional y otros migrantes ilegales que se asientan en el territorio trifronterizo.
12. Aumento de la inseguridad, el microtráfico, la drogadicción y el deterioro social por falta de oportunidades y desempleo principalmente.
13. Invasión de predios privados, espacio público y resguardos indígenas.
14. Falta de programas de educación y fomento sobre: principios, valores, sentido de pertenencia, sentido común, cultura ciudadana, cultura ambiental y cultura turística.
15. Falta de infraestructura y equipamientos para las sedes de las JAC.
16. Escasa vinculación de los actores sociales como jóvenes, población en condición de discapacidad y comunidades indígenas en el sistema económico local y falta de apoyo a los emprendimientos en esta actividad.

17. Legalización y determinación del área territorial y los límites de los barrios (polígonos)
18. Falta de calidad y cobertura en el servicio de comunicación y tecnologías TICS para la educación y el desarrollo municipal.

Para esta categoría de actores, la consolidación indica que el saneamiento básico, los servicios públicos, la contaminación de rondas hídricas y en general la contaminación ambiental ocupan los primeros niveles de interés.

5.2. Ciudadanos en calidad de Protección Especial

En esta reunión participaron 2 de los 5 representantes y con ellos se facilitó el proceso de consolidación del árbol de problemas, revisando todo el material producido en el primer momento de las Mesas Técnicas y Temáticas de la estrategia de participación ciudadana, para la actualización del PBOT del Municipio de Leticia (Figura 18).



Fotografía: Diego Fernando Builes Puertas

Figura 18. Detalle de la reunión trabajo participativo con los representantes de la categoría de actores Ciudadanos en Calidad de Protección Especial , durante el Pre-Foro del segundo momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

El resultado de esta consolidación, fue la redacción de una lista de 10 problemáticas generales, que conforman el tronco del insumo árbol de problemas, de acuerdo con los enfoques de esta categoría de actores (Tabla 7).

Tabla 7. Problemáticas generales consolidadas por la categoría de actores Ciudadanos en Calidad de Protección Especial durante las reuniones del Pre-Foro, del segundo momento de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia.

1. No hay adecuación del espacio público con adecuada señalización y equipamientos para el bienestar social y el 30% de arborización como lo indican las normas urbanísticas, ni infraestructura para la movilidad de peatones y población en condición de discapacidad, como lo manda la Ley 1618 de 2013
2. No hay adecuación de la infraestructura vial para la movilidad y la accesibilidad a los barrios por parte de los ciudadanos, los controles de seguridad por de la fuerza pública y la atención de emergencias.
3. Falta de programas de educación y fomento sobre: principios, valores, sentido de pertenencia, sentido común, cultura ciudadana, cultura ambiental y cultura turística
4. Saneamiento básico y servicios públicos: Falta PTAR, PTAP y una revisión técnica del plan maestro de acueducto y alcantarillado, con las recomendaciones para su adecuación.
5. Poca aplicación, falta de gobernanza e incumplimiento de los instrumentos normativos y de control, además de abandono administrativo y falta de acompañamiento técnico en términos de: Determinantes ambientales, Manejo de residuos sólidos y líquidos, Gestión del riesgo, Transporte fluvial y Construcción de infraestructura, vivienda y alojamientos turísticos.
6. Aumento de la inseguridad, el microtráfico, la drogadicción y el deterioro social por falta de oportunidades y desempleo principalmente
7. Contaminación de rondas hídricas (Ríos, Quebradas, Humedales, Lagos), con una repercusión directa a la salud pública y la de los ecosistemas.
8. Contaminación ambiental en términos de desechos y basura en el suelo, emisiones de gases y partículas en el aire, producción de ruido y abuso de elementos “no arquitectónicos” que alteran la estética del paisaje amazónico municipal
9. Falta de implementación de programas de construcción y mejoramiento de viviendas de acuerdo con las condiciones socio-culturales y ambientales del municipio y la región Amazónica.
10 No hay claridad sobre los límites de las categorías de suelo, urbana y rural, ni sobre el uso del suelo permitido en cada una de ellas.

En esta consolidación se puede resaltar que las principales preocupaciones de esta categoría de actores tiene que ver con la movilidad y la accesibilidad, tanto en el espacio público, como en los barrios, además de fomento de programas educativos sobre: principios, valores, sentido de pertenencia, sentido común, cultura ciudadana, cultura ambiental y cultura turística.

5.3. Fuerzas Armadas y Militares

En esta reunión participaron 4 de los 5 representantes y con ellos se facilitó el proceso de consolidación del árbol de problemas, revisando todo el material producido en el primer momento de las Mesas Técnicas y Temáticas de la estrategia de participación ciudadana, para la actualización del PBOT del Municipio de Leticia (Figura 19).



Fotografía: Diego Fernando Bules Puertas

Figura 19. Detalle de la reunión trabajo participativo con los representantes de la categoría de actores Fuerza Pública, durante el Pre-Foro del segundo momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

El resultado de esta consolidación, fue la redacción de una lista de 13 problemáticas generales, que conforman el tronco del insumo árbol de problemas, de acuerdo con los enfoques de esta categoría de actores (Tabla 8).

Tabla 8. Problemáticas generales consolidadas por la categoría de actores Ciudadanos en Calidad de Protección Especial durante las reuniones del Pre-Foro, del segundo momento de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia.

1. Dificultad para garantizar la seguridad y soberanía en la línea fronteriza con Brasil, debido a las dificultades de accesibilidad, infraestructura y falta de tecnologías.
2. No hay adecuación de la infraestructura vial para la movilidad y el acceso a los barrios por parte de los ciudadanos, el control de la seguridad por la fuerza pública y la atención de emergencias.

3. Falta de programas de educación y fomento sobre: principios, valores, sentido de pertenencia, sentido común, cultura ciudadana, cultura ambiental y cultura turística.
4. Adecuación de la infraestructura del muelle de carga en el marco jurídico del transporte fluvial para mejorar la movilidad, la seguridad, el transporte y para la utilización del río Amazonas como el eje articulador del desarrollo comercial del Municipio.
5. Invasión de predios privados, espacio público y resguardos indígenas.
6. Falta de definición y adecuación de un sitio con las condiciones idóneas para la utilización del sistema fluvial de balsas de acuerdo con su finalidad ya sea: carga, bodegaje, almacenamiento y venta de combustible, vivienda y comercio.
7. Contaminación de rondas hídricas (Ríos, Quebradas, Humedales, Lagos), con una repercusión directa a la salud pública y la de los ecosistemas.
8. Contaminación ambiental en términos de desechos y basura en el suelo, emisiones de gases y partículas en el aire, producción de ruido y abuso de elementos “no arquitectónicos” que alteran la estética del paisaje amazónico municipal.
9. Falta de procesos de formación de talento humano para aumentar las oportunidades laborales, disminuir el desempleo y evitar el deterioro social.
10. Aumento de la inseguridad, el microtráfico, la drogadicción y el deterioro social por falta de oportunidades y desempleo principalmente.
11. Poca aplicación, falta de gobernanza e incumplimiento de los instrumentos normativos y de control, además de abandono administrativo y falta de acompañamiento técnico en términos de: Determinantes ambientales, Manejo de residuos sólidos y líquidos, Gestión del riesgo, Transporte fluvial y Construcción de infraestructura, vivienda y alojamientos turísticos.
12. No hay claridad sobre los límites de las categorías de suelo, urbana y rural, ni sobre el uso del suelo permitido en cada una de ellas
13. No hay adecuación del espacio público con equipamientos para el bienestar social y el 30% de arborización como lo indican las normas urbanísticas, ni infraestructura para la movilidad de peatones y población en condición de discapacidad, como lo manda la Ley 1618 de 2013.

Para esta categoría de actores, las principales preocupaciones tienen que ver con la movilidad y la accesibilidad, pero sobre el enfoque de garantizar la seguridad y la atención de emergencias en las líneas fronterizas y en los barrios.

5.4. Comunidades Indígenas

En esta reunión participaron 8 de los 8 representantes y con ellos se facilitó el proceso de consolidación del insumo denominado Capítulo Indígena, de acuerdo con los mandatos establecidos durante las reuniones de organización propia, facilitadas en el primer momento

de las Mesas Técnicas y Temáticas de la estrategia de participación ciudadana, para la actualización del PBOT del Municipio de Leticia (Figura 20).



Fotografía: Diego Fernando Builes Puertas

Figura 20. Detalle de la reunión trabajo participativo con los representantes de la categoría de actores Comunidades Indígenas, durante el Pre-Foro del segundo momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

El resultado de esta consolidación, fue la definición de la tabla de contenido para el capítulo indígena y la definición de los responsables de recopilar la información disponible para nutrir el documento (Figura 21).

TABLA DE CONTENIDO PRELIMINAR

1. Antecedentes

- Historia antigua Tikuna (Sra. Ruth, Betty, Abel Santos)
- Historia de la llegada de gente de centro (Gilberto López – Xingú-Carretera).
- Historia de las organizaciones indígenas – ACITAM – AZCAITA, CAPIUL; TIWA; CITACOY y San Sebastián

2. Situación actual

- Dimensión político institucional
 - Gobierno Propio
 - Asociaciones
- Dimensión físico espacial
 - Territorio Indígena / Resoluciones
 - Mapas
- Dimensión ambiental
 - Visión propia/Calendarios Ecológicos
- Dimensión socio-cultural
 - Pueblos que habitan el territorio
 - Servicios públicos, salud, educación y censos
- Dimensión económico – productiva
 - Chagra, artesanías, turismo, acuerdos de pesca e infraestructura

3. Propuestas/Mandatos

4. Reflexiones finales/conclusiones

5. Referencias bibliográficas y de la cultura oral

Figura 21. Detalle de la Tabla de contenido del insumo participativo, Capítulo Indígena consolidado, durante el Pre-Foro del segundo momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

La demanda de la construcción del Capítulo indígena tiene que ver con la preocupación que siente esta categoría de actores, con la falta de compromiso de antiguas administraciones con la visibilidad e importancia de la cultura de los pueblos indígenas, en los documentos oficiales sobre el territorio del Municipio.

5.5. Gremios y Turismo

En esta reunión participaron 8 de los 12 representantes y con ellos se facilitó el proceso de consolidación del árbol de problemas, revisando todo el material producido en el primer momento de las Mesas Técnicas y Temáticas de la estrategia de participación ciudadana, para la actualización del PBOT del Municipio de Leticia (Figura 22).



Fotografía: Diego Fernando Bules Puertas

Figura 22. Detalle de la reunión trabajo participativo con los representantes de la categoría de actores Gremios y Turismo, durante el Pre-Foro del segundo momento de la estrategia de participación para la actualización del PBOT de Leticia.

El resultado de esta consolidación, fue la redacción de una lista de 18 problemáticas generales, que conforman el tronco del insumo árbol de problemas, de acuerdo con los enfoques de esta categoría de actores (Tabla 8).

Tabla 8. Problemáticas generales consolidadas por la categoría de actores Ciudadanos en Calidad de Protección Especial durante las reuniones del Pre-Foro, del segundo momento de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia.

1. Control y recuperación de la invasión del espacio público
2. No hay adecuación del espacio público con equipamientos para el bienestar social y el 30% de arborización como lo indican las normas urbanísticas, ni infraestructura para la movilidad de peatones y población en condición de discapacidad, como lo manda la Ley 1618 de 2013
3. Falta de programas de educación y fomento sobre: principios, valores, sentido de pertenencia, sentido común, cultura ciudadana, cultura ambiental y cultura turística
4. Aumento poblacional por migración descontrolada de víctimas del conflicto nacional y otros migrantes ilegales que se asientan en el territorio trifronterizo.
5. Escasa vinculación de los actores sociales como jóvenes, población en condición de discapacidad y comunidades indígenas en el sistema económico local y falta de apoyo a los emprendimientos en esta actividad.
6. Contaminación de rondas hídricas (Ríos, Quebradas, Humedales, Lagos), con una repercusión directa a la salud pública y la de los ecosistemas.

7. Contaminación ambiental en términos de desechos y basura en el suelo, emisiones de gases y partículas en el aire, producción de ruido y abuso de elementos “no arquitectónicos” que alteran la estética del paisaje amazónico municipal.
8. Carencia de un muelle fluvial para pasajeros, con equipamientos y adecuación del entorno para la utilización del río Amazonas como el eje articulador del desarrollo turístico, y el transporte de pasajeros.
9. Necesidad de adecuación de la infraestructura del muelle de carga en el marco jurídico del transporte fluvial para mejorar la movilidad, la seguridad, el transporte durante todo el año y para la utilización del río Amazonas como el eje articulador del desarrollo comercial del Municipio,
10. Saneamiento básico y servicios públicos: Falta PTAR, PTAP y una revisión técnica del plan maestro de acueducto y alcantarillado, con las recomendaciones para su adecuación.
11. Poca aplicación, falta de gobernanza e incumplimiento de los instrumentos normativos y de control, además de abandono administrativo y falta de acompañamiento técnico en términos de: Determinantes ambientales, Manejo de residuos sólidos y líquidos, Gestión del riesgo, Transporte fluvial y Construcción de infraestructura, vivienda y alojamientos turísticos.
12. No hay claridad sobre los límites de las categorías de suelo urbana y rural, ni sobre el uso del suelo permitido en cada una de ellas.
13. No hay adecuación de la infraestructura vial para la movilidad y el acceso a los barrios por parte de los ciudadanos, el control de la seguridad por la fuerza pública y la atención de emergencias.
14. Falta de implementación de programas de construcción y mejoramiento de viviendas de acuerdo con las condiciones socio-culturales y ambientales del municipio y la región Amazónica, que permita darle un enfoque turístico.
15. Falta de un enfoque con criterios de sostenibilidad en la actividad turística del Municipio.
16. Hay demasiadas empresas turísticas informales que le quitan credibilidad a la actividad y ponen en riesgo la seguridad de los turistas.
17. Falta de estudios sobre capacidad de carga/ acogida turística para evitar el turismo masivo, invasivo y sin control, que afectan los ecosistemas
18. No se cuenta con fuentes de producción de energía eléctrica alternativas que reduzcan costos de operación, contaminación ambiental y altos costos tarifas a usuarios

Para esta categoría de actores, las principales preocupaciones tienen que ver con la recuperación del espacio público, la adecuación con espacios para el bienestar social, la arborización y el ornato, además de la movilidad y la accesibilidad a estos servicios, pero sobre el enfoque de garantizar las operaciones turísticas y poder mantener el prestigio del destino turístico: “Amazonas”.

5.6. Institucionales Ambientales y Territoriales

En esta reunión participaron 4 de los 5 representantes y con ellos se facilitó el proceso de consolidación del árbol de problemas, revisando todo el material producido en el primer momento de las Mesas Técnicas y Temáticas de la estrategia de participación ciudadana, para la actualización del PBOT del Municipio de Leticia.

El resultado de esta consolidación, fue la redacción de una lista de 15 problemáticas generales, que conforman el tronco del insumo árbol de problemas, de acuerdo con los enfoques de ésta categoría de actores (Tabla 9).

Tabla 8. Problemáticas generales consolidadas por la categoría de actores Ciudadanos en Calidad de Protección Especial durante las reuniones del Pre-Foro, del segundo momento de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia.

1. Saneamiento básico y servicios públicos: Falta PTAR, PTAP y una revisión técnica del plan maestro de acueducto y alcantarillado, con las recomendaciones para su adecuación.
2. Contaminación de rondas hídricas (Ríos, Quebradas, Humedales, Lagos), con una repercusión directa a la salud pública y la de los ecosistemas.
3. Contaminación ambiental en términos de desechos y basura en el suelo, emisiones de gases y partículas en el aire, producción de ruido y abuso de elementos “no arquitectónicos” que alteran la estética del paisaje amazónico municipal.
4. Poca aplicación, falta de gobernanza e incumplimiento de los instrumentos normativos y de control, además de abandono administrativo y falta de acompañamiento técnico en términos de: Determinantes ambientales, Manejo de residuos sólidos y líquidos, Gestión del riesgo, Transporte fluvial y Construcción de infraestructura, vivienda y alojamientos turísticos.
5. No hay claridad sobre los límites de las categorías de suelo, urbana y rural, ni sobre el uso del suelo permitido en cada una de ellas.
6. Aumento poblacional por migración descontrolada de víctimas del conflicto nacional y otros migrantes ilegales que se asientan en el territorio trifronterizo.
7. No hay políticas claras para la reducción, reciclaje y sustracciones de materias contaminante

8. No hay adecuación del espacio público con equipamientos para el bienestar social y el 30% de arborización como lo indican las normas urbanísticas, ni infraestructura para la movilidad de peatones y población en condición de discapacidad, como lo manda la Ley 1618 de 2013
9. No hay adecuación de la infraestructura vial para la movilidad y el acceso a los barrios por parte de los ciudadanos, el control de la seguridad por la fuerza pública y la atención de emergencias.
10. Falta de implementación de programas de bienestar social para las comunidades de los barrios vulnerables y las comunidades indígenas.
11. Falta de programas de educación y fomento sobre: principios, valores, sentido de pertenencia, sentido común, cultura ciudadana, cultura ambiental y cultura turística.
12. Falta de implementación de programas de construcción y mejoramiento de viviendas de acuerdo con las condiciones socio-culturales y ambientales del municipio y la región Amazónica.
13. Aumento de la inseguridad, el microtráfico, la drogadicción y el deterioro social por falta de oportunidades y desempleo principalmente.
14. Carencia de un muelle fluvial para pasajeros, con equipamientos y adecuación del entorno para la utilización del río Amazonas como el eje articulador del desarrollo turístico, y el transporte de pasajeros.
15. Necesidad de adecuación de la infraestructura del muelle de carga en el marco jurídico del transporte fluvial para mejorar la movilidad, la seguridad, el transporte durante todo el año y para la utilización del río Amazonas como el eje articulador del desarrollo comercial del Municipio.

Vale la pena resaltar que en esta consolidación, el saneamiento básico, los servicios públicos, la contaminación de rondas hídricas y en general la contaminación ambiental ocupan los primeros niveles de interés, al igual que en la consolidación de la categoría de actores sociales, JAC y Veedurías.

5.7. Algunas reflexiones

En general en el segundo momento se realizaron 6 reuniones con una participación mayoritaria de todos los representantes de las categorías de actores, lo que ratifica la credibilidad de la comunidad Leticiana y de los actores clave, en el proceso de la estrategia

de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia. Además se sumaron 32 horas más de trabajo participativo y auto-organizativo para la consolidación de los insumos acordados desde el inicio del proceso.

También es importante el acompañamiento transversal del Consulado Colombiano en Tabatinga, en cabeza del propio Cónsul, Germán Grisales. Este acompañamiento institucional y desinteresado no solo mantuvo la credibilidad y legitimidad de la participación social, sino que también se constituyó en un valiosísimo asesor técnico en los enfoques, transfronterizo, soberanía nacional, límites internacionales, comunidades indígenas urbanas y transfronterizas, usos tradicionales del suelo y los ecosistemas amazónicos, entre otros enfoques.

En términos de las problemáticas identificadas, la falta de calidad y cobertura de los servicios públicos y el saneamiento básico, ocupan un importante lugar en las discusiones del trabajo participativo dentro de las categorías de actores. Esto puede evidenciarse, porque la misma problemática fue identificada desde diferentes enfoques como el: social, ambiental, cultural y transfronterizo.

Otro aspecto que causa preocupación es el tema de la contaminación ambiental, con énfasis en la identificación de las rondas hídricas como puntos frágiles, bastante afectados en la actualidad, pero con necesidad urgente de tomar medidas para la remediación del daño actual y la declaración de zonas importantes para la conservación de los ecosistemas y la biodiversidad, el bienestar social y la diversificación de productos del destino turístico Amazonas.

Por otro lado, uno de los asuntos que causó mayor preocupación dentro de las problemáticas fue la información acerca del uso de la tierra permitido dentro de las categorías urbana y rural. Por ejemplo dentro del enfoque social de las JAC la importancia en tener claridad sobre esos asuntos radicaba principalmente en torno a la definición de zonas de riesgo cercanas a los asentamientos humanos y al control de la proliferación de bares y otras razones comerciales, en los barrios, mientras que para la categoría de actores fuerza pública radicaba en la claridad en la definición de estos usos para poder aplicar el

código de la policía y las acciones de seguridad policiales, militares o de atención de emergencias.

Finalmente a pesar de la ponderación por valor de repetición dentro de los grupos de trabajo, todas las problemáticas son relevantes y de ocurrencia en la actualidad, por lo que no le quita importancia a ninguna de la problemáticas identificadas, pero si puede definir su magnitud o la prioridad para ser resuelta.

6. Resultados del Tercer Momento: Foro de Consolidación con participación de Grupos de Actores, Representantes, Instituciones y Equipo Técnico.

6. 1. Generales

El Foro de Consolidación General de los insumos participativos o tercer momento de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia fue llevado a cabo el 19 de febrero de 2019 en el Auditorio de la Biblioteca del Banco de la Republica, de la ciudad de Leticia (Tabla 9).

Tabla 9. Detalles sobre el Foro de Consolidación General de Insumos Participativos del tercer momento de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia

FECHA	HORARIO	INTENSIDAD	CATEGORÍA DE ACTORES	# INVITADOS	# ASISTENTES	INSUMO CONSOLIDADO
19-feb-19	9:00 am-12:00 pm; 2:00 pm-6:00 pm	7 horas	Todas las categorías y el público en general	200	147	Árbol de Problemas General del Municipio de Leticia, ponderado

A este evento asistieron 147 personas, incluidos representantes de: instituciones como la Administración Municipal en cabeza del Alcalde y el Secretario de Planeación, Secretaría de Salud, Secretaría de Gobierno, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Turismo, Secretaria de Asuntos Fronterizos, Departamento de Asuntos Étnicos, Consejo Municipal, Consejo Territorial de Planeación, Defensoría del Pueblo, Indeportes Amazonas, PNN, ICBF, Veedurías, Contraloría, Gobernación, Corpoamazonia, Consulado de Colombia,

Fuerza Pública, SENA, Juntas de Acción Comunal, Comunidades Indígenas, Asociaciones Indígenas, Gremios y Turismo, Fonturama y ONG`s entre otras.

De acuerdo con el protocolo para este evento, se hicieron sonar los himnos se presentaron los asistentes y el Alcalde, José Araujo, dio un pequeño discurso de bienvenida a los asistentes y apertura del tercer momento de la estrategia de participación social para la actualización del PBOT de Leticia. Después del protocolo, la metodología prevista para el desarrollo del foro incluía una serie de exposiciones al público asistente, relacionadas con los avances técnicos del plan, los avances de la estrategia de participación ciudadana, y los avances en la consolidación de los insumos por los representantes de cada categoría de actores (Figura 23).



Figura 23. Secuencia de la exposiciones de acuerdo a la metodología prevista para el Foro de consolidación General durante el tercer momento de la Estrategia de Participación Ciudadana, para la actualización del PBOT de Leticia. A. Detalle de la Exposición del Técnico Jorge Ángel sobre los avances en la revisión y Ajustes del PBOT de Leticia. B. Detalle de la exposición sobre el trabajo realizado en la Estrategia de Participación Social. C. Detalle de la Exposición de la Sra Bety Souza, sobre la configuración del territorio Tikuna antes de la llegada de los europeos.

Los técnicos expusieron los elementos relevantes para explicar al público asistente, cual había sido la información recopilada hasta el momento, como se había analizado y como este análisis se integraba al documento de evaluación y seguimiento del PBOT. Además, referenciaron los estudios complementarios a la actualización, como lo son el balance de

estudios de riesgo y la implementación de la Estrategia de Participación Ciudadana (Figura 24).



Figura 24. Detalle de las temáticas centrales de las exposiciones de los técnicos del Consorcio MC, en el Foro de consolidación General durante el tercer momento de la Estrategia de Participación Ciudadana, para la actualización del PBOT de Leticia.

La exposición sobre la estrategia de participación ciudadana, se fundamentó en presentar al público asistente algunas de las evidencias del trabajo de las diferentes categorías de actores, para producir insumos técnicos adecuados para ayudar en el proceso de actualización del PBOT de Leticia. Estos insumos fueron principalmente consistentes en árboles de problemas y propuestas por categorías de actores y el insumo capítulo indígena, producido por la categoría de actores, comunidades indígenas.

En las exposiciones de los representantes de las categorías de actores se expusieron al público asistente los insumos producidos durante el trabajo colectivo del primer y segundo momento de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia. Estos productos principalmente fueron consistentes en la construcción de árboles de problemas de acuerdo con los enfoques particulares de cada categoría de actores, pero además se obtuvieron propuestas que respondían a la necesidad de intentar solucionar la problemáticas identificadas y la producción del capítulo indígena, que fue fundamental porque sirvió para la contextualización histórica de la configuración del territorio, en el momento que aparecieron los españoles en el siglo XVI (Figura 25).



FUENTE: CONSEJO DE ANCIANOS Y SABIDORES TIKUNA DEL TRAPECIO AMAZÓNICO COLOMBIANO. PROHIBIDO SU USO O DIVULGACIÓN SIN AUTORIZACIÓN.

Figura 25. Detalle de la configuración del territorio Tikuna, al momento de la llegada de los conquistadores europeos en el siglo XVI. Según los estudios del consejo de ancianos del pueblo Tikuna del Trapecio Amazónico, expuestos por la Sra. Ruth Ahuanari y Bety Souza en el Foro de consolidación General durante el tercer momento de la Estrategia de Participación Ciudadana, para la actualización del PBOT de Leticia.

6.2. Matriz de Problemáticas

Posterior a la contextualización histórica sobre la configuración del territorio, los representantes de las categorías de actores expusieron al público asistente, los resultados del trabajo participativo para la consolidación de los insumos por categorías de actores. Luego, se facilitó una sesión interactiva con el público asistente para consolidar la redacción, completar la consolidación con otros temas no identificados en los momentos previos de la estrategia y ponderar las problemáticas, de acuerdo con su repetición en los diferentes momentos de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia (Tabla 10).

Tabla 10. Matriz General de las problemáticas identificadas y ponderadas durante los tres momentos de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia.

PROBLEMÁTICAS IDENTIFICADAS POR LOS ACTORES EN LETICIA	JAC	P.E.	F.P.	G. y T.	T y A	Foro	TOTAL	¿corresponde al POT?	¿como incorporarlo?	Alternativas para facilitar la solución
2. Contaminación de rondas hídricas (Ríos, Quebradas, Humedales, Lagos), con una repercusión directa a la salud pública y la de los ecosistemas.	1	1	1	1	1		5	SI	Controlar invasiones Reubicación de asentamientos Definición exacta de las rondas hídricas	
3. Contaminación ambiental en términos de desechos y basura en el suelo, emisiones de gases y partículas en el aire, producción de ruido y abuso de elementos "no arquitectónicos" que alteran la estética del paisaje amazónico municipal.	1	1	1	1	1		5	NO		Adecuada ubicación del relleno. Normas de manejo espacio publico controlar usos que generan impactos.
4. Poca aplicación, falta de gobernanza e incumplimiento de los instrumentos normativos y de control, además de abandono administrativo y falta de acompañamiento técnico en términos de Determinantes ambientales, Manejo de residuos sólidos y líquidos, Gestión del riesgo, Transporte fluvial y Construcción de infraestructura, vivienda y alojamientos turísticos.	1	1	1	1	1		5	SI	Implementación de los instrumentos de Control Urbano Mejoramiento de la capacidad técnica de la Oficina de Planeación El POT debe definir las normas sobre espacio público y equipamientos, se van a proponer proyectos y estrategias para incrementar estándares en ambos temas. Se va a incluir en el POT o PBOT un componente de arborización urbana.	
6. No hay adecuación del espacio público con equipamientos para el bienestar social y el 30% de arborización como lo indican las normas urbanísticas, ni infraestructura para la movilidad de peatones y población en condición de discapacidad, como lo manda la Ley 1618 de 2013.	1	1	1	1	1		5	SI		
9. No hay adecuación de la infraestructura vial para la movilidad y la accesibilidad a los barrios por parte de los ciudadanos, el control de la seguridad por la fuerza pública y la atención de emergencias.	1	1	1	1	1		5	SI	la formulación del PBOT incluirá un plan vial.	El tema de control de seguridad no es un tema de POT, sin embargo el PBOT define acciones para facilitar el ingreso de todos los actores a todo el territorio ocupado.
1. Saneamiento básico y servicios públicos: Falta PTAR, PTAP y una revisión técnica y ciudadana del plan maestro de acueducto y alcantarillado, con las recomendaciones para su adecuación y mejoramiento de la calidad y cobertura en el servicio.	1	1		1	1		4	SI	Trazado de las redes de servicios publicos Definición de cantidad de usuarios - Población beneficiada.	
12. Aumento de la inseguridad, el microtráfico, la drogadicción y el deterioro social por falta de oportunidades y desempleo principalmente.	1	1	1		1		4	NO		Pero el POT si debe facilitar opciones de localización de actividades que generen nuevas fuentes de empleo. Adicional la apuesta del PBOT busca el fortalecimiento del municipio, lo cual redundará en todos los sectores, incluido el social y económico.
8. Falta de implementación de programas de construcción y mejoramiento de viviendas de acuerdo con las condiciones socio-culturales y ambientales del municipio y la región Amazónica.	1	1			1		3	SI	EL PBOT debe incluir normas para la localización y diseño general de nuevas viviendas. Se establecerá también la necesidad de estudios específicos en la materia.	
11. Aumento poblacional por migración descontrolada de víctimas del conflicto nacional y otros migrantes ilegales que se asientan en el territorio fronterizo.	1			1	1		3	NO		La movilidad poblacional no la puede resolver el PBOT. Pero si se analiza para promover mejores condiciones para la llegada de nueva población que no afecte a la población residente. También ofrece herramientas para que la planeación tenga un mayor control territorial.
14. Falta de programas de educación y fomento sobre: principios, valores, sentido de pertenencia, sentido común, cultura ciudadana, cultura ambiental y cultura turística, de tal manera que se pueda dar un enfoque turístico y de otros sectores del desarrollo.	1			1	1		3	NO		EL POT no tiene competencia para hacer programas de formación, pero al fortalecer sectores como el turístico, si va a demandar una visión mas integral del tema en las administraciones siguientes.
16. Escasa vinculación de los actores sociales como jóvenes, población en condición de discapacidad, adulto mayor, mujeres, hombres y mujeres cabeza de familia, y comunidades indígenas en el sistema económico local y falta de apoyo a los emprendimientos en estas actividades. Además de población carcelaria, jóvenes de SRPA y personas mayores.	1	1		1			3	NO		No es competencia del PBOT vincular actores a los sistemas económicos. Sin embargo, el PBOT promoverá el fortalecimiento de diversos sectores y esto requerirá que las administraciones siguientes, incluyan a los diferentes sectores sociales en el desarrollo de los sistemas económicos respectivos.
20. No hay claridad sobre los límites de las categorías de suelo, urbana y rural, ni sobre el uso del suelo permitido en cada una de ellas.	1	1	1				3	SI	EL PBOT hará una propuesta de clasificación de suelo urbano, expansión y suburbana, que promueva el respeto y cuidado por el suelo rural, y especialmente las áreas protegidas y áreas de resguardo.	
21. Deficiente infraestructura del muelle de carga en el marco jurídico del transporte fluvial para mejorar la movilidad, la seguridad, el transporte y para la utilización del río Amazonas como el eje articulador del desarrollo comercial del Municipio.			1	1	1		3	SI	EL PBOT hará propuesta para el mejoramiento del Muelle y otras infraestructuras.	
5. No hay claridad sobre los límites de las categorías de suelo, urbana y rural, ni sobre el uso del suelo permitido en cada una de ellas.	1				1		2	SI	EL PBOT hará una propuesta de clasificación de suelo urbano, expansión y suburbana, que promueva el respeto y cuidado por el suelo rural, y especialmente las áreas protegidas y áreas de resguardo.	
7. Falta de implementación de programas de bienestar social para las comunidades de los barrios vulnerables y las comunidades indígenas.	1				1		2	NO		El PBOT no tiene competencia para programas de bienestar, pero si vamos a identificar las necesidades y establecer mecanismos que tengan impacto territorial.
27. Necesidad de un muelle fluvial para pasajeros, con equipamientos y adecuación del entorno para la utilización del río Amazonas como el eje articulador del desarrollo turístico, y el transporte de pasajeros.				1	1		2	SI	EL PBOT hará propuesta para el mejoramiento del Muelle y otras infraestructuras.	
10. Falta de un sistema de transporte público legal y con cobertura en toda el área municipal.	1						1	SI	El PBOT además del plan vial, incluirá una propuesta general de sistemas de transporte, que deberá ser desarrollada por el municipio. El PBOT establecerá las normas para la protección del espacio público y normas generales sobre el desarrollo urbano. Sin embargo no tiene competencia sobre acciones para control policivo de invasiones.	
13. Invasión de predios privados, espacio público y resguardos indígenas.	1						1	SI	El PBOT incluye una propuesta de ubicación de áreas de equipamientos, entre ellos los de administración pública.	
15. Falta de infraestructura y equipamientos para las sedes de las JAC.	1						1	SI	EL PBOT hará una propuesta de clasificación de suelo urbano, expansión y suburbana, que promueva el respeto y cuidado por el suelo rural, y especialmente las áreas protegidas y áreas de resguardo. Sin embargo, no es competencia del PBOT la delimitación de barrios.	
17. Legalización y determinación del área territorial y los límites de los barrios (polígonos)	1				1		1	SI		Pero en el PBOT si se establecen normas para la ubicación de antenas y edificaciones dedicadas a este tipo de servicios.
18. Falta de calidad y cobertura en el servicio de comunicación y tecnologías TIC para la educación y el desarrollo económico Municipal.	1						1	NO		Estos programas no son competencia del PBOT.
19. Falta de programas de educación y fomento sobre: principios, valores, sentido de pertenencia, sentido común, cultura ciudadana, cultura ambiental y cultura turística		1					1	NO		El control de invasiones no es tarea del PBOT, pero si las dejará identificadas para control por parte de la administración municipal.
22. Invasión de predios privados, espacio público y resguardos indígenas.			1				1	NO		Estos programas no son competencia del PBOT. Pero la apuesta del PBOT busca el fortalecimiento del municipio, lo cual redundará en todos los sectores, incluido el social y económico.
23. Falta de definición y adecuación de un sitio con las condiciones idóneas para la utilización del sistema fluvial de balsas de acuerdo con su finalidad ya sea: carga, bodegaje, almacenamiento y venta de combustible, vivienda y comercio.			1				1	SI	El PBOT incluye una propuesta de ubicación de áreas de equipamientos, entre ellos los de administración pública.	Los temas de seguridad no corresponden al PBOT, pero en el Plan si se deben incluir medidas para mejorar la accesibilidad y el desarrollo de infraestructuras.
24. Falta de procesos de formación de talento humano para aumentar las oportunidades laborales, disminuir el desempleo y evitar el deterioro social.			1				1	NO		
25. Dificultad para garantizar la seguridad y soberanía en la línea fronteriza con Brasil, debido a las dificultades de accesibilidad, infraestructura y falta de tecnologías.			1				1	NO		
26. Control y recuperación de la invasión del espacio público				1			1	SI	Si bien el control es un proceso posterior al POT, el PBOT si debe dejar definida la estructura de espacio público y las normas para su cuidado.	
28. Falta de un enfoque con criterios de sostenibilidad en la actividad turística del Municipio.				1			1	SI	El PBOT apuntará al fortalecimiento de las actividades turísticas y la propuesta debe hacerse con enfoque de sostenibilidad.	
29. Hay demasiadas empresas turísticas informales que le quitan credibilidad a la actividad y ponen en riesgo la seguridad de los turistas.				1			1	NO		El control de la legalidad de las empresas no es un tema del PBOT. Pero estableceremos estrategias para un adecuado desarrollo de la actividad turística.
30. Falta de estudios sobre capacidad de carga/ acogida turística para evitar el turismo masivo, invasivo y sin control, que afectan los ecosistemas.				1			1	NO		
31. Fuentes deficientes de producción de energía eléctrica alternativa que reduzcan costos de operación, contaminación ambiental y altos costos tarifas a usuarios				1			1	SI	El PBOT dará lineamientos y establecerá acciones futuras para garantizar la oferta de bienes y servicios públicos.	El PBOT no tiene competencia para modificar tarifas.
32. Implementación de las estrategias y programas contempladas en el PGRs para la reducción, reciclaje y sustracciones de materias contaminante.						1	1	SI	El PBOT retoma las disposiciones del PGR y revisita nuevas disposiciones.	
33. Faltan programas para el desarrollo del sector agro y sus especialidades con criterios de sostenibilidad para la seguridad y soberanía alimentaria y el desarrollo económico del municipio.						1	1	SI	El PBOT establecerá acciones para el fortalecimiento de las actividades agrícolas con criterios de sostenibilidad.	El PBOT no tiene competencia para este tipo de programas.
34. Faltan equipamientos, infraestructura y talento humano para la atención en salud, y fortalecimiento de redes hospitalarias.						1	1	SI	El PBOT incluye una propuesta de ubicación de áreas de equipamientos.	
35. Reubicación de equipamientos de alto impacto (Cárcel, matadero, cementerio, termoeléctrica, polvorín, CAE, industria contaminante, entre otros).						1	1	SI	El PBOT incluye una propuesta de ubicación de áreas de equipamientos, que incluye la necesidad de reubicación de aquellos que generan altos impactos negativos.	
36. No se ha definido el nuevo sitio de captación de agua potable para el municipio de Leticia.						1	1	SI	El PBOT incluye una propuesta para integrar el plan maestro de servicios públicos domiciliarios.	
37. Deficiencia de Equipamientos para esparcimiento juvenil						1	1	SI	El PBOT incluye una propuesta de ubicación de áreas de equipamientos.	

6.3. Matriz de Propuestas

Otro de los insumos consolidado fue la lista de propuestas con las que los diferentes grupos de actores plantean solucionar algunas de las problemáticas identificadas (Tabla 11).

Tabla 11. Matriz General con las propuestas planteadas por las diferentes categorías de actores, para resolver algunas de las problemáticas identificadas durante los tres momentos de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia.

PROPUESTAS PERFILADAS	JAC	P.E.	F.P.	G. y T.	T y A	Ponderado
1. Implementación de programas de construcción y mejoramiento de viviendas, además del embellecimiento del entorno, de acuerdo con las condiciones socio-culturales y ambientales del municipio y la región Amazónica.	1			1	1	3
2. Legalización y determinación del área territorial (polígonos) de los barrios del municipio de Leticia, además de garantizar las condiciones de cobertura de servicios públicos, saneamiento básico y adecuación de la infraestructura vial y del espacio público para garantizar la accesibilidad y la movilidad de peatones, población en condición de discapacidad, vehículos, recorridos de seguridad y atención de emergencias.	1					1
3. Adecuación del espacio público con señalización y equipamientos para el bienestar social, que también permita la movilidad y la accesibilidad de peatones y población en condición de discapacidad, como lo manda la Ley 1618 de 2013, además de la implementación de estrategias ambientales para garantizar el 30% de arborización del área urbana, como lo indican las normas.	1	1		1		3
4. Definición e implementación del sistema de captación de agua para el abastecimiento de la Planta de Tratamiento de Agua Potable (PTAP).	1				1	2
5. Articulación con instituciones públicas y privadas para el embellecimiento y adecuación de los atractivos turísticos del llamado "corredor de la selva".	1				1	2
6. Revisión y adecuación del Plan Maestro de Acueducto y Alcantarillado del Municipio, para garantizar la calidad y la cobertura de los servicios públicos en el área urbana y rural, de acuerdo con los lineamientos de los entes de planeación territorial del país.	1	1		1	1	4
7. Creación y divulgación de programas de educación y fomento sobre: principios, valores, sentido de pertenencia, sentido común, cultura ciudadana, cultura ambiental y cultura turística, que fortalezcan la capacidad social, ambiental y emprendedora de los habitantes del Municipio.	1	1		1	1	4
8. Creación y fomento de programas de formación e innovación para la vinculación de los actores sociales como jóvenes, población en condición de discapacidad, adulto mayor, víctimas y comunidades indígenas, en el sistema económico local, para aumentar las oportunidades de empleo y poder hacerle frente al deterioro social y la inseguridad.	1	1	1	1		4
9. Adecuación de la infraestructura vial para la mejorar la movilidad y la accesibilidad a los barrios por parte de los ciudadanos, el control de la seguridad por la fuerza pública y la atención de emergencias.	1	1	1	1	1	5
10. Adecuación de la infraestructura del muelle de carga en el marco jurídico del transporte fluvial, para mejorar la movilidad, la seguridad y el transporte durante todo el año, garantizando así, la utilización del río Amazonas como el eje articulador del desarrollo comercial del Municipio y el control de la soberanía Nacional.			1	1	1	3
11. Definición y adecuación de un sitio con las condiciones idóneas para la utilización del sistema fluvial de balsas, de acuerdo con su finalidad en términos de: carga, bodegaje, almacenamiento y venta de combustible, vivienda y/o comercio.			1	1		2
12. Recuperación de los predios de la armada y otros predios de la fuerza pública invadidos por informales.			1			1
13. Recuperación ambiental y apropiación de las rondas hídricas como parte de los atractivos turísticos, esparcimiento, bienestar social y conservación de ecosistemas y biodiversidad.	1			1	1	3
14. Implementación de áreas para establecer procesos de transformación de productos y agregación de valor a los recursos regionales con infraestructura y accesibilidad vial y fluvial.	1			1		2
15. Reubicación equipamientos de alto impacto como: Cárcel, matadero, cementerio, termoeléctrica, polvorín, CAE, industria contaminante y otros predios que impidan la expansión urbana, la conectividad de los sectores urbanos y rurales, y que representen algún riesgo para la población civil y los ecosistemas como la contaminación ambiental y otras.	1			1	1	3
16. Definir algunos parámetros de identidad arquitectónica inspirados en la región amazónica, adecuados a las condiciones socioculturales, ambientales y de innovación, con la finalidad última de mejorar la calidad de vida de las familias del Municipio.				1	1	2
17. Definición de las zonas con condiciones favorables para el avistamiento de aves, actividades turísticas y otros sectores de desarrollo, respetando los usos tradicionales para la agricultura y el asentamiento humano.	1			1		2
18. Construcción de un centro de convenciones de gran capacidad para atender actos culturales masivos y reuniones multisectoriales para mejorar la calidad de vida y el bienestar social y económico del Municipio.	1			1		2
19. Implementación e instalación de un sistema de monitoreo por cámaras de circuito cerrado y otras tecnologías, para garantizar la seguridad ciudadana y comercial.				1		1
20. Implementación de una zona campesina de desarrollo agro turístico y comercial, para el municipio.	1			1		2
21. Descentralización la autoridad ambiental de CORPOAMAZONIA y definir su actuación específica para el departamento del Amazonas.					1	1
22. Retomar la instalación de las oficinas de la agencia Nacional de Tierras y otras agencias territoriales, para agilizar los procesos de regularización, saneamiento y formalización de los predios del Municipio.					1	1
23. Revisar la situación de indígenas de cabildos urbanos, resguardos indígenas encerrados dentro del área urbana y reservas de la sociedad civil,	1				1	2
24. Definir los diferentes usos del suelo , de acuerdo con la documentación técnica y los resultados de los estudios producidos sobre las características, potencialidades y limitaciones de los suelos del Municipio.	1				1	2
25. Generar documentación y estudios para establecer un régimen especial para limitar el aumento poblacional, debido entre otras a: i. la reducida capacidad de carga y fragilidad de los ambientes amazónicos; ii. La limitación para la expansión urbana y rural y iii. La falta de cobertura y calidad de los servicios públicos en Leticia	1			1	1	3
26. Revisar el perímetro urbano y rural de Leticia y definir cuales islas sobre el Río Amazonas, hacen parte del Municipio.					1	1
27. Establecimiento de un centro cultural para las comunidades indígenas, en donde puedan ofrecer sus productos agrícolas, artesanías y programar eventos culturales que promuevan la cultura indígena del Municipio.	1			1	1	3
28. Control y recuperación de la invasión del espacio público	1			1	1	3
29. Formular e implementar un Plan trinacional de desarrollo turístico				1		1
30. Implementación de las estrategias y programas contempladas en el PGIRs para la reducción, reciclaje y sustracciones de materias contaminante.	1			1	1	3
31. Cumplir con el artículo 119, de la Ley 1801 de 2016, en cuanto a la implementación del Coso Municipal					1	1

6.4. Mandatos y Demandas de los Pueblos Indígenas

Finalmente y no menos importante, otro de los insumos consolidado por la estrategia de participación ciudadana, para ser incluido dentro del documento diagnóstico para la actualización del PBOT de Leticia, fue la lista de los mandatos y demandas de los pueblos indígenas (Tabla 12). Esta lista mandatos y demandas también estará en el contenido del Capítulo Indígena que también hará parte del documento diagnóstico para la actualización del PBOT de Leticia.

Tabla 12. Lista de premisas y mandatos de las organizaciones de los pueblos indígenas del Municipio, planteadas durante los tres momentos de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia. para ser incluidas dentro del documento diagnóstico para dicha actualización.

MANDATOS Y DEMANDAS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS
1. En el año 2016 nos reunimos en el resguardo Santa Sofía en la comunidad Nuevo Jardín, las autoridades tradicionales. En esta reunión se toma la decisión de brindar y reclamar nuestros territorios ancestrales que van desde el perité en el norte y el límite internacional (Tabatinga-Apaporis) hacia el sur.
2. Los Territorios del Trapecio Amazónico que se encuentran actualmente dentro de la Ley 2 de 1959, fueron ocupados tradicionalmente e históricamente por pueblos indígenas. En esos territorios están nuestros sitios sagrados y antiguas malocas, también están nuestros salados y áreas de uso y aprovechamiento para nuestro sustento. Asegurando estos territorios garantizamos nuestra pervivencia y la conservación ambiental de los ecosistemas y la biodiversidad
3. Lo anterior implica que nuestros resguardos están en proceso de ampliación de los territorios porque los indígenas sabemos cuidar y proteger la biodiversidad, seremos garantes de la preservación y cuidado del medio ambiente, conservación de especies de fauna y flora e incluso protegeremos zonas naturales que puedan ser ofrecidas responsablemente para el desarrollo del verdadero ECO-ETNO Turismo.
4. Solicitamos inclusión del componente étnico "Capítulo Indígena" dentro del documento diagnóstico para la actualización del PBOT de Leticia, para darle visibilidad y representatividad a los pueblos indígenas del municipio, como entes territoriales y ambientales con gobierno propio.
5. Conformación de la mesa técnica indígena para el seguimiento de los acuerdos establecidos con el Consorcio MC Ingeniería y la Administración Municipal en el marco de la Estrategia de Participación Ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia.
6. Dicha mesa técnica estará conformada por representantes de las autoridades tradicionales, el consejo de ancianos y líderes de los cabildos y organizaciones indígenas, ACITAM, AZCAITA, CAPIUL, TIWA y CIHTACOYD y aportará los insumos necesarios para la construcción del Capítulo Indígena.
7. Exigimos que El PBOT garantice que los planes de desarrollo de las administraciones locales, vayan en armonía con los planes de vida, que son nuestros instrumentos de ordenamiento, planeación y administración en nuestros territorios. Además que se reconozca la autoridad y legitimidad de nuestro gobierno propio, en los diálogos, discusiones y proyectos sobre: Territorio, Conservación ambiental, Ampliación de la cobertura de los servicios básicos, Educación, Salud e Infraestructura del Municipio y el Departamento.
8. Solicitamos que en el proceso de actualización del PBOT de Leticia, se esclarezca completamente, el perímetro de las categorías de suelo urbana, suburbana y rural, además de los diferentes usos del suelo aceptados, dentro de dichas las categorías de suelo.
9. Lo anterior porque consideramos que el Acuerdo Municipal 024 de 2012 en el que se amplía el perímetro urbano, es lesivo para los pueblos indígenas, porque encierra los asentamientos tradicionales de el Castañal 1 y 2 y los resguardos de San Sebastian y la Playa, entre otros y reduce las posibilidades de ampliación de sus territorios tradicionales para adaptarse al crecimiento poblacional y garantizar el establecimiento de sus chagras. Además la urbanización en sus alrededores causaría invasiones de nuestras áreas de uso tradicional en el sistema de lagos de Yahuaraca y deterioro de la calidad de las aguas por los vertimientos de aguas servidas, como ya se puede observar en la actualidad.
10. Solicitamos que el procesos de actualización del PBOT y las autoridades encargadas nos ayuden a resolver problemáticas sociales, territoriales y ambientales, que existen en invasiones, sustracciones de lotes privados dentro del territorio o muy cercanos a ellos, en unos casos con asentamientos humanos que denigran de nuestra cultura y no aceptan nuestras formas de vida y en otros con emprendimientos económicos que se lucran con la utilización de nuestro nombre y nuestra cultura para la promoción de sus servicios , además de que sobrecargan el uso de nuestros recursos de abastecimiento, trayendo grandes cantidades de turistas al año, sin retribuir a las comunidades.
11. Denunciamos ante los procesos de actualización del PBOT de Leticia, que existe gran deterioro de los recursos naturales, causada por la sobrepoblación y el arribo permanente de visitantes y turistas. Además se evidencia la contaminación ambiental y de las fuentes hídricas dentro y fuera de los resguardos, debido principalmente a los vertimientos de industriales en la ciudad, los lixiviados del relleno sanitario del Km 18 que contaminan la cuenca del Pichuna, Calderón, Tacana, y Yahuaraca y a la deficiencia de la cobertura del sistema de alcantarillado y plantas de manejo de los residuos sólidos y líquidos.
12. Solicitamos información y consulta previa sobre las obras de infraestructura y proyectos que se ejecuten al interior del Municipio, porque aunque estén fuera de los resguardos, impactan la población indígena. Algunas de estas obras y proyectos son: Ampliación de cobertura de servicios públicos, construcción de carreteras y malla vial, construcción de puerto fluvial en Arara, implementación de zona industrial y bio-observatorio en el km 18 entre otros emprendimientos y proyectos que afectarán nuestros territorios y cultura.

6.5. Algunas reflexiones

6.5.1 Sobre el proceso general

En general en el tercer momento se realizó el Foro de Consolidación General, que con 7 horas de trabajo participativo, facilitó los espacios para las exposiciones de los avances técnicos en el procesos de seguimiento y evaluación del PBOT de Leticia, las exposiciones de los insumos consolidados de los representantes de la categorías de actores y el trabajo interactivo de participación colectiva, para definir el tronco principal de las problemáticas actuales con mayor ponderación.

A este evento asistieron 147 personas, incluyendo las cabezas visibles de la administración Municipal y sus secretarías, instituciones educativas, autoridades ambientales, comunidades indígenas, fuerza pública, veedurías, Contraloría Defensoría del Pueblo y otros asistentes representantes de instituciones públicas y privadas, los gremios y la actividad turística, entre otras. Lo anterior demuestra la continuidad en la participación social y la credibilidad en el proceso pedagógico de ésta estrategia de participación ciudadana, para la actualización del PBOT del Municipio.

Al igual que en los dos momentos anteriores, el acompañamiento transversal de las instituciones de control y protección ciudadana, el Consulado Colombiano en Tabatinga y por supuesto la administración municipal, fue fundamental .para mantener la credibilidad y legitimidad de la participación social.

6.5.2. Sobre las problemáticas consolidadas

En términos de las problemáticas consolidadas y ponderadas de acuerdo a su identificación repetida, durante el trabajo participativo en los momentos de la estrategia, se puede apuntar que se establecieron varias categorías.

En la primera categoría en la que las problemáticas se repiten 5 veces, se destacan la contaminación ambiental y en particular la contaminación de las rondas hídricas, la poca aplicación y cumplimiento de las normas y la falta de adecuación del espacio público con espacios para el bienestar social, la movilidad y la accesibilidad (Ver Tabla 10).

En la categoría de 4 repeticiones, se destacan las problemáticas de la falta de cobertura y calidad de los servicios públicos y el saneamiento básico, además de la percepción del aumento de la inseguridad, el microtráfico y el deterioro social (Ver Tabla 10).

En la categoría de 3 repeticiones, se destacan la falta de implementación de programas de construcción y mejoramiento de viviendas de acuerdo con las condiciones socio-culturales y ambientales del municipio y la región Amazónica, el aumento poblacional por migración descontrolada de nacionales y otros migrantes ilegales que se asientan en el territorio trifronterizo y la falta de programas de educación y fomento sobre: principios, valores, sentido de pertenencia, sentido común, cultura ciudadana, cultura ambiental y cultura turística (Ver Tabla 10).

En la categoría de 2 repeticiones se destacan, la falta de claridad sobre los límites de las categorías de suelo, urbana y rural, y sobre el uso del suelo permitido en cada una de ellas, además de la percepción de la falta de implementación de programas de bienestar social para las comunidades vulnerables y la necesidad de un muelle fluvial con equipamientos y adecuación del entorno para la utilización del río Amazonas como el eje articulador del desarrollo Municipal (Ver Tabla 10).

Ya en la categoría de solo una identificación de la problemática se destacan, la falta de un sistema de transporte público legal y con cobertura en toda el área municipal, la falta de calidad y cobertura en el servicio de comunicación y tecnologías TIC para la educación y el desarrollo económico Municipal, la dificultad para garantizar la seguridad y soberanía en la línea fronteriza con Brasil, y la percepción de la necesidad de implementación de las estrategias y programas contempladas en el PGIRs para la reducción, reciclaje y sustracciones de materias contaminantes (Ver Tabla 10).

Finalmente a pesar de la ponderación por valor de repetición dentro del trabajo interactivo colectivo en el Foro de Consolidación General, todas las problemáticas son relevantes y de ocurrencia en la actualidad.

6.5.3. Sobre las Propuestas Consolidadas

En términos de las propuestas de solución a las problemáticas consolidadas, también fueron ponderadas de acuerdo a su repetición, durante el trabajo participativo en los diferentes momentos de la estrategia (ver Tabla 11).

De acuerdo con los resultados de esta ponderación, se puede comentar lo siguiente:

De las 31 propuestas formuladas en total como iniciativas para resolver las problemáticas identificadas Solo una propuesta se repitió en todos los grupos de trabajo de las categorías de actores. Esta propuesta está relacionada con la necesidad imperante de realizar la adecuación de la infraestructura vial para la mejorar la movilidad y la accesibilidad a los barrios por parte de los ciudadanos, el control de la seguridad por la fuerza pública y la atención de emergencias (Ver Tabla 11). Esto refleja el deplorable estado actual de la malla vial del Municipio, y la necesidad urgente de atender esta demanda ciudadana.

Solo 3 propuestas que se repitieron 4 veces y éstas están relacionadas con la urgente revisión y adecuación del Plan Maestro de Acueducto y Alcantarillado del Municipio y la creación y fomento, tanto de programas de educación y fomento de valores, como de innovación y creación de empleo (Ver Tabla 11).

La primera propuesta revela la urgente percepción de los actores por que se garanticen la calidad y la cobertura de los servicios públicos en el área urbana y rural, de acuerdo con los lineamientos de los entes de planeación territorial del país, porque en la actualidad un escaso 30% del área urbana esta provista de acueducto y alcantarillado y la calidad de este servicio es muy deficiente.

Incluso varios actores que hacen parte de veedurías ciudadanas y auditorías, afirmaron que el actual plan maestro es obsoleto, no está terminado de acuerdo al trazo de la ciudad, no tiene tratamiento de aguas residuales, realiza vertimientos directos a los ecosistemas y es uno de los principales causantes del continuo deterioro de la limitada malla vial existente.

Nueve propuestas se repitieron 3 veces. Los temas generales de estas propuestas estaban relacionados con: 1. Recuperación y adecuación del espacio público y construcción de

infraestructura para el bienestar social y el desarrollo sostenible; 2. Recuperación ambiental e implementación de los lineamientos del PGIR Municipal; 3. Reubicación de infraestructura de alto riesgo y 4. Estudios técnicos y sociales para determinar la capacidad de carga de la ciudad y detener la llegada masiva de personas que se asientan en el territorio (Ver Tabla 11).

En lo relacionado con la recuperación y adecuación del espacio público y construcción de infraestructura para el bienestar social y el desarrollo sostenible se destacan las propuestas para: i. Construcción y mejoramiento de viviendas de acuerdo con las condiciones sociales, culturales y ambientales del Municipio y de la región Amazónica; ii. la recuperación del espacio público y la adecuación con señalización y equipamientos para el bienestar social, que permitan la movilidad y la accesibilidad de peatones y población en condición de discapacidad como lo manda la Ley 1618 de 2013 y con el 30% de arborización del área urbana, como lo indican las normas ambientales y urbanísticas; iii. Adecuación de la infraestructura del muelle de carga, para mejorar la movilidad, la seguridad, el transporte durante todo el año y catapultar el río Amazonas como el eje articulador del desarrollo comercial del Municipio y el mantenimiento de la soberanía Nacional; iv. Establecimiento de un centro cultural para las comunidades indígenas, en donde puedan ofrecer sus productos agrícolas, artesanías y programar eventos culturales que promuevan la cultura indígena del Municipio.

En cuanto a la temática de recuperación ambiental e implementación de los lineamientos del PGIR Municipal se destacan las propuestas para: i. La implementación de programas para la reducción, reciclaje y sustracciones de materias contaminantes del mercado y ii. La recuperación ambiental y apropiación de las rondas hídricas como parte de los atractivos turísticos, sitios de esparcimiento, bienestar social y conservación de los servicios ecosistémicos y de la biodiversidad amazónica.

En lo relacionado a la temática de reubicación de infraestructura de alto riesgo, se destaca la infraestructura de los predios de la cárcel, el matadero municipal, el cementerio, la termoeléctrica, el (los) polvorín(es), el CAE, las industrias contaminantes y otros predios

que impidan la expansión urbana, la conectividad de los sectores urbanos y rurales, y que representen algún riesgo para la población civil y la contaminación de los ecosistemas.

Finalmente, sobre la temática de estudios técnicos y sociales para determinar la capacidad de carga de la ciudad y detener la llegada masiva de personas que se asientan en el territorio, la propuesta argumenta que es necesario establecer un régimen especial para limitar el aumento poblacional, debido entre otras a: i. la reducida capacidad de carga y fragilidad de los ambientes amazónicos; ii. La limitación geográfica del Municipio para la expansión urbana y rural iii. La falta de cobertura y calidad de los servicios públicos.

Diez fueron las propuestas que se repitieron dos veces durante el desarrollo de ésta estrategia de participación ciudadana (Ver Tabla 11). Las temáticas fueron variadas pero se destacan dos que fueron especialmente resaltadas durante las reuniones con las categorías de actores territoriales y ambientales además de la categoría de los diplomáticos y consulares.

La primera la que postula que es fundamental que la definición de los diferentes usos del suelo en el PBOT Municipal, debe ser estrictamente basada la documentación técnica y los resultados de los estudios producidos sobre las características, potencialidades y limitaciones de los suelos del Municipio.

La segunda la que postula que es fundamental revisar la situación de las reservas de la sociedad civil, cabildos urbanos y resguardos indígenas, encerrados dentro del área urbana sin servicios públicos, sin áreas de expansión y sin posibilidades de realizar sus actividades tradicionales para el autosustento como establecimientos de chagras agrícolas, caza y pesca.

Ya en cuanto a las propuestas que fueron formuladas solo una vez, las temáticas también fueron variadas. De éstas seis (5) se relacionaron con temáticas territoriales y ambientales, dos (2) con infraestructura y seguridad y una (1) con turismo (Ver Tabla 11).

Las propuestas más destacadas que se relacionaron con territorio y ambiente fueron: i. Descentralización la autoridad ambiental de CORPOAMAZONIA y definir su actuación específica para el departamento del Amazonas; ii. Retomar la instalación de las oficinas de la agencia Nacional de Tierras y otras agencias territoriales, para agilizar los procesos de regularización, saneamiento y formalización de los predios del Municipio; iii. Revisar el perímetro urbano y rural de Leticia y definir cuales islas sobre el Rio Amazonas, hacen parte del Municipio; iv. Legalización y determinación del área territorial (polígonos) de los barrios del municipio de Leticia, además de garantizar las condiciones de cobertura de servicios públicos, saneamiento básico, adecuación de la infraestructura vial y del espacio público.

Las dos relacionadas con infraestructura y seguridad fueron: i. Cumplir con el artículo 119, de la Ley 1801 de 2016, en cuanto a la implementación del Coso Municipal y ii. Implementación e instalación de un sistema de monitoreo por cámaras de circuito cerrado y otras tecnologías, para garantizar la seguridad ciudadana y comercial.

Finalmente la propuesta relacionada con turismo argumentaba la necesidad urgente y estratégica de formular un Plan Trinacional para el manejo, la promoción y la sostenibilidad de la próspera y creciente actividad turística en el Municipio y la Región.

6.5.4. Sobre los Mandatos y Demandas de los Pueblos Indígenas

Los mandatos indígenas son elementos del empoderamiento en el manejo del territorio y el gobierno propio de los pueblos indígenas del Municipio, que aunque en el presente documento, se presentan fechados a partir de la reunión de las autoridades tradicionales en el resguardo Santa Sofía, en el 2016 (Ver Tabla 12), inician en las primeras décadas del siglo pasado. Dicho proceso de empoderamiento y organización, se ha consolidado con la demarcación y reconocimiento del territorio a partir de la década de los 70, el reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas en la constitución del 1991, la organización social y la articulación política de las Asociaciones Indígenas amparadas legalmente en la constitución y la continua lucha por la reivindicación de los derechos territoriales, el reconocimiento de los mandatos las autoridades tradicionales y el gobierno propio, realizado en lo corrido de este siglo 21 (Ver detalles en Capítulo Indígena).

Dentro de esta reivindicación de los derechos territoriales, uno de los mandatos de la citada reunión de las autoridades tradicionales en Santa Sofía en 2016, establece la firme intención de consolidar los derechos territoriales tradicionales sobre muchos territorios del Trapecio Amazónico que actualmente se encuentran el Ley 2 de 1959.

Reconocidos legalmente estos derechos los pueblos indígenas podrán proteger la biodiversidad y garantizar la conservación de sitios sagrados, antiguas áreas de asentamientos, cementerios, salados, áreas de uso y aprovechamiento para el sustento y la pervivencia de las generaciones. Lo anterior explica el surgimiento de nuevas organizaciones indígenas y la gestión de procesos de ampliación de los resguardos, que han caracterizado estos primeros años del siglo.

En la actualidad existen varias organizaciones y cabildos no asociados que representan los pueblos indígenas del municipio y facilitan su articulación política con el gobierno local y Nacional. Los más representativos son a nivel nacional la OPIAC y a nivel local ACITAM, AZCAITA, CAPIUL, TIWA y CIHTACOYD.

Estas organizaciones son las que han facilitado la información que se presentará en el insumo capítulo indígena y conformaron la Mesa Técnica Indígena, para realizar el acompañamiento de la elaboración del citado insumo y realizar el seguimiento del cumplimiento de los mandatos formulados a partir de las reuniones de la estrategia de participación ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia, aprobados por equipo técnico encargado de la actualización y la secretaria de planeación en representación de la administración local, rectora del instrumento territorial (Ver Tabla 12).

A continuación se destacan algunos de estos mandatos:

- .
- 1. Inclusión del componente étnico "Capítulo Indígena" dentro del documento diagnóstico para la actualización del PBOT de Leticia, para darle visibilidad y representatividad a los

pueblos indígenas del municipio, como entes territoriales y ambientales con gobierno propio.

2. Conformación de la mesa técnica indígena para el seguimiento de los acuerdos establecidos con el Consorcio MC Ingeniería y la Administración Municipal en el marco de la Estrategia de Participación Ciudadana para la actualización del PBOT de Leticia.

3. Dicha mesa técnica estará conformada por representantes de las autoridades tradicionales, el consejo de ancianos y líderes de los cabildos y organizaciones indígenas, ACITAM, AZCAITA, CAPIUL, TIWA y CIHTACOYD y aportará los insumos necesarios para la construcción del Capítulo Indígena.

4. El PBOT debe garantizar que los planes de desarrollo de las administraciones locales, vayan en armonía con los planes de vida, que son nuestros instrumentos de ordenamiento, planeación y administración en nuestros territorios. Además que se reconozca la autoridad y legitimidad de nuestro gobierno propio, en los diálogos, discusiones y proyectos sobre: Territorio, Conservación ambiental, Ampliación de la cobertura de los servicios básicos, Educación, Salud e Infraestructura del Municipio y el Departamento.

5. Solicitamos que en el proceso de actualización del PBOT de Leticia, se esclarezca completamente, el perímetro de las categorías de suelo urbana, suburbana y rural, además de los diferentes usos del suelo aceptados, dentro de dichas las categorías de suelo.

6. Lo anterior porque consideramos que el Acuerdo Municipal 024 de 2012 en el que se amplía el perímetro urbano, es lesivo para los pueblos indígenas, porque encierra los asentamientos tradicionales del Castañal 1 y 2 y los resguardos de San Sebastián y la Playa, entre otros y reduce las posibilidades de ampliación de sus territorios tradicionales para adaptarse al crecimiento poblacional y garantizar el establecimiento de sus chagras. Además la urbanización en sus alrededores causaría invasiones de nuestras áreas de uso tradicional en el sistema de lagos de Yahuaraca y deterioro de la calidad de las aguas por los vertimientos de aguas servidas, como ya se puede observar en la actualidad.

/I. Solicitamos que el procesos de actualización del PBOT y las autoridades encargadas nos ayuden a resolver problemáticas sociales, territoriales y ambientales, que existen en invasiones y sustracciones de lotes privados dentro del territorio o muy cercanos a ellos, en unos casos con asentamientos humanos que denigran de nuestra cultura y no aceptan nuestras formas de vida y en otros con emprendimientos económicos que se lucran con la utilización de nuestro nombre y nuestra cultura para la promoción de sus servicios , además de que sobrecargan el uso de nuestros recursos de abastecimiento, trayendo grandes cantidades de turistas al año, sin retribuir a las comunidades.

Finalmente en estos mandatos también se denuncia los fuertes procesos que contribuyen con deterioro de los recursos naturales como la sobrepoblación, el arribo permanente de visitantes y turistas, la contaminación de las fuentes hídricas dentro y fuera de los resguardos, además que se solicita la información permanente y la consulta previa sobre las obras de infraestructura y proyectos que se ejecuten al interior del Municipio, porque aunque estén fuera de los resguardos, impactan la población indígena.

7. Bibliografía Revisada

Forester, J. (1984). Lest Planning be seen as a tool. Built Environment, 10(2), 124-131

Forester, J. (1984). Bounded rationality and the politics of muddling through. Public administration review, 23-31.

Godet, M., Monti, R., Meunier, F., & Roubelat, F. (2000). La caja de herramientas de la prospectiva estratégica. Laboratoire d'Investigation Prospective et Stratégique.

Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial. Viceministerio de Vivienda y Desarrollo Territorial. Dirección de Desarrollo Territorial. República de Colombia (2004). Información práctica para formulación de Planes de Ordenamiento Territorial. Guía Metodológica. 12 p.

Secretaría Técnica COT. Departamento Nacional de Planeación –DNP. Dirección de Desarrollo Territorial Sostenible –DDTS (2013). Lineamientos para el Proceso de Ordenamiento Territorial Departamental. Contenidos Básicos. 45 p.

Programa para el Fortalecimiento de la Economía y el Empleo-FORTALECE. MINEC-GTZ (2007). Metodologías para la Conformación de Mesas de Concertación Público-Privadas. 48 p.

Brilman, M. C. (2013) La mesa Permanente de Concertación con los Pueblos Indígenas. El Diálogo en su Propio Fin. En: Revista de Derecho Público # 31. Julio-Diciembre. 21 p.

República de Colombia (1991). Constitución Política de Colombia. Gaceta Constitucional No. 116 de 20 de julio de 1991. 453 p.

Organización Internacional del Trabajo-OIT (2014). OIT. Convenio Núm. 169 de la OIT sobre pueblos indígenas y tribales en países independientes. Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe. 130 p.

Asociación de Autoridades Indígenas de los Resguardos Tikuna Cocama Yagua de los Municipios de Puerto Nariño y Leticia-ATICOYA (2007). Actualización del Plan de vida de los Pueblos Tikuna Cocama Yagua. 62 p.

Asociación Zonal de Consejo de Autoridades Indígenas de Tradición Autóctona-AZCAITA (2007). Plan de Vida de los Pueblos Tikuna, Uitoto, Cocama y Yagua. 184 p.

Asociación de Cabildos Indígenas del Trapecio Amazónico-ACITAM (2007). Plan de Vida de la Asociación de Cabildos Indígenas del Trapecio Amazónico. 120 p.

Alcaldía Municipal de Leticia (2016). Plan de Desarrollo Municipal 2016-2019: “Por una Leticia transformadora, pensando en grande”. Alcalde Municipal: José Huber Araujo Nieto. 324 p.

Municipio de Leticia (2017). Resumen de la Actualización Plan de Gestión Integral de Residuos Sólidos (PGIRS). RESUMEN. Alcalde Municipal: José Huber Araujo Nieto. 87 p.

Corporación para el desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonia- CORPOAMAZONIA (2014). Determinantes Ambientales para la incorporación en los procesos de revisión, ajuste o formulación del Plan Básico de Ordenamiento Territorial del Municipio de Leticia, Amazonas. 42 p.

El Congreso de Colombia (2013). Ley Estatutaria 1618 de 2013: Disposiciones para garantizar el pleno ejercicio de los derechos de las personas con discapacidad. 46 p.

AGRADECIMIENTOS

Expreso los más sinceros agradecimientos a los actores sociales, gremiales, territoriales, ambientales e institucionales que aceptaron la convocatoria y el desafío de integrarse con el mandato constitucional para ejercer su derecho de participación en los procesos de planeación de los instrumentos públicos. Sin esta importante participación no hubiera sido posible la realización de ésta estrategia metodológica, para el proceso de actualización del PBOT de Leticia, Amazonas.

También fue muy importante el acompañamiento de técnicos colegas y académicos indígenas y no indígenas, que nutrieron las discusiones de las mesas con sus presentaciones y orientaron el rumbo de las conversaciones, en los momentos de tensión al interior de las discusiones. En especial, a Abel Santos, lingüista Tikuna que expuso la temática de la historia antigua de los pueblos Tikuna, Cocama y Yagua del Trapecio. Gilberto López “sabedor indígena” y su hija Ángela López candidata a doctorado, que expusieron a temática de poblamiento de la “gente de centro” en el Trapecio Amazónico. Juan Álvaro Echeverri, Profesor de la UN-Amazonia, que nos aportó la claridad sobre las connotaciones del gobierno propio indígena y sus atribuciones como autoridades ambientales y territoriales y el Cónsul colombiano Germán Grisales, que realizó un acompañamiento permanente en los tres momentos de la estrategia y nutrió las discusiones desde los enfoques transfronterizo, ambiental, cultural y legal.

A todas las autoridades tradicionales del territorio y representantes de las organizaciones indígenas y cabildos no asociados de ACITAM, AZCAITA, ATICOYA, CAPIUL, TIWA Y CIHTACOYD, en especial a Valdemar Bora y su suegro el Abuelo Luis, autoridades tradicionales de la Maloka Indígena del Km 7, perteneciente al resguardo Tikuna-Murui del KM6 y 11, por sus ilustrativos aportes sobre el manejo territorial indígena y su explicación del sentido de la expresión: “Amanecer la Palabra”, para denotar que lo que se dice en el mambeadero de una Maloka, se debe cumplir.

Al acompañamiento del equipo Técnico Local del Consorcio MC Ingeniería y su compromiso con la ejecución de la Estrategia de participación, en especial a Juan David Mendoza y Luis Carlos Uri, por su activo y profesional desempeño en la convocatoria de los actores, logística para la implementación de los diferentes momentos y sistematización de los insumos.

Finalmente, mis sinceros agradecimientos a la familia de sangre y al familia local, porque que sirvieron de apoyo moral y sustento fundamental, para manejar los momentos difíciles durante la formulación y ejecución de ésta estrategia de participación social para la actualización del PBOT de Leticia.

COMUNICAÇÕES EM PÔSTER

1. UNA JURISDICCIÓN ESPECIAL INDÍGENA FALLIDA: NORMAS QUE NO CASTIGAN EN LA AMAZONIA COLOMBIANA

LORENZO, Jhon Jairo Chota

Universidad Nacional de Colombia

jjchotalor@unal.edu.co

RESUMO

En la actualidad los operadores judiciales vinculan al Estado colombiano en una responsabilizada inexcusable, por el simple hecho de desconocer los mandatos del convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), que define el trato para miembros de las comunidades indígenas en los procedimientos judiciales que se presentan contra esta población. Es decir, en la mayoría de los casos, cuando dentro de las zonas de resguardos el indígena comete acciones punibles contra miembros de la propia comunidad, y sus acciones son judicializados por el sistema judicial ordinario, se desconocen los principios básicos para un tratamiento justo, como por ejemplo, el desconocimiento de los principios de juez natural: que parte de la cosmovisión tradicional y ancestral del grupo étnico, es decir; el castigo al que se somete dicho individuo debe de ser reconocido según su tradición cultural, mas no la implementación apurada de las leyes ordinaria. El desconocimiento que ejerce el estado en reconocer la existencia integral de los pueblos indígenas y las garantías judiciales para sus miembros dentro del sistema judicial se produce, por una parte, por el capricho incontrolado de los jueces que en ejercicio de su posición dominante desconocen tales garantías. Por otra parte, es la falta de competencias y garantías para la integración de la jurisdicción especial indígena en el sistema de administración judicial, la que pone esas garantías por fuera del sistema de derechos de los miembros de comunidades étnicas. Lo que se pretende mostrar en este artículo es el estado actual de la aplicación y reconocimiento de las garantías procesales para los miembros de comunidades étnicas enjuiciados por la jurisdicción ordinaria, y la responsabilidad que tendrá que asumir el Estado colombiano por la actuación irregular de los jueces en este sentido.

2. ASSOCIANDO SABERES AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO ATRAVÉS DA COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DA PUPUNHA (BACTRIS GASIBAES KUNTH)

DIAS, Matheus de Souza

Instituto de Natureza e Cultura – UFAM

matheus625dias@gmail.com

SANTOS, Geiziane Gama Dos

Instituto de Natureza e Cultura – UFAM

SANTOS, Vandreza Souza Dos
Instituto de Natureza e Cultura - UFAM
vandreza.souza@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma aula utilizando uma abordagem contextualizada de conceitos bioquímicos, utilizando como contexto o fruto Pupunha (*Bactris gasibaes* Kunth), fruto este encontrado em abundância na região amazônica e presente no cotidiano dos estudantes. O trabalho se desenvolveu no Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM, no município de Benjamin Constant-AM, com cinco estudantes indígenas do 1º período do curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química; e teve como finalidade abordar sobre conceitos de bioquímica de forma contextualizada utilizando o fruto da pupunha. Para isso, desenvolveu-se uma aula sobre a composição nutricional da Pupunha, ressaltando conceitos importantes como Vitaminas, dando ênfase a vitamina A e seus valores nutricionais. Foi aplicado um questionário inicial contendo 05 questões abordando as principais características do fruto e os nutrientes que possui. Durante esta atividade, vale ressaltar que uma das questões gerou discussão entre os estudantes; tratava-se do questionamento sobre a mudança de coloração da pupunha, pois, os estudantes atribuíram a mudança de coloração à diversidade de espécies que eles diziam conhecer, citando exemplos como “tem aquela mais escura”, “mas tem de outros tipos também”. Ou seja, através de seus saberes cotidianos, os estudantes indígenas acreditam que as diferentes colorações são provenientes de espécies diferentes do fruto, contudo, nenhum deles mencionou algo relacionado a composição nutricional ou a presença de algum componente bioquímico. Resultados como estes demonstram a importância de discutir conceitos partindo do contexto dos estudantes, pois, os estudantes indígenas possuem inúmeros conhecimentos que podem e devem ser associados a conceitos científicos nas aulas de Química. Prosseguindo com as atividades, foi ministrada a aula explicitando conceitos bioquímicos, enfatizando o conceito de Vitaminas, uma vez que o fruto possui uma quantidade considerável de Vitamina A característica esta que leva o fruto a ter uma grande

importância na saúde e na alimentação, devido aos seus benefícios a saúde, pois, atua auxiliando no sistema imunológico, prevenindo doenças causadas por vírus e bactérias. Durante a aula, propôs-se que os estudantes relatassem sobre o consumo do fruto, para criar um ambiente propício para discussão de conceitos bioquímicos. A interação com os estudantes foi significativa, pois, através da aula, estes tiveram espaço para discutir sobre algo que faz parte do seu cotidiano. Assim, foi possível relacionar os conhecimentos empíricos dos estudantes indígenas com os conhecimentos científicos partindo da composição nutricional do fruto. Ainda durante a aula, foi explicado que a mudança de coloração ocorre devido a presença de Vitamina A e, conforme estudos, pode-se inferir que quanto mais avermelhada a pupunha, mais vitamina A ela possui. Ao mencionar esse conhecimento científico, os estudantes demonstraram interesse e relacionaram essa informação ao questionário inicial, pois, agora, segundo a fala dos estudantes, podiam compreender o por que da coloração do fruto sofrer alterações e, mencionaram ainda que por isso é importante conhecer do que nos alimentamos. Ao término da aula, aplicou-se um questionário final com 06 perguntas relacionado aos benefícios da vitamina A, dificuldades e os pontos mais interessantes sobre a aula. Essa atividade possibilitou aos estudantes indígenas expor como compreenderam os conceitos abordados, pois grandes partes, dos estudantes ao iniciar a aula, demonstraram-se inseguros e com certa estranheza em começar uma aula desta forma. Somente durante a aula e através de exemplos em que pedia-se que os próprios estudantes relatassem suas experiências, e estes começaram a interagir e a relatar como consumiam o fruto em suas comunidades. Através dessa aula contextualizada, percebeu-se que os estudantes indígenas puderam compreender conceitos científicos, pois, utilizou-se a composição nutricional de um fruto que faz parte da vivência e do cotidiano dos estudantes, tornando essa prática educacional uma metodologia significativa e de contribuição ao processo de ensino e de aprendizagem nas aulas de Química. Portanto, a abordagem proporcionou uma nova visão aos estudantes, tanto sobre o fruto quanto sobre conceitos discutidos na aula, através da associação de conceitos científicos aos conhecimentos empíricos de algo rotineiro em suas vivências: o consumo e utilização do fruto e de outras partes das plantas, tanto em sua alimentação, como na produção de artesanatos e outros materiais.

3. OS INDIOS KAMBEBAS NO INC-UFAM: EMANCIPAÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS EDUCACIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS

BATALHA, Fernando Barroso

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

fernandob.b1998@gmail.com

MARTINS, Adriano Nascimento

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

adrian96martinz@gmail.com

MERA, Jackelina Francesca Elizabeth Mera

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

jafranem@gmail.com

RESUMO

O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa, em andamento, sobre os indígenas Kambebas do Alto Solimões, estudantes da Universidade Federal do Amazonas – UFAM matriculados no Instituto de Natureza e Cultura - INC. Objetiva levantar a quantidade de índios kambebas matriculados no INC/UFAM nos diversos cursos existentes refletindo sobre a importância da garantia de direitos educacionais de acesso e permanência na Universidade dos povos indígenas na região do Alto Solimões. A pesquisa do tipo documental de natureza quanti-qualitativa foi realizada no Programa Bolsa Permanência que atende especificamente os indígenas. Nesta se verificou a quantidade de Kambebas e os cursos nos quais estão matriculados destacando-se um pouco da história da etnia Kambeba no Alto Solimões. Estão cadastrados e homologados pelo MEC em 2017 vinte e cinco alunos na Universidade, sendo cinco deles no curso de Pedagogia, cinco no curso de Ciências Agrárias e do Ambiente, cinco no curso de Administração, seis no curso de Ciências: Biologia e Química, três no curso de Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola, e apenas um no curso de Antropologia. Destaca-se que há discentes ingressos em 2018 submetendo seus pedidos de benefício e identificação

indígena além dos alunos indígenas que perderam a bolsa. Esses discentes Indígenas Kambebas são predominantes dos municípios de São Paulo de Olivença-SPO e Amaturá-AMT. Os Kambebas são considerados um dos povos mais antigos do Alto Solimões e também se encontram no município de Fonte Boa, além de SPO e AMT. Como outras etnias também não dominam a língua materna como primeira língua decorrente da imposição da língua Portuguesa com a chegada dos povos brancos na região. Segundo relato de idosos Kambebas os mesmos lutaram com os brancos e perderam a luta e assim passaram a ser dominados, e com o passar dos tempos foram perdendo a língua que está em processo de resgate por meio dos anciãos kambebas. Os índios desta etnia passaram a exercer a sua cidadania, usufruindo direitos educacionais na Educação Básica em escolas indígenas e não-indígenas e chegaram a Universidade. No entanto, passam a se autodeclarar indígenas durante a Educação Superior não somente pelos benefícios da bolsa permanência, mas também, pelo reconhecimento das suas origens étnicas e culturais, os mesmos na Universidade aprendem como se autodeclarar, garantindo seus direitos educacionais e sociais indígenas.

4. MAPEAMENTO DOS DISCENTES UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA DO INC-UFAM

NASCIMENTO, Adriano Martins

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
adrian96martinz@gmail.com

BRAULE, Gilvânia Plácido

Universidade Federal do Amazonas - UFAM
gilvaniabc@gmail.com

MERA, Jackelina Francesca Elizabeth Mera

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
jafranem@gmail.com

RESUMO

O estudo, em andamento, apresenta resultados sobre o mapeamento dos indígenas na Universidade, especificamente beneficiários do Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação, estudantes do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas. Objetiva verificar indígenas ingressos na Universidade analisando aspectos como faixa etária, sexo, procedência e cursos de graduação, aspectos sociais como adaptação, rendimento, (in)sucesso acadêmico e políticas de ingresso. É notória na Universidade a presença de discentes indígenas e há muitas discussões sobre os incentivos a permanência e as dificuldades enfrentadas pelo mesmo. A pesquisa desenvolvida pelo método de estudo de caso iniciou-se levantando dados quantitativos, para isso realizou-se uma análise documental nos cadastros dos beneficiários da Bolsa Permanência até o ano de 2017. Há novos cadastrados em 2018, mas estes ainda não foram homologados. Identificou-se um total de 344 discentes indígenas oriundos de 08(oito) etnias, sendo 188 tikunas, 91 Kokamas, 33 Kaixanas, 25 kambebas, 04 Marubos, 01(um) witoto, 01(um) Mayuruna, e 01(um) kanamari. Dentre as etnias nota-se que há um número maior de tikunas, sendo este o povo indígena mais populoso da região. Dentre estes 196 homens e 149 mulheres. Quanto a faixa etária identificou-se que 49 indígenas estão entre 18 a 20 anos, 162 entre 21 a 25 anos, 82 entre 26 a 30 anos, 28 entre 31 a 35 e 24 entre 26 a 42. Observa-se que alguns indígenas estão chegando jovens na Universidade e outros não. Estes indígenas estão matriculados nos seguintes cursos: 70 em Pedagogia, 66 em Ciências: Biologia e Química, 65 em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola, 54 em Ciências Agrárias e do Ambiente, 51 em Antropologia e 39 em Administração. Nota-se um percentual significativo nos cursos de Licenciatura, a procura por cursos de formação de professores destaca-se entre os indígenas. Estes são oriundos dos municípios da região do Alto Solimões, com exceção de Fonte Boa e Jutai, e um de Manaus. São 201 de Benjamin Constant, 34 de Tonantins, 31 de São Paulo de Olivença, 27 de Amaturá, 23 de Santo Antônio do Içá, 21 de Tabatinga e 07(sete) de Atalaia do Norte. Nota-se que os povos indígenas do Alto Solimões estão conseguindo ingressar na Universidade, uma vez implantada com uma Unidade em Benjamin Constant, a UFAM tem possibilitado a garantia de direitos a Educação Superior aos povos indígenas desta região sudoeste do Estado do Amazonas.

5. RESGATANDO SEUS VALORES IDENTITÁRIOS, COMUNIDADE BOM JARDIM II, BENJAMIN CONSTANT

GOMES, Heloin Soplin

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

tacycoutinho@yahoo.com.br

COUTINHO, Taciana de Carvalho

Universidade Federal do Amazonas

tacycoutinho@yahoo.com.br

RESUMO

Em Benjamin Constant, a maioria das comunidades ribeirinhas são indígenas, com culturas diversificadas, o que mostra os valores étnicos presentes nessas diferentes comunidades. Com o passar dos anos, algumas etnias foram deixando de lado seus hábitos culturais e vivenciando os costumes não indígenas. Por isso, este fato prejudicou as questões tanto ambiental como social dos povos indígenas que vivem essa realidade. Dentre os aspectos ambientais, destacou-se a produção de alimentos, pois antes era tudo coletado e plantado em ambientes de floretas e roças sem a utilização de fertilizantes e agrotóxicos. O estudo teve por objetivo historiar os valores identitários do Povo Kokama e, suas redefinições como um Povo ocupante dessa região do Alto Solimões. Nesse contexto, no ano de 2002, na comunidade de Bom Jardim, zona urbana de Benjamin Constant, foi realizada a primeira reunião com os descendentes da etnia Kokama, onde passaram a se identificar como a mesma. A partir desse momento, foi eleito como cacique um dos membros da comunidade que fala a língua materna, e juntamente com idosos de notórios saberes tradicionais e descendentes, cravaram uma busca pela conquista, resgatando valores culturais da etnia como: cantos, danças, pinturas, artesanatos e a própria língua Kokama. Esse trabalho de resgate cultural ocorreu pelo fato de que antes tais valores não foram repassados para as gerações, e antes que se percam, os Povos Kokoma uniram forças para trazerem de volta

suas conquistas aos direitos territoriais e jurídicos. Através desses e outros trabalhos realizados com ajuda de autoridades, elaboraram uma cartografia social, onde obtiveram como resultado, a prevalência da maior parte dos moradores habitantes da comunidade serem residentes indígenas. Desde esse processo de autoreconhecimento que os Kokama esperam pela demarcação da Terra Indígena, no qual as autoridades locais se impõem. Todo processo foi reconhecido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e outros órgãos federais. E entre as conquistas, buscam nomear como indígena a escola, uma quadra de esporte e a UBS que está na mesma área indígena. Diante dos fatos ocorrentes, a comunidade Kokama obteve suas conquistas resgatando os valores étnicos e culturais, mostrando que essa identidade ainda prevalece e faz parte da cultura Benjaminense, porém a comunidade Bom Jardim II ainda aguarda todo processo de tramitação para realmente ter suas terras reconhecidas como indígena.

GT 2 – Povos indígenas e fronteiras: Dinâmicas ambientais, conflitos e uso dos recursos/bens naturais.

COMUNICAÇÕES ORAIS

1. LOS ÁRBOLES Y SUS DUEÑOS. APORTES PARA LA COMPRENSIÓN DE LOS SERVICIOS ECOSISTÉMICOS CULTURALES DE LA SELVA AMAZÓNICA COLOMBIANA. CASO DE ESTUDIO LOS SALADOS

CUARTAS, Ana María Monsalve

Ingeniera Forestal, MSc en Arquitectura del Paisaje PhD (c) Programa SUSFOR.
Universidad de Lisboa- Instituto Superior de Agronomía (ISA).

Laoma468@gmail.com

SÁNCHEZ, Ignacio

Estudiante de Ingeniería Forestal, Universidad Distrital Francisco Jose de Caldas,
investigador indígena Uitoto. Comunidad los kilometros resguardos RITU Amazonas –
Colombia.

sancheznach@gmail.com

GREGORIO, Antonio

Investigador indígena Tikuna. Comunidad San Martin de Amacayacu resguardos TICOYA
Amazonas – Colombia.

INTRODUCCION

El Conocimiento tradicional en el manejo de los ecosistemas forestales Amazónicos por parte de sus comunidades indígenas es de gran utilidad y valor para la comprensión y conservación del Paisaje Amazónico, como instrumento de gestión de la biodiversidad, propicia el equilibrio entre el saber, el conocer, el usar y el proteger (Davis, 2011; Von Hildebrand, 2012; Ortiz Francisco et al. 2015). La Selva del Amazonas tiene una concepción diferente para sus pueblos indígenas igualmente valida a la del conocimiento científico occidental. Es una concepción sagrada donde la vivencia y las transformaciones que se ejercen sobre ella no están desligadas (objetivamente) de los procesos y vivencias internos (subjetivos) de sus comunidades indígenas. (Davis, 2016; Eliade, citada por Echeverry.1998)

Según la UICN (2008), Una de las formas más destacadas de conservación basada en la cultura ha sido la identificación y protección de sitios naturales sagrados (SNS), que con frecuencia albergan una valiosa biodiversidad, además de proteger ecosistemas clave y paisajes patrimoniales. Las culturas indígenas, locales y tradicionales, con sus respectivas cosmovisiones, crearon áreas protegidas mucho antes del advenimiento del Parque Nacional de Yellowstone, que en la mayoría del mundo se usó como modelo para la actual legislación, política y prácticas de áreas protegidas. Los SNS son por lo tanto las áreas protegidas más antiguas del planeta.

Los SNS son aquellas áreas de agua o tierra de especial significado espiritual para los pueblos y comunidades. Para muchos pueblos indígenas, los SNS son áreas en donde la naturaleza se conecta directamente con el universo, con el cosmos, y la memoria colectiva o individual se une en estos lugares en formas significativas. En el contexto amazónico son salados, cananguchales, morichales, varillales, cerros, ríos entre otros (ver figura 1). Pueden ser la morada de deidades, espíritus naturales y ancestros. También pueden ser especies de árboles y de animales. Todos ellos son importantes referentes para la identidad cultural de un clan, una tribu o una comunidad. (Zapata. 2007; Von Hildreban. 2013; Rodríguez. 2013; Kuyoteca. 1997; ACAIPI. 2011; UICN. 2008).

Los Salados para la cultura occidental, son biotopos ubicados dentro del bosque que se caracterizan por presentar suelos con altos contenidos de minerales, en forma de sales, que son aprovechados directamente por los animales. Según fuentes secundarias se reportan más de 42 especies de animales que los visitan para suplir sus necesidades de alimentación. Los factores que influyen con mayor fuerza en la formación de los salados son el relieve, como agente acondicionador y el material parental asociado con un tipo de vegetación particular, como factor que aporta las características químicas y espaciales; estos sitios pueden tener entre 30m² y una hectárea (Cabrera, 2012; Lozano, 2004; Molina et al 2018). Desde la ecología del paisaje, los Salados son clave en el funcionamiento del ecosistema forestal amazónico, indicadores de su estado estructural, funcional y dinámica natural.

Son pocos los estudios que realicen una aproximación al significado cultural y espiritual de los salados y sus especies arbóreas. El objetivo de este estudio fue identificar algunos valores culturales y espirituales de las especies de árboles identificadas en 11 salados en dos resguardos de las comunidades indígenas Tikuna y Uitoto, en el Trapecio Amazónico Colombiano.

Metodología

Se realizó una identificación y análisis a través de narrativas, mitos, textos escritos, videos y conversaciones sobre el valor cultural - espiritual de lugares naturales sagrados en la Selva Amazónica con énfasis en los salados y sus especies arbóreas en las comunidades Tikuna y Uitoto.

La información primaria se recolectó mediante conversaciones informales, visita a los salados y reconocimiento de su flora asociada. Fue facilitada por los mayores sabedores de las comunidades Uitoto en el kilómetro 11 (Resguardo RITU) Antonio Cayetano Sánchez Sánchez dio la autorización. Walter Torres Fariratofe, Jesús Vargas, Jesus Negedeka, Celimo Negedeka y Nicanor Morales fueron los guías y reconocedores de flora. En San Martín de Amacayacu (resguardo TICOYA) Humberto Gregorio y Robinson Gregorio fueron los guías y conocedores de flora, en los años 2015, 2016 y 2017. Los 11 salados visitados se presentan en la Tabla 1 y Tabla 2

Tabla 1. Información base arbórea, salados resguardo TICOYA.

Salados (TICOYA)	Área de muestreo en mt ²	Numero transectos (4x50mt)	Tipo de salado
Patura	100	5	De talud
Venado	100	5	De talud
Huito	60	3	Inundable
Maloka	80	4	De talud
Piedra	80	4	Inundable
Aramacia	60	3	De talud

Tabla 2. Información base arbórea, salados resguardo RITU

Salado (RITU)	Área de muestreo en mt ²	Numero transectos (4x50mt)	Tipo de salado
Caimo	160	8	Inundable
Pequeño	60	3	De talud
Kayetano	200	10	Inundable

Jonhy	60	3	De talud
Patoha (casilla)	80	4	De talud

Se realizó un análisis estadístico descriptivo para evidenciar si existe relación entre valores tangibles e intangibles para las especies forestales identificadas en los salados visitados.

El trapecio Amazónico Colombiano y los Resguardos

El Trapecio Amazónico ubicado en el departamento colombiano del Amazonas, se encuentra delimitado al norte por el río Putumayo, al sur por el río Amazonas, al oriente por la línea fronteriza con el Brasil desde Tarapacá hasta Leticia, y al occidente por la línea fronteriza con el Perú, desde las bocas del río Yaguas en el Putumayo hasta las bocas del río Atacuarí en el departamento del Amazonas. En la zona se destacan el río Putumayo con su principal afluente, el Cotuhé, y el río Amazonas con sus tributarios: Uassú, Atacuarí, Loretoyacu y Amacayacu. El trapecio amazónico comprende los municipios de Leticia y Puerto Nariño. Allí se localizan las comunidades indígenas Tikuna, Cocama, Yagua, Uitoto, Muinane y Tanimuca en varios resguardos (Maldonado, 2012; Jiménez, 2013)

Los Tikuna, habitan desde la desembocadura del río Atacuari entre Colombia y Perú hasta el río Jutai en el Brasil. En Colombia, ocupan todo el Trapecio Amazónico con más de 8000 personas. Comparten una lengua, con tres dialectos y habitan fundamentalmente la ribera del río Amazonas, donde practican la horticultura de tumba y quema, así como la pesca y la caza. Sus resguardos son: Arara, San Antonio de los Lagos, San Sebastián, El Vergel, Macedonia, Mocagua, San Martín de Amacayacu y Cothué-Putumayo, en el departamento del Amazonas (Ministerio de Cultura, 2009; Lopez, 2005). La comunidad de San Martín de Amacayacu está conformada en su mayoría por indígenas Tikuna (570 personas para el 2017 según el Curaca Ignacio Piñeros).

La comunidad Uitoto (Hijos del tabaco, la coca y la yuca dulce), habita en la Amazonia colombo-peruana. Los principales asentamientos se ubican en los ríos Igaraparaná, Caraparaná, en el curso medio del río Caquetá, y en algunas localidades peruanas. En la actualidad suman unas 6000 personas en Colombia. (DANE 2005; Urbina

2010). En el trapecio amazónico los Uitotos se localizan principalmente en el resguardo RITU (Kilometro 6 y Kilometro 11 carretera Leticia –Tarapaca) resguardos Arara, San Antonio de los Lagos y San Sebastian. (AZCAITA, 2008).

RESULTADOS

El valor cultural de la Selva y de sus árboles

El *Nai-nechi*, -el lugar de los troncos de árboles-, o la selva para el mundo indígena, no sólo engloba a las especies vegetales, sino también a diversos seres de otras clases: desde los animales, hasta los dueños espirituales de ciertos árboles y sitios sagrados y todos los otros espíritus que allí conviven. La Selva rodea y encierra los espacios de la casa o espacio doméstico, de la Maloka y la chagra o espacio agrícola principal fuente de alimentación vegetal. (Goulard, 1994, corroborado en comunicación personal con la familia Gregorio, familia Morales y Negedeka 2015,2016, 2017).

La Selva es muy vieja y sus salados, lagos, lagunas, ríos, quebradas, plantas y animales tienen su dueño. Estos Dueños, son seres no humanos con quienes el Chaman (hombre o mujer con capacidad de convivir y comunicarse con los Dueños de los cerros, agua, árboles, salados, lagos, padres de los animales, peces, aves, insectos y de los fenómenos naturales. (Santos.2013:139; Kuyoteca .2004)) negocia el acceso a recursos, comida, a la curación de enfermedades y la elaboración de rituales. Las Malokas de los Dueños espirituales se ven en este mundo en forma de accidentes geográficos, como raudales, cerros, lagos y salados, los cuales son llamados sitios sagrados o sitios con dueño, con nombramiento, con historia, o especiales. (Franky,2004:129; ACITAM, 2008; comunicación personal familia Gregorio, Negedeka y Morales 2015, 2016,2017)

La creencia en los Dueños espirituales en el plano tangible e intangible sirve para regular y equilibrar el uso de este patrimonio natural. Estos dueños son la sumatoria personificada de los saberes que permiten el manejo armonioso del entorno (ecosofía). (Urbina 2010, Mallarach 2015)

Los Salados para Tikuna y Uitoto

En la Selva los hombres se desplazan continuamente en la medida que la principal actividad que allí se desarrolla es la caza. En estos desplazamientos el cazador se dirige

especialmente hacia las áreas *nge* o femeninas, donde "los palos echan huaillos", ya que es allí donde se encuentran las colpas -fuentes de aguas salobres- (salados) donde los animales acuden a beber. (Comunicación personal familia Gregorio, Negedeka y Morales 2015. 2016).

Según Moreno (1997) y la información de líderes y guías de las comunidades Tikuna y Uitoto, uno de los sitios más especiales en la selva para ver animales son Los Salados, ya que son las puertas para las fiestas de los hombres de abajo, donde los animales transformados en hombres toman masato y bailan, este lugar es una Maloka donde se reúnen todos los animales porque es donde están sus dioses, es como la casa de los animales.

En la siguientes tablas se informa sobre algunas características de los 11 salados inventariados (6 resguardo TICOYA, 5 resguardo RITU) (comunicación personal con las familias Gregorio, Morales y Negedeka, 2015, 2016, 2017). Su ubicación aproximada se muestra en la Figura 1 el perfil aproximado para 2 de ellos en la Figura 2y Figura 3

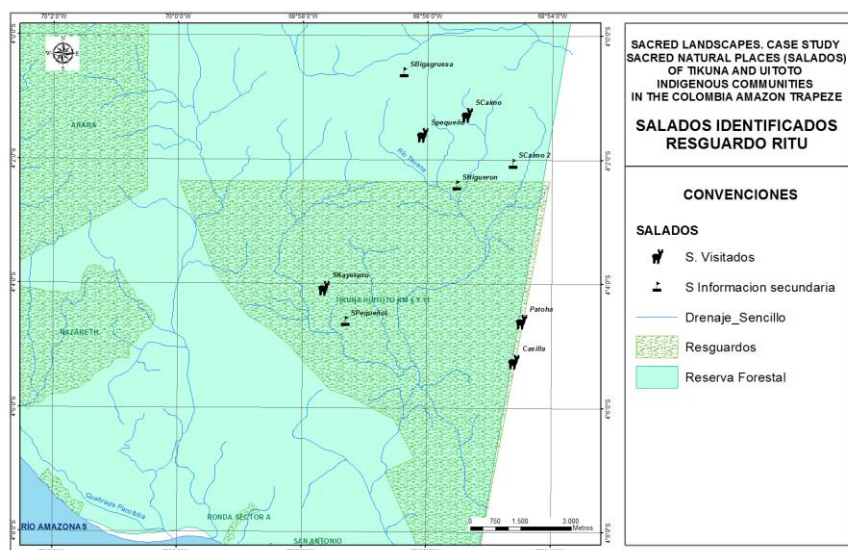
Tabla 3. Información base arbórea salados resguardo TICOYA ,fuente los autores

Nombre del salado	Número de árboles	Número de especies	Numero de géneros	Número de familias
Patura	63	24	24	17
Venado	75	35	30	22
Huito	41	20	18	14
Maloka	58	28	27	17
Piedra	48	26	25	18
Aramacia	54	21	20	16

Tabla 4. Información base arbórea, Salados resguardo RITU Fuente los autores

Nombre del Salado	Número de árboles	Número de especies	Numero de géneros	Número de familias
Kaimo	119	45	22	24
Pequeño	55	22	19	13
Kayetano	176	58	55	30
Jonhy	30	19	18	14
Patoha	37	19	16	15

Se identificaron más de 100 especies de árboles y palmas con algunas especies de árboles como la palma chambira- *Astrocaryum chambira*, palma pona barrigona- *Iriartea deltoidea*-, palma ponilla- *Socratea exorrhiza*, palma aguaje-*Mauritia flexuosa*, Yanchama o Oje-*Ficus maxima sp*, Renaco *Ficus schultesii*. Con valor cultural - espiritual para ambas etnias.



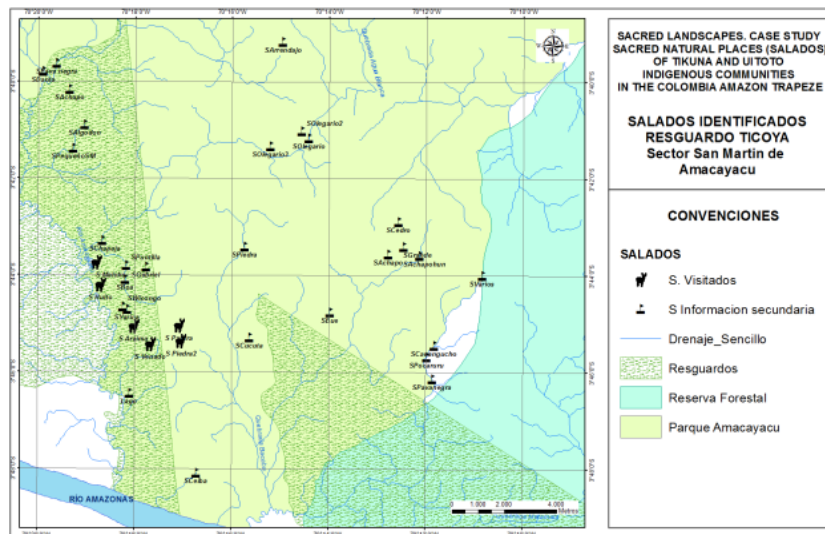


Figura 1. Superior. Ubicación de algunos Salados en RITU inferior. Ubicación de algunos Salados en San Martin de Amacayacu (TICOYA). Fuente los autores

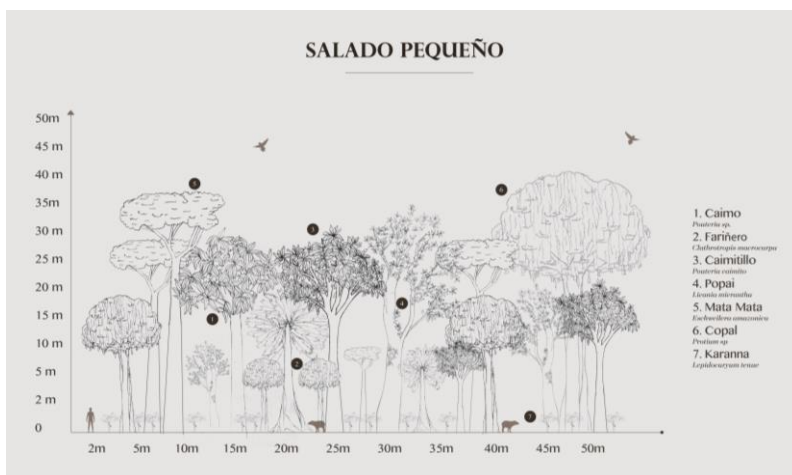


Figura 2. Composición arbórea en un transecto del salado Pequeno en la comunidad Uitoto sector los Kilometros. todas sus especies con valor cultural.

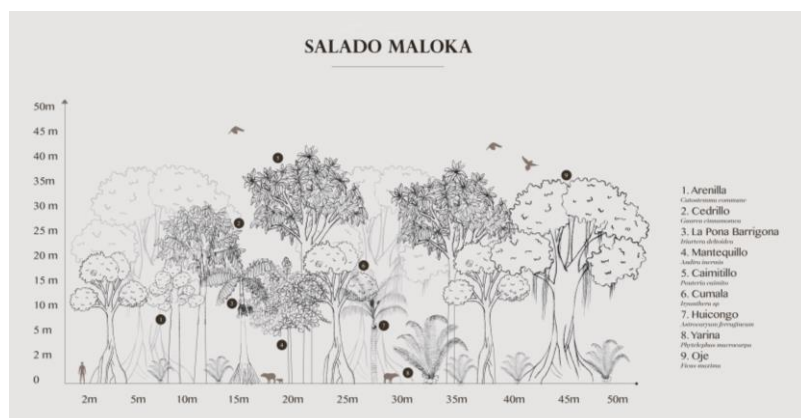


Figura 3. Composición arbórea en un transecto del salado Maloka en la comunidad Tikuna Sector San Martín de Amacayacu. todas sus especies con valor cultural. Fuente los autores

Arboles sagrados

Para los Tikunas y Uitotos, en la selva existen árboles que poseen un valor tangible ya sea por su valiosa madera, medicina, alimento y/o un valor intangible por tener poderes que ayudan a los chamanes en su labor y por ser referentes ancestrales.

En los inventarios realizados en los salados, se identificaron un total de 102 especies de árboles y de palmas, reunidas en 90 géneros y 35 familias. El 90% de estas especies tiene un valor cultural y/o espiritual

Con el uso del programa de estadística SPSS se realizó un análisis para reconocer si hay relación entre los valores asociados a los usos (Usos: hojas, artesanías (tambores, utensilios), medicina, madera (leña, construcción), frutos y semillas, corteza y fibras, resinas y cauchos, colorantes y tintas; con dueños espirituales) identificados en ambas comunidades. Se usaron 102 unidades taxonómicas a nivel de género y especie cuando se identificó plenamente al árbol.

Se usó la herramienta de conglomerados jerárquicos con matriz de distancias, para analizar si las variables tienen relaciones significativas entre ellas por medio del método de vinculación inter grupos – Jaccard (El primer grupo según la Erro! Autoreferência de indicador não válida. son los usos por madera para la construcción y leña, asociada con uso por frutos, semillas y artesanías (tambores, juguetes, utensilios para la cocina). Las familias más representativas en este grupo por mayor número de especies son:

Fabaceae, Meliaceae, Myristicaceae, Apocynaceae Aracaceae, Caryocaraceae. Las especies y géneros frecuentes en la siguiente tabla

Tabla 5. Familias y especies asociadas con mayor uso por madera, frutos, semillas y artesanías. Fuente los autores

Familia	Nombre científico/genero
Anacardiaceae	<i>Anacardium excelsum</i>
Apocynaceae	<i>Couma macrocarpa</i>
Apocynaceae	<i>Lacmellea arborescens</i>
Aracaceae	<i>Euterpe precatoria</i>
Aracaceae	<i>Socratea exorrhiza</i>
Caryocaraceae	<i>Caryocar glabrum</i>
Caryocaraceae	<i>Caryocar glabile</i>
Combretaceae	<i>Terminalia dichotoma</i>
Euphorbiaceae	<i>Caryodendron sp</i>
Fabaceae	<i>Hymeneae sp</i>
Fabaceae	<i>Parkia sp</i>
Fabaceae	<i>Parkia igneiflora</i>
Lecythidaceae	<i>Cariniana decandra</i>
Meliaceae	<i>Guarea cinnamomea</i>
Meliaceae	<i>Carapa guianensis</i>
Moraceae	<i>Naucleopsis ulei</i>
Myristicaceae	<i>Virola sp</i>
Myristicaceae	<i>Iryanthera sp</i>
Olacaceae	<i>Minquartia guianensis</i>
Rubiaceae	<i>Posoqueria sp</i>
Sapotaceae	<i>Manilkara bidentata</i>
Sapotaceae	<i>Simarouba amara</i>

Grafica 1). Como se puede evidenciar, los usos otorgados a las especies identificadas en el conjunto de datos se pueden agrupar en 3 grupos con relaciones significativas entre sí.

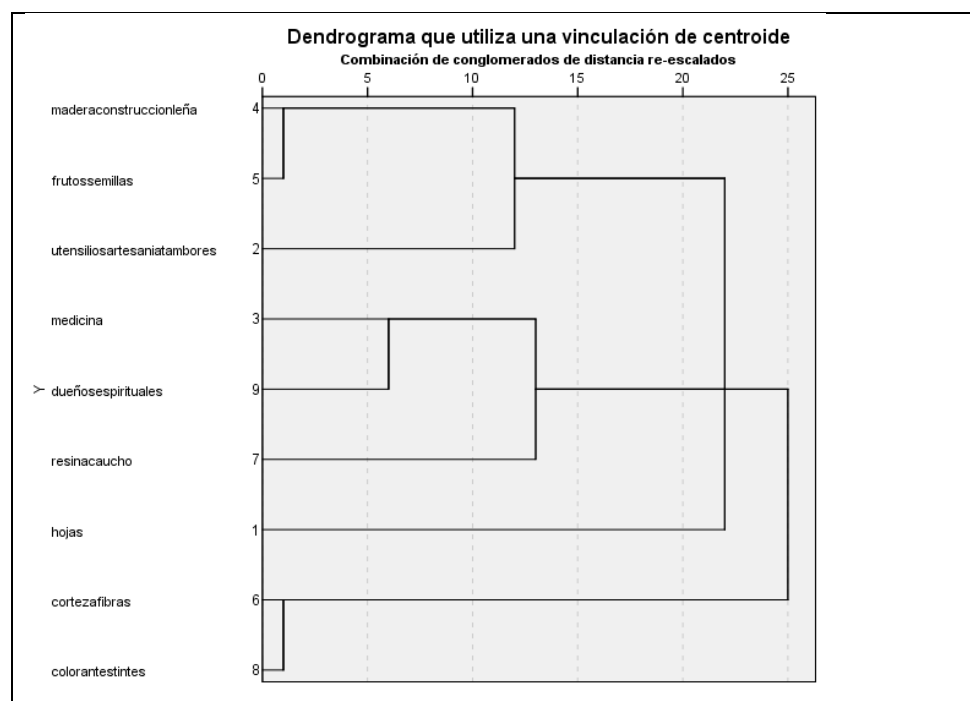
El primer grupo según la **Erro! Autoreferência de indicador não válida.** son los usos por madera para la construcción y leña, asociada con uso por frutos, semillas y artesanías (tambores, juguetes, utensilios para la cocina). Las familias más representativas en este grupo por mayor número de especies son: Fabaceae, Meliaceae, Myristicaceae, Apocynaceae Aracaceae, Caryocaraceae. Las especies y géneros frecuentes en la siguiente tabla

Tabla 5. Familias y especies asociadas con mayor uso por madera, frutos, semillas y artesanías. Fuente los autores

Familia	Nombre científico/genero
Anacardiaceae	<i>Anacardium excelsum</i>
Apocynaceae	<i>Couma macrocarpa</i>
Apocynaceae	<i>Lacmellea arborescens</i>
Aracaceae	<i>Euterpe precatoria</i>
Aracaceae	<i>Socratea exorrhiza</i>
Caryocaraceae	<i>Caryocar glabrum</i>
Caryocaraceae	<i>Caryocar glabile</i>
Combretaceae	<i>Terminalia dichotoma</i>
Euphorbiaceae	<i>Caryodendron sp</i>
Fabaceae	<i>Hymeneae sp</i>
Fabaceae	<i>Parkia sp</i>
Fabaceae	<i>Parkia igneiflora</i>
Lecythidaceae	<i>Cariniana decandra</i>
Meliaceae	<i>Guarea cinnamomea</i>
Meliaceae	<i>Carapa guianensis</i>
Moraceae	<i>Naucleopsis ulei</i>
Myristicaceae	<i>Viola sp</i>
Myristicaceae	<i>Iryanthera sp</i>
Olacaceae	<i>Minquartia guianensis</i>
Rubiaceae	<i>Posoqueria sp</i>
Sapotaceae	<i>Manilkara bidentata</i>

Sapotaceae	<i>Simarouba amara</i>

Grafica 1. Dendrograma resultado del análisis entre variables tipo uso. Fuente los autores



El segundo grupo son los usos por medicina, resinas y cauchos asociados a las especies con dueños espirituales. Las familias más representativas en este grupo son Euphorbiaceae, Apocynaceae y Fabaceae. Las especies y géneros frecuentes se presentan en la siguiente Tabla 6

Tabla 6. Familias y especies asociadas con mayor uso por medicina, resina, cauchos y con dueños espirituales. Fuente los autores

Familia	Nombre científico/ Genero
Apocynaceae	<i>Aspidosperma myristicifolium</i>
Apocynaceae	<i>Couma macrocarpa</i>
Celastraceae	<i>Maytenus amazónica</i>
Euphorbiaceae	<i>Hevea guianensis</i>
Euphorbiaceae	<i>Hevea pauciflora</i>
Euphorbiaceae	<i>Hevea sp</i>

Fabaceae	<i>Alexa sp</i>
Fabaceae	<i>Hymeneae sp</i>
Meliaceae	<i>Carapa guianensis</i>

El tercer grupo son los usos por cortezas, fibras, colorantes y tintes. Las familias más representativas por mayor número de especies son: Annonaceae, Aracaceae, Chrysobalanaceae, Lecythidaceae, Moraceae. Los géneros frecuentes en este grupo se presentan en Tabla 7

Tabla 7. Familias y géneros asociados con mayor uso por cortezas, fibras, colorantes y tintes. Fuente los autores

Familia	Genero
Aracaceae	Astrocaryum
Chrysobalanaceae	Licania
Lecythidaceae	Eschweilera
Moraceae	Ficus

CONCLUSIONES

- Las comunidades Tikuna y Uitoto conservan un manejo silvícola en los Salados del territorio de los resguardos TICOYA y RITU asociado a un sistema de pensamiento y una relación simbólica con la Selva. La concepción y manejo de los salados ayuda a entender el sentido simbólico y la gestión espiritual de la Selva por parte de estas comunidades.
- La comunidad Tikuna en San Martín de Amacayacu- TICOYA y la comunidad Uitoto en el resguardo RITU sector Los Kilómetros, están sometidas a grandes presiones turísticas, políticas del gobierno de turno, dinámicas fronterizas y en general al modelo occidental de explotación. Pero aún conservan en sus habitantes mayores de 60 años un acopio de conocimiento filosófico, ecológico y espiritual que permite manejar y conservar los sistemas de flora asociados a los salados. Es prioritario garantizar que este conocimiento sea transmitido en las generaciones más jóvenes, para perpetuar y mejorar

el estado de los salados como lugares clave para el funcionamiento del ecosistema forestal amazónico.

- La estructura de los bosques en los salados identificados, conserva una riqueza y composición gracias a la gestión espiritual en el manejo y uso que le dan las comunidades Tikuna y Uitoto a estos espacios. Cerca del 90% de las especies arbóreas y de palmas en los salados tiene un valor cultural y espiritual. Las familias más representativas son Fabaceae, Arecaceae, Lecythydaceae. Los géneros con mayor número de usos reportados son:

familia	<i>Nombre científico</i>	<i>Nombre local</i>
Meliaceae	<i>Carapa guianensis</i>	Andiroba
Lecythydaceae	<i>Cariniana decandra</i>	Abarco
Apocynaceae	<i>Couma macrocarpa</i>	Surba, juan soco
Fabaceae	<i>Hymeneae sp</i>	Poru, macuri, mari mari
Fabaceae	<i>Alexa sp</i>	Alcanfor
Apocynaceae	<i>Aspidosperma myristicifolium</i>	Remocaspi , costillo macho
Lecythydaceae	<i>Eschweilera sp</i>	Mata mata (blanco, amarillo, rojo, negro)

- Los salados, conforman un tejido de puntos en el territorio dentro y fuera de los resguardos con valor cultural y ecológico que funciona como un tejido social para las comunidades Tikuna y Huitoto. Esta red o tejido ayuda a conservar la biodiversidad y debe ser identificada y visibilizada en los planes de manejo forestal, planes de ordenamiento territorial y planes de desarrollo local en la región amazonica.
- Los servicios ecosistémicos de tipo cultural- espiritual de especies de árboles y sitios naturales sagrados según el conocimiento indígena, indican nuevos caminos para el manejo de los ecosistemas amazónicos. La protección de estos sitios naturales sagrados requiere además de las actuaciones de las comunidades indígenas para la conservación y el mantenimiento de los ecosistemas asociados, una legislación que los visibilice y blinde de intereses comerciales, mineros y turísticos, del desarrollo de conflictos sociales y de las acciones económicas y extractivistas del actual modelo de desarrollo occidental que merodean en estas regiones.

- Se requiere elaborar una cartografía actualizada y precisa de los sistemas de Sitios Naturales Sagrados, como herramienta de manejo del Paisaje y defensa de los derechos territoriales y culturales, así como salvaguarda del patrimonio biocultural.

BIBLIOGRAFIA

ACITAM. Plan de Vida de la Asociación de Cabildos Indígenas del Trapecio Amazónico.. Puerto Nariño- Amazonas. 2008

ACAIPi. Los conocimientos tradicionales de los chamanes jaguares de... (Colombia) Lista representativa – 2011. fuente <http://www.unesco.org/culture/ich/es/RL/los-conocimientos-tradicionales-de-los-chamanes-jaguares-de-yurupari-00574>.

<https://www.youtube.com/watch?v=Gq4dg-KmSms&index=16&list=PLItLtL--5Gu5gmuy3Px4hcxw0-WkN39bB>. Consultado febrero 2017

http://www.amazoniaindigena.org.br/files/6813/6786/5511/Experincia_13_ACRE-ACAIPi_2.pdf. Consultado enero 2017

ALVAREZ, Esteban. Cuánto Vale la Naturaleza, (Bosques, biodiversidad y servicios eco sistémicos) Revista Propiedad Publica (apropiación social del conocimiento) 21 pag. 2013

ARANGO & SANCHEZ. Los pueblos indígenas de Colombia en el umbral del nuevo milenio: población, cultura y territorio: bases para el fortalecimiento social y económico de los pueblos indígenas. Departamento Nacional de Planeación. Dirección de desarrollo sostenible. Bogotá. Colombia. 2004

ACOSTA, L. E., & Mendoza, D. El conocimiento tradicional: Clave en la construcción del desarrollo sostenible en la Amazonía Colombiana. Colombia Amazónica, 101-118 2006.

ASOAINAM. Plan de Vida de los Cabildos Uitoto, Tikuna, Bora, Cocama e Inga de la Asociación de Autoridades Tradicionales de Tarapaca- Amazonas. Tarapaca- Amazonas. 2007

ATICOYA. Actualización del Plan de vida de los Pueblos Tikuna Cocama Yagua. Puerto Nariño. Amazonas 200. fuente. http://observatorioetnicocecoin.org.co/cecoin/files/Plan%20de%20%20vida%20Tikuna%20Aticoya_Puerto%20Nari%C3%B1o.pdf. Consultado marzo 2017

AZCAITA. Plan de vida de los pueblos Tikuna, Uitoto, Cocama y Yagua. 2008. Fuente <http://leticia-amazonas.gov.co/apc-aa-files/33366639393863386234333861356137/plan-de-vida-azcaita-11-de-noviembre.pdf>. Consultado noviembre 2017

CABRERA, Juan. "Natural licks and people: towards an understanding of the ecological and social dimensions of licks in the Colombian Amazon". Tesis Doctoral, School of Anthropology and Conservation. Canterbury, University of Kent. 2012

DAVIS, Wade. Los guardianes de la sabiduría ancestral (su importancia en el mundo moderno) Silaba edit. Medellín, 220pag. 2016

DANE. Departamento Administrativo Nacional de Estadística. Colombia: una Nación multicultural. Su diversidad étnica. Bogotá: DANE. Dirección de Censos y Demografía 2007. Fuente http://www.dane.gov.co/files/censo2005/etnia/sys/colombia_nacion.pdf consultado diciembre 2016

ECHEVERRY, J. Alvaro. Territorio como cuerpo y territorio como naturaleza: Dialogo intercultural?. En Surralles, A.y Garcia Hierro, P. (dir), Tierra adentro, Territorio indígena y percepción el entorno (p. 259-275) Copenhague: Grupo internacional de Trabajo sobre Asuntos Indigenas. ISBN 87-90730-80-1. 2004. Fuente http://www.ecominga.uqam.ca/PDF/BIBLIOGRAPHIE/GUIDE_LECTURE_6/5/1.Alvaro_Ec_heverri.pdf consultado abril 2016

ECHEVERRY,J. Alvaro & Jitdutjaaño Oscar Roman. la sal de monte: un ensayo de halofitogenografía" Uitoto .1998.Fuente <http://www.bdigital.unal.edu.co/3740/2882/lasaldemonte.pdf>. Consultado enero 2018

FRANKY Calvo Carlos Eduardo. Territorio y Territorialidad Indígena. Un estudio de caso entre los Tanimuca y el bajo Apaporis (Amazonia Colombiana). tesis Magister en Estudio Amazonicos. Línea de investigación en Estudios Regionales, Universidad Nacional de Colombia, sede Leticia. Leticia.2004

GREGORIO Vasquez Jose & Verschoor Gerard. In defense of ourselves. Towards the perfection in the relationships between the Tikuna world and the western world. Tropembos Fundation. 2011.

GOULARD. Tikuna en Guía etnográfica de la Alta Amazonia. Fernando Santos y Frederica Barclay Editores. 311-383 pag. 1994. Fuente <http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/50071.pdf>. Consultado marzo 2017

HANS ter Steege et al. Hyperdominance in the Amazonian Tree Flora. Science Vol 342 no. 6156 DOI. 2013 <http://www.sciencemag.org/content/342/6156/1243092.abstract> consultado enero 2018

IGAC - Instituto Geográfico Agustín Codazzi. Atlas de Colombia. 5ª Edición. Bogotá. 2002

IZQUIERDO, Jacobo Elí (Comp.) Pueblos indígenas de Colombia. 2010. Fuente <http://www.scribd.com/doc/26664597/Pueblos-indigenas-de-Colombia>. Consultado Marzo de 2015

JIMENEZ Rojas, Eliana Maria. Carbon allocation in north-western Amazon forests (Colombia). Tesis Doctoral, E.T.S.I. Montes (UPM). 2013

KUYOTECA Angel Jifikomui, “GA+RIYAROK+”. Mitología Uitota, contada por un Aron+ , “gente de avispa”. Medellín , Editorial Lealon. 1997

LOZANO Barrero Carolina Maria. Efectos de la Acción Humana sobre la frecuencia de uso de los Salados por las Dantas (Tapirus terrestres) en el sureste del Trapecio Amazonico Colombiano. Universidad Nacional de Colombia sede Leticia. 2004

LOPEZ Garces Claudia . Tikunas brasileiros, colombianos y peruanos Etnicidad y nacionalidad en la región de fronteras del alto Amazonas /Solimoes. Tesis de Doctorado ante Centro de Pesquisa e Pos-graduacao sobre America Latina y Caribe – CEPPAC de la Universidad de Brasilia. 2005. Fuente <http://tesis.bioetica.org/tic.htm>. Consultado Julio 2017

MALDONADO Angela Maria. “Hunting by Tikunas in the Southern Colombian Amazon. Assessing the impact of subsistence hunting by Tikunas on game species in Amacayacu National Park, Colombian Amazon”. Tesis doctorado LAP Lambert Academic Publishing GmbH & Co. KG. Saarbrücken, Germany.2012

MALLARACH Josep Maria El Libro Sagrado de la Naturaleza. 2015 en https://www.youtube.com/watch?v=TKzzmSPigZk&list=LLk4-VFCPgHn_fA7c1SCeF2w&index=2&t=0s. consultado marzo 2018.

MC. Ministerio de Cultura. Caracterización y situación actual de los pueblos indígenas . Dirección de poblaciones 2009. <http://www.mincultura.gov.co/areas/poblaciones/pueblos-indigenas/Documents/Compilado%20de%20Caracterizaciones%20Pueblos%20en%20Riesgo.pdf>. Consultado enero 2017

MOLINA Eduardo et al. Influence of clay licks on the diversity and structure of an Amazonian forest. Biotropica 0(0) 1-10 (2018). <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/btp.12568>. Consultado mayo 2018

MONJE Carvajal, Jhon Jairo. El plan de vida de los pueblos indígenas de Colombia, una construcción de etnoecodesarrollo. Revista Luna Azul, 41, 29-56.2014. fuente <http://www.scielo.org.co/pdf/luaz/n41/n41a03.pdf> consultado Mayo 2016

MORENO Pinilla Nelson H. et al . Historias Tikunas de las Selvas del Amacayacu. (Plantas, Seres y Saberes) . Organización Yulik Airu 1997

OGPT. Organizacao Geral dos Professores Tikuna Bilingues. O livro das arvores. Jussara Gomes Gruber (organizadora) Benjamim Constant 96 pg. 1997

RODRIGUEZ Fernández Carlos A , Van der hammen Maria Clara. El bosque intervenido: conservación en territorios indígenas de la Amazonia Colombiana . en revista colombiana amazónica N4 de 2011.

RODRIGUEZ Fernández, Carlos Alberto. El banco del pensamiento y el banco de la negociación. Serie Documentos de Trabajo, Proyecto Incentivos a la Conservación. Fondo Patrimonio Natural y Tropenbos Internacional Colombia. Documento de Trabajo No.6. Octubre, 2011

RODRIGUEZ Fernandez, Carlos Alberto. Desafíos y oportunidades de la cooperación amazónica a través de la OTCA. Panel 5 Cancilleria Colombia 2013.fuente <https://www.youtube.com/watch?v=mKN8BLJBPCc> consultado agosto 2016

SANTOS Angarita Abel Antonio. Percepción Tikuna de Naane y Naüne: territorio y cuerpo. Universidad Nacional de Colombia. Sede Amazonas. 2013

SINCHI. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas. Resguardos indígenas del Trapecio Amazónico Colombiano. 2011.

UICN. Wild, R. y McLeod, C. (Editores). Sitios Sagrados Naturales: Directrices para Administradores de Áreas Protegidas, Gland, Suiza: UICN. 2008

Ver tambien de lugares sagrados. <http://www.sacredland.org/media/Sacred-Sites-an-Overview.pdf>. http://www.sacredland.org/PDFs/SNS_Guidelines.pdf. https://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn_sitios_naturales_sagrados.pdf

URBINA Rangel. Fernando Las palabras del origen, breve compendio de la mitología de los Uitotos Ministerio de Cultura (Biblioteca básica de los Pueblos Indigenas de Colombia) Colombia. 2010. Fuente <http://www.banrepcultural.org/sites/default/files/89037/04-Las-palabras-del-origen-Breve-compendio-de-la-mitologia.pdf>. Consultado enero 2016

VON Hildebrand Martin. Desafíos y oportunidades de la cooperación amazónica a través de la OTCA. Panel 1 la amazonia en el escenario internacional. Cancilleria Colombia 2013 fuente <https://www.youtube.com/watch?v=aH43is6PQWU&index=94&list=PLItLtL--5Gu5gmuy3Px4hcxw0-WkN39bB>

VON Hildebrand Martin & Brackelaire Vincent. Guardianes de la Selva (Gobernabilidad y Autonomia en la Amazonia Colombiana). Fundacion Gaia Amazonas. Bogota- Colombia 2012. Fuente www.gaiaamazonas.org www.coama.org.co ISBN 978-958-97730-6-2. https://issuu.com/studiovisual_sas/docs/guardianes_de_la_selva

2. (IN) SUSTENTABILIDADE EM SÃO JOSÉ, BENJAMIN CONSTANT/AM: UM ESTUDO A PARTIR DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

LIMA, Joelson da Silva

Universidade Federal do Amazonas

joelsonufam@hotmail.com

DÁCIO, Antônia Ivanilce Castro

Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios de sua existência o ser humano já utilizava dos recursos naturais com pequena interferência ou impactos ambientais, pois estes eram abundantes e os resíduos gerados se diluíam sem maiores problemas, ou seja, a própria natureza se encarregava de “sumir com seus agressores” (MARUOCA, 2010).

A preocupação com os problemas ambientais são antigos, porém pouco discutidos naquelas épocas. Segundo Marzall (1999), os primeiros movimentos em defesa do ambiente surgiram na segunda metade da década de 40.

Na região amazônica os agricultores tradicionais familiares são responsáveis pela manutenção da vegetação natural, isso se deve à prática das atividades agropecuárias realizadas nessas localidades. Apresentando-se níveis de sustentabilidade socioambientais e de suficiência alimentar ratificada pela capacidade de manter grande parte da exuberante biodiversidade e integralidade dos ecossistemas (NODA, 2007).

O Estado do Amazonas é conhecido mundialmente por sua exuberante floresta, sua extensa rede hidrográfica e por sua diversidade social e biológica. A maioria de seus habitantes rurais é constituída por ribeirinhos, ou seja, pelas chamadas populações tradicionais que vivem em ecossistemas de várzeas (rios, paranás, lagos, furos, igarapés, etc.) e em terra firme organizados em comunidades (WITKOSKI *et al.*, 2007).

A análise da sustentabilidade local representa uma contribuição aos debates sobre a forma de uso dos recursos naturais presentes e da situação social e econômica de São José, levando em consideração a carência de estudos, discussões e resultados de pesquisas na localidade que tratem sobre os indicadores a partir da análise da realidade local. Além de constituir-se em um importante instrumento referencial para os tomadores de decisões, com isso poderá fornecer subsídios para programas de extensão rural e assistência técnica.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a sustentabilidade dos agricultores familiares na localidade de São José no município de Benjamin Constant/AM. Os específicos foram: i) caracterizar o sistema de produção dos agricultores familiares da localidade; ii) verificar as formas de uso e manejo dos recursos ambientais; iii) identificar os indicadores que permitam inferir a sustentabilidade.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado na localidade rural denominada regionalmente como comunidade em São José, comunidade esta pertencente ao município de Benjamin Constant, na mesorregião do Alto Solimões, Estado do Amazonas, Brasil.

A comunidade de São José está situada na ilha do Aramaçá, com área de 10.781 ha (dez mil setecentos e oitenta e um hectares), localizado no município de Benjamin Constant, no estado do Amazonas, na margem esquerda do Rio Solimões, nas proximidades do Paraná da Ilha do Aramaçá, a 65 metros de altura em relação ao nível do mar.

A comunidade é formada predominantemente por agricultores familiares totalizando 107 pessoas e 30 famílias. São seguidores, na sua grande maioria, da religião Católica, daí o nome da comunidade, em homenagem ao santo padroeiro São José Operário.

Na busca de atingir os objetivos da pesquisa, foram utilizadas as dimensões de sustentabilidade proposta por Khatounian (2001) descrevendo que a sustentabilidade deve ser conceituada e entendida como o equilíbrio dos seus três eixos básicos: i) *o ecológico*; ii) *o social*; e iii) *o econômico*.

A pesquisa aqui apresentada é classificada como sendo do tipo descritiva-explicativa, conforme apresentado por Gil (1999), por ser desenvolvida em dois momentos.

A primeira adotou-se a pesquisa **descritiva**, com o propósito de caracterizar os sistemas de produção, verificar o uso e manejo dos recursos naturais, além de identificar os indicadores de sustentabilidade da Localidade, a partir da percepção ambiental dos agricultores familiares. No momento seguinte, foi adotada a pesquisa **explicativa**, ou seja, a análise da sustentabilidade a partir dos instrumentos de coleta de dados aplicados junto aos agricultores familiares.

O estudo de caso foi escolhido como o método de investigação utilizado na pesquisa. O método de investigação segundo Morin (1999) *apud* Albé (2002) é uma estratégia que pode conduzir a descobertas e inovações, este por sua vez, deve ajudar a compreender e elucidar a complexidade existente no problema que se deseja pesquisar.

Na busca de atingir os objetivos, a pesquisa combinou os seguintes instrumentos: realização do pré-teste; observação simples, caderno de campo, câmera fotográfica; entrevista semi-estruturada focalizada e formulários. Segundo Yin (2005) o favorecimento da validade e confiabilidade da pesquisa deve-se a diversos instrumentos utilizados na pesquisa.

Foram aplicados 06 (seis) formulários com 09 (nove) agricultores familiares de São José. Esta amostra foi considerada adequada para o caso pesquisado, pois, segundo Yin (2005) quando as respostas das perguntas começarem a se repetir, a amostra poderá ser considerada adequada. As questões versaram sobre: i) Aspectos sociais; ii) Criação de animais; iii) Espécies florestais acessados; iv) Espécies frutíferas; v) Espécies agrícolas e vi) Dados da produção agrícola.

Os sujeitos sociais foram os agricultores familiares, que vivem na comunidade e que se disponibilizaram em participar da pesquisa, maiores de 18 anos, independente de sexo, cor, raça, crença e estado civil. Num universo de 30 (trinta) famílias efetivas, entrevistou-se 09 (nove) aleatoriamente, ou seja, uma amostra de 35% do total de unidades familiares.

Para a sistematização das informações, foi construído um banco de dados em planilha do Microsoft Office Excel para registros das entrevistas semi-estruturadas e formulários com o objetivo de codificar e categorizar os dados que entrelaçam os objetivos específicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sistema de produção: uso e manejo dos recursos naturais

Em São José a agricultura é do tipo familiar, pois se apresenta conforme o conceito de Lamarche (1997), sendo a agricultura familiar vista como uma unidade agrícola de exploração na qual a propriedade e o trabalho são familiares.

O sistema de produção tem como base, práticas agroflorestais de produção caracterizadas pelo manejo das terras numa relação, simultânea e sequencial, entre plantas, cultivos agrícolas e animais. Os fatores de produção combinados com a utilização de técnicas convencionais e tradicionais influenciam no funcionamento do sistema produtivo (NODA *et al.* 2007). Assim, neste sistema de produção, em cada unidade de paisagem são praticadas determinadas atividades, denominadas como componentes do sistema.

Para compreensão da lógica empregada pelos agricultores familiares de São José, faz-se necessário caracterizar o sistema de produção.

Considerou-se como *unidade de paisagem* os espaços passíveis de sofrer intervenções dos agricultores familiares para produção ou extração dos recursos. Larrère (1997, p. 203) conceitua unidade de paisagem como “... *uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas...*”.

As unidades de paisagem são construídas por meio de processos de atuação humana sobre determinadas porções do espaço e pelas atividades produtivas que proporcionam os meios para satisfazer as necessidades de consumo e comercialização (NODA, 2000) desses agricultores familiares.

As unidades de paisagens identificadas na localidade estudada foram: i) restinga; ii) mata e iii) paisagens aquáticas. Conforme Noda (2013), o uso de múltiplas unidades de paisagem colabora para a manutenção de sistemas agrícolas diversificados e favorece a conservação dos recursos genéticos das espécies alimentares, sendo considerado um indicativo de sustentabilidade.

- *restinga*: são diques naturais, formados a partir de sedimentos grosseiros depositados inicialmente próximos às margens do rio, constituindo faixas contínuas de terras mais altas. (ROMÃO, 2008). Essa paisagem foi identificada em São José, pois é típica do ambiente de várzea, as residências dos agricultores familiares localizam-se em uma faixa contínua de terra que segundo relatos dos moradores este local era praia, após o processo de deposição dos sedimentos transformou-se em restinga.

A unidade de paisagem *restinga* em São José foi caracterizada conforme descrita por Silva (2009), associada com a vegetação agrícola permanente e temporária (sítios, roças e capoeira), ao extrativismo vegetal (madeira, frutas e espécies medicinais), extrativismo animal (caça) e além dos ambientes de criação dos animais de pequeno porte.

- *mata*: em São José, *mata* refere-se ao espaço entendido e apropriado produtivamente pelos agricultores familiares, por meio das atividades de extrativismo vegetal e animal (*op. cit*) nesses locais encontram-se também as espécies florestais de grande porte. Conforme Dácio (2011), a prática do extrativismo animal (caça) e vegetal proporciona a aquisição de proteína animal e de espécies vegetais (com finalidades medicinal, alimentar e de construção civil).

- *paisagens aquáticas*: em São José, as paisagens aquáticas estão relacionadas ao rio, paraná e lago. Na comunidade foi verificado que todos os agricultores familiares acessam as paisagens aquáticas.

Na localidade estudada, os agricultores familiares executam suas atividades de produção nas roças (local onde são cultivadas as espécies anuais durante algum tempo e, após isso, é deixada em descanso, para a recuperação da fertilidade e eliminação de plantas invasoras), sítio, terreiro ou quintal (na qual são cultivadas as espécies frutíferas, hortaliças, espécies medicinais), extrativismo animal (caça e pesca); extrativismo vegetal e criação de animais de pequeno porte. Esses espaços funcionam como componente de um sistema complexo (NODA *et al.*, 2002).

- *roça*: segundo os relatos dos agricultores da localidade entendem “roça” como o cultivo da (s) principal (ais) espécie (s) desse componente a mandioca e/ou macaxeira. As atividades produtivas do componente roça em São José são realizadas na paisagem restinga. Nesse componente do sistema de produção os agricultores familiares utilizam o

solo para cultivar espécies anuais, é o espaço onde são cultivadas espécies arbustivas e herbáceas, sendo a mandioca (*Manihot esculenta*) a espécie com maior presença devida sua importância para a manutenção da família.

Para preparar a área para o cultivo são utilizadas as seguintes práticas: derruba, queima e coivara, com pelo menos duas capinas de controle das ervas daninhas (COUTO, 2005) sendo que essas espécies de ervas daninhas são chamadas localmente de capim e/ou mato.

Observou-se a prática de corte e queima em duas propriedades. Porém nas demais verificou-se o plantio que geralmente é evidenciado nas áreas de várzea, sendo a plantação dos toletes (pedaços do caule, também conhecido como maniva) de mandioca realizada no início de período da vazante, geralmente no mês de julho, e a colheita ocorre antes do período de inundação, em janeiro, conforme trabalhos de Noda (2013) na região do Alto Solimões, exigindo para isso, o uso de variedades mais precoces. Esses dados corroboram com trabalho de Noda (2007), na qual as espécies mais morosas são plantadas logo após a descida das águas, ocupando as cotas mais elevadas e as mais precoces ficam para o final do período de plantio, ocupando as áreas de cotas menos elevadas.

Normalmente são cultivadas plantas alimentares, medicinais e espécies arbóreas florestais em sistema de plantio solteiro ou consorciado durante algum período, normalmente dois a três ciclos, dependendo da qualidade do solo (NODA, 2007). Em seguida, estas áreas são deixadas em descanso ou pousio. Os cultivos nessas áreas, geralmente não obedecem a técnicas agrônômicas de alinhamento e espaçamento entre as variedades, o que caracteriza o plantio tradicional em miscelânea (NODA, 2007).

O material propagativo, maniva ou tolete da mandioca e/ou macaxeira é guardado, os toletes são enterrados no solo das próprias roças quando não há inundações ou agrupado em feixes, amarrados e colocados em um local alto protegido do sol intenso e da inundação da restinga.

O cultivo de mandioca é comum a todas as regiões na Amazônia. O principal produto gerado do processamento é a farinha, que é utilizada para consumo na unidade familiar e, em alguns casos, é doada para parentes e vizinhos, demonstrando a presença das relações de reciprocidade na localidade.

- *cultivos*: na comunidade de São José, os cultivos são realizados na forma de consórcios ou cultivos solteiros. No entanto, o consórcio é mais utilizado, pois o objetivo é a diversificação da produção pela presença da dupla finalidade (consumo e venda).

Os cultivos são praticados na unidade de paisagem *restinga*, foram citadas pelos agricultores 27 (vinte e sete) espécies vegetais nesse componente. Nesse trabalho não foram apresentados às variedades das espécies utilizadas no cultivo, porém observa-se que os agricultores tem disponível uma grande variedade genética de espécies cultivadas, semelhante à apresentada por Noda *et al* (2010 p. 249) para os agricultores do Alto Solimões. Essa variedade proporciona ao agricultor uma estratégia de adaptação aos ambientes heterogêneos. A manutenção desta variedade de espécies cultivadas também depende da insistência de práticas tradicionais de conservação de sementes e propágulos vegetativos locais, bem como do compartilhamento desse material entre famílias. (NODA *et al*, 20013) como verificou-se nos cultivos das famílias de São José.

As sementes utilizadas nesses cultivos são obtidas na propriedade e na comunidade, por meio do armazenamento e da reciprocidade (69%) e também de fora da comunidade, em comércios de Tabatinga e Benjamin Constant pela compra (27%) e doadas (4%) por instituições como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM e o Instituto Sindical de Cooperação ao Desenvolvimento-ISCOS.

As sementes utilizadas para produção, geralmente, são procedentes dos ciclos produtivos anteriores. Há o cuidado de coletar, selecionar e armazenar as sementes, das quais depende a produção futura. As espécies da propriedade são mais adaptadas às condições locais de produção, como Noda *et al* (2013) salientam que uma vez que o agricultor conserva essa prática de armazenamento de sementes, está também limitando a entrada de insumos externos no processo de produção.

Dentre as 27 (vinte e sete) espécies citadas no componente *cultivo*, 86% são para o autoconsumo dos agricultores e outros 18% são utilizadas na alimentação dos animais de criação. Entre as principais espécies utilizadas na alimentação das famílias, e que são cultivadas nesse componente são: o maracujá, feijão, melancia, pepino, pimenta cheirosa,

pimentão e tomate. O milho cultivado é utilizado tanto na alimentação humana como para os animais de criação do componente sítio.

- *capoeira* ou *área de pousio*: essa é uma técnica comum de terra firme. São terras deixadas em descanso durante certo período de tempo, após o cultivo de espécies temporárias, principalmente mandioca/macaxeira (*Manihot esculenta*) e banana (*Musa* sp.). Após o descanso, em geral, para recuperar a fertilidade do solo, voltam a ser cultivadas (NODA *et al.*, 2007). Em São José observou-se essa prática em duas propriedades. A área cultivada com maracujá amarelo é deixada em repouso por dois anos.

- *sítio, terreiro* ou *quintal*: a localidade pesquisada identificou-se o componente *sítio* na unidade de paisagem *restinga*. Nesse são cultivadas e manejadas as espécies arbóreas, principalmente frutíferas, e espécies para alimentar (como condimentos), medicinais e ornamentais. Associadas a criação de animais de pequeno porte. As atividades desenvolvidas nesse componente tem papel principal a mão-de-obra feminina e infantil (NODA & NODA, 1994, NODA *et al.*, 1995) no manejo desse componente, como foi observado na comunidade em estudo. Os sítios são localizados nas proximidades da área de moradia.

Segundo Noda (2007), esse componente funciona como bancos de germoplasma na qual são introduzidas e testadas novas espécies e variedades *in situ*.

Nesse componente foram identificadas 43 (quarenta e três) espécies vegetais, cerca de 46% das espécies citadas nos componentes.

Identificou-se também, nesse componente, as espécies que se enquadram nas categorias incomuns em estudos agrônômicos, estas representaram 5%, são aquelas de valores místicos “*tirar mal olhado*” e ornamentam o sítio trazendo conforto ambiental para a família.

Foram citadas 17 espécies frutíferas cultivadas pelos agricultores e suas famílias nesse componente. Esse componente caracteriza-se como um importante espaço na garantia da segurança alimentar, além das práticas terapêuticas alternativas (NODA, 2013).

Comparada ao componente sítio em *terra firme*, em São José não há, relativamente, um grande número de espécies frutíferas cultivadas e acessadas pelas famílias, por se

encontrar em um ambiente de várzea. Esses dados corroboram com trabalhos de Noda (2013), na qual menciona que algumas espécies frutíferas são pouco tolerantes aos ambientes úmidos, como cítricos, abacate e pupunha. Outro fator que diminuiu essa diversidade, segundo o relato dos agricultores, foi a cheia de 2012 que matou muitas espécies do sítio.

Na comunidade pesquisada, esse componente tem várias finalidades como ambiente de lazer para os membros da família, principalmente para as crianças, local de trabalho onde são realizadas atividades como: cultivo, criação de animais, fabricação e conserto de instrumentos e apetrechos de trabalho, preparação de produtos para comercialização e atividades de pós-colheita.

- *criação de animais*: em São José esta atividade é realizada no componente sítio. Na comunidade foi identificado a criação de animais de pequeno porte, principalmente, a criação de aves (galinhas e patos).

O tempo destinado a esta atividade é relativamente curto, pois se resume ao fornecimento de alimento, água e em alguns casos recolher os animais para as instalações. As aves (galinhas e patos) são criadas de forma, na qual o agricultor fornece alimento (ração, milho e frutas do próprio sítio) e água, sendo esta forma de criação considerada. Das 09 (nove) famílias entrevistadas 90% criam galinha e/ou pato, 60% solto, 30% solto durante o dia e preso em galinheiros durante a noite para proteger de predadores, e 20% em cercados de tela de arame nos quintais.

A alimentação baseia-se, principalmente, em sistema de pastejo direto, restos derivados do processamento da mandioca. Os agricultores relataram comprar produtos externos (ração e milho) para alimentação dos animais (36%). Contudo, o uso de insumos externos (comprados) não exclui a utilização da alimentação produzida na unidade familiar, logo, é uma forma complementar da alimentação, pois os produtos adquiridos na própria comunidade somam 64%, isso demonstra relativa autonomia na criação de animais de pequeno porte. A principal finalidade dessa atividade é o autoconsumo, porém notou-se em uma propriedade a comercialização de ovos e pintos na sede do município e também, na própria localidade.

- *extrativismo vegetal e animal*: a exploração das espécies vegetais é para o uso medicinal, alimentício (tanto para o uso humano como animal) e madeireiro (construção e lenha). Os produtos são extraídos, principalmente, para o autoconsumo, mas observou-se que 20% dos entrevistados trocam ou doam alguns produtos medicinais e alimentícios (carapanaúba, copaíba, sucuúba, quebra-pedra, vinho do açaí, buriti e bacaba) com os próprios vizinhos e/ou amigos, parentes e conhecidos de outras localidades.

As espécies citadas para uso alimentar das famílias representam 47% do total das 23 mencionadas, Foram 32% espécies madeireiras, utilizadas na construção, como combustível (lenha) e apetrecho da pesca. E com a finalidade medicinal são 15% do total das espécies.

Em São José o extrativismo animal é organizado pela pesca artesanal nos ambientes aquáticos citados anteriormente e pela caça nas áreas de mata. Esses ambientes são procurados tanto na cheia quanto na vazante.

Depois do peixe, a carne de caça é o alimento mais importante para os agricultores familiares, pois fornece proteínas aos mesmos, essa prática basicamente, destina-se ao atendimento das necessidades alimentares (DÁCIO, 2011). Na comunidade a caça de animais silvestre é pouco praticada, entre os agricultores entrevistados ninguém exercia a atividade de caça de mamíferos, o motivo está no relato a seguir:

Hoje em dia é difícil carne de caça, os bichos que tinham aqui (tatu, jabuti, cutia, capivara, paca, veado e queixada) não se vê mais. Devido às grandes enchentes que teve nos últimos anos, alguns morreram, outros fugiram para outros lugares mais seguros (J.F., 58 anos).

No discurso anterior, nota-se a escassez desse recurso para a alimentação, uma vez que em anos anteriores (dez anos) estes eram acessados com facilidade. Mas em São José ainda se pratica a caça de aves e répteis.

(In) sustentabilidade em São José: percepção ambiental

O termo percepção, derivado do latim *perception*, nos dicionários em português essa palavra é conceituada como sendo o ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; recepção de um estímulo; faculdade de conhecer independentemente dos sentidos; sensação; intuição; ideia; imagem; representação intelectual.

Após a identificação da origem dos agricultores foi necessário conhecer, mediante relatos, a história do local. Para Passos (2001) analisar a paisagem do ponto de vista histórico é fundamental, uma vez que, ao analisá-la, não é possível negar o nível de intervenção antrópica. A descrição da comunidade é relatada a seguir:

Aqui não tinha escola, não tinha casa de farinha comunitária e a água não era tratada. Tinha mata virgem (M.M.O., 62 anos).

Aqui onde é a casa era tudo praia, plantava feijão, tinha muito bicho de caça (M.S.R., 70 anos).

A escola mudou, cresceu, não tinha placa, agente morava lá pra trás, aqui onde é a casa era tudo praia, com o tempo tudo mudou, mudamos pra cá porque lá onde agente morava ficava longe do rio era difícil de pegar água. Tinha mais animais de caça, só que a água matou tudo (F.N.P., 27 anos).

É importante enfatizar que a percepção ambiental é um elemento fundamental nas questões ambientais, para compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente (suas expectativas, julgamentos e condutas), para, além de se situar na essência do fenômeno ambiental) (DEL RIO e OLIVEIRA, 1999).

Observa-se, nos discursos, que o agricultor intervém no ambiente, na busca do desenvolvimento do local para satisfazer as necessidades próprias. No entanto, tem a preocupação que o “desenvolvimento” não cause impactos no ambiente, pois acreditam que a sobrevivência humana esta intrinsecamente relacionada com a manutenção dos recursos naturais, conforme observado a seguir:

É importante plantar árvores, porque as plantas são responsáveis pela mudança do clima (J.F., 58 anos).

Não acabar toda com a mata, proteger a terra (M.M.O., 62 anos).

Não derrubar as árvores. Não jogar lixo no rio (M.D., 61 anos).

Não desmatar. Não jogo lixo na água (D.B.R., 55 anos).

Verifica-se que a principal preocupação dos agricultores é em relação ao desmatamento, acreditando que as árvores trazem vários benefícios, a *mata* constitui um componente importante para a segurança alimentar, à medida que fornece frutas e proteína animal, na forma de caça, além de conforto ambiental, como observamos no primeiro discurso.

Outra questão está relacionada à poluição dos rios e lagos, as estratégias de conservação estão ligadas a essas paisagens estão inteiramente ligadas a manutenção das famílias. Na Comunidade, assim como para a maioria dos povos da Amazônia, o peixe é a mais importante e fundamental fonte de proteína (NODA *et al.*, 2007).

A partir das respostas dos questionários foi possível identificar a satisfação e insatisfação dos agricultores. Todos os entrevistados relataram gostar de morar na comunidade, quando perguntados por que gostam de viver em São José? As principais respostas foram as seguintes:

Já morei em cidades e são muito agitadas, as pessoas não tem liberdade, tranquilidade, qualidade do ar (J.F., 58 anos).

Sim. Não me dou bem na cidade, quando vou para a cidade quero logo voltar. Aqui é tranquilo, na cidade é muita zoadada. Não tem preocupação em comprar nada. Temos os alimentos com facilidade (J.R.L., 37 anos).

Aqui é bom, a coisa difícil é a falta de energia. É bom porque é farto de alimento, ainda não tive vontade de morar na cidade. A vida na cidade é pior que a vida na zona rural. Deve melhorar com a vinda da luz para todos. Aqui é tranquilo, antes era pior, não tinha motor peque-peque a ida para vender os produtos na cidade era apenas em canoa com remo (M., 31 anos).

Os indivíduos percebem, reagem e respondem de maneira diferente frente às ações sobre o meio. Logo as respostas ou manifestações resultam das percepções, dos

processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo, no contexto de suas relações com o ambiente e com a sociedade (TURENE, 2006).

Observa-se nos relatos que os agricultores não trocariam a vida rural pela cidade, pois um dos elementos da satisfação está ligado a tranquilidade. Diferente do ambiente urbano que está atrelado a poluição sonora e ambiental e grande movimentação. Outro elemento é que na zona rural há facilidade e disponibilidade de alimento.

No entanto, a insatisfação das famílias está relacionada com a falta do acesso a políticas públicas, tais como: produção agrícola local e energia elétrica. O fato de não ter energia elétrica prejudica a comercialização de polpas de fruta, por exemplo. Outro entrave é a dificuldade de escoar a produção, os comunitários, na sua maioria, tem que transportar com carrinho-de-mão os produtos para o porto da comunidade, depois embarcar nos motores peque-peque para levar até os portos das cidades para serem comercializados.

Conforme Dácio (2011), essas considerações mostram a importância de se estudar modalidades de percepção sobre o ambiente para elaboração de indicadores. A análise de uma dada realidade e a consequente determinação dos rumos a serem tomados, deve considerar a reação das pessoas frente à dada situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar, em São José, caracteriza-se pelo uso e acesso a diferentes unidades de paisagens: *mata, restinga, lago, paraná e rio*; e nestas unidades, desenvolvem diferentes atividades produtivas: *extrativismo animal e vegetal, capoeira, roça, cultivos, sítio e criação animal*. O resultado da produção é destinado à manutenção da unidade familiar. Esta estratégia contribui com a estabilidade ecológica, social e econômica das unidades de produção.

As características dos componentes do sistema de produção possuem paridade aos descritos por pesquisadores da agricultura familiar Amazônica com alta diversidade, predominância de espécies frutíferas, produção diversificada e alternada ao longo do ano, importante fornecedor de produtos alimentares, medicinais e utilitários, exercendo um papel ecológico relevante para a biodiversidade e sustentabilidade familiar.

REFERÊNCIAS

- ALBÉ, Maristela de Q.. Alguns Indicadores de Sustentabilidade para os pequenos e médios produtores rurais do município de Jaquirana. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, 2006. Disponível em: <<http://www.liberato.com.br/upload/arquivos/0131010716030816.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.
- COUTO, R. (org). *Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável: Parintins – AM, 2005-2012 / Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais do Estado do Amazonas*. Manaus: IBAMA/Pro - Várzea, 2005.
- DÁCIO, Dirceu da Silva. *Percepção ambiental e sustentabilidade de agricultores familiares nas localidades dos lagos do Paru e do Calado, Manacapuru/Am*. Dissertação (Mestrado)-UFAM. Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade Na Amazônia, Manaus: UFAM. 2011.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. – 2º ed. – São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- DIEGUES, A. C.. *Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos*. In: DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza*. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB – USP: 2000. p. 01-47.
- GIL, C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.
- KHATOUNIAN, C.A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- LAMARCHE, H. *Agricultura Familiar: Comparação Internacional*. Campinas, SP: 2º. ed. UNICAMPI, 1997. 336 p.
- MARUOCA, L. M. A. *Sistema de Gestão Ambiental-SGA*. Manaus: IFAM, 2010.

MARZALL, K. *Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas*. 1999. 212 p. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) – Faculdade de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, UFRGS, Porto Alegre.

NODA, S. do N. (org.). *Agricultura familiar na Amazônia das águas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

NODA, H; NODA S. do N; MARTINS, A. L. U. *Agricultura familiar, desenvolvimento rural e segurança alimentar: segurança alimentar em comunidades tradicionais do Alto Solimões, Amazonas*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife-PE: UFPE, 29 de maio a 01 de junho de 2007.

NODA, H. (coord.). *Pequena produção de terra-firme no estado do Amazonas*. Manaus: INPA, 2000.

NODA, S. N.; NODA, H.; MARTINS, A.L.U. Papel do processo produtivo tradicional na conservação dos recursos genéticos vegetais. In: RIVAS, Alexandre; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho (Orgs.). *Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002. p. 155-178.

NODA, H. et al (Org.). *Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia*. Manaus, AM: Wegá, 2013.

PASSOS, M. M. *Perspectiva da ecohistória aplicada ao estudo da paisagem*. Santa Rosa. La Pampa: Instituto de Biogeografía y Medio Ambiente, 2001.

SILVA, A. I. C. da. *Governança ambiental e segurança alimentar: a agricultura familiar no Alto Solimões*. Manaus: UFAM, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente), Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, 2009.

TURENE, C. A. *Percepção Ambiental: uma análise na bacia hidrográfica do rio Monjolinho, São Carlos, SP*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, SP. 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-07112006-092522>>. Acesso em: 30.01.2014.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução: Daniel Grassi – 3º ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

WITKOSKI, A. C. et al. *Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade*.

In: O rio (não) comanda a vida: políticas de inclusão social nas comunidades na área de abrangência do PIATAM (p.177- 220). Manaus: EDUA, 2007.

3. RIO SOLIMÕES A ESPACIALIDADE DA (IN) SEGURANÇA PÚBLICA SOFRIDA PELOS PESCADORES INDÍGENAS FILIADOS AO SINDPESCA NA CIDADE AMAZÔNICA DE TABATINGA

GOMES, Dime Alexandre Londono

Bolsista Capes, Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia
(PPGSCA/UFAM)

alexandre.geo.uea@gmail.com

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O fato do rio Solimões ser um rio de integração transfronteiriça entre os países que compõem a tríplice fronteira Amazônica Brasil, Colômbia e Peru, faz com que diversas atividades sejam desenvolvidas de forma lícita e ilícita por diferentes agentes sociais que usam esse espaço geográfico como sobrevivência. Pensando nessa realidade, as espacialidades desse rio tem projetado um palco de inúmeros crimes e ocorrências policiais, deixando os pescadores, indígenas e a população em geral que necessita utilizar essa via, inseguros com as ações dos "piratas", como são chamados os criminosos que saqueiam embarcações nos rios do Amazonas.

Os órgãos de segurança pública do Estado do Amazonas, especificamente polícia civil e a polícia militar, responsáveis pela segurança nas áreas da zona urbana e rural do município de Tabatinga, tem encontrado dificuldade no controle da violência e criminalidade. Evocamos Riccio, (2017, p.103), que nos afirma que; “em parcelas expressivas do território amazônico a capacidade do Estado em exercer o monopólio do uso legítimo da força é reduzida.” Ou seja, falar dos problemas de violência da Amazônia é

discutir a eficácia da ação estatal em seus domínios legais. Por outro lado, os estudos sobre o problema da violência e segurança pública na Amazônia são ainda escassos. Este conjunto de problemas levanta algumas questões relevantes: O que explicaria a violência e a insegurança pública sofrida às povos ribeirinhos numa região fronteiriça e portadora de estrutura militar e institucional ofertada pelo Estado?

O texto resulta do desdobramento de um dos capítulos de nossa dissertação de mestrado em fase de construção intitulada “Mobilizações Sociopolíticas do Sindpesca: Vozes de lutas e resistências por Territó(rios) de pesca no Alto Solimões”. Pelo programa de Pós graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia PPSCA/UFAM, que conta com o apoio da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES).

As inquietações transmitidas pela mídia global e local nos provocaram o desejo de realizar esta pesquisa, e de certa forma contribuir para o entendimento desta temática no meio acadêmico, uma vez que, pesquisas acadêmicas envolvendo esta categoria são ainda escassas nesta região da Amazônia. Diante deste cenário, pretendemos neste artigo analisar as debilidades na segurança pública envolvendo os pescadores indígenas ao longo de 320 quilômetros, navegáveis pelo rio Solimões até o limite com o município de São Paulo de Olivença na Tríplice fronteira no Alto Solimões.

As espacialidades da (in)segurança pública nas águas do rio Solimões

Partimos de uma concepção de espaço geográfico como sendo resultado das ações humanas, que na realização da vida produzem espaço, num processo coletivo. Ele combina temporalidades e espacialidades diversas podendo ser compreendido também como “espaço bananal” (SANTOS, 2008). Para isso temos em Ferreira e Pena, (2005) uma explanação sobre essas espacialidades;

“[...]A espacialidade é uma categoria geográfica usada por todos os ramos do conhecimento como uma primeira apreensão do fenômeno na busca de sua explicação pelas diferentes especialidades. A espacialização das ocorrências permite aos órgãos de segurança pública vigiar e punir crimes, mas não é suficiente para combater a onda de violência que assola nossas cidades porque não chega às suas raízes. [...]” (p.156).

As espacialidades do rio Solimões e afluentes tem apresentado uma conjuntura de ameaças aos povos indígenas que vivem às margens desse rio. Relatórios produzidos anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário-CIMI, é um importante instrumento de denúncia da violência e das violações que acometem os povos indígenas até hoje no país. De acordo com o levantamento de conflitos do CIMI/Tefé dados 2016, no Amazonas, houve duas mortes e centenas de indígenas foram ameaçados

Os pescadores indígenas que vivem às margens dos rios da Amazônia carregam uma história de sofrimento e de violência invisibilizada pelo Estado. O medo e a sensação de insegurança são palavras presentes no vocabulário dos povos tradicionais do alto Solimões. Medo de frequentar determinados espaços, e de circular pelos meandros dos rios, limitando-se a certos lugares e horários específicos.

O aumento intensificado da violência é o que faz emergir as espacialidades do medo e insegurança (Herrera & Moreira, 2015), como pode ser presenciado nas vias fluviais do rio Solimões, ao mesmo tempo é cercado pelo sentimento de insegurança e por elementos que tentam distanciar as populações tradicionais dos seus direitos e ir e vir conforme a constituição federal de 1988.

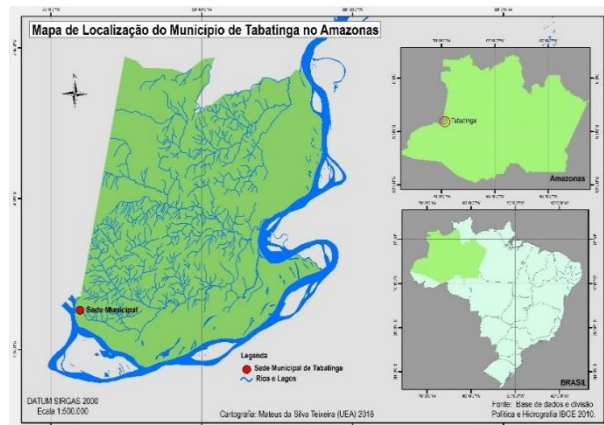
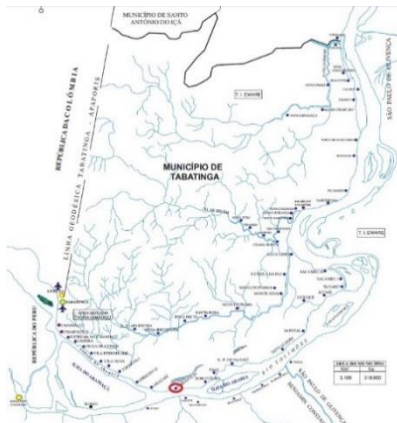
Por conta disso, as debilidades na (in) segurança pública na região do Alto Solimões se transformaram nos últimos anos em um assunto recorrente, que tem ocupado com destaque as notícias nos meios de comunicação, alimentando uma grande quantidade de programas televisivos e jornais impressos da chamada “imprensa marrom.”¹

O contexto geográfico da área de estudo.

Com sua nascente no Peru, O rio Solimões entra em território brasileiro através do município de Tabatinga, na tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru, possui uma extensão navegável até a capital amazonense Manaus, de 1607 km. Tem como afluentes na sua margem direita os rios Javari, Jutaí, Juruá e Purus; e na margem esquerda os rios

¹ É uma expressão de cunho pejorativo, utilizada para se referir a veículos de comunicação (principalmente jornais, mas também revistas e emissoras de rádio e TV) considerados sensacionalistas, ou seja, que buscam elevadas audiências e vendagem através da divulgação exagerada de fatos e acontecimentos, ...

Içá e Japurá. Por este rio são percorridos municípios do Alto e médio Solimões². Onde diferentes grupos de povos tradicionais da região, fazem uso dos recursos naturais dele extraídos



As águas do rio Solimões são conhecidas desde os séculos XVI pelas rotas das expedições dos viajantes, religiosos e militares que se aventuraram em descrever esta região da Amazônia em busca de novas terras e pela colonização de alguns povos indígenas. O termo Solimões faz referência aos s índios sorimões. E La Condamine um dos primeiros viajantes nesta região é inclinado a considerar o termo como significando o rio dos venenos, porque os Sorimões usavam flechas envenenadas (FERRARINI, 2013).

De jurisprudência do Estado brasileiro, a fiscalização fluvial, é realizada pela Capitania dos Portos, Exército Brasileiro e pela Polícia Federal, com um posto de interceptação, situado na margem esquerda do rio Solimões junto à comunidade de Prosperidade distante a 55 Km de Tabatinga.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Metodologicamente, nos pautamos na pesquisa bibliográfica, tendo como base, Gil (2002) e na pesquisa documental, tendo em Fonseca (2002), elementos para realizá-la.

² Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai, Fonte Boa, Tefé, Coari, Codajás, Anamá, Anori e Manacapuru

Nesse sentido, este trabalho empregou um conjunto de ferramentas de coleta de dados por meio das seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica de artigos publicados, teses e dissertações com dados pertinentes ao assunto, de forma a se obter as teorias existentes sobre o tema; b) pesquisa documental nos arquivos virtuais da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM), *blog's* e portais locais da região do Alto Solimões, sites de notícias do Estado do Amazonas, reportagens em grandes telejornais de TV aberta de outros estados do Brasil. Além dos boletins de ocorrência levantados junto à delegacia interativa de polícia civil de Tabatinga.

Algumas matérias são reportagens especiais sobre esta região emblemática, que provoca intensas discussões. A rede Record, emissora de televisão aberta brasileira, em 2017, apresentou uma série especial intitulada “nas veias do tráfico” uma metáfora que se refere aos meandros dos rios da Amazônia e especificamente, ao rio Solimões, principal acesso de navegação e o comércio ilícito de entorpecentes, que usando essas vias fluviais escoam tal produto para diferentes partes do país e do mundo.

A utilização dos dados secundários, se fez necessário, para se evidenciar o quadro atual da segurança pública nas comunidades indígenas do município de Tabatinga no Alto Solimões, uma espécie de varredura que permitiu identificar os crimes ocorridos contra os povos tradicionais dessa região da Amazônia profunda.

Resultados e Discussões

Vários fatores vêm contribuindo para o aumento da violência nas margens do rio Solimões, que vão desde problemas sociais, políticos a econômicos. Nesse sentido, o que concerne ao social, temos que, a maioria dos ribeirinhos dispõe de poucos recursos financeiros oriundos de seu trabalho, dadas às inúmeras dificuldades ligadas às atividades laborais que podem desempenhar nesse espaço e o pouco ou o inexistente apoio do estado para esse fim. E assim, vivem basicamente dos limitados benefícios sociais do governo federal.

Referente à questão política, percebemos a ausência de uma política pública de segurança efetiva e permanente de combate à criminalidade nesta região de fronteira. Segundo o ministério da Justiça, existe um Plano Estratégico de Fronteiras, que propõe

para essa região apenas a realização da Operação Ágata, anualmente. Outras ações frequentes, não constam desse plano.

Outra questão que surge, de forma nítida, é o memorando de entendimento entre os Governos do Brasil, Colômbia e do Peru para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços ou comuns, firmado em Letícia, em 20 de julho de 2008, decreto nº 8.689, de 28 de março de 2016. As colocações de Misse (2016) e Riccio (2017), deixam de forma explícita a situação do atual contexto desta região ao longo dos últimos anos, a temática da segurança pública nas regiões de fronteira, adquiriu centralidade no debate público e político brasileiro. Nesse sentido a região amazônica vivencia aumento significativo de indicadores de violência, sua grande extensão territorial e a falta de uma política pública de segurança adequada tornam o problema de difícil enfrentamento, contribuindo para sua expansão.

Quanto à questão financeira, é sabido e notório, que a criminalidade dispõe de meios monetários que podem patrocinar operações ousadas e planejadas. O autor Paiva (2015) em sua investigação etnográfica “Nas margens do Estado - nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica”, ouvindo a população de Tabatinga, que acredita e atribui que a violência é ocasionada pelos povos tradicionais, os apontando como potencialmente perigosos, em virtude de seus conhecimentos da floresta e seus caminhos. A situação econômica delas é ressaltada para afirmar sua vulnerabilidade diante de traficantes com boas propostas financeiras.

Segundo dados da polícia civil de Tabatinga, conjugado a toda essa problemática, temos ainda a grande extensão fluvial das margens dos rios. Cabe salientar ainda que, a polícia não dispõe de um efetivo de agentes suficientes para o patrulhamento, bem como, não dispõe de equipamentos (armas, coletes, munição, veículos e lanchas) em quantidade suficiente para o combate à criminalidade. Soma-se ainda a esse quadro, a falta de uma política de cargos e carreiras para que essas corporações realizem com esmero sua tarefa. E para agravar essa realidade, a crise político-econômica pela qual passa o país tem apresentado reflexos, pois faltam suprimentos básicos como, por exemplo, combustíveis para as viaturas e embarcações.

Segundo arquivos televisivos, acerca de reportagens jornalísticas realizadas na região em destaque, as ocorrências que chegam ao sindicato dos pescadores por meio dos indígenas e ribeirinhos que usam o rio Solimões como espaço geográfico, para sua subsistência, muitas vezes não tem um direcionamento fixo, ou seja, a diretoria do sindicato não sabe a qual órgão encaminhar as ocorrências. *Uma vez que, os órgãos que deveriam atuar nessa situação, fogem da sua responsabilidade, não havendo uma articulação entre os órgãos responsáveis pela segurança pública nesta região da Amazônia.* Em entrevista cedida pelo presidente do sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga (SINPESCA) ao canal TV folha em março de 2017 na matéria intitulada “fronteira vazada o narcotráfico no trapézio amazônico”.

Nesse sentido a jornalista e mestre em ciências políticas pela Universidade Federal de São Paulo, Liege Albuquerque em matéria publicada sobre piratas nos rios Amazônicos ao projeto colabora no ano de 2017, diz que;

A secretária de segurança pública do Amazonas (SSP-AM), não tem dados discriminados de furtos, roubos e latrocínios nos rios do Amazonas. Quando estes crimes são registrados, não há nenhuma triagem que mostre se eles ocorreram em barcos ou em terra. Na verdade, por medo de represálias, muitos dos roubos e furtos em embarcações não são sequer registrados na polícia" (ALBURQUERQUE, 2017).

A autora menciona uma situação de precariedade por parte da secretária de segurança pública na atualidade. A força policial é ineficiente e opera em condições precárias, pois os agentes trabalham com equipamentos obsoletos, sem qualificação, entre outros.

Observando os dados referentes à tabela abaixo, obtidos junto à delegacia interativa de polícia civil da cidade de Tabatinga, ao analisá-los, percebemos que os delitos ocorridos às margens do rio Solimões e nas comunidades indígenas nos anos de 2016 e 2017, os principais crimes que vem ocorrendo com maior frequência, estão relacionados a roubo, furto e ameaças, isso se confirma nas inúmeras reportagens de cunho nacional, regional e local, sobre a precariedade da segurança pública dos povos ribeirinhos nesta região da Amazônia.

Delitos cometidos às margens do rio Solimões e nas comunidades Indígenas, registradas na 4º DIP de Tabatinga no ano de 2016														
Tipo penal	Roubo	Furto	Homicídio	Estupro	Lesão Corporal	Violência Domestica	Estelionato	Apropriação indébita	Vias de fato	Maus tratos	Ameaça	Dano	Assédio sexual	Desaparecimentos
Janeiro	1	4												
Fevereiro	3	2								1				
Março	1													
Abril	1					1					2			
Maio	1													
Junho		1		1							3			
Julho							1	1						
Agosto														
Setembro			1		1	1			1			2		1
Outubro						1								
Novembro				1			2							
Dezembro		1												
Delitos cometidos às margens do rio Solimões e nas comunidades Indígenas, registradas na 4º DIP de Tabatinga no ano de 2017														
Janeiro														
Fevereiro			1 T.											
Março													1	
Abril							1							
Maio		1												
Junho	1	1			1						2			1
Julho					1			1						
Agosto		2	1											
Setembro														
Outubro														
Novembro	2		1 T.								1			1
Dezembro	1													

Obs: Dados referentes aos crimes que foram registrados na delegacia de polícia civil, não sendo abrangidos os casos que não tiveram conhecimento da autoridade policial.

Fonte: 4º Delegacia de polícia civil em Tabatinga.

Nesse sentido, a projeção que se tem do aumento da violência sofrida pelos pescadores indígenas do município no ano de 2017, para o atual contexto é expressivo, uma vez que o agravante se dá por conta da desativação da Base Anzol, principal ponto de fiscalização no rio Solimões. Em matéria publicada pelo Portal *O tambaqui*, no dia 1º de fevereiro de 2018, sobre a desativação da Base Anzol, se diz que sua inexistência acabou ocasionando um aumento significativo da violência na área. Desguarnecido, o rio Solimões se consolida como rota e um dos principais corredores de entrada de drogas no Brasil. A justificativa para a Base Anzol ser desativada seria por cortes de gastos públicos do governo

federal, uma vez que o país na sua atual administração, vem passando por momentos de incertezas cada vez maiores.

Mas, segundo uma nota de imprensa, enviada pela superintendência regional da polícia federal no Amazonas, junto à Rádio Nacional de Tabatinga, por meio eletrônico, no dia 07 de fevereiro de 2018, a base teria sido remanejada e atracada no porto do *Voyage*³ em Tabatinga, local em que haverá reforço nas vistorias e controle de embarcações que passam pelo porto dessa cidade (vide apêndice). Preocupados com a situação, os povos ribeirinhos do Alto Solimões, tem mobilizado uma petição junto ao ministério público federal para a reativação da base Anzol, para atenção do Ministério da Justiça.

O processo de busca pela reativação da Base Anzol é objeto do trabalho conjunto das populações que dela necessitam para transitar pelo rio Solimões, conforme se pode observar no texto de um abaixo assinado encontrado no site: www.peticaopublica.com.br,

o povo do alto Solimões pede a reativação da base Anzol, o abaixo assinado refere-se ao seguinte texto. A população do Alto Solimões solicita a V.S^a que interceda junto ao Ministro da Justiça para a reativação da Base Anzol. A descontinuidade das atividades na Base Anzol coloca em risco a Segurança Nacional, assim como a vida dos ribeirinhos e embarcações que trafegam com passageiros no Rio Solimões com as ações constantes dos "piratas do rio". Houve aumento de violência, conforme veiculados nos meios de comunicação nacional, regional e local, e ainda relatos de ribeirinhos que sofreram e sofrem assaltos, inclusive os indígenas que dependem do rio para sua sobrevivência.

REFLEXÕES (NÃO) FINAIS

Este trabalho procurou promover discussões necessárias sobre as debilidades na (in) segurança pública, junto aos pescadores indígenas do município de Tabatinga, na Mesorregião do Alto Solimões. Região que ainda convive com a precária assistência do estado brasileiro em vários dos seus segmentos e necessitada da presença deste estado

³Porto particular da cidade que recebe cargas e passageiros entre outros. Uma vez que o terminal Fluvial de Tabatinga, foi interditado para reforma pelo Governo Federal. Por causa disso, o porto do Voyage passou a substituí-lo.

cada vez mais. Condição que encontra em Paiva, (2016, p.67) a confirmação quando este se expressa que, “o Estado ter representação não significa que ele está presente”.

Todo o aparato de segurança pública empreendido pelo Estado ainda não tem sido suficiente para garantir a plena segurança aos povos ribeirinhos desta região. A sensação de insegurança é algo que não está por se acabar tão breve, apesar de muitas estratégias de combate à criminalidade estarem sendo executadas na zona urbana do município. O rio Solimões, todavia, recebe apenas uma pequena atenção anual por algumas ações do Estado. Como é do conhecimento público, anualmente uma das operações de grande envergadura realizada periodicamente é a chamada Operação Ágata. Esta é realizada ainda nesta região da Amazônia por se tratar de uma região de grande importância geopolítica para o país e, que faz fronteira com os países vizinhos da Amazônia Peru e Colômbia.

Podemos inferir que, a atual situação da Polícia Civil do Amazonas em Tabatinga, é uma situação precária, pois a violência vem aumentando gradativamente, enquanto que o repasse de recursos para a segurança pública por parte do Governo Federal e Estadual vem diminuindo de forma considerável, comprometendo a qualidade de vida da população. Em suma, a polícia está sucateada, enquanto que a criminalidade cada vez mais se aprimora e adquire equipamentos de ponta e investe na especialização de seus membros.

Os números deste tipo de crime têm crescido nos rios da Amazônia, principalmente em regiões do interior. A fiscalização ineficiente e a falta de recursos destinados para a segurança pública estão entre as causas do problema. A ação dos criminosos já ganhou destaque em telejornais importantes do mundo e ocorrem principalmente nos rios Solimões, Amazonas e madeira. (BARREIRA & BATISTA, 2011, p.19). Expressa a realidade de uma sociedade cada vez mais vulnerável “O medo e a sensação de insegurança permanentes levaram os indivíduos a posições extremas de busca pelo isolamento e proteção social [...]”.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Liege. **Piratas nos rios Amazônicos**, set. 2017. Disponível em: <<http://www.projetocolabora.com.br/meio-ambiente/piratas-nos-rios-amazonicos-2/>>. Acesso em: 18 de Fevereiro de 2018.

BARREIRA, César. BATISTA, Élcio. **Violência e conflito social**. In: (in) Segurança e Sociedade: treze lições/ Barreira, César. Batista, Élcio (Orgs.). Campinas, SP: Pontes Editores Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011.

BRASIL. **[Constituição(1988)] Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/92 a56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

HERRERA, J. A.; MOREIRA, P. **Espacialidade do medo e Insegurança Pública: Ensaio sobre os efeitos da UHE Belo Monte na cidade de Altamira no Pará**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.3, n.2, p. 48 – 63, mai/ago, 2015

FERREIRA, I. C. B. & PENNA, N. A. **Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana**. In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 18, 2005.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **As dinâmicas do monopólio da violência e do controle em um território transfronteiriço e amazônico**. In. TEMPO DA CIÊNCIA: Revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE, Campus de Toledo, v. 23. N. 46, p. 60 - 79, jul. / dez. 2016.

_____. **Nas margens do Estado - nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica**. Revista TOMAM, Sergipe, n. 27, jul./dez. 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informal**. 5ª ed. São Paulo da Universidade do Estado de São Paulo, 2008.

SOUZA, Luiz Antonio Francisco. **Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil**. *Sociedade & Estado*, v. 30, nº 1, p. 207-223, 2015.

MISSE, Michel, *et al.* **Gestão da Política de Segurança Pública nas regiões de fronteira: Resultados gerais de uma pesquisa**. In: Investigação criminal e avaliação de políticas de segurança pública /organização: Ana Carolina Cambreses Pareschi, Cíntia Liara Engel, Gustavo Camilo Baptista. – Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública 2016. (Coleção Pensando a Segurança Pública; v.7)

RICCIO, Vicente, *et al.* **A violência no Amazonas: Análise crítica segundo percepção da população e dos profissionais de segurança pública**. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais Aracaju*. 5 N.3 p. 99 - 111 Fev. 2017.

O povo do Alto Solimões pede a reativação da Base Anzol. Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR104459>>. Acesso em: 17 de Março de 2018.

4. SISTEMAS DE PRODUCCIÓN INDÍGENAS EN SUELOS DEGRADADOS: CASO SAN SEBASTIÁN Y SUS CHAGRAS (LETICIA, AMAZONAS)

FAJARDO, C. Miguel David

Univerisidad Nacional de Colombia sede Amazonia

mdfajardoca@unal.edu.co

PEÑA-VENEGAS, Clara

AmazoniaInstituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI

cpena@sinchi.org.co

INTRODUCCIÓN

La producción a baja escala es practicada por aproximadamente 75 millones de personas en el mundo quienes producen aproximadamente el 41% de los productos de consumo doméstico en el 10-15% de los suelos productivos que existen (Altieri 2004). En América del sur, la agricultura tradicional representa un 18% de todo el territorio de este continente y producen un 40% de los alimentos necesarios (Altieri & Toledo, 2011; Moore, 2015). Estos sistemas tradicionales de producción que se incluyen dentro de la agroecología son vistos como sistemas productivos más sostenibles, ya que consideran ecosistemas agrícolas más complejos, con menores impactos ambientales asegurando la calidad de todas las diferentes especies que hacen parte del agroecosistema (Francis, 2015). Además, consideran el bienestar directo de las personas no solo en términos económicos sino de calidad de vida, mejorando la seguridad alimentaria de las familias (Nyantakyi-Frimpong et al., 2017; Oliver, 2016).

Los sistemas agrícolas tradicionales, sobresalen debido a la combinación de diferentes técnicas que llevan a un mejor manejo del agroecosistema, como los son las técnicas conservacionistas de labranza de suelos, sistemas de cultivo más variados e itinerantes, manejo de policultivos e incorporación de material orgánico al suelo, entre otros, lo cual hace de esta una alternativa más sustentable para la producción de alimentos a nivel mundial (Altieri & Nicholls, 2000; Gliessman, 2002). Dichas prácticas no solo son utilizadas por campesinos, si no también, hacen parte del diario vivir de las comunidades indígenas, pues la adaptación tradicional de estas culturas a su medio ambiente ha hecho que sus sistemas agrícolas tradicionales posean las características de adaptación que permiten la sostenibilidad de sus agroecosistemas (Altieri, 2004).

En países con suelos tropicales de baja fertilidad, el sistema de chagra es el más usado por pequeños productores y cultivadores tradicionales (Denevan, 1995). En la

Amazonia, la chagra es también el sistema de cultivo más usado por las comunidades indígenas y es el sistema agroecológico tradicional de las comunidades indígenas del departamento de Amazonas. Es un policultivo itinerante y transitorio que está muy bien adaptado al ecosistema amazónico (Peña-Venegas & Cardona, 2010), donde una vez la producción en un área de cultivo determinada disminuye se deja reposar dicha chagra y las actividades productivas se trasladan a una nueva área con el objetivo de dejar reposar el suelo para que este pueda reestablecer sus nutrientes de manera natural (Acosta, 2011; Denevan, 1995). La producción es destinada principalmente para el sostenimiento de las familias (Andrade, 1998). La chagra es de gran importancia no solo como parte fundamental del sostenimiento de la seguridad alimentaria de las familias indígenas sino también hace parte esencial de la espiritualidad de una comunidad, puesto que en ella se manifiesta las costumbres de trabajo, se hallan los mitos, los conjuros y las leyes de origen de una comunidad (Román, G., 2007).

Existen condiciones las cuales se deben cumplir para que el sistema de chagra funcione adecuadamente y sea sostenible, como largos periodos de reposo de los suelos luego de haber sido cultivados, y la baja densidad poblacional (Denevan, 1995). De no ser así, los suelos empiezan a degradarse al acortar los tiempos de reposo y no alcanzar la regeneración natural de nutrientes que requiere para soportar las exigencias nutricionales de un nuevo cultivo (Klemick, 2011). Así, comunidades con altas densidades poblacionales y espacios reducidos, ven comprometida la sostenibilidad de su sistema de cultivo tradicional.

La degradación de suelos en la Amazonia ha sido muy bien documentada para sitios con producción agrícola comercial (cultivos de sorgo, por ejemplo), y zonas transformadas en pasturas para ganadería en donde la compactación de los suelos, la pérdida de materia orgánica y la reducción de su fertilidad son un patrón constante (Etter et al 2006; Diniz 2013). Sin embargo, la degradación de suelos por la insostenibilidad del sistema de chagra en zonas de producción tradicional ha sido pobremente documentada. Peña-Venegas y Cardona (2010) realizaron estudios de suelos en los resguardos indígenas más densamente poblados del municipio de Leticia-Amazonas, en el cual documentan algunos cambios en el suelo aparentemente ligados con un inadecuado sistema de chagra. No obstante, falta documentación en detalle de porqué ocurre este proceso y cómo el sistema de chagra se ve afectado. Una comunidad con el problema de alta densidad poblacional y

espacios reducidos es la comunidad indígena de San Sebastián de los Lagos, ubicada a solo 4,5 kilómetros del municipio de Leticia en el departamento del Amazonas, la cual servirá de caso de estudio. Esta comunidad refleja de forma temprana el panorama de alta densidad poblacional y espacio reducido, al que se enfrentará todas las demás comunidades cercanas al casco urbano de la ciudad de Leticia a causa del crecimiento demográfico.

Por otra parte, no solo es importante el describir cómo la sobrepoblación y la limitación de tierra afectan directamente la producción de alimentos en zonas de producción tradicional como lo es la comunidad de San Sebastián de los Lagos, sino que es una responsabilidad el procurar proveer alternativas de recuperación o manejo de suelos a partir del diagnóstico obtenido, que mejoren las condiciones de vida de esas 182 familias indígenas que allí viven.

Las alternativas deben estar basadas en el entendimiento de cuál es el problema real y las condiciones del suelo que no permiten un sistema de chagra sostenible, y de qué alternativas se pueden ajustar a su cultura y a su condición económica. Al no existir un tiempo de descanso adecuado de los suelos, la posibilidad de acumulación de materia orgánica, fuente de nutrientes para las plantas, será igualmente limitado (Abi-Saab, 2012). La posibilidad de fertilizantes comerciales no es considerada adecuada para estas poblaciones debido a su costo y porque rompe con todo el principio agroecológico de la chagra. Por eso se plantea que la elaboración de abonos orgánicos con recursos locales puede ser una alternativa válida para la recuperación de los suelos, como fue demostrado por Peña- Venegas y Coy (2006), quienes al usar diferentes tipos de abonos orgánicos provenientes de la región lograron mejorar la producción en este tipo de sistemas de cultivo tradicional. En el capítulo 2 se realizó la evaluación de tres tipos de abono orgánico a partir de insumos locales y mano de obra local, con el ánimo de ver su efecto en el mejoramiento de los suelos de chagras actualmente establecidas, como un método que podría mejorar la sostenibilidad de las áreas en producción actuales en el tiempo y aportar a la mejora de la seguridad alimentaria de las familias.

El presente documento tiene como principal pregunta de investigación el sí es posible mejorar el rendimiento y calidad de los sistemas de cultivo tradicionales en la comunidad

de San Sebastián de los Lagos; evaluando algunas herramientas agroecológicas en los suelos degradados de la comunidad que mejoren sus condiciones actuales de producción.

DESARROLLO

1. ÁREA DE ESTUDIO

San Sebastián se encuentra ubicada a 4,5 Km de la cabecera municipal de Leticia, fue constituida como resguardo indígena oficialmente en el año de 1982 bajo la resolución número 00145 del Instituto Colombiano para la Reforma Agraria (INCORA). Cuenta con una extensión de 58 hectáreas. (Figura 1-1). Los suelos de la comunidad son arcillo-arenosos, lo que predispone y sugiere una baja fertilidad (PRORADAM, 1979). La comunidad se localiza en el plano de inundación del río Amazonas, en la várzea alta, limítrofe con la llanura de inundación del mismo río. Dentro de la historia de usos de suelo de la comunidad además del uso agrícola, se encuentra que hubo presencia de ganado en algunas zonas de la comunidad por un periodo de tiempo comprendido entre los años de 1930 y 1970 (Cassú, 2014).

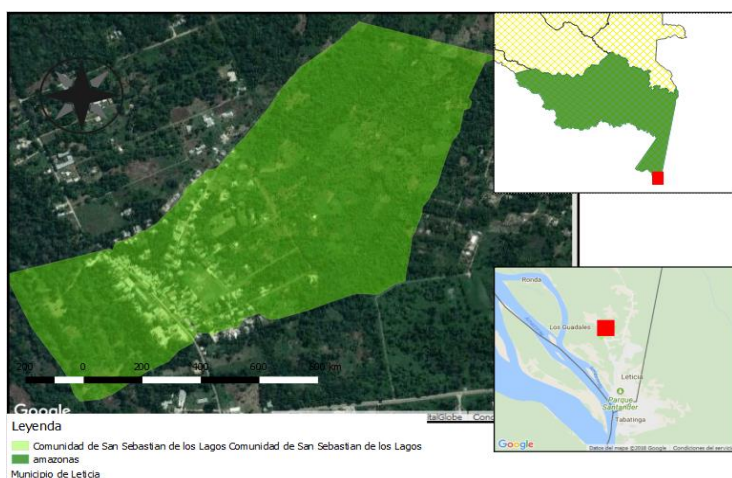


Figura 1: Mapa del resguardo de la comunidad indígena de San Sebastián de los Lagos, Leticia, Amazonas, junio 2017

Las personas de San Sebastián son en su gran mayoría pertenecen a la etnia Ticuna, los cuales se asentaron en zona a mediados del siglo XX, este es el grupo indígena más numeroso que vive en las selvas de la Amazonia (Muñoz, 2001). Su sistema económico se fundamenta en la subsistencia, los cuales se basan en la agricultura tradicional bajo el método de la chagra, la caza, la recolección de frutos y en menor proporción la venta de

artesanías (Santos-Granero & Barclay, 1994). No obstante, existe un creciente aumento en la realización de otro tipo de labores, como los servicios domésticos y de construcción entre otros, además de la existencia de dobles ocupaciones, en donde personas de la comunidad tienen empleos en el municipio de Leticia y adicionalmente usan parte de su tiempo para las labores tradicionales como la chagra o la pesca (Lasprilla, 2009).

2. EVALUACIÓN DE LOS SUELOS DE LA COMUNIDAD DE SAN SEBASTIÁN DE LOS LAGOS

La evaluación de los suelos de la comunidad de San Sebastián se realizó utilizando metodologías mixtas, que involucran el conocimiento tradicional de los pobladores de la comunidad con herramientas de laboratorio como análisis de suelos y estudios de sistemas de gestión informática, los cuales permitieron una visión multidimensional del uso de los suelos de la comunidad.

- **Cartografía social**

En esta cartografía social elaborada con participación de personas de la comunidad (Figura 2) se puede observar diferentes cambios dentro del territorio de la comunidad de San Sebastián. Es posible identificar la disminución del espacio que se consideraba como parte del resguardo para los pobladores entre los años 1980-1990 y 1990-2000, evidenciando chagras que se han quedado por fuera de los límites de la comunidad durante la reducción de territorio. Lo cual se debe a que, durante la etapa de legalización de los predios, en el año de 1982, los funcionarios del INCORA cometieron errores con la delimitación de la comunidad, lo cual la dejó con solo 58 hectáreas extensión.

Adicionalmente, en la figura 3 se puede comprobar el aumento demográfico de la comunidad, representado en el cambio de la cantidad de casas dibujadas en los mapas de los tres intervalos de tiempo, siendo el último mapa el de mayor cantidad de casas, además de más infraestructura, vías y canchas deportivas. Desde los reportes de población en la resolución de creación del resguardo en el año de 1982, la población ha pasado de 12 familias con aproximadamente 100 personas, y alrededor de 5 hectáreas por familia (INCORA, 1982) a 183 familias con 732 personas censadas a la fecha (Gobernación del Amazonas, 2017), las cuales deben repartirse las mismas 58 hectáreas de territorio.

Del área total de resguardo de San Sebastián de los Lagos (58 ha; INCODER), el área destinada a las chagras en la comunidad es de aproximadamente 38 hectáreas (65%). La zona urbana es de aproximadamente 20 hectáreas (34%). Se identificaron un total de 135 chagras en la comunidad, de las cuales 70 se ubican dentro del área de la comunidad (52%) y 65 chagras fuera del resguardo (48%), las cuales representan 38 hectáreas aproximadamente (Figura 4). Lo que muestra que el espacio de la comunidad no es suficiente las chagras, haciendo que las personas deban pedirles a los terratenientes aledaños espacios a manera de préstamo o arriendo para poder tener el espacio suficiente para su sistema de cultivo.

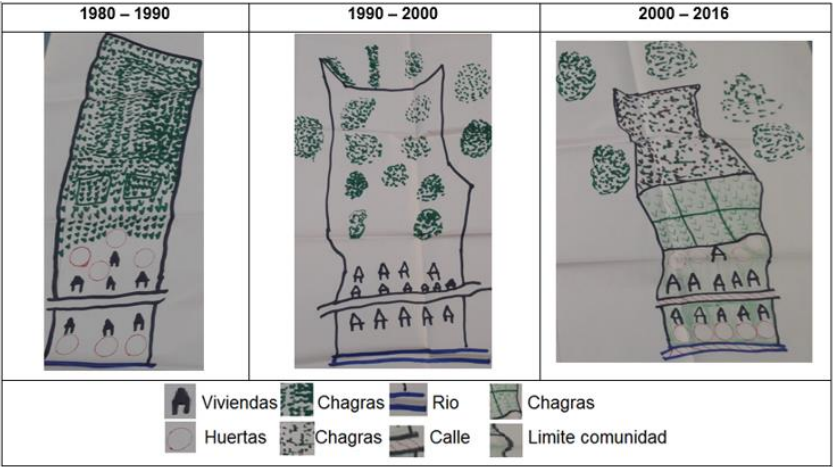


Figura 2: Cambios en el uso de suelo entre los años de 1980 a 2016 a partir de cartografía social en la comunidad indígena de San Sebastián de los Lagos, Leticia, Amazonas, agosto 2016.

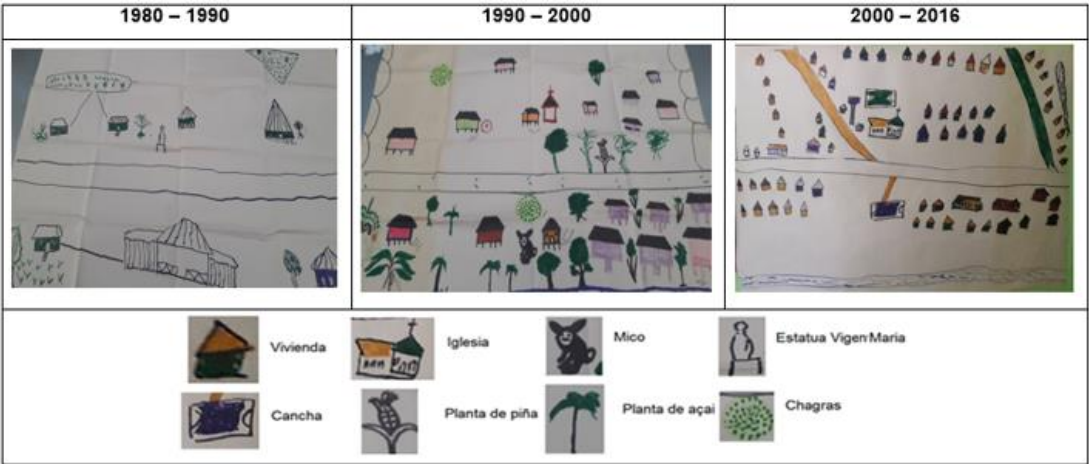


Figura 3: Crecimiento poblacional entre los años de 1980 a 2016 a partir de cartografía social en la comunidad indígena de San Sebastián de los Lagos, Leticia, Amazonas, agosto 2016.

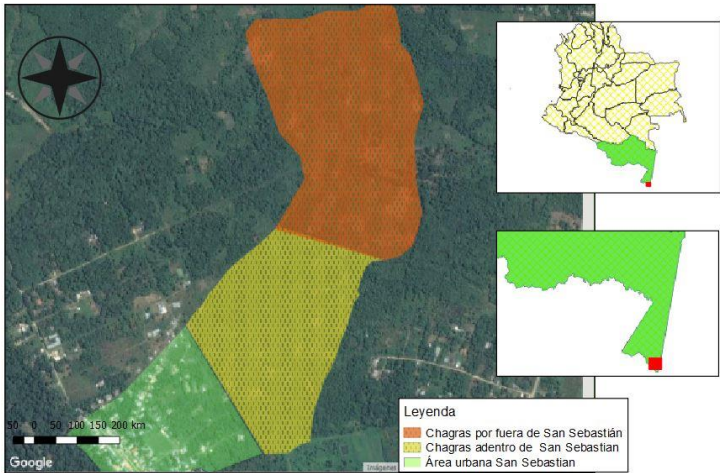


Figura 4: Mapa de usos de suelo con área de chagras por fuera de la comunidad indígena de San Sebastián de los Lagos, Leticia, Amazonas, junio 2017

- Distribución de suelos de la comunidad**

Los tamaños de las chagras de la comunidad muestran que las que se encuentran afuera del resguardo, con un área de 0,42 hectáreas, son 2.15 veces más grades que las de adentro, con un área de 0, 19 hectáreas (ANOVA, F= 65.85, g.l.=1, P< 0,001; Tabla 1-1). También se encontró una tendencia en el estado productivo de las chagras en cuanto si están dentro o fuera del resguardo. Adentro de la comunidad las chagras están distribuidas en igual proporción entre rastrojo en producción (50%) y las en reposo (50%). Afuera de la comunidad existe una proporción mucho mayor de chagras de rastrojo en producción (86%) que rastrojo en reposo (14%). Adicionalmente, se encontraron diferencias en el tiempo de uso total de las chagras entre las que se encuentran dentro con las que están afuera del resguardo. Los tiempos en años de uso total de las chagras adentro de la comunidad son 1.8 veces mayores que los tiempos de uso afuera de esta (Kruskal-Wallis, X² = 27.66, g.l.= 1, P<0.001; Tabla 1).

<i>Edades</i> <i>(meses)</i>	<i>chagras</i>	<i>Tiempo de reposo</i> <i>chagras (años)</i>	<i>Tiempo de uso total</i> <i>chagras (años)</i>

Dentro N= 28	6.6 (14.1)a	1.3 (1.3)a	81.4 (13.0)a
Afuera N= 32	7.5 (4.2)a	1.0 (0.3)a	45.5 (25.1)b
P	0.7	0.2	<0.001

Tabla 1: Comparación en edades, tiempos de uso y reposo de las chagras de adentro y afuera de la comunidad de San Sebastián de los Lagos, Leticia, Amazonas, octubre 2016. Valor entre paréntesis corresponde a la desviación estándar; a y b representan diferencias significativas entre grupos.

Es evidente que las chagras que se encuentran adentro de la comunidad de San Sebastián son mucho más pequeñas (0.2 hectáreas) que las reportadas en otros trabajos en la Amazonia, lo cual se puede explicar por el limitado espacio que posee el resguardo y a los territorios de chagras que se han estado fragmentado a medida que los propietarios de dichas áreas las van heredando a sus hijos y nietos, con el fin de proporcionarles un espacio para cultivar. No obstante, las chagras que se localizan por fuera de la comunidad son más grandes y se encuentran dentro del mínimo rango de tamaño reportado en otros trabajos (0.4 hectáreas), lo cual, si bien evidencia una menor presión en esta zona, puesto que los territorios son más grandes, podrían no ser suficientes para mantener la itinerancia del sistema de chagras y por ende su sostenibilidad, ya que la variación demográfica fácilmente puede reducir dicha área. El tamaño de la chagra es un factor determinante en el tiempo de producción y de reposo, pues familias con áreas de cultivo más grandes pueden esperar más tiempo antes de retomar la producción en una chagra que se encuentra en reposo (Coomes et al., 2000). Sin embargo, las edades de las chagras y los tiempos de reposo tanto adentro como afuera de la comunidad no son diferentes, ya que en general las áreas disponibles en estas dos ubicaciones son pequeñas y muy similares. Los tiempos de reposo de las chagras en las dos ubicaciones no son lo suficientemente largos como para poder garantizar la recuperación de los nutrientes del suelo, ya que estos periodos de tiempo en la comunidad son de alrededor de un año y estudios muestran que el tiempo de reposo debe ser mucho mayor a 5 años (Thomaz, 2013). Por lo que este tipo de sistema no sería sostenible a largo plazo si no se cuenta con tiempos de reposo adecuados (Styger et al., 2007), ya que la pérdida de nutrientes termina afectando

finalmente la productividad y la integridad de estos agroecosistemas (Fleskens & Jorritsma, 2010).

- **Comparación de los suelos de la comunidad de San Sebastián con suelos de otra zona de la región Amazónica**

Se realizaron pruebas de laboratorio a los suelos en donde se establecen chagras y se compararon los datos obtenidos en la composición fisicoquímica de una zona de baja densidad poblacional y periodos de reposo de más de 10 años. Por lo que se contrastaron los resultados de este estudio con los realizados por Peña-Venegas y colaboradores (2017), en el sistema de chagras del medio Caquetá donde los periodos de reposo de los suelos superan los 40 años y se le da un manejo tradicional al sistema.

Variable	Chagras San Sebastián	Chagras Medio río Caquetá
pH	4.4 (0.1)a	3.9 (0.4)b
CIC	5.1 (0.1)b	14.6(10.5)a
CO	1.7 (0.5)	2.7 (2.6)
P	13.5 (20.9)	4.7 (5.8)
K	0.1 (0.0)b	0.2 (0.1)a
Ca	0.7(0.2)b	0.9(2.0)a
Mg	0.2(0.0)	0.7 (1.4)
Na	0.1(0.0)	0.0 (0.0)
Estudio	Este estudio	(Peña-Venegas et al., 2017)

Tabla 2: Comparación entre suelos de chagras de la comunidad de San Sebastián de los Lagos (Leticia, Amazonas) y del Medio río Caquetá. Valor entre paréntesis corresponde a la desviación estándar; a y b representan diferencias significativas entre grupos.

Teniendo en cuenta el conjunto de variables tomadas en los análisis de suelos, es posible evidenciar que la comunidad mantiene las mismas características de baja fertilidad con pH ácido de los suelos amazónicos de la zona, como fue reportado en el Proyecto Radargrametrico del Amazonas - PRORADAM, (1979). Existen diferencias importantes entre variables como el calcio, el potasio y la capacidad de intercambio catiónico entre las chagras de San Sebastián y las del Medio Caquetá. La capacidad de intercambio catiónico, la concentración en calcio y potasio es mayor en los suelos de chagras del Medio Caquetá respecto a las de San Sebastián. Estas variaciones se pueden deber principalmente a la diferencia entre los periodos de reposo, puesto que las chagras como la de referencia, con mayores tiempos de descanso permiten una mayor acumulación de biomasa en la capa orgánica del suelo, proporcionando más nutrientes (Peña- Venegas et al., 2017). Además,

los periodos reposo prolongados también ayudan a mantener una mayor concentración de biomasa en los bosques en regeneración, traduciendo en un aumento en la cantidad de materia orgánica contenida en el suelo (Palm et al., 1996), lo que finalmente resulta en un suelo con mejores condiciones para el desarrollo agrícola (McGranth et al., 2001). Dejando en evidencia la difícil situación en la que se encuentran los suelos de uso agrícola y el sistema de cultivo de la comunidad de San Sebastián, repercutiendo en su seguridad alimentaria y finalmente en su calidad de vida.

3. PRUEBAS CON ABONOS ORGÁNICOS PARA MEJORAR LA CALIDAD DE LOS SUELOS DE LA COMUNIDAD.

La elaboración de los abonos orgánicos se hizo procurando mantener una relación de C: N (carbono: nitrógeno) entre 20 y 30 para una buena formulación, garantizando la degradación de la materia orgánica, además de facilitar la mineralización e inmovilización de nutrientes en el suelo (Leblanc et al., 2007). Se formularon tres abonos orgánicos diferentes, los cuales suplen la necesidad de fósforo, calcio y potasio que son los elementos con mayores deficiencias en los suelos de las chagras, como se evidencio en el capítulo anterior, pero que además suplen otros nutrientes:

- **Compost vegetal simple:** compuesto en un 100% de material vegetal residual de las chagras de la comunidad y residuos vegetales recolectados en el mercado municipal de la ciudad de Leticia Amazonas. En este tratamiento se priorizo el uso de residuos vegetales provenientes de plantas como el plátano o el banano, debido a su alto contenido en elementos como el potasio (Arizaleta et al., 2002).

- **Abono fosfatado:** es una mezcla entre residuos vegetales y residuos provenientes de pescado, preparados como compost, en una proporción de 70 – 30 V/V respectivamente, para conservar la relación C: N. El uso de residuos de pescado se debe a la elevada concentración de elementos como el fósforo y el calcio (Izquierdo-Córser et al., 2000). Además, sólo se usaron residuos de pescado provenientes de peces de escamas, puesto que los denominados peces de cuero (e.g., bagre) tienen connotaciones religiosas dentro de la etnia Ticuna, de la cual hacen parte las personas de San Sebastián, que impiden su uso.

- **Abono orgánico tradicional:** este abono está compuesto por material vegetal en degradación encontrado en la comunidad, como troncos en descomposición y plantas

secas, además de poseer una pequeña cantidad de cenizas resultantes de la etapa de quema en las chagras o de los fogones de leña. Este abono posee elevadas concentraciones de calcio resultantes de la quema (McGrath et al., 2001).

La unidad experimental fue la planta de maíz (*Zea mays*), la cual fue sembrada en cada tratamiento. La evaluación de los abonos orgánicos se hizo considerando diferentes elementos como: análisis químicos de los abonos para establecer su composición, mediciones de crecimiento de las plántulas de maíz, tejido vegetal y mediciones de biomasa seca, como parámetros para medir el efecto de los abonos sobre el desarrollo de las plantas.

- **Evaluación de los abonos orgánicos**

Después de tres meses de comenzado el experimento, sobrevivieron un total de 33 plantas, 15 del tratamiento abono fosfatado, 14 del compost vegetal, 4 del abono tradicional y ninguna del control. La mortalidad total obtenida en el experimento fue de 77.1%. El mayor porcentaje de supervivencia se presentó en los tratamientos abono fosfatado y compost vegetal. No hubo diferencias significativas entre el porcentaje de mortalidad de las plantas en el tratamiento abono fosfatado y compost vegetal, ni entre los tratamientos control y abono tradicional. (ANOVA, $F = 10.24$, g.l. = 3, $P < 0.001$). Las plantas de maíz tuvieron un mayor crecimiento en los tratamientos abono fosfatado y compost vegetal. En general, las plántulas fueron 7.86 y 6.38 veces más altas que las plantas en el abono tradicional. No hubo diferencias significativas entre el crecimiento de las plantas que se encontraban en el abono tradicional y el control, ni entre las del compost fosfatado y el vegetal (ANOVA, $F = 9.02$, g.l. = 3, $P < 0.001$; Figura 4). Considerando sólo las plantas que sobrevivieron hasta el final del ensayo, las plantas del tratamiento compost vegetal mostraron la media de altura más alta, 114.9 cm, seguida del abono fosfatado, 81.6 cm, y en último lugar el abono tradicional, 69.25 cm. En el tratamiento control no sobrevivió ninguna planta de maíz.

En los análisis de laboratorio realizados a los abonos orgánicos el aluminio, el potasio, el fósforo y el calcio mostraron diferencias significativas entre los diferentes tratamientos (Kruskal- Wallis, g.l. = 3, $PAI < 0.05$, $PK < 0.05$, $PP < 0.05$, $PCa < 0.05$). El tratamiento con mayor concentración de calcio y potasio fue el compost vegetal seguido del abono fosfatado. El abono fosfatado fue el tratamiento con mayor concentración de fósforo,

seguido del compost vegetal. El tratamiento control tuvo la mayor concentración de aluminio. El abono vegetal proveyó mayores concentraciones de calcio, boro y zinc que el abono fosfatado. Por su parte, el abono fosfatado proveyó mayores concentraciones de potasio y hierro que el abono vegetal. A pesar de las diferencias de algunos elementos en los abonos aplicados, no se encontraron diferencias significativas en la composición de los tejidos vegetales de maíz abonados con abono fosfatado o compost vegetal para las variables analizadas.

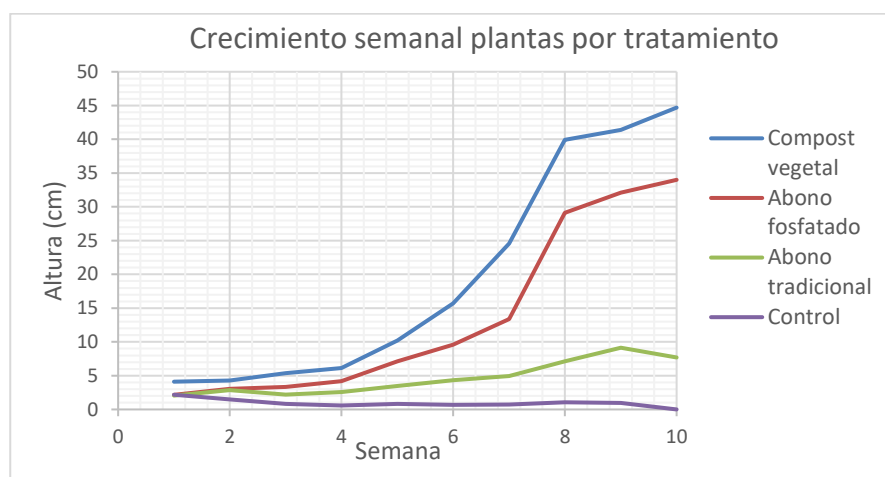


Figura 4: Media de crecimiento semanal plantas de Maíz (*Zea mays*) en cada uno de los tratamientos, octubre 2017.

Los abonos fosfatados y compost vegetal tuvieron el mayor número de plantas sobrevivientes y menor tasa de mortalidad, debido a la aplicación y la composición de estos abonos orgánicos, ya que su formulación mejoró el aporte de nutrientes a las plantas aumentando la tasa de sobrevivencia (Jaramillo et al, 2016). Adicionalmente, estos abonos orgánicos generaron una mayor cantidad de biomasa, debido a los aportes de carbono de estos tratamientos al suelo a costa del tipo de materia orgánica que fue recolectada para su preparación (Costa, 2012), ya que corresponde a materiales menos lignificados que los que provee el palo podrido usado en el abono tradicional, lo cual muestran otra ventaja de estos dos tratamientos frente al abono tradicional. Además, las mayores concentraciones de potasio y fósforo en estos tratamientos se ven reflejado en la concentración de elementos en el tejido vegetal (Melgarejo et al., 2010) y promovieron un mejor desarrollo y más elevado crecimiento en las plantas (Parry et al., 2005). Lo cual explica porque las plantas de los tratamientos control y abono tradicional no sobrevivieron hasta el final del ensayo.

CONCLUSIÓN

En la Amazonia pocas veces se han documentado casos de degradación de suelos en comunidades indígenas. Este estudio documentó el caso de la comunidad indígena de San Sebastián de los Lagos. La presión sobre los suelos en comunidades densamente pobladas con espacios reducidos hace que se disminuyan los tiempos de rotación de los espacios de cultivo, poniendo en peligro la sostenibilidad de los sistemas de producción tradicionales como la chagra. Los resultados muestran una sobreexplotación de los suelos y su posterior degradación al no tener la posibilidad de recuperación natural por los cortos tiempos de descanso implementados (menos de un año). Es necesario mencionar que las condiciones en las que se encuentra esta comunidad no son ajenas al panorama completo de las comunidades aledañas a la ciudad de Leticia. El uso de herramientas que permitan la participación ciudadana y promuevan la concientización del problema facilitando la intervención del Estado, es de primordial importancia para garantizar las condiciones de mejoramiento y sostenimiento de la seguridad alimentaria de las familias indígenas de la zona.

Dos estrategias han sido implementadas por la comunidad de San Sebastián de los Lagos para enfrentar este problema: Una, cultivar en zonas fuera de su resguardo, siendo estos espacios equivalentes a las zonas de cultivo dentro del resguardo. Sin embargo, esta alternativa pone en riesgo su seguridad alimentaria pues depende de la voluntad del dueño de los predios aledaños para tener suficiente espacio para la producción. La segunda, realizar abonos a partir de los materiales que tienen disponibles, con el ánimo de mejorar los suelos de las zonas de cultivo.

Se pudo evidenciar que los abonos usados tradicionalmente por la comunidad para mejorar los suelos e intentar garantizar la producción de su sistema tradicional de cultivo no es efectivo, pues no provee los nutrientes necesarios para las plantas.

La aplicación de abonos fosfatados y compost vegetal tuvieron un efecto positivo en el crecimiento, la biomasa y los nutrientes en el tejido vegetal de las plantas de maíz. A diferencia de la aplicación del abono tradicional y el control. Luego de evaluar los abonos, incluyendo el proceso de producción de cada tipo de abono, el compost vegetal mostró ser la mejor alternativa de mejoramiento de los suelos agrícolas de la comunidad de San

Sebastián. Con su uso prolongado existe una posibilidad mejorar los suelos productivos del resguardo, sin necesidad de abandonar el sistema de chagra y garantizando la seguridad alimentaria de las familias indígenas.

REFERENCIAS

- Abi-Saab Arrieche, R. (2012). Evaluación de la calidad del suelo, en el sistema productivo orgánico la estancia, Madrid, Cundinamarca, 2012.
- Altieri, M. A. (1993). El estado del arte de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina: WK Kellogg Foundation.
- Amazonas, G. d. (2017). Oficina de asuntos indígenas.
- Andrade, A. (1988). Desarrollo de los sistemas agrícolas tradicionales en la Amazonia. *Boletín Museo del Oro*(21), 39-59.
- Arizaleta, M., Rodríguez, O., & Rodríguez, V. (2002). Relación de los índices dris, índices de balance de nutrientes, contenido foliar de nutrientes y el rendimiento del café en Venezuela. *Bioagro*, 14(3).
- Cassú, E. (2014). *El manejo indígena del mundo global: El caso de los Tikuna del territorio Yahuaraca*. Magíster en Estudios Amazonicos, Universidad Nacional de Colombia sede Amazonia, Universidad Nacional de Colombia sede Amazonia.
- Codazzi, I.-I. G. A. (1979). *Amazonia colombiana y sus recursos. Proyecto Radargramétrico del Amazonas. PRORADAM* (Vol. 1). talleres gráficos de Italgraf. S.A., Bogotá D.E
- Denevan, W. (1995). Prehistoric agricultural methods as models for sustainability. *University of Wisconsin*.
- Flekens, L., & Jorritsma, F. (2010). A behavioral change perspective of Maroon soil fertility management in traditional shifting cultivation in Suriname. *Human Ecology*, 38(2), 217-236.
- Francis, C. A. (2015). Agroecology and agriculture change. *internacional enciclopedia of the social & behavior science*, 2.
- Gliessman, S. R. (2002). *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible*: CATIE.
- Izquierdo Córser, P., Torres Ferrari, G., Barboza de Martínez, Y., Márquez Salas, E., & Allara Cagnasso, M. (2000). Análisis proximal, perfil de ácidos grasos, aminoácidos

esenciales y contenido de minerales en doce especies de pescado de importancia comercial en Venezuela. *Arch. latinoam. nutr*, 50(2), 187-194.

Lasprilla, V. A. (2009). *Chagras y mujeres indígenas: Significado y función del trabajo femenino en la comunidad indígena Ticuna*. San Sebastián de los Lagos. Magíster en Estudios Amazónicos, Universidad Nacional de Colombia sede Amazonia.

Leblanc, H., Cerrato, M., Miranda, A., & Valle, G. (2007). Determinación de la calidad de abonos orgánicos a través de bioensayos. *Tierra Tropical*, 3(1), 97-107.

McGrath, D. A., Smith, C. K., Gholz, H. L., & de Assis Oliveira, F. (2001). Effects of land-use change on soil nutrient dynamics in Amazonia. *Ecosystems*, 4(7), 625-645.

Melgarejo, L. M., Hernández, S., Barrera, J., Solarte, M. E., Suárez, D., Pérez, L. V., . . . Crespo, S. (2010). Experimentos en fisiología vegetal: Universidad Nacional de Colombia.

Moore, H. L. (2015). Global prosperity and sustainable development goals. *Journal of International Development*, 27(6), 801-815.

Muñoz, L. E. A. (2001). Los sistemas de producción de la etnia Ticuna del resguardo de Puerto Nariño, sur del Trapecio Amazónico: una aproximación socioeconómica1. *Cuadernos de desarrollo rural*(46-51).

Nyantakyi-Frimpong, H., Kangmennaang, J., Kerr, R. B., Luginaah, I., Dakishoni, L., Lupafya, E., . . . Katundu, M. (2017). Agroecology and healthy food systems in semi-humid tropical Africa: Participatory research with vulnerable farming households in Malawi. *Acta tropica*, 175, 42-49.

Oliver, B. (2016). "The Earth Gives Us So Much": Agroecology and Rural Women's Leadership in Uruguay. *Culture, Agriculture, Food and Environment*, 38(1), 38-47.

Palm, C. A., Swift, M. J., & Woomer, P. L. (1996). Soil biological dynamics in slash-and-burn agriculture. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, 58(1), 61-74.

Peña-Venegas, C., & Coy, M. (2006). Elaboración y evaluación de abonos orgánicos fosfatados a partir de desechos de la pesca. *Suelos ecuatoriales* 36(1), 19-25.

Peña-Venegas, C. P., & Cardona, G. I. (2010). *Dinámica de los suelos amazónicos: Procesos de degradación y alternativas para su recuperación* (Primera ed.). Bogotá, D.C - Colombia.

Peña-Venegas, C. P., Verschoor, G., Stomph, T. J., & Struik, P. C. (2017). Challenging Current Knowledge on Amazonian Dark Earths: Indigenous Manioc Cultivation on

Different Soils of the Colombian Amazon. *Culture, Agriculture, Food and Environment*.

Santos-Granero, F., & Barclay, F. (1994). *Guía etnográfica de la Alta Amazonía. Volumen III: Cashinahua. Amahuaca. Shipibo-Conibo*: Editorial Abya Yala.

Styger, E., Rakotondramasy, H. M., Pfeffer, M. J., Fernandes, E. C., & Bates, D. M. (2007). Influence of slash-and-burn farming practices on fallow succession and land degradation in the rainforest region of Madagascar. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, 119(3), 257-269.

Thomaz, E. (2013). Slash-and-burn agriculture: Establishing scenarios of runoff and soil loss for a five-year cycle. *Elsevier*.

5. ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS LAUDOS DE CITOLOGIA CERVICAL DE 2016 DA POPULAÇÃO INDÍGENA ALDEADA DE ETNIA POTIGUARA DO ESTADO DA PARAÍBA

DÊNIS, Marcio

Especialização em Saúde Indígena- UFSP

marcio.denis@saude.gov.br

CORRÊA, Wanessa Barbosa Costa

Especialização em Saúde Indígena- UFSP

wanessa.costa@saude.gov.br

SANTOS, Vandreza Souza dos

Instituto de Natureza e Cultura INC/UFAM

INTRODUÇÃO

O câncer de colo do útero - CCU é uma patologia iniciada com transformações intra-epiteliais progressivas que podem evoluir para um processo invasor num período que varia de 10 a 20 anos. É uma doença prevenível por meio da citopatologia oncótica, graças à lenta progressão, é possível a detecção precoce de lesões pré-malignas ou malignas e o seu tratamento oportuno. (PEREIRA et al., 2011).

O Ministério da Saúde (2015) diz que os índices mundiais em relação ao câncer de colo do útero - CCU são alarmantes, pois se aproximam a 530 mil casos novos, sendo o quarto tipo de câncer mais comum entre as mulheres, correspondem por 265 mil óbitos anuais, ficando como a quarta causa de morte por câncer nas mulheres.

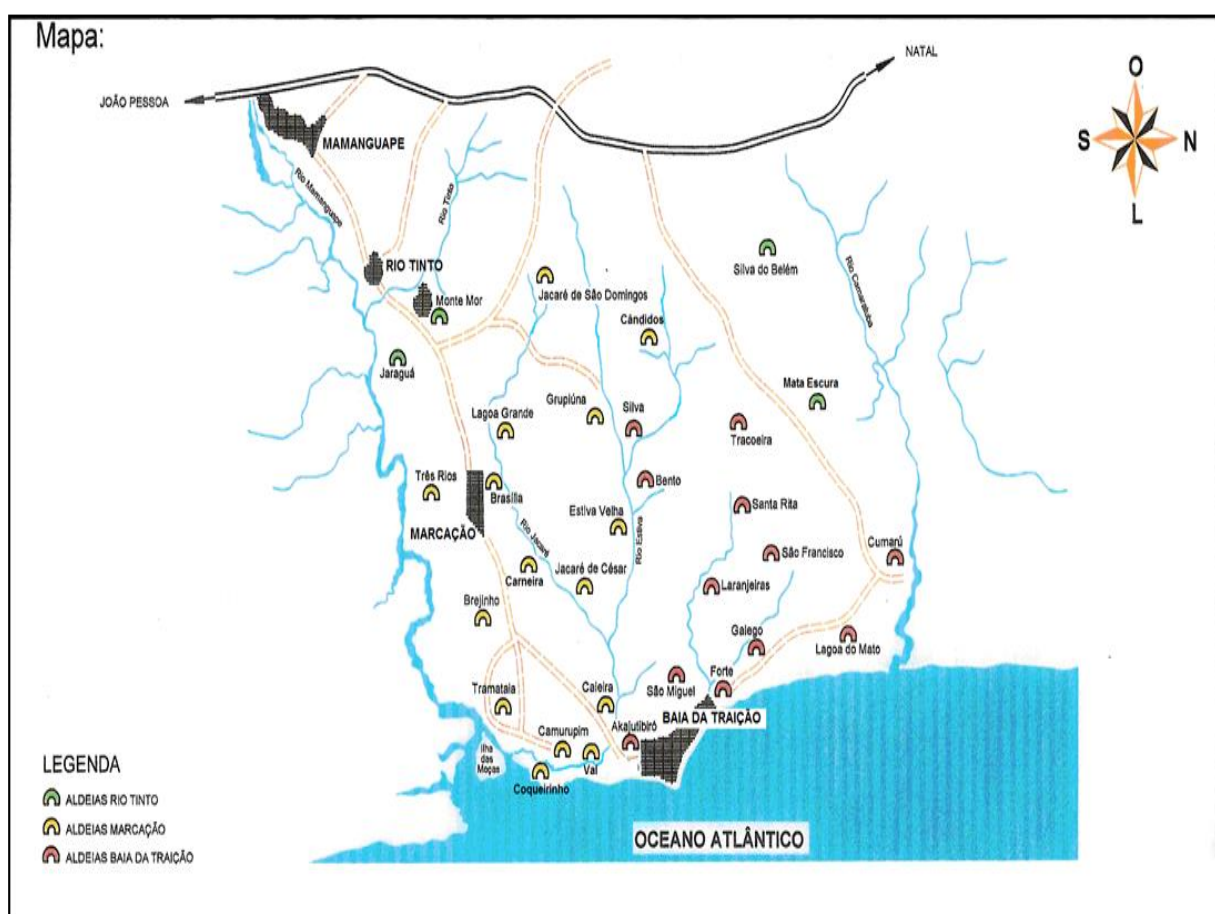
Mendonça et al (2008) enfatiza dizendo que, apesar da melhora na cobertura do exame citológico no Brasil, esta ainda é considerada insuficiente para reduzir a mortalidade por CCU no País. O exame Citologia Cervical do Trato Genital Feminino - TGF pelo método de Papanicolau, detecta as alterações precoces dessa neoplasia permitindo reconhecer modificações celulares no colo uterino. Segundo as Diretrizes do Ministério da Saúde, o exame preventivo deve ser realizado, pelas mulheres entre 25 a 64 anos de idade, que já tiveram início na relação sexual. Os dois primeiros exames devem ser realizados com intervalo de um ano, se os resultados forem normais, o exame passará a ser feito a cada três anos, (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

No Brasil, o exame citopatológico é a estratégia de rastreamento recomendada pelo Ministério da Saúde. Silva Neto (2012) descreve o exame de Citologia Cervical - TGF pelo método de Papanicolau consiste na coleta do material das células do colo uterino através de espátula e ou escova de Ayres, após realiza-se a fixação do material coletado, coloração e posterior análise morfológica ao microscópico por um profissional devidamente capacitado e qualificado, sendo que este diagnóstico citopatológico deve ser confirmado pelo exame histopatológico, que consiste na análise das células coletadas no exame preventivo.

O estudo realizado foi baseado nos laudos de Citologia Cervical - TGF pelo método de Papanicolau obtidos entre os meses de janeiro a dezembro de 2016, na qual teve como objetivo realizar uma análise qualitativa e quantitativa dos laudos de citologia cervical, bem

como levantar o número de exames realizados, Identificar as alterações celulares e os principais agente patogênicos nos laudos de Citologia Cervical TGF da população indígena aldeada de etnia Potiguara dos municípios de Rio Tinto/PB, Marcação/PB e Baia da Traição/PB, onde a Atenção a Saúde Básica desta população é de responsabilidade também do Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara.

Figura 1: Mapa geográfico dos municípios e das aldeias da população indígena etnia Potiguara no estado da Paraíba.



O Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara (DSEI-POTIGUARA) tem como divisão a sua área de abrangência no estado da Paraíba nos municípios de Rio Tinto (população estimada segundo IBGE 2017 de 24.154 pessoas), Marcação (população estimada segundo IBGE 2017 de 8.586 pessoas) e Baia da Traição (população estimada segundo IBGE 2017 de 9.070 pessoas) onde se encontra aproximadamente 14.000 indígenas aldeados distribuídos nas 32 aldeias divididas nestes municípios conforme (FIGUARA 1), as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), tem como

integrantes: 1 médico, 1 enfermeiro, 1 odontólogo, 1 técnico de enfermagem e 1 auxiliar de saúde bucal e também tem como apoio psicólogos, assistente social, nutricionistas, farmacêuticos e agente de saúde indígena, essas equipes trabalham nos mesmos moldes do Programa de Saúde da Família conforme preconizados pelo Ministério da Saúde.

O DSEI-Potiguara encontra-se dividido em 3 Polos Base, onde possuem duas EMSI em cada, distribuídos nos Polo Base de Rio Tinto, Polo Base de Marcação e Polo Base de Baía da Traição, totalizando 32 aldeias.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo foi realizado com base na análise de dados secundários disponibilizados pelo Programa Controle do Câncer do Colo de Útero (PCCCU), foi feita uma avaliação qualitativa e quantitativa dos laudos de Citologia Cervical do TGF, referente ao ano de 2016 tendo um total de

291 laudos avaliados, da população indígena aldeada da etnia Potiguara do estado da Paraíba nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição.

Para a análise dos dados procedeu-se a tabulação das seguintes variáveis: quantitativo de exames realizados por Polo Base; número de mulheres sexualmente ativas por idade; tipo de alterações celulares encontradas e principais agentes patogênicos, com isto construíram-se os gráficos e tabelas.

O cálculo da porcentagem foi feito da seguinte maneira:

Para o Gráfico 1, na qual apresenta o número de mulheres aldeadas por idade:

$$\frac{\text{número de mulheres aldeadas por idade}}{\text{total de mulheres aldeadas por idade}} \times 100$$

O Gráfico 2 apresenta o tipo de alteração celular:

$$\frac{\text{tipo de alteração celular}}{\text{total de alterações celulares}} \times 100$$

Os dados populacionais bem como quantitativo da população mulheres sexualmente ativas foram retirados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – SIASI. O SIASI é composto de dados primários vindos da atenção primária à saúde prestada pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena - EMSI no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena - SasiSUS, gerenciado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI do Ministério da Saúde. (Portal Ministério da Saúde).

Os laudos foram realizados por laboratórios conveniados com os municípios e estado, o material é coletado pelas EMSI e enviados aos laboratórios conveniados, após análise do material os resultados voltam para o DSEI - Potiguara, onde ficam arquivados pela Responsável Técnica pelo Programa de Saúde da Mulher do DSEI-Potiguara. A análise dos laudos foi previamente autorizada pelo Coordenador do DSEI-Potiguara, uma vez que este material é sigiloso e o acesso ao arquivo é apenas com autorização do coordenador.

De acordo com a Tabela 1 demonstra o quantitativo de exames realizados no ano de 2016, sendo que foi subdividido por meses e em quais municípios foram coletados o material para ser enviado para análises, com esta tabela pode-se notar a grande diferença dos números de exames de Citologia Cervical TGF entre os municípios.

No ano de 2016 obteve-se os dados de 291 exames de Citologia Cervical do Trato Genital Feminino - TGF (Papanicolau), onde a grande maioria destes exames foram coletado pelo Polo Base de Marcação, onde o município disponibiliza a cópia dos resultados a EMSI para que a mesma possa dar continuidade no tratamento da usuária indígena aldeada.

Já nos municípios de Rio Tinto e Baia da Traição a população não procura com maior frequência o exame de citologia cervical nas aldeias com as EMSI, alegando a demora do resultado dos exames.

Os laudos nem sempre são disponibilizado pelos municípios para as EMSI, uma vez que os municípios por não possuírem o serviço de Citologia Cervical do TGF, os mesmos dependem de contratos e convênios com laboratórios privados, acarretando também a demora dos resultados por questões burocráticas e pagamentos dos contratos e convênios.

Tabela 1: Quantidade de exames de Citologia do Trato Genital Feminino, realizado nos Polos Base de Rio Tinto, Marcação e Baia da Traição no ano de 2016.

	Pólo Base de Rio Tinto	Pólo Base de Marcação	Pólo Base de Baia da Traição
Janeiro	4	5	0
Fevereiro	0	37	0
Março	3	23	0
Abril	1	14	0
Maiο	0	1	0
Junho	5	22	0
Julho	17	34	0
Agosto	13	21	0
Setembro	1	44	0
Outubro	0	14	0
Novembro	4	27	1
Dezembro	0	0	0

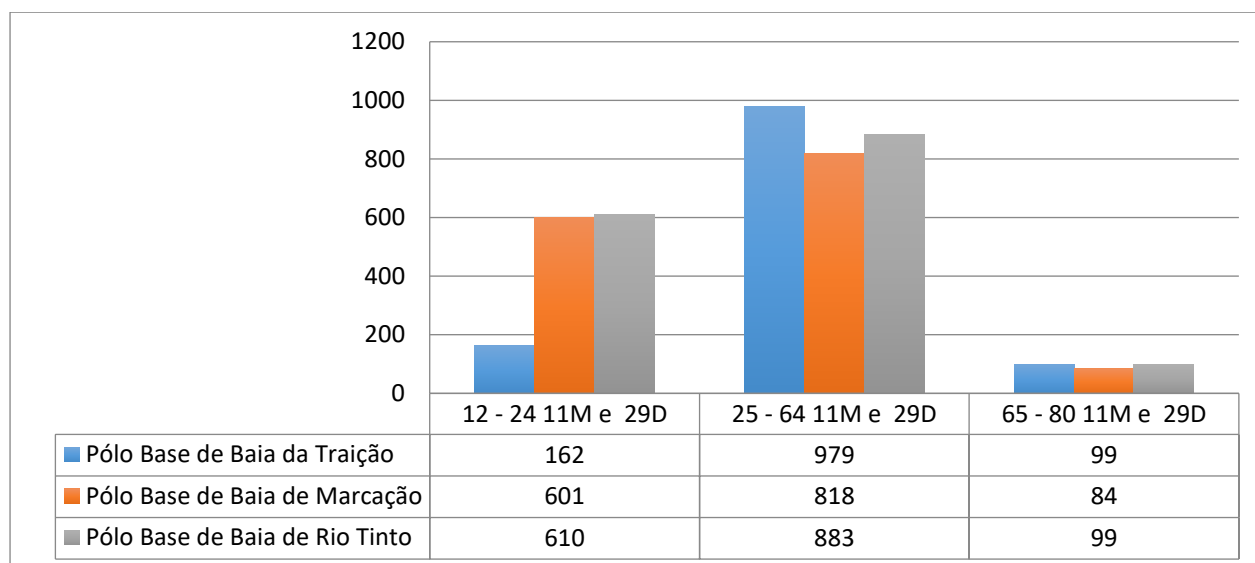
Fonte: Laudos dos exames de Citologia Cervical TGF, arquivados pelo DSEI – Potiguara.

O Gráfico 1 apresenta a subdivisão da população indígena aldeada do sexo feminino por idade e por municípios. A população de mulheres com idade de 12 anos – 24 anos, 11 meses e 29 dias com um total de 1.373 mulheres, onde no Polo Base de rio Tinto apresenta cerca de 44,43% desta população, já no polo Base de Marcação temos 43,77% e no Polo Base de Baia da Traição apenas 11,80%.

Já nos dados de mulheres com idade entre 25 anos – 64 anos, 11 meses e 29 dias (gráfico 1) com um total de 2.680 mulheres, notou-se uma mudança no quantitativo entre os Polos Base, no Polo Base de Baia da Traição apresenta 36,53% desta população, em segundo vem o Polo Base de Rio Tinto com 32,95% e por último temos o Polo Base de Marcação com um total de 30,52%, pode-se notar que o perfil traçado de mulheres aldeadas a sua maior concentração se encontra nesta faixa etária.

Enquanto as mulheres com idade de 65 anos – 80 anos, 11 meses 29 dias (gráfico 1) com um total de 282 mulheres, observou uma quantidade mais homogênea em cada Polo Base, sendo os Polos Base de Marcação e Baia da Traição possuem a mesma porcentagem de usuárias 35,10%, enquanto o Polo Base de Rio Tinto tem 29,79%, constatou que nesta faixa etária tem o menor percentual de mulheres aldeadas.

GRÁFICO 1: Número de mulheres aldeadas cadastradas no SIASI das aldeais pertencentes ao Polo Base de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto.

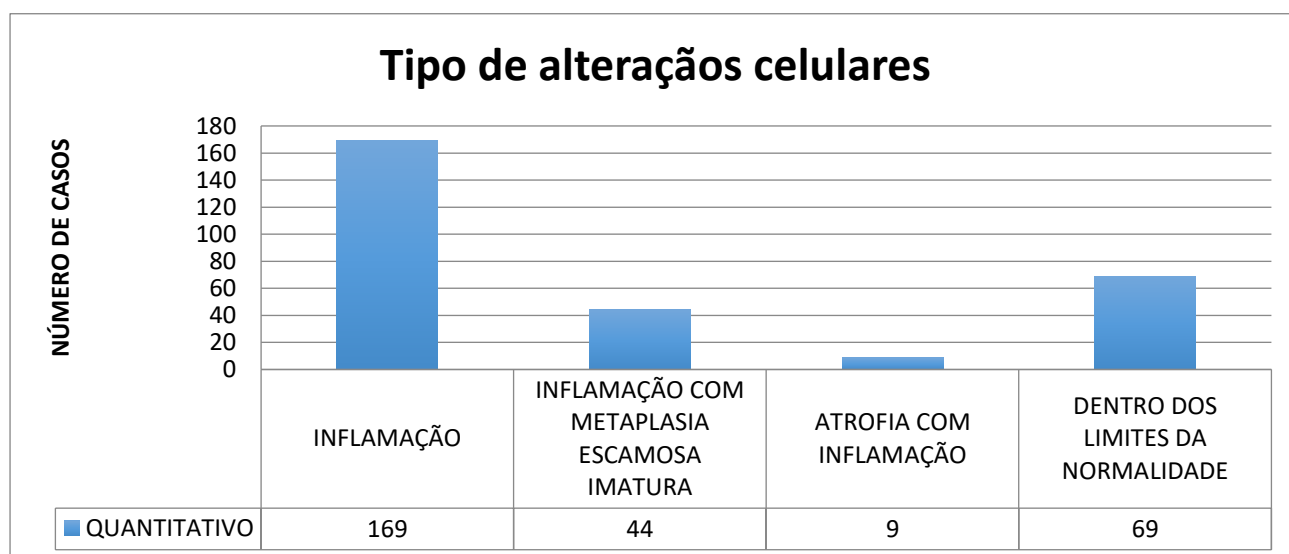


Fonte: Laudos dos exames de Citologia Cervical TGF, arquivados pelo DSEI – Potiguara.

A grande maioria de alterações celulares encontradas no exame de citologia cervical TGF, são as consideradas benignas: inflamação, reparação, metaplasia escamosa imatura, atrofia com inflamação e radiação.

No Gráfico 2 foi confirmada as alterações celulares mais encontradas no exame de Citologia Cervical - TGF, pelo método de Papanicolau, a alteração mais encontrada foi a Inflamação, onde foi detectada cerca de 58,07% dos laudos, em seguida vem resultado Dentro dos Limites da Normalidade totalizando 23,71%, já as Inflamações com Metaplasia Escamosa Imatura foi 15,12% dos laudos e a Atrofia com Inflamação na qual apresentou 3,09% dos resultados encontrados, essas alterações foram encontradas em 291 laudos realizados no ano de 2016.

GRÁFICO 2: Número de alterações celulares em relação ao tipo de alteração encontradas no ano de 2016.



Fonte: Laudos dos exames de Citologia Cervical TGF, arquivados pelo DSEI – Potiguara.

Os agentes microbiológicos mais comumente encontrados são: *Lactobacillus* sp, *Cândida* sp, Bacilos supracitoplasmáticos (sugestivo de *Gardnerella* / *Mobiluncus*), Cocos, outros Bacilos, sugestivo de *Clamydia* sp, *Actinomyces* sp, efeitos citopáticos compatíveis com o grupo Herpes, *Trichomonas vaginalis*, outros.

Entendesse que o câncer de colo uterino representa um grave problema de saúde pública, atingindo em geral todas as classes sociais, (INCA, 2018).

O câncer do colo do útero, também chamado de cervical, é causado pela infecção persistente por alguns tipos de Papilomavírus Humano - HPV. Esta infecção genital pelo HPV é muito frequente e assintomática na grande maioria das vezes. Entretanto, em alguns casos, podem ocorrer alterações celulares que poderão evoluir para o câncer, as alterações de nível celular são facilmente detectadas no exame de citologia pelo método de Papanicolau, e tem um grande percentual de cura na quase totalidade dos casos. Por isso é importância na realização periódica deste exame. Este tumor é o terceiro mais frequente na população feminina, atrás do câncer de mama e do colorretal, e a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil.

Estimativas de novos casos: 16.370 (2018 - INCA)

Na região Nordeste, estimou-se um risco de 19,49 casos, sendo que o CCU é o segundo mais incidente nesta região - sem considerar os tumores de pele não melanoma. No ano de 2016, no estado da Paraíba, foi estimado 330 novos casos, com um risco aproximado

de 16,21 casos para cada 100 mil mulheres. A estimativa para a capital paraibana é de 19,39 casos a cada 100 mil mulheres. (INCA, 2016).

Nos países onde a citologia oncológica foi ampliada para a maior parte da população, pode observar uma diminuição importante no caso da mortalidade por esse tumor. Infelizmente, mesmo em países desenvolvidos, com ampla cobertura da população por programas de prevenção, ainda existe uma porcentagem importante de mulheres que continuam sucumbindo à doença devido a falhas do teste de citologia cervical pelo método de Papanicolaou. (LINHARES; VILLA, 2008).

Koss; Gompell (2006) afirma que as mulheres de países em desenvolvimento, o carcinoma de útero é o mais comum entre a população feminina. Em países industrializados, onde os programas de prevenção citológica são realizados frequentemente, os casos do câncer cérvico-uterino diminuíram, mas mesmo assim não foi possível eliminar completamente a doença.

Dos 291 laudos analisados, obteve-se 289 laudos negativo para Malignidade, 1(um) laudo apresentou atípica em células escamosas: lesão intraepitelial de baixo grau (compreendendo o efeito citopático pelo HPV e neoplasia intraepitelial cervical grau I) e 1(um) teve o parecer de atípica em células escamosas: lesão intraepitelial de alto grau, não podendo excluir microinvasão. obs: necessária correlação histológica para complementação diagnóstica.

4. CONCLUSÃO

Uma das principais finalidades deste estudo foi traçar o perfil epidemiológico encontrado nos laudos de citologia cervical desta população, bem como servir de instrumento para sensibilização dos gestores públicos quanto à importância e o baixo custo deste exame visando a implantação do serviço de Citologia Cervical TGF no DSEI-Potiguara, ao qual é de suma importância para o Programa da Saúde da Mulher, no sentido de poder facilitar a realização dos exames diminuindo o tempo entre a coleta da amostra e o laudo, pode ser implantado tal diagnóstico separadamente pelo DSEI-Potiguara e ou em consórcios com os municípios, deste modo tendo um melhor prognóstico das pacientes, onde hoje é realizado em convênio com alguns laboratórios de grande porte na capital em João Pessoa/PB e ou com a Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba com isso os resultados/laudos tem um prazo muito mais longo para sua entrega.

Após todo estudo realizado houve relatos da Responsável Técnica do Programa de Saúde da Mulher bem como do restante da EMSI do DSEI-Potiguara, sobre a deficiência do serviço no quesito demora dos laudos e não adesão ao exame de citologia do TGF pela população Indígena aldeada, devido o grande tempo de espera dos resultados de Citologia Cervical – TGF, isso foi fato determinante para a realização desta pesquisa.

Apesar das limitações do exame de citologia cervical pelo método de Papanicolau ainda sim é um exame de suma importância devido seu custo x benefício.

Com a implantação do serviço de Citologia Cervical do TGF do DSEI-Potiguara poderá aumentar o quantitativo realizado de citologia cervical do TGF, garantindo não somente uma diminuição de inflamação causada por microorganismos associados, mas também provavelmente irá diminuir a incidência de possíveis lesões pré-malignas e malignas do colo uterino, pelo controle indireto das lesões.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Estimativa 2016: incidência de câncer no Brasil** [Internet]. Rio de Janeiro: INCA; 2015[cited 2016 June 13]. Available from: http://www.inca.gov.br/bvscontrolecancer/publicacoes/edicao/Estimativa_2016.pdf

ETNOMAPEAMENTO DOS POTIGUARAS NA PARAÍBA Cardoso, Thiago Mota; Guimarães, Gabriella Casimiro. Brasília: FUNAI/CGMT/ CGETNO/CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas, n.2).

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas; 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, análise panorâmica populacional, acessado em: 06 mai 2018, BAIA DA TRAIÇÃO/PB: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado/estatisticas.html?t=destaques&c=2501401>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, análise panorâmica populacional, acessado em: 06 mai 2018, MARCAÇÃO/PB:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=2509057>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, análise panorâmica populacional, acessado em: 06 mai 2018, RIO TINTO/PB: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=2512903>.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA) **Controle do câncer do colo do útero** Disponível em: <http://www2.inca.gov.br>. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA) **Estimativa 2018. Incidência do Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2018. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/estimativa/2018>.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA) **Estimativa 2018. Incidência do Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2018. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/colo_uterio/definicao.

KOSS, L.; GOMPEL, C. **Citologia Ginecológica**. 2006, São Paulo.

MENDONÇA, VG, Lorenzato FRB, Mendonça JG, Menezes TC, Guimarães MJB. **Mortalidade por câncer do colo do útero**: características sociodemográficas das mulheres residentes na cidade de Recife, Pernambuco. Rev. Bras. Ginecol Obstet. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde. Informe técnico da vacina papiloma vírus humano. 2015.

PARKING, D. M, WHELAN, S. L, FERLAY, J, TEPPPO, L, THOMAS, D. B.,. editors. **Cancer incidence in five continents** [IARC Sci Publ no 155]. Lyon: IARC Press; 2005.

PEREIRA, J. C.; GANASSIN, F. M. H.; OLIVEIRA, R. D.; RENOVATO, R. D.; WATANABE, E. A. M. T. **Morbidade por Câncer de Colo Uterino em Mulheres de Reserva Indígena no Mato Grosso do Sul**. Cogitare Enferm. 2011 Jan/Mar.

PINOTTI JA, CARVALHO JP, NISIDA ACT. Implantação de programa de controle de câncer de colo de uterino. Rev Ginecol Obstet 2010; 5(1):5-11.

ROBBINS SL, CONTRAN RS, KUMAR V. Patologia Estrutural e Funcional. 8 Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

SILVA NETO; Jacinto da Costa, **Citologia Clínica do Trato Genital Feminino**. edt.Revinter 2012.

SOLOMON, D. et al.The 2001 Bethesda system Terminology for reporting result of cervical cytology. JAMA, v. 287, p. 2114-2129, 2002.

<http://portalms.saude.gov.br/saude-indigena/gestao/siasi>; acessado em 18 fev 2018.

6. AVALIAÇÃO DAS ANÁLISES BACTERIOLÓGICAS DA ÁGUA DAS ALDEIAS INDÍGENAS DE ETNIA POTIGUARA DO MUNICÍPIO DE BAIA DA TRAIÇÃO NO ANO DE 2016

CORRÊA, Wanessa Barbosa Costa

Especialização em Saúde Indígena- UFSP

wanessa.costa@saude.gov.br

DÊNIS, Marcio

224

SANTOS, Vandreza Souza dos

Instituto de Natureza e Cultura INC/UFAM

INTRODUÇÃO

Segundo os dados de saúde (WHO, 2012) 2,5 bilhões de pessoas não tem saneamento básico e mais de 780 milhões de pessoas não tem acesso a fontes de água tratada. A região do Nordeste apresenta desafios quanto ao acesso à água para a sua população, tanto no que diz respeito a sua qualidade e quantidade. Entende-se que a qualidade da água estar diretamente relacionada com a saúde da população, sendo ela o principal vetor de transmissão de doenças infecciosas, TSUTYA (2006).

Considerando a situação precária do acesso à água para consumo humano em locais de difícil acesso e se tratando a população indígena, esta realidade é retratada de acordo com as Diretrizes para Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano em Aldeias Indígenas - DMQAI, na qual este documento afirma que o programa de monitoramento da qualidade de água nas aldeias indígenas, é de responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), por meio da lei nº 12.314, de 19 Agosto de 2010, na qual foi regulamentada pelo decreto nº 7.336 de 19 Outubro de 2010 que estabeleceu as ações de execução de saneamento ambiental em áreas indígenas e que compete à Secretaria Especial Indígena (SESAI/MS), executar, as ações de vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano nos sistemas nos sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água das aldeias indígenas (DMQAI 2014).

O Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena – SasiSUS. Trata-se de um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etnico-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades

administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com controle social. No Brasil são 34 DSEI's divididos estrategicamente por critérios territoriais e não, necessariamente, por estados, tendo como base a ocupação geográfica das comunidades indígenas.

O DSEI Potiguara, através do Serviço de Edificação e Saneamento Indígena - SESANI, realiza o monitoramento da qualidade da água nos Sistemas de Abastecimento de Água das aldeias realizando coletas e análises de amostras de água sob a perspectiva de risco a saúde da população, o agentes indígenas de saneamento - AISAN é o responsável pela cloração e manutenção da rede de abastecimento e distribuição de água na aldeia.

O Monitoramento da Qualidade da Água nas Aldeias Indígenas consiste no conjunto de ações dotadas continuamente (mensalmente) pela Química Responsável Técnica do programa, para garantir que a água consumida pela população indígena atenda ao padrão e normas estabelecidas na legislação vigente, bem como avaliar os riscos que a água consumida representa para a saúde. (DMQAI 2014).

A água é considerada contaminada quando apresenta bactérias de poluição fecal, devido ao risco da presença de microrganismo enteropatogênicos. Neste estudo sobre a análise bacteriológica foram incluídos dois determinantes principais de poluição da água para consumo humano. A *Escherichia Coli* e os Coliformes fecais. A *E. coli* é encontrada em esgoto, efluentes tratados e águas naturais e solos sujeitos a contaminação fecal de humanos, animais domésticos, selvagens e pássaros, e, sua presença requer providências imediatas. Quanto aos coliformes fecais, são bacilos Gram-negativos, sendo as bactérias que possuem a enzima *B-galactosidase*, sua presença na água tratada indica tratamento inadequado, contaminação após o tratamento ou excesso de nutrientes que favoreçam seu crescimento. Diante do exposto, este estudo teve por objetivo avaliar os padrões de potabilidade da água utilizada para consumo humano através dos exames bacteriológicos *E. coli* e Coliformes totais, sobre o método qualitativo (presente/ausente), realizadas mensalmente através do programa de monitoramento da qualidade da água desenvolvida pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara do município de Baía da Traição referente ao ano de 2016.

DESENVOLVIMENTO

As aldeias indígenas da Paraíba estão concentradas no litoral norte, parte dela está situada no município de Baía da Traição (quadro 1). As aldeias são abastecidas por mananciais subterrâneos de tubulação profunda, somente a Aldeia Vila São Miguel é abastecida pelo poço subterrâneo e pela Estação de tratamento do município de Baía da Traição, estas passam pelo processo de desinfecção da água através do clorador de pastilha de hipoclorito de cálcio a 65%, onde é realizado um monitoramento diário do cloro residual pelos agentes indígenas de saneamento - AISAN, pelo método cloro residual livre dietil-p-fenilenodiamina (DPD), e mensalmente é realizado o monitoramento da qualidade da água em todas as aldeias do DSEI, tanto para análise bacteriológica como análise físico-química.

Tabela 1: Distribuição da população do Polo de Baía da Traição, DSEI Potiguara.

Aldeia	População
Akajutibiró	370
Bemfica	165
Bento	51
Cumarú	283
Forte	556
Galego	673
Lagoa do Mato	83
Laranjeira	226
Santa Rita	207
São Francisco	983
Vila São Miguel	873
Silva	212
Tracoeira	179
Total	4.861

Compreender as implicações sobre o uso da água nas comunidades indígenas, focando na qualidade da água para consumo humano, requer agrupar uma série de dados e variáveis. Iniciou-se com a identificação das comunidades por meio do trabalho já

realizado pelo DSEI-Potiguara através do programa MQAI. Primeiramente foi realizado a leitura do cloro residual livre, para verificar se a água havia passado pelo processo de cloração, em seguida proceguiu-se com todos os critérios de assepsia das torneiras, após efetuou-se a coleta das amostras para análises bacteriológicas, utilizando sacos plásticos estéreis, contendo 1(um) comprimido de tiosulfato, com a finalidade de neutralizar a ação do cloro residual.

As coletas das amostras foram realizadas nos meses janeiro à Outubro de 2016, totalizando 78 amostras bacteriológicas e 39 amostras de cloro residual livre (que foi realizada apenas para verificar se havia tratamento), mensalmente (tabela 2), considerando os pontos Meio de rede (os grupos de grande fluxo de habitantes como: grupo escolar e posto de saúde) Saída do tratamento (saída do reservatório), e final de rede.

Tabela 2: Descrição do Plano de Coleta de água mensal, conforme o MQAI - 2016.

Município	Aldeia	Cloro Residual Livre			<i>Escherichia coli</i>			Coliformes Totais		
		M.R.	S.T	F.R	M.R.	S.T	F.R	M.R	S.T	F.
		.	.	.	.	.	.	.	.	R.
Baia Traição	da Akajutibiró	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Baia Traição	da Bemfica	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Baia Traição	da Bento	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Baia Traição	da Cumarú	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Baia Traição	da Forte	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Baia Traição	da Galego	01	01	01	01	01	01	01	01	01

Baia da Lagoa Do	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Traição Mato											
Baia da Laranjeira	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Traição											
Baia da São Francisco	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Traição											
Baia da Santa Rita	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Traição											
Baia da Silva	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Traição											
Baia da Tracoeira	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Traição											
Baia da Vila São Miguel	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Traição											
TOTAL	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
	39			39			39				

Foi utilizado o COLILERT® como técnica para qualificar os coliformes totais e *E. coli* nas amostras de água, na qual são preconizadas no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (APHA, 2012). Este método tem como princípio a identificação dos micro-organismos pela análise de suas enzimas típicas. O meio contém dois substratos para identificar as enzimas: o cromogênico orto-nitrofenil-β-D-galactopiranosídeo (ONGP) e fluorogênico 4-metilumbeliferil-β-D-glucoronídeo (MUG), que detectam as bactérias do grupo coliforme total e *E. coli* em amostras de água (IDEXX, 2015; MARQUEZI, 2010; SILVA et al., 2010).

Observa-se no (gráfico 1), que as aldeias Bento, Forte, Lagoa do Mato e Tracoeira, apresentaram-se em conformidade com a Portaria MS nº 2.914/2011, sem nenhum tipo de contaminação bacteriológica na água.

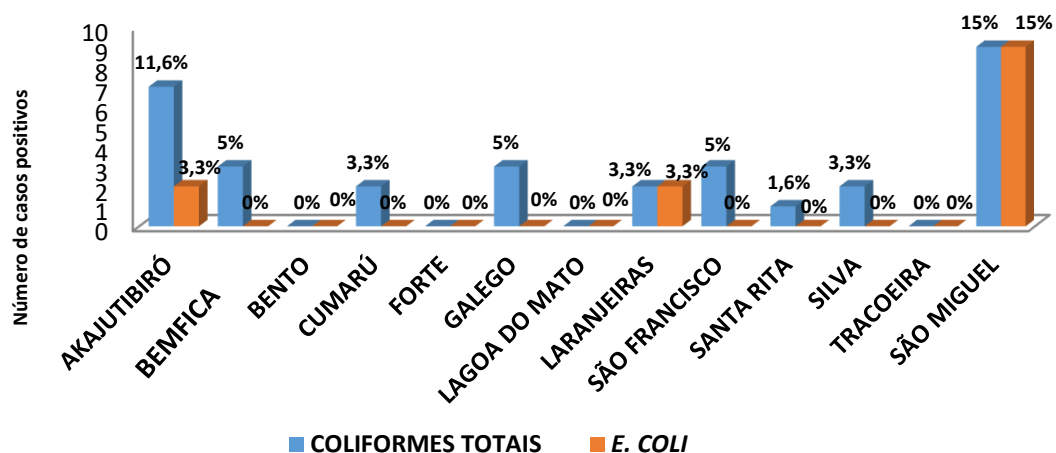
Quanto as aldeias Akajutibiró, Bemfica, Cumarú, Galego, Laranjeiras, São Francisco, Santa Rita e Silva (gráfico 1), estas apresentaram uma porcentagem de 1% a 11% sendo 1 a 7 casos positivos de Coliformes totais, distribuído em 10 meses, um quantitativo tolerável, pois sabe-se que a contaminação deste pode-se dar por inúmeros fatores inclusive por tratamento inadequado ou até mesmo contaminação após o tratamento, ÖZLER e AYDIN (2008).

Quanto a contaminação por *E. Coli*. (Gráfico 1), as aldeias Akajutibiró, Laranjeira nos referidos meses de contaminação Abril e Julho (gráfico 2), houve relato do AISAN que o clorador estaria quebrado e que o mesmo já havia realizado distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% em toda comunidade.

É sabido que os valores aceitáveis seriam 0% de contaminação tanto de Coliformes Totais como para de *E. Coli*. ÖZLER e AYDIN (2008) relata que a presença *E. Coli*. nas amostras de água pode acarretar inúmeras doenças, principalmente a bebês, crianças e pessoas com imune severamente comprometida.

É protocolo do programa MQAI, em todas as visitas nas comunidades principalmente nos dias de coleta e em que a rede de distribuição não apresente cloração ou o teor de cloro esteja acima do preconizado pela Portaria MS nº 2.914/2011, procurar o AISAN, para que seja realizado qualquer tipo de correção, seja por falta ou excesso de cloro, em casos de qualquer dano ou falha nos equipamentos de cloração, montar estratégia de distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% com urgência para que a comunidade não seja exposto a nenhum tipo de contaminação.

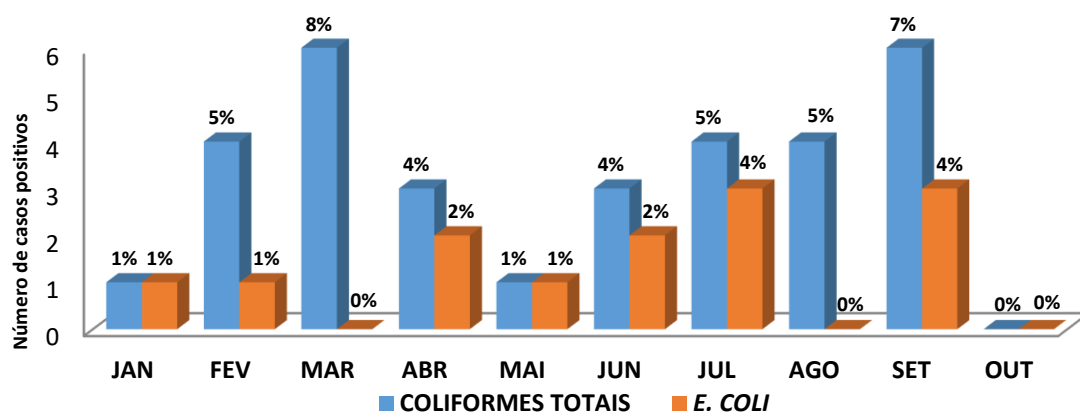
Gráfico 1: Número de casos positivos de Coliformes totais e *E. Coli*, referente aos meses de Janeiro a Outubro, conforme o MQAI - 2016.



Nas aldeias Akajutibiró (Abril e Junho), Laranjeiras (Janeiro e Fevereiro) e São Miguel (Abril, Maio, Junho, Julho e Setembro) (gráficos 1 e 2) os resultados das amostras apresentaram contaminação para *E. Coli*. nestes meses o clorador estava quebrado, já estava sendo providenciado a troca do mesmo e já havia sido realizado a distribuição de hipoclorito de sódio 2,5%, segundo relatos dos AISAN`s no dia da coleta, as amostras não estão em conformidade com a Portaria MS nº 2.914/2011. Este tipo de contaminação indica a presença de dejetos humanos ou de animais na água, porém conforme relato não houve prejuízo a saúde da comunidade pois foi utilizado o método alternativo de cloração.

A aldeia São Miguel (gráfico 1 e 2), apresentou maior número de contaminação 15%, para Coliformes Totais e *E. Coli*, em um total de 9 casos positivos, porém está possui uma particularidade, onde a mesma é abastecida tanto pelo poço subterrâneo como superficial, o que dificulta o tratamento da rede de abastecimento. Por se tratar de captação de água superficial (ETA município) a comunidade estar mais vulnerável a contaminações por *E. Coli*, por este motivo se realiza um trabalho mais específico de distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% casa a casa nos dias em que a comunidade se encontra sem tratamento na rede de distribuição.

Gráfico 2: Número de casos positivos de Coliformes totais e *E. Coli* mensal, conforme o MQAI - 2016.



A variação observada mensalmente nas análises bacteriológicas das amostras da rede de tratamento de água se dá por inúmeros fatores, seja pela falta do tratamento diário (saída do profissional da comunidade), pane nos equipamentos de coloração, falta de comprometimento do profissional responsável pelo tratamento e etc. Ainda assim a água é considerada própria para consumo humano, pois a falta de tratamento na rede de distribuição se dar por problemas pontuais na qual foram resolvidos no decorrer dos meses e em alguns casos no mesmo dia da coleta das amostras.

CETESB (2014), ressalta que a preservação da qualidade da água é a necessidade universal que exige séria atenção por parte das autoridades sanitárias e órgãos de saneamento, particularmente em relação aos mananciais e águas destinadas ao consumo humano, tendo em vista que sua contaminação por excretas de origem humana ou animal pode torná-los um veículo de transmissão de agentes de doenças infecciosas e parasitárias nas comunidades.

CONCLUSÕES

Com base na Portaria MS nº 2.914/2011, Foi realizado uma avaliação em 13 aldeias Potiguaras, sendo que em quatro (04) destas, Bento, Lagoa do Mato, Tracoeira e Forte, os resultados encontrados nas análises bacteriológicas foram totalmente satisfatórias, atenderam 100% o padrão de potabilidade. Já em seis (06) comunidade: Bemfica, Cumaru, Galego, São Francisco, Santa Rita, Silva, revelou-se comprometimento pontual quanto a sua potabilidade, apresentaram-se positivo apenas para coliformes totais, devendo-se ao fato de não possuir cloro na rede de distribuição no dia da coleta.

Quanto as aldeias Akajutibiró, Laranjeiras e São Miguel, apenas três (03) apresentara-se *E. Coli.*, por ter apresentado o clorador quebrado no mês da coleta. Vale ressaltar, que

foram tomadas todas as providências cabíveis de correção quanto a falta de cloro na rede de distribuição, troca de cloradores e distribuição de hipocloritos (para as aldeias com os cloradores quebrados).

Os resultados obtidos levam a considerar como satisfatórias as condições bacteriológicas da água utilizada na comunidade, pois observa-se problemas pontuais e de fácil solução, o tratamento alternativo (distribuição de hipoclorito de sódio 2,5%) é a técnica de tratamento que visa diminuir ao máximo possíveis riscos de ocorrência de enfermidade de veiculação hídrica, até que o sistema de distribuição de água volte a operar normalmente.

Faz-se necessário continuar com as ações de vigilância em saúde ambiental, apresentando medidas a serem tomadas para se ter um processo eficiente e eficaz no controle da qualidade da água, visando minimizar os riscos à saúde humana decorrentes do consumo da água imprópria e garantir a população indígena acesso a água com qualidade, compatível com o padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, evitando deste modo possíveis contaminações na água de consumo vindo a causar diversas patologias como parasitoses e infecções intestinais dentro outras doenças.

REFERENCIAS

APHA. AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION - **Standard methods for the examination of water and wastewater**. 1995, ed. 19.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. **Manual de Saneamento**. s/d, 373p. Disponível em www.sebrae.com.br/customizado/gestao-ambiental-biblioteca/bib_manual_saneamento.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Normas e Padrão da potabilidade de água destinada ao consumo humano**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, D.F., 26 de março de 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria em Vigilância de Saúde. **Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano**. 2006, 212 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Especial Indígena. **Diretrizes para Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano em Aldeias Indígenas: DMQAI**/Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena-Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CAVALCANTE, R. B. L. **Ocorrência de Escherichia coli em fontes de água e pontos de consumo em uma comunidade rural**. Revista Ambiente & Água, v. 9, n. 3, p. 550-558, 2014. [http:// dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.1301](http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.1301).

CETESB - Companhia Ambiental do estado de São Paulo. **Aprimoramento em Coleta e Preservação de Amostras de Águas para Consumo Humano e Dseinfecção de Reservatórios de Água Potável**. 2014, Vol 1.

Funasa. Ministério da Saúde (BR). **Manual Prático de Análise de Água**. 2. ed. Brasília (DF): Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde, 2006.

IDEXX LABORATORIES: Disponível em <https://www.idexx.com/pdf>.

MARCONI, M.A. LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e análises e interpretação de dados**, 6 ed., S.o Paulo 2007.

Marquezi MC, Gallo CR, Dias CTS. **Comparação de métodos para análise de coliformes totais e E. coli em amostras de água.** Revista do Instituto Adolfo Lutz (Impresso), v. 69, n. 3, p. 291-296.

Ministério da Saúde (BR) Portaria n. 2914 de 12 de dezembro de 2011. **Norma de qualidade da água para consumo humano.**

OPAS/OMS - **Organização Pan Americana de Saúde. Coleção água: água e saúde.** Brasília, 1988.

ÔZLER, H. M.; AYDIN, A. **Hydrochemical and microbiological quality of groundwater in West Trace Region of Turkey.** 2008. V. 54.

RUIZ, J. A . **Metodologia Científica: guia para a eficiência nos estudos.** S.o Paulo, Atlas, 1996.

TSUTYA, Milton Tomoyuki. **Abastecimento de água - Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária** da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo- 3 edição São Paulo, 2006 XIII, 643 p.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATON. Progress on drinkin of water and sanitation, 2012. p.61.

7. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS AMBIENTAIS NA ESCOLA MUNICIPAL SÓFIA BARBOSA, EM BENJAMIN CONSTANT-AM

CAMPOS, Sebastião Melo

UFPA – Campus Guamá

s-melocampos@hotmail.com

SOUZA, Josenildo Santos de
Universidade Federal do Amazonas
josenildo01@bol.com.br

PAULA, Geison Brando Flores de
Universidade Federal do Amazonas

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar como instrumento para a transformação dos sujeitos da educação, sem ignorar sua realidade envolve práticas pedagógicas que aumentam a responsabilidade na construção da cidadania, que é fortalecida na escola. Nesta perspectiva, a Escola Municipal Professora Sófia Barbosa procura possibilitar a busca da maior interação entre professores, alunos e a comunidade levando em consideração a diversidade na qual está inserida.

Fundada no em 1976, como Escola Bom Jardim e passou á denominação atual após a municipalização do Ensino Fundamental no ano de 1987, inaugurada em 08/12/1988 pelo prefeito João Corrêa de Oliveira. O nome dado à escola foi uma homenagem à professora Sofia Barbosa que prestou serviços à comunidade de Bom Jardim. Prof.^a Sofia Barbosa fazia parte da política estadual de educação implantada na ditadura Álvaro Maia e aqui pelo interventor Nelson Noronha.

A escola foi ponto de partida para que a educação viesse difundida naquele lugar, suprimindo uma necessidade enorme daquelas pessoas, outrora, carentes do mínimo, mas o essencial para completar suas vidas. A escola está localizada no Bairro de Bom Jardim e recebe alunos (etnia) comunidades que sofrem os problemas ambientais como resíduos sólidos e infra-estrutura.

Desta forma a Escola Municipal Professora Sofia Barbosa desenvolve o projeto “PROIESB” Projeto Interdisciplinar que visa contribuir para a conscientização ambiental dos educandos e dos comunitários do bairro de Bom Jardim, mostrando a eles que nem tudo o que jogamos fora é lixo, ou seja, que podemos reaproveitar várias coisas que desperdiçamos.

O projeto tem como público alvos os alunos da educação infantil, do ensino fundamental e os comunitários do bairro. O intuito do projeto é desenvolver nos participantes a criatividade e a consciência ecológica dos envolvidos para a preservação do meio ambiente da comunidade onde vivem do município e do planeta. Para Breda e Picanço (2011, p. 2) argumenta:

A Educação Ambiental é necessária para indivíduos que ainda estão em processo de formação de valores, pois pode contribuir para uma mudança ou o direcionamento dos valores, e conseqüentemente, dinamizar a reprodução de valores integrativos. A prática da EA necessita de projetos complementares e atividades didáticas de campo para atingir seus objetivos. Somente com estas atividades práticas serão valorizados conceitos importantes para uma cidadania ambientalmente responsável.

Desta forma, a sensibilização ambiental proporciona as crianças a compreenderem a importância de cuidar e preservar o Meio Ambiente dando-lhe valor a vida, pois tudo que se cuida é limpo, bonito e agradável. Objetivou-se com essa pesquisa propor a realização de uma palestra com o tema “**Práticas Pedagógicas Ambientais**” com os alunos do 4º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Sofia Barbosa no dia 04 de junho de 2018.

Pautadas nas problemáticas ambientais vivenciadas no município de Benjamin Constant, elegendo ações sistemáticas para serem inseridas no campo da educação e objetivando superar as dificuldades observadas.

Práticas pedagógicas que aumentam a responsabilidade na construção da cidadania voltada aos cuidados com a sociobiodiversidade devem ser efetivada na escola. A relação homem-sociedade e natureza é algo intrínseco a existência humana e planetária. Trabalhar a conscientização desta exige práticas educacionais voltadas ao entendimento do que seja ambiente, a identificação dos elementos do meio ambiente, dos cuidados com o meio ambiente, das possibilidades de qualidade de vida com a sustentabilidade do meio ambiente.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS E FINALIDADES

Estudar a Educação Ambiental desenvolvida na escola é um grande desafio, mas esta se torna relevante para a compreensão da educação escolar e para a vida dos sujeitos escolares. Considerada como um tema transversal a educação ambiental faz parte dos conteúdos a serem aprendidos na escola com fins de ajudar a construir a cidadania e a mudança de comportamentos que venham a melhorar a vida das pessoas. Aprender a cuidar da natureza e do meio em que vivemos é algo essencial para vida humana.

A Educação Ambiental, por meio de estudiosos e pesquisadores, desenvolveu-se vários aspectos de conceituação, a relevância que se dá ao tema abordado dispõe de uma definição a respeito de sua origem, foi através de grandes conferências e convenções feitas em vários países que ambientalistas e ONGs formularam diversas definições a respeito da educação ambiental. Desta forma Campos (2013, p.18) ressalta:

A Educação Ambiental é vista como um instrumento de sensibilização/conscientização, que visa resgatar os valores socioeconômicos, políticos, éticos e culturais mostrando ao ser humano a relevância do ambiente para a sobrevivência das espécies dos seres vivos no planeta.

Após a Conferência de Belgrado, a UNESCO (2012) definiu a Educação Ambiental de acordo com suas finalidades:

É necessário formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam.

A evolução dos conceitos de Educação Ambiental esteve diretamente relacionada à evolução do conceito de meio ambiente, e ao modo como este era percebido, é necessário que a sociedade desperte para a vida, produza características de preservação no meio natural, motivando-se para viver em um ambiente limpo e saudável.

Nesse sentido Reigota (2004, p.34) afirma que educação ambiental está vinculada não somente a transmissão de conhecimento sobre a natureza, mais sim a possibilidade de ampliação da participação política dos cidadãos [...]. Percebe-se que a educação ambiental não está ligada somente nas características ecológicas ou do ecossistema, pois também

se caracterizam em vários aspectos relacionados às questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 225 normatiza que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Na opinião do Dias (2006, p. 25)

A educação ambiental é percebida como um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimento, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir – individual e coletiva – e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

No que diz respeito ao processo de sensibilização, o indivíduo junto com a sociedade procura mecanismo para combater as questões ambientais, para criarem um novo cenário de vida capaz de permanecer preservado e conservado, para as futuras gerações. Desenvolver uma nova postura junto com a sociedade é ter a capacidade de pensar em um mundo melhor de se viver, por meio da coletividade. A melhor forma de se viver bem é ter o apoio de ambas as partes, lutando por um objetivo comum.

De acordo com o Estatuto das Cidades Lei Nº 10. 257, de 10 de julho de 2001 em suas diretrizes gerais. No seu Art. 2º inciso I – diz que —é garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito a terra urbana, a moradia, ao saneamento ambiental, a infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as futuras gerações.

Nota-se que o estatuto das cidades estabelece normas e ordens de caráter público e interesses sociais, indicado aos cidadãos para o bem estar de toda a coletividade e futuras gerações, que têm o direito de viver em um ambiente equilibrado. Freire (1975, p.15) comenta a respeito da educação ambiental no âmbito escolar:

Muito se discute em torno de uma melhor definição para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar. Propõem-se objetivos, princípios, estratégias e recomendações acerca do desenvolvimento da Educação Ambiental, considerando aspectos sociais, culturais, históricos e políticos que conduzem à destruição do meio ambiente em que vivemos e fazemos parte.

Na perspectiva ambiental deve-se fazer com que os indivíduos reflitam sobre os problemas que afetam sua vida, sua escola, sua comunidade e seu município. Para que essas informações sensibilizem e provoquem um processo de mudança de comportamento tanto no indivíduo como na sociedade, é preciso que o aprendizado seja significativo, e que possibilitem aos indivíduos visualizarem com clareza as ligações entre o que aprenderam em sala de aula e a sua realidade cotidiana, levando-os, assim, a preservarem o espaço ambiental em que estão inseridos.

PRATICANDO EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Ao chegar na escola às 6h45min, arrumei a sala de aula às 7h00min. Logo em seguida a professora titular da turma chegou dando as boas vindas, falando que poderia ficar a vontade e desejou uma boa palestra. Tendo como objetivo: Sensibilizar os alunos através de uma palestra e aplicação de jogos educativos.

Fez-se a recepção dos alunos, foram 20 alunos no total. Começou-se a palestra apresentando um colaborador Geison Brando Flores de Paula que é aluno do 3º período do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia que estava contribuindo e ajudando nas atividades que seriam desenvolvidas em sala de aula.

Na atividade de Palestra sobre “Práticas Pedagógicas Ambientais” participaram crianças e professor da escola realizadora do Projeto “Educação Ambiental”. O público alvo foram 22 (vinte e duas) crianças do 4º ano do Ensino Fundamental na faixa etária de sete a oito anos de idade. Logo, a amostra correspondeu a 100% dos alunos do 4º ano.

Nesta trabalharam-se conceitos de EA incluindo biodiversidade, poluição, resíduos sólidos, importância das plantas e das florestas, desmatamento. Deu-se ênfase na importância da Educação Ambiental para preservação do meio ambiente, mostrou-se instrumentos para a solução dos problemas ambientais com aplicação de jogos e vídeos educativos.

No primeiro momento antes da fala do palestrante aplicou-se uma dinâmica intitulada “o garotinho chamado amor.”



Foto 1-2: Alunos participando da dinâmica o garotinho chamado amor.

Fonte: PAULA, Geison Brando Flores de, 2018.

Percebeu-se que os alunos participaram da dinâmica tendo momentos de reflexão e diálogo, e demonstrando a importância da união e do trabalho coletivo. Buscou-se mostrar que a preservação ambiental será alcançada quando as pessoas buscarem cuidar de si, e uma das outras, lembrando que cuidar do homem é cuidar do meio em que vive preservando tudo o que pode contribuir com o seu bem-estar físico e psicossocial. O ambiente é um fator que implica diretamente nesse bem-estar.

A Educação Ambiental é um processo onde a coletividade e os valores sociais podem ser construídos. Quando uma sociedade reconhece a necessidade de cuidar do que pertencem a ela, esta se une para o bem estar de todos. O mesmo acontece com o cuidar do ambiente em que vivem. Por isso a EA deve ser trabalhada desde cedo com as crianças.

Pensar que a criança não tem responsabilidades e não se preocupa é um pensar errado, pelo contrário, a criança assim como o adulto se une para lutar por algo melhor, e têm até mesmo atitudes, competências e habilidades que chegam a surpreender à muitos adultos. O que elas precisam é reconhecer o que está acontecendo e de um espaço que possibilite a elas aprender a cuidar e preservar o meio em que vivem. Nesse contexto, a escola é fundamental, enquanto local apropriado para a construção e ampliação desse conhecimento.

Assim a escola é de suma importância para o desenvolvimento integral de cada aluno. Por isso deve possibilitar a construção de conhecimentos necessários para que o indivíduo aprenda a conviver consigo mesmo, e também ter uma relação melhor com o meio em que

vive, contribuindo assim para uma sustentabilidade melhor para o planeta, já que devem contribuir com o meio em que vivem.

Em consonância com a CF/88 que estabeleceu a educação e o ambiente ecologicamente equilibrado como um direito de todos foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96). Esta lei apresenta como uma das finalidades da educação o conhecimento do mundo físico, social e natural em que o aluno se insere. É para atender este fim que a EA deve ser contemplada no currículo escolar.

O ensino da EA nas escolas tem como uma das referências os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997), elaborados para que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania, se posicionar de maneira crítica, contemplando dentre outros temas a EA.

Os PCN's afirmam que a EA é cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende do Meio Ambiente. Por isso a importância de se incluir o tema Meio Ambiente como tema transversal dos currículos escolares. No entanto Reigota (1998) apresenta reflexões que nos fazem pensar sobre as limitações da abordagem de EA como tema transversal.

Para Reigota (1998), a EA precisa ser trabalhada cada vez mais mantendo sua independência crítica, só desta forma poderá ser uma real possibilidade de mobilização social e participação cidadã. A educação ambiental, na visão do autor, deve ser inserida como uma disciplina obrigatória nas séries dos anos iniciais, e também em todas as séries do ensino fundamental, despertando assim no alunado responsabilidades maiores e a curiosidade. "Trabalhar em uma disciplina obrigatória nas séries iniciais, poderia ser aproveitadas muitas formas de cuidar do meio ambiente detalhando cada tema durante o ano ao menos uma vez por semana".

O autor ainda ressalta que a educação Ambiental não tem sido incorporada nas escolas, nem como tema transversal, muito menos como disciplina específica. As escolas não tem buscado inserir o tema e a dificuldade em inserir se torna grande. Os professores tem se preocupado mais em inserir as disciplinas de português e matemática sem novas metodologias. A perspectiva é que sejam promovidos cursos de capacitação e também projetos na escola.

No segundo momento da palestra abordou-se a questão dos resíduos sólidos, poluição ambiental, redução da biodiversidade, extinção de espécies, e a importância de cuidarmos do meio ambiente para evitarmos a degradação e contaminação dos mananciais, rios e igarapés, desperdício de água e problemas socioambientais.



Foto 3-4: Resíduos sólidos nos igarapés e nos espaços urbanos e alunos.

Fonte: PAULA, Geison Brando Flores de. 2018.



Foto 5-6: Resíduos sólidos no município de Benjamin Constant-AM.

Fonte: SOUZA, Josenildo Santos de. 2017



Foto 7-8: Resíduos sólidos no município de Benjamin Constant-AM.

Fonte: SOUZA, Josenildo Santos de. 2015



Foto 9-10: Resíduos sólidos no município de Benjamin Constant-AM.

Fonte: SOUZA, Josenildo Santos de. 2015

A comunidade que possui uma população kokama maior no município de Benjamin Constant apresenta algumas características que as fazem perceber nitidamente a falta de cuidado com o lixo, esse foi um dos motivos que a escola desenvolveu o projeto sobre Educação Ambiental, acreditando que esta é um instrumento de conscientização, que visa resgatar os valores sociais mostrando ao ser humano a importância do meio ambiente para sua vida, levando o homem a refletir sobre as suas ações. Esse é um dos objetivos da Educação Ambiental, para um mundo melhor.

De acordo com Santos (2015, p. 61): A escola se configura como espaço de socialização, produção do conhecimento e de valores que devem ser proporcionados por meios de conteúdos curriculares integrados a atividades práticas do cotidiano.

A sensibilização ambiental proporciona as crianças a compreenderem a importância de cuidar e preservar o Meio Ambiente dando-lhe valor a vida, pois tudo que se cuida é limpo, bonito e agradável. Pensar que a criança não tem responsabilidades e não se preocupa é um pensar errado, pelo contrário, a criança assim como o adulto se une para lutar por algo melhor, e têm até mesmo atitudes, competências e habilidades que chegam a surpreender a muitos adultos. O que elas precisam é reconhecer o que está acontecendo e de um espaço que possibilite a elas aprender a cuidar e preservar o meio em que vivem. Macedo (2005, p.27) nos afirma que a educação ambiental é:

“um processo que visa desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com meio ambiente e com os problemas que lhes são associados, e que tenham conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individual

e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos”.

Com a sensibilização da educação ambiental no indivíduo, ele se torna consciente, motivado e preocupado em buscar soluções para os problemas existentes relacionados às questões ambientais no habitat.

Desse modo, considerando a realidade observa-se a responsabilidade para as instituições de ensino, conforme a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental n. 9.795, de 27 de abril de 1999 no âmbito dos currículos na educação formal no quesito sensibilização da educação ambiental aos educandos. Isso vem demonstrar a relevância do ensino aprendizagem para a sensibilização/conscientização/motivação dos educandos na multiplicação dos conhecimentos para a sustentabilidade do meio ambiente.

Nessa perspectiva, analisa-se que somente a partir de uma sensibilização efetiva de estudos sobre a educação ambiental nas escolas contribuiria para minimizar os problemas relativos às questões ambientais. A Educação Ambiental não é apenas uma forma de educar o indivíduo, por meio da aproximação do homem com a natureza, mas também o desenvolvimento de uma nova consciência ecológica que permite a sociedade interagir com o meio em que vive.

No terceiro momento após a palestra os alunos assistiram ao vídeo documentário **“Príncipe das águas”**. Possibilitando fazer uma reflexão de uma criança que mora no lixão, como príncipe em um reino e a chegada de um pequeno barco que muda sua vida. Ao final do vídeo documentário, perguntou-se aos alunos o que os mesmos compreenderam, desta forma estimulando os estudantes a expressarem livremente suas interpretações; então alguns se Expressaram da seguinte forma: *Entendi que o vídeo mostra a poluição ambiental; Uma criança que mora ao redor do lixo; Água suja; Muito lixo ao redor do rio.*

Observa-se que as crianças compreenderam o vídeo documentário “Príncipe das águas” e que nós precisamos manter e cuidar do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

De acordo com Miranda et al (2004, p. 25) “os crescentes aumentos dos problemas ambientais a respeito do lixo, poluição, fome, pobreza e o desmatamento no Brasil deixaram claro o grau de responsabilidade que teriam a respeito do desenvolvimento de projetos relacionados com o meio ambiente”. Carvalho (2001, p. 298) afirma que “só a partir da década de 1980 o Brasil começou a configurar um espaço próprio para Educação Ambiental”.

Nota-se que o Brasil preocupou-se somente com o desenvolvimento do cenário de Educação Ambiental depois do surgimento do crescente aumento dos problemas relacionados às questões ambientais.

Nesse período, alguns pesquisadores tornaram-se conhecidos como ambientalistas, pelo fato da inquietação de aprender novos mecanismos para combater os problemas existentes no planeta. Problemas esses que Arantes (2011, p. 28) registra como: “fome, pobreza, poluição, degradação do solo, extinção de determinada espécie da fauna ou da flora (...)”. É necessário adotar novas atitudes e posturas dentro do ambiente dinâmico que estamos inseridos, todos estão sujeitos a alterações do espaço físico por causa das nossas ações.

O DESENHO COMO METODOLOGIA EM SALA DE AULA

No quarto momento dividiu-se a turma em quatro grupos para a produção de desenhos voltados ao meio ambiente. As crianças demonstraram conhecimento e percepção sobre a natureza e o ambiente.



Foto 11-12: Produção de desenhos.

Fonte: PAULA, Geison Brando Flores de. 2018.



Foto 13-14: Produção de desenhos.

Fonte: CAMPOS, Sebastião Melo. 2018.

A Educação Ambiental é criada para melhorar as condições de vida do homem em contato com o ambiente, nesse aspecto conveníamos conceituar a Educação Ambiental como estratégias que são utilizados para garantir à sobrevivência do homem em interação com a natureza em harmonia no ambiente limpo e saudável. Segundo Souza (2015, p. 61):

A educação ambiental é um tema presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para os temas transversais, por meio dos quais a escola deve integrar e articular os temas ambientais aos conteúdos curriculares de forma transversal, propiciando ao educando desenvolvimento e aquisição de posturas saudáveis frente a socioambiente, cultura, economia e política sustentável do planeta.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais nascem da necessidade de se construir uma referência curricular nacional para o ensino fundamental que possa ser discutida e traduzida em propostas regionais nos diferentes estados e municípios brasileiros, em projetos educativos nas escolas e nas salas de aula. E que possam garantir a todo aluno de qualquer região do país, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, que frequentam cursos nos períodos diurno ou noturno, que sejam portadores de necessidades especiais, o direito de ter acesso aos conhecimentos indispensáveis para a construção de sua cidadania.



Foto 15-16: Produção de desenhos.

Fonte: CAMPOS, Sebastião Melo. 2018.

As imagens vêm demonstrando a poluição ambiental no âmbito do bairro de Bom Jardim sendo o local onde a referida escola está inserida possibilitando a refletir a ação do homem com desconforto a questão ambiental gerando assim uma série de danos de ordem social, educacional e ambiental no qual se propagará de forma agressiva se o mesmo não mudar suas atitudes com relação ao meio ambiente.

APLICAÇÃO DE JOGOS PEDAGÓGICOS

No quinto momento foi realizado aplicação de jogos pedagógicos, como o quebra cabeça que teve como objetivo do jogo: formar com as peças que estavam dispostas de forma aleatória, duas fotografias do bairro de Bom Jardim que retrata a poluição ambiental do bairro e uma imagem da biodiversidade.

Desta forma, a turma foi dividida em quatro grupos e em seguida foi explanada a metodologia do jogo com a Regra: 1- Os alunos devem junto tentar encaixa todas as peças das duas fotografias; 2- Discutir sobre os temas relacionados ao meio ambiente.



Foto 17-18: Aplicação de jogos pedagógicos.

Fonte: CAMPOS, Sebastião Melo. 2018.



Foto 19-20: Alunos participando da aplicação do jogo quebra-cabeça.

Fonte: PAULA, Geison Brando Flores de, 2018.

Os jogos apresentados nesta ação educativa discutem o espaço vivido pelas crianças. Trabalham com alguns conceitos fundamentais ao meio ambiente e principalmente a poluição ambiental no bairro de Bom Jardim. Desta forma, os jogos pedagógicos podem contribuir para o processo de valorização de uma consciência ambiental nos alunos e para a transformação de seus comportamentos. Para Wolf (2007, p. 202) diz que:

Uma das formas de começar a mudar o cenário do futuro dos nossos filhos e netos seria começando a trabalhar com a Educação Ambiental desde a educação infantil, com o intuito de formar cidadãos conscientes dos valores ambientais. Todos já sabem e concordam que a Educação Ambiental é um instrumento poderoso e capaz de fornecer as condições necessárias, na escola, para que sejam estabelecidas novas relações com o meio ambiente.

O ser humano com sua capacidade de pensar e interagir consegue assimilar que no mundo que vivemos precisamos nos sensibilizar com os acontecimentos a respeito das questões ambientais.

Compreende-se, dessa forma que a Educação Ambiental é importante no processo da formação educacional, na reformulação do fazer pedagógico e didático, na formação de atitudes e valores.

Salienta Antunes (2003, p.14) que “o jogo é um recurso didático que ao mesmo tempo, pode ensinar, pode aprimorar relações interpessoais e ainda causa intensa sensação digna, prazer e motivação.” O jogo estimula-se inteligências, desenvolvem-se competências, ativam-se relações sociais, ensinando procedimentos e propondo atitudes positivas para um crescimento saudável e integral da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sensibilização ambiental através da palestra e aplicação de jogos pedagógicos proporcionou as crianças a compreenderem a importância de cuidar e preservar o Meio Ambiente dando-lhe valor a vida, pois tudo que se cuida é limpo, bonito e agradável. Demonstrou-se que essa ação educativa contribuiu para que eles identificassem os objetos da natureza, bem como os animais, os peixes também, a poluição ambiental no bairro de Bom Jardim local que a escola está inserida. Os alunos entenderam a relevância de preservar a natureza e os seres que nela existe, tanto do ponto de vista ambiental cultural e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso, ***O Jogo e a Educação Infantil: Falar e Dizer / Olhar e Ver / Escutar e Ouvir***, Petrópolis: Vozes, 2003.

ARANTES, Aldo. Código Florestal: meio ambiente ou desenvolvimento. **Revista Princípios**, São Paulo, n.113, p.28-29, jun./jul. 2011.

A Carta de Belgrado. 1. Uma estrutura global para a Educação Ambiental. 13 a 22 de outubro de 1975. Disponível em: <http://www.ufpa.br/npadc/gpaea/DocsEA/A%20Carta%20de%20Belgrado.pdf>. Acessado em 19 de nov 07.

BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BREDA, Thiara Vichiato; PICANÇO, Jeferson de Lima. A educação ambiental a partir de jogos: aprendendo de forma prazerosa e espontânea. **II SEAT- Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade UFG / IESA / NUPEAT** - Goiânia, maio de 2011.

CAMPOS, Sebastião Melo. **Educação Ambiental: os desafios e as perspectivas do tema transversal do meio ambiente nas ações educativas do contexto escolar em Benjamin Constant**. Benjamin Constant, 2013. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do INC.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A Invenção do sujeito ecológico**: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3336/000291796.pdf?>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação e gestão ambiental**. 1 ed. São Paulo: Gaia, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MACEDO, Renato Luiz Grisi. **Referenciais básicos para formação em educação ambiental**. 1ª ed. Lavras: UFLA/FAEPE, 2005.

MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de et al. **Educação Ambiental: estudos numa perspectiva para uma sociedade sustentável no município de Manaus**. Manaus: EDUA, 2004.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS MEIO AMBIENTE. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. 3ª ed. Brasília: A secretaria, 2001.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental?** São Paulo, 2004. (coleção primeiros passos).

_____. **A floresta e a escola**. São Paulo: Cartaz Editora, 1998.

SOUZA, Josenildo Santos. **O uso do cinema na articulação de temas transversais de desenvolvimento sustentável no Ensino Fundamental do município de Parintins- Amazonas-Brasil**. Letícia Colômbia, 2015. (Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Nacional de Colômbia sede Amazônia)

WOLF, R. A.P. Educação Ambiental: a educação indispensável na formação de professores. In: Maciel, Margareth de Fátima. [et al]. Educação e Alteridade. Guarapuava/Irati: Unicentro, 2007.

8. OS PAÍSES MENOS AVANÇADOS E O PAPEL DA POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERNO NO SEU DESENVOLVIMENTO

NEVES, Maria Inês Branquinho da Costa

Universidade Católica do Porto, Portugal

micostaneves@gmail.com

Introdução

Surge o presente estudo – Os Países Menos Avançados e o papel da Política de Comércio Externo no seu Desenvolvimento – no âmbito da unidade curricular de “Direito

Económico Internacional e Europeu”, justificando-se a opção pelo supradito tema, devido à sua pertinência e especificidade no âmbito da OMC, objeto de estudo na disciplina, bem como ao interesse pessoal da aluna pelo mesmo.

No âmbito dos conteúdos a abordar, e de modo a proporcionar um roteiro para elucidar o leitor face ao iter que irá percorrer, começaremos o desenvolvimento do tema por oferecer uma noção relativa aos conceitos de desenvolvimento e crescimento económicos, passando, de seguida, a fazer o mesmo relativamente ao conceito de Países Menos Avançados. Num capítulo seguinte, abordaremos, de forma breve, algumas “Armadilhas” às quais estes países se encontram presos, passando de seguida a analisá-los no quadro da Globalização. Será após este caminho que os enquadraremos no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Após o exame destes conteúdos, procederemos à análise concreta do tema de estudo, com enfoque nas dificuldades a nível de políticas de comércio externo e hipótese de solução das mesmas, para consecução de um efetivo crescimento dos PMA e integração dos mesmos no desenvolvimento global.

Considerando que não é novo o debate, a relevância do desenvolvimento do tema surge pela possibilidade de problematizar o assunto, esperando contribuir com uma compreensão geral do assunto, bem como com uma apreensão de certas posições especializadas sobre o mesmo, nomeadamente do economista Paul Collier.

Desenvolvimento e o crescimento económico

Quando se fala, nos dias de hoje, na redução da pobreza e de outros Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, persiste uma certa relutância em destacar, no âmbito deste debate, o crescimento económico. Existe maior conforto na afirmação de objetivos, como a garantia de um nível de escolaridade adequado bem como do acesso ao mesmo, do que na discussão do crescimento económico.

“Este facto é constatado por Paul Collier que, apesar de partilhar do entusiasmo na realização de tais objetivos, admite não partilhar do desconforto relativo crescimento, que considera ser, em regra, benéfico ao cidadão comum, e, até, indispensável para a concretização sólida dos ditos objetivos”. (COLLIER, 2010, p. 28-30)

Na perspetiva de Joseph Schumpeter (2012) deverão ser entendidas, por desenvolvimento, apenas as mudanças na vida económica que não são impostas de fora, mas que surgem por iniciativa própria, de dentro para fora. Paul Collier, ainda que considerando, neste sentido, que a “mudança terá de provir de dentro das sociedades dos

últimos mil milhões” aponta para a importância dos esforços dos países ditos desenvolvidos para que tal desenvolvimento tenha, efetivamente, sucesso recurso ao desenvolvimento comercial no âmbito internacional surge como um instrumento crucial para que o crescimento económico seja alcançado no foro de um Estado. (COLLIER, 2010)

O desenvolvimento económico, que atende a aspetos de carácter social, difere do crescimento económico, que atende tão só a questões quantitativas, no entanto, o primeiro passa, quase necessariamente, pelo segundo:

O processo de crescimento económico moderno pode caracterizar-se, de modo geral, por quatro aspetos de base: uma subida comparativamente rápida e geralmente sustentada do nível de vida médio; uma modificação da estrutura da economia ainda bastante significativa respeitante ao modo de utilização do produto e relativamente menos pronunciada no que respeita à repartição funcional e pessoal dos resultados da atividade económica; uma alteração profunda dos espaços económicos relevantes; uma modificação radical do modo de organização da economia. (NUNES; VALÉRIO, 2004, p. 21)

Este processo, continua a alastrar-se, hoje, para as regiões do globo menos profundamente por ele tocadas no passado. Existem obstáculos e, logicamente, forças impulsionadoras deste alastramento que visa proporcionar à generalidade dos seres humanos a subida do nível de vida, o que constitui tanto a característica como a vantagem primordial do crescimento económico moderno (Ibidem). Isto reflete uma espécie de correlação simbiótica entre os dois aspetos – o crescimento económico e o desenvolvimento económico.

1. Os países menos avançados

No que diz respeito aos Países Menos Avançados uma categoria dos países considerados em desenvolvimento, a taxa de crescimento destes países tem sido negativa em termos absolutos e estado, em termos relativos, extraordinariamente abaixo do resto do mundo em desenvolvimento. A falta de crescimento é considerada como o problema central dos mesmos e como principal preocupação em termos do seu desenvolvimento. A forma como o crescimento se dá não é, de todo, indiferente, contudo, o problema destes países não é experimentarem uma forma errada de crescimento, mas sim o facto de não experienciarem qualquer crescimento. A suspeição relativa ao crescimento tem vindo a prejudicar um pensamento estratégico para o desenvolvimento dos países dos últimos mil milhões (referimo-nos assim aos PMA, seguindo a lógica de Paul Collier, que compreendem mais de 880 milhões de pessoas– cerca de 12% da população mundial- mas representam menos de 2% do PIB mundial e cerca de 1% do comércio internacional). (COLLIER., 2010),

Quando nos referimos a PMA, queremos dizer os países que, hoje, são os mais pobres, que não conseguiram crescer e acompanhar o caminho do desenvolvimento trilhado pela maior parte das outras nações do globo. Estes países encontram-se à deriva e, muitos deles, estão a desagregar-se. A Assembleia Geral da ONU designa oficialmente a lista dos países menos avançados, que são atualmente 47.

Estes países enfrentam dificuldades muito diferentes e específicas relativamente aquelas que têm vindo a ser abordadas nas ultimas décadas no que denominamos por “países em desenvolvimento”, designação que abrange também os PMA, excluindo-se deste conceito somente os países mais desenvolvidos, que compreendem cerca de 16,6% da população e representam 41,9% do PIB mundial. Daqui se retira que nem todos os países em desenvolvimento são iguais, sendo que estes onde o desenvolvimento tem falhado, também designados mundanamente por Países de Terceiro Mundo, enfrentam problemas bem mais complexos - estão presos em “armadilhas” - o que exige, naturalmente, respostas igualmente complexas. Tratam-se de nações que, embora coexistam com o século XXI, a sua realidade é a do século XIV: guerra civil, doenças, ignorância. No entanto, esta minoria desafortunada representa um importante problema, não somente para si mesmos, mas para o mundo do século XXI, que se tornará cada vez mais vulnerável a este gueto de miséria e descontentamento que diverge do resto da economia mundial (COLLIER, 2010). Neste sentido, Joseph Stiglitz destaca que, prestar atenção ao interesse individual de todos - em outras palavras, ao bem-estar comum - é uma pré-condição para o bem-estar final de cada um, tomando como facto que, olhar para o próximo não é bom apenas para a alma; é bom para o negócio (STIGLITZ, 2013)

1.1 As “Armadilhas”

Associado ao trabalho do economista Jeffrey Sachs, temos o conceito, há muito existente, de armadilha do desenvolvimento. Este conceito assenta na influência da malária e outros problemas de saúde na manutenção de uma situação de pobreza nacional (COLLIER, 2010). Ora, neste capítulo abordaremos de forma breve quatro armadilhas que têm recebido menos atenção e que têm vindo a ser estudadas pelo economista Paul Collier. São elas: a armadilha do conflito, a dos recursos naturais, a da interioridade com maus vizinhos e a da má governação num país pequeno. Segundo o autor, aquilo que distingue os países objeto do tema em análise, é, não o facto de serem pobres, mas sim o de estarem presos em pelo menos uma das referidas armadilhas. No entanto, refere, é possível escapar-lhes. A questão é que os países que agora se libertem das armadilhas, enfrentam

problemas mais sérios do que os que o fizeram na década de 80, já que o mercado global é agora bastante mais hostil.

Relativamente à armadilha do conflito, encontramos neste conceito duas formas de conflito político, guerra civil e golpe de Estado, a que alguns dos PMA se encontram presos na forma de padrão. Paul Collier aponta que o baixo rendimento, o crescimento lento e a dependência relativamente à exportação de produtos primários, são três características que, globalmente, tornam um país propenso ao conflito, nomeadamente à guerra civil. E que, por si só, o facto de um país ter passado por uma guerra civil, duplica, aproximadamente, o risco de outro conflito, não se confundindo as causalidades, ainda que o conflito influencie diretamente as três características acima apontadas. Conclui que o crescimento ajuda de forma direta a reduzir o risco e que, além disso, aumenta o nível de rendimento, o que também reduz o risco e, por sua vez, este efeito contribui para a diversificação de exportações do país, diminuindo a concentração em exportações de produtos primários, o que reduz ainda mais o risco (Ibidem). A importância do comércio internacional, e de uma inserção adequada no mesmo, é aqui evidenciada como instrumento para o desenvolvimento. E o mesmo se pode dizer relativamente à armadilha dos recursos naturais. Esta segunda definição constitui uma armadilha muito mais paradoxal, já que o superavit de exportação de recursos naturais reduz significativamente o crescimento, podendo até, nalguns casos, contribuir para a armadilha dos conflitos. A “maldição dos recursos naturais” é já há algum tempo conhecida e prende-se com a subida do valor da moeda que leva à falta de competitividade de outras exportações que seriam melhores veículos de progresso tecnológico. Além disso, nalguns casos a riqueza dos recursos naturais contribui para a armadilha do conflito (Ibidem). E mais, na existência das designadas rendas provenientes de recursos naturais, tanto as regras respeitantes ao modo como o poder é alcançado, como as respeitantes à forma como ele é utilizado, no âmbito de uma política democrática, são afetados, havendo a possibilidade de ser introduzida uma política de clientelismo, induzindo-se a autocracia (Ibidem).

Relativamente à interioridade, característica que não condena à partida um país, o trabalho de Jeffrey Sachs sugere que o facto de um país ser interior retira cerca de meio ponto percentual à taxa de crescimento. A interioridade, enquanto armadilha, só releva nos casos de países que não são abundantes em recursos naturais, e juntamente com o facto de esse país ter vizinhos que não dispõem ou não aproveitam de oportunidades de desenvolvimento da sua economia. Esta situação praticamente condena um país a um crescimento lento, e ocorre quase exclusivamente em nações Africanas (Ibidem).

Já em relação à má governação, Paul Collier elucida a assimetria entre uma situação em que a governação e as políticas económicas são bem desenhadas e as consequências resultantes da situação contrária. Isto porque o processo de crescimento está invariavelmente limitado a taxas de cerca de 10% e, em contraste, uma governação e políticas terríveis podem destruir uma economia a velocidade alarmante (Ibidem).

Todos os PMA têm estado presos em mais do que uma armadilha, seja simultânea ou sequencialmente. O autor realça o sentido figurativo destes conceitos, reforçando a ideia de que “não é impossível escapar delas, apenas difícil”. (Ibidem)

A Globalização

Um aspeto das chamadas “forças de mercado”, tem vindo a ser centro de atenções há já mais de uma década – o fenómeno da globalização, ou a integração mais aproximada das economias do mundo (STIGLITZ, 2013). A Globalização pode ser dividida em três processos distintos, o comércio de bens, onde nos iremos focar, os fluxos de capital, e a migração de pessoas (COLLIER, 2010). É em relação ao primeiro que podemos afirmar que têm sido alcançados níveis de globalização sem precedentes. Não se concebendo a reversão deste processo como algo desejável, deverão ser, contudo, analisadas as consequências da globalização para os PMA.

Desde a década de 80 que se tem observado uma transformação dramática no volume e na composição do comércio internacional. Os países em desenvolvimento têm vindo a penetrar nos mercados globais de serviços e bens, o que gera, tendo como comparação a comercialização de produtos primários, muito melhores perspetivas de um desenvolvimento rápido e equitativo para estes países, por vários motivos. Até então, as elevadas restrições ao comércio e as economias de escala, instaladas no “mundo rico”, levaram a que a manufatura global fosse dominada por esses países desenvolvidos. Por força do diferencial salarial ampliado em certas regiões em desenvolvimento, deu-se uma relocalização de grandes empresas nas mesmas, beneficiando-as de infinitas possibilidades. Nos anos 90, a aglomeração de empresas altamente competitivas na Ásia, na sequência deste processo, já não possibilitava competição por parte dos países desenvolvidos, nem dos PMA. Podemos dizer que, nessa altura, os PMA “perderam o barco”. Os processos automáticos da economia global que promoveram o desenvolvimento na Ásia vieram dificultar o caminho do desenvolvimento dos países dos últimos mil milhões. Desta forma, muitos destes países viram-se duplamente presos à armadilha da exportação de recursos naturais, seja pelos efeitos de limiar das exportadoras asiáticas, seja pela necessidade desesperada de

recursos que esse continente manifesta (Ibidem). Para que um país da categoria dos PMA tenha hipótese de participar no jogo da economia global, terá, antes de mais, de se livrar das armadilhas – tarefa que não se afigura como fácil:

O mercado global está ainda a ‘retirar’ a estes países, os indivíduos com maior nível de educação que poderiam ser uteis no processo do seu desenvolvimento, além dos grandes obstáculos à tentativa de penetração em mercados de exportação diversificados, pelo que, mesmo que se livrem das armadilhas, estes países tendem a ficar numa espécie de limbo. Isto porque, ainda que apresentem taxas de crescimento sustentadas, o ritmo será muito mais lento do que o ritmo de crescimento dos países em desenvolvimento, continuando assim a divergir de forma acelerada. Serão necessárias décadas para alcançar aquilo que consideramos atualmente ser o limiar do rendimento médio e, nessa altura, já o resto do mundo estará acima. E ainda, a situação de estarem suscetíveis a cair em novas armadilhas, enquanto tiverem rendimentos baixos e crescimento lento (COLLIER, Paul, 2010, p. 112).

As forças de mercado, que atuam ao longo do processo de globalização, assumiram um papel na criação dos atuais níveis de desigualdade. No entanto, estas forças são, em última análise, moldadas pela política, pelo que poderão ser redefinidas de forma a promoverem mais igualdade. É possível fazer com que os mercados funcionem ou que, pelo menos, funcionem melhor. (STIGLITZ, 2013)

Os Países Menos Avançados no âmbito da OMC

Os PMA são confrontados com direitos aduaneiros impostos pelos países desenvolvidos, no valor de 3.1%, em média - valores que deixam de fora os produtos agrícolas e incluem as taxas preferenciais. Em confronto, aos países em desenvolvimento são impostos direitos no valor de 3.9%, e sobre as importações originárias de outros países desenvolvidos, o valor é de 2.1%. (CÓRDOBA; LAIRD; VANZETTI, 2004).

O GATT de 1947 não distinguia, ao contrário da OMC, os Países Menos Avançados dos países em desenvolvimento (DAS, 1998). O primeiro documento a fazer-lhes referência expressa terá sido a Declaração Ministerial de Abertura do Ciclo de Tóquio. (MOTA, 2005)

Ainda no GATT de 1947 se reconhecia, embora de forma pouco vinculada, a necessidade de se estabelecerem “facilidades adicionais”, no que se referia a medidas de proteção, numa única disposição especial a favor dos países em desenvolvimento, o art. XVIII, nº1, com a epígrafe “Auxílio do Estado em favor do Desenvolvimento Económico”. Com as

alterações ao GATT, de 1955, este artigo passou a permitir que os países em desenvolvimento empregassem “medidas de proteção ou de outra espécie que afetem as importações”, em nome do desenvolvimento. Além disto, introduziu-se o artigo XVIIIbis, nº3, alínea b), que passava a considerar a especial necessidade dos países menos desenvolvidos (Ibidem). Com a alteração, o artigo XVIII passou a refletir a estratégia de cariz protecionista, preferivelmente adotada pela maioria dos países pobres para o desenvolvimento económico. Foi também no mesmo ano que se realizou a Conferência de Bandung, que se concentrou no problema dos países subdesenvolvidos, colocando-se aqui em causa o princípio da não discriminação e chegando-se à conclusão que era necessário associar à ajuda ao desenvolvimento a abertura comercial relativa a produtos manufaturados e agrícolas produzidos por estes. Através da CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) deu-se, em 1965, o aditamento da Parte IV ao Acordo Geral, que reconhece um estatuto jurídico diferente aos países em desenvolvimento e institui um regime de dualidade de normas nas relações comerciais internacionais. Assim, do art. XXXVI, nº8 resulta o princípio da não reciprocidade, uma espécie de cláusula do país em desenvolvimento (MOTA, 2005).

Como primeira realização do princípio, adotou-se, em 1968, o Sistema Generalizado de Preferências que, por definição, viola a cláusula da nação mais favorecida, que passa a ter base jurídica permanente somente em 1979, na sequência da decisão “Tratamento Diferenciado e Mais Favorável, Reciprocidade e Participação Mais Completa dos Países em Desenvolvimento” adotada no Ciclo de Tóquio. O nº1 da Decisão ficou comumente conhecido por “Cláusula de Habilitação” e, no nº2, alínea d), houve uma expressa referência aos PMA enquanto beneficiários da cláusula.

Como contrapartida lógica desta cláusula foi introduzida, sob pressão dos EUA, a ‘Cláusula Evolutiva’ que determina que um país deixa de beneficiar do regime preferencial com ‘o desenvolvimento progressivo das suas economias e a melhoria da sua situação comercial’. Os critérios para aplicação desta cláusula são fixados, no entanto, pelos próprios doadores, razão que leva a refletir do perigo de influência de interesses políticos, estranhas ao desenvolvimento, na retirada do estatuto de país beneficiário. Esta retirada pode resultar, de igual forma, da aplicação dos arts. XX e XXI do GATT, da adesão de um país beneficiário a organizações de integração económica, ou de motivos políticos (como é o caso da adoção de sanções contra um destes países). (MOTA, Pedro Infante, 2005, p.473).

Muitos dos atuais acordos comerciais multilaterais que concedem um tratamento especial aos países pobres, estabelecem um regime especial para os PMA. É o que sucede, por exemplo, com o Acordo sobre os Obstáculos Técnicos ao Comércio (art. 12º), sobre as Medidas de Investimento Relacionadas com o Comércio (art. 4º), sobre a Aplicação do Artigo VI e VII do GATT 1994 (art. 15º e 20º, respetivamente). Com o Ciclo de Uruguai (que se iniciou em 1986 e terminou em dezembro de 1994), estabeleceu-se a Decisão relativa às Medidas em favor dos Países Menos Desenvolvidos, que veio constituir uma cláusula geral suscetível de permitir uma aplicação flexibilizada e mais favorável de todas as disposições dos acordos comerciais multilaterais a favor dos PMA, desde que aceite pelos conselhos e comités competentes. Com isto, passou-se para um regime de pluralidade de normas nas relações comerciais internacionais. (MOTA, 2005)

Com fundamento jurídico na “Cláusula de Habilitação” encontramos o programa da Comunidade Europeia “Tudo Menos Armas e Munições”, que entrou em vigor em 2001 e concede, a todos os produtos oriundos dos PMA, exceto armas e munições, uma isenção de direitos aduaneiros sem limites quantitativos no acesso ao mercado comunitário, com derrogações transitórias inicialmente para três produtos agrícolas: bananas, arroz e açúcar, que se mantêm agora para os dois últimos. Prevê-se, contudo, a possibilidade de adoção de medidas de salvaguarda no caso de perturbações graves nos mercados comunitários e nos seus mecanismos reguladores. Sendo parte integrante do sistema generalizado de preferências, encontram-se os benefícios concedidos pela iniciativa sujeitos a todas as suas limitações, como o seu caráter unilateral, a sua não consolidação, a possibilidade de retirada temporária das preferências comerciais e as suas regras de origem (MOTA, 2005). Em paralelo a esta iniciativa, encontramos a iniciativa AGOA dos EUA que concede isenções aos produtos oriundos de África (COLLIER, 2010).

Políticas de Comércio Externo como instrumento para o desenvolvimento

Um dos aspetos que afeta as economias debilitadas e que, ainda que atenuado no Ciclo de Uruguai, não se encontra resolvido, é o da progressividade dos direitos aduaneiros. Este problema constitui um obstáculo à industrialização destes países e consiste no facto de os direitos aduaneiros impostos sobre os produtos finais serem superiores dos que os aplicáveis aos produtos intermediários e estes mais elevados que os aplicáveis às matérias primas correspondentes (LIVRO PORT, p.516). Além disto, encontram problemas burocráticos, problemas relativos à falta de liberalização dos serviços, e ainda o facto do

Acordo TRIPS ignorar por completo o conhecimento tradicional. Por isto se diz que “os países ricos pregam aos países pobres o evangelho do comércio livre, mas depois não o praticam”. (Ibidem)

Assim, e a nível internacional, podemos dizer que os principais problemas que os PMA enfrentam são a dependência em relação a um número reduzido de produtos de base que são afetados por uma deterioração dos termos de troca, a grande volatilidade dos preços mundiais, a forte concorrência entre produtores e fraca concorrência entre compradores, obstáculos, relativamente elevados, ao comércio a nível mundial, especialmente relativos a produtos agrícolas e de mão de obra intensiva, entre outros. (Ibidem)

Para que se proceda a uma resolução do problema dos PMA, que corre o risco de se tornar irresolúvel se não formos além dos atuais esforços - ainda que se assista a uma melhoria dos indicadores sobre pobreza mundial -, terão que ser enfrentadas uma série de questões fundamentais, nomeadamente de coordenação e de enfoque. Por ser necessária uma coordenação de distintos ramos governamentais, o único nível de governo que poderá ser eficaz na afirmação de um comércio externo como instrumento para resolução dos problemas de desenvolvimento destes países, que são na verdade de todo o mundo, será provavelmente o topo, assumindo especial relevo o dos países desenvolvidos. Um chefe de governo, deveria impor a coordenação política entre as várias componentes de governo, sendo o único com competência para tal. Outro problema de coordenação é intergovernamental, terá de haver um trabalho conjunto entre os “principais” governos do mundo para lidar com a questão. Atualmente o fórum onde poderá ocorrer esta coordenação é o G8, sublinhando que não é com a multiplicação da ajuda externa que se resolverá o problema, terá que se desenvolver aqui o instrumento do comércio internacional, a par da de estratégias de segurança e alterações nas leis e novas cartas de direito internacional. Será ainda necessário circunscrever o problema do desenvolvimento a estes países que estão atolados. Para uma resolução deste problema terão de ser ultrapassadas idealizações bem como ideologias políticas, entre outros factos, a direita deverá reconhecer que a atividade privada dos mercados globais pode gerar nos países mais pobres problemas que necessitam de resolução de âmbito público, a esquerda tem de simpatizar mais com a ideia do crescimento económico, direcionando a ajuda externa neste sentido. Em suma, como agenda do G8, será necessário restringir o objetivo e alargar os instrumentos (COLLIER, 2010)

“A ajuda externa, atribuída em moeda estrangeira, poderá, tal como sucede com a armadilha dos recursos naturais aumentar a pobreza, isto porque gera uma apreciação na taxa de câmbio, fazendo com que cada dólar ganho pelos exportadores se torne menos valioso em termos de moeda local. Como resultado disto, os exportadores sofrem reduções nas suas taxas de lucro podendo entrar em falência. Trata-se, também aqui como sucede na armadilha dos recursos, do problema da doença holandesa. Um dos seus remédios é precisamente a liberalização do comércio para que se desenvolva um aumento na procura correspondente ao aumento na oferta das importações que a ajuda externa proporciona. A campanha à ajuda externa deverá ser acompanhada de campanha a favor da liberalização, que será mais ou menos necessária tendo em conta a sua utilização social”. COLLIER, Paul, 2010, p. 204).

Um dos aspetos que mais poderá sofrer críticas, no âmbito do papel dos países ricos no problema dos PMA, a par da questão da progressividade das tarifas enquanto dificuldade para diversificação das exportações nestes países, será a da proteção à agricultura, setor que assume um regime especial no âmbito da OMC. Estamos perante exemplos de “incoerência entre políticas”, já que não é inteligente proporcionar ajuda externa para o desenvolvimento e adotar em simultâneo políticas de comércio que dificultam a consecução desse objetivo. Os PMA acabam por não ter uma função, pela fraqueza dos seus mercados, na OMC, que se trata de organização concebida para a negociação e assente numa ideia de reciprocidade. Os próprios governos dos PMA têm vindo a adotar políticas protecionistas, que circunscrevem o nível do seu mercado ao doméstico, fomentadoras de indústrias parasitas, dependentes de atividades de lóbi e não de eficiência produtiva, por não estarem sujeitas a concorrência. A solução não será somente a pura e brusca liberalização destes mercados, que culmina na morte das indústrias nacionais, mas sim um processo gradual que envolva um vasto leque de políticas. (Ibidem)

A integração regional não será a resposta, já que, como descobriu Tony Venables, a integração regional entre países pobres gera divergência, ao invés de convergência. Terá de passar por uma diversificação das exportações, passando para produtos manufaturados e serviços intensos em trabalho. Para penetrarem nestes mercados os PMA necessitam de proteção temporária relativamente à Ásia, situação que já sucede com os programas EBA (Everything But Arms “Tudo Menos Armas e Munições”) e AGOA (African Growth and Opportunity Act “Lei sobre crescimento e oportunidade para África”). O que se passa é que

estes programas foram concebidos para apaziguar lóbis, não trazendo um resultado positivo por falhas na determinação dos seus pormenores. Um pormenor que clama por afinamento para tornar o acesso preferencial eficaz, são as Regras de Origem, demasiado restritivas no âmbito do EBA, problema que foi ultrapassado no AGOA. Outro pormenor é o horizonte temporal demasiado curto, no caso do AGOA, já que no EBA não se verifica este problema mas antes uma questão de dificuldades de acesso burocráticas, sendo este último programa mais limitados no que toca aos países beneficiários. Propõe-se um programa simplificado que valha em toda a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), com regras de origem mais generosas, cobertura pan-africana, pormenores suficientemente flexíveis para a permitir a entradas dos PMA (especialmente concentrados no continente africano) em novos mercados de exportações. (COLLIER, 2010)

Relativamente à OMC, esta organização não dispõe de lucros para distribuir, nem de propósito específico, trata-se de um mercado determinado pela negociação, contudo, os mercados dos PMA são tão reduzidos que não dispõem de poder negocial. Enquanto a OMC for apenas uma plataforma de negociação, os PMA não têm lugar nela, pelo que se propõe, abraçando a sugestão de Paul Collier, a adição, por parte da organização, de uma função de transferência ao seu papel de negociação. Com transferência dizemos uma redução, sem reciprocidade, das barreiras ao comércio face aos PMA na forma de doação, não de troca, que coubesse ao secretariado da OMC negociar. Quantificando-se as concessões de comércio internacional oferecidas por cada país rico numa unidade comum (como aumento esperado das exportações), estas poderiam ser comparadas, iniciando-se uma pressão assente na imagem que cada país pretenda ter relativamente aos outros contribuintes. Esta ronda iniciar-se-ia com uma proposta de comércio sem reciprocidade do secretariado, só se iniciando a negociação após a ronda de transferências, o que pressionaria os países ricos a fazerem propostas aceitáveis. A ronda de transferências só entraria em vigor quando a ronda de negociação estivesse concluída, o que levaria os PMA a facilitar o processo de negociação, ao qual teriam que recorrer se pretendessem obter melhores ofertas finda a ronda de transferências, não se confundindo as duas culturas- transferências e trocas- situação que se verifica atualmente (COLLIER, 2010).

Conclusão

Após exploração do tema, cresce em nós a confiança na eficácia das políticas de comércio externo na consecução do desenvolvimento dos PMA, que depende e fortalece-se com uma adequada abordagem política, tanto a nível interno, nestes países e nos países desenvolvidos, como a nível intergovernamental .

Consideramos o assunto debatido como problema de uma enorme complexidade e urgência, gritando, por isso, por soluções igualmente complexas e urgentes. Reconhecemos os esforços apresentados, para contribuição com uma solução efetiva às questões levantadas, como arrojados e impulsionadores de uma abordagem adequada e forte aos problemas dos PMA. Reconhece-se ainda a indispensabilidade da necessidade de debate e focalização da questão no quadro internacional.

Procurámos, com a elaboração deste trabalho, traçar um quadro geral sobre a os dilemas enfrentados pelos PMA, bem como debruçarmo-nos em aspetos especialmente carenciados de atenção, para os quais a política de comércio externo poderá servir como um instrumento de superação. Esperamos humildemente ter alcançado esse desiderato.

Bibliografia

COLLIER, Paul. OS MILHÕES DA POBREZA, Trad. Paulo Tiago Bento, Alfragide: Casa das Letras, 2010.

CÓRDOBA, Santiago; LAIRD, Sam e VANZETTI, David. BLEND IT LIKE BECKHAM – TRYING TO READ THE BALL IN THE WTO NEGOCIATIONS ON INDUSTRIAL TARIFFS. Geneva. UNCTAD, 2004.

DAS, Bhagirath L., THE WTO AGREEMENTS: DEFICIENCIES, IMBALANCES AND REQUIRED CHANGES. Londres-Nova Iorque: Zed Books, 1998.

MOTA, Pedro Infante. O SISTEMA GATT/OMC: INTRODUÇÃO HISTÓRICA E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. Coimbra: Edições Almedina, 2005.

NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno. O CRESCIMENTO ECONÓMICO MODERNO INTRODUÇÃO A UMA HISTÓRIA DA ECONOMIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

SCHUMPETER, Joseph Alois. THE THEORY OF ECONOMIC DEVELOPMENT. EUA: Transaction Publishers, 2012.

FUND, International Monetary. REPORT FOR SELECTED COUNTRY GROUPS AND SUBJECTS. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/weodata/weorept.aspx?pr.x=30&pr.y=7&sy=1980&ey=2016&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=001%2C110&s=NGDPD%2CPPPGDP%2CPPPSH&grp=1&a=1>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

GALLUP, John Luke; SACHS., Jeffrey D. THE INTOLERABLE BURDEN OF MALARIA: A NEW LOOK AT THE NUMBERS: SUPPLEMENT TO VOLUME 64 (1) OF THE AMERICAN JOURNAL OF TROPICAL MEDICINE AND HYGIENE. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK2624/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

INOVAÇÃO, Ministério da Economia e da. SISTEMAS DE PREFERÊNCIAS PAUTAIS GENERALIZADAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O ESQUEMA DA UNIÃO EUROPEIA E OS ESQUEMAS DE ALGUNS PAÍSES TERCEIROS. Disponível em: <<http://www.dgae.gov.pt/pagina-de-entrada-menu-do-lado-esquerdo/politica-comercial-externa/uniao-europeia/instrumentos-de-politica-comercial/spg/textos-relacionados.aspx>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

STIGLITZ, Joseph E. THE PRICE OF INEQUALITY. Londres: Penguin Group, 20122013.

UN-OHRLLS. UN OFFICE OF THE HIGH REPRESENTATIVE FOR THE LEAST DEVELOPED COUNTRIES, LANDLOCKED DEVELOPING COUNTRIES AND SMALL ISLAND DEVELOPING STATES. Disponível em: <<http://www.un.org/ohrlls/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

UNIDAS, Centro Regional de Informações das Nações. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODM). Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

VELAMORE, Giridharan. WHAT PERCENTAGE OF THE WORLD'S POPULATION LIVES IN DEVELOPED COUNTRIES? Disponível em: <<https://www.quora.com/What-percentage-of-the-worlds-population-lives-in-developed-countries>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

COMUNICAÇÕES EM PÔSTER

1. EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS NO ALTO RIO SOLIMÕES

LAGO, Maiana C. Do

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA

maiana-lago@hotmail.com

REBÊLO, George H.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA

jacarebelo@gmail.com

RESUMO

Eventos climáticos extremos, como alta temperatura, enchentes e secas, já são frequentes e graves, causando consequências sociais, econômicas e ecológicas. Atualmente as mudanças climáticas globais vêm ocorrendo em pequenos intervalos de tempo causando efeitos negativos sobre o planeta, ocasionando a necessidade de aumentar a capacidade de adaptação no sistema produtivo, modos e locais de vida das populações e de suas atividades. As mudanças climáticas globais atingem principalmente populações pobres e da zona rural como povos indígenas e populações tradicionais, que são mais sensíveis às variações do clima, pois dependem da floresta e dos ecossistemas naturais para o seu sustento. Com a finalidade de identificar os impactos dos eventos extremos climáticos recentes na pesca e na agricultura em comunidades indígenas no Alto Solimões, Amazonas, foram realizadas buscas de eventos extremo climáticos na Amazônia em

literaturas, notícias de cheias e secas extremas no alto rio Solimões em sites de mídia eletrônica e também pesquisa da variação do nível do rio. Na mídia eletrônica foram noticiados com destaque as cheias e secas que ocorreram entre 1999 a 2017 que causaram prejuízo para moradores da zona urbana e rural como a enchente histórica de 1999, que causou perdas na produção de alimentos, transtorno na circulação de pessoas e veículos pelas ruas. Em 2015 e 2016 foram registradas outras grandes cheias, provocando impactos hidrológicos nas habitações e no cotidiano das famílias. Houve secas extremas em 2005 e 2010. A seca de 2005 foi a maior registrada nos últimos 40 anos causando transtornos nos transportes e encalhando balsas. Em agosto de 2010, foi noticiado que 21 municípios incluindo São Paulo de Olivença ficaram em situação de emergência, por causa da estiagem. No mesmo ano foi noticiado um deslizamento na orla de São Paulo de Olivença, deixando 66 famílias sem casa. As atividades de pesca dependem do conhecimento da época da cheia dos rios onde se deslocam grandes cardumes e o aumento da temperatura influi nos limites da distribuição geográfica dos peixes, podendo espécies de águas quente invadirem os nichos das espécies de águas mais frescas. Na agricultura, os efeitos da mudança climática abrangem a variação na época de frutificação de muitas espécies e diminuição de cultivos durante a estiagem forte. O período de trabalho diminui com o calor intenso, onde novas pragas aparecem. A recorrência desses eventos extremos em curto período de tempo gerou muitas indagações sobre a variabilidade hidrológica comum na região Amazônica, mas que, nesse caso, podem ser atribuídas às mudanças climáticas globais.

2. SIGNIFICAÇÕES PARA OS TIKUNA SOBRE O PASSAR PELA PISTA DE POUSO DO AEROPORTO DE TABATINGA

FLORIZ, Neuza Anabel Carvalho

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

anabelticunaamt@gmail.com

RAMOS, Ronal Nicolano

Universidade Federal do Amazonas

ronalnicolanoramos@gmail.com

RESUMO

A construção de obras infraestruturantes, tal como o aeroporto, configurou em mudanças espaciais da Terra Indígena de Umariáçu, como uma das consequências da expansão urbana do município de Tabatinga. O contexto histórico constituiu-se como um marco do processo de transformações ambientais que contribuiu diretamente para os desequilíbrios socioambientais dos Povos Tikuna de Umariáçu. Assim, o estudo teve por objetivo analisar as significações do passar pela pista de pouso pelos Tikuna de Umariáçu durante suas atividades agrícolas, de coleta de frutos, retirada de madeira e, de caça nas áreas próximas ao Aeroporto Internacional de Tabatinga. Para a realização do estudo aplicou-se uma entrevista composta por questões abertas, permitindo ao sujeito pesquisado uma abertura para descrever a história oral sobre a temática. Após a coleta de informações, as falas foram transcritas e assim utilizados para a construção da história oral sobre o passar na pista de pouso. As dinâmicas históricas e ambientais foram assim apresentadas: “Para o povo Tikuna de Umariáçu, o passar pela pista significa, que a construção do aeroporto de Tabatinga em 1964 fechou a passagem do caminho da nossa roça, aumentando a distância, atrapalhando o percurso”. No trecho, o pesquisado fez menção a data da construção do Aeroporto e a mudança na rota que os Tikuna realizavam para chegar aos seus locais de roças e demais atividades econômicas. No discurso apresentado completou dizendo: “não é só isso, mais relembro do maior desmatamento dentro dessa reserva indígena de Umariáçu com 2.150 metros de comprimento e 34 metros de largura, onde foram derrubadas as madeiras de lei, que serviria para o sustento do povo Tikuna de Umariáçu”. Nas questões ambientais apresentadas destacou-se a importância dos recursos naturais existentes na área utilizada para a construção da pista. Para os Tikuna, a pista de pouso dividiu seu território, de um lado a comunidade e, do outro as áreas de roçado. Após vários conflitos sobre a divisão, o Aeroporto de Tabatinga construiu quatro portões de acesso, por onde os Tikuna passam de um lado para o outro da pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Tabatinga. Por fim, os Tikuna apontaram que o passar pela pista significou o impedimento de acesso aos seus territórios de caça e coleta e, põe em risco a vida de

muitos indígenas que diariamente passam de um lado a outro, para ir aos seus roçados, e/ou ter acesso as áreas para a coleta de frutos e derivados.

3. PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE KOKAMA DE NOVA ALIANÇA SOBRE OS ATRIBUTOS DOS SOLOS E ANÁLISE QUÍMICA

FERMIN, Marcos Ely Nascimento

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

marcosely_spo@hotmail.com

FERMIN, Marcileia Couteiro

Universidade Federal do Amazonas

mlopes@ufam.edu

SANTOS, Edivania Schropfer dos

Universidade Federal do Amazonas

edivania.schropfer@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo verificar a percepção dos agricultores da comunidade kokama de Nova aliança sobre os atributos dos solos e análise química em Benjamin Constant-Amazonas. O trabalho foi conduzido nos sistemas agroflorestais dos agricultores familiares na comunidade kokama de Nova Aliança, nas paisagens estabelecidas como quintais (entorno das moradias), roças (áreas de cultivos agrícolas) e capoeiras em pousio (áreas de manejo agrícola deixadas em “descanso” e enriquecidas com espécies arbóreas frutíferas). Os componentes estudados nas parcelas foram relacionados com as unidades de paisagens e, nas sub-parcelas, com as profundidades. Foram avaliadas três capoeiras, três quintais e três roças, somando 09 sistemas agroflorestais. Em todas as áreas, os teores dos nutrientes se mantiveram constantes até a profundidade de 40 cm. Dependendo da cobertura vegetal no solo e do tipo de solo, a concentração de nutrientes tende a ser maior nas camadas mais superficiais devido ao maior teor de matéria orgânica. Existe efeito das unidades de paisagem sob diferentes

sistemas de manejo. Isto pode ser observado quando se compara os solos das capoeiras com os quintais e as roças. Os valores maiores nas capoeiras, onde ocorre maior incremento de matéria orgânica proveniente da decomposição do material vegetal é essencial para a manutenção dos sistemas. Em relação a profundidade estudada verificou-se também, que existe o efeito das mesmas nos teores de nutrientes nos solos. Quanto maior a profundidade, menor o teor de nutrientes. Nas profundidades mais superficiais a quantidade de matéria orgânica em decomposição é maior e sua presença tem relação com a disponibilidade de nutrientes no solo e é essencial para a sustentabilidade e estabilidade dos solos.

4. TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS DA TERRA INDÍGENA DE UMARIAÇU, ETNIA TIKUNA, AMAZONAS

ARAÚJO, Itamar Neco

Universidade Federal do Amazonas

tacycoutinho@yahoo.com.br

COUTINHO, Taciana de Carvalho

Universidade Federal do Amazonas

tacycoutinho@yahoo.com.br

RESUMO

A partir da ocupação territorial e dos inúmeros projetos voltados ao desenvolvimento da Amazônia, a história de formação e crescimento dos centros urbanos tem influenciado diretamente nas transformações das terras indígenas localizadas próximas as cidades interioranas. A exploração dos recursos naturais, tais como: o solo, a fauna, a flora e água têm ocasionado transformações ambientais cada vez maior nas terras indígenas. Essa exploração tem desencadeado gradativamente uma redução das áreas biodiversas dos indígenas conduzindo os mesmos a uma estagnação a suas áreas de coleta, pesca e agricultura. O estudo teve por objetivo classificar as ocorrências ambientais de maior impacto ambiental dentro do território. A etapa de investigação consistiu de uma pesquisa documental e bibliográfica sobre as transformações ambientais que possibilitaram

mudanças na terra indígena. A partir de uma análise documental publicado pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e mapas já elaborados pela Terra Indígena de Umariáçu detectou-se problemáticas, tais como, desmatamento, invasões para retirada de madeira, caça ou pesca. Em trechos analisados nos documentos obteve-se as seguintes informações: “Em Umariáçu I e II há desmatamento por conta do aumento de roças, retirada de madeira para a construção de novas casas, uma vez que cresce a população dessas comunidades e novas famílias são formadas”. Uma das preocupações crescente na TI Umariáçu tem sido o aumento populacional presente nas comunidades, o que afeta diretamente a disponibilidade de recursos naturais entre os moradores. Aliada a questão do aumento populacional, redução dos espaços de roças, coletas e as invasões a TI tem-se verificado constantemente questões de brigas entre moradores, embriaguez e casos de suicídio. Para as questões de desmatamentos, mapas elaborados pelos próprios indígenas apontaram a derrubada das castanheiras próximas a pista de pouso e decolagem do aeroporto internacional de Tabatinga. Esse fato decorreu em uma discussão acerca das significações das castanheiras dentro dos aspectos socioambiental e econômicos para inúmeras famílias que coletam as castanhas para comercialização. Outro ponto analisado foi a diminuição do nível das águas do igarapé, os Ticuna reclamam sobre a construção de pequenas barragens no curso do igarapé, fato este que cabe uma avaliação. Como base nos mapas existentes sobre a TI Umariáçu ressalta-se a importância e a necessidade de estudos voltados a continuidade dos levantamentos sobre as transformações ambientais.

5. PINTURA E ARTESANATO DO POVO TICUNA: ESTUDO DOCUMENTAL SOBRE AS RELAÇÕES COM A NATUREZA

SOUZA, Isanildo Mocambite de

Universidade Federal do Amazonas

isanildomo@gmail.com

COUTINHO, Taciana de Carvalho

Universidade Federal do Amazonas

tacycoutho@yahoo.com.br

RESUMO

Das mãos indígenas, mas especificamente das mulheres Ticuna são realizadas a construção dos artesanatos, característica da expressão e manutenção da identidade do Povo autodenominado Magüta. Os artesanatos e a pintura em objetos e no próprio corpo trazem significações que somente o próprio pesquisador Ticuna consegue transmitir essa relação. O estudo teve como objetivo analisar documentos sobre a pintura e artesanato Ticuna e suas relações com a natureza. O estudo foi uma revisão sistemática com metanálise de artigos científicos sobre os Ticuna, Pintura e Artesanato desenvolvidos no Brasil e demais Países. A identificação dos artigos de interesse foi realizada no ano de 2018, utilizando a base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), e demais bases de publicações, a partir da palavra-chave pré-definida “Artesanato e pintura Ticuna”. Da pesquisa realizada na base de dados foram selecionados 20 trabalhos científicos publicados entre os anos de 1994 – 2017. Para o ano de 1994, o trabalho avaliado foi “As extensões do olhar: a arte na formação de professores Ticuna”, a autora destacou as relações da pintura e do artesanato Ticuna como ferramenta educativa. Para o ano de 2016, o trabalho avaliado foi “A prática de educação pela música do povo Magüta”, trouxe as relações da importância dos instrumentos musicais e suas relações para afirmação da identidade Ticuna. E, a importância na fabricação de outros elementos artesanais e a confecção de utensílios domésticos para uso nas casas, para a pesca e na agricultura. Uma importante afirmação destacada no artigo foi a utilização do “tambor”, fazendo a marcação do ritmo, para o corte dos galhos das árvores. Em diferentes artigos analisados encontrou-se as relações da produção artesanal e as dinâmicas socioambientais vividas pelos povos Ticuna. Destacando-se a importante relação das pinturas e do artesanato é o período da iniciação das crianças. Autores destacaram como sendo um período significativo de aprendizagem (fase da puberdade), ou seja, a passagem da fase infantil para a adulta. Nesse período, as moças aprendem os afazeres femininos do tecer com fios de tucum produzindo bolsas, redes, cestarias, tapetes, colares, etc. Dos 20 artigos analisados pode-se constatar diferentes funcionalidades sobre a importância dos artesanatos e pinturas Ticuna, e como os elementos que compõem a diversidade natural estão presentes no dia a dia das comunidades e nas cidades da região do Alto Solimões.

1. CURANDEIRISMO AYAHUASQUERO LA GLOBALIZACIÓN DE UN SISTEMA MÉDICO DE FRONTERA

ÁLVAREZ, Carlos Suarez

Universidad Nacional de Colombia

carlos_suarez_@hotmail.com

INTRODUCCIÓN

El curanderismo ayahuasquero es un sistema de salud presente en toda la Alta Amazonia, desde Colombia a Bolivia pasando por Ecuador, Perú y Brasil. Se enclava dentro de un tipo de sistemas médicos conocido en la Amazonia peruana como “vegetalismo”, aquel que recurre a medicinas vegetales para efectuar la curación (Luna, 1986). Lo que caracteriza al curanderismo ayahuasquero de otras formas de vegetalismo es, precisamente, el uso de la ayahuasca, palabra que sirve tanto para definir una liana (*Banisteriopsis caapi*) como el brebaje que se obtiene cocinando largamente sus tallos machucados, a veces con el añadido de otras plantas, siendo el más conocido de estos aditivos la chacruna (*Psychotria viridis*). Otro de sus rasgos distintivos es que se trata de un curanderismo profesional: el curandero cobra por la atención a los enfermos, que pueden ser tanto familiares y vecinos como personas llegadas de otros pueblos, a veces a varios días de viaje, atraídos por su reputación.

En este artículo propongo que el curanderismo ayahuasquero es un curanderismo de frontera, que surgió en el siglo XVII en las reducciones fundadas por los misioneros cristianos en Mainas, pueblos donde se concitaban distintos grupos étnicos amazónicos con los agentes de Occidente, y fue producto de múltiples influencias (amazónicas, andinas y europeas). También propongo que su particular configuración (profesional, supraétnico, centrado en la curación individual) ha permitido su exitosa adaptación a la economía de mercado, convirtiéndose en el objeto de un gran negocio en ciudades como Iquitos, a la

que cada año se desplazan miles de extranjeros para someterse a “tratamientos tradicionales”, previo pago de jugosas cantidades (Suárez 2013, 2017).

DESARROLLO

Siglo XVII: Mainas

La llegada de los europeos a la Amazonia desencadenó una gran crisis social y de salud, especialmente aguda en las reducciones, pueblos donde los misioneros reunían a nativos de diversas etnias y procedencia geográfica con el fin evangelizar y bautizar a los “infieles”, que a veces eran conducidos o mantenidos en las reducciones por el uso de la fuerza militar, y a veces seducidos por la entrega de herramientas de metal, tales como hachas y machetes, que constituyeron en aquella época una revolución tecnológica a la que resultaba difícil renunciar, pese a las epidemias mortales que se desencadenaban con frecuencia. Cuando esto sucedía, los habitantes de las reducciones escapaban a sus lugares de origen, extendiendo la enfermedad a regiones distantes (Golob, 1982; Maroni, 1988).

Así pues, Mainas, tanto por la extraordinaria crisis de salud como por el proceso concentración/dispersión de distintas etnias, constituyó un contexto ideal para el nacimiento y expansión de un sistema médico supraétnico, profesional y centrado en problemas individuales de salud, requerido por la situación del momento. (En sentido estricto, más que del nacimiento de un nuevo sistema médico habría que hablar de una adaptación de las prácticas médicas ya existentes a las nuevas condiciones sociales, culturales y demográficas).

Hay diversas evidencias que sustentan esta teoría. La primera es geográfica: el curanderismo ayahuasquero es típico de la región donde estuvieron las misiones de Mainas. Encontramos este sistema médico, con pocas variaciones, en Colombia, Ecuador y Perú: entre los sionas del Putumayo (Langdon, 1974), los napo-runas del Napo (Highpine, 2012), los cocamas del Marañón (Beyer, 2009) o los shipibos del Ucayali (Suárez, 2011).

Existe también una evidencia lingüística. La terminología utilizada en el castellano regional para referirse a distintos elementos y prácticas del sistema médico es un dialecto amazónico del quechua, utilizado por los misioneros para comunicarse con los nativos en el contexto de las reducciones. El ejemplo más evidente de esto es la palabra *ayahuasca* (cuyo origen etimológico desentrañaremos más adelante); asimismo el aditivo más habitual, *chacrana* (que significa ‘mezcla’), y otras palabras como *arkana*, *kutipa*, *manchari*, usadas

tanto por los curanderos que tienen por lengua materna el dialecto regional del español como por los hablantes de lenguas indígenas cuando se comunican en español (Highpine, 2012).

Hay también rastros en la mitología. Por ejemplo, los mitos de origen del uso de la ayahuasca que he recogido personalmente entre los shipibos del río Ucayali, sugieren una adquisición relativamente reciente de este conocimiento (Suárez, 2011). En uno de los mitos típicos, los shipibos obtienen la ayahuasca del “inca”. Sin embargo, es probable que dicho “inca” se refiriera no tanto a los incas peruanos como a los misioneros europeos, ya que estos también eran llamados incas por distintos grupos (quizás porque se expresaban en la lengua de los incas, porque bajaban de la cordillera o porque ocuparon la posición de poder que habían dejado los incas). En otro mito recurrente entre los shipibos aparece el Señor Jesucristo como dador de este conocimiento. Aunque el Alto Ucayali, origen de los shipibos, quedaba fuera de Mainas, muchos de ellos formaron parte de las reducciones desde mediados del siglo XVII (Maroni, 1988).

Siglo XXI: Iquitos

Después de casi cuatro siglos de esta génesis, el curanderismo ayahuasquero, secularmente confinado a los pueblos de la selva, ha iniciado la senda de la globalización. La ciudad de Iquitos, en la selva peruana, se ha convertido en la última década en la capital mundial del “turismo ayahuasquero” (Fotiou, 2010; Suárez, 2015, 2017). Miles de personas viajan cada año desde todo el mundo con el objetivo de experimentar el remedio, pagando grandes sumas de dinero por ello. Este fenómeno ha supuesto, por un lado, la aparición de un negocio inusitado hace solo unas décadas y, por otro, ha exigido una reconfiguración del sistema médico existente, de su funcionamiento material y su representación simbólica, con el fin adaptarse a su naturaleza de negocio en el contexto de la economía de mercado y de atender a las expectativas y necesidades de los nuevos pacientes/clientes. De manera similar a las reducciones del siglo XVII, en Iquitos se encuentran ayahuasqueros de diversas etnias con visitantes occidentales, en un contexto también de crisis: el paso de las pequeñas y autónomas sociedades bosquesinas a la sociedad global de mercado.

La ciudad de Iquitos, de medio millón de habitantes, está situada en un enclave estratégico en el corazón de la antigua Mainas, a orillas del río Amazonas en medio de la confluencia de tres importantes ríos de la Alta Amazonia, el Ucayali, el Marañón y el Napo, y no muy lejos del Putumayo y el Yavarí, cuencas secularmente vinculadas a Iquitos.

A partir de los años noventa comenzó a sentirse en Iquitos la llegada de extranjeros buscando experimentar la ayahuasca (Fotiou 2010). Esa afluencia se ha disparado en la última década, dando lugar a una serie de establecimientos, llamados centros de sanación espiritual o de medicina vegetal, en los cuales se alberga a los visitantes y se les proporciona una especie de tratamiento que se presenta como “tradicional”. Los albergues suelen estar en fincas en la selva que rodea a Iquitos, y cuentan con una maloca, gran casa donde se celebran las ceremonias, y una serie de cabañas individuales o compartidas en las que se alojan los “pasajeros”. Los centros pueden ser propiedad de un extranjero que contrata a curanderos locales para que conduzcan las ceremonias. Es también frecuente la propiedad mixta: el extranjero aporta la plata y los contactos con el exterior, y el curandero el conocimiento de la medicina vegetal. La tercera opción es menos habitual pero también existe: un curandero local financia su propio albergue y controla los tratamientos. Y la cuarta: propiedad y tratamientos son ofrecidos por gringos, es rara.

En 2016 estimé la existencia de, al menos, cuarenta de estos centros y verifiqué que diez de ellos recibieron ese año una cifra cercana a las 4.000 personas, que se quedaron una semana, con frecuencia diez días, a veces dos y tres semanas e incluso períodos más largos. Los precios de los albergues suelen oscilar entre los 100 y los 200 dólares por noche. Aunque los hay más baratos y al menos uno cobra 400 dólares la noche. De manera aproximada, se puede deducir el volumen de negocio que corresponde a esos diez albergues de los que dispongo información: 4.000 personas, que permanecen una hipotética media de diez días a 140 dólares por día, generan una cifra de 5.600.000 dólares.

La invención del tratamiento tradicional

En la comunicación que estos negocios de “sanación espiritual” hacen ya sea en sus páginas web o en las redes sociales, suelen presentar los tratamientos que brindan como “tradicionales”, calificativo que se suele utilizar como sinónimo de legitimidad y eficacia. La palabra tradición es equívoca porque sugiere ortodoxia y persistencia en el tiempo, es decir, que hay una forma correcta de hacer las cosas, que se transmite inalterable de generación en generación. Esto no se puede aplicar a los sistemas médicos ayahuasqueros practicados localmente porque, aunque subyacen ciertos elementos comunes, prima la heterodoxia y cada persona, en función de muy diversos factores (filiación étnica o clánica, trayectoria vital, lugar de residencia, etc...) desarrolla el sistema de una forma u otra.

En una mirada superficial, el curanderismo ayahuasquero local y el que brinda servicio a los extranjeros parecen similares. Sin embargo, una observación atenta revela

diferencias sustanciales en la importancia y la función que tiene cada elemento, en las relaciones socioeconómicas que se generan, en la moral que subyace, en las expectativas de los participantes, y un largo etcétera que desgranaremos enseguida y que me permiten afirmar que los tratamientos “tradicionales” son, paradójicamente, modernos.

Antes de explicar las diferencias entre las prácticas y representaciones locales con las que caracterizan los “nuevos tratamientos tradicionales”, conviene bosquejar brevemente el contexto al que pertenecen. Los sistemas médicos amazónicos hunden sus raíces en lo que Gasché y Vela (2012) denominan “sociedad bosquesina”. En el otro lado, los centros de sanación espiritual que se han desarrollado en Iquitos para los extranjeros están plenamente insertados en la sociedad de mercado. Las sociedades bosquesinas son aquellas que viven en el bosque y del bosque. Cada pareja adulta hombre-mujer es autónoma gracias a su pluricapacidad, es decir, a que reúnen los distintos conocimientos y habilidades necesarios (cazar, pescar, hacer chagra, hacer casa, tejer, cocinar, etc...) para llevar una vida de abundancia aprovechando los recursos del bosque, al que todos pueden acceder. Esta autonomía productiva permite asimismo una sociedad con tendencia al igualitarismo: ningún adulto le puede decir a otro adulto lo que tiene que hacer, ni hay medios coercitivos legitimados socialmente para obligarle a ello. El igualitarismo se garantiza mediante una serie de mecanismos de control social que impiden la acumulación de poder en cualquiera de sus formas, ya sea económico o político: hay mecanismos positivos, como la redistribución voluntaria, o negativos, como el robo o la difamación. Otra forma de evitar procesos acumulativos es la ética de relación con la naturaleza; dicha ética establece límites al aprovechamiento abusivo de los recursos del bosque.

La sociedad de mercado, en el otro extremo, es una sociedad ultrajerarquizada y especializada, la acumulación es fundamental, y la destrucción de la naturaleza es inevitable.

Como veremos a continuación, el desarrollo de un sistema médico es producto inseparable de su contexto socioeconómico. Por tanto, un tratamiento “tradicional” solo podría darse en una sociedad “tradicional”, y puesto que los negocios de sanación espiritual están absolutamente integrados en la sociedad de mercado, los tratamientos que se ofrecen responden inevitablemente a la lógica occidental. A continuación bosquejo algunas de las diferencias entre los tratamientos locales y los modernos/tradicionales.

El medio y el fin

En el curanderismo ayahuasquero local, la ayahuasca es la herramienta del curandero para conectar con el mundo de los espíritus. Una vez llegado a ese otro mundo, el curandero canaliza las energías espirituales hacia el cuerpo del paciente a través de los cantos. Paralelamente, los espíritus aliados hacen un diagnóstico y revelan al curandero cuáles son las plantas medicinales que necesita tomar el paciente y cómo debe dietar (abstención de relaciones sexuales y de ciertas comidas durante un período más o menos prolongado, elemento esencial de la curación). Aunque localmente enfermos y participantes no enfermos pueden tomar ayahuasca, cuyas propiedades terapéuticas son reconocidas, con frecuencia la ayahuasca solamente es consumida por el curandero y sus asistentes o aprendices.

Pero en el nuevo sistema “tradicional”, el que se ha preparado para los clientes extranjeros, todo gira en torno al consumo de la infusión. Los extranjeros van a Iquitos a tomar ayahuasca y todos los tratamientos “tradicionales” que se ofrecen incluyen tomas de ayahuasca, generalmente una vez por cada dos días de estadía (cuatro veces en siete días, cinco veces en diez días), una frecuencia insólita en el contexto local. Es reseñable el hecho de que, con frecuencia, en estos tratamientos “tradicionales” no están presentes la dieta ni el consumo de otras plantas medicinales que son, sin duda, elementos más importantes para la recuperación del paciente en los sistemas médicos locales que el consumo de ayahuasca.

La purga y la visión

En esta región, con mucha frecuencia los locales se refieren a la ayahuasca como la “purga”, lo que establece la principal expectativa que tienen cuando toman: limpiarse, no solo físicamente, para “botar la suciedad del estómago”, sino también espiritualmente para quitarse malas energías y, de esa forma, estar preparado para salir de cacería, buscar pareja o hacer buenas ventas. Por esto, sugiero que para los locales las propiedades purgantes son más importantes que las propiedades visionarias. En ocasiones, también hay búsqueda de visión, pero la visión que se persigue suele tener un carácter prosaico: identificar a la persona que le ha hecho brujería (enseguida nos referiremos a este rasgo) o ver si familiares o amigos que se encuentran lejos y de los que no se sabe hace tiempo, están en buen estado de salud. Es menos frecuente que los paisanos quieran tomar ayahuasca únicamente para acceder a esos mundos fantásticos que tan bien retrató Pablo Amaringo en sus cuadros.

Esto choca con la concepción occidental: en textos tanto populares como académicos, se subrayan las propiedades del DMT, el principio activo contenido en las hojas de la chacruna, causante de las visiones. Según esta concepción, la función de la liana sería simplemente permitir que el DMT llegue al flujo sanguíneo, puesto que la liana tiene inhibidores de la monoamino oxidasa, una enzima del estómago que destruiría el DMT. Por esta razón, la mayoría de los extranjeros que llegan a Iquitos para tomar ayahuasca por primera vez tienen por principal expectativa la búsqueda de visiones, lo cual puede ser una fuente de frustración, dado que las visiones se dan en menor medida de lo que se supone.

Este énfasis occidental del DMT/visión sobre el énfasis local en la liana/purga se hace contra numerosas evidencias lingüísticas y etnográficas que sugieren inequívocamente la preeminencia de la liana/purga. No creo que sea una casualidad que las dos denominaciones más extendidas, ayahuasca y yajé, sirvan para denominar tanto a la liana como a la preparación de la liana con cualquier aditivo, y que chacruna, la planta que contiene el DMT, sea una palabra de origen quechua que significa ‘mezcla’ (Highpine, 2012). Además, son muchos los pueblos indígenas que usan la liana sin aditivos. El de los Matsigenka es un caso significativo: denominan a la liana *kamarampi* ‘medicina para vomitar’ (Shepard, 1998).

Acumular o no acumular

El único conocimiento local que, comercializado en el mercado, ha permitido la aparición de indígenas ricos es el de la ayahuasca. Este enriquecimiento gracias a la comercialización de los tratamientos “tradicionales” supone una disrupción de un sistema social igualitario que impedía la acumulación y la estratificación social.

Está muy extendida la idea de que la ayahuasca nunca ha sido comercializada, y que hacerlo supone una perversión de los valores locales. Esto es un error. El curanderismo ayahuasquero siempre ha tenido un carácter profesional, centrado en la curación individual y supraétnico. Se trata de un sistema médico abierto: un curandero con buena reputación recibía a pacientes de otros pueblos y podía tener hospedados en su casa a varios enfermos durante largas temporadas. En una sociedad sin especialización productiva donde cada pareja hombre-mujer depende de su trabajo para asegurarse el alimento cotidiano, el curandero, único especialista propiamente dicho, se ve en ocasiones impedido para salir a pescar, cazar o trabajar en su chagra. De ahí que reciban una contraprestación por sus servicios. Esta reciprocidad hacia el curandero podía materializarse en comida,

mano de obra, artículos industriales como machetes, hachas, etc... y, por supuesto, dinero, muy especialmente en entornos urbanos, como Iquitos, donde el dinero era más necesario, y donde algunos curanderos fijaban por su consulta un precio (aunque en ciertos casos se eximiera el cobro). Tanto Marlene Dobkin de Ríos (1972) a principios de los setenta como Luis Eduardo Luna (1986) en los ochenta reportan la existencia de curanderos profesionales en Iquitos.

La diferencia esencial entre la contraprestación de antaño y la actual radica en el contexto socioeconómico. Las sociedades bosquesinas tienden a ser igualitarias y penalizan la acumulación. Al ser el único “profesional especializado”, no era raro que el curandero iniciara la senda de la acumulación, pero no podía ir muy lejos debido a los mecanismos positivos y negativos por los que las personas redistribuyen los excedentes. De no hacerlo de buen grado, el acumulador se expone a la difamación, el robo y, por supuesto, a ser acusado de brujo, lo que desemboca invariablemente en guerra espiritual. Sin embargo, actualmente, los mecanismos de redistribución se debilitan a la par que la economía de mercado impone su dinámica. La acumulación avanza de la mano de una creciente especialización productiva, la desigualdad social, el aumento de las necesidades de consumo y una relación depredadora con la naturaleza, lo que a su vez, acelera la dependencia de la economía de mercado.

En el pasado, cuando el oficio del curanderismo no reportaba riqueza, los curanderos llegaban a serlo por vocación. Actualmente, la promesa del dinero rápido es una motivación esencial, y es habitual escuchar a los ayahuasqueros criticar a advenedizos que no adquirieron el conocimiento de forma apropiada, sin las dietas pertinentes. Se cuentan una y otra vez historias de supuestos “chamanes” que celebraron ceremonias sin la preparación adecuada y tuvieron accidentes con los “pasajeros”. Por otro lado, es obvio que, a 100 dólares el día, constituye una tentación para el empresario/ayahuasquero que un cliente/paciente permanezca largas temporadas recibiendo un tratamiento “tradicional”.

Sobreexplotación

En las sociedades bosquesinas la reciprocidad no sólo opera entre humanos, también entre humanos y las demás especies animales, vegetales y espirituales, también consideradas “gente” (Gasché y Vela, 2012). Las sociedades bosquesinas han mantenido durante siglos un precario equilibrio ecológico con el resto de las especies, que no nacía de un “amor por la naturaleza” sino más bien de un temor: la creencia de que un abuso de los recursos del bosque generaría enfermedad. Entre los curanderos amazónicos es muy

habitual atribuir el origen de enfermedades a una venganza espiritual del Dueño de los Animales, la Madremonte u otros espíritus que personifican el bosque; tal vez el paciente ha cazado donde no le correspondía o una cantidad desmedida o una especie vedada y él o su familia sufren las consecuencias. La idea de que si se abusa de los recursos del bosque los humanos que lo habitan sufren no tiene nada de supersticiosa, como explica de manera brillante Arhem (1996) en el caso de los macunas. Esta ética se debilita a medida que se impone la economía de mercado, con su visión utilitarista de la naturaleza, las presiones extractivistas, la especialización productiva, las nuevas necesidades de consumo.

Debido al aumento exponencial del consumo de ayahuasca en Iquitos y en el mundo (muchas de la ayahuasca que se consume en Europa y Estados Unidos es producida en Iquitos y exportada desde allí), la liana ha desaparecido en su estado silvestre de los alrededores de Iquitos y cada vez hay que ir a buscarla más lejos, en las cuencas de los ríos Ucayali, Marañón o Napo, a varios días de viaje en lancha. Esta sobreexplotación, ejecutada fundamentalmente por los propios paisanos (el primer y menos rentable eslabón de la cadena productiva) es una más en la larga lista de especies saqueadas del bosque y, en este caso, está generada por los centros que ofrecen tratamientos “tradicionales” y que están desencadenando el mecanismo por el que se revientan las prácticas de autolimitación y reciprocidad con el bosque.

La *Banisteriopsis caapi*, especie invasora que antaño no tenía apenas valor en el mercado, se ha convertido en un rentable producto natural y ha dado lugar a una inusitada red de recolectores, proveedores, procesadores, intermediarios y vendedores. Esta bonanza ha supuesto una dificultad creciente para encontrar ejemplares maduros en la selva; el consecuente aumento del precio ha animado a numerosas personas a dedicar sus terrenos en las inmediaciones de Iquitos a la siembra de ayahuascales, cuyos dueños se quejan amargamente continuos robos en sus plantaciones.

El triunfo del cristianismo

Aunque es habitual que los curanderos amazónicos utilicen en sus rituales símbolos u oraciones cristianas, sus prácticas no se sustentan sobre esta moral. Paradójicamente, los extranjeros, que en muchos casos llegan al chamanismo amazónico insatisfechos con las prácticas cristianas, y que valoran altamente que en los rituales ayahuasqueros sean “puros” (sin símbolos cristianos), acaban por imbuir de un profundo sustrato cristiano el nuevo sistema “tradicional” ayahuasquero.

Una de las características fundamentales del sistema médico amazónico que ha desaparecido de los rituales chamánicos que se ofrecen a los occidentales es el de la brujería. La enfermedad más grave que trata un curandero, el *daño*, es producto de las malas artes de un brujo, habitualmente bien pagado por un enemigo envidioso del paciente. El daño consiste en que el brujo introduce en el cuerpo de su víctima un dardo mágico, el *virote*, que el curandero deberá extraer para devolver el mal a las personas que lo originaron, convirtiéndose, a su vez, en agresor. Esta ambivalencia implica que no exista en el contexto local ni un solo curandero que no sea acusado de brujería. Incluso sus pacientes acuden con cierto recelo dado que los curanderos/brujos son gente que tiene poderes especiales: así como hacen el bien pueden hacer el mal.

Nada se cuenta de brujería y *daño* a los clientes/pacientes occidentales, que tienen una notable tendencia a la idealización de la figura del “chamán” (ya no curandero/brujo), profundamente influidos por ideas cristianas que equiparan espiritualidad con bondad, altruismo y rectitud (según el arquetipo del santo). Esta idealización, que se promueve en las páginas web de los negocios (los “chamanes” suelen presentarse como caritativos, compasivos, de gran corazón, amables...) sitúa a los clientes/pacientes en una situación de entrega y vulnerabilidad, y abre la puerta de que chamanes inescrupulosos abusen sexual y financieramente de sus clientes/pacientes y también devotos.

Paralelamente, la idea generalmente aceptada de que la ayahuasca es una planta “sagrada” no tiene fundamento desde el punto de vista etnográfico. Primero, porque si bien son plantas efectivamente usadas para acceder a una realidad espiritual, esta realidad espiritual está habitada por entes tanto divinos como diabólicos o brujeriles, y puede ser usada con ambos fines. Atribuir sacralidad a la ayahuasca choca también con el análisis etimológico. En lenguas indígenas de distintas familias lingüísticas la ayahuasca pertenece a la categoría de plantas medicinales/venenosas o intoxicantes. (Tournon, 2002; Shepard, 1998).

Merece especial atención la etimología de la palabra ayahuasca, de origen quechua, cuyo significado etimológico ha sido generalmente fijado en *aya* ‘alma’ y *huasca* ‘liana’, es decir, liana del alma (Highpine, 2012). Sin embargo, es muy probable que tenga un significado más prosaico, liana amarga, dado que en el dialecto del quechua que se habla en la región peruana de San Martín, *huasca* significa también ‘liana’ pero la raíz *aya* significa ‘amargo’ (Joshua Homan, comunicación personal). El amargor es un indicativo de la presencia de alcaloides (Beyer, 2009), y entre los curanderos amazónicos “planta amarga” se usa con frecuencia como sinónimo de “planta medicinal”. Más allá del debate lingüístico

hay una evidencia historiográfica. En la década de 1760, el padre jesuita Franz Xavier Veigl, destinado a las misiones del Marañón, en la actual región de San Martín, escribió: “De las plantas dignas de ser mencionadas hay que referirse a la *hayac-huasca*, que significa ‘liana amarga’, y es usada para prácticas supersticiosas y brujería” (citado en Tournon, 2002).

La caracterización que hacen los occidentales de la ayahuasca como planta “sagrada” tiene otra implicación sutil, pero de gran alcance, dado que lo sagrado está restringido y no se puede manejar de cualquier forma o por cualquier persona. Si se transgrede la restricción hay castigo fijado y ejecutado por los jerarcas de la organización religiosa que, previamente y por inspiración divina, han determinado qué es lo sagrado y cómo se debe manejar. Pero lo sagrado, tal y como lo entendemos, tiene difícil encaje en una sociedad igualitaria, donde no se acepta una jerarquía que pueda codificar una práctica y penalizar a quien no la respete con medios coercitivos socialmente legitimados. En este sentido, aunque no han prosperado, en los últimos años varias iniciativas han intentado fijar códigos de buenas prácticas a los que los centros de sanación espiritual para extranjeros habrían de adherirse para recibir una certificación, lo que hubiera constituido un paso más en la jerarquización-codificación de los tratamientos “tradicionales”, es decir, no tan “tradicionales”.

CONCLUSIÓN

En este artículo he bosquejado como el curanderismo ayahuasquero, generalmente tenido por milenario y esencialmente indígena, surge de una interacción multicultural y se configura como profesional, centrado en la salud individual y supraétnico, lo que ha permitido una fácil asimilación por la economía de mercado. Esta asimilación, cuya dinámica podemos observar en ciudades como Iquitos, ha supuesto una reconfiguración del sistema médico, hasta el punto de que se puede considerar que los tratamientos “tradicionales” que se ofrecen en los negocios de Iquitos son, en realidad, modernos, otra prueba más de la irrefrenable capacidad de Occidente para extenderse.

BIBLIOGRAFÍA

ARHEM, Kaj. The cosmic food web. En: DESCOLÀ, Phillippe y Gísli PÁLSSON, **Nature and society**. Nueva York: Routledge, 1996. p. 185-204.

BEYER, Stephan. **Singing to the plants**. New Mexico: University of New Mexico Press, 2009.

DOBKIN DE RÍOS, Marlene. **The use of hallucinogenic substances in Peruvian Amazonian folk healing**. Tesis de doctorado en Filosofía, Antropología. Universidad de California Riverside. 1972.

FOTIOU, Evgenia. **From medicine men to day trippers: shamanic tourism in Iquitos, Peru**. Tesis de doctorado en filosofía, Antropología. University of Wisconsin-Madison. 2010.

GASCHÉ, J. y N. VELA. **Sociedad bosquesina**. IIAP, CIES, CIAS: Iquitos, Lima Japón. 2012.

GOLOB, Ann. **The Upper Amazon in Historical Perspective**. Tesis de Doctorado en Antropología. The City University of New York. 1982

HIGHPINE, Gayle. Unraveling the mistery of the origin of ayahuasca. **Núcleo de Estudios Interdisciplinarios sobre Psicoactivos**. 2012. Disponible en: http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/highpine_origin-of-ayahuasca_neip_2012.pdf Descargado el 5/6/2017 de

LANGDON, Esther Jean. **The Siona Medical System. Beliefs and Behavior**. Tesis de doctorado en Antropología. Tulane University. 1974.

LUNA, Luis Eduardo. **Vegetalismo. Shamanism among the mestizo population of the Peruvian Amazon**. Tesis de doctorado en Humanidades. Universidad de Estocolmo. 1986.

MARONI, Pablo. **Noticias auténticas del famoso río Marañón**. Iquitos: IIAP, CETA. 1988.

SHEPARD, Glenn H. Psychoactive plants and ethnopsychiatric medicines of the Matsigenka. **Journal of Psychoactive Drugs**. v. 30, n. 4, p. 321-332, 1998.

SUÁREZ ÁLVAREZ, Carlos. **La Edad del Desarrollo**. Tesis de Maestría. Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonia. Leticia. 2011.

SUÁREZ ÁLVAREZ, Carlos. **El paciente siempre tiene la razón**. Trabajo presentado en el V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología. Bogotá. 2017.

SUÁREZ ÁLVAREZ, Carlos. **Ayahuasca, Iquitos y Monstruo Voraz**. Libro multimedia disponible en www.ayahuascaiquitos.com/es. 2015.

TOURNON, Jacques. **La merma mágica**. Lima: CAAAP. 2002.

2. A MALOCA E O MAMBE ENTRE OS HUITOTOS: O SAGRADO E A SABEDORIA

BRAUN, Deloni de Meira Freitas

Universidade do Estado do Amazonas – UEA

delonif@hotmail.com

PINTO, M^a Auxiliadora Coelho

Universidade do Estado do Amazonas-UEA

auxicoelho@hotmail.com

COSTA, Mauro Cesar da Silva

Universidade do Estado do Amazonas-UEA

mauro.bc23@gmail.com

INTRODUÇÃO

Saber descentrarmos de nós mesmo, assim como de nossa cultura e de nossa própria sociedade, nos leva a entender e respeitar o outro, compreender a relação entre indivíduo – indivíduo, culturas – culturas, indivíduos – culturas, natureza; nos leva a refletir comparações sem julgamentos, tendo o olhar o exótico como familiar e o familiar como exótico, compreendendo e respeitando as diferenças. Em *Mito e Significado* (1987), Strauss diz que:

[...] muitas conclusões que se podem extrair da investigação antropológica é que, a mente humana, apesar das diferenças culturais entre as diversas fracções da Humanidade, é em toda a parte uma e a mesma coisa, com as mesmas capacidades. Creio que esta afirmação é aceite por todos (Lévi-Strauss, 1987, p.25).

Viver as experiências dentro uma cultura alheia com a falta de familiaridade daquele “universo”, onde práticas e atos são tidos como base para a convivência dos povos e de suas mitologias, nos leva a conhecimentos jamais imaginados, vivenciando experiências que serviram para rever o nosso modo de pensar e agir na cultural da sociedade (etnia) pesquisada.

Quando decidimos realizar a nossa pesquisa com a etnia Huitoto, sabíamos que teríamos grandes descobertas, pois estamos falando de uma cultura alheia ao nosso conhecimento, uma cultura de outro país e que possui seus mitos e lendas ainda muito

preservados em suas aldeias. Os Huitotos estão situados, em sua grande maioria, em Letícia (capital do departamento do Amazonas), especificamente suas aldeias ficam localizadas nos quilômetros seis, nove, onze e quinze de Letícia, onde a maior concentração de povos está no quilometro onze.

Hoje, vivem aproximadamente mais de 7mil pessoas (Etnia Uitoto, 20 maio 2012), nas quatro aldeias colombianas e suas casas são construídas em torno da maloca. Alimentam-se basicamente da horticultura, caça, pesca e coleta de frutos que plantam nas aldeias, como por exemplo: banana, abacate, inhame, amendoim. A principal fonte de alimento e renda são as “uica”, mais conhecidas como macaxeiras (ou mandiocas), as amargas são usadas para a produção da farinha (parte da renda) e as doces para seu próprio consumo.

Os Huitotos também plantam a coca, um elemento indispensável para as cerimônias dos mambes e dos seus rituais; para eles a folha da coca é uma planta sagrada, é a planta da palavra, o símbolo da fala. É através do ritual no mambeadero que se invoca o poder, a força e a sabedoria. Lá se permite o “transe”, o falar, a reconstituição, a essência da vida e de suas culturas e tradições. Para eles a coca é a simbologia da palavra.

Todo ritual do mambe é realizado dentro da maloca, no mambeadero, considerado por eles como um lugar sagrado, no qual o cacique reúne jovens e adultos para mambear e transmitir histórias, mitos e lendas; conhecimentos passados de geração em geração, através de direcionamentos “místicos” para que os indivíduos da aldeia possam conviver, relacionando-se com os demais indivíduos da comunidade e sociedade em processo de interação. Tal processo pôde ser assistido por nós, pesquisadores, os quais tivemos o privilégio de “vivenciar” durante a prática de campo, realizada na etnia Huitoto.

TRILHANDO A METODOLOGIA DO TRABALHO

Os estudos para a efetivação das atividades desenvolvidas neste trabalho tiveram como base a pesquisa-ação, pois esta exige o envolvimento ativo do pesquisador e a ação por parte das pessoas ou grupos envolvidos no problema. Segundo Gil (1999, p. 60), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para a realização deste trabalho, fez-se necessária a utilização de diversas técnicas de coleta de dados e informações para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, para isso, empregou-se a abordagem qualitativa.

Sendo assim, para efeitos desta pesquisa foi necessária à coleta de dados primários através de visitas *in loco* e entrevistas não estruturadas por meio de conversas formais e informais com os indígenas Huitotos que estão situados em sua grande maioria em Letícia, uma cidade da Colômbia, capital do departamento do Amazonas; especificamente as aldeias ficam localizadas nos quilômetros seis, nove, onze e quinze, com a finalidade de coletar informações para responder os objetivos propostos neste trabalho.

Segundo Leite (2008), recorre-se à entrevista sempre que se tem necessidade de dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentárias e que podem ser fornecidos por certas pessoas que falam por si mesmas ou por entidades que dirigem ou representam, contribuindo deste modo, para o desenvolvimento do trabalho. E nesta mesma linha teórica de pensamento, destacou-se um dos maiores etnólogos de seu tempo, Malinowski que teve como base o desejo de transformar conhecimentos e relatos em Sabedoria.

Há, porém, um ponto de vista mais profundo e ainda mais importante do que o desejo de experimentar uma variedade de modos humanos: o desejo de transformar tal conhecimento em sabedoria. Embora possamos por um momento entrar na alma de um selvagem e através de seus olhos ver o mundo exterior e sentir como ele deve sentir-se ao sentir-se ele. No nosso objetivo final ainda é enriquecer e aprofundar nossa própria visão de mundo, compreender nossa própria natureza e refiná-la intelectual e artisticamente. Ao captar a visão essencial dos outros com reverência e verdadeira compreensão que se deve mesmo aos selvagens, estamos contribuindo para alargar nossa própria visão. (Malinowski, 1976: 374).

Utilizamos diversas técnicas de pesquisas (abordagens e filmagens) para a coleta de dados e informações, além do cuidado e o respeito às tradições das culturas entre os huitotos. Para a análise e interpretação dos dados coletados utilizamos a análise dos conteúdos e interpretações das conversas formais e informais; e principalmente na entrevista com o cacique da aldeia Huitoto; uma pesquisa de campo, envolvendo autor (es) e espectadores dentro desta pesquisa.

TRAJETÓRIA ATÉ CHEGAR NA MALOCA HUITOTO

Após o agendamento realizado por um membro da equipe, seguimos até o quilômetro 15 (quinze) de Letícia (cidade na Amazônia Colombiana), onde fomos recepcionados pelo Sr. Plácido Santana – guia nativo da etnia huitoto. Sua morada fica na estrada urbana, porém ele teve a função de nos guiar até a aldeia (local rural, poderia assim dizer), situado em meio à floresta.

Após a recepção, iniciamos uma caminhada de aproximadamente uma hora, fazendo um percurso de quatro quilômetros mata adentro para chegar até a aldeia; durante este percurso, passamos por inúmeras dificuldades, pois o dia estava chuvoso e a trilha estava escorregadia; passamos por cima de troncos de árvores, que ajudava nos locais de difícil acesso. Alguns lugares estavam alagados e com muita lama e durante todo o percurso o Sr. Plácido, que foi nosso guia, nos mostrou algumas árvores, seu significado e sua importância para a fauna e a flora.

Quando chegamos à maloca, fomos recebidos pela esposa do cacique que nos atendeu dando as boas vindas e pediu para aguardarmos pelo cacique, passados alguns minutos, o cacique chegou até nós, explicou rapidamente como seria realizada a entrevista e nos convidou para entrar na maloca. Ao adentrar na maloca um silêncio tomou conta do local, o cacique sentou-se no mambeadero e iniciou-se o ritual do Mambe, no qual foi constatado, posteriormente, o uso da folha da coca e do tabaco (ambil). Após uns quinze minutos, o cacique nos chamou para iniciar a entrevista, acompanhada também pelo ritual.

MALOCA: LOCAL SAGRADO, MÍSTICO E RITUALÍSTICO ENTRE OS HUITOTOS

Quando chegamos ao território de pesquisa, em Letícia (Colômbia), precisamente na estrada do quilômetro 15 (local dos Huitotos), nos deparamos precisamente com o local de morada do Sr. Antônio Sanchez, nativo local, conhecido como Cacique ou Pajé daquela localidade. E estando exatamente no local de encontro (guiados pelo Sr. Plácido), não tivemos como deixar de observar uma de suas moradias que nos chamou bastante atenção, pois a mesma se encontrava paralela à residência do Cacique e geograficamente no centro do local que para nós, não-nativos, seria no terreiro da casa; tratava-se de uma espécie de moradia que se diferenciava das demais, tanto pelo tamanho dimensional (altura e espaço

interno e externo) como pelo esplendor da arquitetura, diferenciada das demais moradias comuns. Moradia chamado de Maloca, considerada sagrada pelo cacique huitoto.

Foi possível observar uma engenharia única na maloca visitada, pois a mesma estava amarrada com cipós da região, coberta de palhas “tecidas” à mão e tendo seu piso feito do próprio barro local com escadas de madeira “diferenciadas” das de costumes que são feitas pelo homem branco e que se estende (de baixo para cima) até uma espécie de “alojamento” para descanso ou observação de quem está a admirar as danças ou ritos no interior daquele local.

Segundo o cacique, na aldeia existe um local sagrado, místico e mitológico; lugar de reuniões, danças e festivais, onde também se recebem as visitas turísticas e de pesquisadores (como no nosso caso), além de receber pessoas do mesmo parentesco ou de outras etnias e onde são realizadas as preparações de chás e comidas típicas, curas e ritos, local precisamente chamado de Maloca.

Antigamente, a maloca servia como local de moradia e descanso dos Huitotos, na qual as famílias se dispersavam e se aglomeravam dentro do espaço interno dela, ou seja, no seu interior, conforme ia crescendo o número de integrantes. Porém, hoje se observa que é comum ter moradias próprias para cada família, moradias estas que se apresentam não muita diferenciadas das de comunidades ribeirinhas ou mesmo de pessoas humildes em terras habitadas por membros locais dentro de suas sociedades, apresentando formatos de casas pequenas ou medianas, dependendo muito do proprietário ou do número de moradores que irão habitar o lugar. Mas nada e nenhuma dessas moradias se compara à “habitação” tradicional com sua exuberante “arquitetura nativa” – pelo esplendor que nos chama atenção – “batizada” de Maloca.

Conforme entrevista gravada por vídeo conferência, o Sr. Antônio Calleto Sanchez (Cacique) nos relatou que a Maloca era um local sagrado, dizia ele: “As curas são na Maloca, local sagrado para os Ritos, práticas de cura, dança, encontro dos povos e etnias, e principalmente, para a prática ritual do Mambe”. Segundo ele, tudo que fosse perguntado dentro da perspectiva do místico, do rito e da sabedoria, teria que ser respondido ali naquele local sagrado e toda prática de dança teria que ser praticado nesse local, mesmo quando em alguns rituais (de danças por exemplo) houvesse necessidade de se locomover para fora da Maloca; ela era o “centro” da arte da dança e do rito. Uma característica interessante é que toda dança, rito ou cura, começa no interior da Maloca, com atividades sempre realizadas de dentro para fora e nunca de fora para dentro.

No caso da cura, por exemplo, a pessoa enferma ou “enfeitiçada” vem de fora buscar a “cura” (ou pajelança), onde todo o processo da pajelança (cura) se dá de início dentro da Maloca e mesmo que essa pessoa precise de várias “terapias nativas” ela sabe que o que se iniciou (no processo da cura) dentro da maloca, tem que terminar também ali naquele local, assim como as danças, ritos e magias que se iniciam e se finalizam dentro dela.

Mas, como foi dito anteriormente pelo Cacique Huitoto, de todos os acontecimentos dentro da Maloca nas perspectivas dos sagrados, místicos de crença e ritos, a principal cerimonia é o Rito do Mambe, pois o mesmo (no seu “transe”) é o centro de toda teoria e sabedoria adquirida e repassada de seus ancestrais. É através do Mambe que se tem o conhecimento da humanidade, dos seus ritos e mitos. É na Maloca, conforme a tradição dos Huitotos, é que se pode “mambear”.

Neste mesmo local (maloca), conforme foi nos mostrado pelo Sr. Antônio (e também pelo Guia – Sr. Plácido Santana) é que o Cacique (ele próprio) se transforma em Pajé – com dons e dádivas místicas próprias – e onde começa todo tipo de cerimônia ritualística de crença ou cura. Por isso e outras características nativas dos Huitotos e principalmente como já fora dito, pelo ritual do Mambe, que acreditamos na crença da Maloca se tornar um local Sagrado, lugar de transmissão e recebimento dos conhecimentos tradicionais e culturais transmitidos por gerações de Huitotos e por outras etnias.

Foi na Maloca que tivemos a oportunidade de aprender e ouvir os relatos do Pajé (Sr. Antônio), de subscrever e tentar compreender suas histórias e a de seu povo. Tivemos também a oportunidade de observar a cerimônia ritualística do Mambe, ritual praticado pelo Pajé dentro da Maloca e que nos foi de grande riqueza cultural, pois não tínhamos total conhecimento sobre esse tipo de ritual.

Tivemos também relatos ricos e experiências jamais vistas por alguns dos pesquisadores (já que se tratava de trabalho em grupo). Ficamos por horas no papel do pesquisador etnólogo, observando e vivenciando o ritual do mambe: suas lendas, crenças e contos. Observamos cada objeto (item sagrado ou não para os Huitotos) ali localizados dentro da Maloca, cada um com suas características fundamentais e com formatos que despertaram interesses durante a pesquisa.

Um dos objetos que chamou-nos atenção pelo trabalho em si e pela prática simbólica foi o: “Macaco Sanguinário”; por tratar-se de um objeto de madeira, considerado Sagrado e ao mesmo tempo “Sanguinário” pelo Cacique Huitoto; talvez um “objeto” de estudo bastante interessante dentro da cultura dos Huitotos colombianos para se falar de Rito e

Mito. Porém, ao ser perguntado sobre o “ser” (na sua cosmologia) e a finalidade do “Macaco Sanguinário”, seu Antônio apenas fez o convite dos Bailes ritualísticos.

Nossa curiosidade e o desejo de pesquisar sobre o mito do “Macaco Sanguinário” foi imensa como pesquisadores, porém o pajé não os concedeu esta honraria; o que não nos intimida de voltar à aldeia Huitoto. E como pesquisadores, o respeito pelo sagrado e mito, assim como pela vontade do pajé (de falar ou não sobre o mito) deve ser respeitada e reconhecida. Sendo a paciência e humildade uma das virtudes de um (a) grande pesquisador (a), na elaboração de um projeto de trabalho de campo.

Ressaltamos que houve uma reciprocidade de ambas as partes ali encontradas, inclusive fomos convidados a participar dos festejos (bailes ou danças) para o melhor entendimento dos seus rituais mitológicos, bailes estes que se dão 03 (três) vezes a cada ano. Esses bailes (cada) duram cerca de 02 a 03 dias e começam ao meio, conforme nos foi passado pelo cacique. Inclusive, um baile já foi feito este ano, restando o mais próximo que será realizado depois da segunda quinzena de julho e o último no final do ano. Diante disso, foi possível perceber que no baile (ritualístico) tradicional se tem em parte o conhecimento do papel do “Macaco Sanguinário”, o que nos chamou bastante atenção e nos trouxe uma grande curiosidade, enquanto pesquisadores de campo.

Já na despedida, houve a aproximação dos outros integrantes da família Huitoto, já que durante todo o ritual do mambe, além do grupo de pesquisadores e do Guia (único membro familiar e de parentesco que também fez parte da cerimônia) havia outras pessoas que circulavam e ora adentravam e saíam da maloca, no entanto, sem interferir no ritual do mambe realizado pelo Pajé. Estávamos ali cerceando um momento “prazeroso” ao assistirmos e desfrutarmos (de certa forma) parte da cerimônia. Nesse momento, vimos o total respeito pelo “papel” do Cacique (ou Pajé), inclusive foi o momento de descontração, onde nos aproximamos do restante da família e assim criamos um instante de interação, no qual conhecemos a esposa do cacique e uma outra nativa que fazia visita naquele horário (próximo do final ritualístico) para ser curada pelo Pajé em sua segunda ida à aldeia.

CACIQUE E SUA FUNÇÃO DENTRO DA ALDEIA HUITOTO

Dentro da Comunidade Huitoto o cacique exerce um papel de liderança, autoridade e curandeiro (pajé), ele é o chefe da maloca e a autoridade máxima da mesma, tornando-se o responsável pela segurança cósmica e pela prática em grupo, através dos rituais em

busca de proteção divina para os períodos de colheitas e cerimônias, nas quais invoca, através do mambe, as curas e prevenções de doenças na comunidade local.

O cacique é quem negocia com o governo e demais autoridades sobre as melhorias e benefícios para as aldeias; é ele quem busca soluções para os problemas enfrentados pelos indígenas por ele liderados, fazendo contato com outras etnias e sendo o responsável pela organização dos bailes que comemoram datas importantes como, por exemplo, o dia 20 de julho que comemora o dia de São Rafael, seu padroeiro.

Como diz Pinto (2017, p. 9) devemos crer na cultura e na tradição popular do Cacique e de seu povo: ...“devemos respeitar, pois existem pessoas que entendem, acreditam e confiam, como é o caso dos nossos indígenas, percebe-se claramente em seus rituais”... sempre respeitando suas crenças e ritos.

MAMBE: A SIMBOLOGIA DA FOLHA DA COCA E A SABEDORIA ENTRE OS HUITOTOS

O Mambe é um dos rituais mais importantes para a etnia Huitoto, ritual este que se dá através do uso da folha de coca (*Erythroxylon coca*) e do tabaco (*Nicotiana tabacum*), ambos fazendo parte da cultura, tradições, ritos e em alguns casos da economia huitoto.

Segundo a crença dos Huitotos, a coca teve origem quando uma menina que estava crescendo foi com sua mãe para uma fazenda e na chegada sentou-se em uma vara, e quando a mesma balançou a cabeça deixou cair algumas mechas de seus belos cabelos. Dessa forma, foi originada a árvore de coca e é por essa Lenda que toda a etnia dos Huitotos cuida da coca como se cuida de uma filha, pois acreditam que se a coca for maltratada, ela fica doente como um ser humano.

Os Huitotos acreditam que através da coca e do tabaco é possível que os espíritos ancestrais mostrem o conhecimento e as situações em que se encontram à cultura da amazônia e do mundo; além de aprovarem ou não as atividades como: caça, pesca, entre outras; também noticiam as doenças e as faturas que alcançarão aquele povo indígena.

Para o povo Huitoto, a coca representa a palavra, ou seja, é considerada como a simbologia da linguagem, da fala, é um presente dos deuses; a árvore da coca é acatada como um “livro sagrado”, onde cada folha representa uma palavra divina e através do seu uso é possível invocar poderes dos deuses pelo ritual do Mambe. É o “centro” da Sabedoria.

O processo de rito (cultivo) da folha da coca, assim como de todo o ritual de preparação, é passado pelos ancestrais de geração em geração e dá-se quando as folhas

maduras são torradas no fogo. Tradicionalmente esse processo é realizado em panelas de barro, porém também é utilizada a panela de metal; as folhas são moídas dentro de um “poste” e peneiradas diversas vezes até que sobre somente os talos das folhas na peneira; após o preparo, o cacique mistura com cinzas de yarumo (planta conhecida na Colômbia como **cetico**) e então inicia-se o ritual, colocando o pó verde na bochecha e misturando-o com a saliva, nisso enquanto o pó é dissolvido também é ingerido.

Os Huitotos também acreditam que a coca traz benefícios para a saúde, pois afirmam que as folhas não servem apenas para tomar decisões importantes na aldeia como também para fortalecer o corpo contra as doenças do ar.

Assim como a coca, o tabaco também é muito utilizado, através do ambil (suco do tabaco) que é oferecido na cultura Huitoto em sinal de amizade. Acredita-se que a palavra ambil significa palavra de comportamento ou disciplina, que é a base para cuidar das famílias. Todo o processo de preparação do ambil é considerado um ritual para os Huitotos, portanto, é acompanhada de orações, ritos e cantos em reverência ao tabaco.

O ambil resulta da folha do tabaco e seu processo dá-se através das folhas frescas que são cozidas por um tempo de 12 a 20 horas; passando por um longo processo de cozimento em fogo brando até que se obtenha uma consistência grossa, que é misturada com sais vegetais. Após a mistura, a consistência novamente é cozida em fogo brando até resultar uma pasta preta e elástica que fica armazenada em um recipiente, podendo ser utilizado por até 05 meses.

RITUAL DO MAMBE: O CENTRO DA SABEDORIA E O CONHECIMENTO ENTRE OS HUITOTOS

De acordo com as experiências vivenciadas na Maloca Huitoto, tivemos a oportunidade de presenciar a prática da mambeação (Processo místico realizado através das folhas da Coca, e do Tabaco utilizadas pelo Pajé), realizada pelo cacique da maloca Sr. Antônio Calleto Sanchez, popularmente conhecido como “El Diablo”, que através do seu conhecimento nato, nos explicou o significado dessa prática e rito tradicional.

A coca e o ambil (tabaco) são elementos considerados essenciais pelos Huitotos. Elementos que constituem a prática do rito do Mambe, o que alimenta e dá a vida, uma medicina que cura o corpo e o espírito, e através do seu uso predispõe-se ao homem o poder da palavra, da Sabedoria e do Conhecimento e possibilitando também o contato com o entorno espiritual.

O rito dessa prática sagrada é considerado o centro de toda a fonte de conhecimento, o poder da palavra, conselho, lei de origem e sabedoria, que, sem esses dois elementos (coca e ambil) não há como falar da cultura Huitoto, na qual o mambe também é utilizado com frequência nas jornadas diárias de trabalho, pesca, agricultura e outros.

A maloca é o espaço designado tradicionalmente para se obter a prática, onde o cacique por sua vez, sentado no mambeadero e reunido entre jovens e adultos, passa a mambear a partir de um preparo ritual e espiritual.

Ressaltamos que as mulheres não fazem parte desse processo ritualístico, devido que pela sua condição física, diferente das do homem e principalmente por ter ciclos menstruais, acaba distanciando os bons espíritos e facilitando o acesso de espíritos malignos que distorce o conhecimento nas comunidades. No entanto, as mulheres têm como função a preparação da comida, cuidar das crianças e outras modalidades.

O mambe é fundamental para as tomadas de decisões políticas, nos preceitos éticos/morais, e principalmente para regular a organização social do povo, pois os homens ficam sentados no “mambeadero” e a folha da coca os faz transmitir palavras de poder e principalmente para adquirir Sabedoria entre sua tribo.

Através do rito do mambe, temos a oportunidade de conhecer e aprender mais sobre as raízes do povo Huitoto, seus ancestrais, costumes e tradições; misticismos ritualísticos onde a Sabedoria e o Sagrado se misturam. Uma construção de histórias e culturas do povo nativo huitoto, uma essência explicada através da “mambeação” praticada pelo Pajé. Uma história seguida e narrada através de inúmeras gerações de seu povo.

TRADIÇÕES E RITUAIS DOS HUITOTOS

Falar de tradições e ritos, além de alguns mitos ou lendas entre os Huitotos em territorialidade colombiana, precisamente na tríplice fronteira com o Brasil e o Peru, foi desafiador. Já que para muitos, inclusive para os pesquisadores do grupo, ter a experiência e a oportunidade de manter contato com a etnia e cultura dos Huitotos não foi simplesmente fácil.

No primeiro momento, nos concentramos, principalmente na fala (através da entrevista) e na cerimônia ritualística da “mambeação” que foi presenciada pelo grupo, tendo o pajé como autor principal e o Mambe (sabedoria) como elemento fundamental para o ritual; esse processo ocorreu concomitantemente dentro da maloca (local sagrado). Foi nos repassado pelo pajé local, que as tradições dos Huitotos surgiram com seus

antepassados e têm sido transmitidas até as gerações atuais e provavelmente – caso não sejam extintos, conforme relatos preocupantes por el Observatório del Programa Presidencial DH e DIH del la Vice-presidência de la República colombiana (2008), localizado em departamento del Putamayo, na Colômbia – irá se estender até as gerações futuras.

Numa de suas falas durante o “transe” da mambeação foi nos dito que o ser humano (um huitoto, segundo o pajé) surgiu do centro da terra, ou seja, de uma espécie de buraco pelo qual os deuses abriram, por então onde o ser humano foi concebido. Uma história semelhante foi encontrada em um dos artigos pesquisados que assim relatava: “De acordo com o mito de origem, todos os grupos étnicos estavam sob a terra e o Uitoto surgiu de um orifício localizado na região de La Chorrera. Um dos Deuses, Moma, escolheu este lugar porque é o canal através do qual a terra respirava. Jitoma é o personagem principal de sua cosmovisão”.

Como podemos observar, apesar do tempo e das distâncias territoriais e suas trajetórias ritualísticas que podem ou não se difundir de cultura para cultura, ou seja, de uma etnia à outra (ou da mesma etnia, mudando apenas as gerações). Não podemos deixar de lembrar de Lévi Strauss (1987, p.18) em sua obra Mito e Significado, o qual pressupõe que: “não se pode substituir uma palavra por qualquer outra palavra, ou uma frase por qualquer outra frase (arbitrárias), tem de haver regras de tradução...porque há algum tipo de ordem no universo e o universo não é um caos”. Lévi Strauss nos expõe que há alguma ordem (cronológica e/ou cosmológica) entre as tradições, seus relatos, seus ritos e culturas de uma mesma sociedade (etnia) local, não importando o tempo e o espaço dentro desse contexto.

Com isso, nos foram difundidos o Saber e a importância do local Sagrado, da Sabedoria, da Crença, da “transformação” do Cacique em Pajé e principalmente, da cerimônia ritualística do Mambe, que é uma tradição dos Huitotos. Tradição e Cultura “viva” dentro de suas etnias e sociedades, coincidindo com a fé e a crença pelos seus deuses. E na humildade o respeito por seus anciãos, preservando uma tradição “envolvida” de geração em geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda tribo ou etnia possui saberes e tradições que são únicos dentro de sua cultura com seus mitos, músicas, danças e ritos. É através da cultura de cada povo que

entendemos as diferenças que cada uma possui e assim podemos constatar que mesmo dentro de um país há a diversidade de etnias que enriquecem as culturas do mesmo.

Os relatos da pesquisa em grupo, nossa observação etnológica e a descrição dos relatos vivenciados na Maloca, estudando os rituais do Mambe pelo Pajé nos levam a uma perspectiva de que as tradições, ritos e magias ainda permanecem inseridos e “vivos” na cultura huitoto. Uma observação de campo com relatos extraordinários da mitologia e cerimônias entre seus povos e sociedade. Destaca-se por Da Matta em *Relativizando* (1987) um importante aspecto na linha de pesquisa:

[...] Quando eu tenho consciência de que devo escrever ou dar minha opinião sobre um determinado assunto, estou sempre realizando a ação depois de um diálogo com minha consciência. E minha consciência é um <<armazém>> de paradigmas e regras de ação, todas colocadas ali pelo meu grupo e minha biografia neste grupo... (Da Matta, 1987, p. 48).

Dentre os diversos grupos étnicos colombianos, o povo Huitoto, é conhecido pelo apreço na “cultura da mandioca”; também é considerado como uma etnia oriunda da Amazônia, rico em seus costumes por causa dos mitos e ritos que possui. Rituais estes que recorrem à utilização de ervas como a coca e o tabaco para realizar o mambe, que por sua vez é tido como um dos acontecimentos mais importantes da etnia por se tratar de uma cerimônia sagrada que traz conhecimentos e curas ao povo Huitoto.

Com a pesquisa empírica e o trabalho em cima do Sagrado e da Sabedoria da etnia Huitotos com seus relatos de crença e tradição, suas culturas e vivenciando um ritual “mambealístico”... fora possível então observar, analisar e entender de que na cultura dos Huitotos tudo é realizado dentro da aldeia (especificamente na Maloca) através do Rito do Mambe. Tudo o que diz respeito a esse ritual é considerado sagrado e isso inclui a coca e o tabaco, considerados como ervas sagradas que geram conhecimentos para todas as gerações que possam surgir na aldeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PINTO, Maria Auxiliadora Coelho. In: ***A trajetória de Uma Experiência na busca da Fonte Milagrosa no Santuário de Loma Encantada***. 7º EIPCAM; CSTB/UEA/AM, 2017. p. 01, 11.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social.– RJ: Rocco, 1987.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, Francisco T. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros**. São Paulo: Idéias & Letras, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. Edições 70, Lda., Lisboa – Portugal. Tipografia Guerra – Viseu, 1987, p. 08, 64.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da nova guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436 p. (Pensadores (os); v. 43).

www <http://etnia-uitoto.blogspot.com.br/2012/05/etnia-uitoto.html> no Artigo “**Etnia Uitoto**”; publicada em 20 de maio de 2012, acesso em 18 abril 2018

3. O TEMPO PIRAHÃ, A VIDA NO AGORA

ROQUE, Eliane Delamar

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

elianedelamar@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo se refere a uma das muitas contribuições do povo Pirahã na oportunidade de minha primeira entrada em suas aldeias em agosto deste ano. Este pré-campo estabeleceu-se em razão de meus estudos norteados pelo curso de mestrado em antropologia social da Universidade Federal do Amazonas - Ufam.

Os pirahãs são monolíngues, seminômades, caçadores/coletores e considerados de recente contato com elevada autonomia. E apesar de serem classificados em várias bibliografias como uma sociedade que não possui acervo ou discurso mitológico os dados etnográficos apontam para uma cosmologia diversa repleta de crenças e figuras míticas. Neste contexto, a morte do corpo entendida como fato social total revela-se um importante elemento de reconhecimento e circunscrição dos modos de vida Pirahã. O Objetivo da pesquisa no mestrado é compreender como os trâmites da morte impactam na vida pirahã e se o uso dos colares atua como elemento de defesa contra o quê os ameaça. O interesse é em produzir instrumental teórico às equipes de saúde que são hoje o braço do Estado mais atuante nas aldeias.

Mas eis que neste contexto, surge outro ponto de reflexão a respeito dos modos de vida pirahã: a percepção do tempo. Esta questão mostrou-se relevante pela constante encontrada em trabalhos como o do linguista Daniel Everett (1983) que aponta que os pirahãs não possuem em sua língua inflexões que remetam ao passado, presente ou futuro. Na oportunidade do pré-campo um pouco deste trânsito pelo 'agora' pode ser observado e, apesar de saber que uma atividade de poucos dias não é suficiente para estabelecer verdades contextuais sobre um povo, arrisco aqui algumas reflexões acerca de minha primeira entrada em terras pirahãs. Até porque a convivência com as águas do Maici por dez dias também, aos poucos retirou de mim alguns dígitos como dias do mês, idade cronológica e quantidade de horas. Este é um prêambulo de pesquisa que pretende refletir sobre a vida a partir da morte. E agora, do tempo.

A morte do corpo como tempo que finda pode ter outro significado para o povo que não quantifica a passagem da vida por meio dos números? As noções do tempo e da vida diante disto ressignificam-se? Estas questões foram suscitadas por esta primeira partilha de contexto. Estas reflexões deram origem a este artigo.

O tempo

Quem está no controle? Nós ou o tempo? Se eu adiar a vida por conta de um minuto quem passou pela vida? O minuto ou eu? O tempo quando escorre, quando cria uma história, quando demarca um começo ou um fim, tem massa. Pesa. Cria vida como uma personagem, com uma agência e um protagonismo quase irrefreável.

Mas se o tempo como coisa nenhuma que, apesar disso, passa e transforma e demarca, pudesse ser suspenso por alguns instantes colocando a vida no espaço de

agora? E se pudéssemos nos relacionar somente com o presente? Com a vida que existe e não com a que passa?

Segundo Ingold (2000:41):

De todas as espécies de animais, o argumento é que os seres humanos são os únicos em que ocupam o que Richard Shweder (1990: 2) chama de "mundos intencionais". Para os habitantes de tal mundo, as coisas não existem "em si", como objetos indiferentes, mas apenas quando lhes é dado forma ou significado dentro de sistemas de representações mentais.

O autor trata do ambiente dos seres humanos como culturalmente constituído. E capaz de animar coisas inanimadas como a natureza. Não a natureza natural (condição) objeto de estudo de cientistas naturais, mas a natureza culturalmente percebida (construção).

Nesse contexto, nenhum conceito de tempo é estabelecido por si mesmo e nem os instrumentos utilizados para demarcar sua passagem, ainda que estejam ligados ao mundo natural. Os modelos escolhidos são intencionais e não definitivos. Já que essa relação entre humanos e não humanos “baseia-se numa ilusão - que se origina da incapacidade para reconhecer onde a realidade termina e sua representação esquemática começa.” (Ingold, 2000:44)

Ingold (2000:47) trata da organicidade nas relações de natureza e sociedade entre os caçadores e coletores afirmando que nesse contexto “não há dois mundos, mas apenas um impregnado com poderes pessoais, e abraçando os seres humanos, os animais e plantas dos quais eles dependem, e as características da paisagem em que eles vivem e se movem.”

Assim, o tempo na floresta é um tempo de partilha com a natureza tentando conhecê-la, apreende-la. A partilha torna o tempo útil, pois é a mesma qualidade de tempo dispensada a outros humanos, é um investimento na relação com a natureza da mesma forma como se investe na manutenção e construção da intimidade com parentes. Esse tempo gasto/passado que poderia ser contabilizado por números e legitimado ou não por ganhos e perdas, no contexto dos caçadores/coletores é um processo que possibilita uma relação factível e necessária.

Esse tempo que queremos reconhecer, portanto, nem sempre será encontrado onde o procuramos. Não está estabelecido ainda que haja rotações da terra. Esse tempo, não tem a importância que lhe dispensamos, ainda que a morte seja uma interlocutora feroz

afirmando que, pelo menos aqui na terra, sim, esse tempo acaba. Esse tempo, o tempo, às vezes, nem passa para alguns. Ingold (2000:55) nos informa que o

Conhecimento do mundo obtém-se movendo-se nele, explorando-o, atendendo-o, sempre alerta aos sinais que são revelados. Aprender a ver, então, é uma questão não de adquirir esquemas para *construir* mentalmente o ambiente, mas de adquirir as habilidades para percepção direta *engajada* com seus constituintes, humanos e não humanos, animados e inanimados.

A atenção nesse caso é para a sutileza dos processos que nos esclarecem acerca dos modos de vida que se expressam e se reproduzem sob as mais diversificadas formas e sob os mais variados contextos. Porque contextos definem formas, as diversificam, e formas só existem porque variam os contextos e as diversidades.

A Época é “um instrumento metodológico que expande a visão sobre o tempo” (Fabian 2013:42) como um ponto que irrompe através da viagem do tempo. A ideia de época situa o estudo e tenta evitar anacronismos. Bossuet (apud Fabian 2013:42 e 43) utilizava o termo *discourse* em suas obras como forma de esclarecer que o quê teorizava estava, antes mesmo de surgir, delimitado no espaço e no tempo pela época de sua produção, ou seja, permeado de discurso moral e político norteador daquilo que era apropriado ou comum dizer ou fazer em determinada época. Ele sugeria assim, que fugíssemos da literalidade dos discursos.

Então, ao mesmo tempo, esse tempo também estabelece formas. O conhecimento que emerge de uma época está embebido nos valores políticos, ideológicos e morais que vigoravam nela. Nesse caso, o tempo converge saberes para um mesmo lugar, os justifica, os localiza e evita que surjam divergências quanto à relevância dos escritos, dos ditos.

Neste contexto, transcender o tempo físico (literal), cronológico é muito importante no discurso antropológico. É preciso achar o tempo do outro, dimensioná-lo, localizá-lo como forma de compreender de maneira intersubjetiva os discursos, os processos, o desenvolvimento da vida de maneira geral. É preciso criar o que Fabian (2013) chama de “tempo compartilhado”.

O tempo sagrado delimitado pelos mitos religiosos e, sobretudo, pelas histórias bíblicas demarcou o mundo ocidental e criou inclusive o calendário que estabeleceu a história deste como antes e depois de Jesus Cristo. O tempo da salvação estabeleceu lugares, espaços onde deveriam estar os pagãos, os cétricos, os outros que precisavam ser

arrebanhados e trazidos para dentro do tempo do “rebanho guardado pelo divino pastor” (Fabian, 2013: 62).

Com a vigência das ideias de Darwin (apud Fabian, 2013:50) e a perspectiva de um mundo orgânico em evolução “a cronologia bíblica teve que ser abandonada” por “não conter o tipo certo de tempo”. O tempo foi naturalizado ao ser datado e construído a partir dos estudos acerca da evolução das espécies que resultou nos muitos milhões de anos registrados no espaço e no tempo. Para Darwin (apud Fabian, 2013:50 e 51) o tempo “uma vez naturalizado, não poderia e não deveria ser re-historicizado (o que foi aquilo que precisamente os evolucionistas sociais tentaram fazer)”. Para ele, um lapso de tempo não impactava necessariamente na seleção natural, pois considerava o “registro geológico natural como uma história do mundo que se conserva imperfeita, e escrita em um dialeto mutável.” Os evolucionistas sociais, por sua vez, acreditavam que o tempo executava coisas no curso da evolução e se preocupavam com os estágios que levam à civilização. Isto resultou em um refinamento do tempo, e na especialização do tempo pelos antropólogos evolucionistas. A evolução passou a ser vista “não com uma corrente da existência, mas como uma árvore” que representa o fato de que “o progresso social não é linear, mas divergente e redivergente” (Fabian, 2013:52).

Porém, essa naturalização ou desistorização do tempo, pressupondo uma igualdade de tratamento da cultura humana, convergia, como ação retroativa, para o tempo sagrado da visão cristã medieval que se apoiava na fé na salvação para a transformação da humanidade, a salvação agora havia sido substituída pelo progresso. A fé no progresso elevaria as condições morais e de vida da humanidade. Nesses termos, a etnografia e a prática antropológica emergente passaram a ser vinculadas ao colonialismo e ao imperialismo. “A antropologia contribuiu acima de tudo para a justificação intelectual da iniciativa colonial. Ela concedeu à política e à economia - ambas preocupadas com o Tempo humano – uma firme crença no natural, isto é, no tempo evolutivo” (Fabian, 2013:53).

O tempo criou o primitivo, o selvagem e o civilizado. E estabeleceu as pausas no processo de desenvolvimento humano, antes disso, estabeleceu que havia um desenvolvimento humano, seu ponto de partida e sua direção. O tempo criou lugares onde se estaria e onde se deveria estar para o bem do projeto harmônico de evolução das sociedades. O tempo estabeleceu limites e localizou pessoas dentro e fora deles.

Fabian (2013:59 e 60) estabelece três tipos de tempo no discurso antropológico: o tempo mundano, o tipológico e o intersubjetivo. O tempo mundano se refere uma relação que apesar de demonstrar conhecimento sobre a existência de um tempo físico não se

satisfaz com a cronologia das horas e estabelece um tempo desconectado do tempo físico concebendo-o em eras e escalas. O tempo tipológico, por sua vez, estabelece o tempo decorrido em eventos e a partir destes eventos estabelece qualificações tais como: anterior a escrita versus letrado. O tempo intersubjetivo trata do tempo interior do outro, o tempo como uma construção da atividade humana, como resultado ou produto de uma dimensão constitutiva da realidade social e não apenas como uma medida.

A percepção do tempo com origem em um ramo da psicologia e “em que se solicita a alguns indivíduos, normalmente adultos, que ‘avaliem o tempo transcorrido’ em uma variedade de ambientes experimentais” está sujeita a uma “imensa variabilidade de avaliações”, ou seja, concluiu-se a partir destes sujeitos experimentais que ambientes, tarefas, doenças físicas e mentais, classes sociais, idades cronológicas afetam diretamente neste tipo de percepção. De onde se conclui que “estudos psicológicos do tempo ‘subjetivo’ não são menos ‘relativistas’ que estudos culturais de diferenças nas relevâncias temporais, tais como os de Geertz (1973), e, aliás, esse é justamente o objetivo de realizá-los.” (Gell, 2014: 94 e 95)

Os Nueres

Os nueres foram pesquisados por Evans-Pritchard entre 1930 e 1936, eram aproximadamente 200 mil pessoas vivendo ao sul da confluência do Nilo com o Sobat e o Bahr el Ghazal, na época colônia britânica do Sudão. Eles “continuam na mesma região, agora pertencente ao Sudão independente, e são hoje bem mais numerosos: em 1982, eram 740 mil no Sudão, e 40 mil na Etiópia.” (Perrone-Moisés, 2001:127 e 128). O trabalho de Evans-Pritchard propôs importantes reflexões a respeito das percepções do tempo. Já que para os nueres “os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato.” (Evans-Pritchard, 1999:116) Isto revelou, dentre várias outras coisas, ser o mundo um enorme relógio no qual pessoas diferentes podem ler coisas diferentes “porque o que podemos ver, lá fora no mundo objetivo, é apenas, por assim dizer, os ponteiros do relógio, mas não o mostrador com relação ao qual, e só com relação ao qual, a configuração dos ponteiros assume seu significado temporal específico.” (Gell, 2014:96)

Os nueres têm dois conceitos de tempo: o tempo ecológico e o tempo estrutural. Em ambos, a dinâmica não se passa pelos ponteiros do relógio, nem pelos dígitos. “Talvez todos, dos conceitos de espaço e tempo são determinados pelo ambiente físico, mas os valores que eles encarnam constituem apenas uma das muitas possíveis respostas a este

ambiente e dependem também de princípios estruturais, que pertencem a uma ordem diferente de realidade.” (Evans-Pritchard, 1999:107).

Os nueres estabelecem a passagem do tempo a partir de suas relações com o meio ambiente (tempo ecológico) e a partir das suas relações mútuas dentro da estrutura social (tempo estrutural). O tempo estrutural é quase sempre o mais longo, já que o tempo estabelecido a partir das mudanças da natureza e nas repostas do homem a ela limita-se ao ciclo de um ano. Este ciclo ecológico possui duas estações principais: *Tot*, período de chuvas e *Mai*, período de estiagem. Apesar de ser demarcado pelas chuvas, o conceito de estação deriva “mais das atividades sociais do que das mudanças climáticas que as determinam, e o ano consiste para os nueres num período de residência na aldeia (*cieng*) e em outro de residência no acampamento (*wec*)”. (Evans-Pritchard, 1999:109)

Essas alterações nos modos de vida de certa forma estabelecidos pela ecologia e resignificados pelos nueres “traduzem principalmente o ritmo ecológico para o ritmo social do ano” (Evans-Pritchard, 1999:109). E o calendário de doze meses não submete a forma de organização temporal dos nueres que tem sua passagem de tempo ancorada “ao ciclo de mudanças ecológicas”.

Os acontecimentos servem para marcar o tempo, então para esclarecer quando algo aconteceu há um ou dois dias eu uso como referência algum outro acontecimento próximo, ou contando o número de sonos, ou de sóis. Algo ocorrido no tempo passado é demarcado a partir de sua interligação com outros acontecimentos passados, a história marca o que já foi. Para conhecer o quando no tempo é preciso conhecer a história. Saber fatos para esclarecer o momento em que algo ocorreu. É como se o tempo estivesse estabelecido em mural da memória onde se registram coisas relevantes. Relevantes para quem as vive. O tempo nesse caso não é uma representação abstrata expressa em números, o tempo é real porque algo foi vivido nele, e viver o que já foi, para o Nuer, é o que transforma o tempo em algo tangível.

Além disso, uma vez que o tempo é para os Nuer uma ordem de acontecimentos de significação importante para um grupo, cada grupo possui seus próprios pontos de referência, e o tempo é, em consequência, relativo ao espaço estrutural, considerado em termos de localidade. (Evans-Pritchard, 1999:118)

O tempo que está por vir também é marcado só que dessa vez pela lua. Assim, “Quando os Nuer desejam definir a ocorrência de um acontecimento com vários dias de

antecedência, tal como uma dança ou casamento, eles o fazem tomando como referência as fases da lua.” (Evans-Pritchard: 1999:113).

A princípio esse tempo ecológico parece libertar o ser humano dos ditames do relógio, da hora que passa incontrolável, mas basta lembrar que não há como parar a lua ou o sol, para comemorar a libertadora funcionalidade de simular parar o tempo ignorando o relógio. O ser humano que está desconectado desse tempo ecológico, que passa os dias sem muitas vezes nem vislumbrar um raio de sol, confia ao calendário e ao relógio a passagem dos seus dias, o envelhecimento, a troca de anos, aquilo que se aproxima e aquilo que se afasta, mas ainda pode parar o relógio, rasgar o calendário e ignorar o tempo que passa. E com algum esforço, ignorar o tempo que perde ou ganha.

Para os Nuer, o relógio diário é o gado e o ciclo de atividades pastoris partilhadas com outros. Para parar o tempo é preciso também parar o outro já que a passagem do tempo é também um movimento de pessoas. Contudo neste caso, não se está submetido ao relógio, mas ao processo. O caminhar caminha quando determina quando eu devo chegar e não em quanto tempo. Assim, eles parecem não ter que lutar contra o tempo. “Os Nuer tem sorte”. (Evans-Pritchard 1999:116).

É importante ressaltar que Evans-Pritchard não leva em consideração visões individuais acerca da passagem do tempo. Ele informa que o indivíduo Nuer pode ter suas próprias referências. Elas podem estar relacionadas à aparência física sua ou do outro; ou eventos de sua própria vida. De qualquer forma, o movimento do tempo é estrutural e a percepção do tempo nada mais é do que o movimento das pessoas através da estrutura.

O sistema de linhagens tem papel importante na definição da dimensão temporal Nuer. Serve para delimitar a gênese do grupo, para confirmar sua existência desde muito tempo. Além disso, as linhagens também dão nome aos acampamentos, são o tempo corporificado. Na estrutura de linhagens a história nos leva para trás apenas dez ou doze gerações tendo a história um século “e se estivermos certos ao supor que a estrutura de linhagem jamais cresce, segue-se que a distância entre o começo do mundo e os dias de hoje permanece inalterável.” (Evans-Pritchard, 1999: 121). Afinal a árvore sob a qual se iniciou a humanidade ainda estava de pé na terra Nuer.

O tempo para os nueres é variável e não tem o mesmo valor em todas as épocas do ano.

“Assim, nos acampamentos da estiagem, embora as tarefas pastoris cotidianas se desenrolem na mesma ordem do que nas chuvas, elas não ocorrem na mesma hora, constituem uma rotina mais precisa devido a severidade das condições da estação,

especialmente no que diz respeito a água e pastos e exigem maior coordenação e cooperação.” (Evans-Pritchard, 1999: 115)

Concluí-se então que o tempo tem uma conotação diferente dependendo do período a que estão submetidos os Nueres: chuvas ou seca. E apesar de ter usado por diversas vezes a palavra tempo em seu texto, Evans-Pritchard afirma que o povo Nuer não tem uma expressão equivalente a ‘tempo’ e, portanto, não trata do tempo como algo concreto. Ou seja, os acontecimentos não estão submetidos nem são controlados por um sistema abstrato. Os pontos de referencia são as próprias atividades que em geral tem caráter de lazer.

Os estágios de crescimento de uma planta como o sorgo e os cuidados com seu cultivo podem servir de unidade de medida para o tempo já que o tempo “para eles consiste em uma relação entre várias atividades” (Evans-Pritchard, 1999:113). Assim, o nascer do sol pode ser usado como referência para viajar, acordar, etc. E não há unidades de medida dentro do mês, dia ou noite. Portanto, pode acontecer de, por exemplo, entre as quatro e seis horas da manhã serem estabelecidas diferenciadas referências para diferentes atividades, considerando a dinâmica que ocorre no céu em razão do movimento do sol. Como se coubesse mais tempo dentro de um alvorecer do que do entardecer.

Os termos para divisão do dia são menos empregados do que os termos para definir as atividades que são executadas durante o dia. Então um Nuer diz: “Eu voltarei para a ordenha”, “partirei quando os bezerros estiverem de volta” (Evans-Pritchard 1999: 114). Uma dentre as várias coisas interessantes acerca do movimento dos nueres dentro do tempo é que esse tempo das coisas deve estar introjetado na vida do individuo nuer. Como um conhecimento que foi internalizado, o nuer sabe em quanto tempo precisa fazer as coisas para chegar “a tempo da ordenha”. Assim como sabemos a quanto tempo de espera seremos submetidos quando algo ou alguém nos diz que determinado processo levará cinco minutos, ou dez, ou uma hora. Sabemos as atividades que cabem no tempo de uma hora. Por outro lado, o relógio nos dá precisão, portanto, é um tempo mais rigoroso que exige prontidão e transforma em atraso as intempéries, os imprevistos. O relógio nosso não respeita acasos e pode te colocar dentro ou fora do tempo certo. Pode inclusive, te excluir de processos. O relógio nosso é implacável!

O tempo nuer não passa sem o nuer, por ser resultado de um movimento ecológico, mas também estrutural resultado “de atividades colaterais, coordenadas ou cooperativas: os movimentos de um grupo.” (Evans–Pritchard, 1999:117) Neste contexto, a hora das refeições e a hora da ordenha são quase as mesmas para todas as pessoas que estão em

contato mútuo, sendo que, existem momentos em que as inter-relações estruturais são mais determinantes do tempo do que fatores ecológicos.

Os Pirahãs

Aqui no Brasil, o povo Pirahã que vive no estado do Amazonas em aldeias ao longo dos rios Maici e Marmelos, não possui em sua língua conceito de número e o registro da passagem do tempo, portanto, não se dá pelos dígitos do relógio ou do calendário. Não se dá por dígitos. O tempo é orgânico e passa através do contexto, pertence à natureza. Elementos como o sol, água, estrelas, dia, noite e terra caracterizam, de muitas formas, o tempo e o espaço. (Gonçalves, 2001)

A língua também nos dá importantes indícios sobre o trânsito do tempo pirahã. Segundo Everett (1983: 160):

Não há divisões temporais correspondentes as noções de “passado”, “presente” e “futuro”. A referência temporal é entendida através das combinações de aspectos e o contexto. Todas as formas verbais são ambíguas quanto ao tempo, exigindo um conhecimento do contexto para esclarecimento.

Assim, há a necessidade de um esclarecimento acerca do tempo das coisas. De quando elas ocorrem, em que lugar do tempo elas estão inseridas. Esta falta de inflexão da língua constantemente coloca os pirahãs no momento presente, mas não poderia afirmar com certeza se é, no momento presente, o único local onde vivem os pirahãs.

Para os pirahãs o tempo diurno é controlado pelo movimento do sol. Cada ponto no céu demarca lugar diferente no ciclo de passagem do dia. Assim um pirahã diz: “Quando saí para pescar, o sol estava *beheheu* (despontando); quando passei pela boca do Maici, o sol estava *hioiai* (no meio do patamar); entrei no lago para pescar tucunaré, o sol estava *hekoe* (passou do meio) e quando voltava para a aldeia, o sol *uetsiiai* (acabou, escureceu).” (Gonçalves, 2001:78).

O transito completo do sol no céu até o anoitecer dá a noção de um dia. E o conjunto de vários sóis representa um período de tempo que pode compreender de cinco dias a até duas semanas. Esta referência de duração de um dia estabelece três sequencias de tempo que poderíamos chamar de: passado, presente e futuro. O passado e o futuro são adaptações da palavra hoje – *hoahohiai* que fundida a palavra *kapiú'iai* - outro “passa significar amanhã – *hoapiú'iai*, que acrescida novamente, da palavra “outro”, tem o sentido

de ontem – *hoapiú'iai kapiu'iai*.” (Gonçalves, 2001:79) A palavra em torno da qual gira o conceito de passagem de tempo é o hoje. Amanhã será outro hoje, e ontem um outro, outro hoje. Talvez por ser o amanhã um hoje onde potencialmente algo ainda aconteça, o ontem seja mais distanciado com dois acréscimos da palavra ‘outro’ - *kapiú'iai* para demarcar um lugar no espaço e no tempo onde o pirahã sabe não ter mais nenhuma agência. Essa hipótese surgiu em decorrência de uma conversa com Kawaitibai na oportunidade de minha primeira entrada nas aldeias em agosto deste ano. Conversávamos sobre estas passagens do tempo e meu objetivo era medir o nível de envolvimento de um pirahã com o amanhã e o ontem. Dizia ele em um português dificultoso: “Pra pirahã é hoje, outro e acabou.” Esclarecendo sobre a palavra outro perguntei: hoje e amanhã? E ele repete: “É, hoje, amanhã e acabou”.

Nas aldeias por onde passei as mulheres não se dirigiam a mim falando português, mas se dirigiam a mim de alguma forma. Isto aconteceu até eu encontrar Maga, mulher pirahã que por um tempo frequentou a Casai (Casa de Saúde Indígena) por conta de problemas de saúde e que falava um pouco de português. Nos dias em que ficamos ancorados próximos a sua aldeia Maga frequentou o barco todos os dias. Uma constante em nossa comunicação em português era a falta de inflexão dos verbos em português para o futuro ou para o passado. O verbo era sempre usado no presente mesmo para descrever acontecimentos passados. Essa experiência me ajudou a compreender como se pode falar do passado sem localizar o verbo neste tempo. Maga levou, um dia antes de nossa conversa, um doce que eu havia feito. Eu suspeitava que ela fosse comer todo o doce de uma só vez, no dia seguinte minhas suspeitas se confirmaram quando perguntei se havia gostado do doce ao que ela responde: “Come doce, bom, barriga dói.” Narrou sua dor de barriga em decorrência do consumo exagerado de doce como se estivesse vivendo aquilo naquele momento, simulando, inclusive, as dores que sentiu. Como o doce havia lhe sido dado no dia anterior esse fato foi suficiente para compreender que seu relato tratava de um episódio passado. Ela havia comido o doce todo, de uma só vez e teve dor de barriga por isso. O contexto esclareceu o tempo dos fatos. Assim como o contexto serviu para prever meu retorno às aldeias quando eu era perguntada, no momento da minha partida, sobre a minha volta: Quando as castanhas caírem do pé Eitaibigai (meu nome pirahã) volta. Kawaitibai, meu interlocutor, refazia a frase em português: “Castanha cai, Eitaibigai chega.”

Então essa é uma questão a ser esclarecida, pois ao usar a língua portuguesa para comunicar-se conosco não se mostrou necessária à inflexão de verbos ou o uso de

locações adverbiais de tempo. O tempo dos fatos era esclarecido por outros meios assim como informou Everett (1983:160).

Outro fator ecológico usado para marcar o tempo são as fases da lua. “Estas marcações de tempo são utilizadas para combinar visitas ou para enfatizar uma ação passada ou futura.” (Gonçalves, 2001:79) Estes marcadores são usados em conjunto com a alternância das águas: *peea*iso período de águas baixas (secas) e *peeaabiso* período de águas altas (cheias). Os períodos de seca e cheia definem inclusive o local de moradia pirahã. Nas secas a vida se desenvolve nas praias e nas chuvas eles migram para os tapiris das terras altas. Esta não é só uma mudança geográfica, pois a vida nas praias acontece de forma diferente é “um período especial em que a vida social alcança sua plena atividade: pescaria, coletas, abundância de alimentos, festas e xamanismo.” (Gonçalves, 2001:20).

Na oportunidade de nossa visita, período de seca, percebeu-se alguma alteração sobre a produção de peixes que não eram conseguidos em abundância nem por eles, nem por nós. Os alimentos consumidos e que circulavam entre várias aldeias eram itens da cesta básica trazida pela equipe de saúde. Alguns tracajás e outros animais caçados se juntavam ao arroz da cesta básica para compor refeições. Algum sinal de provisão foi percebido em uma das aldeias onde havia uma quantidade grande de sacos de sal aglomerados, possivelmente, para comercialização por meio da troca com pessoas de outras aldeias e/ou não indígenas de comunidades vizinhas. Ou simplesmente - a exemplo de alguns produtos que na época de seca não são consumidos diariamente - guardados para o período de chuvas, como forma de complemento alimentar quando os pirahãs estivessem nas terras altas.

Vale ressaltar que, a entrega de cestas básicas não é uma constante nas aldeias então, possivelmente, o que vimos foi uma situação atípica da qual os pirahãs se favoreciam. De qualquer forma, o que se revela aqui é alguma espécie de prospecção com relação a necessidades futuras. Porém, em outros momentos percebe-se que surgida a necessidade diante de um item que está em reserva esta necessidade é prontamente atendida. Ou seja, guarda-se o sal até que alguém precise do sal.

O que se quer ressaltar aqui é que durante a permanência nas aldeias e o contato direto e contínuo com os pirahãs parecia haver em uso uma perspectiva de vida que considerava somente o agora no sentido de importância e não de existência. Um breve lapso de futuro é admitido entre os pirahãs, mas não o suficiente para desconectá-los do momento presente. Uma porção de passado é considerada, mas não o suficiente para coloca-los debruçados sobre suas perdas ou ganhos. O que se pretende agora é em

contato com a língua pirahã estabelecer, dentre outras coisas, a percepção mais precisa do grupo a respeito do tempo já que este não é capturado pelos dígitos de um relógio ou de um calendário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação com os números e uma recorrente submissão da vida a eles não nos impede de perceber o tempo sobre outras bases. “Podemos certamente perceber o tempo, mas não confiamos nessas percepções. Confiamos em vez disso, em um sistema de inferências baseado não na percepção da duração propriamente dita, mas na percepção de processos semelhantes aos do relógio no mundo externo.” (Gell, 2014:96). E nesse contexto, Gell se refere também aos relógios-de-gado.

Porém, é inegável que quando se estabelece um calendário com uma vida que passou e outra que está por vir, isto exige de nós alguma providência no sentido de digerir o passado para planejar o futuro. Exige que estejamos em outros lugares além do momento presente. Por outro lado, se o projeto é o dia e não uma vida inteira, possivelmente uma porção menor de ansiedade recai sobre o ser humano no que se refere a dimensão daquilo que se projeta. “O filósofo Lyotard diz que ‘hoje a vida anda depressa’. O ser humano sente-se acossado pelos acontecimentos e atropelado pelas inovações tecnológicas” (Arduini, 2002:13). Há uma supervalorização do tempo e para ele são projetadas aspirações, dias felizes, uma vida perfeita, mas irrealizável no presente. Como se o tempo definisse o rumo da vida, consertasse as coisas. Mas, “não é o tempo que define o rumo da vida. É o ser humano que planeja, conduz a existência, bem ou mal.” O “fatalismo cronológico” (Arduini, 2002:16) vê o tempo como um fetiche e difunde a crença da imutabilidade histórico-social, como se o tempo, e não o homem fosse a grande preocupação da humanidade.

Nesse sentido, como vive quem só vive hoje? Os pirahãs partilham das mesmas ansiedades que nos envolvem em razão do tempo irrecuperável que está no passado ou incapturável no futuro?

Então, além de compreender os trânsitos da morte pirahã sobre as individualidades, o tempo é uma questão que norteia meu interesse de pesquisa, pois, tratar de questões que envolvem morte e vida implica em tratar de questões relacionadas ao tempo, já que a morte transita, entre os ocidentais de maneira geral, no passado, como história e ancestralidade ou no futuro como risco a ser evitado.

A morte recorrentemente não está no tempo presente porque implicaria, parece, em esvaziar a vida de sentido já que a existência de todas as coisas é legitimada quando pode

ser eternizada senão em matéria, ao menos em sentido. Então compreender o tempo Pirahã não como abstração ou a partir de suas unidades de medida, mas como algo que impacta nas relações de vida e morte, se configura em um dos meios de etnografar a morte pirahã, meu tema de pesquisa no mestrado.

BIBLIOGRAFIA:

ARDUINI, Juvenal. Antropologia: Ousar para Reinventar a Humanidade. São Paulo: Paulus, 2002.

EVANS-PRITCHARD, E. E. "Time and Space" In: _____. *The Nuer. Description of the modes of livelihood and political institutions of a Nilotic people*. Oxford: Clarendon Press, 1974 [1940], pp. 94-138 (Chapter 3) (Tradução brasileira: EVANS-PRITCHARD, E. E. "Tempo e espaço". In: _____. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978 pp. 107-150. (Capítulo 3)).

EVERETT, Daniel Leonard. A Língua Pirahã e a Teoria da Sintaxe. Descrição, Perspectivas e Teoria. Unicamp, Campinas. 1983.

FABIAN, Johannes – "Time and the Emerging Other". In: _____. *Time and the Other. How Anthropology Makes Its Object*. New York: Columbia University Press, 1983, pp. 1-36. (Tradução brasileira: FABIAN, Johannes - "O tempo e o outro emergente". In: _____. *O tempo e o outro. Como a Antropologia estabelece o seu objeto*. Petrópolis: Vozes, pp. 39-70.)

GELL, Alfred. A Antropologia do Tempo: Construções Culturais de Mapas e Imagens Temporais/ Alfred Gell; Tradução de Vera Joscelyne, RJ: Vozes, 2014

GONÇALVES, Marco Antônio. O Mundo Inacabado: Ação e Criação de uma Cosmologia Amazônica. Etnografia Pirahã. Rio de Janeiro Editora UFRJ, 2001.

HANKE, Wanda. Arquivos: Coletânea de Documentos para a História da Amazônia - Vocabulário e Idioma Mura dos índios Mura Rio Manicoré. Ano 3 – Manaus – Amazonas – Volume XII, 1950. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:hanke-1950-mura> Acesso em: 31 de outubro de 2018.

INGOLD, Tim, Hunting and gathering as ways of perceiving the environment. In: _____. The perception of environment. New York: Routledge, 2000, pp. 41-60. Disponível em: https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2010/03/ingold_2000_hunting-and-gathering-as-ways-of-perceiving-the-environment_routledge.pdf Acesso em: 31 de outubro de 2018.

SAKEL, Jeanette. Acquiring Complexity: The Portuguese of Some Pirahã Men. Linguistic Discovery 10.1:75-88, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267385445_Acquiring_Complexity_The_Portuguese_of_Some_Piraha_Men Acesso em: 31 de outubro de 2018.

STEWART, Julian H. Handbook Of South American Indians. Volume 3. The Tropical Forest Tribes. United States Government Printing Office Washington: 1948. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/hsai:vol3p1-56> Acesso em: 31 de outubro de 2018.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Conflitos recentes, estruturas persistentes: notícias do Sudão. Revista De Antropologia, São Paulo, Usp, 2001, V. 44 Nº 2. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27108> Acesso em: 31 de outubro de 2018.

4. OS TICUNA E A IGREJA INDÍGENA: UM DEBATE INICIAL

LIMA, Widney Pereira de

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada entre os Ticuna (Magüta) durante os anos de 2012 e 2013 e que teve como guarda-chuva a dissertação de mestrado feita na Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa objetivou realizar um estudo do processo de criação e consolidação da Igreja Indígena Ticuna na comunidade de Filadélfia em Benjamin Constant/Amazonas. É um grupo caracterizado por ocupar uma região de fronteira (Brasil, Peru e Colômbia) com a extensão de aproximadamente 600 km entre a desembocadura do rio Atacuari no Peru até o rio Jutai no Brasil como assinala GOULARD (1994:312). Feitas as apresentações agora vamos ao ponto que devemos tratar.

Presença cristã entre os Ticuna

A título de introdução, vale recordar, como Nimeundaju (1952), que os primeiros missionários que contataram os Ticuna foram os jesuítas por volta de 1645, os quais utilizaram como tática de conversão inicialmente a catequização dos Omágua, como aponta CRUZ (2007:33-34), para posteriormente alcançar os Ticuna através do lado português da ordem religiosa. O interesse diante de todo esse processo não girava em torno apenas da perspectiva de ganhar almas para a igreja mas também de ampliar as capacidades de potencialização econômica das coroas (principalmente a portuguesa). Ou seja, a expansão e conquista efetiva da região tinha por finalidade futuras especulações econômicas. Neste sentido, converter os nativos seria importante para amansá-los e assim utilizá-los como efetiva mão de obra para os interesses da coroa portuguesa.

Na atualidade Marina Kahn (1990) resume a atuação da presença católica entre os povos indígenas da seguinte maneira:

As *organizações católicas* abrangem as atividades do clero secular e, no caso específico de sua atuação junto aos índios, atende às diretrizes gerais da pastoral indigenistas da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), coordenada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Registramos as dioceses e prelazias cuja

jurisdição engloba municípios em incidem em áreas indígenas e nas quais há informação e reconhecimento de um trabalho pastoral indigenista. (KAHN, 1999:22)

Além das ordens religiosas em si, o Cimi também constitui a presença católica atuante entre os povos indígenas, e entre os Ticuna realiza suas atividades sem muitos alardes e pontualmente tem contribuído em muitos sentidos, especialmente no caso dos processos de demarcação de terras e reclamação de outros direitos indígenas como no caso da saúde.

Quanto à presença evangélica entre os Ticuna no lado brasileiro, ela ocorreu a partir de 1959 com a chegada da *Association of Baptist for World Evangelism* na comunidade de Santa Rita do Well com o intuito de atender os moradores das áreas ribeirinhas/local. Como afirma MACEDO (2000:177), esses missionários norte-americanos não tinham a intenção de alcançar os Ticuna principalmente devido à dificuldade de acesso a seus aldeamentos e também por outros problemas, o que veio a acontecer mais tarde.

Marina Kahn (1999) apresenta um perfil quantitativo das bases religiosas encontradas na atualidade em terras indígenas Ticuna. Segundo ela, em terras Ticuna encontram-se hoje 12 bases da Igreja Batista Regular, 02 bases da Igreja Batista Independente, 25 bases da Igreja Católica (divididas entre a Diocese do Alto Solimões – DSol e o Conselho Missionário – Cimi), 19 bases da Irmandade da Santa Cruz, 03 bases da Assembleia de Deus, 02 bases da Igreja Coreana (como foi nomeada) e 01 base da Igreja Pan-americana.

Os Ticuna e Igreja indígena

Os idealizadores da Igreja Indígena Ticuna possuem um vasto conhecimento da sociedade envolvente, e nela possuem um trânsito bem fluente. Porém, a Igreja passa a representar o período atual dos Ticuna quanto ao conhecimento e até mesmo domínio dos códigos de prestígio não indígenas, transformando-os em aportes de contato, mesmo de forma latente, em meio de luta diante da sociedade envolvente.

Muitas foram as narrativas durante os cultos (e fora deles) que acabaram fazendo com que conduzíssemos o pensamento rumo a proposição de análise que aqui propomos

tecer. Por se tratar de um grupo que em momento nenhum se mostra e nem pelo menos se pretende fazer ou mostrar homogêneo é que não nos causa espanto perceber a perspectiva de se criar, moldar ou remodelar um culto “novo”, que de alguma maneira procure se adequar (como dizem meus interlocutores) ao contexto local, sendo que esta atuação causa em muitos momentos alguns conflitos. Estes conflitos se dão principalmente na ordem do discurso ou do poder, já que em momento algum presenciamos atos de violência durante as observações e conversas.

O que é a Igreja Indígena?

Em entrevista realizada com o líder da igreja o pastor Ticuna Athus Fermin, relatou as origens da Igreja. Disse ele:

A princípio a Igreja não surgiu agora, mas porque que surgiu. O motivo maior é porque fomos evangelizados pelos norte americanos, os missionários norte americanos. A preocupação deles (*os norte americanos*) era a de evangelizar, batizar e se preocupar com a alma. A preocupação deles é que os índios tinham que estar na igreja e essa era a preocupação maior. Levou muito tempo e foram percebendo que o evangelho que os norte americanos trouxeram aqui não tinha muito efeito na vida dos índios. Eles (*os índios*) ficavam na igreja e continuavam praticando as coisas que a igreja não gostaria que eles fizessem como a pajelança e outras coisas que contradiziam os textos bíblicos. Foi a partir deste momento que pensamos: porque isso? Porque que aconteceu essa negatividade na vida dos índios e porque realmente não concretizou estas palavras bíblicas na vida deles e percebemos que sendo da cultura norte americana, ele trouxe outra bagagem com ele, né a própria cultura. Quando eles chegaram aqui, eles colocaram sua própria cultura, seus hinos, sua maneira de cantar, sua maneira de pregar, sua maneira de tudo. Como uma imposição não bíblica, mas cultural dele. Isso os indígenas não compreendiam. Quando eles tentavam adorar e louvar conforme os costumes deles (*os nativos*) os americanos diziam isso não pode porque não tem ligação com Deus, mas uma ligação cultural com o Deus de vocês. Aí a partir daquele momento entrar em choque e daí surgiu a Igreja Indígena onde nós mesmos tínhamos que valorizar o que estávamos perdendo, fortificar né, introduzir no meio sagrado, o que já é sagrado pra nós na nossa cultura. A ideia fazer uma evangelização contextualizada. É através deste sagrado que vamos resgatar tudo que foi perdido, que foi discriminado e que foi ignorado, devido a não conhecermos o que nós conhecíamos. Na nossa cultura já está determinado o que é errado e o que é certo. Do

outro lado tu era totalmente discriminado, não valorizaram nem uma parte. Então foi a partir desta ideia que surgiu esta nova proposta, nova ideia de sagrado com o sagrado, de juntar e formar uma nova ideologia de religião, um novo sagrado. (Pastor Athus Fermin/2011)

A proposta de pensar o modelo de evangelização difundido pelos primeiros missionários traz a discussão em torno da efetivação de um pensamento que esteja vinculado à perspectiva cristã, mas que procure conduzir o molde evangelizador por meio da interação e integração dos aspectos religiosos cristãos em consonância com os elementos culturais da etnia Ticuna. É a partir destes elementos que os pastores Athus Fermin e Eli Leão iniciaram suas explicações sobre o que é a Igreja Indígena.

Uma consideração que podemos fazer em torno do discurso do Pastor Athus consiste na sua proposta de afastamento em relação aos aspectos que ligam a Igreja Indígena com a Igreja Batista Regular, esta que por muito tempo foi a régua mestre da formação evangélica de parte deste povo.

De fato, a perspectiva das igrejas evangélicas seria a de construir entre os indígenas um meio de interlocução para pensar o cristianismo “higienizando a mente destes índios”, extraindo deles as reflexões em torno de seus antigos deuses. É claro que após todo o processo de conversão os evangelizadores procurariam estabelecer meios de continuidade e um deles seria o envio de nativos para centros de formação cristã, fato que não demorou a ocorrer. Nestes locais de formação os indígenas além de aprofundarem seus conhecimentos bíblicos também foram iniciados em outras áreas, inclusive na antropologia, embora seja uma antropologia destinada a conhecimento para a dominação por meio do saber cultural. Estudar a cultura alheia para depois iniciar o projeto evangelizador acabou se tornando um empreendimento que viria a condicionar o sucesso da pregação. Quanto a isso, Athus se refere ao líder da Igreja Universal do Reino de Deus em entrevista feita no início deste ano como sendo um estrategista na arte da evangelização ao fazer previamente estudos voltados a compreender as engrenagens da cultura brasileira, para só depois atuar no campo religioso com a fundação de sua igreja. Diz o Pastor Athus:

Lá onde eu estudei, a gente estudava mais o Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre. A gente estudou bastante sobre essa questão, aí a gente estudou sobre a Igreja Universal. Porque a Igreja Universal Cresceu tanto? Porque? É uma interrogação que ninguém entendeu

ainda, aí fomos fazer uma pesquisa, porque a Igreja Universal cresceu né, aí eu pensei assim: Porque que cresceu essa igreja? E porque a Batista que é histórica, com mais de 100 anos não tem qualidade. Aí descobriram que o fundador desta igreja (*Edir Macedo*) ele estudou acultura brasileira. Ele estudou todo o livro de Darcy Ribeiro, por isso que ele se aproximou mais do sincretismo, não é que é sincrético, mas ele apenas contextualizou. Foi essa ideia que me deu. Se eles fez assim eu fiquei atraído um pouco com a sua ideia (...). Então foi a partir daquele momento que peguei essa ideia, lá no seminário. E cheguei aqui e tentei fazer e realmente não funcionou na primeira igreja (Batista Regular), mas continuou agora a parte. As pessoas estão aderindo, as pessoas estão indo mesmo, porque a gente não discrimina, não contradiz, a gente só vai amenizando, concertando, pouco a pouco. (Pastor Athus Fermin/2013)

Os campos de diferenciação no campo da evangelização estão dispostos e desde então remodelando o trajeto a ser seguido para a construção da Igreja Indígena. Talvez o diferencial da proposta desta igreja esteja voltado para a reflexão acerca da condição em que chegaram aqui os primeiros missionários, ou seja, pensar suas estratégias e principalmente pensar os meios utilizados no processo de cristianização indígena. O que a igreja reflete diante de todo esse processo está relacionado a esse apagar/borrar os costumes proposto pelos missionários através da condenação de práticas indígenas, transformando-as em aspectos negativos diante da dualidade bem e mal.

É neste processo que surge a igreja indígena procurando desfazer, desconstruir os discursos em torno da negatividade pregada acerca dos costumes Ticuna e fazendo com que seus hábitos sejam pensados agora enquanto uma proposta de *junção do sagrado com o sagrado*, o que para eles seria conjugar no mesmo espaço religioso os seres mitológicos da cosmologia Ticuna com a ideia de Deus/Jesus do cristianismo. Ou seja, trazer para o debate a prática de vida, aquilo que já fazia parte de suas histórias, fazendo com que a igreja passe a conviver com o cultural, já que ela foi pensada a partir dele. Trazer para o culto a valorização cultural dos Ticuna passa então a ser a tônica da proposta da Igreja Indígena, segundo seus idealizadores. Agora trago mais um longo trecho de entrevista, desta vez com o Pastor Eli Leão, para que possamos enxergar melhor o trajeto de como se constituiu a proposta.

Na verdade essa igreja que a gente tem aqui na comunidade de Filadélfia é uma igreja que a gente denomina como uma *igreja evangélica com uma relevância cultural*. Porque a gente reconhece que por muitos anos durante todo o tempo da evangelização, os povos indígenas com relação, principalmente do segmento evangélico, os primeiros missionários evangélicos que vieram lá de fora dos Estados Unidos, da Europa a gente chama de missionários estrangeiros, trazendo o evangelho pra evangelizar os povos indígenas da América Latina, especificamente os indígenas do Brasil. A intenção de evangelizar ela foi ótima, foi boa, porque na verdade a palavra evangelho significa boa notícia feita de Deus para com o homem, por causa do homem ser um homem perdido, por causa da desobediência, por causa do pecado o homem ficou na situação de afastado de Deus, longe de Deus e sofrendo suas consequências de sofrimento, a consequência de ser marginalizado, a consequência da enfermidade e as consequências ruins que foram consequência do pecado. (...) A intenção dos missionários sabendo que o evangelho é uma boa notícia de Deus para o homem, então ela é uma intenção boa de trazer o evangelho para os indígenas. *Agora houve um pequeno erro*, e o erro que houve cometido pelos missionários era mais na parte cultural. Porque se trouxe o evangelho que é a boa notícia de Deus para o homem só que houve um desrespeito cultural, só que o desrespeito cultural que os missionários cometeram foi um desrespeito *não intencional*. Foi feito mais por causa da ignorância, por causa dos despreparo na área *transcultural*, área de como respeitas a cultura do outro. A partir do momento que você saí da sua cultura, se insere na cultura do outro, então faltou esse conhecimento, faltou esse preparo de como respeitar a cultura do outro, da sociedade aonde se leva o evangelho. Por que o evangelho em se na verdade ele se adequa a cultura dos evangelizados, ele não agride, ele não desrespeita, porque o evangelho é o próprio Deus. Porque Deus é o criador da cultura. (...) Então, se o evangelho é do próprio Deus, onde ele chega ele não desrespeita, ele se contextualiza. (Pastor Eli Leão em 31 de julho de 2011 – Comunidade de Filadélfia/Benjamin Constant - Amazonas)

A igreja está alicerçada em uma plataforma de construção de pensamento que pretendia questionar o modelo de evangelização proposto pelos primeiros evangelizadores. No caso, citam os missionários da Igreja Batista Regular, sem em momento algum falar da igreja católica e suas práticas evangelizadoras, como foi referido no final do parágrafo anterior. Esse questionamento tenderia a propor um modelo de retorno para uma perspectiva mais intimista do grupo, no sentido de questionar o porquê de suas manifestações culturais serem negadas pelos evangelizadores, sendo por muito tempo

transfiguradas como representações de manifestações malignas o que fez com que viessem a abandonar algumas de suas práticas cotidianas, inclusive deixando de realizar os eventos que marcam a própria identidade do grupo. É neste ponto que a igreja se propõe ser o elo de discussão entre as características culturais da etnia, articuladas agora com a perspectiva cristã, adequando o cristianismo ao meio Ticuna.

A criação da Igreja Indígena e a proposta de uma etnoteologia

Antes da inserção dos religiosos evangélicos no meio Ticuna do lado brasileiro houve o início das atividades da SIL (*Summer Institute of Linguistics* – chamada atualmente de *Sociedade Internacional de Linguística*) no ano de 1954 no Peru. Como resultado dessa intervenção ocorreu a tradução da bíblia (os dois testamentos) para a língua Ticuna.

Não se trata, porém, somente da tradução de um livro, mas de uma atividade religiosa com vários planos de interação, a saber: os diretamente problematizados pelas missões (comportamento, moral, ritos, mitos) e outros que a princípio não constituem o foco central da sua atividade (organização social, economia, relações políticas, localização geográfica etc.), mas sobre os quais e em diferentes intensidades as missões repercutem, assim como a partir deles são reelaborados.

Para o Pastor Eli Leão a Igreja Indígena está inserida dentro de um movimento de renovação das práticas cristãs em consonância com a vida cultural Ticuna. Na sua perspectiva, como fora citado anteriormente em relação ao que ele chamou de desrespeito cultural, se aproxima a perspectiva etnoteológica quanto ao modelo religioso que está sendo implantado por eles. Afirma ele que a evangelização feita por protestantes já vem de mais de 100 anos e iniciou com o povo Terena. Conta que os Ticuna tiveram sua evangelização (por parte dos protestantes) feita pela Igreja Batista Regular que teve bastante dificuldade durante o processo. Foi a partir destas dificuldades que partiram para a efetivação do modelo de uma igreja que esteja ligado aos pensamentos de lideranças autóctones. Estavam pensando em todas as situações pelas quais os Ticuna passaram. Situações essas como a marginalidade e a opressão.

As modificações feitas pelos interventores dentro da organização Ticuna acabaram reestruturando e obrigando-os a conviver como novos meios de representação como é o caso do cacique, que passa a ser antes de tudo um representante dos colonizadores, dos patrões e do Estado. A característica de liderança indígena perdeu lugar e essa figura

acabou virando um informante para fora das aldeias. Com isso a liderança tradicional acabou ficando sufocada em relação às representações dos interesses dos Ticuna.

O fato de terem sido evangelizados por missionários católicos ou por missionários de ordens evangélicas acabou sendo ponto de ataque e reflexão devido a elevada possibilidade de fragmentação que essas denominações poderiam levar para dentro das aldeias. O que certamente ocorreu em outras comunidades Ticuna. Para o Pastor Eli há um problema na proposta dos evangélicos e argumenta dizendo que

Lamentavelmente o seguimento evangélico é muito fragmentado por causa das denominações. Por exemplo, têm denominações Batista, Presbiteriana, Assembleia de Deus, tem Metodista enfim, várias denominações que historicamente quase não se dão por questões doutrinárias, por questões até mesmo de cultura, por questões de princípios, por coisas mínimas, coisas que não merecem ser mencionadas. Então por coisinhas ficam brigando e não se unem. Então quando o evangelho é levado para uma determinada comunidade indígena dentro da perspectiva denominacional realmente é prejudicial porque a sociedade Ticuna é uma sociedade minoritária, é uma sociedade pequena, então você leva o evangelho e planta lá uma Igreja Batista, daqui a pouco chega outro evangélico e planta uma Igreja Assembleia de Deus, uma Vale de Benção ou uma Presbiteriana, assim por diante. Então, não é bom para o povo Ticuna, pois fragmenta, divide. Daqui a pouco estão brigando por causa do cabelo, por causa da saia, por causa do batom, por causa de “eu pulo”, “eu não pulo”! Brigam por coisa que não vale a pena. Desde que pensamos a Igreja Indígena, sempre tivemos problemas devido ao forte controle externo denominacional. Não era fácil discutir com eles o viver o cristianismo simples, da maneira cultural. (Pastor Eli Leão em 31 de julho de 2011 – Comunidade de Filadélfia/Benjamin Constant - Amazonas)

O fato de estarem construindo uma reflexão em torno da difusão do evangelho debaixo de uma estrutura Ticuna gera uma espécie de orgulho por parte deles, desconstruindo o modelo defasado dos missionários evangélicos, onde os indígenas não entendiam o que era proposto pelos religiosos, principalmente no sentido das imposições culturais advindas dos missionários.

Esses episódios geraram incômodos diante de outras igrejas e denominações fazendo com que houvesse o encontro dos elementos sagrados, tanto do cristianismo como

da cultura Ticuna. Uma espécie de hibridismo dos sagrados. Sendo então um instrumento de resgate da cultura nativa. Como diz o Pastor Athus, “com o mesmo instrumento nós vamos resgatar.” Quando fala isso está diretamente se referindo ao papel das igrejas no processo de desarticulação promovido no passado e em parte ainda hoje. Com isso se propõe a construir uma igreja autossustentável, uma igreja autônoma que entre em franco debate com as questões religiosas e culturais a partir da interação entre estes aspectos.

É nesta presença, agora conjunta e em tese harmoniosa de duas explicações cosmológicas, que se constitui a etnoteologia. Surge para pensar a possibilidade de um debate menos ácido entre as crenças, evitando assim os conflitos, o que os auxilia em seus propósitos de estarem sempre melhorando sua posição diante de suas relações internas, mas também diante das relações com os brancos, como confirma com suas palavras o Pastor Athus:

Aqui a igreja permanece. Porque o Jesus que eles trouxeram não tem característica nenhuma com a nossa realidade. É coisa que a gente não compreende, mas tendo essa característica (*falando dos Ticuna*) eles vão entender através da mitologia deles. Vai ter a mesma característica. O Jesus que a gente prega né, por isso que eles se aproximam mais, entendem mais o Jesus contextualizado, Jesus que tem a ver com o nosso Deus. É um exemplo, quer dizer, o seguidor já veio antes de Jesus aqui, que são os heróis míticos né, que tem a características dele, mas não é ele. Não é ele, mas tem a característica muito aproximada. (Pastor Athus Fermin/2013)

A Igreja Indígena: sua consolidação e seu projeto de expansão

O processo de avanço da Igreja desde a sua fundação, em 2009, tem mostrado que mesmo com pouco tempo de existência ela acabou constituindo-se num espaço de discussão de uma evangelização com pauta na formação de uma “(...) Igreja-missão-Igreja autóctone-missão nativa.” (ALMEIDA, 2004:34)

Almeida sublinha que para esse processo ocorrer é necessário um forte trabalho de conversão. Mas neste caso a conversão que pode passar por pelo menos quatro vias, obtendo assim quatro resultados diversos. Num primeiro ponto da ação de evangelização os missionários podem não ter sucesso pelo fato de não poderem acessar os povos que se destinaram a evangelizar. O segundo ponto está relacionado a chamada inconstância por

parte dos nativos no recebimento da mensagem, resultando nisso uma dificuldade em fazer parte do ciclo religioso. O terceiro está voltado para as transformações que os ensinamentos dos missionários podem sofrer ao serem recebidos pelos nativos resultando nisso uma variação muito grande em relação aos anseios dos evangelizadores, ou seja, a interpretação e utilização dos ensinamentos podem servir para questionar tudo aquilo que lhes foi ensinado. Por fim e o mais esperado por parte dos missionários é que, todos seus esforços sejam correspondidos quando veem que suas proposições quanto ao ensinamento da palavra de Deus e conversão dos nativos ocorreram na forma esperada. (ibid, p. 35)

Levando-se em conta essa classificação, pode-se adiantar que, relativamente a Igreja Indígena em Filadélfia, deu-se a consecução de pelo menos dois dos processos referidos. As dificuldades em pensar suas vidas distante de suas práticas convencionais (uma vez que estas eram terminantemente proibidas de serem realizadas pelos missionários protestantes), acabaram criando condições para o estabelecimento de certa inconstância (principalmente por parte dos que aderiram a essas igrejas), levando-os a passar grande parte do seu tempo se questionando sobre suas práticas, principalmente sobre as imposições relacionadas às mudanças. Diante dos impasses é recorrente entre os frequentadores do culto da Igreja Batista Regular o uso, por exemplo, do resguardo pós-parto, principalmente a pintura da criança com jenipapo, com a finalidade da proteção em relação aos animais e seres espirituais predadores o que nos faz postular em certo ponto nunca se afastaram completamente de seus hábitos.

O outro ponto que está relacionado a Igreja Indígena diz respeito às transformações do sentido das mensagens dos missionários. Neste caso, seu propositor acabou construindo outro campo semântico em torno dos ensinamentos recebidos durante sua formação. Estas mudanças ocorreram diante de inquietações relacionadas ao modelo evangelizador e principalmente às negativas que se fazia diante dos costumes indígenas. É a partir deste ponto que surgem as ressignificações que levaram os pastores Athus e Eli a propor a criação de uma igreja que tenha como objetivo o respeito a práticas culturais indígenas, considerando sem negar que os Ticuna possuíam uma cosmologia que deve ser respeitada e afirmada em consonância ao cristianismo.

Dentro de seu processo de expansão, a Igreja já possui cinco congregações e um seminário de formação para indígenas (não somente Ticuna, já que a meta é atingir as

demais etnias da região). Sem afirmar exatamente onde se encontram, Athus informou que no Peru e na Colômbia também já foram fixadas congregações da Igreja. Além delas há também uma em Tabatinga, uma em São Paulo de Olivença e a sede em Benjamin Constant. O centro de formação Sabonete é um espaço peculiar, pois é nele que estudam os futuros missionários que continuarão os trabalhos da Igreja como membros das etnias Matis, e indo mais além casas em Atalaia estão sendo abertas a outros grupos do Javari, como Marubo, Mayuruna, Kanamari, mantendo o mesmo intuito de passar para eles a mensagem da evangelização baseada na perspectiva da manutenção cultural, para que ao retornarem a suas aldeias repassem as mensagens recebidas.

Como se vê, a intenção da Igreja Indígena não se limita apenas a atingir os Ticuna, mas também outros grupos da região do Vale do Javari e do Solimões. O que se torna simpático e atraente a todas as etnias da região é o discurso de evangelização com ênfase na consolidação da cultura nativa. É nessa retórica que se propaga e recolhe o interesse dos grupos indígenas da região.

De acordo com o disposto, o discurso mobilizador da Igreja Indígena repousa na completude do religioso com o político, sendo a sua face mais declarada o fortalecimento da identidade Ticuna, o que também se estende aos outros grupos. Ao construírem este mecanismo de fortalecimento de sua identidade Ticuna e também Matis, eles estão se posicionando diante dos não índios, mas também mostrando para os membros da sua própria etnia que é possível estabelecer outros meios de interação interna, mesmo que de forma conflituosa.

Toda essa perspectiva doutrinária que mobiliza a Igreja Indígena guarda relação estreita com os posicionamentos do seu idealizador. Como não poderia deixar de ser, trata-se de um personagem detentor de carisma e, ao mesmo tempo, controvertido. Ou seja, trata-se de alguém que lida muito bem com as palavras e por ter cumprido etapas de formação no mundo dos brancos goza de certa posição privilegiada diante de sua comunidade apesar das divergências de cunho doutrinário que recaem sobre seus pensamentos e a forma de conduzir os trabalhos na Igreja Indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A Igreja e seu vínculo com o CONPLEI

O CONPLEI é uma instituição que tem como lema central a seguinte frase: “*Em cada povo uma igreja genuinamente indígena*”. Instituição fundada em 1992 tem como cerne de suas ações o fortalecimento e o treinamento de lideranças indígenas cristãs do Brasil.

Atualmente tem uma agenda de reuniões que ocorre a cada quatro anos, tendo sua última reunião ocorrido no mês de julho de 2012, reunindo mais de 2000 pessoas na Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso. Segundo dados divulgados por vídeos realizados no evento, 81 tribos indígenas estavam representadas, inclusive os Ticuna.

A partir de 1991 uma determinação da FUNAI decidiu retirar de todas as terras indígenas brasileiras as missões que tivessem por interesse a conversão dos indígenas. Essa decisão afetou substancialmente as organizações religiosas que já tinham suas bases missionárias estabelecidas e não somente estas; afetou também aqueles que já haviam sido evangelizados com os propósitos cristãos.

Iniciou-se então uma longa batalha destes organismos para tentar encontrar uma maneira de conseguir entrar nas aldeias. Como já haviam realizado atividades de conversão em muitos lugares antes da proibição, perceberam que a saída seria aprimorar o conhecimento dos nativos que já estavam convertidos e, a partir de então, enviá-los como evangelizadores de seus próprios povos.

É neste cenário que entrou o CONPLEI, enquanto estratégia dos diversos organismos missionários para alcançar os povos indígenas visando o acesso ao conhecimento do evangelho. Atualmente o espaço central para a efetivação da formação dos indígenas são os congressos, tanto a nível nacional quanto a nível regional. Esse modelo está sendo implantado em outros países da América do Sul como Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Venezuela.

O CONPLEI ajuda a pensar toda a questão do surgimento e formação de igrejas evangélicas em localidades indígenas, principalmente por praticar a tática de evangelizar os nativos através dos próprios nativos. A tônica das investidas desta congregação tem sido a preocupação com a manutenção e preservação da realidade cultural nativa, o que nos faz pensar na relação íntima entre esta organização e a criação da igreja em Filadélfia. Assim, junto aos Ticuna a Igreja Indígena se tornou importante para ecoar não somente os discursos em torno das palavras dos evangelizadores, mas também um espaço de fixação de um pacto pela permanência de práticas culturais que ajudem a reforçar as relações no interior do próprio grupo étnico como também fortalecer os contatos com a sociedade envolvente.

É neste sentido que serve de fonte para pensarmos o surgimento das igrejas entre as comunidades indígenas diante da realidade atual e também diante das próprias

estratégias das denominações religiosas em manter um ritmo que atinja um grande número de pessoas e nada mais fortalecer o CONPLEI para dar prosseguimento a esse propósito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Traduções do Fundamentalismo Evangélico. In.: Transformando os Deuses: igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil. Org. Robin M. Wright. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 33-54)

_____. Tradução e mediação: missões transculturais entre grupos indígenas. In.: Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. Org. Paula Monteiro. São Paulo: Globo, 2006, p. 277-304.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: Editora da USP, 1972.

_____. O índio e o mundo dos brancos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Pioneira, 1981.

_____. Aliança inter-Clânica na Sociedade Tukúna. In.: Enigmas e Soluções. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983. P. 54-75.

CRUZ, Joceline Gomes da. Religião e Identidade Étnica. In.: Abordagem Sociológica sobre os Tikuna no contexto contemporâneo. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; CCPA, 2007.

GOULARD, Jean-Pierre. Los Ticuna. In.: SANTOS, Fernando; BARCLAY, Frederica (editores). Guía Etnográfica de la Alta Amazonía. Equador, Quito: FLACSO-SEDE EQUADOR, 1994, p. 208-242.

KAHN, Marina. Levantamento preliminar das organizações religiosas em áreas indígenas. In.: WRIGHT, Robin M. Transformando os deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p. 19-76.

MACEDO, Guilherme Martins de. A conversão cristã e identidade Ticuna: a trajetória de Campo Alegre. In.: Amazônia em cadernos, nº 5, jan./dez. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000, p.p. 175-193.

5. VALORIZAÇÃO DOS TRABALHOS DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS NO AMAZONAS -DSEI ARS

FERREIRA, C. S

Distrito Sanitário Especial Especial Indígena Alto Solimões.

crisenf2001@yahoo.com.br/ cristiane.silva@saude.gov.br

INTRODUÇÃO

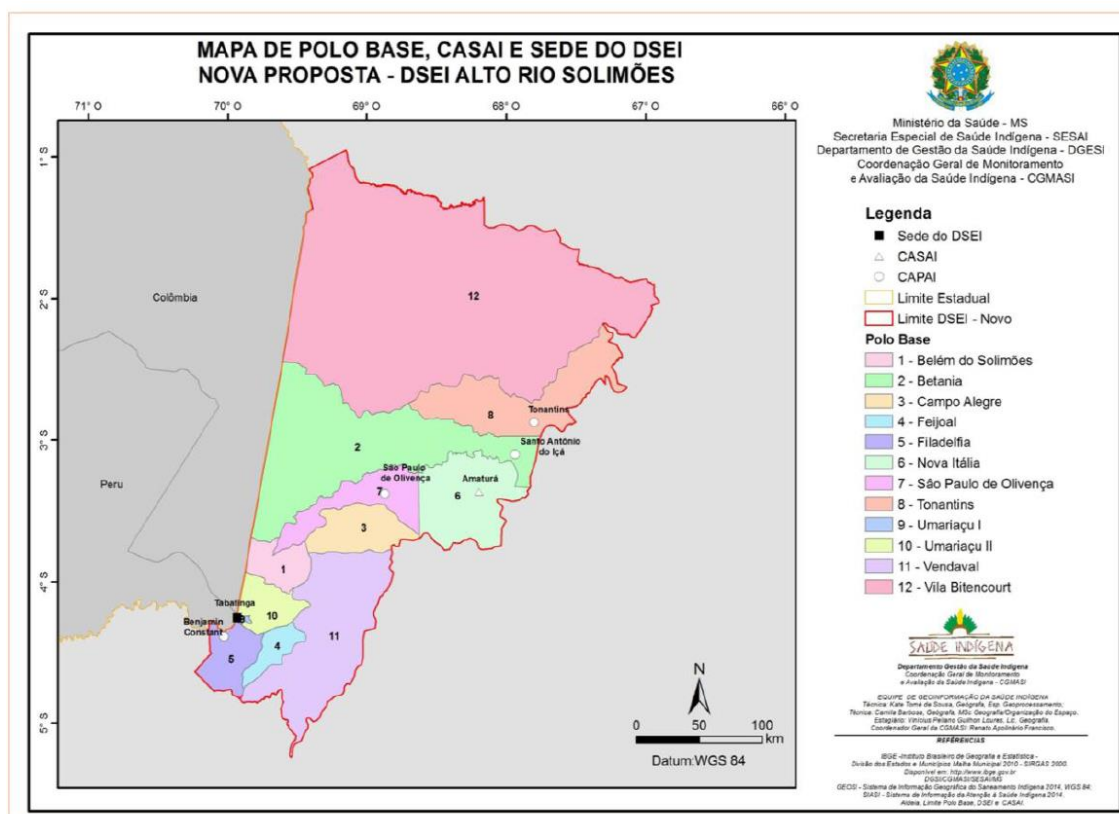
A organização dos serviços de atenção à saúde dos povos indígenas é organizada por Distritos Sanitários Especiais Indígenas e Polos Base, tendo foco nas ações de promoção, prevenção e controle de agravos seguindo as diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), executando a saúde com programas preconizados e equipes multidisciplinares de saúde indígena (EMSI) em um espaço territorial adscrito. Para que as ações não sejam meras campanhas de saúde para os índios, foi criada uma estrutura de gestão e de trabalho nas áreas (PONTES, 2015). As EMSI atuam de modo integral no território, formadas por médicos, principalmente do Programa Mais Médicos; enfermeiros e técnico de enfermagem; dentistas e técnicos de

saúde bucal; agentes indígenas de saúde indígena – AIS, AISAN agentes de saneamento. Em alguns polos base há ainda há psicólogos, nutricionistas, farmacêuticos.

Nos Polos Base as EMSI trabalham por microrregiões, e executam a atenção básica à saúde, realizam “atividades de atenção básica à saúde, tais como o acompanhamento de crianças e gestantes, imunização e o atendimento a casos de doenças mais frequentes, como infecção respiratória aguda, diarreia e malária”(BRASIL, 2009, p. 34).

A PNASPI (BRASIL, 2002) em suas diretrizes propõe a integração das práticas tradicionais das EMSI com as práticas tradicionais, onde os DSEIS realizam atenção a saúde de forma garantir a integração das práticas tradicionais articulando os saberes tradicionais aos trabalhos das EMSI.

O DSEI Alto Rio Solimões atende uma população de 67.893 indígenas, sendo 18.406 são Mulheres em Idade, e 10.401 mulheres de 25 a 64 anos (SIASI,2018), pertencentes a 07 Etnias (Ticuna, Kocama, Kambeba, Kanamari, Kaixana, Whitota e MakuYuhupi). A população Ticuna é majoritária, sendo a etnia que mantém da língua ainda em atividade. Distribuídas em 231 aldeias situadas em 07 municípios sob jurisdição do DSEI ARS (Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins e Japurá). Estruturalmente composta por 13 polos base, 01 sede do DSE , 01 Casa de Saúde Indígena – CASAI, 04 Casas de Apoio à Saúde Indígena – CAPAI. Que realizam a atenção a saúde com 26 Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI).



Fonte: Cartografia DSEI ARS, 2017.

No DSEI Alto Rio Solimões o trabalho em saúde é realizado de diferentes formas, aonde o profissional de saúde vai até as comunidades tradicionais e territórios sócio-culturais, étnicos, políticos, socioambientais e apresentam maneiras diferentes de promover saúde. As comunidades tradicionais são formadas por populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pescadores, seringueiros, madeireiros, piaçazeiros (SCHWEICKARDT et al, 2016; 2017).

A coordenação técnica da saúde da mulher do DSEI ARS tem o objetivo de “assistir a mulher como um todo, porém tendo o enfoque nas ações do Pré-Natal, ao Parto Natural e Puerpério, Prevenção do Câncer Uterino e da Mama, Prevenção da Mortalidade Materna e fetal e Assistência à Mulher Vítima de Violência” (Relatório do Programa da Saúde da Mulher Indígena, 2017). E tem desenvolvido, juntamente com LAHPSA – ILMD/Fiocruz Amazonas e SUSAM oficinas de valorização do trabalho das parteiras e sua articulação com a equipe multiprofissional.

Com relação ao pré-natal umas das principais estratégias que estão sendo trabalhadas com as EMSI é a qualidade do pré-natal que estamos ofertando as mulheres indígenas, com a proposta de conscientização da EMSI para que reconheçam as parteiras tradicionais como importantes parceiras na atenção à saúde da comunidade e da mulher indígena, que as EMSI venham desenvolver ações para auxiliar no resgate, valorização, apoio, qualificação e articulação direcionados as práticas tradicionais.

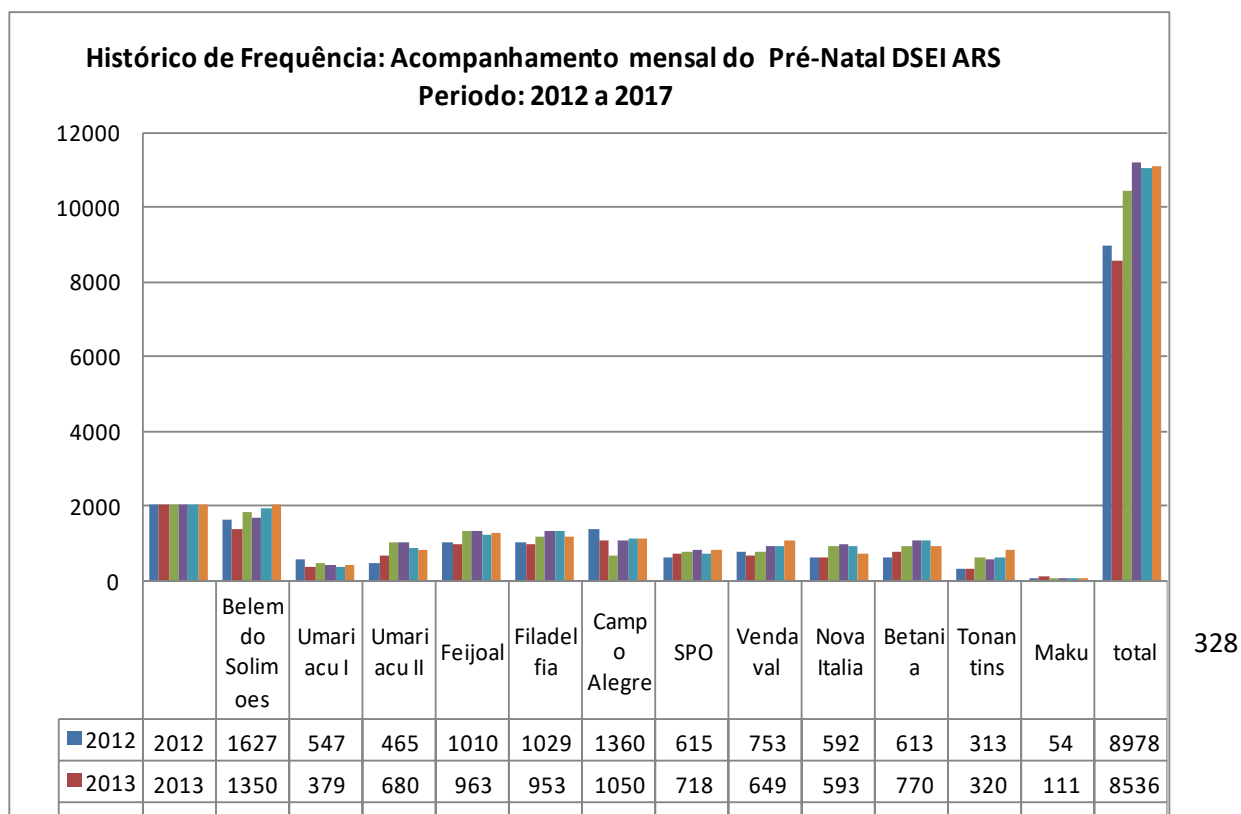
Em todos os pólos base há uma agenda de CPN com dias preconizados para as CPN, e as gestantes são captadas através de consultas agendadas pelos AIS, demanda espontânea, visitas nas comunidades e visitas domiciliares. Quando identificado que se trata de uma gestante de alto risco, as gestantes seguem sendo acompanhadas pelos médicos do Pólo Base. No caso de gestantes faltosas as EMSI são orientadas realizar busca ativa; em situações em que a gestante for menor de 14 anos as EMSI são orientadas a preencher a ficha de notificação do SINAN (violência e estupro), realizar visita domiciliar para avaliar a situação e preencher a ficha complementar com a percepção da EMSI.

Nos Pólos Base são ofertados as gestantes os testes rápidos de HIV, sífilis, hepatite B, hepatite C, gota espessa de malária, gota espessa de filariose, teste de identificação de gravidez, e para realizarem os demais exames de laboratório e de imagem as gestantes devem ser encaminhadas ao município de referência de cada Pólo Base.

E em caso de necessidade da gestante precisar de uma avaliação mais especializada esta deverá ser referenciada através da regulação, as EMSI dos Pólos Base foram treinadas para regular consultas e exames, e recebe apoio da assistente social do Pólo Base da CASAI; e em casos de gestantes para a urgência e emergência são encaminhadas através do SAMU e na impossibilidade do SAMU o barco do Polo Base ou DSEI faz o transporte do paciente para a 1ª referência do Pólo Base (Hospital do município), que se necessário encaminhará a Maternidade Celina Villacrez Ruiz ou Hospital de Guarnição de Tabatinga, ou até para Manaus (nas maternidades), a depender da gravidade do caso e a disponibilidade de leito. E nestes casos a Regulação Regional de Tabatinga acompanha juntamente com a Casa Apoio a Saúde Indígena (CASAI) de Tabatinga.

A Maternidade Celina Villacrez Ruiz até o momento é a única maternidade do da abrangência de jurisdição do DSEI ARS, e está localizada no município de Tabatinga, e as situações de urgência e emergências obstétricas das gestantes indígenas do DSEI ARS são referenciadas para esta maternidade.

GRÁFICO I: Histórico de frequência: acompanhamento do Pré-Natal 2012 a 2017.



Fonte: DSEI/DIASI/Saúde da Mulher/2017

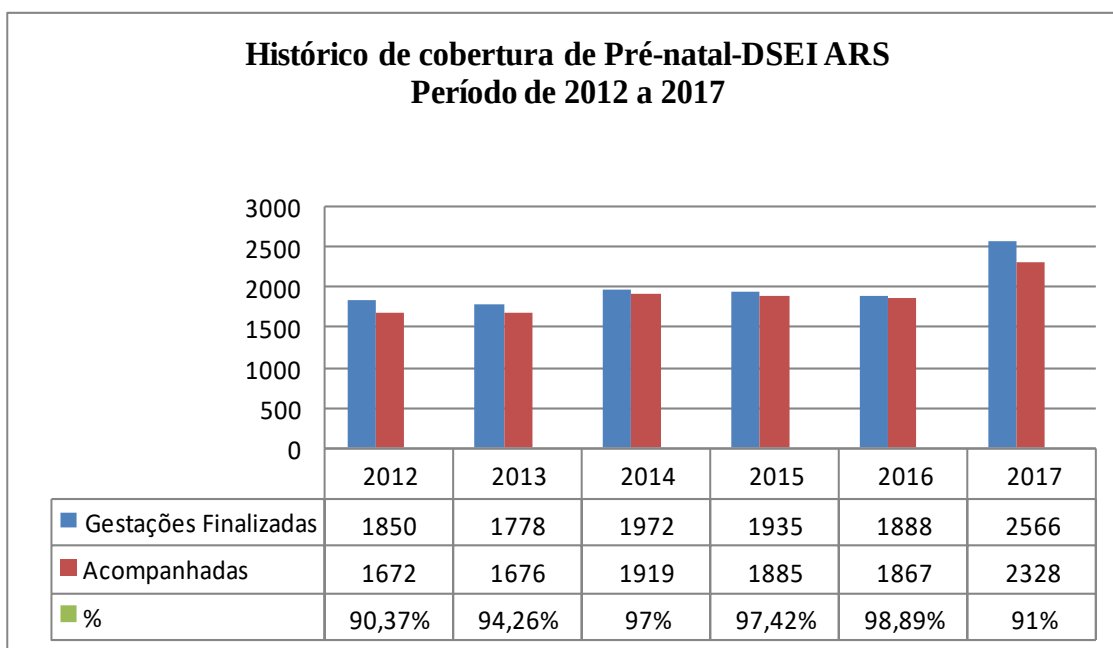
Ao analisar o gráfico verifica-se que a frequência de acompanhamento mensal de pré natal dos Pólos Base se mantém nos últimos 03 anos.

Verifica-se no histórico de frequência anual de acompanhamento de pré- natal que constam em 2012 que havia 11.301 gestantes existentes e destas foram acompanhadas 8.978, que representam 79,44 % de frequência de acompanhamento; já em 2013 haviam 11.042 gestantes existentes e destas foram acompanhadas 8.536, que representam 77,30 % de frequência de acompanhamento; já em 2014 haviam 12.982 gestantes existentes e destas foram acompanhadas 10.453 que representam 80,51 % de frequência de acompanhamento; em 2015 haviam 13.574 gestantes existentes e destas foram acompanhadas 11.173 que representam 82 % de frequência de acompanhamento; já em 2016 haviam 12.640 gestantes existentes e foram acompanhadas 11.039, sendo 87,33%.

Em 2017 haviam 12.965 gestantes existentes e destas foram acompanhadas 11.075 que representam 85,42%.

Que representam uma média mensal de 1080 gestantes existentes e destas foram acompanhadas 923 gestantes.

GRÁFICO II: HISTÓRICO DE COBERTURA DE PRÉ- NATAL 2012 A 2017



Fonte: DIASI/Planilhas-2012 a 2016. SIASI 2017

Em 2017 tivemos 2.566 gestações finalizadas, sendo acompanhada no pré-natal 2.314 tendo 91% de cobertura de pré-natal. E constam 11.075 consultas de pré-natal realizadas, quando se analisa o Instrutivo de cálculo dos indicadores de saúde indígena temos uma média de 4,78 consultas/gestantes representando um indicador satisfatório.

O trabalho de parto para a mulher indígena é sempre um momento especial, e muitas das vezes são realizados apenas pelos familiares, onde uma parteira ou parenta mais velha acompanha e permanece todo o tempo junto da mulher, o esposo sempre está presente e segura a mulher, são ofertados chá caseiro, os panos utilizados são na maioria das vezes pedaços de panos da família que se separa para este fim, o cordão umbilical é cortado pela pessoa que será o padrinho da criança com tesouras da família que foi colocado ao fogo para esterelizar ou limpa com álcool, o cordão é amarrado muitas das vezes com tucum e algodão orgânico que eles plantam nas comunidades.

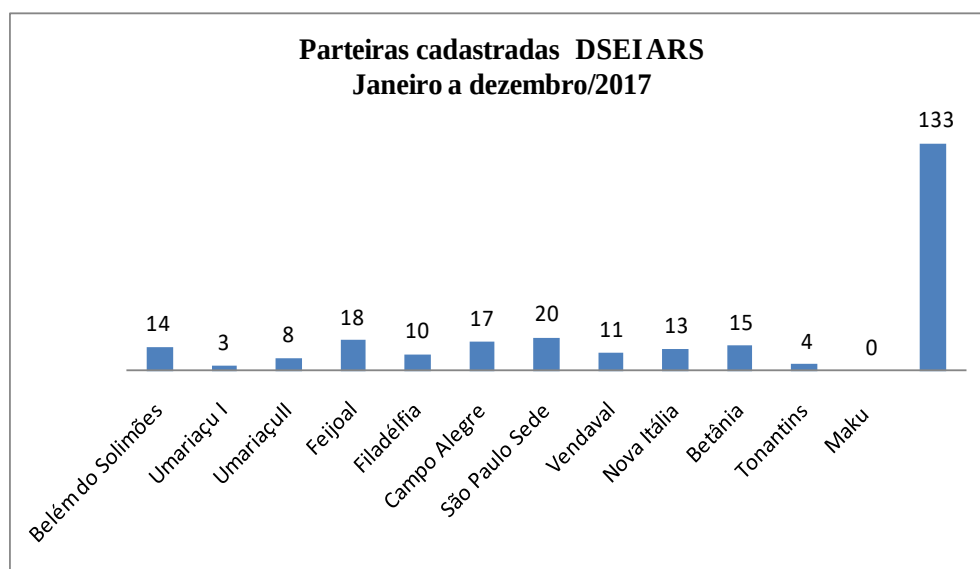
Ou seja, o trabalho de parto nas aldeias é sempre realizado de maneira tradicional, o que nos leva estar próximo das parteiras e orientando.

A Etnia Ticuna está organizada em grupos clânicos que são patrilineares, ou seja, quem dá o nome é o clã do pai. “Segundo a narrativa Ticuna, as nações foram criadas por Yo’i com a finalidade de estabelecer critérios de diferenciação entre os membros do povo Ticuna. Dessa forma se instituiu uma organização social caracterizada pela existência das duas nações, as quais regulamentam as alianças entre os clãs no interior do grupo, levando assim à “endogamia tribal” (OLIVEIRA, 1999, p. 95). A origem das “nações” está no mito de criação dos Ticuna, quando os irmãos Yoi e Ipi criam os seres humanos e os separam em nações e os ensina a casar entre si (ERTHAL, 1998). Nessa organização social é possível identificar o pertencimento social de cada indivíduo porque o nome da pessoa está ligado ao clã ou subclã.

A definição do clã é dada no nascimento da criança, quando o padrinho ou a madrinha cortam o cordão umbilical. As crianças nascidas de parto normal na aldeia recebem o nome do clã e, segundo a tradição Ticuna, placenta é colocada numa cuia e enterrada no pátio da casa quando os partos são considerados fácil ou jogada no rio quando o parto foi considerado difícil, simbolizando que a pessoa é daquele lugar, daquela terra. Nisso, podemos verificar a importância da parteira no nascer, pois é nesse momento é que a criança se torna pessoa, alguém do grupo e da comunidade.

A EMSI são chamadas para auxiliar ou quando você tem uma proximidade muito grande com aquela família, ou nas situações em que o trabalho de parto não está evoluindo como deveria, e as parteiras tradicionais pedem auxílio da EMSI.

GRÁFICO III: PARTEIRAS CADASTRADAS-DSEIARS



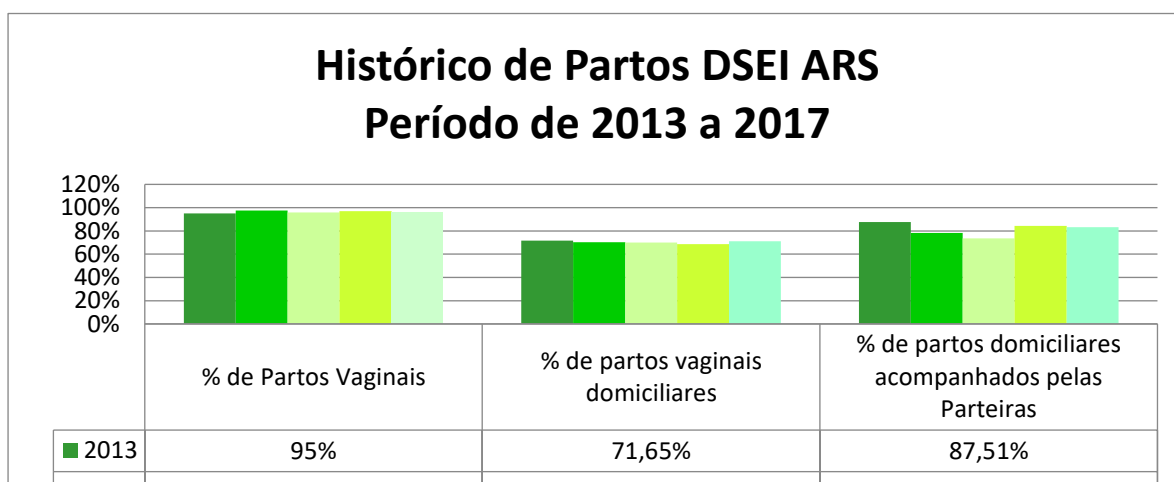
FONTE: DIASI/Saúde da Mulher/2017

Temos 133 parteiras cadastradas na SESAI, no estado do Amazonas no cadastro de estabelecimentos de saúde vinculadas aos Polos Base. Realizamos oficinas de trocas de saberes e experiências entre as parteiras e equipe multidisciplinar de saúde indígena, temos 01 parteira eleita representante da categoria e representante no CONDISI.

Uma ambiência para as parturientes indígenas foi adequada na Maternidade Celina Villacrez Ruiz com o intuito de redução de partos tardios, possível sofrimento fetal, buscando a redução de óbitos evitáveis. Garantindo o direito do acompanhante e da parteira tradicional buscando respeitar as práticas tradicionais, a autonomia da gestante indígena em garantir sua cultura: permitindo o uso de cuidados tradicionais com a parturiente e com o recém nascido, e batismo do nome indígena e do clã indígena.

Durante as consultas de pré- natal as EMSI procuram estar mais próximas das gestantes, realizam orientações quanto ao pré-natal, exames, cuidados com o trabalho de parto e RN, enfatizando os cuidados e riscos. São orientadas a estar avaliando todos os partos que sejam possíveis de avaliar, ou seja pelo menos todos os partos que ocorrerem nas aldeias, que as EMSI possam procurar avaliar e orientar, tanto durante as orientações de pré natal, quanto após o nascimentos nas consultas de pré- natal. Avaliando os riscos, e aproveitando para trocar experiências com as parteiras indígenas, procurando a redução de óbitos maternos e fetais evitáveis.

GRÁFICO IV: HISTÓRICO DE PARTOS DSEI ARS



Fonte: PAINEL SIASI DIASI/DSEI/ARS - SESAI/MS

Em 2013 tivemos 87,51% dos partos domiciliares acompanhados pelas parteiras, em 2014 foram 78,16%, em 2015 acompanhados 73,50, já em 2016 foram acompanhados 84,24% seguido de 2017 com 83,22% dos partos domiciliares acompanhados pelas parteiras tradicionais. Ao analisarmos os dados mesmo havendo equipes multidisciplinares de saúde indígena em área, os partos são em sua maioria acompanhados pelas parteiras tradicionais indígenas.

Estudos antropológicos tem demonstrado que a visão dos profissionais de saúde sobre as práticas tradicionais é de caráter caricaturesco e de um distanciamento estratégico (DIAS-SCOPEL; SCOPEL, 2018).

Por outro lado, a experiência do DSEI Alto Rio Solimões mostra a importância da proximidade com as parteiras tradicionais, sem realizar uma oposição entre os saberes tradicionais e saber ocidental dos profissionais de saúde.

O DSEI Alto Rio vem realizando trabalhos de valorização das parteiras indígenas, pois dentro da tradição indígena as parteiras vivenciam o dia das famílias sendo assim atores importantes na redução da mortalidade materna/infantil e fetal. Apesar das orientações, ainda persiste nas EMSI a resistência de diferentes formas de acompanhamento das gestantes.

Através da parceria com a FIO CRUZ, no projeto Redes Vivas e Práticas populares de Saúde: Conhecimento Tradicional das Parteiras e a Rede Cegonha no Estado do Amazonas, temos realizado oficinas com as parteiras, levado as parteiras para Congressos,

Universidades e a possibilidade de participarmos da Associação de Parteiras do Estado do Amazonas com a 01 parteira indígena eleita como vice presidente e 01 parteira indígena eleita como suplente do conselho.

Fortalecer espaços de discussões com as parteiras, buscando respeitar as praticas tradicionais, aproximando as equipes das parteiras vai muito além do empoderamento das parteiras em realizar seus trabalhos. Fortalecer o trabalho das parteiras é fortalecer a vida das crianças indígenas que veem ao mundo por suas mãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

ERTHAL, R.M.C. O suicídio Ticuna no Alto Solimões/AM. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

OLIVEIRA. J. P. **“O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero: MCT, 1988.

DIAS-SCOPEL, R.; SCOPEL, D. ¿Quiénes son las parteras munduruku? Pluralismo médico y autoatención en el parto domiciliario entre indígenas en Amazonas, Brasil. **Desacatos**, n. 58, septiembre-diciembre, 2018, pp. 16-33.

RELATÓRIO DO PROGRAMA SAÚDE DA MULHER INDÍGENA. Distrito Sanitário especial indígena ARS. Tabatinga, 2017.

PONTES, A.L.M., REGO, S.; GARNELO, L. O modelo de atenção diferenciada nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas: reflexões a partir do Alto Rio Negro/AM, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, 20 (10):3199-3210, 2015.

SCHWEICKARDT, J.C; et al. Território na atenção básica: Abordagem da Amazônia equidistante. In: CECCIM, R.B; et al. (orgs). **In-formes da Atenção Básica: aprendizados de intensidade por círculos em rede**. Porto Alegre: Rede Unida, 2016.

SCHWEICKARDT, J.C; et al. Relatório de Pesquisa. **A produção do trabalho e o Programa “Mais Médicos” no Estado do Amazonas**. Manaus: Fapeam/Fiocruz Amazonas, 2017.

6. AL RESCATE DE LAS LENGUAS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA

CABRERA SANTACRUZ, Oscar Fabián

Centro para la Biodiversidad y el Turismo del Amazonas, SENA Regional Amazonas,
Colombia

oscarfabian13@gmail.com

MIRAÑA, Elio Guillermo

CANDRE IGUEDAMA, Adrián Gustavo

INTRODUCCIÓN

De las cerca de seis mil lenguas que existen en el mundo, alrededor del 96% son habladas por aproximadamente el 3% de los habitantes del mundo (UNESCO, 2003 citado de Bernard 1996: 142). Significa que la custodia de la diversidad lingüística del mundo está en

manos de un número muy reducido de personas (UNESCO, 2003). A finales de 2015, Rosa Andrade Ocagane, la última hablante de resígaro, fue asesinada a sus 67 años. Con ella murió una de las 43 lenguas indígenas de la Amazonía. En los últimos diez años han desaparecido más de cien lenguas; 400 están en situación crítica y 51 son habladas por una sola persona en todo el mundo (FOWKS, 2016). Se calcula que, hasta finales del siglo XXI, el 90% de las lenguas podrían ser sustituidas por lenguas dominantes. El peligro de desaparición de una lengua obedece a factores externos, tales como el sometimiento militar, económico, religioso, cultural o educativo, o a causa de fuerzas internas, como la actitud negativa de una comunidad hacia su propia lengua. Generalmente las presiones internas tienen su origen en presiones externas, como la discriminación (UNESCO, 2003).

En Colombia 68 lenguas se encuentran en peligro de desaparecer, 65 son lenguas indígenas. La Unesco calcula en cuatro las que han desaparecido en los últimos años: carabayo (Amazonas), macaguaje (Amazonas), opón-carare (Santander) y pijao (Tolima) (SEMANA, 2017).

El Estado Colombiano reconoce la diversidad étnica y se obliga a proteger las riquezas culturales de la Nación. Las minorías étnicas, las indígenas y la población rural debería poder ejercer su derecho a una educación de calidad en su lengua materna, un derecho que no siempre se cumple (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA, 1991). Los derechos de los pueblos indígenas a mantener sus propias lenguas, es fundamental para conservar sus culturas, se transmitan a las nuevas generaciones y lograr que subsistan (AIKMAN, 1995).

Es una urgencia mundial conservar y proteger las lenguas, por lo cual la UNESCO, junto a un grupo de expertos, lidera el programa “Salvaguardía de las Lenguas en Peligro”. Diferentes proyectos han surgido con la idea de crear una biblioteca donde repose la información de las diferentes lenguas que están al borde de desaparecer. La iniciativa de Google, Endangered Languages (Idiomas en peligro de extinción), permite a cualquier persona subir videos, audios y documentos en diferentes lenguas, para conservarlas, todo

con el objetivo de que estas cifras no sigan aumentando cada año y quede un registro cultural (EL ESPECTADOR, 2016). “Tenemos que hacer una gran biblioteca no solamente de diccionarios, sino de gramáticas, de compilación de mitologías de todas las lenguas indígenas. Si no nos apuramos habrá consecuencias...” Juan Camilo Niño (FOG, 2015).

Coincidimos en la prioridad evidente por conservar las lenguas indígenas, sus historias y cantos, una tradición oral que ha constituido el medio de enseñanza y transferencia del conocimiento nativo entre generaciones, de su entorno, sus experiencias y su espiritualidad; sin un registro que salvaguarde la información. Urge un modelo pedagógico, adecuado a las costumbres étnicas, que promueva y motive la recuperación de ese patrimonio cultural inmaterial, que es parte de la historia olvidada de la humanidad.

Las Tecnologías de la Información y la Comunicación TIC, las redes sociales y los vertiginosos avances tecnológicos para dispositivos móviles se han convertido, además de un mecanismo de masificación mundial de la información, en un instrumentos para innovar los procesos de enseñanza y aprendizaje. El desarrollo de software juega un papel importante en la innovación tecnológica y será la herramienta que nos servirá para recopilar, preservar y divulgar la riqueza cultural étnica de nuestra Amazonía y para desarrollar un instrumento pedagógico que logre apropiarse de estos saberes en peligro de desaparecer.

La realización de esta iniciativa fue posible gracias al apoyo del Sistema de Investigación, Desarrollo Tecnológico e Innovación SENNOVA del Sistema Nacional de Aprendizaje SENA.

ANTECEDENTES

La época de la famosa cauchería y otras industrias extractivas tuvieron un fuerte impacto (final de 1900 a 1950) en la redistribución y dispersión de las comunidades indígenas y sus lenguas.

En el contexto del modelo educativo

La misión católica terminó en una política agresiva de internados, que tomó y alejó a los niños de sus hogares, donde los niños indígenas no reciben la educación a través de un lenguaje que ellos entiendan (EPPS, 2018) (AMES, 2012). A finales de 1930, la alfabetización de las comunidades indígenas en sus propias lenguas, empieza a tomar relevancia en el modelo de educación pública de Latino América (BARROS, 1995). La experiencia de la escuela termina por devaluar su cultura y raíces. Los programas de educación bilingüe son limitados y los niños entran en contacto con otras culturas y lengua que requiere un apoyo para esta transición (AMES, 2012). La educación indígena es un experimento “bilingüe” que causa insatisfacción y hasta cierto punto podríamos afirmar que es causante de la desaparición de las lenguas maternas, cuando empieza a ganar más importancia la lengua oficial del país. En los jóvenes se vuelve pasivo el conocimiento de su lengua y en el peor de los casos terminan apropiando en su conocimiento, únicamente la lengua oficial.

Las lenguas indígenas del Amazonas son orales, no cuentan con una escritura propia, convirtiéndose en un obstáculo para el proceso educativo indígena. La intervención religiosa, a través del Instituto Lingüístico de Verano ILV (Summer Institute of Linguistics, SIL) que en su labor misionera evangelizadora, desde su mirada, afronta el problema y construye los alfabetos y la escritura de gran parte de las lenguas indígenas del Amazonas, con el fin principal de traducir y dar a conocer la Biblia a los nativos para su conversión religiosa. Como resultado se obtiene un compendio importante de documentos y recursos lingüísticos, que lo ha convertido en un referente para el estudio de las lenguas nativas. Al respecto se presentan algunas controversias complejas, mientras unos coinciden en construir los alfabetos, con su fonología y morfología, de las lenguas indígenas, para poder abordar el proceso educativo, como también para crear y asignar nuevas palabras en lengua a los elementos nuevos que no hacían parte de su vida cotidiana (ejemplo: avión,

computador, licuadora, etc.), otros piensan que se pierde lo autóctono, al introducir y usar un alfabeto basado en fonemas complejos, por considerarlo un elemento ajeno a su lengua, de tradición púramente oral. La historia continuará estudiando la incidencia del proceso alfabetizador realizado desde la perspectiva religiosa y sus consecuencias en el contexto cultural étnico. ¿La alfabetización indígena debió haber sido un trabajo de antropología y sociología, sin la intromisión de la religión? “El método para estudiar una lengua minoritaria de tradición oral debe desembocar –según estos misioneros– en “dotar” la lengua de un alfabeto, para luego producir material escrito” (MONTES, 2015). La unificación de ortografías desemboca en un problema de diferencias y resistencia a cualquier modificación y a decisiones de tipo político.

El modelo educativo actual pone en riesgo la vitalidad de las lenguas y contrario a su intención, podría contribuir al declive de ellas. El modelo implementado en Latinoamérica nace de la influencia mexicana, con la participación del Instituto Lingüístico de Verano y financiado por el gobierno de cada país.

Hace más de ocho décadas que se viene impulsando, sin alcanzar los frutos esperados, una política para la salvaguarda de las lenguas; se han sostenido reuniones tras reuniones y se han expedido Leyes tras Leyes, en las cuales principalmente en el discurso se promueve una educación en la lengua materna. Se requiere la formación y preparación de profesores nativos, en las diferentes áreas de conocimiento. En Colombia la más reciente es la Ley de Lenguas Nativas No. 1381 de 2010, para la salvaguarda y apropiación del patrimonio lingüístico de la Nación, en la cual se implementa y da alcance a lo establecido en la Constitución Política de Colombia de 1991. En la práctica la «recuperación» no está dirigida explícitamente a promover el uso y aprendizaje de la lengua, sino a recoger un compendio de colecciones de materiales derivados de la documentación de las lenguas, para su publicación y difusión, (tanto grabaciones como transcripciones) que quedan disponibles como insumo para los procesos de aprendizaje al interior de las comunidades, que son muy lentos e impredecibles, pero vale la pena toda la perseverancia que amerite (ECHEVERRI & ROMERO, 2016).

En el contexto de la globalización

Los indígenas cuando salen a la ciudad, lo más seguro es que se olvidan de sus tradiciones. El uso del español y el portugués es inevitable y obligatorio para que los indígenas acudan, no solamente a las entidades gubernamentales, reclamen sus derechos y accedan a los beneficios que les ofrece el Estado (EPPS, 2018). Los indígenas se ven obligados a ser bilingües para adquirir conocimiento y defender sus intereses (La escuela es el lugar donde las prácticas y tradiciones culturales indígenas les son negadas y la religión no es muy diferente) (AIKMAN, 1995)

El progresivo cambio cultural que genera el continuo contacto con individuos de otra sociedad (PÉREZ et al., 2013), con mayor incidencia en los jóvenes, a quienes se da más fácilmente el aculturamiento que la conservación de sus propias costumbres. Los alcances de la globalización son imparables, no sólo afecta los pueblos indígenas, también incide en el deterioro de su hábitat y la desaparición de su biodiversidad (Por ejemplo: la caza y la pesca realizadas para el sustento básico del grupo familiar o comunitario, es actualmente una actividad de extracción y comercialización para percibir ingresos, cuya magnitud produce enormes efectos negativos en el entorno y consecuentemente obliga al cambio de sus costumbres. La minería también deja sus estragos en la región Amazónica, causando el envenenamiento de las fuentes de agua, la fauna, la flora y sus suelos).

La intervención Estatal termina transformando los usos y costumbres de las comunidades indígenas, los proyectos de inversión que buscan satisfacer las Necesidades Básicas Insatisfechas NBI nacen sin la participación de las comunidades, no son autosostenibles y terminan atrapándolas en el Sistema. Comunidades acostumbradas a vivir del pan coger y de las bondades de la naturaleza, ahora tienen que preocuparse por conseguir recursos para pagar los servicios básicos que brinda el gobierno (agua potable, energía eléctrica, salud, etc.).

Determinar cuándo una lengua está en peligro

Una lengua corre peligro cuando sus hablantes dejan de utilizarla, cuando la usan cada vez menos para comunicarse y cuando dejan de transmitirla a las siguientes generaciones. Se han identificado seis factores para evaluar la vitalidad de una lengua y su estado en peligro (1-Transmisión intergeneracional; 2- Número absoluto de hablantes; 3- Proporción de hablantes en el conjunto de la población; 4- Cambios en los ámbitos de utilización de la lengua; 5- Respuesta a los nuevos ámbitos y medios; y 6- Disponibilidad de materiales para el aprendizaje y la enseñanza de la lengua. Ninguno de estos factores se debe emplear solo), dos factores para calibrar las actitudes hacia la lengua y un factor para evaluar la urgencia del trabajo de documentación. (UNESCO, 2003).

“Toda investigación en comunidades de lengua amenazada debe ser recíproca y cooperativa”. Es deber de los investigadores, a cambio del conocimiento que reciben de la comunidad de hablantes, concertar y trabajar de la mano de la comunidad en el diseño, la implementación y la evaluación de sus proyectos de investigación (UNESCO, 2003). Entender las comunidades, mirar desde su perspectiva y percepción, y desarrollar sus propias estrategias para mantener su identidad cultural en el acelerado y continuo cambio del mundo. (AIKMAN, 1995).

En Colombia en el censo de 1993, el 21,4% de la población indígena no habla español, eran monolingües en su lengua nativa. En 2005, el 41,7% de los indígenas hablan una lengua étnica y el 52,2% tiene como única lengua el español, perdieron su lengua nativa. Las poblaciones del departamento del Amazonas están dentro del promedio nacional, propio de situaciones de contacto permanente. Otros departamentos de la región amazónica (Vaupés, Guainía, Vichada, Guaviare) muestran cifras diferentes, hay mayor diversidad y vitalidad de las lenguas nativas (MONTES, 2015).

Debemos saber diferenciar entre recuperar y revitalizar y preservar para conservar como un patrimonio de la humanidad. Hasta donde podemos o debemos llegar; ¿nos debemos conformar solamente con guardar un archivo para la memoria histórica??

METODOLOGÍA

A partir de una revisión documental identificamos los grupos étnicos de la región Amazónica y del análisis del contexto local y teniendo en cuenta el difícil acceso a las comunidades alejadas y los limitados recursos, se seleccionaron las lenguas y se concertó con las etnias a involucrar en el Proyecto. El azar y la fortuna estuvo a nuestro favor y nos permitió cruzarnos en el camino con nativos de comunidades distantes, con un alto nivel de conocimiento de sus lenguas; Elio Miraña y Simón Pedro Letuama. Se organizaron las salidas de campo y las jornadas de grabación de cantos, reseñas y pronunciación de los vocablos, paralelamente a la labor de digitar y construir las bases de datos de la escritura y pronunciación de los vocablos y su significado en castellano del traductor. Nos apoyamos en diccionarios indígenas elaborados, en el proceso de evangelización y en los nativos con experiencia en su lingüística, pasando por varios filtros de revisión. No fue posible encontrar y contar con lingüistas que apoyen las actividades del proyecto.

Tabla 1. Lenguas presentes en el Departamento del Amazonas.

Nombre de Lengua	Departamento	Familia Lingüística	Número de	Habitantes
Número de Hablantes	Vitalidad			
MUINANE	AMAZONAS BORA ⁸⁷	50	En peligro	
TIKUNA	AMAZONAS AISLADA	7879	4065	En peligro
UITOTO	AMAZONAS WITOTO	6444	2982	En peligro
YAGUA	AMAZONAS AISLADA	1007	494	En peligro
BORA	AMAZONAS BORA ⁹³³	377	Vulnerable	
ANDOQUE	AMAZONAS AISLADA	200	46	En peligro de extinción
COCAMA	AMAZONAS TUPAFA	2204	213	En peligro de extinción
MIRAÑA	AMAZONAS BORA ²⁷⁴	87	En peligro de extinción	

OCAINA	AMAZONAS WITOTO	285	94	En peligro de extinción
TANIMUKA	AMAZONAS TUKANO	342	194	En peligro de extinción
NONUYA	AMAZONAS WITOTO	90	4	En situación crítica

FUENTE: <https://www.datos.gov.co/Cultura/Mapa-Sonoro-Lenguas-Nativas-de-Colombia/734h-gxtn/data>

Como podemos observar la información que reposa en las entidades del gobierno muestran algunas diferencias y los nativos también manifiestan que los datos no corresponden a la realidad. Estamos atentos a los resultados que arroje el Censo 2018, elaborado por el Departamento Nacional de Estadística DANE y buscar la unidad y fidelidad de la información.

Tabla 2. Lenguas indígenas presentes en la región amazónica colombiana en cada departamento

LENGUA	AMAZONAS	VAUPES	GUANÍA	GUAVIARE	CAQUETA
	PUTUMAYO	VICHADA	NARIÑO	CAUCA	

- 1 Andoque
- 2 Baniva
- 3 Bará
- 4 Barasana
- 5 Bora
- 6 Cabiari
- 7 Carapana
- 8 Carijona

- 9 Cocama
- 10 Cofán
- 11 Cubeo
- 12 Curripaco
- 13 Desano
- 14 Guayabero
- 15 Inga
- 16 Jupda
- 17 Kakua
- 18 Kamsá
- 19 Koreguaje
- 20 Macuna
- 21 Miraña
- 22 Muinane
- 23 Nonuya
- 24 Nukak
- 25 Ocaina
- 26 Piapoco
- 27 Piaroa
- 28 Piratapuyo
- 29 Pisamira

- 30 Puinave
- 31 Quechua
- 32 Siriano
- 33 Tanimuca
- 34 Tariano
- 35 Tatuyo
- 36 Ticuna
- 37 Tucano
- 38 Tuyuca
- 39 Uitoto
- 40 Wanano
- 41 Yagua
- 42 Yujupde
- 43 Yurutí

TOTAL/DPTO	19	21	6	6	6	7	4	2	1

FUENTE: <https://www.mincultura.gov.co/>

Las lenguas seleccionadas fueron Miraña, Ocaina, Tanimuka, Tikuna y Uitoto. Esperamos que se pueda expandir a las demás comunidades indígenas, los escasos recursos no nos permitieron avanzar más allá.

El desarrollo del software del aplicativo Web y la Aplicación para dispositivos móviles del traductor y la Cartilla Interactiva para la enseñanza de música, se realiza con el apoyo de

un ingeniero de sistemas. El mecanismo de recopilación y preservación se hará a través de un traductor, que incluye la escritura y reproducción de audio de la pronunciación en lengua indígena. Se hicieron varias sesiones de grabación en vivo, para su posterior edición y procesamiento hasta obtener los audios digitales finales.

“Pero sobre todo han sido los cantos uno de los principales vehículos de la recuperación de la lengua...” (ECHEVERRI & ROMERO, 2016). Como estrategia de apropiación recopilamos cantos y rondas infantiles autóctonas, propias de la crianza de los hijos y de su tradición oral. Escribimos sus partituras para desarrollar una cartilla multimedia interactiva, para la enseñanza de música. Por algo dicen que la música es el lenguaje universal... Ese es nuestro aporte y tenemos la esperanza que funcione. El material será distribuido a los actores y las instituciones y estará disponible a través de la página www.sonidosdelamazonas.com.

El traductor tendrá la posibilidad de recibir observaciones y correcciones y tanto el traductor como la cartilla están diseñados para ser alimentados continuamente y lograr un compendio lo más completo y preciso posible.

RESULTADOS

Un traductor de cinco lenguas indígenas del Amazonas que estará disponible en internet y a través de una aplicación para dispositivos móviles y que se podrá seguir alimentando con otras lenguas y más palabras; según el siguiente detalle:

LENGUA	PALABRAS
Uitoto	3698
Ticuna	6062

Ocaina	2632
Tanimuca	997
Miraña	en proceso

Una cartilla multimedia interactiva para la enseñanza de música, con herramientas prácticas y lúdicas, que esperamos logren promover en el ámbito educativo y en general el uso de la lengua materna.

CONCLUSIONES

Hay un logro intangible de gran valor, pero a la vez mínimo frente a la magnitud del problema, gracias a la difusión del conocimiento ancestral, su preservación y la apropiación que se pueda lograr en las nuevas generaciones indígenas; un saber propio, que de ser motivo de orgullo. El camino es largo, las etnias están distantes y dispersas y los recursos son escasos para llegar a todas; hay que seguir adelante.

podemos realizar infinidad de proyectos que maravillen al mundo entero, pero de nada servirá si no calamos en las comunidades indígenas. El reto es crear el hábito y la necesidad para que las lenguas indígenas se vuelvan a utilizar y su uso sea cada vez más fuerte, lograr que el indígena cambie su actitud negativa y entienda el valor de sus raíces y las muestren con orgullo, generar conciencia de la gravedad del problema de pérdida de sus propias lenguas y buscar que se empoderen y no permitan que su legado muera. Debemos despertar el interés de los jóvenes.

Tomamos el control de sus lenguas. La educación se brinda en el idioma principal del país donde se ubican (SHULIST, 2015). Ni siquiera los nombres de las comunidades étnicas corresponden a los reales, fueron rebautizados y les creamos fronteras que dispersaron los pueblos indígenas con un desarrollo individual de sus lenguas.

La exogamia constituye la causa del extendido multilingüismo, la lengua en algunos pueblos indígenas se convierte en una marca de identidad y determina cierto parentesco que se tiene en cuenta a la hora del matrimonio y se aprende por las tías, abuelas o vecinos y las zonas de frontera permiten aprender español y portugués (SHULIST, 2015). Un hijo puede tener padres de lenguas diferentes y el caso contrario al multilingüismo radica en que los padres no se entienden en sus lenguas y acaban adoptando el español o el portugués para comunicarse, sus lenguas se pierden en el hogar y los hijos pierden la oportunidad de aprenderla y mantenerla.

REFERENCIAS

1. Aikman, S. Language, literacy and bilingual education: an Amazon people's strategies for cultural maintenance. Elsevier Science, Int. J. Development, Vol. 15, No. 4, pp 411-422, 1995.
2. Ames, P. Language, culture and identity in the transition to primary school: Challenges to indigenous children's rights to education in Peru. Elsevier Science, International Journal of Educational Development, 32, pp 454-462, 2012. DOI: 10.1016/j.ijedudev.2011.11.006
3. Barros, M. The missionary presence in literacy campaigns in the indigenous languages of Latin America (1939-1952). Elsevier Science, Int. J. Development, Vol. 15, No. 3, pp 227-287, 1995.
4. COLOMBIA ESTÁ PERDIENDO SUS LENGUAS INDÍGENAS. (21 de febrero de 2017). Semana. Recuperado de <http://www.semana.com/educacion/articulo/etnoeducacion-lenguas-indigenas/498934>
5. CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA (1991). Asamblea Nacional Constituyente, Bogotá, Colombia, 6 de Julio de 1991.
6. EN COLOMBIA, 68 LENGUAS SE ENCUENTRAN EN PELIGRO DE DESAPARECER. (26 de diciembre de 2016). El Espectador. Recuperado de

<http://www.elespectador.com/noticias/educacion/colombia-68-lenguas-se-encuentran-peligro-de-desaparece-articulo-672067>

7. Echeverri, J. A. & Romero Cruz, I. V. Agonía y revitalización de una lengua y un pueblo: los Nonuya del Amazonas. *Forma y Función*, Vol. 29, No. 2, pp 135-156, 2016. DOI: 10.15446/fyf.v29n2.60192
8. Epps, P. Contrasting linguistic ecologies: Indigenous and colonially mediated language contact in Northwest Amazonia. *Elsevier Science, Language & Communication*, pp 147-157, 2018.
9. Fog, L. (16 de diciembre de 2015). La olvidada lengua indígena que volvió a existir. *El Espectador*. Recuperado de <http://www.elespectador.com/noticias/nacional/olvidada-lengua-indigena-volvio-existir-articulo-606115>
10. Fowks, J. (22 de diciembre de 2016). Asesinada en Perú la última mujer hablante de resígaro. *El País*. Recuperado de https://elpais.com/internacional/2016/12/20/america/1482271957_900774.html
11. Montes, M. ¿Escribir y leer en la escuela? El asesor-lingüista y la escritura en la educación bilingüe indígena. *Revista Latinamericana de Educación* (30 de diciembre de 2015). Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, Colombia. DOI: <http://dx.doi.org/10.18175/VyS6.2.2015.02>
12. Pérez I., et al. Changing indigenous cultures, economies and landscapes: The case of the Tsimane', Bolivian Amazon. *Elsevier Science, Landscape and Urban Planning*, 120, pp 147-157, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.landurbplan.2013.08.015>
13. Shulist S. "Graduated authenticity": Multilingualism, revitalization, and identity in the Northwest Amazon. *Elsevier Science, Language & Communication*, 47, pp 112-123, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.langcom.2015.04.001>
14. Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas. Reunión Internacional de Expertos sobre el programa de la UNESCO "Salvaguardia de las Lenguas en Peligro". París. 2003. Recuperado de http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/LVE_Spanish_EDITED%20FOR%20PUBLICATION.pdf

7. ESTEREÓTIPOS SOBRE O INDÍGENA: UM ASSUNTO SUPERADO?

DAGNAISSER, David Wilson Pires

Universidade do Estado do Amazonas

daviddagnaisser@gmail.com

JESUS, Edilza Laray de

Universidade do Estado do Amazonas

ejesus@uea.edu.br

INTRODUÇÃO

Para se chegar a solução de algo, ou pelo menos tentar, é imprescindível conhecermos, sua história e com ela refletirmos e aprendermos, verificar onde se errou, o porque de se ter errado, afim da busca, não do ideal, mas pelo menos do aceitável.

Quando se fala em povos indígenas hoje, é grande o desconhecimento, a ignorância e muitas vezes o preconceito. Ao buscarmos na história perceberemos que se existem donos desta terra, estes são os povos indígenas, eles estavam aqui primeiro, mas definitivamente não é este o rumo a ser tomado ou cogitado aqui. Aparentemente, os mesmos erros cometidos no passado, continuam a ser reproduzidos hoje, não em escala violenta, como costumava a ser praticado contra esses povos, não é a essa a que me refiro, mas o da ignorância, gerada pelo desconhecimento, que tem se mostrado agir em cadeia desde a

colonização do Brasil, ignorância esta que leva ao desconhecimento e o desconhecimento ao preconceito e suas múltiplas facetas.

Foi exatamente o ocorrido na colonização, quando pela primeira vez registrada neste país, houve o encontro de dois povos extremamente distintos, os portugueses e os povos indígenas.

Desde então muito tempo se passou, muitas coisas aconteceram que definitivamente não são motivos de orgulho, ou pelo menos não deveriam, refiro-me ao massacre, escravização e como percebido até os dias de hoje: a estereotipação desses povos.

O estereótipo pode ser entendido como “um modelo rígido a partir da qual se interpreta o comportamento de sujeitos sociais, sem considerar o seu contexto de intencionalidade [...] Funciona como um padrão de significados utilizado por um grupo na qualificação do outro” (FLEURI, 2006, p. 498).

A falta de formação e informação, leva qualquer ser humano, a ideias equivocadas e deturpadas, esta deturpação é algo que cerca estes povos, mas não é algo relacionado a eles, mas aos outros, a nós.

Passamos a acreditar naquilo que nos é passado, sem nos darmos conta de que esse conteúdo, pode ser fruto do olhar do colonizador, que continua a ser reproduzido, desde salas de aula até festas populares. Essa falta de informação e conhecimento, assim como a estereotipação desses povos, proposital ou não, é algo que precisa ser discutido ou pelo menos colocado em pauta.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL?

A chegada dos portugueses no Brasil se deu no dia 22 de abril de 1500. Quando as caravelas da esquadra portuguesa, sob o comando de Pedro Álvares Cabral chegaram ao litoral sul, onde atualmente está localizado o estado da Bahia.

Dois dias mais tarde no dia 24 de abril, foi que ocorrera o primeiro encontro entre os povos indígenas ali existentes com os portugueses. Segundo os relatos escritos pela carta de Pero Vaz de Caminha, foi um encontro pacífico, mas marcado pelo espanto de ambos dada a tamanha diferença em seu aspecto físico e cultural, entre dois povos tão distintos: o branco e o índio.

Pode se dizer sem receio, que houve ali, um choque entre culturas tamanho, não apenas pelo modo de se vestirem, mas pelo todo, cor, modos, hábitos e até mesmo comportamento. De um lado os portugueses que estranharam e questionaram-se do porquê daquele povo andar nu, do outro, dos índios que de modo oposto, estranharam o fato de o porque os portugueses usarem estranhas vestimentas, barbas e também do modo que estes ali chegaram (as caravelas).

Na colonização do Brasil, por volta do ano 1500, com a chegada dos portugueses, os povos por lá encontrados, foram classificados como nativos, índios, aborígenes e de forma rude posteriormente apelidados de selvagens.

Desde o primeiro contato, o homem branco teve a clara tentativa de demonstrar superioridade, por meio de hábitos e costumes que eram comuns de seu povo, tais como: modos a mesa, regras, condutas e códigos, originalmente criadas pelo homem para se viver em sociedade e tão orgulhosamente se auto intitular “civilizados” e ignorando totalmente o modo de viver daquele povo que por ali já se encontrava.

Este contexto tão comumente chamado ao longo do tempo de “descobrimento do Brasil”, se deu por meio das grandes navegações dos séculos XV e XVI, onde Portugal e Espanha ambas tidas como maiores potências mundiais daquele tempo, lançavam-se ao mar, em busca de novas terras para explorar e conquistar, este período tem sido por muitos chamado de “Descobrimento do Brasil”.

O termo definitivamente não condiz com o ocorrido, uma vez que o Brasil já era habitado, logo, como algo já existente e com sociedades bem definidas pode ser referido como descobrimento ou descoberta? Tal definição ignorava e ignora a existência de mais de 5

milhões de indígenas, que por ali já habitavam e prosperavam, divididos em várias etnias, bem antes da chegada dos colonizadores portugueses.

Portanto, o termo “chegada dos portugueses ao Brasil”, parece mais acertado, uma vez que respeita e valoriza os nativos brasileiros que já habitavam aquele território. Sendo assim a única descoberta por parte dos portugueses, foi a de um Brasil existente e já habitado, mas ao povo europeu.

Os povos que aqui já habitavam tinham seu próprio estilo de vida, bem definido em sociedades, baseadas em subsistência como caça, pesca, hierarquias sociais e suas próprias crenças. Todavia, não demorou muito para que os portugueses, se opusessem ao modo de vida desses povos, principalmente em relação as suas crenças, vistas pelos europeus como inaceitáveis (pagãs).

Sendo assim, começando por 1549, deu-se no Brasil a chegada dos primeiros jesuítas, através da expedição de Tomé de Souza, incumbidos de um único objetivo, o de “catequisar” (cristianizar) aquele povo recém encontrado. Entretanto, é perceptível duas facetas, ou pontos de vista diferentes quando falamos da chegada dos jesuítas ao Brasil, a primeira na visão da igreja que baseia-se em levar o evangelho aos povos do mundo e propagar a fé no Messias (Jesus) e a segunda com relação a visão dos colonizadores, que por meio dos jesuítas, viram uma forma de moldar aqueles povos a sua imagem, a algo aceitável a seus próprios parâmetros, o “homem civilizado”.

uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira de como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo poder judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada. Daí ser sempre difícil sumarizar em algumas palavras o que se pode descrever como civilização (ELIAS, 1990, p. 23)

Ainda nas palavras de Elias somos capazes de compreender de forma mais clara, o conceito de civilização nessa perspectiva, assim como as atitudes, posições e imposições

dos portugueses, durante e após o primeiro contato com os povos indígenas, principalmente pelo modo de como sociedades ocidentais julgavam-se superior a outras sociedades mais antigas, tidas por estes como primitivas

Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas "mais primitivas". Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: a nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, a desenvolvimento de sua cultura científica ou a visão do mundo, e muito mais (Elias, 1990: 23).

É notável que a raiz e origem de todo e qualquer tipo de distinção tem seus alicerces no preconceito, de raças, crenças etc., com os povos indígenas, ambos caminhos podem ser tomados como real, uma vez que tudo daquele povo fora tomado como inferior, errado e distinto.

Nesta direção, o preconceito traduz a falta de flexibilidade entre os grupos, ajudando a definir o posicionamento de um sujeito social frente ao outro. Acrescentando aos modelos conceituais rigidamente definidos sobre o outro (estereótipos) uma forte conotação emocional e afetiva, o preconceito tende a absolutizar determinados valores que se transformam em fonte de negação da alteridade. Tal situação induz ao dogmatismo, responsável pela construção das imagens sectarizadas e reducionistas que permeiam as relações intergrupais. (FLEURI, 2006, p.499).

Partindo dessas premissas as missões jesuíticas logo, organizaram as populações indígenas, em um regime que na prática, baseava-se na combinação de trabalho e religiosidade.

Nessa linha de pensamento que Everardo Rocha traçou o papel do índio na colonização:

O primeiro papel que o índio representa é no capítulo do descobrimento. Ali, ele aparece como 'selvagem' e 'primitivo', 'pré-histórico', 'antropófago', etc. Isto era para mostrar o quanto os portugueses colonizadores eram superiores e civilizados. O segundo papel do índio é no capítulo da catequese. Nele o papel do índio é o de 'criança', 'inocente', 'infantil', 'almas virgens', etc. Tudo para fazer parecer que os índios é que precisavam da proteção que a religião lhes queria impingir. O terceiro papel é muito engraçado. É no capítulo 'Etnia brasileira'. Se o índio já havia aparecido como 'selvagem' ou 'criança', como iriam falar de um povo – o nosso- formado por portugueses, negros e 'crianças', ou um povo formado por portugueses, negros e 'selvagens'? Então aparece um novo papel e o índio num passe de mágica etnocêntrica, vira 'corajoso', 'altivo' cheio de 'amor à liberdade' (2000, p.17-18).

Dessa forma pode-se dizer que ao subjugar as populações indígenas aos moldes europeus, o colonizador tinha um objetivo claro: o de destruir toda diversidade cultural nativa daqueles povos, transformando-os a seus padrões de civilização, modificando completamente sua realidade, afim de adequá-los a seus interesses

DO INDÍO NO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS

Esta deturpação de realidade em modificar uma existência, cultura a seu bel prazer propagou-se de tal forma que tem se arrastado ao longo do tempo, alcançado e se alicerçado no presente.

Um exemplo disso está no festival Folclórico de Parintins nas figuras indígenas em especial na figura do pajé que durante as 3 noites do espetáculo folclórico que ali acontece, é mostrado pro público, não só para os que ali estão a assistir, mas nacionalmente por meio televisivo, um personagem totalmente diferente daquele no qual se baseia, que é o pajé dos povos indígenas, apresentando um indivíduo com poderes sobrenaturais, algo que não condiz com a realidade desses povos.

Somos capazes de entender um pouco melhor sobre a deturpação de realidade referida em relação a festividade, e como esta difere daquilo que realmente é. Não precisando aprofundar-se muito em pesquisa, é possível encontrar elementos como estes trazidos na edição passada do Festival Folclórico de Parintins (53ª edição), com a apresentação ao público de um “Pajé Voador” (figura 01).

Figura 01: “Pajé Voador” apresentado na edição desse ano do festival folclórico de Parintins

Essa via de mão dupla com relação ao festival folclórico de Parintins é irônico por um lado, pois as agremiações buscam demonstrar a importância e sua preocupação ao destacar a figura do índio, por meio de suas músicas, rituais, itens, etc, mas por outro lado, pode, ainda que involuntária ou ingenuamente estar reforçando o estereótipo a estes povos frente a pessoas que desconhecem sua realidade. Uma vez que deturpa sua figura e essência genuína, passando ao público que o acompanha uma visão colonial de um indivíduo que deve permanecer intocável e imutável, para que possa preservar sua identidade.

Desde a década de 1990, os bumbás buscaram enfatizar a figura do indígena em suas apresentações, explorando o tema tanto na parte cênica, quanto nas letras das toadas (nome local dado para referir-se as canções folclóricas), demonstrando como foi o contato do índio com o branco e quais as consequências desse confronto para as nações indígenas. Como destacado abaixo alguns destes exemplos.

“Eles já foram centenas de milhões, no continente, aguerridos, a lutar contra os grilhões, mas logo serão esquecidos [...] Civilizados ou não, pra que genocídio a prestação, se no contexto amazônico somos todos irmãos” (Toada Brasis Ameríndios, Caprichoso, 2000).

“No meio da selva existem aldeias de nações valentes, de todas as raças, que um dia lutaram pelo seu chão” (Toada Nações Valentes, Caprichoso, 1996)

“Eu sou o índio, pense nisso seu branco, já tiraste o encanto, o esplendor da floresta, quase nada me resta, eu só quero viver, ver meus filhos crescer” (Toada Índio, Garantido, 1992)

“Eu vivia em plena harmonia com a natureza, mas um triste dia, o kariwa invasor no meu solo sagrado pisou, desbotando o verde das florestas, garimpando o leite desses rios, já são cinco séculos de exploração, mas a resistência ainda pulsa no meu coração” (Toada Índio do Brasil, Garantido, 2004).

Com o sucesso dessa iniciativa, a figura do indígena ganhou mais destaque nas apresentações, tanto que, até os dias atuais, as referidas apresentações dos dois bumbás, têm como um dos pontos altos, o ritual indígena, que baseado em mitos e lendas indígenas trazem a figura do pajé, que com sua dança conduz o ritual e o fechamento da apresentação.

Os temas explorados nos rituais passam por uma pesquisa histórica feita pelos compositores que, após concluída a letra e melodia, é objeto de avaliação e escolha. Depois dessa etapa, a comissão de artes trabalha junto com os artistas alegóricos e coreógrafos a personificação do tema nas alegorias. A cada ano são abordados diferentes rituais das diversas nações indígenas, entre os quais podem ser citados:

Myrakãwéra” (assinada pelo artista Emerson Brasil) é o tema do Ritual Indígena, que remete ao início da colonização de Parintins. Antes de ser amaldiçoado, este rito era praticado somente por pessoas do bem. A maldição se veio pelas mãos do temido pajé Wãkantin, que transformava seus inimigos em mortos vivos e fazia pessoas serem devoradas por formigas de fogo, em sacrifício. (Caprichoso, 2014).

O ritual “Festa dos Mortos” é bastante emblemático e foi realizado pelas etnias da área cultural do Alto Xingu. Mavutsinim, primeiro pajé e herói mítico do povo xinguano, quis reviver seus mortos e, em uma noite de lua cheia, tentou ressuscitá-los em troncos da

árvore Kuarup, pintados e enfeitados como se fossem gente, com penachos coloridos e de algodão. A partir da caracterização das árvores, durante o ritual, aos poucos, os troncos se transformavam nos corpos dos índios mortos. A alegoria traz estruturas de indígenas com onças e falcões na cabeça, soprando as flautas de ressurreição dos mortos indígenas. (Garantido,2018).

Essa relação estreita entre crenças baseadas no imaginário, na simbologia, presente na cultura folclórica e arcaica, é bem percebida e desenvolvida por Morin (1981, p.62).

Pelo movimento real e a presença viva, a cultura de massa reencontra um caráter da cultura pré-impressa, folclórica ou ainda arcaica: a presença visível dos seres e das coisas, a presença permanente do mundo invisível. Os cantos, danças, jogos, ritmos do rádio, da televisão, do cinema ressuscitam o universo das festas, danças, jogos, ritmos dos velhos folclores. Os doubles da tela e do vídeo, as vozes radiofônicas são um pouco como esses espíritos fantasmas, gênios que perseguiam permanentemente o homem arcaico e se reencarnavam nas suas festas. A presença viva, humana, a expressão viva dos gestos, mímicas, vozes, a participação coletiva, são reintroduzidas na cultura industrial ainda que fossem escoraçadas na cultura impressa. Mas em revanche, a cultura de massa quebra a unidade da cultura arcaica na qual num mesmo lugar todos participavam ao mesmo tempo como atores e espectadores da festa, do rito, da cerimônia.

Simbologia também trabalhada por Laraia, quando evidencia a capacidade das culturas em criar símbolos para os mais variados fins. Sendo isto, uma marca que nos diferenciaria enquanto seres racionais, como visto abaixo:

Toda a cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas um animal, não um ser humano. (LARAIA, 2001 p.54 apud Leslie White).

Essa linha de pensamento, que classifica e categoriza indivíduos, por suas características físicas, culturais, ou até mesmo pelo modo como se vestem ou um dia se vestiram, acaba por atrasar qualquer avanço que se possa imaginar em relação a busca de igualdade e respeito.

A luta contra os estereótipos e os processos discriminatórios, assim como a defesa da igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças não é um movimento simples, pois os mesmos argumentos desenvolvidos para defender relações mais justas, dependendo do contexto e do jogo político em que se inserem, podem ser ressignificadas para legitimar processos de sujeição e exclusão (FLEURI, 2006, p.499)

Um dos maiores estereótipos ainda nos dias de hoje, é aquela mesma da visão do colonizador que o índio deve permanecer como ser imutável, e não deve jamais adquirir elementos de outras culturas, havendo sempre, classificação e críticas quando algum índio, é visto, por exemplo, de calça jeans, usando celular, ou qualquer outro elemento que não seja aqueles da visão estereotipada do “bom índio” munido de (arco, flecha, cocar).

Outro aspecto visivelmente ignorado, seja por desconhecimento ou até mesmo proposital, é com relação a cultura, e o fato desta ser autêntica de cada povo, pois cada um tem suas particularidades, seu modo de viver, de conviver e sobreviver, mais que isso a cultura pode perfeitamente ser entendida como algo moldável, que se forma, mas também se transforma ao longo do tempo, completamente dinâmica e passível de mudança. LARAIA (2001)

Podemos agora afirmar que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro. No primeiro caso, a mudança pode ser lenta, quase impercebível para o observador que não tenha o suporte de bons dos diacrônicos. O ritmo, porém, pode ser alterado por e ventos históricos tais como uma catástrofe, uma grande inovação tecnológica ou uma dramática situação de contato. O segundo caso, como

vimos na afirmação do Manifesto sobre aculturação, pode ser mais rápido e brusco. No caso dos índios brasileiros, representou uma verdadeira catástrofe. Mas, também, pode ser um processo menos radical, onde a troca de padrões culturais ocorre sem grandes traumas.

O “SER” ÍNDIO

Em busca de respostas sobre a realidade desses povos, foi tomado como base, recente visita técnica feita ao Bahserikowi'i ou Centro de Medicina Indígena da Amazônia, onde dentre outras coisas, pude perceber na fala de João Paulo Barreto (Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas e filho de Pajé da tribo indígena Tukano), a sua inquietação com relação ao uso do termo “Etnos” usado por outrem (não indígenas), para referirem-se a tudo relacionado aos povos indígenas, a folclorização (deturpação e estereotipação) percebida pelo mesmo dos seus costumes e crenças. Reafirmando a figura do pajé como membro da aldeia mais experiente, detentor de muito conhecimento acerca da história e tradição de sua tribo, incumbido de passar adiante seus costumes e sua cultura. Possuindo dentre uma de suas funções a de curandeiro, por conhecer vários rituais e ervas e plantas.

Segundo Silva o termo tribo tem ligação direta com uma:

perspectiva etnocêntrica e evolucionista de uma suposta hierarquia de raças pela qual os índios ocupariam obviamente o último degrau. São ainda imortalizados pela literatura romântica produzida no século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresentados dos índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais. Ou seja, bárbaros, bons selvagens ou heróis (2012, p. 215)

Relatando ainda, sua luta para o reconhecimento dos saberes e fazeres indígenas, desta vez pela visão do estado e o porquê do não reconhecimento da medicina indígena, que

segundo o mesmo, não se trata de magia, como é largamente difundido (estereotipado) pelo desconhecimento de sua cultura, como visto no Festival Folclórico de Parintins, mas do conhecimento a respeito dos princípios “ativos” e curativos encontrados nos elementos (vegetais, minerais e animais).

Tanto que o surgimento do Centro de Medicina Indígena da Amazônia, tem ligação direta com o mesmo. Quando em 2009, sua sobrinha Luciane Barreto, na época com 12 anos, picada por uma cobra jararaca na comunidade de São Domingos, em São Gabriel da Cachoeira, foi transferida para Manaus, dando entrada no Hospital João Lúcio e após avaliação médica, a equipe que atendera a menina decidiu que seria necessário amputar sua perna.

Como lembra Paulo: “A primeira coisa que a equipe médica decidiu foi amputar o pé dela”. Todavia, sem acreditar naquela como única alternativa, propuseram à equipe médica uma terapia conjunta, unindo os dois conhecimentos, algo que fora imediatamente descartado pela equipe de médicos responsáveis pelo caso da menina no hospital.

“Dissemos que queríamos fazer um tratamento conjugado, entre a medicina tradicional e o nosso conhecimento, até que chegasse a um limite de decidir, de fato, se precisaria mesmo amputar. Em nenhum momento a equipe médica aceitou a proposta”.

Como não houve acordo de qualquer natureza, dada a inflexibilidade da equipe médica, ele lembra que acabaram por optar em retirar a menina e trata-la de acordo com seus conhecimentos. Entretanto o caso ganhou grande repercussão local e nacional, foi quando o Hospital Universitário Getúlio Vargas, entrou em contato para saber o que estava acontecendo. Segundo as palavras de Paulo: “Com essa outra equipe nós conseguimos dialogar melhor”

A nova equipe médica descartou a necessidade de amputação e concordou que a garota recebesse os dois tratamentos. Um mês depois, Luciane Barreto teve alta, contradizendo o que fora afirmado como verdade absoluta pela primeira equipe de médicos “não indígenas”. A eficácia do tratamento deveu-se segundo João Paulo à aplicação conjunta das técnicas.

Durante todo esse processo um momento específico o marcou: quando o médico que queria amputar sua sobrinha, desdenhou dos conhecimentos de seu povo, da sua família, incluindo seu pai Ovídio Barreto que é o Pajé Tukano (figura 02).

“Isso me serviu como motivação. Comecei a pensar qual seria o melhor caminho para mostrar que o conhecimento indígena é um sistema, com conceito e técnica, mas que não se ancora na epistemologia ocidental. E assim começou a ideia de um dia termos nosso centro de tratamento de saúde indígena, com nossas técnicas, nosso conhecimento das plantas medicinais”.

Sendo esse o motivo maior que o levou a fazer mestrado em antropologia e a buscar, segundo ele a sistematização do conhecimento de sua etnia. “Queria mostrar pra universidade que existe sim um sistema de conhecimento tão organizado quanto à ciência.”

Figura 02: Sr Ovídio Barreto (Pajé Tukano) no Bahserikow'i ou Centro de Medicina Indígena da Amazônia

Com base no relato é perceptível a inferiorização do índio como ser humano detentor de conhecimento e a diminuição do mesmo, assim como a distância que estes mantem do apresentado no Festival Folclórico de Parintins no que tange sua essência e realidade. Porém, é importante frisar que houve avanços nos últimos anos com relação a seu reconhecimento, ainda que de forma modesta, entre eles está, a inserção da lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008 que dentre outros “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", e também da iniciativa feita pelo Hospital Getúlio Vargas a respeito do caso anteriormente relatado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como percebido, a ideia largamente difundida desde a colonização sobre povos indígenas, do índio como ser inferior, desprovido de conhecimento, ou ainda como um personagem icônico do período de colonização do Brasil que devesse sempre permanecer de forma inalterável como quando os primeiros olhares dos colonizadores os alcançaram, como indivíduo nu, desprovido de vestimentas, modos e civilidade. Muitas vezes descritos como “povos tradicionais indígenas”, mas como afirmar tradicionalidade para indivíduos ou culturas se ambos estão em constante processo de mudanças, adequações e transformações, afinal se a cultura é dinâmica, porque os que dela fazem parte e a compõem também não seriam?

É preciso levar em conta que não somos diferentes de nossas raízes enquanto seres humanos, e, se estas assim como tudo se modifica com diferentes fatores individuais, próprios de cada povo, então, por que nós também não nos modificaríamos? Como se o choque cultural imensurável daquele encontro entre dois povos tão distintos não devesse ser levado em consideração.

Sendo assim fica evidente que é preciso uma maneira de escapar das amarras do colonizador, entranhadas no seio das sociedades, e vivas, mesmo passados além de 500 anos, amarras estas que demonstraram ser capazes de atravessar os séculos, insistindo em permanecerem vivas e separar-nos de nós mesmos enquanto um único Brasil unificado, sem distinções de quaisquer tipos.

Todavia, fez-nos perceber, ao menos aqueles interessados na mudança que, devemos ir em busca de uma fuga da história escrita na era pré colonial do Brasil, buscando sempre a valorização da socio diversidade, para somente então, compreender que não existe um “índio genérico” ou “padrão” pré-definido e que deva ser obedecido ou seguido, mas cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. O processo civilizador – uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FLEURI, Reinaldo Matias. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. In: Educação e Sociedade/CEDES. v.27, nº 95. Campinas: Cedes, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MORIN. Edgar. Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo. Tradução Maura Ribeiro Sardinha. 5 ed. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1981.

ROCHA, Everaldo G. P. O que é Etnocentrismo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. Revista História Hoje, v. 1,2, p. 213-223, 2012.

https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/descobrimento_resumo.html

<http://mestresdahistoria.blogspot.com/2011/02/catequizacao-dos-povos-indigenas.html>

<https://novaescola.org.br/conteudo/11654/indio-nao-esta-mais-para-brincadeira>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>

<https://www.acritica.com/channels/especiais-3b7127e7-0b22-4a69-b4a5-7fecfe9c0f00/news/boi-de-promessa-garantido-nasceu-da-teimosia-de-lindolfo-monteverde>

<https://www.acritica.com/channels/parintins/news/com-evolucao-do-paje-garantido-fecha-apresentacao-no-festival-de-parintins-2018>

<https://www.acritica.com/channels/especiais/news/parintins-exaltada-cultura-cabocla-e-indigena-reverenciadas-pelos-bois-bumbas-no-festival>

<https://www.redebrasilatual.com.br/saude/2017/07/centro-medico-atende-a-populacao-de-manaus-com-tecnicas-e-conhecimentos-indigenas>

8. A MULHER NO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS NA FEIRA MUNICIPAL DAS VERDURAS, TABATINGA-AM

RAMOS, Itaciara Viviane Bitencourt

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

itavivian@hotmail.com

DÁCIO, Antonia Ivanilce Castro

Universidade Federal do Amazonas

ivanilcecastro@ufam.edu.br

SOUZA, Diones Lima de

Universidade Federal do Amazonas

consultor_210@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As afirmações que atribuem o trabalho da mulher fora de casa como marginal ou subsidiário pelo fato de não afastá-la das atividades domésticas e reprodutivas ainda precisam ser rompidas. A interrupção desta lógica significa o reconhecimento da liberdade, independência, autonomia e poder de tomar o controle na tomada de decisões sem a tutela masculina (HORA et al, 2015).

Diante disto, dar visibilidade ao trabalho das mulheres é reafirmar a igualdade e permanência nos diversos setores da sociedade e neste contexto pode-se destacar a predominância de mulheres inseridas nas atividades de comercialização de produtos agrícolas na Feira Municipal das Verduras.

Segundo Araújo (2013), a presença feminina nas feiras é algo crescente embora este fato não seja recente, o momento histórico vigente aponta as mulheres ocupando espaços nos negócios em diversas condições, especialmente sem a presença masculina, estas formas de inserção no mercado atribuem-se as lutas pela igualdade de direitos que fortalecem a ocupação das mulheres nos espaços públicos.

Mas, para as mulheres, a renda própria vai além de uma forma de sobrevivência, é o principal modo pelo qual obtém sua emancipação, tanto no plano material como no campo simbólico. Para o autor, apesar da entrada das mulheres no mercado de trabalho, seja nos espaços públicos ou familiares, este ainda tem sido marcado ao longo dos tempos pela precariedade e pela invisibilidade.

Entretanto, é fato que as mulheres já conquistaram espaço no mercado de trabalho, porém, a divisão social do trabalho, ainda, é uma realidade nos dias atuais, apesar de mulheres e homens desempenharem as mesmas funções, ainda é baixa a presença feminina nos diversos setores trabalhistas. Sendo assim, o objetivo principal visou caracterizar o papel da mulher na comercialização de produtos agrícolas em Tabatinga- Amazonas.

2. METODOLOGIA

2.1 Área de estudo

O estudo foi realizado município de Tabatinga, Amazonas, Brasil, localizado à margem esquerda do Rio Solimões, fronteira com a Colômbia e Peru (Figura 1), Mesorregião Sudoeste Amazonense e Microrregião do Alto Solimões. Distando 1.105 km da capital Manaus em linha reta e 1.607 milhas por via fluvial, a população é estimada em 62. 346

habitantes e possui área territorial de 3.266,062km². A Feira Municipal das Verduras está localizada na Rua Marechal Rondon, Bairro Dom Pedro I.

Figura 1 - Localização da área de estudo, município de Tabatinga, AM, 2017.

Fonte: Google Earth- Elaborado por Souza, 2017.

2.2 Sujeitos sociais, procedimentos de campo e técnicas de pesquisas

Os sujeitos sociais foram as feirantes e agricultoras. Os critérios de inclusão foram à disponibilização voluntária e a realização da comercialização no local de estudo, independente da cor, etnia, religião e estado civil.

O delineamento utilizado foi o Estudo de Caso que para Yin (2015) investiga um acontecimento contemporâneo em meio a vida real, especialmente quando os limites do contemporâneo e a vida real não estão definidos. Os dados foram coletados e registrados os procedimentos da pesquisa de campo. As coletas ocorreram nos anos de 2016 e 2017 correspondendo a um período de um ano e foram entrevistadas dez mulheres.

Os objetivos da pesquisa foram respondidos por meio das seguintes técnicas: a) Levantamento bibliográfico: Para Marconi e Lakatos (2009) abrange bibliografias já tornadas públicas em relação ao tema de estudo e a finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre o tema a ser estudado; b) Pesquisa de campo: Fundamentou-se na observação dos fatos e fenômenos na coleta de dados e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-lo (MARCONI e LAKATOS, 2009), seguido de registros fotográficos e em caderno de campo.

Na pesquisa de campo foram realizadas: a) Observação direta intensiva: É aquela realizada por meio de duas técnicas: observação e entrevista (op cit). Sendo assim, foi observado o trabalho que as mulheres desempenham no processo de comercialização dos produtos agrícolas in loco e, b) Formulário de entrevista estruturado: de acordo com Marconi e Lakatos (2009) a entrevista estruturada é aquela que segue um roteiro de perguntas por meio de um formulário pré- determinado e tem o objetivo de obter dos entrevistados respostas as mesmas perguntas com a finalidade de compará-las.

O instrumento para entrevista versou sobre os dados pessoais: faixa etária, naturalidade, estado civil, ocupação do marido e número de filhos. Dados do trabalho: tempo de trabalho, benefícios sociais do governo federal, porque começou o trabalho de feirante, se a família possuía vínculos com agricultura ou feira e importância de trabalhar como feirante.

2.3 Procedimentos de análise

Foi realizada estatística descritiva após organização e tabulação em planilha Excel utilizando os registros dos formulários de entrevistas, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e observações. Posteriormente a sistematização, realizou-se a elaboração de gráfico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentam o cotidiano das mulheres no espaço da feira enquanto principal comercializadora dos produtos agrícolas (Figura 2).

Figura 2 - Comercialização de produtos agrícolas realizada por mulheres na Feira Municipal das Verduras, município de Tabatinga, AM.

Fonte: Própria autora, 2017.

A predominância das mulheres nas feiras não é uma realidade apenas do local da pesquisa. Brandão (2012) apresentou maior número de mulheres feirantes comercializando hortaliças em quatro municípios diferentes. Conforme as observações, dentro do estabelecimento da feira podem ser encontradas duas profissões ocupadas pelas mulheres: Feirante e Agricultora. As feirantes são aquelas que compram os produtos para a revenda e possuem a banca mediante cadastro na prefeitura municipal e as agricultoras são as que possuem uma unidade de produção e deslocam-se das comunidades para comercializar seus produtos na sede do município. A presença das agricultoras é regular nos finais de semana, contudo a presença da mesma mulher é esporádica.

3.1 Perfil das mulheres feirantes e agricultoras

Os resultados identificaram que 80% das entrevistadas são casadas, seus cônjuges trabalham como pescadores, agricultores e em metalúrgica. Os parceiros que dividem as atividades na comercialização dos produtos, em geral, se responsabilizam pela compra dos produtos no porto e cuidam da logística até a feira. Possuem em média cinco filhos, a maioria em idade escolar.

Os dados apresentaram que 40% estão entre trinta e quarenta anos, 40% entre quarenta e um e cinquenta anos e 20% são maiores de 60 anos. Para Gomes et al. (2013), a idade das mulheres não é um problema para o desempenho de atividades profissionais, pois, mesmo assim continuam ativas no mercado desempenhando diversas funções e a associação de idosas apenas a ambientes domésticos não é uma realidade.

A respeito da nacionalidade, 60% são brasileiras, naturais dos municípios de Tabatinga, Amaturá, Benjamin Constant e Tonantins e 40% são peruanas vindas da cidade de Santa

Rosa e de Iquitos. No entanto, as observações in loco revelaram que existe predominância de mulheres de nacionalidade peruana no âmbito da feira.

No que se refere ao tempo que desempenham essa profissão, os resultados demonstraram que 60% das entrevistadas estão neste ofício entre onze a trinta anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Tempo de atividade de trabalho na profissão de feirante, município de Tabatinga, AM, 2017.

Fonte: Dados de campo, 2017.

As mulheres entrevistadas realizam o processo de comercialização a anos, cerca de 50% iniciaram a profissão de feirante entre os 10 e 20 anos de idade e 50% entre 21 e 40 anos, desta maneira percebe-se que a maioria trabalha desde jovem.

Além da renda monetária proveniente do trabalho de feirante, 50% das mulheres fazem parte do programa federal de transferência de renda, o Bolsa Família. Esta renda, auxilia no pagamento de despesas mensais. 40% afirmaram não receber nenhuma renda do governo, neste caso, são as peruanas que residem em Santa Rosa. Outro benefício encontrado foi o Auxílio Doença, no entanto, foi relatado não ser suficiente para garantir o sustento, por não receber toda a quantia devido aos descontos de empréstimos.

3.2 O trabalho desempenhado pela mulher no processo de comercialização

De acordo com a pesquisa, na maioria das vezes as mulheres comercializam sozinhas, sejam elas feirantes ou agricultoras. Atualmente tornou-se comum encontrar mulheres trabalhando e ocupando espaços públicos, entretanto Hora et al. (2015) afirmam que, esta realidade é produto da luta feminista, pois devido o rompimento de resistências possibilitou as mulheres ocupar esses espaços.

Nesse sentido, é comum nos dias atuais às mulheres assumirem cargos e atividades que em outros tempos eram exclusivamente masculinas, os cargos vão desde pedreira a presidente da república, demonstrando a força e a realização de sonhos antigos das mulheres que impulsionaram as lutas e conquistas de seus direitos. Embora, tenham conquistado esses direitos, ainda não vivemos em situação igualitária, baixa valorização, com salários inferiores ao dos homens, maior jornada de trabalho, entre outros problemas que restringem sua participação no setor trabalhista.

O trabalho exercido pelas feirantes consiste na realização de etapas que configuram o processo de comercialização, sendo estas: 1) compra do produto, 2) transporte, 3) limpeza, 4) embalagem, 5) organização e acomodação do produto e 6) venda.

Quando as vendedoras, também são agricultoras, além das atividades na comercialização, acumulam o trabalho no processo produtivo, conforme os dísticos abaixo:

“Eu mesmo faço, meu marido e meu filho também vão, mas eu que faço mais o trabalho” (41 anos de idade). “Eu e minha filha fazemos a roça” (67 anos de idade). “Faz eu e meu marido. A gente planta macaxeira, milho e banana” (44 anos de idade).

De acordo com Vargas (2015), as mulheres agricultoras participam ativamente de todo o processo desde a produção e comercialização dos produtos. Desta maneira, a única etapa que não realizam no processo de comercialização é a primeira, visto que, a produção é própria. Na Amazônia, as mulheres agricultoras estabelecem relações com a natureza ao desempenharem suas atividades e percebem o trabalho como uma recompensa visto que, ao realizarem as tarefas nos roçados recebem o reconhecimento da comunidade (TORRES, 2012).

No entanto, em algumas ocasiões foi possível observar membros da família (maridos e filhos (as)) auxiliando no processo de comercialização. Ao considerar este fator, observou-se que, a presença destes familiares acarreta em uma variação no esforço das etapas do processo de comercialização, nesse caso ocorre uma divisão do trabalho.

Quando as feirantes estão com os companheiros, são auxiliadas em todo o processo, mas a etapa 1) Compra do produto - realizado, em geral, na beira do rio é de responsabilidade masculina, na maioria das vezes o companheiro desloca-se para realizar a compra, 2) Transporte - realizado pelo comprador ou por carregador do sexo masculino e 6) Venda - quando o marido está presente fica sob sua responsabilidade o atendimento aos consumidores e recebimento do pagamento pelos produtos. As mulheres, nestes casos, realizam as atividades que correspondem a: 3) limpeza, 4) embalagem e 5) organização e acomodação do produto. No que diz respeito às agricultoras, o encargo do trabalho é semelhante.

Neste sentido, percebe-se a divisão sexual do trabalho mediante a presença masculina e feminina no mesmo âmbito. De acordo com Alves (2013) esta divisão baseia-se em discursos da biologia e medicina que atribuem como naturais do homem a força e capacidade de raciocínio em negócios e à mulher a fragilidade constituindo, assim, uma divisão de tarefas para ambos os sexos de acordos com suas aptidões naturais. Nesse contexto, a mulher delegar para o homem ou o mesmo tomar para si as tarefas como do transporte - pela exigência de força física e venda- negociações que envolvem dinheiro, reproduz esta teoria baseada no sexo.

Conforme os relatos, a maioria das entrevistadas demonstraram não perceber essas diferenças, apontam que, homens e mulheres são iguais em suas atividades na feira. Entretanto, uma minoria das mulheres afirmaram perceber a divisão entre os gêneros masculino e feminino, reforçando os resultados encontrados nas observações.

“Quando tem um homem na banca ele que ajuda a buscar os produtos no porto e fazem as compras, eu não tenho essa ajuda porque eu trabalho sozinha” (49 anos de idade). “Tem mulher que trabalha só e tem homem que faz o trabalho dele, mas a gente vê que mesmo sozinha vai pra frente”(40 anos de idade).

Embora tenha-se notado a divisão sexual do trabalho, as feirantes também reafirmam seu destaque ao executarem as atividades sem a contribuição masculina. Isto reflete nitidamente que a separação de tarefas baseadas no sexo é algo socialmente construído, haja vista que as mulheres exercem ocupações ditas “masculinas”. Conforme afirma Probst (2005), mulheres ocupam espaços nas empresas, tribunais de justiça, pilotam jatos e desempenham todos os tipos de atividades, pois não existe nenhuma atividade masculina que hoje as mulheres não estejam inseridas.

Quando ocorre a presença de filhos (as) na comercialização, as feirantes realizam todas as etapas do processo, mas delegam a estes algumas tarefas consideradas básicas: 3) Limpeza, 4) Embalagem (no caso dos amarrados), 5) acomodação e organização de determinados produtos na banca e 6) Venda, neste caso os filhos (as) são ensinados a destocar dinheiro, atender aos consumidores e desempenham a comercialização dos produtos quando a mãe precisa se ausentar. O mesmo ocorre quando as agricultoras levam os filhos (as) para a feira, pois delegam a eles atividades menores, percebe-se então, a manutenção de atividades na unidade familiar sendo ensinado no desenvolver dessas ações.

É importante ressaltar, que, a presença dos filhos não é uma obrigação, as crianças e jovens podem ser encontrados aos fins de semana. Esses ensinamentos fortalecem o aprendizado e a construção de relações sociais, pois está associado a saberes tradicionalmente construídos e repassados pelas gerações. Como reforça a fala da feirante: “Meus filhos cresceram no trabalho da feira, consegui ensinar tudo o que eu sabia e principalmente o valor do meu trabalho” (62 anos de idade).

Boechat e Santos (2009) e Souza (2015) afirmam que, a feira, além de gerar a renda, também pode ser entendida como um espaço no qual são construídos costumes, enriquecimento cultural, práticas educativas e relações sociais por meio dos saberes do trabalho.

Embora em alguns momentos as mulheres recebam algum tipo de auxílio familiar, isto não as descentraliza como protagonista no processo de comercialização dos produtos agrícolas, pois mesmo sem a presença da figura masculina ou de seus genitores elas realizam todas as negociações inerentes ao trabalho de feirante.

Em relação à familiaridade que as entrevistadas possuem com a produção e comercialização agrícola, os resultados mostraram que, 90% das mulheres possuíam contato com a atividade desde a infância, relataram que seus pais, avós e tios trabalhavam com a agricultura. Neste sentido, a atividade não é incomum para a maioria.

Segundo Santos (2016), o ofício do trabalho na feira pode descender da tradição familiar por meio do aprendizado que passa dos pais para os filhos, mesmo aqueles que não entraram nesta profissão por tradição, seus descendentes em algum momento possuíram relação com este trabalho. No entanto, a relação que tiveram com os produtos agrícolas não foi o principal fator que as levaram exercer essa profissão. Segundo os depoimentos, foram relatados dois fatores para inserção nesta profissão: a) a necessidade de obter o sustento:

“Para ajudar na nossa casa que é alugada e aí eu gostei de trabalhar e vender” (40 anos de idade). “Porque a gente precisava pra comprar as coisas” (34 anos de idade). “Porque não tinha outro trabalho, então eu tinha que fazer alguma coisa e eu gostei de vender” (40 anos de idade).

Embora a necessidade tenha sido o motivo introdutório neste mercado de trabalho, atualmente, para essas mulheres, a profissão vai além da simples manutenção, pois, de acordo com os relatos, ao desenvolverem este trabalho, elas passaram a gostar do ofício e b) considerar o trabalho de feirante mais simplificado comparado à profissão anterior.

“Porque eu achei mais fácil trabalhar no mercado, antes eu vendia comida” (49 anos de idade).

Em relação às agricultoras, também foi relatado dois motivos para a comercialização na feira: a) o produto ser próprio. Para Fraxe et al. (2007) na agricultura familiar os produtos tem destino prioritário para a manutenção da família e o excedente da produção destina-se a comercialização. Todavia, notou-se que, as agricultoras não se deslocam para a feira todos os dias, somente quando sentem a necessidade de comercializar e b) o costume de vender junto com a família.

“Porque eu faço minha farinha e trago pra vender, essa farinha é da minha roça” (41 anos de idade). “Tive a ideia de vender aqui em Tabatinga, eu vim e daí não parei mais” (44 anos

de idade). “Porque gosto muito de trabalhar com verdura. Sempre tive verdura” (67 anos de idade). “Eu vinha acompanhar a mamãe” (33 anos de idade).

Para as entrevistadas, trabalhar na feira, também inclui o sentimento de independência ao sustentar os filhos e a satisfação pessoal manifestada pelo gosto em realizar a atividade.

“Eu acho bom, me sinto bem, me distraio, tira meu estresse. Tenho minha independência eu gosto de me sustentar” (40 anos de idade). “Eu gosto de trabalhar, às vezes a gente enjoa de ficar sem fazer nada. Acho meu trabalho importante porque daí eu tiro a comida dos meus filhos, a roupa deles. E todo tempo eu gostei de trabalhar” (40 anos de idade).

“Eu acho bom, é importante para manter meus filhos e eu não sei ficar parada em casa” (49 anos de idade). “Acho bom, porque desde nova eu gosto de trabalhar, gosto de plantar minha verdura e quando tá bom eu trago” (67 anos de idade).

De acordo com Hora et al. (2015), a relação com o trabalho sustenta-se pela percepção da mulher como dona da própria vida, esse descobrimento desmistifica ideologias naturalistas de sexo. Neste sentido, exercer uma profissão é uma expressão de empoderamento que tem reflexo no feminismo. Sandenberg (2006) considera sob a perspectiva feminista, que o empoderamento é um processo que resulta na autodeterminação, autonomia e na libertação de poder assumir o controle do corpo e da vida.

Ressalta-se que, no discurso das entrevistadas, o ambiente doméstico não é caracterizado como um local de total realização pessoal, neste contexto, os depoimentos apontam a desconstrução da divisão sexual do trabalho que, para Hirata e Kergoat (2007), esta divisão tem como característica atribuir ao homem os espaços de produção e públicos e às mulheres a vida doméstica e privada.

Desta maneira, sair do ambiente doméstico tem como resultado o rompimento do modelo socialmente construído, para Hora et al. (2015) é no sair de casa para buscar autonomia que ocorre o primeiro passo para as mulheres construírem novas relações e questionar o padrão de sociedade que vivemos.

Com base nas observações, os resultados demonstraram a estreita relação que as mulheres têm entre si, verificados por meio dos vínculos de amizade, reciprocidade e confiança. A amizade é expressa pela afetividade e o diálogo no qual compartilham experiências vivenciadas em seus cotidianos. A reciprocidade e confiança é percebida no momento em que uma feirante precisa se ausentar a adjacente responsabiliza-se pela banca e comercialização dos produtos até o seu retorno.

Neste contexto, Guimarães (2010), também encontrou relações sociais construídas, dentro deste espaço, no qual afirma não ocorrer somente venda, mas, o estabelecimento de amizade e confiança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comercialização de produtos agrícolas em Tabatinga- Amazonas é uma atividade composta por seis etapas, e, em sua maioria, é realizada por mulheres feirantes e agricultoras. As mulheres executam todo processo de comercialização: 1) compra do produto, 2) transporte, 3) limpeza, 4) embalagem, 5) organização/acomodação e 6) venda. Contudo, esporadicamente, recebem a contribuição dos filhos (as) e maridos. Na presença destes familiares, algumas atividades são transferidas para os mesmos ocorrendo uma divisão no trabalho. A compra de produtos, transporte e venda normalmente ficam sob responsabilidade masculina. As demais: limpeza, embalagem e organização/acomodação dos produtos passam a serem realizadas pelas mulheres.

Desta maneira, percebeu-se a divisão de trabalho socialmente construída e baseada em aptidões biológicas. Todavia, enfatiza-se que as mulheres protagonizam a comercialização, visto que, desprovidas de ajuda familiar, realizam o trabalho em sua totalidade.

Portanto, considera-se que o trabalho realizado pelas mulheres é inerente a emancipação, tanto no campo econômico quanto no social. É certo, que, ao visibilizar as atividades exercidas pelas feirantes e agricultoras, concomitantemente, exista a possibilidade de pensar em políticas públicas para melhoria e desenvolvimento das condições de trabalho para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. Trab. Edc. Saúde. V. 11. nº. 2. Rio de Janeiro, 2013.

ARAÚJO, G. A. F. Homens “de saia” e mulheres “de calça” nas feiras: papéis investidos, ou desconstrução de estereótipos?. VI Congresso Internacional de História. Brasil, 2013.

BOECHAT, P. T. V; SANTOS, J. L. Feira livre: dinâmicas espaciais e relações identitárias. Programa de Pós Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. Bahia, 2009

BRANDÃO, A. A. Produção e comercialização de hortaliças em feiras livres na microrregião de Januária. Universidade Federal de Minas Gerais. Montes Carlos, Minas Gerais, 2012.

FRAXE, T. J. P; PEREIRA, H S; WITKOSKI, A.C. Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Universidade Federal do Amazonas. Projeto Piatam. EDUA. Manaus, 2007

GOMES, A.F; SILVA, J. S. F; SANTOS, A. A; SANTANA, W. G. P; SANTOS, J.A.G. Perfil socioeconômico de mulheres feirantes: um estudo no interior baiano. Encontro de Administração Política. Vitória da Conquista, Bahia, 2013.

GUIMARÃES, C.A. A feira livre na celebração da cultura popular. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa. V. 37. nº 132, 2007.

HORA, K; MACEDO, G; RESENDE, M. Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves. 4ª edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica - 6. Ed.-7: Atlas. São Paulo, 2009.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica - 6. Ed.-6: Atlas. São Paulo, 2009.

PROBST, E. R. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Instituto Catarinense de Pós Graduação. Santa Catarina, 2005.

SANTOS, H. R. Formas e modos de inserção no ofício e na feira livre de Santo Antônio de Jesus– (1950-1970). Revista Perspectiva Histórica. nº 7. Bahia, 2016.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. I Seminário Institucional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres- Projeto TEMPO. Bahia, 2006.

SOUZA, C. R. As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho- educação. Trabalho Necessário. Ano 13. nº. 22. 2015.

TORRES, I. C. O ethos das mulheres da floresta. Editora Valer. Manaus, 2012.

VARGAS, R. M. B; VARGAS, J. N. S. Feiras de produtos regionais em Manaus– AM: uma estratégia de desenvolvimento local e de sustentabilidade para mulheres agricultoras familiares no Amazonas. UFAM. Manaus, 2015.

YIN, R.K, Estudo de caso. Trad. Daniel Grassi. 2ª. ed. Brookmam. Porto Alegre, 2015.

COMUNICAÇÕES EM PÔSTER

1. UM CONVITE À POÉTICA HUNI KUIN: PROCESSO DE IMERSÃO ARTÍSTICA COM O ARTISTA INDÍGENA IBÃ

Holanda, Paulo César Marques

Universidade do Estado do Amazonas – UEA

paulo.flu@sapo.pt

Silva, Caroene Neves

Universidade Federal do Amazonas – UEA

caroensc_@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho se refere a uma das muitas contribuições do povo Pirahã na oportunidade de minha primeira entrada em suas aldeias em agosto deste ano. Este pré campo estabeleceu-se em razão de meus estudos norteados pelo curso de mestrado em antropologia social da Ufam. O Pirahã que vive no estado do Amazonas em aldeias ao longo dos rios Maici e Marmelos, não possui em sua língua números e o registro da passagem do tempo, portanto, não se dá pelos dígitos do relógio, ou do calendário. Não se dá por dígitos. O tempo é orgânico e existe através do contexto. O tempo não passa, ele chega. Então cada coisa é vivida no momento em que deve ser vivida. Na língua Pirahã não há divisões temporais correspondentes às noções de “passado”, “presente” e “futuro”. Esta falta de inflexão da língua constantemente coloca os Pirahã no momento presente. Ainda assim, há a necessidade de um esclarecimento acerca do tempo das coisas. De quando elas ocorrem, em que lugar elas estão inseridas, mas a vida que existe no agora inaugura um importante experimento no sentido de classificar todo o espaço de vida que não é deixado para amanhã. A análise da experiência em campo foi feita com base em

bibliografias diversas especialmente a partir de um comparativo com o caso “Nuer” trazido por Evans – Pritchard e resultou em importantes reflexões acerca das consequências da abstração desenfreada do tempo.

2. TUPÃ E YURUPARI: DEUS E O DIABO NA TERRA DO NOVO ÉDEN

Santos, Manoel Góes dos

Instituto Federal Do Amazonas - Campus Tabatinga

manoel.goes@ifam.edu.br

Bacellar, Valery Nicolas de Brito

Instituto Federal do Amazonas - Campus Tabatinga

Souza, Fabrício Filizola de

Instituto Federal do Amazonas - Campus Tabatinga

RESUMO

Explicar o inexplicável, via filosofia, ou mitologia, religião, ciências ou folclore, é intrínseco ao ser humano, seja individual ou coletivamente, podendo ser indiferente aos agnósticos, ateus e céticos. Os mitos e lendas que surgem, fazem parte do imaginário popular e, principalmente, de algumas etnias, raças, povos e grupos religiosos, estas narrativas buscam explicar o surgimento do universo e em tudo que nele há, via existência de deuses ou de um único Deus, até da vida e dos seres humanos, da fauna e flora, entre outras questões e teorias não resolvidas ou explicadas, no âmbito religioso por ser questão de fé ou as cientificamente comprovadas ou não, desmerecer uma religiosidade diferente ou permeada de credices foi milenarmente uma forma do vencedor impor ao vencido. No

plano filosófico, ou das ideias, até no mundo real, também é similar, pois estão as questões milenares primordiais: quem sou, de onde eu vim e para onde vou, e, quem me criou. Na concepção grega do campo das ideias passou ao virtual que é visível e lógico, mas (ainda) não totalmente palpável, mas é sensível. Em nosso caso, os indígenas brasileiros antes dos descobrimentos ibéricos já habitavam em todo o Brasil tanto que se estima em mais de cinco milhões de habitantes nativos, sendo os povos originários, que em suas diversas etnias e culturas permeavam desde o litoral até os pontos mais longínquos da Amazônia. E, ao redescobrirmos a história dos indígenas nativos mergulhando em seus mitos e lendas, iremos conhecer seus deuses maiores, Tupã, e o “diabo” catequizado (ou demonizado) Jurupari (o legislador), influenciando a perspectiva indígena primeira. Vale mencionar que muitos mitos e lendas indígenas perderam-se no tempo, ou adotaram forçosamente uma roupagem catequizada pelos primeiros jesuítas e missionários que chegaram na Amazônia, já que os mitos e lendas ocidentais “contaminaram” em relação aos deuses indígenas. Assim, no decorrer dos séculos os indígenas foram perdendo suas identidades étnicas, religiosas e culturais. Em suma, nota-se que muitos catequizadores na ameríndia, principalmente no Amazonas, ensinaram aos indígenas que o Tupã era o Deus cristão da bondade, enquanto, Jurupari era o diabo.

GT 4 – Povos Indígenas e Fronteiras: Saberes locais e Educação Intercultural Indígena

COMUNICAÇÕES ORAIS

1. A CONCEPÇÃO DA EMENTA E O CONSTRUTIVISMO ADOTADO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DURANTE A AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA

SANTOS, Edilanê Mendes dos

Universidade Federal do Amazonas

edilanemendes@ufam.edu.br

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas formam um dos segmentos sociais brasileiros que mais têm cobrado do Estado Políticas de Ações Afirmativas com vistas a combater a histórica exclusão e desigualdade social, econômica e política (BANIWA, 2012). A Constituição Federal de 1988 deu garantia aos povos indígenas quanto seus processos próprios de aprendizagem, tanto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) regulamenta que:

“Art. 79 A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

- I – fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado”.

A partir disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE, 1999), fixou diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Podendo estas terem normas próprias e específicas, mesmo que integradas ao sistema estadual quanto sua localização, com atividades escolares independentes do ano civil, com professores indígenas capacitados.

Sendo assim, os resgates dos saberes indígenas devem subsidiar o fortalecimento sócio-cultural destes povos, que tem “como um dos seus objetivos a inserção política do indígena nos meios utilizados pelos que, de alguma maneira, articulam as tomadas de decisão que afligem todo um conjunto populacional” (FERREIRA, 2005).

A LDBEN 9.394/96 atribui à União a responsabilidade de desenvolver programas voltados à educação escolar indígena, em todos os níveis. Porém, segundo o Plano Plurianual 2012-2015 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2012), à educação escolar

indígena nos Estados têm sido tratadas como ações pontuais, faltando-lhes diálogo com os povos indígenas, sendo incapazes de efetivarem os direitos consagrados em textos legais. Desta forma, somente os indígenas podem dizer se o modelo educacional está adequado aos seus modos próprios de viver, ser e pensar, sendo fundamental que haja diálogo entre os sujeitos.

Desta feita, discutir a educação escolar indígena torna-se essencial para trazer a luz reflexões sobre a importância da interculturalidade dos alunos das comunidades indígenas, compreendendo o conceito de cultura de forma que estejam claros quais os elementos culturais da sociedade que precisam de um diálogo eficiente, como relata Brito (2015):

[...] a educação não pode ser dissociada dos seus fundamentos culturais e sociais. Pela sua natureza, o objeto da educação é algo que está sempre em construção, por isso mesmo, os modelos educativos não podem ser modelos fixos, simples herança do passado, ao contrário, é preciso que possibilitem uma contínua renovação que corresponda sempre às aspirações dos sujeitos atuais [...] (p. 50).

Entre estas colocações aqui mencionadas e outros anseios dos sujeitos que visam uma maior qualidade na educação escolar indígena, foi criada a Ação Saberes Indígenas na Escola, que entrou em vigor em dezembro de 2013 por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC) do Brasil, o objetivo desta ação foi o de promover a formação continuada de professores da educação escolar indígena, especialmente daqueles que atuam nos anos iniciais da educação básica nas escolas indígenas.

No Amazonas, comunidades indígenas localizadas em Manaus, Coari, Tabatinga, Marañ, Japurá, Alvarães, Juruá, São Paulo de Olivença, Pauíni e Manacapuru são exemplos de localidades já atendida pela ação. Esta ação está dividida em três módulos: (i) Alfabetização, Planejamento e Avaliação do cotidiano escolar, (ii) Alfabetização e Letramento: História, Conceitos e Aspectos Linguísticos e (iii) Alfabetização Matemática (Numeramento), com duração de até 70h cada módulo.

Este artigo traz a concepção da ementa da Ação – Módulo Alfabetização Matemática, mostrando os elementos que subsidiaram as escolhas dos conteúdos e os objetivos a serem alcançados durante o curso de formação.

METODOLOGIA

Para a escolha da ementa a ser ministrada no curso de formação de professores indígenas durante o módulo Alfabetização Matemática/ Numeramento, optou-se por uma

pesquisa de natureza qualitativa utilizando os métodos da pesquisa-ação, pois a demanda surgiu por interpelação dos sujeitos que coordenam a Ação na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o intuito de atender amplamente os professores indígenas que participam da formação. A metodologia da pesquisa-ação segundo Pinto (1989), é entendida como sequência lógica e sistemática de passos intencionados, ou seja, passos com objetivos que se operacionalizam por meio de instrumentos e técnicas. Logo, a partir desta definição, foram realizados os passos abaixo descritos.

O primeiro passo utilizado foi uma pesquisa documental, procurando conhecer a importância da Matemática para os povos indígenas por meio de artigos voltados para a temática e o RCNEI - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 1998).

Após esta análise, o segundo passo foi a escolha da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem dos professores em formação, para que os mesmos sintam-se motivados em levar para dentro da sala de aula, os que ainda não utilizam este procedimento, o ensino pautado no aluno, enfatizando que o segmento da educação desenvolvida na formação é destinado a professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, logo o uso de materiais concretos ou jogos pedagógicos feito por alunos ou professores quando bem utilizados tornam-se ferramentas essenciais neste processo de ensino-aprendizagem. Maria Montessori acreditava não haver aprendizagem sem ação: “Nada deve ser dado à criança, no campo da matemática, sem primeiro apresentar-se a ela uma situação concreta que a leve a agir, a pensar, a experimentar, a descobrir, e daí, a mergulhar na abstração” (AZEVEDO, 1979 p. 27).

O terceiro passo foi a escolha da teoria que perpassa a aquisição do conhecimento, para isso optou-se pela teoria construtivista. Macedo (1994 p.95) acredita que a formação de professores numa proposta construtivista é possível levando-se em consideração quatro pontos, que ele considera fundamentais: (1) é importante para o professor tomar consciência do que faz ou pensa a respeito de sua prática pedagógica; (2) ter uma visão crítica das atividades e procedimentos na sala de aula e dos valores culturais de sua função docente; (3) adotar uma postura de pesquisador e não apenas de transmissor e (4) ter um melhor conhecimento dos conteúdos escolares e das características de aprendizagem de seus alunos.

Por meio destes três passos: levantamento de conteúdo, ludicidade e a teoria construtivista de aprendizagem, a ementa começou a ser elaborada durante processo da escolha dos conteúdos, assim como a metodologia a ser utilizada durante as formações.

RESULTADOS

A partir da proposta da Ação Saberes Indígenas na Escola, procurou-se abranger a maior quantidade de assuntos possíveis dentro da carga horária estabelecida (60h) e dos três campos destacados pelo RCNEI: o estudo dos números e operações, o estudo do espaço e das formas e o estudo das grandezas e medidas.

Dentro dos assuntos pertinentes ao Ensino Fundamental I e Educação Infantil relacionados ao conteúdo programático a serem abordados na sala de aula, foram escolhidos para cada campo os seguintes assuntos:

- i) O estudo dos números e operações: Número árabes, cardinais e ordinais; Expressões numéricas; Contextualização dos números no jogo de trilha; Sistema monetário brasileiro e frações; Medir, contar e por ordem.
- ii) O estudo do espaço e das formas: Geometria e o grafismo indígena; Metodologia para o ensino de geometria plana por meio dos artesanatos indígenas; Geometria espacial e moradias ancestrais.
- iii) O estudo das grandezas e medidas: Resgate dos sistemas de medidas de comprimento e superfície indígenas e a sua contextualização com o sistema internacional de medidas; Medição do tempo; Elaboração de calendários para contar a passagem do tempo (festas indígenas e agricultura “frutas e animais”).

Além destes assuntos, foram selecionados temas introdutórios a serem desenvolvidos: O que é letramento e numeramento?; A etnomatemática e sua perspectiva no ensino; A importância dos jogos indígenas na educação; O jogo da onça como estratégia interdisciplinar no ensino contextualizado.

Durante o processo da criação da ementa foi elaborado o objetivo geral e específico do módulo Alfabetização Matemática/ Numeramento. Nesta escolha, temos como Objetivo Geral: Apropriar-se dos principais tópicos da matemática a serem abordados no Ensino Fundamental I aliado a estratégias de ensino voltados as crianças indígenas, contextualizando com a cultura, saberes e vivências de cada etnia. A partir do objetivo geral, pensou-se nas etapas a serem alcançadas durante a formação, assim, o mesmo está de acordo com uma das importâncias da matemática destacadas pelo RCNEI que é o de preparar os alunos para o mundo não-indígena, conquistando autonomia.

Os Objetivos Específicos escolhidos foram: Utilizar a etnomatemática como estratégia de ensino da matemática para alunos indígenas; Integrar conhecimentos que facilitem a compreensão dos conceitos matemáticos dentro das diversas etnias de modo interdisciplinar e transdisciplinar; Elaboração de materiais didáticos e paradidáticos a serem

utilizados nas escolas.; Analisar, argumentar e posicionar-se criticamente em relação a matemática; Selecionar e utilizar instrumentos de medição e de cálculo, representar dados e utilizar escalas e fazer estimativas; Reconhecer e utilizar adequadamente na forma oral e escrita os símbolos, códigos e nomenclatura de cada povo indígena; Reconhecer e avaliar o caráter ético do conhecimento científico e tecnológico e utilizar esses conhecimentos no exercício da cidadania estendendo-os aos mais diversos saberes dos povos indígenas.

Entorno destes objetivos é necessário destacar que existe a intenção de resgatar o conhecimento tradicional do “fazer matemática” nas comunidades mesmo que as vezes este contexto esteja tão intrínseco que raros são aqueles que conseguem separar essa linha tênue e extrair a matemática daquele dia-a-dia. Para isso, destaca-se a explanação da etnomatemática, que foi o programa motivado pela procura de “entender o saber/ fazer matemático ao longo da História da Humanidade, contextualizado em diferentes grupos de interesse, comunidades, povos e nações” (D’Ambrósio, 2002), mostrando que ao longo da história das civilizações seus conhecimentos étnicos foram eficientes já que os mesmos se perpetuaram ao longo dos séculos. Além do mais, durante a formação espera-se que o professor que ainda não tem experiência com a contextualização dentro da sala de aula, passe a ter, identificando e utilizando os conhecimentos matemáticos do cotidiano dentro da sala de aula para dá significado ao assunto abordado para a vida do aluno.

Por isso é importante que os professores durante sua formação entendam que o uso de materiais concretos e os jogos na sala de aula são necessários, segundo Piaget (1975), os jogos e brincadeiras são ferramentas eficazes para o processo de ensino-aprendizagem. Por serem atividades imprevistas, já que não se sabe antecipadamente o vencedor, a criança assume “riscos” o que é saudável para o seu desenvolvimento. Desta forma destacar os processos cognitivos que as crianças passam durante o seu desenvolvimento intelectual não deve de forma alguma está dissociado da educação. Outro pesquisador que estudou o processo cognitivo da criança é Bruner, tanto que o mesmo classifica que o indivíduo passa por três modos de representação do mundo e o primeiro modo é a representação ativa, “o trabalho mental da criança consiste principalmente em estabelecer relações entre experiência e ação; seu interesse consiste em manipular o mundo por meio da Ação” (BRUNER, 1973, p. 32), logo o brincar, o fazer e a contextualização do seu cotidiano durante as aulas tornam-se tão importantes nesta fase.

A metodologia de ensino utilizada durante o módulo de formação dos professores, consiste em aulas dialogadas tendo como base oficinas, sendo as mesmas divididas em três etapas a cada turno (i) ministração de uma aula com a duração de 60 minutos para

cada oficina, baseado na metodologia dos Temas Geradores (FREIRE, 1993) cujo “o ponto de partida é a experiência concreta do indivíduo, em seu grupo ou sua comunidade” (ANDREOLA, 1993, p. 33) resultando num novo conhecimento a partir da realidade vivida (ii) explicação das tarefas instrucionais a serem realizadas em grupos de professores, que consiste na elaboração das atividades de matemática contextualizando a realidade da comunidade, valorizando os conhecimentos étnicos (iii) compartilhamento dos conhecimentos que consiste na apresentação dos jogos elaborados por cada grupos aos demais professores, mostrando a etnomatemática e também a interdisciplinaridade.

Durante as apresentações dos professores é solicitado aos mesmos que vinculem conhecimentos de outras áreas no tema abordado na tarefa instrucional, estabelecendo uma interdisciplinaridade. Os professores em formação não são avaliados pois este processo tem a finalidade de resgatar a memória dos mesmos por meio destas tarefas, mostrando que a matemática pode ser ensinada para as crianças de uma forma diferenciada. Na Figura 1 é possível observar a participação dos professores indígenas nas formações realizadas nos anos de 2016 e 2017, nos municípios de Manaus, Tabatinga e São Paulo de Olivença.

Figura 1: Formação de professores indígenas



Fonte: Santos (2018).

Nas imagens da Figura 1 é possível observar a participação dos professores, na sexta foto (sentido horário), podemos identificar o professor propondo uma brincadeira durante o compartilhamento do trabalho feito pelo seu grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as formações os professores têm sido bastante participativos. Além da formação continuada durante o curso, os mesmos elaboram recursos didáticos e pedagógicos que podem ser levados as comunidades e adaptados à realidade local.

Neste processo, busca-se fomentar pesquisas que gerem discussões quanto ao currículo escolar indígena valorizando a situação sociolinguística de acordo com as especificidades da educação escolar indígena. Além disso, espera-se que ao término da formação tenhamos um professor mais preparado para realizar o dialogo intercultural entre os saberes indígenas e as áreas de conhecimento “ocidental”, interdisciplinarizando sempre que oportuno a matemática com as demais ciências.

Logo, a adoção do construtivismo durante a Ação tem mantido os professores motivados, isto é visto na grande aceitabilidade e participação durante as atividades, pois no decorrer do curso, busca-se valorizar os conhecimentos prévios que cada um traz consigo independente da etnia.

REFERÊNCIAS

ANDREOLA, B. O Processo do Conhecimento em Paulo Freire. **Educação e Realidade**, (18), 1993 (p. 32-45).

AZEVEDO, E. D. M. Apresentação do trabalho matemático pelo sistema montessoriano. In: **Revista de Educação e Matemática**, n. 3, 1979 (p. 26-27).

BANIWA, G. Lei das Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. **Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano**, v. 35, 2013.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRITO, R. M. Construindo conhecimentos no processo educativo. 1. ed. Manaus: **Academia Amazonense de Letras**, 2011

BRUNER, J.S. O processo da educação. São Paulo: Nacional, 1973.

CNE; Nº, C. E. B. 3, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999. **Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências (Parecer CNE/CEB nº 14/99 anexo)**, 2013.

D'AMBRÓSIO, U. *Etnomatemática. Elo entre as tradições e a modernidade*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 110 p.

FERREIRA, R. **Educação Escolar Indígena e Etnomatemática: a pluralidade de um encontro na tragédia pós-moderna**. 2005. Tese de Doutorado. Tese de doutoramento). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREIRE, P. Professor sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 6º edição. Olho d'água: São Paulo, 1993.

FUNAI. Plano Plurianual 2012-2015. Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. 2012. 43p

MACEDO, L. Ensaio construtivistas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

PIAGET, J. A Formação do Símbolo na Criança. Zahar: Rio de Janeiro, 1975.

PINTO, J. B. G. Pesquisa-Ação: Detalhamento de sua sequência metodológica. Recife, 1989, Mimeo.

2. NAWËÜ I TACÜMAGÜ: UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM BENJAMIN CONSTANT-AM

LIMA, Jorge Luís de Freitas

Universidade Federal do Amazonas/UFAM

jorgefreitas@ufam.edu.br

OLIVEIRA, Edilani Ribeiro de

Programa de Pós-Graduação em Letras/PPGL/UFAM

edilanioliveiras@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2018 vivenciamos uma experiência durante a ministração da disciplina Expressão Cultural, integrante do currículo do Curso de Formação de Professores Indígenas – FPI, promovido pelo Departamento de Educação Escolar Indígena – DEEI da Faculdade de Educação – FAGED da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, realizada no Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM no município de Benjamin Constant-AM.

Durante o período de realização da disciplina, seis dias em período integral, foram desenvolvidas atividades que permitiram a reflexão junto aos 60 (sessenta) professores indígenas das etnias tikuna e kokama sobre a potência sinestésica da expressão cultural e como se dá a sua percepção e expressão por diferentes linguagens em nível individual e grupal, como subsídio para a compreensão de sua cultura e a contribuição disso para o desenvolvimento do pensamento crítico. A disciplina aconteceu de forma modular e, como professor convidado, pudemos conhecer um pouco mais sobre a proposta de formação de professores indígenas previamente à realização da disciplina.

O trabalho com os professores-discentes e as atividades desenvolvidas alicerçaram-se em pressupostos de discussão teórica atualmente aceitos relacionados aos estudos culturais no que se refere às diferentes formas de expressão da cultura, os diversos conceitos, o conceito de performances culturais, considerando-se também o potencial criativo humano e, a partir disso evidenciar as diferentes formas de se fazer perceber culturalmente no meio em que vivem.

As aulas foram ministradas numa abordagem interacionista, levando-se em consideração o conhecimento prévio dos professores-discentes e, a partir dele, promover a reflexão a respeito da cultura e suas formas de expressão com vistas à construção do conhecimento a respeito da potência sinestésica da expressão cultural.

Tais fundamentos subsidiaram as discussões e posicionamentos críticos dos professores-discentes sobre as políticas públicas de promoção e valorização da cultura nacional, com ênfase nos povos indígenas.

O encerramento da disciplina culminou com a exposição “Expressão Cultural” que possibilitou aos professores socializarem com a comunidade acadêmica e externa as diferentes formas de expressão da cultura deles.

As atividades desenvolvidas

O pontapé inicial da realização da disciplina foi a apresentação da proposta de desenvolvimento das atividades e dos procedimentos de avaliação. Após a concordância com os procedimentos, fez uma espécie de dinâmica de grupo com o intuito de se “quebrar o gelo” e estabelecer um clima de proximidade e conhecimento entre os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

A partir da leitura do texto *“Cultura é o quê?” – reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos*, estabeleceu-se um momento de discussão a respeito da diversidade de conceitos que podem ser encontrados sobre cultura. Procurou relacionar os diferentes conceitos e como as diferentes áreas de conhecimento vislumbram a cultura e, posteriormente, como os professores-discentes se identificavam ou não com cada um deles. Ao final do processo, sugeriu-se uma atividade em grupo (ver figura 1) com o objetivo de, a partir da compreensão deles, elaborassem um conceito de cultura. Foi decidido com o grupo que o registro escrito seria feito na língua materna deles (tikuna e kokama) e em língua portuguesa. Importante destacar a dificuldade levantada pelos kokama em relação à escrita na língua deles, dada a dificuldade de registro, em decorrência da falta de uso pelos mais jovens, ressaltando, inclusive, a necessidade de empreender esforços no sentido de garantir a preservação da língua kokama, haja vista os poucos que a dominam serem anciões com idade bastante avançada e serem muito incipientes os estudos e registros nesta língua.

Não obstante, consideramos importante relatar o entusiasmo e comprometimento de todos os grupos nas discussões e na produção do material exposto, bem como a satisfação deles em ver seus trabalhos produzidos na sua língua materna e expostos para serem vistos pela comunidade do INC. A oportunidade de se posicionar, de se fazer ouvir, mas também ouvir, de questionar e responder a questionamentos foi um momento de muito aprendizado, principalmente pelas trocas de experiências das formas de compreensão da cultura de diferentes formas, partindo sempre das experiências vivenciadas pelos professores-discentes e nós, enquanto mediadores.

Figura 01- Atividade em grupo.



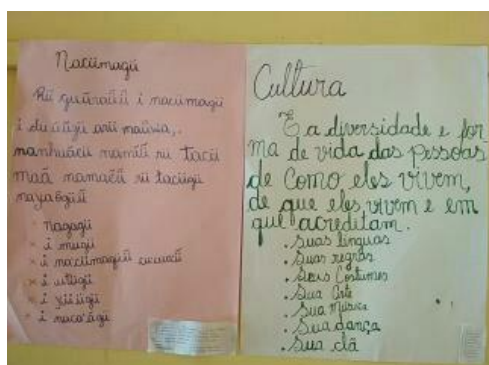
Fonte: Jorge L. F. Lima, 2018.

Figura 02- Conceitos de cultura G1.



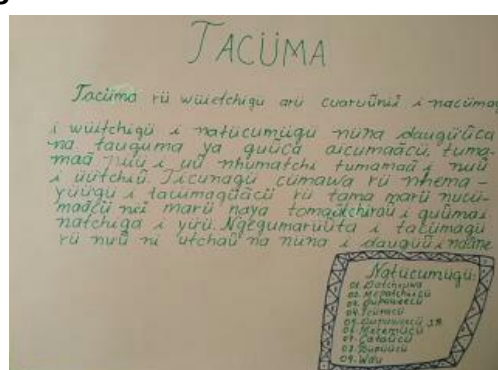
Fonte: Jorge L. F. Lima, 2018.

Figura 03 - Conceitos de cultura G2.



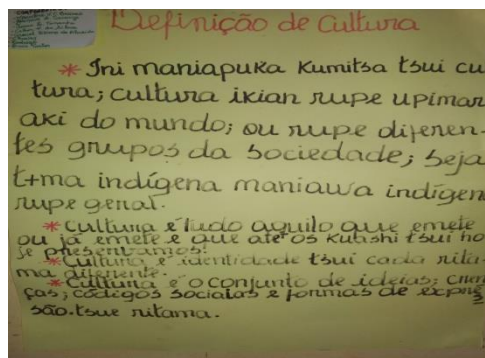
Fonte: Jorge L. F. Lima, 2018.

Figura 04 - Conceitos de cultura G3.



Fonte: Jorge L. F. Lima, 2018.

Figura 05 - Conceitos de cultura G4.



Fonte: Jorge L. F. Lima, 2018.

Por considerarmos importante tornar visível o que estava sendo discutido e produzido na disciplina, resolvemos expor os cartazes com os conceitos sobre cultura elaborados, resultantes do trabalho dos grupos, conforme se vê nas figuras 2 a 5.

Uma vez ambientados e esclarecidos sobre de que cultura estávamos falando, enveredamos rumo a mais algumas descobertas, desta vez alicerçados pela leitura do texto *Performances culturais: um conceito interdisciplinar e uma metodologia de análise*, segundo o qual:

Performances Culturais é um conceito que, primeiramente, está inserido numa proposta metodológica interdisciplinar e que pretende o estudo comparativo das civilizações em suas múltiplas determinações concretas; visa também o estabelecimento do processo de desenvolvimento destas e de suas possíveis contaminações; assim como do entendimento das culturas através de seus produtos “culturais” em sua profusa diversidade, ou seja, como o homem as elabora, as experimenta, as percebe e se percebe, sua gênese, sua estrutura, suas contradições e seu vir-a-ser (CAMARGO, s/d, p.1).

O propósito da leitura e discussão do texto foi oportunizar aos participantes a percepção de si, a partir do outro, mas considerando-se também o meio social em que se vivem. Refletir acerca de como por meio da convivência e do passar do tempo as mudanças decorrentes da modernização, e das diferentes formas de contato podem interferir na “avaliação” do modo de vida fundamentado pela tradição. E, também, compreender que pela comparação é possível se evidenciar as singularidades de cada sociedade, e por isso mesmo não pensá-las, em termos de cultura, de forma hierarquizada, pois é exatamente esse olhar hierarquizante que culmina com o estabelecimento da dicotomia expressa pelos termos civilizado x não-civilizado, a partir da convicção equivocada de que existem culturas superiores a outras. Obviamente, tal posicionamento se fundamenta na consideração de “formas totalizantes estabelecidas pelo “senso comum” nas definições de civilização.

Sob essa perspectiva, Barth (1998, p. 152) assevera que:

[...] a pertença étnica não pode ser determinada senão em relação a uma linha de demarcação entre membros e não-membros de um determinado grupo social. Trata-se, portanto, de uma característica de reconhecimento pelos outros, que define o pertencimento de alguém a determinado grupo étnico, e não o fato de manifestar certas crenças e traços culturais. Foi, então, a partir da Constituição de 1988 que a Funai passou

a investir, também, na capacitação de índios, para que estes viessem a assumir as funções educativas nas comunidades em que estavam inseridos.

Para nós professores, foi muito gratificante ver o modo como os docentes-cursistas iam se demonstrando motivados e entusiasmados com as temáticas apresentadas, principalmente quando se posicionavam a respeito da oportunidade de terem o direito de falar de seus anseios e enfrentamentos enquanto professores indígenas, ressaltando a importância do diálogo, principalmente pela proposta da disciplina em valorizar a língua deles e sua cultura, que geralmente é discriminada e marginalizada.

Não podemos deixar de registrar, também, as diferentes falas a respeito da escola em que estão inseridos, geralmente caracterizadas pela falta de estrutura e condições de trabalho. Principalmente no que se refere à política de contratação de professores e de formação continuada deficitária que é ofertada pelo poder público. Segundo os docentes-professores, “cobram muito, mas não oferecem muito para garantir bons resultados”. Foram discutidos também temas relacionados ao modo como funciona a educação indígena em Benjamin Constant, como é planejado o calendário acadêmico, material didático e valorização da cultura, ressaltando-se de forma recorrente nos posicionamentos, a necessidade de se rever grande parte dos itens citados no que se refere ao modo como são “propostos”. Incluíram-se também nas discussões, não só a relevância do curso de formação, mas também as dificuldades enfrentadas para participar dele.

Aproveitando os ânimos e entusiasmo das reflexões, propusemos a leitura do texto *A Globalização Cultural “Contra-Hegemônica” no Ciberespaço: o caso dos povos indígenas* (PINTO, 2010). A ideia foi trazer para a discussão a influência que a internet teve sobre a redefinição das fronteiras mundiais a partir do surgimento do que se chamou “processo de globalização cultural” e os impactos da “revolução tecnológica” e das mídias nas minorias étnicas.

Os resultados foram muito proveitosos, pois os docentes-cursistas manifestaram seu posicionamento a respeito da importância que a internet e as diferentes mídias sociais têm no sentido de oportunizar a maior visibilidade das questões indígenas. Destacaram também a facilidade que as redes sociais propiciam no que se refere à divulgação do que acontece em suas comunidades, por mais longínquas que seja sua localização. Destacaram também que as redes sociais são mecanismo importantes para serem usados como forma de defesa e proteção, pois possibilitam que sejam feitas denúncias com maior abrangência na divulgação.

Na oportunidade aproveitou-se para se fazer utilização da tecnologia, e sugeriu-se e orientou-se que se elaborasse a apresentação em *power point* dos resultados das leituras e das discussões para que fossem expostas pelos docentes-cursistas com o uso do projetor de mídias. Os trabalhos foram uma oportunidade de minimizar as dificuldades que alguns apresentavam para falar em público. O mais interessante é que a maioria deles solicitou para fazer a apresentação na língua deles. Para nós professores, foi uma experiência única, pois conseguíamos acompanhar a apresentação escrita em língua portuguesa, com tradução simultânea para a língua tikuna. Atividade muito produtiva.

A atividade seguinte teve como mote, além da relação com as anteriores, a leitura e discussão dos textos *A Busca das Categorias da Criatividade do Homem Comum* (ROJAS NIÑO, 1997) e *A Criatividade como Condição do Ser Humano* (HOLANDA; VERAS, 2009), com o propósito de subsidiar a realização da exposição sobre as diferentes formas de expressão da cultura tikuna e kokama. Assim, procurou-se mediar junto aos docentes-cursistas, a integração de tudo o que foi discutido até ali e, a partir da compreensão da criatividade humana e seus “fatores influentes”, e da utilização de seu potencial criador, socializar com a comunidade acadêmica do Instituto de Natureza e Cultura e comunidade local que se fizesse presente, as diferentes formas de expressão cultural das etnias deles.. Nesse sentido, deixou-se inteiramente a critério dos docentes-cursistas a escolha do modo como seria organizada a exposição que, de comum acordo, denominou-se NAWEU I TACÜMAGÜ (Expressão Cultural).

Eles decidiram que a exposição se organizaria em torno de cinco eixos temáticos (figuras 10 a 13) que abrangeriam as expressões culturais das duas etnias tikuna e kokama, assim definidos:

- a) Pinturas corporais
- b) Máscaras
- c) Música e dança
- d) Artesanatos

Todo o material da exposição foi produzido pelos docentes-cursistas e foram expostos por eles no espaço de convivência do Instituto de Natureza e Cultura. Na oportunidade foram convidados os discentes dos cursos de Administração, Antropologia, Ciências: Biologia e Química, Letras, Antropologia, Ciências Agrárias e do Ambiente e Pedagogia para prestigiarem o evento. As danças foram apresentadas concomitantes à exposição, no espaço de convivência do INC.

Figura 08 - Identificação da exposição. **Figura 09** - Exposição na área de convivência.



Fonte: Jorge L. F. Lima, 2018.

Fonte: Jorge L. F. Lima, 2018.

Foram momentos muito significativos de aprendizado e de troca de experiências. Um fato que chamou a atenção foi o desconhecimento que alguns alunos das etnias que estavam expondo demonstraram sobre alguns elementos das tradições deles, a exemplo da identificação dos diferentes clãs, bem como das pinturas corporais que os identificava.

A curiosidade e o interesse demonstrado pelo público quanto aos itens expostos demonstraram a importância do evento como forma de socializar as diferentes formas de expressão cultural dos tikuna e kokama, com destaque para os discentes pertencentes a estas etnias.

Figura 10 - Grafismos corporais.



Figura 11 – Artesanato.



Fonte: Jorge L. F. Lima, 2018.

Fonte: Jorge L. F. Lima, 2018.

Figura 12 - Música e dança.



Figura 13 - Máscaras.



Fonte: Edilani R. de Oliveira, 2018.

Fonte: Edilani R. de Oliveira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que a realização do evento foi uma experiência memorável (Para mim, Jorge Luís, especialmente, pois tive honra de receber de algumas docentes-cursistas tikuna e a denominação WE'ÊCÜ cujo significado é onça nadadora) e extremamente significativa para o processo de formação dos professores indígenas, principalmente porque a partir do que foi vivenciado, pode-se perceber a importância de se redimensionar o papel do professor em sala de aula, afastando a ideia de vê-lo como mero transmissor de conhecimentos, aplicador de provas e exercícios, com a atribuição inerente à função de indicar a aprovação ou reprovação do aluno.

Nesse sentido, a exposição também tornou possível evidenciar para os docentes-cursistas e expectadores o quanto é importante a participação do professor como mediador da construção do conhecimento de uma forma criativa, dinâmica e estimuladora.

Atividades como as desenvolvidas, permitiram perceber que é possível fazer diferente, com ações que colocam o discente no centro do processo ensino-aprendizagem e, acima de tudo, contribuem para os alunos perceberem o quanto é relevante se fazer visto por meio do que podem realizar e, assim, despertar no "outro" a valorização e o respeito pela sua cultura, no caso específico, a cultura indígena.

Permitiu também compreender que, mesmo aqueles que pertencem a determinada etnia podem desconhecer performances culturais que lhes são próprias e, a partir de momentos como esses, possam ter acesso a informações, visualizar e até vivenciar (no

caso da dança, por exemplo) momentos de interação e reconhecimento de suas tradições e assim promover a valorização de sua cultura.

Os objetivos foram alcançados, os resultados, um sucesso!

Temos plena convicção, portanto, de que a realização das atividades nesta disciplina contribuiu para a percepção do quanto atividades de ensino tornam-se produtivas quando o centro do processo é o aluno. Mas também é preciso ter a convicção de que os universos e realidades de ensino-aprendizagem são diferentes e sempre acontecem em ambientes marcados pela heterogeneidade de agentes e por diferentes condicionadores, o que pode contribuir significativamente para o sucesso ou não dos resultados das atividades desenvolvidas.

O caminho para lidar com essas nuances de diversidade, passa necessariamente pela busca constante de atualização. Mas para isso, precisamos estar convictos de que nunca estaremos prontos, mas em constante construção e estar atentos às mudanças e transformações que se apresentem durante a nossa trajetória docente.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston: **El Aire y los Sueños**. Fondo de Cultura Económica, Bogotá, 1982.

ROJAS NIÑO, Carlos G. **Criatividade do Homem comum, estética, educação, cotidiano**". Tese UNICAMP: Filosofia e História da Educação, 1997, N/E.

CANEDO, 'Cultura é o quê? – Reflexões sobre o conceito de Cultura e a Atuação dos Poderes Públicos. In.: ANAIS. V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-ENECULT, Salvador-BA, maio de 2007.

CAMARGO, Robson Corrêa de. **Performances Culturais**: um conceito interdisciplinar e uma metodologia de análise. Disponível em: [https://performancesculturais.emac.ufg.br/up/378/o/Performances Culturais Um conceit o interdisciplinar e uma metodologia de an%C3%A1lise-Robson Camargo.pdf](https://performancesculturais.emac.ufg.br/up/378/o/Performances_Culturais_Um_conceito_o_interdisciplinar_e_uma_metodologia_de_an%C3%A1lise-Robson_Camargo.pdf). Acesso em 08/10/2018.

HOLANDA, Julia de; VERAS, Ingrid Almeida. **A Criatividade Como Condição de Ser Humano**. In.: Revista Filosofia Capital. Vol. 4. Edição 8, 2009.

PINTO, Alejandra Aguilar. **A Globalização Cultural “Contra-Hegemônica” no Ciberespaço: o caso dos Povos Indígenas.** (2010).

3. STRESS *VERSUS* QUALIDADE DE VIDA DOCENTE

SANTOS, Joab Araujo dos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, *Campus*
Tabatinga
joab.araujo@ifam.edu.br

PAULO, Idelmar do Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, *Campus*
Tabatinga
idelmar.nascimento@ifam.edu.br

BARRA, Vinícius Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, *Campus*
Tabatinga
vinicius.barra@ifam.edu.br

INTRODUÇÃO

Em virtude do mundo globalizado, vive-se constantemente numa correria, perdem-se horas de sono, alimenta-se mal, não se reserva um tempo para o lazer e os prazeres que uma vida equilibrada pode proporcionar. Em virtude disso pode ter como consequência: o Stress. Por isso, cabe o questionamento: por que muitos professores estão apresentando um alto nível de stress? Como lidar com essa problemática?

Dentro deste contexto o estudo procura evidenciar as causas do stress e sua consequência no cotidiano do profissional em educação, o docente. O objetivo principal é

analisar o processo que propicia o desgaste profissional e todo o seu impacto na vida do docente.

A pesquisa é do tipo bibliográfica e foi realizada em livros, artigos e sites especializados. Para Gil (2010, p. 30), a pesquisa bibliográfica é elaborada em material já publicado e a principal vantagem desse tipo de pesquisa está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente relevante quando o problema da pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Para fundamentar teoricamente esta pesquisa utilizou-se principalmente os estudos de Lipp (2004), Brzezinski (2002) e Mascarenhas (2004).

Esta pesquisa justifica-se pela quantidade de professores estarem apresentando vários sintomas de stress, gerado pelo que tudo indica, por ter uma má qualidade de vida.

Atualmente os estímulos desencadeadores do stress são diversos, podemos citar: a competitividade social, a competência profissional, a sobrevivência econômica, o fracasso, a monotonia, a insatisfação no trabalho, a privação e a submissão contrariada. De acordo com Lipp (2000) os sintomas do stress são de natureza geral e inespecífica, surgem em qualquer pessoa indistintamente. Trata-se de um desequilíbrio do sistema nervoso, o qual atinge diretamente o sistema emocional.

DESENVOLVIMENTO

Para perseguimos o ideal de nossa vida cheia de múltiplas atividades, necessitamos possuir boa saúde, sem a qual se estiolaria em nós a alegria de viver, o progresso, o amor ao trabalho e ao estudo, e todas as belas aspirações do nosso espírito.

De acordo com lipp (2004) as doenças ocupacionais são desenvolvidas em trabalhadores independentes da atividade que exercem. Estas doenças são divididas em grupos, de acordo com as causas, são chamados de agentes agressores, que podem ser:

Físicos: bursite, tendinite, lombalgia.

Ergonômicos: edema nas cordas vocais, LER, (lesão por movimentos repetitivos), fadiga muscular, ocasionando muita dor.

Emocionais: ansiedade, tensão, alta exigência, frustração.

Químicos: Alergias diversas, tais como: renite, faringite, infecções das vias áreas superiores, laringite, dermatite entre outras, geralmente causadas por utilização de giz, estêncil, álcool.

A doença ocupacional pode ocasionar ou agravar doenças já existentes. Faz-se necessário considerar que o trabalhador, trabalhando sobre pressão pode acentuar uma

patologia de origem ergonômica e também o stress. Toda agressão de caráter neuropsíquico ou somático aumenta o tônus muscular (SAICHARD apud RIO, 1996).

O que leva o professor ao stress ocupacional são diversos fatores que constituem como fonte de stress. De acordo com Lipp (2002),

Sala de aula com temperatura elevada, principalmente nos meses mais quentes do ano, nos quatro cantos do Brasil, iluminação inadequada e barulho interno intenso. As turmas são formadas com um número excessivo de alunos para o espaço destinado (em média de 35 por classe); há simultaneamente atividade extraclasse, como ensaios de quadrilha no pátio da escola, aulas de educação física na quadra ou em terreno baldio ao lado da janela que está em atividade de aula, carros de propaganda com autofalantes que circulam próximos a escola (LIPP, 2002, p. 17).

A hostilidade também é um grande vilão. Nos corredores das escolas o cenário hostil é muito fácil de ser observada, a competitividade é acirrada e este modelo de competição é muito maléfico para a saúde do professor "A raiva e a frustração são sentimentos que interferem desfavoravelmente na saúde física e mental" (LIPP, 2002).

O stress é uma reação do organismo, com componentes físicos e ou psicológicos, diante de situações que de um modo ou de outro, irrite, amedrontem, excitem, ou confundam ou mesmo diante de uma situação feliz.

Lipp (2002) afirma também que o stress dificilmente é causado por uma única fonte, na maioria das vezes sofremos o efeito cumulativo de inúmeros estressores que se somam para criar o estado de tensão mental e física. Quando não conseguimos eliminar a fonte principal, já ajuda se conseguirmos eliminar outras fontes, mesmo que não são tão importantes, porque a carga tensional a elas associadas é subtraída da quantidade total do stress que estamos experimentando.

Nesses casos, quando a fonte principal de stress tem que ser mantida na nossa vida, é necessário que o aceite como parte do nosso viver. Conformismo cego e passivo não é recomendado, mas há situações em que "aceitar" o fato é a única solução. É importante frisar que a aceitação deve ser utilizada, como estratégia de manejo do stress (LIPP, 2004, p. 32).

Segundo Lipp (2004) não é qualquer mal-estar que significa estar apresentando sinais de stress, quando uma pessoa está com um nível de stress elevado, uma série de sintomas, tanto físicos como psicológicos, se manifestam. Os principais sintomas são: Tremores ou sensação de franqueza; tensão ou dor muscular; inquietação; fadiga fácil; falta de ar ou sensação de fôlego curto; palpitações; sudorese, mãos frias e úmidas; boca seca; vertigens e tonturas; náuseas; diarreias; rubor ou calafrios; bolo na garganta; impaciência; reposta exagerada à surpresa; pouca concentração; memória prejudicada; dificuldade em conciliar e manter o sono; irritabilidade; tiques nervosos; explosões desproporcionais ao acontecimento; alta do colesterol e triglicérideos; prisão de ventre; dores de cabeça sem causa determinada; queda de produtividade; músculos tensos que provocam muita dor na nuca e costas; insônia; hipertensão arterial; mau funcionamento digestivo; reações dermatológicas.

A reação do stress é diferente para cada organismo alguns apresentam quase todos os sintomas enquanto outros apresentam sintomas isolados. Para que essa sintomatologia ocorra é necessário que haja um agente desencadeador ou estressor, que tanto pode ser interno - ou seja, aquele que a própria pessoa pode desenvolver como: ansiedade elevada; preocupações; comportamento competitivo; polifásico - ou externo como: dificuldade financeira; desemprego, doenças.

Segundo Lipp (2004) “a doença que o stress pode desencadear ou manter é determinado por múltiplos fatores. No início, durante a fase de alerta do stress, os sintomas são os acima citados”.

Compreendemos que o papel do professor é essencial e indispensável para o processo de desenvolvimento da sociedade. O que seria da sociedade sem escola? O que seria das escolas sem professores e as professoras? Queremos uma sociedade justa, democrática e saudável. Precisamos de escolas que ajudem a construir uma sociedade de pessoas bem preparadas sob o ponto de vista profissional, relacional, moral e ético. Para tanto são necessários os docentes motivados, preparados e comprometidos, com a missão principal da escola. Para tanto, precisam estar satisfeitos com o exercício da profissão, confiantes de que a sua ação é essencial para a melhoria das condições sociais.

Como professores, técnicos em educação mais especificamente atuando no processo de coordenação pedagógica de grupos de professores, verificam que o dia-a-dia dos professores é desgastante. O choque entre o que aprendem na faculdade e o que

encontram nas escolas é inconciliável. O que gera o estresse pela falta de saída (MASCARENHAS, 2004, p. 11).

De acordo com pesquisas do instituto Academia de Inteligência, no Brasil, 92% dos professores estão com três ou mais sintomas de estresse e 41% com dez ou mais. É um número altíssimo, indicando que a metade dos professores não deveria estar em sala de aula, mas internada numa clínica ante estresse. Eles indicam que os professores estão quase duas vezes mais estressados do que a população de São Paulo, que é uma das maiores e mais estressantes cidades do mundo (CURY, 2005).

De acordo com Lipp (2004), são diversos fatores que induz ao stress no âmbito escolar. Os especialistas começam a observar indícios de incompatibilidades entre os limites pessoais do professor diante das demandas de população infantil e do sistema educacional. Como por exemplo, o comportamento exibido pelos alunos em sala de aula e as peculiaridades do movimento de inclusão em educação. Outros componentes do posto de trabalho docente como fatores, a saber: o design do mobiliário escolar, a iluminação das salas de aula, o isolamento acústico, o nível de ruído e a temperatura ambiente não devem ser desprezados para fins de análise apurada das condições de trabalho. Adverte os pesquisadores sobre a presença de estressores, tanto no ambiente físico quanto no ambiente social e os seus efeitos prejudiciais à saúde e a qualidade de vida no trabalho do professor.

Mascarenhas (2004) afirma que o processo de stress e a síndrome de Burnout emergem ambos do cenário conflitante entre o trabalho pedagógico prescrito e o trabalho pedagógico real. Essa dissociação entre o trabalho exigido prescrito e o trabalho efetivamente desejado e executado com prazer é fonte inequívoca de produção de stress. Sobrinho continua afirmando que dentre os fatores contribuintes para o stress ocupacional do professor encontra-se nos conteúdos curriculares (na formação do profissional) dissociados da demanda, a falta de capacitação para lidar com questões pertinentes ao próprio trabalho, a necessidade de manutenção da disciplina entre os alunos, a sobre carga de trabalho extraclasse, o trato e as relações interpessoais com os colegas também professores, o clima organizacional da escola, as condições imprópria para ao exercício do magistério e o volume de carga cognitiva comumente identificada nas atividades típicas do posto de trabalho docente.

O conceito cognitivo, agora é discriminado por sobrinho: como resultante das exigências que mobilizam os processos mentais do professor, (atenção difusa, memória,

tomada de decisão, percepção apurada dos fatos) durante contato intenso diário com muitos alunos. Nesse ambiente o professor é pressionado a tomar decisões diversas em curto espaço de tempo. Surgem perguntas a respeito do conteúdo das matérias, pedido de alunos para se ausentarem da sala de aula, episódios de indisciplina, queixas e reclamações sobre os outros colegas, reivindicações por parte dos pais de alunos, cobranças por parte da direção da escola e horas dispensadas avaliando trabalhos escolares. Outra modalidade de carga ocupacional como a carga muscular é também observada no posto de trabalho docente, por exemplo, relatos de dores lombares e dores cervicais decorrentes de sobrecarga muscular associada ao transporte de livros e de matérias escolares. Embora a sobrecarga muscular possa contribuir para o processo de stress do professor. Nas condições de trabalho do professor, a sobrecarga ocupacional contribui para o processo de stress evoluindo por vezes para a cronicidade sobre a forma de síndrome de Burnout.

Sobrinho assegura a seguir que o trabalho que proporciona prazer é menos nocivo ao trabalhador. Qualquer posto de trabalho pode e deve proporcionar prazer ao trabalhador desde que os resultados finais sejam realmente reforçadores. O prazer em executar o trabalho docente tem como determinante o reconhecimento por parte dos colegas, os sentimentos de aceitação e de admiração pela direção da escola, o reconhecimento dos pais dos alunos, o sentimento de que o trabalho cumpre uma função social, reduzindo as desigualdades sociais e evitando a exclusão do continente escolar, além de proporcionar liberdade de expressão. A esse conjunto de eventos altamente gratificantes da profissão de professor, os estudiosos chamam de trabalho real.

No caso específico do professor e como vem acontecendo em outras profissões, há indícios de distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real, que pode contribuir para o processo de stress e a síndrome de Burnout.

Arriscaríamos continua Sobrinho, mesmo a afirmar que o mal-estar é o subproduto desse descompasso perverso entre o trabalho pedagógico real e o trabalho pedagógico prescrito. O distanciamento entre o prescrito e o desejado gera também constrangimento e sentimentos de inadequação diante das incompatibilidades no sistema organizacional da escola. Por conta desse desencontro no posto de trabalho docente são observadas respostas que deixam de satisfazer os padrões usuais aceitáveis pela sociedade, podendo implicar desde a sujeição do corpo o professor ao trabalho (sobrecarga muscular excessiva, por exemplo) até própria negação da sua individualidade, como resultado do assédio moral

(possível humilhação diante dos colegas, por exemplo) a que está sujeito no posto de trabalho.

O sofrimento no trabalho implica sentimentos de: inutilidade; apatia; estagnação; falta de liberdade; falta de realização pessoal; falta de reconhecimento pelo grupo.

Para eliminar a possibilidade de sofrimento o trabalhador costuma utilizar-se de estratégias criativas para proteger de situações desagradáveis como, por exemplo: se isolar do convívio com os colegas; faltar sistematicamente ao trabalho; dispensar os alunos mais cedo.

Observa-se um enorme esforço do trabalhador, no sentido de transformar ao ambiente aversivo do trabalho prescrito em ambiente agradável e prazeroso do trabalho real o que lhe custa sacrifícios físicos e mentais.

Todo esse sofrimento encontra-se comprometido com a organização do trabalho, essas estratégias de acomodação ao trabalho configuram-se por vezes como desobediências as regras estabelecidas: inclusive as de segurança no trabalho; ironia; revolta; mentira e dissimulação para burlar as regras do trabalho prescrito reencontrar os prazeres do trabalho real a qualquer custo.

O professor na escola tem uma função muito importante em relação aos alunos, pois seu contato é direto. Por exemplo, o professor auxilia na solução de problemas é amigo, confidente, substituto da mãe ou do pai e por fim, é um transmissor de informações.

Segundo Lipp (2004) os principais estressores para o/a professor/a são: Condições de trabalho (falta de tempo, sobrecarga, ausência de recursos); falta de colaboração e (comunicação entre os colegas); fatores interpessoais (situações de vida, momento, família etc...); imagem profissional negativa (uma profissão o que esperar); os próprios alunos (desmotivados, difíceis, classes numerosas, alunos com problemas escolares, emocionais ou comportamentais); pais de alunos (expectativas exageradas sobre os filhos e, como consequência a cobrança ao professor); fatores administrativos (oportunidades limitadas de promoção burocracia); excessiva falta de apoio (atitudes diretivas e excesso de cobrança).

Para se conquistar "Qualidade de Vida" plena ou satisfatória é importante entender que o ser humano tem necessidades básicas: física, mental, sócio emocional e espiritual.

Por qualidade de vida, entendemos que o viver que é bom e compensador em pelo menos quatro áreas: social, afetiva, profissional e a que se refere à saúde. Para que a pessoa possa ser considerada como tendo qualidade de vida torna-se necessário que ela tenha sucesso em todos os quadrantes. Para tanto é preciso que as necessidades sejam

respeitadas, e que não se priorize outra. Não adianta você ter muito sucesso apenas na carreira, ou na área social e não o ter nas outras. Viver bem significa uma vida bem equilibrada em todas as áreas, afirma (LIPP, 2004).

Para prevenir o stress ou evitar que atinja níveis comprometedores, é importante, em primeiro lugar, saber reconhecer seus primeiros sinais tanto no corpo como na mente. Só podemos nos proteger de algo quando sabemos o que esse algo é que aparência tem como se manifesta e como é sua ausência.

Lipp (2004) elaborou 21 passos do manejo do stress: Estratégias Educativas: saber o que é o stress; saber reconhecer os sintomas do stress no corpo, na mente e nas relações interpessoais; identificar as fontes externas de stress; identificar os estressores internos (a fábrica particular de stress de cada um).

Estratégias situacionais: tentar eliminar os estressores possíveis de serem eliminados; aceitar os estressores inevitáveis; reinterpretar os estressores inevitáveis, ou seja, ver o lado positivo de cada estressor essencial em sua vida.

Estratégia de enfrentamento de efeito duradouro: aprender a reconhecer seus limites; aprender a respeitar os seus limites; tomar uma atitude ativa diante da vida; usar estratégias de enfrentamento do estresse, concentrando-se na busca de soluções e não nas emoções geradas pelos estressores; usar técnicas de solução de problemas; assumir a responsabilidade pela sua vida; aprender a dizer "não"; utilizar o apoio de colegas no ambiente de trabalho; lembrar que nada ruim dura para sempre.

Estratégias de enfrentamento para atenuar os sintomas: rir, brincar, fantasiar, usar o senso de humor; tirar férias mentais, isto é desligar-se dos problemas por alguns minutos durante o dia usar técnicas de relaxamento; utilizar alimentos ante stress (verduras, legumes, frutas); praticar alguma atividade física.

Está provado e comprovado que fazer exercícios regularmente é vital para viver melhor. Entretanto vários fatores são determinantes para uma vida "corrida" e sedentária.

Desde o advento da revolução industrial e momentos após a II guerra mundial, está se assistindo a uma disseminação jamais vista nos hábitos sedentários, isto é, da inatividade física. Na antiguidade somente os muitos ricos se dar o luxo de fugir ao postulado bíblico e ganhar o seu sustento sem o necessário suor no rosto: o suor ficava por conta dos escravos. Na atualidade, porém, seja rico, ou seja, pobre, todos são servidos por todo tipo de "escravos tecnomecânicos". O homem moderno não anda [...] os trabalhadores braçais e os de todas as profissões que imponham a realização de exercícios físicos,

raramente são vítimas das enfermidades arroladas como doenças da civilização (ZILLIG, 1998).

Os benefícios dos exercícios físicos são: Aumenta a habilidade para lidar com o stress doméstico e o stress e o stress decorrente da atividade profissional supõem que estes benefícios sejam devidos a um aumento da endorfina beta, liberada durante e logo após vigorosos exercícios físicos. As pessoas podem fazer mais sem se cansarem facilmente. Melhora a autoimagem, aumenta o entusiasmo e o otimismo. Confere maior resistência emocional, diminui a ansiedade e confere imunidade a depressão, aumenta a autoconfiança. Por liberar a endorfina, além de ser bom para o bem-estar psicológico ajuda a relaxar a tensão e dormir melhor. Melhora a circulação sanguínea, o coração, pulmões e músculos trabalham mais efetivamente. Aprimorara a habilidade de o organismo as energias necessárias aos movimentos. Em algumas pessoas ajudam a reduzir a pressão arterial, previne o aparecimento da Hipertensão Arterial, (grifo do autor). Está relacionada ao aumento do nível do Colesterol HDL. (o HDL é conhecido como o colesterol bom) desejável, pois reduz o risco de doenças coronárias, de infartos. Ajuda os fumantes a reduzir ou mesmo a parar de fumar (ZILLIG, 1998).

A atividade física é tão importante para a manutenção de sua saúde quanto é o comer, o beber o dormir entre outros, nem sempre cuidar da saúde depende de dinheiro, mas sim, de mudar certos hábitos no dia-a-dia.

O sucesso do trabalhador também depende da alimentação correta. Assim como ninguém pode trabalhar estando com fome, também ninguém pode produzir muito alimentando erroneamente (BRZEZINSKI, 2002).

Há pessoas que, por uma ou outra razão, ao chegar a hora da refeição, anunciam que vão comer "qualquer bobagem" para "enganar o estômago" em seguida, entra nos pastéis, nas empadas, nos sanduíches, nas iguarias conservadas em vidros ou tigelas.

Segundo experiências feitas e publicadas mostram que, entre os adultos, o regime alimentar certo habilita os operários a trabalhar com maior eficiência e menor fadiga, melhorando a qualidade e aumentando a quantidade da produção, havendo ao mesmo tempo menor desgaste de material e menos acidentes de trabalho (BRZEZINSKI, 2002, p. 11).

Uma das características dos dias em que vivemos é a velocidade, uma viagem de Los Angeles para o Rio de Janeiro, que há cinquenta anos durava sete semanas de barco,

hoje pode ser feita em apenas onze horas por via área. Uma carta que há cinquenta anos levava três meses para chegar ao Japão, hoje pode ser enviada em segundo através do correio eletrônico. O mundo voa literalmente. Vencem os mais rápidos. E se você anda devagar corre o perigo de ser atropelado pelos os que vêm atrás.

Todas estas circunstâncias levam o ser humano a correr sem parar. Hoje, dificilmente uma família se reúne toda para tomar o desjejum, ou para almoçar. Como era hábito antes. Consequentemente as pessoas entraram numa espécie de tobogã. Isto está enlouquecendo o ser humano que vive cansado, irritado, com dor de cabeça e nervoso. É o famoso stress do nosso tempo.

O repouso inadequado limita o desempenho de uma pessoa. Às vezes ela não para porque precisa aumentar a produtividade. E acontece o contrário, porque o corpo e uma mente cansada não consegue chegar aonde se espera. O repouso é um dos remédios naturais para conservar a vida humana. Você não paga nada para descansar, mas precisa reprogramar as suas prioridades. Trocar o tempo gasto diante da TV por horas de sono restaurador (BRZEZINSKI, 2002).

É vital transcrever os preceitos para com o ser humano, pois se acredita (a maioria), que ele é o criador do ser humano, do mundo e tudo que nele há.

E partindo deste princípio, é oportuno dizer que "Deus o criador" o "Alfa e o Ômega" descansaram! E porque o ser humano, que é apenas um mortal (um professor!) insiste em não o imitar?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho foi muito pautada na análise e percepção do processo que propicia o desgaste profissional e todo o seu impacto na vida de docente e também sugerir possíveis situações de amenização.

Dentro deste contexto entendeu-se o que é stress, a sua origem, como é definido no Brasil e como anda o stress dos brasileiros.

Verificou-se também que o stress é uma das doenças ocupacionais. Como problemática colocamo-nos a entender porque os professores encontram-se, em alto nível de stress.

Sendo assim, recomenda-se aos professores que procure se realizar sendo professores, pois é possível para ser feliz em um mundo imperfeito principalmente quando

se busca o que há de positivo em cada situação. Pois conquistar a qualidade de vida só depende de cada um de nós e de mais ninguém.

Mas não são só as atribuições, a falta de tempo e as exigências ao professor que geram o seu stress, mas também o seu próprio local de trabalho, tendo em vista principalmente a falta de "valor" dada ao profissional docente, à falta de condição estrutural e material para a realização de um trabalho, bem como a falta de apoio e incentivo, pois um ambiente alegre e acolhedor produz em seus funcionários um bom humor e satisfação.

Por isso, divirta-se, tenha e pratique uma religião, alimente-se adequadamente, profissionalize-se, tenha uma boa vida afetiva faça exercícios regularmente, sorria e conquiste sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Iria. **Profissão Professor**. Identidade e Profissionalização Docente. Brasília: Plano Editora, 2002.

CURY, Augusto. **Nunca desista de seus Sonhos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. **O stress no Brasil: Pesquisa avançadas**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

_____. **Stress e o Turbilhão da Raiva**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____. **O Stress, Conhecer e Enfrentar**. 5a ed, São Paulo: Contexto, 2002.

MACARENHAS, Suely; CAMINHA, Ivanete; JESUS, Saul N. de. **Bem Estar Docente**. Rio de Janeiro, 2004.

RIO, Rodrigo Pires do, PCMSO. **Programa de controle médico de saúde ocupacional Guia Prático**. Rodrigo Pires do Rio. Belo Horizonte: Health, 1996.

ZILLIG, César. **Dose o Stress tempere a vida**. Blumenau SC: EKO, 1998.

4. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO EM UMA COMUNIDADE INDÍGENA DE BENJAMIN CONSTANT: UM LEVANTAMENTO REALIZADO PELO OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ALTO SOLIMÕES – OBECAS

FERREIRA, Jarliane da Silva

Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM

jarlianeferreira@gmail.com

INTRODUÇÃO

O programa Observatório da Educação do Campo no Alto Solimões – OBECAS surgiu como uma proposta que objetivou, dentre outros aspectos, desenvolver estudos visando superar a escassez de produções acadêmicas acerca da educação do campo no Alto Solimões; e promover ações compartilhadas com profissionais da educação básica que atuam em escolas rurais, por meio de metodologias participativas na região (FERREIRA, 2014).

O interesse em educação do campo foi impulsionado por duas décadas a partir de vivências e estudos de temática referentes ao contexto rural amazônico. Inicialmente, deve-se computar a participação em projetos pastorais da Igreja católica em comunidades rurais. Além dessas experiências conta também a atuação profissional como professora da zona rural e coordenadora de programas de formação de professores rurais nos municípios de Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Santo Antônio do Içá, no Alto Solimões. A partir dessas experiências realizou-se a pesquisa no mestrado em educação, cujo objeto de estudo referiu-se a formação de professores e currículo em escolas rurais/ribeirinhas. Atualmente, dá-se continuidade a produção de conhecimento a partir desta temática, também no âmbito do Doutorado.

Cabe salientar que a formação da equipe de execução do programa pauta-se na possibilidade de trabalho acadêmico interdisciplinar, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às temáticas propostas. Logo, a proposta caracteriza-se por ser interdisciplinar dada a experiência e formação da equipe de trabalho. São

profissionais da área da Educação, Ciências Agrárias e Letras, envolvendo ainda outras instituições parceiras neste processo.

Esse artigo traz os resultados de uma das atividades desenvolvidas pelo OBECAS em uma comunidade indígena de Benjamin Constant, com foco no diagnóstico participativo, uma das técnicas de mapeamento da realidade escolar e sociocultural utilizada com fins de coleta de dados, dando subsídio às futuras ações de extensão, pesquisa e formação de professores. Contempla ainda uma breve discussão das especificidades e proximidades dos movimentos sociais do campo e indígenas por *escola diferenciada*, e sua inserção nos debates e intervenções do OBECAS.

A educação do campo e a educação escolar indígena: direito à diferença em um contexto multicultural

Nas últimas décadas a educação do campo e a educação escolar indígena vêm sendo regulamentada no âmbito das políticas públicas e discutida em instituições de ensino superior do país. Mesmo que o movimento da educação do campo considere proximidades com o movimento escolar indígena no que tange à conquista por escola diferenciada, é importante deixar claro as especificidades, tanto constitucionais, quanto de diferenças em cosmologias e concepções que diferenciam as demandas e intencionalidades de cada grupo social.

Na região do Alto Solimões há uma diversidade étnico cultural marcante. A população é constituída por grupos étnicos diferenciados: são indígenas tikuna, kokama, kambeba, kanamari, mayoruna, marubos, dentre outros; em se tratando de nacionalidades, são brasileiros, peruanos, colombianos, haitianos, multiplicidade que tem a ver com a localização da região, pois estamos inseridos em uma área de fronteira entre Peru, Colômbia e Brasil.

Assim, o desenvolvimento de qualquer ação nesse lugar da Amazônia, irá se deparar com a diversidade cultural. Nesse contexto, as atividades do OBECAS, acabou se aproximando inevitavelmente com as questões da educação escolar indígena. Costumamos dizer que o recente movimento da educação do campo na região nasceu com o diálogo e parceria do movimento escolar indígena, com a frequente participação de lideranças e professores indígenas nas intervenções em comunidades indígenas.

Entendemos que quando os diferentes grupos étnicos têm possibilidade acabam se inserindo e se aproximando, para depois ir construindo novas sínteses e outras demandas

a partir das reflexões de temáticas que podem dialogar. São parcerias que vão sendo firmadas, em um contexto marcados por processos de exclusão. Onde nos reconhecemos? Para onde vamos? Onde precisamos nos distanciar?

Outra semelhança se dá no campo da história da educação no Brasil, pois mais recentemente, as comunidades indígenas têm buscado construir projetos de escola diferenciada que contraponha à tradição do pensamento integracionista e assimilacionista vivenciadas historicamente no país (BRASIL, 2012).

Nesse sentido pode-se afirmar que tanto a escola do campo, quanto a escola indígena percorreram caminhos próximos, no sentido da luta por conquista de educação escolar diferenciada, que atenda as intencionalidades e especificidades da vida no campo e na aldeia. Tanto a educação escolar indígena como a educação do campo demarcaram suas conquistas constitucionais, de modo que a CF e a LDBEN garantem uma educação escolar com qualidade social e de “afirmação da identidade e de pertencimento étnico”. A escola, nesse contexto, se apresenta como espaço estratégico de “continuidade sociocultural de seus modos de ser, viver, pensar e produzir significados” (BRASIL, 2012).

Educação Escolar do campo e indígena, alguns desafios e especificidades

Os últimos anos do século XX e início do XXI são marcados principalmente por movimentos sociais que contestam as formas de dominação e lutam a favor de uma escola mais democrática e com qualidade social para todos. Esses movimentos sociais; protagonizados pelos movimentos sociais, camponeses, indígenas, quilombolas, de gênero, dos direitos humanos, têm implementado novas discussões acerca do papel da escola, do projeto pedagógico e da formação de seus professores.

Nesse processo, surgem novas concepções de educação que (re) conhecem a historicidade, identidade étnica, educação escolar diferenciada, intercultural e afirmação e pluralidade cultural dos grupos sociais de indígenas e camponeses, como resultado de lutas de seus movimentos sociais liderados no final de 1990, conquistando direitos ao reconhecimento de suas identidades étnicas e culturais.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2008) estabelece princípios e procedimentos para construir uma identidade das escolas do campo definida pela sua vinculação a questões inerentes à sua realidade, temporalidade, saberes próprios dos grupos socioculturais, memória coletiva, bem como à rede de ciência e tecnologia, superando nessa perspectiva o ruralismo pedagógico.

Também a legislação para a Educação Escolar Indígena na LDBEN estabelece uma educação diferenciada, passando a ser concebida como educação escolar específica, intercultural, bilíngue e multilíngue (BRASIL, 2012).

Apesar de todo avanço constitucional em relação a legislação brasileira referente à educação escolar, no chão da floresta amazônica – constituído por populações que vivem e trabalham ao longo dos rios, igarapés, assentamentos, florestas, várzeas, terras-firmes – na maioria das vezes ainda prevalece o tratamento periférico dado historicamente às pessoas que aí sobrevivem. Pesquisas e estudos são realizados mostrando índices que demonstram a negação do pleno usufruto dos direitos conquistados constitucionalmente pelos sujeitos desses contextos, dentre os quais o direito à educação significativa e de qualidade.

O Instituto Nacional de Pesquisas - INEP realizou importante levantamento por região do país no qual demonstrou:

Apenas 21,6% dos professores atuam no ensino fundamental de 1^a a 4^a série, têm formação superior, enquanto nas escolas urbanas esse contingente representa 56,4% dos docentes. O que é mais preocupante, no entanto, é a existência de 6.913 funções docentes sendo exercidas por professores que têm apenas o ensino fundamental e que, portanto, não dispõem da habilitação mínima para o desempenho de suas atividades. A maioria desses professores leigos atua nas Regiões Nordeste e Norte (INEP/MEC, 2007, p 35).

Os dados contidos no Plano Nacional de Educação (2014- 2024) mostram que a realidade de professores que atuam sem formação mínima para o exercício do magistério ainda é desafiadora. De acordo com o diagnóstico os Municípios, Estados e União, em regime de colaboração tem o prazo até 2020 para formar os profissionais da educação básica em nível superior e garantir que 50% estejam com pós-graduação lato e stricto sensu. Há muito o que fazer quando essa realidade mostra que dos 1.977.978 professores da Educação Básica de todo país, 12.480 tinham apenas o ensino fundamental e 139.974 tinham ensino médio. A mesma pesquisa mostrou que em 2007, 68% dos professores tinham nível superior e em 2008 este índice decaiu apresentando 67% de professores com formação em nível superior. Em 2009 a mesma porcentagem de 68% retorna (BRASIL, 2011).

A região do Alto Solimões, constituída por nove (09) municípios, configura-se como um dos espaços de negação desse direito. Esta região apresenta índices preocupantes

retratando a ausência e pouca atuação do Estado na garantia de serviços sociais já conquistados. Por exemplo, o município de Benjamin Constant/AM apresenta Índice de Desenvolvimento Humano igual a 0,64, que comparado ao do país, retrata as condições precárias vivenciadas pelos cidadãos destas localidades. Apresenta o IDI-Índice de Desenvolvimento Infantil igual a 0,396 segundo os dados da UNICEF. Este dado reflete mais fortemente em áreas rurais do município que também possuem uma das maiores taxas de analfabetismo, dentre a população a partir de 15 anos (27,8%), apresentando nota inferior a quatro pontos em muitas escolas públicas no Alto Solimões no ano de 2011.

De acordo com os dados IPEA (2012), de 2002 a 2010 foram fechadas 27.709 escolas na área rural. A preocupação continua referente à educação escolar indígena, pois de acordo com INEP (2013), dos 53.800 alunos que concluíram a etapa dos anos finais do ensino fundamental, pouco mais de 15.800 se matricularam no ensino médio (FERREIRA, 2018).

Nessa perspectiva, as escolas indígenas e não indígenas, possuem “elementos importantes de cultura como a indígena e cabocla, que tanto têm a nos ensinar” (VICTÓRIA, 2008, p. 77), mas para Santomé (1998), o mundo desses grupos (incluindo o mundo das mulheres, dos homossexuais, dos negros) costuma ser silenciado nas intenções e ações pedagógicas.

Nesse sentido, a realização de pesquisas e extensões, como por exemplo o trabalho com diagnósticos participativos, torna-se essencial para o assessoramento na elaboração de projetos pedagógicos e de produção de materiais didático envolvendo os interesses, conhecimentos, ciência e tecnologia de suas populações tradicionais.

METODOLOGIA

O OBECAS desenvolve suas ações com base na abordagem qualitativa (STAKE, 2011), na qual considera os seus sujeitos em seus reais contextos. Este tipo de abordagem embasam as atividades realizadas, pois, entendemos que todo o resultado depende de uma postura metodológica que considera os sujeitos, suas crenças, convicções, visões de mundo.

Assim, adota-se a metodologia da pesquisa-ação, a partir de instrumentos metodológicos já experienciados, possibilitando o envolvimento em processos de responsabilidades compartilhadas, promovendo a troca de saberes e experiências, pela participação sistemática dos sujeitos envolvidos.

As atividades incluem parceiros institucionais ligados ao trabalho participativo em comunidades rurais/ribeirinhas a fim de consolidar ações de formação/ assessoramento participativo a partir de realidades dos profissionais da educação do campo/ rurais-ribeirinhos que atuam nesses contextos diferenciados.

A metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2007) adotada envolve o “diagnóstico participativo” (FERREIRA; SILVA, 2009) e após essa etapa são realizadas processos de formação continuada, por meio de oficinas pedagógicas multitemáticas para reflexão e assessoramento ao planejamento escolar e elaboração de projeto pedagógico próprio que atenda a realidade dos sujeitos envolvidos. Nesse processo, ainda é considerado a produção de materiais didáticos e sua aplicação no contexto das escolas multisseriadas, incluindo um amplo processo de análise, avaliação e assessoramento/ formação de professores na perspectiva participativa.

Como instrumentos de trabalho utiliza-se coleta de depoimentos, nos Grupos de Trabalho – GT’s, nas próprias comunidades durante o desenvolvimento do diagnóstico participativo. Trabalha-se com cinco (05) GT: Educação; Saúde; Setor Primário; Cultura e Infraestrutura, a fim de coletar informações para posterior intervenção. Esse artigo se concentrará no diagnóstico participativo desenvolvido no GT Educação.

Comunidade indígena de Guanabara III: um campo de pesquisa e extensão do OBECAS

Figuras 1 e 2: Jovens indígenas da comunidade de Guanabara III.



Fonte: OBECAS, 2015.

A comunidade de Guanabara III faz parte das 62 comunidades rurais do município de Benjamin Constant, município da região do Alto Solimões. A região do Alto Solimões contabiliza mais de 225 mil habitantes, aos quais 41,95% residem nas denominadas

comunidades rurais. Hoje na região existem mais de 49 mil indígenas, formando 188 aldeias, com 37 terras indígenas oficialmente demarcadas⁴. Ainda conta com a segunda reserva indígena do país denominada Vale do Javari, situada no município de Atalaia do Norte, constituída de Marubo, Matis, matsés, Kulina, Kanamary, Korubo (Sistema de Informações Territoriais, 2011). Na região residem mais de 9 mil agricultores familiares e 2.104 famílias assentadas.

A região do Alto Solimões está localizada no interior - parte oeste - do estado do Amazonas e abrange uma área de 132.195 km² (Ministério da Defesa/FGV/ Isae, 2001). É constituída por numa espacialidade transfronteiriça compreendida pelo Brasil, Peru e Colômbia – abrangendo uma área de 214 mil km² ⁵. É banhada por alguns rios da bacia do Amazonas que formam uma teia de fluxos hidrográficos destacando-se os rios Javari, Solimões, Içá, Japurá e vários de seus afluentes.

Os municípios que formam a região do Alto Rio Solimões possuem similaridades, a contar com grandes áreas inundadas anualmente; uso dos rios para deslocamento; modos de produção baseadas na pesca, agricultura; a ocorrência de terras indígenas ao longo dos rios Solimões-Amazonas coincide com a localização das várzeas mais conservadas (ALENCAR, 2005).

Assim, a região do Alto Rio Solimões caracteriza-se por ser um espaço territorial que abriga em seu cenário especificidades ambientais e uma diversidade de povos a região um espaço multicultural. Esta região, pertencente à Amazônia, apresenta uma variedade de ecossistemas representativos de rica biodiversidade (FERREIRA, 2010).

Nesta região existem várias comunidades que são constituídas por populações tradicionais que têm suas vidas inseridas num modo peculiar de viver, trabalhar e construir saberes. Esses homens e mulheres que decidem o que manter, criar e desenvolver em cada ecossistema, por meio de um conjunto de recursos, técnicas e ricas estratégias (AMÂNCIO, 2000).

Figura 3: Comunidade Guanabara III em Benjamin Constant/AM.

⁴ Disponível na Página do Melatti: <http://www.unb.br/ics/dan/juliomelatti/> . Acesso em 11 de fevereiro de 2016.

⁵ Disponível em http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/mesorregiaoaltosolimesam/one-community?page_num=0. Acesso em 20 de agosto de 2015.



Fonte: OBECAS, 2015.

O trabalho desenvolvido pelo Programa Observatório da Educação do Campo no Alto Solimões – OBECAS além dos diagnósticos participativos realizados em comunidades ribeirinhas da região, também agrega um processo de formação de professores que atuam em comunidades.

O diagnóstico participativo consiste na primeira intervenção do OBECAS, seu objetivo é coletar as primeiras informações da localidade para fundamentar o planejamento da segunda ação que é a formação continuada de professores. O diagnóstico participativo é o momento em que toda a comunidade se reúne para discutir as principais problemáticas vivenciadas e listar possíveis alternativas. A comunidade é dividida em grupos de trabalho, denominados GT Educação; GT Saúde; GT Setor Primário; GT Infraestrutura e GT Cultura.

A nossa entrada na comunidade Guanabara III foi bem resolvida, para além das burocracias documentais e éticas necessárias, a aceitação foi se dando naturalmente, pois o jovem acadêmico indígena, é morador e líder da referida comunidade e integrante do programa, o que “facilitou” essa entrada⁶.

⁶ Parte desta discussão foi apresentada no artigo Observatório da Educação do Campo no Alto Solimões-OBECAS: uma experiência com formação de professores do campo no chão da escola ribeirinha. Livro: Diálogos híbridos II: Sanchez, Souza, Justamand, 2017.

A comunidade está localizada à margem direita do rio Solimões, estando a 13.500 metros da sede do município (com tempo de 40 minutos em motor rabeta 15 HP ou 15 minutos em motor 200 HP). Tem 522 habitantes distribuídas em 107 famílias. Foi fundada em 1969 uma das mais antigas do município. Sua religião é o Cristianismo, representada pela igreja Batista Independente. É uma comunidade que possui os dois ecossistemas de terra firme e várzea. Os comunitários produzem anualmente banana, abacaxi, cana, batata cará, macaxeira e ainda produzem farinha para consumo e comercialização.

Figuras 4 e 5: Desenho da casa de farinha da comunidade.



Fonte: OBECAS, 2015.

A casa de farinha mostra ser uma das principais construções da comunidade e representa o valor das atividades agrícolas de muitas localidades da região. Segundo Fraxe (2004), a casa de farinha é localizada sempre próxima à casa onde moram. Como podemos ver na imagem acima, essa casa é como uma espécie de choupana, coberta de palha e toda aberta por todos os lados.

Geralmente nessas casas há um forno e diversos utensílios como: bacias, peneiras, prensa ou tipiti (cilindro de fibras naturais trançadas, que serve para a retirada do caldo, *ácido cianídrico* (FRAXE, et al, 2009). Também nesta atividade é comum a participação do vizinho, parentes e compadres. Na comunidade, campo de atuação, as casas de farinha são pertencentes a cada família e as etapas de trabalho são realizadas pelos seus membros: pai, mãe e filhos, denominação utilizada é a agricultura familiar. As etapas de trabalho são bem definidas: as crianças e mulheres são responsáveis para raspar a mandioca e lavá-las. Em seguida, os homens maceram. Depois a mandioca é colocada dentro d'água; daí faz a massa. Essa massa é feita no tipiti. Depois a massa é peneirada e seca. Após totalmente seca, vai para o forno por um período de algumas horas, dando a

textura da boa farinha⁷. Geralmente esse último processo é realizado pelos mais experientes a fim de garantir a qualidade do produto. A comunidade de Guanabara III possui 107 roças, com 35 casas de farinha. É muito forte a representação da casa de farinha na comunidade.

No tocante à educação escolar a comunidade possui uma escola e um anexo da mesma escola. Atende da educação infantil aos anos finais do ensino fundamental. Em sua lotação há professores da própria comunidade, porém a maioria reside na cidade. Estes viajam todos os dias retornando para a cidade.

A educação bilíngue diferenciada é uma das principais bandeiras de luta referente à educação escolar indígena. Esse princípio já foi garantido na Constituição Federal de 1988, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394 de 1996) e demais legislações específicas, porém na prática esse princípio constitucional precisa ser melhor implementado, quer seja na seleção e formação de professores, na produção de materiais didáticos, nas práticas de alfabetização e infraestrutura escolar.

Todos esses itens foram fortemente criticados pelos comunitários quando no momento do diagnóstico participativo. As principais queixas se pautaram na falta de infraestrutura adequada para a escola, que não possui refeitório, banheiro adequado e biblioteca. Ainda por ser uma escola pólo⁸ não dispõe de materiais e estrutura para desenvolver um ensino com qualidade. Se para as escolas pólos rurais do município as condições de funcionamento estão longe de garantir um sucesso escolar, como estão as escolinhas multisseriadas e unidocentes localizadas em comunidades de difícil acesso? Nesse sentido, há uma crítica ao atual sistema de ensino que parecem investir nas “escolas vitrines” (referente às escolas pólos) da área rural, deixando nas mãos de professores e comunitários a total responsabilidade pelas escolas distantes da sede de seus municípios.

A escola de Guanabara III, por ser uma escola pólo, atende alunos também das comunidades circunvizinhas. Assim recebe crianças e jovens das comunidades de Guanabara I e II, Veneza, São Luís e outras. Nesse contexto, também os professores enfrentam questões relacionadas à diversidade cultural, pois nem sempre todos os alunos são tikuna, há também kokama. E também há diferenças de uma comunidade indígena tikuna para outra o que é natural, porém na prática essas diferenças parecem mostrar

⁷ Esse processo também foi bem demarcado nos estudos de Fraxe (2004).

⁸ Sistema baseado na nucleação de escolas, responsável por fechar muitas escolas rurais e submetendo alunos a percorrerem várias horas em barcos inadequados até a escola pólo.

desafios a mais para o contexto escolar multicultural. Os professores indígenas e não indígenas se queixam por não estarem preparados para atuar nesta realidade. Assim, a questão da formação de professores é um desafio a mais que as pesquisas e intervenções sugerem.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A prática de *diagnóstico participativo* (FERREIRA e SILVA, 2009) já havia sido testada anteriormente em minicurso e práticas de formação de professores, atividades realizadas no Instituto de Natureza e Cultura da UFAM. Esta ação se mostrou eficaz para o desenvolvimento de trabalho coletivo, facilitando a articulação da academia e comunidade. Então, optou-se por realizar este trabalho antes de qualquer ação o diagnóstico participativo nas comunidades envolvidas. Este trabalho visa considerar o maior número de informações do local onde o programa se concentra a fim de subsidiar novas ações, principalmente a formação continuada de professores do campo em atenção à produção de materiais didáticos.

Antecipadamente foram lidos e discutidos textos para preparação às práticas como o texto de Carlos Rodrigues Brandão (2007) – Reflexões sobre como fazer práticas de campo e o texto e Ver, ouvir e escrever de autoria Roberto Cardoso de Oliveira (2000). Ainda nos concentramos em preparar um roteiro para as entrevistas semi-estruturadas para facilitar a coleta de dados nos grupos, além de disponibilizar TCLE- Termos de Consentimento para comunitários que aceitaram participar das ações desenvolvidas e gerar informações para o programa.

Já na comunidade, são formados cinco grupos de trabalho com relatores e animadores para coordenar os trabalhos. Neste processo organiza-se desde os equipamentos necessários à alimentação para a prática de campo. Para a realização das atividades do diagnóstico é necessário um conjunto de materiais que devem facilitar a ação: Kit pedagógico para diagnóstico participativo⁹, Instrumento de coleta de dados: roteiro para Grupos de Trabalho (GT's: 1. Educação; 2. Saúde; 3. Setor primário; 4. Cultura e; 5.

⁹ Papel cartão, papel madeira, pinças, tesouras, barbante, cartolina. Equipamentos: data show, notebook, microfone, caixa amplificada, tarrafa, corda para dinâmica, CD músicas da Educação do campo, letras das músicas.

Infraestrutura) gravador de voz, filmadora. Kit oficina de desenho com as crianças “A escola do campo dos meus sonhos”¹⁰.

Primeiramente organiza-se o grupão entorno de cinco eixos: 1. Educação; 2. Saúde; 3. Setor primário; 4. Cultura e; 5. Infraestrutura. Cada grupo tem em média duas horas para debater o tema, levantar problemáticas e registrar para posterior apresentação em plenária. Após os debates nos grupos é escolhido um ou dois representantes para exposição das questões levantadas no GT. Após as apresentações das problemáticas de cada GT uma equipe organiza todas os cartazes dos grupos em um espaço dedicado a esse momento denominado: “Nó das Lamentações”, local onde é agrupado todos os cartazes com os pontos fracos de cada setor. É importante neste momento que cada grupo eleja como representante um morador da comunidade, possibilitando dar voz aos comunitários, importante para o seu processo de empoderamento.

Figura 6: GT Educação expondo as problemáticas.



Fonte: OBECAS, 2014.

Após apresentações de todos os GT's é discutido possíveis alternativas como meio de superação das lamentações/ problemáticas citadas. Cada participante, neste momento, fica a vontade para expor suas ideias que é automaticamente registrada na “Tarrafa dos Sonhos da Comunidade”. Essa dinâmica é interessante, pois todos têm a liberdade de colocar seus pensamentos dando sugestões.

Figura 7: Tarrafa dos sonhos.

¹⁰ Pinceis, giz cera, papel A4, barbante, cola, tesoura.



Fonte: OBECAS, 2014.

O grupo extensionista no momento do diagnóstico participativo precisa ter muita sensibilidade para saber até onde ir, pois este momento é forte na comunidade, expõe pessoas, pontos de vista, questões mal resolvidas. O jogo de poder, as opressões e as altas investidas de questões partidárias na comunidade são revelados, mostrando muitas mazelas e intrigas. É preciso saber lidar com estes riscos. Pois esse momento não pode ser mais um para contribuir para aumentar as problemáticas da localidade. O diálogo nesse momento deve ser claro, preciso e honesto, a fim de não criar falsas expectativas nos comunitários e tomar para o grupo questões que não poderá resolver, pois é muito comum, as populações rurais, pelo peso do esquecimento que historicamente sofreu, tender a esperar soluções de todos que ali forem realizar qualquer trabalho. Os objetivos da ação devem ser expostos de forma franca e clara a fim de não ser um impedimento para continuidade do trabalho.

No GT Educação reúnem-se integrantes na maioria professores, alunos, agentes pastorais e demais comunitários que se interessam e tenham envolvimento com o tema. De lá saem muitas questões com base em um roteiro que pode ser alterado: estrutura e infraestrutura escolar; recursos didáticos; formação de professores; alimentação e transporte escolar; conteúdos de ensino e outros. Em suma, o GT Educação (Grupo Matrinxã) apresentou as seguintes problemáticas: *Estrutura e Infraestrutura escolar*: salas pequenas; Falta climatização; falta de cadeiras para alguns alunos; Falta biblioteca; falta refeitório; Não há banheiros (só casinhas), não há lugar para lavar as mãos; Não há laboratório de informática e nem acesso à internet; Falta transporte para estudantes; Falta quadra de esportes.

Quanto aos *recursos didáticos* eles elencaram: Faltam materiais didáticos no geral além de livros didáticos. No item referente a *professores*: Falta professor formado na área específica das disciplinas; Os professores são da cidade e da comunidade: os da cidade não têm transporte adequado. Referente ao item *alimentação escolar*, foi dito: falta refeitório; falta local para armazenar alimentos; falta água potável; há apenas uma cozinha pequena (é necessário uma cozinha maior, e um local adequado para que os alunos merendem). *Outras questões que surgiram*: Questões com relação ao lixo, pois não há coleta de lixo e no período das cheias dos rios esse lixo causa doenças nos comunitários; Falta trabalhar saúde na escola; Falta trabalhar educação sexual; Falta orientação pedagógica: saúde, orientação para crianças e estudantes, pois com a chegada da energia houve grande impacto da TV sobre os jovens e crianças da comunidade; sendo percebida grandes mudanças no comportamento dos mesmos pelos pais e outros adultos.

Após o momento de elencar as problemáticas cada integrante em plenária apontou para algumas soluções na dinâmica “tarrafa dos sonhos”. As principais propostas foram: continuar o apoio das instituições da região, pois a comunidade está aberta aos projetos de extensão e pesquisa; capacitação para professores; ter mais escolas e quadras de esportes; implantação de salas de informática; construção de quadra poliesportiva; implementação de escolas estaduais; continuidade de estudos na própria comunidade; acesso à água potável; aproveitamento de alunos formados nos cursos de ciências agrárias para o trabalho nas comunidades; união das três esferas (União, Estado e Municípios) em prol da educação do campo; implementar matriz curricular de acordo com as especificidades da comunidade; construção de projeto político pedagógico própria da comunidade; formação inicial e continuada para educadores; formação específica voltada para educador do campo; participação da comunidade na escola; construção de biblioteca na escola; valorização do educador com remuneração adequada; transporte escolar adequado; implantar música e dança nas escolas; e o uso de materiais didáticos diversificados pelos professores.

Percebe-se que as chamadas dos comunitários estão muito relacionadas com as questões de ausência de políticas públicas específicas para o desenvolvimento de um bom trabalho na escola do campo, seja indígena ou não indígena, essas problemáticas insistem em permanecer.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Apesar das mudanças de concepções quanto ao oferecimento da educação escolar indígena e do campo percebemos que ainda há muito o que fazer, a contar com a ampla participação dos diferentes grupos que compõem a região, principalmente no sentido de contribuir para mudança do cenário educativo escolar no Alto Solimões.

Afirmamos que o OBECAS converge com aquilo que o Projeto de Desenvolvimento Institucional da UFAM (PDI) enfatiza, pois assume uma tarefa histórica referente à criação de condições para produção de conhecimentos, materiais e metodologias diferenciadas que reconheçam as riquezas que advêm de ecossistemas, da sociobiodiversidade, mas, que considerem ainda os marcadores sociais de pobreza, violências, discriminações, desigualdades sócio educacionais apresentadas pelo IDH, IDEB.

Nesse sentido, percebemos o grau de interesse dos comunitários e necessidade de continuar com as ações do OBECAS, principalmente com realização de diagnósticos participativos a fim de entender e propor novas atividades e parcerias. Ainda há muito a ser feito, considerando os objetivos do OBECAS e a vastidão do campo da educação escolar no Alto Solimões. Nesse sentido, o grupo se propõe a continuar realizando os diagnósticos participativos nas comunidades dos municípios, ampliando para outros municípios. Espera-se realizar novas ações com base nos objetivos propostos e em atenção aos interesses desses povos, além de poder inserir novos profissionais extensionistas e pesquisadores preocupados com a temática apresentada.

A partir das problemáticas e demandas trazidas pelo movimento indígena é que o OBECAS foi desafiado e convocado a incluir a temática da educação escolar indígena nas atividades de pesquisa e extensão, demonstrando o grau de legitimidade e confiabilidade desses povos com os trabalhos desenvolvidos pelo OBECAS.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna Ferreira. **Políticas públicas e (in)sustentabilidade social: o caso de comunidades da várzea do alto Solimões, Amazonas.** IN: LIMA, Deborah (Org.). *Diversidade sociambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade.* PRO VÁRZEA. MANAUS, 2005. p. 59-101.

AMÂNCIO, Robson. **Gestão em assentamento e poder público.** Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

BRASIL. **Diretrizes Complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília, 2008.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.** Parecer CNE/CEB n. 13/2012.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília, 2001.

_____. **Instituto Nacional de Pesquisa- INEP.** MEC, 2007.

_____. **Plano Nacional de Educação – PNE: Triênio 2014- 2024.** MEC, 2011.

FERREIRA, Jarliane da Silva. **E o rio, entra na escola?** Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e os desafios da Formação de seus Professores. (Dissertação de Mestrado em Educação)- Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

_____. **A escola na floresta:** manifestações culturais e processos educativos em comunidades tradicionais do Alto Solimões/AM. (Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia)- Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2018.

_____. Proposta de Projeto apresentado a PROEXTI- MEC-Sesu, 2014.

FERREIRA, J. S. SILVA, A. L. M da. Minicurso em Educação do campo e desenvolvimento sustentável. IN: Semana de atividades complementares do curso de Pedagogia do INC, 2009.

FERREIRA, J. S.; COELHO, M. A. S. Relatório final do Projeto PAREC- I Seminário de Educação do Campo no Alto Solimões: INC/UFAM. Benjamin Constant, 2015.

FERREIRA, J S.; COELHO, M. A. S.; SOUZA, J. S. O Observatório da Educação do Campo no Alto Solimões-OBECAS: uma experiência com formação de professores do campo no chão da escola ribeirinha. In: SANCHEZ, C. T.; SOUZA, J. S.; JUSTAMAND, M. **Diálogos híbridos II.** Alexa Cultural: São Paulo, 2017.

FRAXE, Therezinha J. P. **Cultura cabocla ribeirinha:** mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

FRAXE, T. J. P. et al (Org.). **A pesca na Amazônia Central**- ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009

SATKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 11- 45.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho antropológico**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

THIOLLENT. M. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 2007.

VICTORIA, C. G. de. **Desafios do cotidiano na formação e práxis dos educadores de uma escola ribeirinha no município do Carreiro-AM**. Manaus: Dissertação de Mestrado-PPGE-UFAM, 2008.

5. RIOS, ÍNDIOS, FLORESTA E SABERES: A CONSTITUIÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA EM UM CURSO PARFOR INTERCULTURAL NO VALE DO JAVARI/AMAZONAS

OLIVEIRA, Ildete Freitas

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

profa.ildete.uea@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação indígena tem se tornado uma preocupação mais pontual e deixa de ser apenas uma proposta, para indicar projetos que de fato atentem para a formação de um grupo étnico com suas particularidades. A propositura da interculturalidade, parece nos mostrar a complexidade que está por trás da educação indígena, e consequentemente

produzir um novo conhecimento acerca da Amazônia. Desse modo, acreditamos que, essa educação, ao revelar um saber complexo, pode contribuir de forma holística para termos uma Amazônia mais sustentável. Nesse texto, trazemos de forma específica a região fronteira do Vale do Javari no contexto da educação superior.

Como apontado em seu relatório de *Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari*, por Coutinho Jr. (1998), esta porção territorial continua sendo (mesmo passados 20 anos da produção desse relatório), “uma das partes mais remotas e desconhecidas do território brasileiro na Amazônia” (p. 03). Das onze etnias indígenas que foram identificadas nessa terra, apenas seis mantêm contato com a sociedade regional. Na verdade, não se sabe quantas etnias existiram, ou existem com precisão. Dentre as conhecidas, o grau de contato com os não indígenas difere, sendo elas: Kanamari, Kulína (Arawá), Kulína (Pano), Marubo, Matís, Mayoruna, Índios do Alto Jutaí, Índios do Alto Jandiatuba, Korubo, Mayá e Tukano. Havendo outros de que se tem notícias escassas. A Terra Indígena Vale do Javari é habitada por indígenas contatados, em recente contato e isolados, sobre os quais não há estimativa populacional.

Em termos numéricos, a extensão da superfície da Terra Indígena Vale do Javari, é de 8.457.000 ha e perímetro de 2.140 Km, conforme (Coutinho Jr., 1998). Abrange áreas drenadas pelos rios Javari, Curuçá, Ituí, Itacoai e Quixito, além dos altos cursos dos rios Jutaí e Jandiatuba. Toda essa imensidão territorial e pouco conhecida abrange áreas dos municípios de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Fonte Boa, Jutaí e São Paulo de Olivença; e faz fronteira com os municípios de Guajará, Ipixuna, e Eirunepé. E está situada na região do Alto Solimões, no sudoeste do estado do Amazonas, próximo à fronteira do Brasil com o Peru. (Oliveira, 2009; Nascimento, 2001; Coutinho Jr., 1998). Sendo a terceira maior área indígena do Brasil.

A homologação da Terra Indígena só ocorre no ano de 2000. Esse aparato legal, demarca e conseqüentemente propicia a constituição de um novo momento histórico para a população autóctone que lá habita. Proporcionando a garantia do direito à terra, a demarcação, fomenta a luta organizada do Movimento Indígena por outros direitos como saúde e educação. E ainda aumenta a fiscalização e proteção do território indígena pela Fundação Nacional do Índio.

É nesse cenário, que surge a necessidade de oferta de educação formal para esses povos nativos, de forma particular aos que mantêm contato com a sociedade circundante. Comunidades inteiras de diferentes povos indígenas, se organizam, tendo como uma de

suas necessidades básicas, a formação das novas gerações, também, a partir da educação oferecida pela escola. Para isso, a preparação de professores indígenas ganhou *status* de luta, e esta por sua vez, trouxe-lhes um programa federal para formá-los.

Um Grupo de Trabalho sobre a Educação Indígena do Vale do Javari, foi formado no ano de 2013 por iniciativa da Fundação Nacional do Índio. Essa ação foi promovida a partir de publicações de artigos e análises feitas por pesquisadores e Organizações Não Governamentais acerca da precariedade da educação no município de Atalaia do Norte e de forma particular na educação oferecida aos povos indígenas que vivem nessa região. A preocupação maior residia na condição de jovens indígenas que, saindo de suas comunidades em busca de educação na cidade sede, Atalaia do Norte, se deparavam com uma educação que não considerava as diferenças e que afirmasse culturalmente esses jovens, como definido pelas leis que tratam da educação indígena.

Ao longo do ano seguinte, e como parte das discussões do Grupo de Trabalho então criado, temas como material didático, merenda escolar, infraestrutura escolar diferenciada e licenciatura indígena foram desenvolvidos em seminários que contaram com a participação de instituições e organizações indígenas.

Todo esse movimento e discussões dele emanadas, culminou na proposta de um curso superior em licenciatura em Pedagogia para indígenas dessa porção territorial. Por essa razão, buscamos descrever a formação dos professores indígenas participantes do Parfor Intercultural indígena de Atalaia do Norte/AM. E contextualizar historicamente a ação educacional formal para professores no Vale do Javari.

A jovem “educação” escolar indígena do Javari: alguns elementos históricos

Em documentos produzidos pelo CIVAJA (Conselho Indígena do Vale do Javari), encontramos o relatório: “A situação da Educação Indígena no Vale do Javari”, de 2003. Que dão conta do início do ensino escolar nesse território em meados da década de 1940. Tendo como seus realizadores a Missão Novas Tribos¹¹ do Brasil. Esse trabalho, objetivava a conversão dos indígenas. E a alfabetização era utilizada com a finalidade de leitura da bíblia. Um pequeno grupo de Marubos teria sido o primeiro alvo da missão. Após um período de 40 anos, então na década de 1980, a Fundação Nacional do Índio, utilizando

¹¹ A Missão Novas Tribos do Brasil, é uma agência missionária de fé, de caráter indenominacional e cujo objetivo é alcançar grupos minoritários com o Evangelho de Cristo, e prestar assistência “integral” nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento comunitário. novastribosdobrasil.org.br/

dos atributos de órgão indigenista oficial no Brasil, inicia a instalação das primeiras escolas no Vale do Javari.

Um outro elemento importante a se mencionar, para a compreensão do quadro atual da educação escolar indígena no Vale do Javari é a demarcação territorial recente, devido a isso, o movimento reivindicatório por educação escolar indígena também tem seu início tardio, se comparado a outras regiões dentro da Amazônia. E essa situação é definidora para entendermos a condição que se estabelece para a realização de um curso superior para formação de professores, como o ofertado pelo Parfor Intercultural Indígena.

Em 2012, é concluído o relatório “Autonomia: Grão ou Quimera?” produzido pelo analista pericial do Ministério Público Federal, Walter Coutinho Júnior. Esse documento, registra de forma bastante abrangente a situação da educação escolar indígena no Vale do Javari. Apresenta por exemplo, o número de estabelecimentos de ensino no interior da Terra Indígena Vale do Javari (37), sendo em sua maioria, estabelecimentos precários de madeira ou de paxiúba, cobertos de palha ou de zinco e que não atendiam às demandas das populações indígenas. Havia, inclusive, professores que utilizavam suas próprias casas para desenvolver as atividades de ensino. Das 37 escolas existentes em 2008, 16 eram Marubo, 10 eram Mayoruna, 7 eram Kanamari, 2 eram Matis e 2 eram Kulina. Estas escolas, foram construídas por diferentes instituições, como a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, a própria comunidade indígena, a Organização Não Governamental Centro de Trabalho Indigenista – CTI, a FUNAI ou Organizações Missionárias.

Como se pode observar na tabela abaixo, no período de 2002 a 2007, é progressivo o aumento de alunos nas escolas indígenas dos 5 povos que historicamente buscaram para si a presença da educação escolar. Desse modo, com a tendência ao aumento do alunado a cada ano, é explícita a necessidade de aumento da oferta e, conseqüentemente, do número de professores qualificados para atuar nesse contexto.

Tabela 1. População escolar por grupo étnico no Vale do Javari, (2002/2004/2007), segundo Coutinho Jr. (2012).

Povo Indígena	2002		2004		2007	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
Marubo	401	44,8	638	48,0	727	39,2

Mayoruna	253	28,2	354	26,6	613	33,1
Kanamari	85	9,4	162	12,1	280	15,1
Matis	134	14,9	113	8,5	195	10,5
Kulina	22	2,4	62	4,6	36	1,9
Total	895	100	1.329	100	1.851	100

Embora os números apresentados por Coutinho (2012) no seu relatório “Autonomia: Grão ou Quimera?”, indiquem fortemente a necessidade de formação de professores para atuarem nas escolas indígenas já existentes, e uma crescente necessidade de novas escolas, o que o autor apresenta é uma tímida ação nesse aspecto. E em 2002, o projeto Pirayawara¹², primeiro projeto de magistério indígena em nível médio ofertado para todos os povos do Vale do Javari, tem início. Este projeto é uma iniciativa da Secretária Estadual de Educação do Amazonas. Todavia, é inicialmente desenvolvido no Centro de Treinamento Sorriso do Saber, no interior da Terra Indígena. Com muitos problemas na sua realização, em sua quarta etapa, passa a ser desenvolvido na cidade de Atalaia do Norte. Onde as dificuldades persistem e se agravam, notadamente, as questões de logística, alimentação e hospedagem, como pode-se ler no referido relatório.

Tabela 2. Etapas de realização do Pirayawara em Atalaia do Norte, segundo Coutinho Jr. (2012)

1ª ETAPA	2001	Sorriso do Saber	SEDUC
2ª ETAPA	2002	Sorriso do Saber	SEDUC
3ª ETAPA	2003	Sorriso do Saber	SEDUC
4ª ETAPA	2004	Atalaia do Norte	SEDUC
5ª ETAPA	2006	Atalaia do Norte	SEDUC
6ª ETAPA	2007	Atalaia do Norte	SEDUC
7ª ETAPA	12-07 a 04-09-2010	Atalaia do Norte	Terceirizada

¹² A Secretaria Estadual de Educação do Amazonas/SEDUC/AM, responsável pela política de formação de professores indígenas no estado do Amazonas, elaborou o Projeto Pira-Yawara que, a partir 1997 se desenvolveu em 19 municípios, ministrando formação de Ensino Médio, modalidade Normal, aos professores indígenas sem essa titulação. Pira-Yawara significa boto, na língua Nheengatu. Esta língua indígena, do tronco tupi, foi imposta por missionários católicos nas aldeias das calhas dos rios Solimões e Negro, no século XVII (FREIRE, 1983), e ainda hoje é falada como primeira língua em comunidades indígenas no noroeste amazônico.

8ª ETAPA	2013	Atalaia do Norte	SEDUC/PREFEITURA
9ª ETAPA	2014	Atalaia do Norte	SEDUC/PREFEITURA

Devido aos inúmeros problemas que cercaram o projeto Pirayawara, a primeira ação de formação de professores voltada aos indígenas do Vale do Javari só se conclui em 2014, ou seja, após 14 anos de seu início e não atende a principal reivindicação indígena que seria o acompanhamento da atuação e formação em suas aldeias, o que foi inicialmente almejado no projeto, mas nunca realizado. Assim, dos 57 indígenas matriculados em 2008 no magistério médio indígena, apenas 38 se formam professores em 2014. E embora o curso tenha sido levado a termo, entre os concluintes havia muita insatisfação com o mesmo e a reivindicação de mais formação e mais novos cursos de formação docente.

Em 2008, em meio a realização do citado projeto, o Centro de Trabalho Indigenista, registra um diagnóstico da preocupante situação da educação escolar indígena no Vale do Javari. No ano anterior, uma audiência pública com o Ministério Público Federal havia sido realizada. E dessa ação, resultou um Termo de Ajuste de Conduta. E em 2012, o mesmo Ministério Público Federal, se manifesta sobre inúmeras questões educacionais da Terra Indígena. Nesse mesmo ano, o Conselho Indígena Missionário, denuncia a gravidade da situação educacional escolar do Vale do Javari.

Entre as questões, apontadas pelo Ministério Público, destacamos: falta de estabelecimentos adequados para o desenvolvimento de atividades de ensino; falta de professores qualificados para atuar no ensino no Vale do Javari; falta de oferta de cursos de formação para professores indígenas; problemas na distribuição da merenda escolar; evasão da população indígena do Vale do Javari em busca de melhores condições de educação; irregularidades na aplicação dos recursos destinados à educação; falta de apoio das secretarias para o desenvolvimento adequado da educação escolar indígena no interior da Terra Indígena.

Toda esta conjuntura, leva a criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação do Vale do Javari, no Seminário de Promoção e Proteção Social dos Direitos Sociais Indígenas do Vale do Javari, realizado em 1º de agosto de 2013. Este Grupo de Trabalho, era composto pela: Fundação Nacional do Índio; Ministério Público Federal; Centro de Trabalho Indigenista; Secretaria Municipal de Educação de Atalaia do Norte; Secretaria Estadual de Educação do Amazonas; Universidade do Estado do Amazonas;

Universidade Federal do Amazonas; Instituto Federal do Amazonas; Conselho Indigenista Missionário; União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – UNIVAJA.

Foi no âmbito dessas discussões que nasceram as primeiras ideias sobre a criação de um curso de nível superior específico e diferenciado para formação de professores indígenas em Atalaia do Norte. Foi esse espaço que subsidiou a Universidade do Estado do Amazonas – UEA, juntamente com lideranças e movimentos indígenas e instituições governamentais, pensarem e construírem o projeto de curso superior para formação de professores indígenas.

Construção teórico-metodológica: instrumentos para apreensão do real?

A abordagem qualitativa, embasada em Bogdan & Biklen (1994), e de inspiração etnográfica em Cardoso de Oliveira (2000), nos orientam no trabalho de pesquisa, em uma classe de professores indígenas em formação superior. Utilizando como procedimentos para coleta dos dados os métodos etnográficos de observação direta participante e entrevistas semiestruturadas.

Para Cardoso de Oliveira (2000, p. 12), em relação ao “olhar, ouvir e escrever” constituindo o que em seus ensaios buscou delinear, como sendo o trabalho do antropólogo, é uma compreensão teórica do que nos permitirá realizar uma pesquisa ancorada nos métodos etnográficos. Nesse sentido, o autor nos esclarece que, quando escrevemos um texto para além de tentarmos expor um saber, e de forma significativa é uma forma de pensar, e essa ação caracteriza produção de conhecimento. E recomenda-nos a tríade olhar, ouvir e escrever, como “atos cognitivos” que formando uma unidade irreduzível, responsabiliza-nos intelectualmente.

Dessa maneira os argumentos do autor, nos apontam preliminarmente os aportes teórico-metodológicos que permearam nossa pesquisa e nos permitiram perceber as ações ímpares como síntese de uma realidade. Assim, através dos procedimentos metodológicos bibliográfico e empírico, objetivamos apoderar-nos das múltiplas dimensões e implicações do objeto pesquisado, de forma a abranger uma visão ampla da realidade em foco.

O espaço privilegiado para a realização dessa pesquisa foi a sala de aula. Durante duas disciplinas de 60h/a cada, em formato modular e presencial, interagimos de forma intensa com os professores-acadêmicos indígenas, em seu curso de Pedagogia Intercultural Indígena. Num total de 35 alunos, sendo 2 mulheres e 33 homens, distribuídos em 4 etnias, como já mencionado neste texto. Desenvolvendo conteúdos teórico-práticos

em disciplinas que discutem a alfabetização e o letramento em contextos indígenas, pudemos manter contato direto, intenso, de forma individual e coletivamente com esse grupo. Nos períodos de junho e julho de 2017 e fevereiro e março de 2018.

O programa através do qual foi possível ofertar tal curso aos indígenas do Javari – PARFOR - Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, é uma ação da Capes que visa induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita, para profissionais do magistério que estejam no exercício da docência na rede pública de educação básica e que não possuem a formação específica na área em que atuam em sala de aula. Formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96.

A participação das universidades neste programa, acontece por meio de edital para seleção de propostas de cursos de licenciatura voltados para o atendimento de docentes em exercício na educação básica. No âmbito do Parfor, a Capes realiza o fomento à implantação de turmas especiais por Instituições de Ensino Superior (IES).

Tecendo saberes, descobrindo caminhos para formar professores indígenas: os rios e a floresta nos oferecendo direções

O desejo em aprender e romper com o sentimento de que pouco (do ponto de vista dos conhecimentos secularmente produzidos, e acumulados pela humanidade e oferecidos especialmente pela escola, como condição para acessar espaços na sociedade circundante) têm oferecido aos seus alunos, despontou como elemento surpreendente nas observações diretas, junto aos professores-acadêmicos indígenas. O que nos sinaliza um enorme desafio em poder mediar relações entorno do conhecimento que, não privilegie apenas os conhecimentos hegemônicos que historicamente são produzidos pela sociedade ocidental e não indígena. Para Santos (1997) é necessário no seu diálogo intercultural, que a universidade use “o seu saber hegemônico para recuperar e possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes não-hegemônicos, gerados nas práticas das classes sociais oprimidas e dos grupos ou estratos socialmente discriminados” (p.228), como os indígenas.

O longo tempo em que concluem a sua educação básica - o magistério de nível médio, que os possibilitou assumir salas de aula em suas comunidades, pareciam lhes encher de sede e vontade, para que pudessem em muitas localidades aonde residem, fazerem viagens de canoa com motor rabeta por até 15 dias. De algumas calhas de rio até

a cidade de Atalaia do Norte, aonde acontece o curso, esses alunos levam em torno de 7, 9, 12 e 15 dias, a depender de qual comunidade se deslocam. E entre rios e floresta, empreendem a grande aventura pelo conhecimento.

A extensa estadia na sede do município, em torno de 2 meses, em período de férias escolares, longe de suas famílias, do seu habitat natural, se lhes apresenta como algo desafiador, mas, que se lançam como verdadeiros guerreiros para alcançar o curso pelo qual tanto lutaram junto aos seus povos. *Sinto muito a falta de minha filha e minha mulher. Já tem duas semanas que estamos aqui na cidade. Na semana que vem, minha mulher vem receber o bolsa família, eu tô alegre. Elas vem ficar comigo.* (A. Marubo, Anotações de campo, fevereiro de 2018).

Estar longe da família, embora seja algo desafiador para este professor, como para todos os outros, é possível perceber que, para eles, não estava em jogo apenas a oportunidade de formação, mas, a apropriação de um capital cultural. Entendido a partir do sentido formulado por Bordieu (1998), como o domínio de bens culturais como o conhecimento científico, importante para as lutas políticas internas ao grupo indígena.

Os desafios no fazer pedagógico dos professores em formação superior, frequentemente surgiam durante as aulas, como pautas a conduzir as discussões promovidas pelo conteúdo a ser trabalhado em cada disciplina. Nas exposições orais e debates sobre a organização das classes de alfabetização indígenas, o professor J. Kanamari, assim se expressou sobre as dúvidas que lhe assaltavam durante as aulas; *eu tenho uma turma com 40 alunos da EJA, como é possível trabalhar com materiais diferentes, textos diferentes, dando atenção para cada nível de escrita que existe nessa turma?* (Anotações de campo, fevereiro de 2018).

O ato de apoiar o nosso interlocutor, o professor indígena, à desconstrução na sua leitura pedagógica, a ideia de condução de uma turma de alfabetização de adultos, orientada por apenas uma atividade de leitura ou escrita para todos os indivíduos de diferentes níveis de conhecimento sobre a temática, sinalizou a aproximação entre os conhecimentos da academia e os saberes trazidos das práticas pedagógicas desses professores.



Foto: 01. Trabalho coletivo – Produção de mapas mentais

Fonte: Arquivo pessoal – junho e julho de 2017

Para não concluir... considerações acerca do curso Pedagogia Intercultural Indígena

O processo de construção da educação escolar indígena para os povos do Vale do Javari no Amazonas, é longo, lento, permeado por lacunas, contando com muita precariedade, de instalações, materiais, alimentação e formação dos seus professores. E as conquistas que se tem entorno dessa educação, são fruto de intensas lutas do movimento indígena, em parceria com órgãos públicos e organizações não governamentais.

Em seus dois anos de realização, o curso Pedagogia Intercultural Indígena dos povos do Javari, tem se consolidado como primeira experiência em nível superior que forma professores indígenas, com proposta inteiramente voltada para o entendimento do universo cultural indígena e suas necessidades escolares, tendo como base uma forte interface com a questão linguística, ou das línguas maternas que são faladas pelos diferentes povos que fazem parte do curso.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. **Os três estados do capital cultural**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

COUTINHO Jr., Walter. 1998. **Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari**. Brasília: FUNAI.

_____. 2012. **“Autonomia: Grão ou Quimera? A implantação das escolas indígenas no Vale do Javari”**. Manaus: Ministério Público Federal: Procuradoria da República Federal.

Nascimento, Hilton S. **Relatório sobre o impacto da exploração, comercial e de subsistência, de recursos da fauna por não-índios, dentro da Área Indígena Vale do Javari, Amazonas**. Brasília: Centro de Trabalho Indigenista. 2001.

Oliveira, Sanderson Castro Soares de. **Preliminares sobre a Fonética e a Fonologia da Língua Falada pelo Primeiro Grupo de Índios Korúbo Recém-Contatados**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília. 2009.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

6. A LEITURA ENTRE OS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA RURAL DE BENJAMIN CONSTANT-AM

PAULO, Idelmar do Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM/CTB

idelmar.nascimento@ifam.edu.br

SANTOS, Joab Araújo dos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM/CTB

BARRA, Vinícius Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM/CTB

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema 'A leitura entre os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola rural de Benjamin Constant-AM'.

Neste sentido o trabalho pautou-se nas seguintes questões norteadoras:

- Quais as metodologias de ensino utilizadas em práticas de leitura na turma investigada?
- O ambiente escolar contribui como espaço motivador para o ensino da leitura entre os alunos da escola investigada?
- O preparo educacional e metodológico para o desempenho da função de docente é adequado para o trabalho de ensino da leitura de alunos da zona rural?

Nos últimos tempos, a educação vem avançando, no entanto os índices de crianças com dificuldades no processo de aquisição e domínio da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil ainda é preocupante. Dessa forma tornou-se necessário refletir acerca das práticas educativas que envolvem o processo de alfabetização em uma escola ribeirinha pertencente ao município de Benjamin Constant-AM.

Compreende-se a relevância do processo educacional, para a vida do ser humano, no entanto, percebem-se as problemáticas que bloqueiam o avanço educacional de muitos indivíduos, especificamente quanto à dificuldade de desenvolvimento da leitura, o que vem dificultando o desenvolvimento de muitas crianças.

A leitura se constitui como um dos avanços à busca do conhecimento sistemático, o que desperta preocupações, pelo fato da leitura ser o fator primordial no processo da aprendizagem. É através da mesma que a criança desperta para interpretação dos fatos, e isso estimula e, então, acontece o desenvolvimento e o amadurecimento intelectual do indivíduo.

A escolha da temática e local de pesquisa deu-se pelo motivo de se estar inserido há mais de dois anos em uma escola, com apenas duas sala de aula, na zona rural no município de Benjamin Constant, e por ser moradora da comunidade na qual a escola está localizada. Neste sentido, não poderia deixar de realizar o nesse lugar, na tentativa de

compreender a educação escolar no contexto rural, mais especificamente o processo de aprendizagem da leitura, algo tão complexo de entender.

Segundo Araújo (2004 p.34):

[...] a maioria dos rurícolas e da população brasileira, ainda não são atendidos em seus direitos sociais, direito ao atendimento das necessidades humanas básicas: alimentação, habitação, saúde e educação. É a partir da supressão desses direitos sociais que os detentores do capital solidificam seu poder, mantendo passivas as classes populares. Essa exclusão tem sua origem nas contradições de um sistema que, de um lado, explora e de outro lado, acena para a construção de uma cidadania mais ampla.

Neste contexto, o estudo objetiva analisar os fatores que dificultam o processo de aquisição da leitura, no âmbito de uma turma do 3º ano em uma escola da zona rural da rede municipal de Benjamin Constant-AM.

Visando o alcance dos objetivos do trabalho se utilizou como recurso metodológico a abordagem dialética, por evidenciar no ambiente escolar as contradições advindas das relações existentes em cada pessoa ou grupo estabelecido nesse espaço, as quais não podem deixar de serem evidenciadas no contexto escolar, sob condição de suprimir a qualidade própria às concepções, sentimentos, vontades, anseios, ideias que constituem o fazer pedagógico dos atores pesquisados. De acordo com Barbosa e Miki, o método dialético “[...]

defende a importância de conhecer a realidade em sua concreticidade, contextualizando-a historicamente, compreendendo as interações entre os sujeitos em processos de ação-reflexão-ação. ”(2007, p. 3) Foi adotada, também, a Pesquisa Bibliográfica para fundamentação do estudo.

O texto final está embasado nas ideias de Rezende (1993), Cagliari (1999), Araújo (2004), Souza (2008), Ferreira (2010) entre outros.

DESENVOLVIMENTO

A escola é uma organização e tem o papel de garantir a seus discentes o conhecimento, para o exercício da cidadania de forma que os mesmos venham contribuir para uma sociedade melhor. Sabemos que toda escola é espaço mediador de conhecimento, a escola rural não é diferente, ela tem suas especificidades, mais com muitas possibilidades de produzir o saber como qualquer escola da área urbana.

Para Araújo (2004, p. 24): “a educação no meio rural deve propiciar o melhoramento da vida, dotando o rurícola de um conjunto de conhecimentos empíricos e científicos viabilizadores de uma leitura crítica sobre as condições da existência”.

A escola enquanto espaço de aprendizagem, deve ter um olhar mais denso em relação à leitura e escrita, uma vez que a leitura é ponto de partida para aprendizagem, e a ampliação do seu vocabulário, mais para garantir o seu sucesso escolar e social é necessário compreender e interpretar texto, e também produzir seus próprios textos. Na concepção de Resende (1993. p.39) “a leitura é um ato de abertura para o mundo. A cada mergulho nas camadas simbólicas dos livros, emerge-se vendo o universo interior e exterior com mais clareza. Entra-se no território da palavra com tudo o que já se sabia antes”.

A escola local do estudo tem poucos registros de sua história. Apenas um documento de 19 de julho de 1968, a Lei nº 108, o qual oficializa a Escola Distrital ao patrimônio Municipal pertencente à comunidade de Santo Antônio, pelo prefeito Afonso Mauro. Segundo relato de um morador, a escola era de madeira e foi construída pelos próprios comunitários, com apenas duas salas, e com lotação apenas de uma professora. A escola também servia como moradia da professora que usava uma das salas para seu quarto e a outra sala era para o trabalho com as crianças. O morador relata também que o primeiro nome da escola era “Escola Municipal Santo Antônio”. Com a chegada do exército na comunidade por volta dos anos 60, e com a necessidade de melhoria do ensino naquele lugar, a escola foi reconstruída pelo exército, e o novo nome da Escola Municipal foi posto em homenagem a um dos militares brasileiro da época que morreu em um acidente aéreo e passou a se chamar Capitão Avelino Nogueira.

A nova escola reconstruída pelo exército, em estrutura de madeira piso de alvenaria com três salas de aula. Segundo o morador a partir desse momento a escola passou a ser mantida pelo exército. Por volta de 1980 o exército desocupou a comunidade, e a escola

passou a ser mantida pela prefeitura. E mais uma vez é reconstruída, em outro lugar, próxima ao campo de futebol da comunidade, em estrutura de madeira, com duas salas de aula e uma pequena sala, que servia de secretaria, sala dos professores e depósito para guardar merenda. Os anos se passaram e em 13 de maio de 2009, a escola foi novamente reconstruída, agora a estrutura toda em alvenaria, com duas salas de aulas, e uma sala que serve como sala dos professores e secretaria e também para guardar material didático. Foi construída pela prefeitura municipal, no mandato do prefeito José Maria Freitas da Silva Júnior, com recursos do FUNDEB.

Atualmente a escola possui 10 funcionários, distribuídos nos turnos matutino e vespertino: 04 professoras titulares concursadas, sendo uma licenciada em Pedagogia, uma em Letras, uma em Normal Superior, e uma cursando Educação Física. Possui 03 professoras de apoio contratadas, uma cursando Letras, uma Licenciada em Letras, e uma com Ensino Médio. Uma coordenadora administrativa cursando Licenciatura em Pedagogia, um vigia com Ensino Fundamental incompleto e uma auxiliar de serviços gerais com Ensino Médio incompleto.

Verificando as formações docentes, percebe-se que o quadro de funcionários é favorável ao processo de ensino aprendizagem, no entanto como em toda instituição escolar há várias problemáticas que interferem na aprendizagem, entre elas a dificuldade de leitura e a distorção idade série. A escola como todas da zona rural e da área urbana tem suas limitações, mais em particular a mesma não tem uma estrutura acessível a um bom aprendizado.

Mesmo que indiretamente a escola rural ribeirinha, sofre de certa forma situações de preconceito, pela sociedade e até do próprio sistema educacional. É possível se perceber isso no município de Benjamin Constant quando alunos da zona rural vêm estudar na zona urbana, e na precariedade das estruturas físicas das escolas rurais do município e nas distribuições de materiais escolares.

Ademais a merenda é diferenciada, ou seja, enquanto na escola da área urbana se recebe fruta ou frango, na área rural se recebe conserva, sardinha enlatada. E, até mesmo na falta de apoio pedagógico que é um fator indispensável para desenvolvimento educacional do indivíduo.

Segundo Araújo (2004.24):

As concepções preconceituosas e discriminatórias que consideram as populações rurais como atrasadas e carentes de educação, devem ser suprimidas. Tais concepções são fundamentadas em uma clara divisão da sociedade em classes tendo também como objetivo uma divisão sensível do capital cultural, permitindo, dessa maneira uma dominação dos fortes em relação aos mais fracos.

A escola é um ambiente educacional, portanto a estrutura física e pedagógica, deveria apresentar condições adequadas para atender as necessidades educacionais e administrativas da comunidade escolar.

A LDBEN/ 1996, em seu artigo 28, ressalta que: “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região [...]”. Mas na realidade não é bem assim que acontece, geralmente, as escolas da área rural são tratadas, até mesmo pelos professores e pela sociedade, como atrasada, inferior. Pode-se perceber isso quando docente da área afirma que prefere lecionar na zona rural, e percebe-se também que, sua preferencia não é pelo fato de gostar da zona rural, e sim porque não se exige tanto quanta na zona urbana. O que se observa é que infelizmente há docentes sem responsabilidades, sem amor pelo seu trabalho e que se tornaram professores por falta de opção e não pelo amor ao que faz. Observa-se, também, que isso é um problema serio porque o docente é fundamental na mediação do conhecimento e se ele não tem essa responsabilidade a deficiência não é da área rural e sim do profissional da educação. O ambiente escolar exerce grande influência na aprendizagem dos educandos, portanto pensamentos e atitudes desta forma contribuirão para desvalorização da escola rural ribeirinha.

Outro fator importante, quando se pensa em educação rural ribeirinha, deve-se pensar em um currículo voltado para a cultura e saberes do contexto ribeirinho.

Para Souza (2008):

Vida é cultura, é dinamismo, relação social, descoberta e interação com o meio ambiente (água, terra, floresta, saberes), relação de produção. O homem, mulher e criança amazônica que criam e recriam seus espaços, dando sentido, significado, representação

social, política e religiosa constituem uma, entre tantas diversidades culturais. Até quando serão silenciados? Até quando suas diferenças se constituirão em preconceitos? (p. 173)

Como já foi enfatizado, a estrutura do espaço escolar vem sendo melhorada, mas, ainda está longe da adequada, necessita de um espaço para atividades recreativa dos alunos, e também uma sala para os professores guardarem seus materiais didáticos e realizarem as reuniões e encontros de formação. É evidente que a falta desses espaços interfere no desenvolvimento de atividades na escola, pois as crianças não têm espaço para brincar, professores não têm espaço para reunir-se e guardar seus materiais de aula e, o mais preocupante é que não há espaço para leitura dos alunos, ou seja, uma biblioteca e os materiais didáticos dos professores e trabalhos das crianças são colocados nesta única sala multisseriada. São fatores como estes que contribuem para que a própria sociedade veja a educação no contexto rural como uma educação fraca e inferior.

Segundo Cagliari (1999 p.12), “quem inventou a escrita inventou ao mesmo tempo as regras da alfabetização, ou seja, as regras que permitem ao leitor decifrar o que está entendendo como o sistema de escrita funciona e saber como usá-lo apropriadamente”.

Compreende-se, então, que a alfabetização em seu contexto histórico é de suma importância para desenvolvimento de uma sociedade letrada. Percebe-se que o processo de ensino vem avançando, e torna-se necessário inovar as práticas pedagógicas de forma que esse avanço perpassasse todas as dificuldades, melhorando assim o nível de ensino nos dias atuais.

Segundo MILHAREZI, (1987, p.07)

A alfabetização pode ser compreendida em dois sentidos, um amplo e outro restrito: O processo de alfabetização no sentido restrito significa ensinar o código escrito correspondente ao código oral, ler decodificar, escrever codificar, ou seja, é o ensino do alfabeto. No sentido amplo, entende-se a alfabetização como um fator de mudança de comportamento diante do universo, possibilita ao homem integrar-se à sociedade de forma crítica e dinâmica; constitui uma das formas de promover o homem, tanto do ponto de vista social como individual.

Neste sentido, a alfabetização proporciona a possibilidade de o indivíduo integrar-se à sociedade, de maneira crítica, dinâmica, capaz de criar e recriar, de forma social e individual. A formação de personalidade da criança depende muito do modo como ela é alfabetizada, uma pessoa alfabetizada não é aquela que apenas sabe ler e escrever, e sim aquela que além de ler e escrever interpreta, de modo que através da leitura partilhe do seu universo cultural, de suas ideias com outras pessoas, ampliando sua visão de mundo. Além de ser o elo da aprendizagem escolar a leitura é também o caminho para aquisição de uma cultura geral.

A leitura é fundamental para o indivíduo principalmente na comunicação, e desenvolvimento de bons leitores que contribuirão para melhoria da sociedade.

O trabalho da leitura como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem uma origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referências modalizadoras. A leitura, por um lado, nos fornece a matéria-prima para a escrita: o que escrever. Por outro, contribui para a constituição de modelos: como escrever. (PCNS, 1997, p.40)

Os PCNs vem reforçar a ideia da relevância da leitura como prática social e para a compreensão da realidade. Por tanto, se reconhece que a leitura é essencial para formar indivíduos competentes para o exercício da leitura e da escrita e acima de tudo capazes de compreender a realidade.

É preciso que haja compromisso dos educadores não só no sentido de alfabetizar, mas também de letrar oportunizando o indivíduo a uma educação de qualidade com compreensão de mundo e capacidade de construir conhecimento.

Dessa maneira alfabetização e letramento são práticas fundamentais para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

Segundo Graff (1987 SP):

O principal problema, que retarda muitíssimo os estudos sobre o letramento, seja no passado ou no presente, é o de reconstruir os contextos de leitura e escrita: como, quando, onde, por que e para quem o letramento foi transmitido; os significados que lhe foram atribuídos; os usos que dele foram feitos; as demandas de habilidades de letramento; os níveis atingidos nas respostas a essas demandas; o grau de restrição social à distribuição e difusão do letramento; as diferenças reais e simbólicas que resultaram das condições sociais de letramento entre a população.

Diante dessas afirmações não podemos formular um único conceito de letramento, pois letramento envolve um conjunto de fatores que diversifica habilidades e conhecimentos individuais a práticas sociais e capacidades fundamentais.

Magda Soares (2003.p.42) cita alguns conceitos sobre letramento:

Letramento é prazer, é lazer, é ler em diferentes lugares e sob diferentes condições, não só na escola, em exercícios de aprendizagem.

Letramento é informar-se através da leitura, é buscar notícias e lazer nos jornais, é interagir com a imprensa diária, fazer uso dela, selecionando o que desperta interesse divertindo-se com as tiras de quadrinhos.

Letramento é usar a leitura para seguir instruções (a receita de biscoito), para apoiar a memória (a lista daquilo que devo comprar), para comunicação com quem estar distante ou ausente (o recado, o bilhete, o telegrama).

Letramento é ler história que nos levam a lugares desconhecidos sem que, para isso, seja necessário sair da cama onde estamos com o livro nas mãos e emociona-se com as histórias lindas e fazer, dos personagens, amigos.

Nesse sentido percebe-se a amplitude que envolve o processo de alfabetização e letramento. A leitura é um meio de levar o indivíduo a adquirir conhecimentos e informações para o desenvolvimento de sua autonomia, pois a leitura é um procedimento básico indispensável para que aconteça a aprendizagem do aluno, em todas as disciplinas e níveis

de ensino que a criança ou o adulto se encontre. Pois, ler significa ir além da compreensão de um texto ou da palavra, mas, é saber interpretar o que está dentro ou fora do contexto escolar.

Freire (1983, p.11-12), afirma que, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior desta não possa presidir da continuidade da leitura daquela linguagem e realidade se prende dinamicamente”. O educador Paulo Freire foi muito feliz ao escrever esta citação, se sabe que a leitura está presente na vida do ser humano, até mesmo antes do descobrimento da escrita, o homem já realiza leituras.

Por isso que a escola hoje, enquanto instituição social, educativa comprometida com o desenvolvimento social, intelectual e integral do cidadão, deve buscar mecanismos que consigam despertar nas crianças desde cedo o gosto pela leitura, para desenvolver nos alunos habilidades específicas de leitores eficientes. Porque ler, quase todo mundo sabe (decodificar), mas ler para construir conhecimento é uma tarefa não tão fácil para a escola, porque ler dá mais trabalho do que ver televisão, ouvir música ou pensar na vida.

Atualmente há uma ampla discussão de educação escolar voltada para as populações rurais do país. É forte a mobilização dessas populações na luta a favor de uma educação com qualidade, que atenda aos interesses dos grupos que residem nessas localidades. Segundo Ferreira (2010, p. 16), ressalta que:

No que se refere às concepções sobre a educação para os contextos rurais, atualmente tem-se superado perspectivas autoritárias, ruralista, graças aos vários movimentos sociais que têm assumido como bandeira de luta a educação voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos e populações que abitam e trabalham no meio rural.

Diante disso percebemos a importância de renovar os métodos pedagógicos, de forma que incentive e desperte o interesse do aluno.

Apesar das inúmeras deficiências existentes na escola, como por exemplo, a falta de equipamento tecnológico, que dificulta muito no planejamento e execução de atividade, percebe-se o engajamento dos professores. No entanto, é preciso buscar alternativas para superar as dificuldades e usar a criatividade e planejar as aulas da melhor maneira possível.

Sabe-se que é difícil a escola propiciar situações para que o aluno aprenda os conteúdos correspondentes ao ano letivo que está cursando, porém é importante o aluno ter acesso a esta gama de saberes a fim de garantir seu sucesso nas séries posteriores.

CONCLUSÃO

O presente trabalho foi de suma importância para entender as dificuldades nas práticas educativas de leitura em uma escola rural do município de Benjamin Constant.

Diagnosticaram-se alguns fatores que contribuem para dificuldade da leitura dos alunos em pesquisa: a falta de formação continuada para professores na área de prática de leitura trabalhada em escolas rurais, a falta de equipamento tecnológico e recursos didáticos para facilitar o processo de ensino, falta de biblioteca ou pelo menos uma boa sala de leitura, principalmente na zona rural, onde o acesso a estes espaços é complexo. A ausência de infraestrutura, formação docente geram práticas de leitura sem muita atratividade para as crianças da escola rural.

Foram necessários muitas leituras, observações e planejamento para a realização deste trabalho, percebeu-se que há muito a se fazer, para alcançar uma educação de qualidade.

Diante disso, é necessário um projeto pedagógico específico para as escolas rurais, voltado para as necessidades da população que lá reside, com calendário próprio, que considere as cheias, as secas da região, o tempo de plantio, que respeite o trabalho do povo ribeirinho. Precisa-se pensar em atividades escolares relacionadas com vivência da comunidade; criar projetos na área de leitura; inovar sempre as práticas pedagógicas, principalmente as de leitura, que apresenta altos índices de reprovação e fracasso escolar.

REFERÊNCIAS

ABUD, Maria José Milharezi. **O Ensino da Leitura e da Escrita na fase inicial da Escolarização**. São Paulo: EPU, 1987.

ARAÚJO, L. C. **Reescrevendo a escrita na escola: a prática de revisão e reescrita textual mediada por pares.** Dissertação de Mestrado. Salvador, 2004.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAGLIARI, L.C. **Alfabetização sem o ba – be – bi – bo – bu: Por um construtivismo psicogenético.** In III Congresso Paranaense de Alfabetização. São Paulo, Seipione, 1999.

FERREIRA, Jarliane da Silva. **E o rio, entra na escola? Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e os desafios da formação de seus professores** - Dissertação de mestrado PPGE/UFAM. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** SP. Cortez 1983.

GRAFF, H. **Os legados da alfabetização: continuidades e contradições nas culturas ocidentais e sociedade.** Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LDBEN – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, Brasília, 1996.

RESENDE, Vânia Maria. **Literatura Infantil e Juvenil. Vivências e leitura e expressão criadora.** RJ: Saraiva, 1993.

SOUZA, M.A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST.** Petrópolis: Vozes, 2008.

7. CORPO HUMANO, DOENÇAS E MEDICAMENTOS SOB A ÓTICA TICUNA

MENDONÇA, José Fernandes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO –MN/UFRJ

biofernandesufrj@gmail.com

SOARES, Marília Lopes da Costa Facó

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO –MN/UFRJ

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como seu objetivo mais geral focalizar as visões Ticuna do corpo humano, das doenças e dos medicamentos, com inclusão do HIV/AIDS, da tuberculose e da malária. Para alcançar seu objetivo mais geral, considera os dados/ materiais obtidos a partir de trabalho de campo realizado em duas comunidades indígenas Ticuna situadas em dois municípios diferentes do estado do Amazonas: a comunidade de Vila Betânia, no município de Santo Antônio de Içá/AM; e a comunidade de Nova Filadélfia, no município de Benjamin Constant. A perspectiva considerada neste trabalho é a de um diálogo intercultural e interdisciplinar, que toma por central a linguagem. Associados a esse objetivo mais geral estão outros objetivos, que são parte de um projeto mais amplo, de natureza comparativa, no interior da grande área Ticuna. Esses outros objetivos incluem a avaliação das mortalidades atribuídas às doenças mencionadas, em municípios específicos com presença Ticuna, durante um período de cerca de 15 (quinze) anos, avaliando-se o número de casos dessas doenças nas comunidades Ticuna no mesmo período de tempo. Como esses outros objetivos são parte de um projeto mais amplo que ultrapassa este texto, consideramos que o objetivo colocado para este trabalho é um passo necessário, porque constrói outros que poderão se seguir. E como este nosso trabalho toma a linguagem como central, sua contribuição para pesquisas e aplicações na área de saúde podem ser grandes, porque é por meio da linguagem que trazemos as visões Ticuna do corpo humano, das doenças e dos medicamentos – a mesma linguagem que será preciso observar para que haja sucesso em ações preventivas em saúde. Por ser a linguagem central, este trabalho resulta de 14 (quatroze) entrevistas, que foram materialmente exibidas em nossa

dissertação de Mestrado (MENDONÇA, 2018), para que pudéssemos tornar claro o ponto de vista Ticuna sobre o corpo humano, as doenças e os medicamentos e, ainda, para que pudéssemos considerar as estratégias linguísticas empregadas para falar (ou não falar) de determinadas doenças em Ticuna, sobretudo aquelas que são transmissíveis.

2- A PESQUISA E OS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS

A pesquisa que está na base deste trabalho - e que assume uma perspectiva de diálogo intercultural e interdisciplinar - foi desenvolvida na região do Alto Solimões, nos municípios de Santo Antônio do Içá e Benjamin Constant, respectivamente nas comunidades Ticuna, Betânia e Filadélfia, envolvendo as doenças contagiosas malária, tuberculose e DST/AIDS. Benjamin Constant fica a 200 km de distância (em linha reta) de Santo Antônio do Içá. Segundo Schor e Oliveira (2011), ambos são considerados **idades pequenas de responsabilidade territorial** e, como tal, estas cidades desempenham um papel importante na manutenção da rede em uma escala diferenciada. Exercem uma função intermediária, entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as cidades médias e as demais cidades pequenas e aglomerados humanos. Estas cidades têm um papel relevante na organização das diversas etnias que habitam e se deslocam pela região do alto Solimões. Transformam-se em nódulos das diversas redes que perpassam territórios indígenas. As cidades de fronteira também devem ser consideradas nesta tipologia de forma diferenciada, pois exercem um papel específico e constituem redes de relações próprias de abrangência internacional. Segundo o Perfil dos municípios brasileiros do IBGE (<https://munic.ibge.gov.br/>) até final de 2015, Santo Antônio possuía cadastro e banco de dados de saúde e educação informatizados, convênio intermunicipal de saúde (mas não estadual ou federal) e a população era estimada em 23.688 habitantes. Benjamin Constant possuía cadastro e banco de dados de saúde e educação informatizados, convênio intermunicipal de saúde (mas não estadual ou federal) e a população era estimada em 39.484 habitantes.

DESENVOLVIMENTO

Nossa pesquisa tem em sua base dados secundários constantes do Censo Demográfico do IBGE referentes aos aspectos populacionais e demográficos da cidade (Brasil, 2000 a 2015). Também se apoia em metodologias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que integram os aspectos de saúde pública. As pesquisas por meio

de estudos retrospectivos e prospectivos de dados de saúde pública também são importantes para o nosso trabalho.

No contexto da pesquisa que desenvolvemos, os estudos retrospectivos são realizados por meio de Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental com coletas por meio de dados secundários, disponíveis na Internet através de banco de dados dos órgãos governamentais e dados do Grupo de Pesquisa em Malária e Dengue do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Esses dados podem ser relacionados aos indicadores de saúde a partir do ano de 2000.

O diálogo pretendido em nosso trabalho é interdisciplinar. Assim, além da epidemiologia aplicada à saúde pública (sobretudo à saúde indígena), são levados em conta métodos pertencentes às ciências humanas, principalmente aqueles da Linguística e da Antropologia, com especial consideração pelas Línguas Indígenas.

Nossa coleta de dados se deu durante o ano de 2017, sendo que a pesquisa de campo foi realizada por meio de amostragem não aleatória, isto é, amostragem intencional tanto no caso dos representantes da população formada pelos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e agente de saúde) e profissionais da educação (professores, entre outros), quanto no caso dos membros de comunidades Ticuna que não são profissionais de saúde ou educação.

4-AS ENTREVISTAS

Realizamos, em Betânia, 11 (onze) entrevistas. Outras três 03 (três) entrevistas ocorreram em Filadélfia. Com exceção de uma única entrevista realizada com não indígena, todas as demais foram gravadas e realizadas na própria língua Ticuna, junto a membros da comunidade, incluídos aqueles considerados como conhecedores de medicina tradicional. Essas entrevistas são apresentadas aqui na íntegra.

RESULTADO

ANÁLISE E REVELAÇÕES. ASPECTOS DO PONTO DE VISTA TICUNA SOBRE CORPO HUMANO, DOENÇAS E MEDICAMENTOS.

A partir do material presente nas entrevistas, buscamos focalizar alguns aspectos que sobressaíram como pontos reveladores da visão Ticuna sobre corpo humano, doenças

e medicamentos. Ao final, apresentamos um glossário que, estando em progresso, é uma ponte importante em termos de um diálogo intercultural para ações em saúde e educação.

Os temas se encontram indicados a seguir, sendo cada tema acompanhado de exemplos retirados dos textos das entrevistas.

- O TEMA DO CORPO DOENTE, DO ORGANISMO SOCIAL DOENTE

A doença é ferida, é fraqueza, é feiúra, é não ser feliz; a doença estraga, mata.

“Eu sei que **gente fica debilitada, a gente fica fraca, nos deixa feia, nos mata.**

(Joly Muratú Vitório - Nüparana)

“O que se chama doença não é uma coisa boa,(que)**nos estraga, prejudica nossa saúde. Leva nossa saúde embaixo. Estraga nossas memórias. Nos mata** quando não procuramos coisas que nos curam pra essa doença.(Edney Crispim de Oliveira - Metacü rü Waieĩcũ)

“Eu estou com urina amarela, **às vezes estou ferida aqui no nosso rim.**”

(Inês Leon Macedo - Be'tchiĩna)

“São eles que conhecem mesmo da cura para as doenças . Que são chamadas de comuns, como a febre, a diarreia e vômito. **Cura para as doenças feias**”.(Vânia Chagas Albino - Wacürana)

“Pra mim, a doença é, quando uma pessoa estiver doente, **antes de ela adoecer era alegre. Mas, quando adoece não é mais feliz.** Quando chega uma doença a ela, fica com cabeça cabisbaixa. Isso é a doença pra mim”.(Vânia Chagas Albino - Wacürana)

“**Porque não é mais feliz como antes. Quando não estiver doente uma pessoa é feliz.** Trabalha. Quando ele pega a doença, fica cabisbaixo. Não consegue mais trabalhar. As vezes ele quer que fique bom, mas, como tá doente não consegue trabalhar direito. Isso é uma pessoa doente”.(Vânia Chagas Albino - Wacürana)

“ **A doença é, é uma doença feia** .Não é muito bom para nossa saúde . Porque nos leva para a morte. Quando não tratamos, nos mata. Quando não falamos logo, vai morrer. Isso é sua história da malária, tuberculose e HIV/AIDS” (Artemino dos Santos -Wepüü~cü))

“Doenças, doença é uma coisa não boa,porque a doença nos mata . Mas tem todo tipo de doença. Doença é, isso , **hoje o jeito da doença é se estragar** , não nos amar, às vezes não nos respeitar, não temos orientação.” (Pedro Inácio Pinheiro – Ngematüçü)

• -O TEMA DA SUJEIRA, DO PODRE E O SEU INVERSO – A LIMPEZA

O SUJO, O PODRE

“**Muitas vezes não tem cuidados em sua casa. Não varre a sua casa.** As vezes assim que se começa adoecer...As vezes come fruta ajuntada no chão. Assim que se adoece. Fica com dor de barriga. As vezes fica cansada porque **comeu sujo**.

(Joly Muratú Vitório - Nüparana)

”

“Às vezes alguns bebem da água da chuva. Não lavam bem assim. **Os carapanãs colocam seus sujos(naragu)**. Assim nós bebemos. Assim pegamos a ter diarreia. É isso aí” (Vânia Chagas Albino - Wacürana)

“...Pela lepra, lepra quando estamos com feridas. Os pés serrados, esse tem remédio meu irmão. Isso também já falou. Lá uma anciã em Betânia, estava com feridas **nos seus pés podres**. Ela ficou boa, hoje ele está boa,está feliz. Era um tipo de lepra, mas é diabetes.”

(Inês Leon Macedo - Be'tchiĩna)

A LIMPEZA

“Agora quando você beber, como vai beber bem cedo, tem que tomar banho e mija lá. Mija lá no igarapé, todos os dias vai tomar e mija lá no igarapé, **toma banho ,toma banho**. Assim ele foi curado. Isso são as curas meu irmão.” (Inês Leon Macedo - Be'tchiĩna)

O TEMA DA COR E DO GOSTO DA DOENÇA . O FICAR AMARELO. O AMARGO.

O FICAR AMARELO

“As vezes ela fica fraca, ela não come e quando é dada a comida ela não come. **Fica fraca. Fica amarela.** Não se sente bem quando olhamos para ela.” (Joly Muratú Vitórino - Nüparana)

“Eu sei, uma pessoa doente às vezes fica com febre, às vezes fica com dor de cabeça, **às vezes fica fraca, às vezes fica amarela**, não faz amizade como antes, fica isolada, porque isto que acontece na sociedade Ticuna, no meio dos brancos é outra coisa no caso da doença” (Terri Salvador -Igacü rü Aügacü)

“No meu olhar eu sei uma pessoa doente, é através de sua feição que é estranha, às vezes fica cabisbaixo, às vezes pensam em qualquer coisa, **e às vezes seu rosto é amarelo,e,estranho,fica pelado, fica cansado quando olhamos pra ela.** Assim que se conhece uma pessoa doente”. (Zuila -Tcha’atüná)

O AMARGO

“Como você sente a sua saliva na sua boca? assim perguntava. Era amargo, sim, e no seu estomago, sim ,outro sente cansaço ,sim. (Inês Leon Macedo - Be’tchiĩna)

“...porque estava doente com gastrite ,no fígado e o que deixa a sua boca amarga (tutchana) é aquele que a gente vê nos animais, **é amargo verde** e... Essa doença era grande desse tamanho, estava inchado pra ele.” ((Inês Leon Macedo - Be’tchiĩna)

• O TEMA DO QUENTE X MORNO, FRIO

QUENTE

“Portanto, hoje em dia também adquirimos as doenças através do sentar no lugar **quente**” (Nildo Arcanjo Albino - Dupaweecü)

MORNO, FRIO

“...ela já experimentou com uma pessoa. E deu certo e a pessoa ficou boa. E também na casca do remo aquele azedo , ela pede para o doente **sentar numa água morna** com a casca de remo (naemütcham#), assim ela fica boa”.(Nildo Arcanjo Albino - Dupaweecü)

“A diarreia é tratada com a casca de limão fervida. Quando estiver meio verde-amarelo, **espera esfriar** em alguns minutos para tomar”. (Jaceno Rosindo João - Puamücü rü Putchi’icü)

“Quando você já vê que tá preto a água do cedro, tire do fogo e **esfrie**. Tire um pouco na colher, prove um pouco como um café preto, prove se já está azedo, **esfrie bem. Não pode esfriar muito, tem que ser no limite.**” (Laide Carvalho da Silva - Mepüüna rü Megana)

• O TEMA DO CAMINHO PARA A CURA. O AZEDO QUE CURA

“...ela já experimentou com uma pessoa. E deu certo e a pessoa ficou boa. E **também na casca do remo aquele azedo**, ela pede para o doente sentar numa água morna com a casca de remo (naemütcham#), assim ela fica boa”. (Nildo Arcanjo Albino - Dupaweecü)

“Então, na mesma época, o outro irmão me falava pra eu ajuntar os remédios Matupatüatü, Ocayuwatçhamü#, e a casca de yacariubatchamü, e também a casca de (Naemütcham#, **em tudo que era azedo, ele fez eu sentar, e dali saíram todos os que estavam fazendo a dor. Hoje estou curado.**” (Nildo Arcanjo Albino - Dupaweecü)

“A mesma coisa em AIDS. **Tem que buscar tudo que é azedo, porque é absorvido pelo corpo e o corpo fica azedo.** Pra malária também são as mesmas a sua cura, o que nós sabemos aqui na nossa comunidade. Sentar a mesma, ele sai e mata. Pra tuberculose também a mesma coisa, tem que beber um pouco numa colher, para que chegue no seu estômago. **Também sentar na água de azedo.**” (Nildo Arcanjo Albino - Dupaweecü)

“Eu sei a cura para malária. Meu pai me fala, é aquele que chamamos de cedro em Ticuna (ocadiwa), é a casca de cedro. Tem que ser quatro pedaços. Tem que cortar em pedaços, cozinhamos. Quando você já vê que tá preto a água do cedro, tire do fogo e esfrie. Tire um pouco na colher, prove um pouco como um café preto, **prove se já está azedo**, esfrie

bem. Não pode esfriar muito, tem que ser no limite.”(Laide Carvalho da Silva - Mepüüna rü Megana)

“Para tuberculose é diferente, mas também a casca de remo (naemütcha’mü) porque ficamos com a tosse, bebemos e passa, **porque é azedo.**” (Inês Leon Macedo - Be’tchĩña)

• O TEMA DA EXPULSÃO DA DOENÇA. MATAR A DOENÇA

O VÔMITO

“ Davam pra ele beber, como se fosse remédios do branco, **para se vomitar , para ele sumir , quando vomita, mata a doença.**” (Zuila - Tcha’atüná)

“E beber na água e depois com essa doença que está nele, **ele se vomita, coloca pra fora o mesmo.**” (Pedro Inácio Pinheiro – Ngematücü)

“Outro remédio quando estamos com a malária. Salga um pouco d’água, se morna com um copo com água. E toma. **Você irá se vomitar com a malária**”.(Vânia Chagas Albino - Wacürana)

“...que serve quando estamos com a malária ,para matar a malária. É cozido, depois isso que é para beber, **se vomita, aí ele sai. Com o amarelo se vomita.**” (Artemino dos Santos -Wepü~cü)

“Como café, toma de pouquinho em pouquinho, assim que tem que beber. Sopra e bebe até terminar um copo. Quando chega no nosso estômago, a **gente se vomita com a casca de cedro nessa malária. A gente se vomita , tudo que está no nosso estômago, esse amarelo tipo ovo de galinha , aquele amarelo que é forte da malária.** Aí esse sai com a força da casca de cedro (ocadiwatchamü) com a força do sumo de cedro ele sai. **A gente se vomita . Isso é a cura, assim passa.**”(Laide Carvalho da Silva - Mepüüna rü Megana)

COMER PARA A DOENÇA É MATAR A DOENÇA

“Aquele jabuti (ngobü), esse é a cura, outro, é aquele que tem no rio (coneru), aquele que nos rói, esse é a sua cura. É cozido, toma e **come para lepra.**”

(Inês Leon Macedo - Be’tchĩña)

“E, também tem o outro, para tratar a tuberculose. Quando você olha por aí, uma, *Tati*, é uma árvore, é mesmo que a *conüwa*, que tem no centro, e se estiver com a tuberculose. ***Tem que cuspir embaixo, porque a sua saliva será comida pelas formigas dele.*** Assim vai passar a tuberculose. Porque isso é seu próprio remédio.” (Vânia Chagas Albino-Wacürana)

“ Sim, tem a pessoa que sabe, ***para matar a doença, matar as doenças feias.*** Tem os anciãos que nos falam bem, nós temos que chamar esses anciãos, os que estão além da gente. Perguntar quais os que servem para matar”. (Laide Carvalho da Silva - Mepüüna rü Megana)

• O TEMA DA DOENÇA QUE VEM DO FEITIÇO

A doença e o feitiço

“ Às vezes pra mim, porque não se cuida bem, na sua comida, na sua casa; às vezes, ***como nós somos indígenas, tem dois tipos de doença***, às vezes doença que é a diarreia, vômito; outras são doença, porque nós não nos cuidamos bem, não nos cuidamos em nosso corpo, e tem também outra doença. ***Às vezes porque somos indígenas Ticuna, feitiço do pajé, às vezes somos culpados, às vezes é uma inveja, às vezes outras coisas, isso acontece quando alguém se adoecer.*** Tem muitos parece duas coisas, quando a mesma doença, quando levamos para um médico, ela fica curada. ***E, quando não é doença, se for uma coisa daqui da terra, do pajé, não fica boa, vai à morte.***” (Eunildo Roque Adão - Tchoma#cü)

“Sim, a doença. Mas não sabemos como pegamos a doença. ***Mas ainda tem pessoas, que te vê em alguma coisa, te vê melhorzinho, às vezes tem inveja, e te dá doença.*** ***Pra você ficar doente, às vezes te matar, porque está com inveja.*** Uma pessoa que sabe, o pajé, aí que sabemos do outro tipo de doença, assim eu penso eu, no meu pensamento”.

(Ismael dos Santos - Metatücü)

- O TEMA DO OLHAR QUE EMPALIDECE; DA PESSOA QUE SOME DO OLHAR, DA PESSOA QUE DESAPARECE

“Eu sei quando uma pessoa está doente, no meu olhar, quando fica doente sua aparência não é normal como antes. Fica muito diferente, **no seu olhar fica pálido.**” (Edney Crispim de Oliveira - Metacü rü Waieĩcũ)

“Sabemos que, quando alguém estiver com doença ,**às vezes some , desaparece ,não se vê mais,** às vezes ouvimos sobre ela já no outro dia que ela está doente.” (Nildo Arcanjo Albino - Dupaweecü)

- O TEMA DA FALTA DE CIRCULAÇÃO; DO SANGUE QUE NÃO CIRCULA

O sangue que não circula, o sangue coagulado

“Mas quando aparece em qualquer lugar no nosso corpo, às vezes é o pequeno corte. **Aquele nosso sangue vai ficar muitos anos coagulado aí. Assim vai se tornar em um pus, dali vai se tornar em um câncer**”. (Inês Leon Macedo - Be'tchiĩna)

O TEMA DAS INTERDIÇÕES

“...Mas **não vai poder comer a farinha amarela.** Isso eu proibi dele. Só pode comer como esse branco. Porque você está com a urina amarela, assim eu falava”.
(Inês Leon Macedo - Be'tchiĩna)

“E outro que vou lhe falar, outra coisa: **não pode mexer com a sua mulher durante três anos de dieta.** Porque se tomar remédio e mexer com a sua mulher, meu rapaz, aí é que não vai adiantar , assim eu falava pra ele.”
(Inês Leon Macedo - Be'tchiĩna)

Ficaram boas, mas com a dieta de homens, seus maridos, não podem se mexer. Se for no seu útero, ou mesmo no seu corpo, porque isso é feio. **É proibido se mexer,** então é por isso que às vezes porque os doutores não falam para elas. Sim, falam só da dieta. Mas não assim como eu estou falando, fala para elas.

(Inês Leon Macedo - Be'tchiĩna)

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Ao final do trabalho, tornou-se claro que alguns temas apareceram mais desenvolvidos do que outros. Retomamos essas conclusões aqui. Assim, o tema do sangue que não circula ficou com espaço menor de desenvolvimento. Já o tema da doença que vem do feitiço, se foi, por um lado, silenciado na fala da maioria dos entrevistados Ticuna, por outro lado não deixou de aparecer na fala de alguns poucos. O silenciamento desse tema não quer dizer que ele esteja pouco presente na vida dos Ticuna. Ao contrário, o modo como se falou dele, nos momentos em que foi mencionado (o feitiço leva ao óbito), indica que esse seja um tema com marcas de tabu. Quanto às restrições que cercam a alimentação e o comportamento, essas são parte de uma busca de equilíbrio mais geral, sendo que o corpo físico e social é parte importante desse equilíbrio. Assim, se a doença é ferida, é fraqueza, é feiúra, é não ser feliz; se a doença estraga e mata, existem caminhos para expulsá-la, vencê-la e matá-la. Uma parte muito importante desses caminhos está na escolha de cascas de árvores e folhas que curam doenças e na temperatura das bebidas e banhos curativos. É preciso fazer aqui uma nota importante sobre a temperatura dessas bebidas e banhos, sobre o vapor e sobre o gosto da doença e daquilo que a cura. A temperatura das bebidas e banhos que curam, nas entrevistas realizadas, nunca apareceu como quente, já que essa temperatura fica associada à doença; ao contrário, a temperatura associada à cura fica entre morna e fria (que são as temperaturas associáveis à saúde). Quanto ao vapor, é importante lembrar que esse é um outro estado da água (não é líquido) e que o seu uso apareceu, em nosso material, associado à febre: o vapor circula e entra no corpo, devendo provocar um efeito positivo. Sobre o gosto da doença e do gosto que a cura, o azedo e o amargo trocaram de lugar em determinada situação: o azedo, que constitui o caminho para a cura em boa parte das situações, deixa de ser bom quando “o azedo come azedo”. E o amargo, associável à doença, em determinado caso, é caminho para a cura.

A educação em saúde é vista como modos de ensino e aprendizado, repasse de informações, troca de idéias e experiências, bem como crescimento mútuo, processo reflexivo e participativo, que contribui para minimizar sofrimentos, trabalhar expectativas e emoções, além de promover cidadania e qualidade de vida. Sob essa ótica, nossas metas futuras são de ampliação e aprofundamento de nossa pesquisa, considerando não só outras entrevistas nas comunidades já pesquisadas, mas também outras comunidades no

interior da grande área Ticuna, com manutenção da perspectiva que assume um diálogo intercultural e interdisciplinar e que toma a linguagem como central para a própria perspectiva assumida.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise do conteúdo. Lisboa: edições 70, c. 2009. 265p.
- BENZAKEN, Adele Schwartz; GARCIA, Enrique Galbán; SARDINHA, José Carlos Gomes; PEDROSA, Valderiza Lourenço; PAIVA, Vera. O estudo de casos de intervenção de base comunitária para o controle das DST/AIDS. *Revista de Saúde Pública*. 41 (Supl.2): 118-26, 2007
- BIRMAN, Joel. A interdisciplinaridade na saúde coletiva. *Physis: Revista de D Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 6 (1/2): 7-13, 1996.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Centro Nacional de Epidemiologia. *Guia de Vigilância Epidemiológica*. 1998.
- COSTA, Suely S.; CARDOSO NETO, José; NASCIMENTO, Sonia A. Estatística Básica. Manaus: INPA, 2012. 50p.
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. *Alea*, vol. 10, n. 1, p. 29-53, 2008.
- MENDONÇA, José Fernandes. Ticunagü arü inüwana nhuäcünäü neü na daugüi nawa i da'wegü rü norü'ü'gü. Visões ticuna do corpo humano, das doenças e dos medicamentos. HIV/AIDS, tuberculose e malária. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2018.
- ODM/Brasil. O Brasil e os ODM. 2015 (Acessado em 27/10/2015). Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm> .
- PAIVA, Vera; PUPO, Ligia Rivero; BARBOZA, Renato. O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV no Brasil. *Revista de Saúde Pública*; 40(Supl):109-119, 2006
- PEREIRA, Audrey Vidal; VIEIRA, Ana Luiza Stiebler; AMÂNCIO FILHO, Antenor.. Grupos de educação em saúde: aprendizagem permanente com pessoas soropositivas para o HIV. *Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 9 n.1, p.25-41, mar./jun. 2011.
- SANTOS, H. M. da Costa; VIEIRA, M.; PINTO, A. G. N. Identificação e análise dos principais impactos ambientais provocados por olarias no Município de Tabatinga-Amazonas/Identification and analysis of the principal environmental impacts produced by potteries in Tabatinga township-Amazonas. *Caminhos de Geografia*, 10(29), 2009.

SANTOS, RV., and COIMBRA JR., CEA., orgs. *Saúde e povos indígenas* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. 251 p. ISBN 85-85676-05-1. Available from SciELO Books<<http://books.scielo.org>>.

SUSAM, 2014. Casos de AIDS crescem no AM, e mais de 9 mil pessoas estão em tratamento. (Acessado em 27/10/2015). Disponível: <http://gl.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/12/casos-de-aids-crescem-no-am-e-mais-de-9-mil-pessoas-estao-em-tratamento.html>

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO. Síndrome de Imunodeficiência adquirida, prevenção e controle. Doenças sexualmente transmissíveis, prevenção e controle. Sorodiagnóstico da AIDS. Preservativos, provisão e distribuição. Direitos humanos. In: Diretrizes para a atenção à saúde em HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Vitória, 2008. (Acessado em 27/10/2015).

SOARES, Marília Facó. Núcleo e coda. A sílaba em Tikuna. In: WETZELS, Willem Leo (org.) . Estudos fonológicos das línguas indígenas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. p195- 263.*

SANTOS, RV., and COIMBRA JR., CEA., orgs. *Saúde e povos indígenas* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. 251 p. ISBN 85-85676-05-1. Available from SciELO Books<<http://books.scielo.org>>.

TADEI, W. P.; RODRIGUES, I. B.; RAFAEL, M. S.; SAMPAIO, R. T. M; MESQUITA, H. G.; PINHEIRO, V. C. S.; SANTOS, J. M. M. dos. Adaptive processes, control measures, genetic background, and resilience of malaria vectors and environmental changes in the Amazon region. *Hydrobiologia*, 1-18, 2016.

8. MACEDONIA EN EL AMAZONAS: EDUCACIÓN ESCOLAR INDÍGENA, INTERCULTURALIDAD EN LA FRONTERA

ALEXANDER, Brito Alarcón Charles

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, OEA-CAPES

charlesbritto662@gmail.com

INTRODUCCIÓN

Aspectos nacionales y regionales de la Educación Escolar Indígena.

A nivel nacional, a la educación escolar indígena se le conoce como Sistema de Educación indígena Propia (SEIP, 2013), una prospectiva político-educativa notoriamente contradictoria del estamento y lo que este representa, es decir la colonialidad (QUIJANO, 2000). Según Castillo Guzmán (2008) el SEIP es antiguo, se remonta a una reunión sostenida entre indígenas del Departamento del Cauca y el Presidente José Vicente Concha en el año de 1916, un siglo después de la independencia republicana.

En aquel entonces, la comisión de indígenas caucanos quejaba lo mismo que se reclama hoy: mejoras a la infraestructura precaria que ya se encontraban instaladas en sus territorios, contratación de profesores con que llenarlas y la construcción de nuevas escuelas en lugares apartados. Pero además, el pedido denunciaba los malos tratos de los misioneros encargados el gobierno para su educación, las casi captura de sus hijos en los internados, los crueles castigos destinados a cohibir la lengua original y promover el castellano. Para remediarlo todo pedían una escuela que los tratara con respeto, que les permitiera aprender y enseñar en su lengua materna, que contratara sus profesores de la misma gente de su comunidad, sostenían que una escuela que les fuera propia – con profesores indígenas y en su lengua- favorecería la misión cristiana de los misioneros y fortalecería la presencia del estado. Al final, lo “propio” acabo acuñándose definitivamente porque siempre que se les preguntaba por cual educación era la que querían, ellos respondían queremos “una educación propia”.

A lo largo del siglo XX las confrontaciones entre indígenas e indigenistas arrojan una serie de acciones que se oponen al Ministerio de Educación Nacional (MEN). Los Misioneros expulsados, la fundación de escuelas bilingües, los programas autónomos de capacitación y formación de maestros, la elaboración de currículos y material didáctico propio –todas acciones de insubordinación- crecerán entre el marco de la 'etno' educación (de la idea de 'etno' desarrollo introducida en los 80s por Guillermo Bonfil Batalla) y la consolidación de las organizaciones indígenas nacionales, especialmente el CRIC (Consejo Regional Indígena del Cauca).

En la década de los 90s la nación Colombiana ajusta su enfoque hacia una corpopolitica mundial que apremia por la inclusión social de la diversidad étnica (el Convenio OIT 169). En actos de gestión educativa, este giro mundial significó en Colombia, el repliegue paulatino de los católicos en la administración de la educación del país, tarea que venían ejecutando desde la misma independencia. La adopción de políticas a favor de las prácticas tradicionales de las minorías étnicas se asienta con la Ley 115 de 1993 o Ley

General de Educación y específicamente con el decreto 804, el cual regula la educación diferenciada o etnoeducación que luego decantaría en los modelos interculturales de la actualidad. La instrumentación del SEIP en 2007, es decir su puesta en marcha como modelo pedagógico autónomo de educación indígena, es resultado de mesas de concertación permanente entre Estado y Pueblos indígenas, concertación en lo financiero principalmente.

La educación escolar indígena en lo que hoy es el Departamento del Amazonas, sigue el rumbo de la consolidación de las fronteras instaladas entre el Virreinato del Perú, el Virreinato de la Nueva Granada y la Corona Portuguesa (1750-1770), y a su vez a la sociedad – y luego disolución- que estos hicieron con los Jesuitas, específicamente destinada a la pacificación de los salvajes. Así, la inmanencia de las Misiones Jesuíticas presentes en la configuración colonial de la región, anticipa los procesos de nacionalización de los indígenas. Sin embargo en materia educativa, la subsiguiente colombianización de los territorios llevada a cabo por Franciscanos, en especial la de Leticia después de su retoma en 1932, no se aleja del principal interés/característica de la misión jesuita, pues continua siendo una escolaridad ligada al evangelio, a la castellanización y nacionalización, aunque hay que señalar cierta inversión en esa escala de prioridades ya que urgía colombianizar lugares ya asumidos desde la colonia por peruanos.

Los Franciscanos llegan al Amazonas en la comisión oficial colombiana que tuvo por fin explorar el nuevo territorio, instalándose principalmente al norte del Departamento, próximos al Departamento del Caquetá. La llegada del Padre Estanislao de la Corst al sector de la Chorrera -quien a la postre fuera el fundador de los principales orfanatorios que luego se convirtieron en internados destinados a los indígenas y que hoy son colegios indígenas referenciales- ejemplifica el tenor de la misión: “Acababa de salir de la región la nefasta Casa Arana, los indios, vilipendiados y agredidos, vagaban dispersos, medrosos después de genocidio, la esclavitud, la deportación y la barbarie [...] el 15 de diciembre fundo el orfanatorio, con 16 niños y 6 niñas [...]” (CARTA PASTORAL, 1989)

De allí que en esta primera fase todas las acciones educativas dependen de las disposiciones del Vicariato Apostólico del Caquetá con sede en Florencia, y que cuando los misioneros fueron internándose con el pasar de los años en la vida y en el territorio del Amazonas, la administración bajara al Vicariato Apostólico de Sibundoy en el Departamento del Putumayo. Se trataba de una administración remota, que sin embargo, proyectaba ya afincarse en la región. Así, desde 1932 hasta 1952, la educación escolar en el

Departamento vive una fase “pacificadora y acogedora”, en la que las pretensiones de las misiones franciscanas fueron la de colombianizar y alfabetizar (instalar la historia y geografía del país por medio de la escolaridad), pero principalmente catolizar, casar, bautizar, confirmar indígenas, colombianos, peruanos o brasileiros. Si se quería estudiar era lo que había, la escuela acogía a todos, pero las reglas para esa totalidad eran las únicas y estrictas, es decir “se habla en castellano, y se le ora a Dios”.

En 1952 la educación del Amazonas supera la administración monitor y se instala en definitivamente en Leticia. Monseñor Marceliano Eduardo Canyes Santacana, también franciscano, es comisionado como Prefecto Apostólico e Inspector General de Educación en el reciente territorio de la Comisaría Especial del Amazonas. Su arribo refuerza la presencia del Estado en un territorio, que en veinte años había pasado de 300 habitantes a poco más de 5000, personas variopintas, atraídas principalmente por la economía de extracción, ya no de la de quina ni del caucho sino de las pieles de animales (ZARATE, 2008). Monseñor viene a potenciar la evangelización ya instalada, y principalmente a organizar la educación.

Según datos de la Carta Pastoral de 1983, a la llegada de Canyes en 1952 se contaban en el Amazonas colombiano 6219 habitantes, asignados a una misión compuesta por 6 sacerdotes y 3 estaciones misionales, 16 maestros de los cuales 8 eran religiosos, 9 escuelas y 450 estudiantes. A su retiro en 1989, cuando ya no conservaba la responsabilidad administrativa completa de la educación sino solamente la rural, la cual coincide con las actuales escuelas indígenas, Monseñor reseña haber fundado 21 escuelas sobre el río Amazonas, incluidas las de la zona rural de Leticia (los Lagos, la Carretera), 19 sobre el río Putumayo, 11 sobre el río Caquetá y 3 centros de formación complementaria; más un total de 183 profesores, 43 administrativos y 3723 estudiantes. Añadiendo además la fundación de la Escuela Normal Superior femenina (ENS) en 1959, núcleo principal de formación de profesores que tuvo sus primeros egresados en 1962, todos destinados a la zona rural, es decir a la educación de indígenas.

El que el Vicariato apostólico de Leticia estuviera a cargo de la educación rural hasta mediados de los noventa marca una incisión determinante. El peso de la estructura montada –la de selección, administración, gestión y formación de profesores- que llegaba a los lugares apartados del Departamento, fue favorable para el ingreso de la etnoeducación. Mientras ese era el clima de la educación rural, en lo urbano se dio paso al desarrollo de la colombianeidad, al proyecto neoliberal urgente para el Gobierno, que se acentuó en la región con la apertura de centros de formación técnica y con el citado

repliegue de los católicos en la gestión educativa. Con ello, en las escuelas rurales e internados indígenas, se trabajaba mediante enfoques de “escuela nueva”, mientras que la educación de los polos urbanos importantes (Leticia, Puerto Nariño, Pedrera y Tarapacá) optaron por modelos educativos industriales o técnicos, como en el caso del INEM, pedagógicos como la ENS, o agrícolas como el INEAGRO.

La preocupación por darle a lo rural un enfoque diferente al urbano, más volcado al contexto indígena, es algo que persiste en los relatos de los directores de las escuelas e internados. El mismo Canyes Santacana, dio indicios en varias ocasiones, de que un debate cuestionador ocupaba sus convicciones misioneras, se entrevistó un dilema epistemológico.

La liturgia de la iglesia, que ha dado una participación mayor al pueblo cristiano, al celebrarse en castellano, debería llegar más a los indígenas, adecuándola a su mentalidad [...] Reconocemos que nos hemos equivocado en muchas cosas de todo orden espiritual y material, ensayos que se emprendieron de buena fe y que no resultaron. Nos ha faltado tacto, tal vez, para interesar las fuerzas del gobierno y la iglesia a favor del territorio. (CARTA PASTORAL, 1989, p.10)

Y en una carta del Padre Daniel Restrepo a su congregación en Santa Rosa de Osos en el Departamento de Antioquia, y mientras era director del internado San Antonio de Mirití, escribe:

Es una encrucijada, te digo: Van ya 500 años de Evangelización y de educación de indígenas, sin un fruto satisfactorio y ni siquiera aceptable. Hay un gran remanente de ambigüedad conceptual, mucho sincretismo fétido, mucha duda en la ortodoxia y crisis en la ortopraxis, una mera yuxtaposición o sincretismo simbiótico, que no son gratificantes [...] Es necesario revisarnos, rectificar los caminos, empeñarnos en los métodos. El objetivo de la cruzada debe ser inculturar. [...] Solamente presentando el mensaje cristiano, que es inmutable, bajo el ropaje total y concreto del lenguaje antropológico del hombre amazónico en lengua y símbolos, podremos acertar. Todo esto exige estudio y cuidadosa planeación. Ojala los de Santa Rosa que piensan viajar al Amazonas, conozcan estas letras, para que vayan viendo el berenjenal en que se van a meter. (PLAN INSTITUCIONAL... 1991, p 1)

El Padre Daniel, aunque lo siente, se resiste a creer que la Evangelización y la Educación de indios del Amazonas y del continente ha y seguirá fracasando. Contempla la escuela de los indígenas como ambigua, y la heterodoxia y los sincretismos de las nuevas tendencias científicas, refiriéndose al enfoque etnoeducativo, en términos de “remanente”

“fétido” y “crisis”. Sospecha que el indígena burla, ablanda y retuerce lo que ellos intentan inyectarles por su bien.

Evidentemente lo que los indígenas cocinan a trastienda le hiede al civilizador (KUSCH, 1970), pues consiguen de algún modo no claro para ellos, consumir la escolaridad convencional. Puede ser que los indígenas obedecieran la orden de no hablar en su lengua y que no pidieran abiertamente una educación bilingüe – como si lo hicieron los indígenas del Cauca-, pero también es cierto que el mismo dispositivo que pretendía disciplinarlos, le permitió trasladar su pensamiento al castellano y viceversa. Y lo más paradójico resulta ser, que lo mismo le pasó al colonizador, pues acabó afectado y sin conciencia de su afectación aferrándose a la misión civilizatoria. Lo que inquietó a Monseñor, sus directores y profesores, fue la indianía constante conque las comunidades indígenas bordearon las escuelas rurales desde el principio (BRITO, 2018).

Hasta cierta medida, la confrontación entre indígenas y religiosos que diera principio al SEIP en el centro de Colombia, no se reprodujo exactamente en el Departamento del Amazonas, al menos en los que refiere a la expulsión de misioneros. Muchas de las iniciativas de etnoeducación, educación nueva y educación propia que hoy son una realidad, provienen profesores y directivos favorecidos por cierta permisividad administrativa de la misión franciscana y una previa aceptación o mejor decir fagocitación, que los indígenas ya habían hecho de las misiones jesuitas.

Igual que antes, el panorama actual según el cual hay una educación indígena que acontece en el campo y una educación nacional que acontece en Leticia, depende hoy de los profesores (sean destinados a las escuelas rurales o a las urbanas) que son formados en la ENS. En la experiencia de Macedonia pudo observarse como dichos profesores, en el ejercicio cotidiano y de modo similar al que relatan los misioneros, sucumben a la geocultura indígena que los absorbe, aspecto que se hace notorio en la práctica educativa en sí.

DESARROLLO

Una interculturalidad crítica de la escolaridad.

Trinta anos atrás eu plantei uma pereira no jardim da minha casa e dela colhi muitas frutas todo semente no tronco da minha pereira e assim uma outra espécie cresceu ao lado da minha árvore ano. Recentemente notei que outra planta surgiu junto ao tronco da minha pereira e fiz algumas suposições, imaginando que era um enxerto: "um passarinho depositou uma. Para certificar o que estava acontecendo, chamei um biólogo que,

estudando-o, descobriu que no chão onde eu plantava minha pereira havia raízes de uma velha árvore de mármore, uma árvore forte típica da região, capaz de resistir a intempéries e ventos. Essa outra árvore cresce, agora conhecida por mim, ao lado da pereira, coexistem no meu jardim. (Contada por Danielle Mitterrand en el foro mundial de Porto Alegre en BERGAMASCHI, 2005)

Las consideraciones que queremos presentar se basan en una investigación que objetiva ocho comunidades indígenas que se asociaron para tener un ciclo escolar completo en Macedonia, Resguardo indígena Ticuna colombiano en el Departamento del Amazonas (BRITO, 2018). Esta investigación muestra como la comunidad acudió a la figura jurídica del SEIP para diseñar un programa escolar singular (lo cual implica una apropiación de toda la estructura) que apuntó a contrarrestar un problema común: jóvenes indígenas débiles en saberes tradicionales (tales como mítica, lengua materna y prácticas culturales) al mismo tiempo que no fluentes en la modernidad (manejo de nuevas Tecnologías de la información y la comunicación, lenguas extranjeras entre otras). Se trató entonces, de ver la escuela como un importante lugar en el que preparan su sociedad para mejores relaciones con otras culturas, en como el indígena absorbe y es absorbido por la escuela, y sobre como alter-modulan el sentido de la escolaridad convencional, mediante la reelaboración autentica (de sus propias manos y entendimiento) de las normatividades y la normalidad que los circunda.

La metáfora del injerto explica mejor este punto: La educación indígena adopta formas de escolaridad únicamente porque crece encuadrada como tal. Y por eso, es cierto que lo que se quiere enseñar en ella continúa respondiendo con unos mínimos nacionales, es decir en el mero uso sustantivo de la interculturalidad (MATO, 2009), pero también es verdad que subsiste en esa escuela indígena un modo de estar y ser en el mundo, que se nutre de una ética de la otredad, de la preocupación por la alteridad. Es decir que no cabe en ella una interculturalidad promovida desde los presupuestos eurocéntricos, los cuales incitan la monetización y mercantilización, sino una que apunte a la desindustrialización y a la recuperación de la preocupación por el hombre, y su felicidad (ASOCIACION ALEMANA... 2004). En Macedonia, así como en otras escuelas indígenas hay un intento por crear espacios interepistémicos que producen interconocimientos –como lo planteara Boaventura de Souza (2010)- y esto porque desde la orilla del Otro excluido, son otros los saberes, otras las lenguas, otras las utilidades y otras las formas de intercambiarlos.

En el trabajo de campo de tres meses en Macedonia, se implementó una perspectiva etnográfica singular: La del “estar siendo Juntos” (BERGAMASCHI 2005). En este abordaje la preocupación principal es la de dar escucha, buscar desde la afección que se da en la convivencia genuina, los lazos interepistémicos con la comunidad, registrando las observaciones y retroalimentándola permanentemente con el colaborador, es decir estableciendo un diálogo con el investigado. Este lazo sensible profundo y afectivo proporciona la confianza mutua, y tiene que ser así porque de otro modo la convivencia se tornaría trabajo, y entonces la diferencia ontológica, es decir el abismo que separa lo que piensan las culturas de sí mismas y entre ellas, no estarían ahí para diluirse sino para trasplantarse, comunicarse, traducirse como dice Fornet Betancourt (2004).

Al profundizar en la convivencia se crea la sensibilidad, la sincronización para con el tema del Otro. Así fue que mediante las observaciones de campo pudo describirse el pensamiento fagocitador y seminal desde el cual el Ticuna de Macedonia, se relaciona con cualquier cultura y saber-otro, sea o no afín a su punto de vista. Al revisar el Proyecto Educativo la misma sensibilidad permitió verificar que al currículo convencional se le han venido atravesando componentes de su educación propia, tales como aprender valores humanos por medio de la artesanía, de reflexiones acerca del arte de crear. Pudo constatar que a su vez los profesores que no son indígenas, se han permitido innovar experiencias pedagógicas, de variado tipo pero teniendo en cuenta su contexto indígena. Lo anterior muestra que la etiqueta intercultural acaba siendo útil para relacionarse y funcionar en una dimensión “formal”, como describe Walsh (2011), pero enseña también, que en la misma cotidianidad hay un criticismo, que pasa por una concepción propia de relaciones humanas ticunas.

En la investigación se encontró un padre de familia que opina sobre la investigación etnográfica desde la narrativa del “cazador perdido”; vimos un Director de escuela que enseña como un chamán; acompañamos a una comunidad paralizando las actividades de su propia escuela para reclamar la irresponsabilidad Estatal, y destacamos unos profesores que aprenden de sus estudiantes Yagua pescadores. Inconexas, es decir sin una lectura comunitaria, estas acciones son solo reclamos. Analizadas como un conglomerado de intenciones culturales de reivindicación acaban siendo evidencia de la permanente crítica al sistema educativo que proviene de los artífices y no del Estamento. Son la respuesta a las exigencias que plantea el horizonte cultural y que indican que la principal falencia no reside en la infraestructura sino en la manera de ver la escuela y su función.

Cuando comunidades como Macedonia prefieren hacer su escuela un enclave de occidente, las preocupaciones giran en torno a como se ve desde afuera, como recibirán sus documentos, y si funcionan o no sus computadores, si hay o no gasolina para el barco que transporta a los estudiantes. Y cuando la aceptan como un injerto, es decir como una circunstancia externa a su manera de educar, estas escuelas crecen y se fusionan con la geocultura indígena, en parte por la marginalidad en que se desenvuelven ignoradas por las autoridades, y en parte porque acaban cultivando y rescatando las potencias de indianía que hay en los profesores, los estudiantes y los padres de familia.

De allí que otras observaciones, como las de los nombres de las sedes (aun con nombres coloniales); la ortodoxa formación pedagógica de sus profesores, indígenas y “no indígenas” (constructivista y predeterminada por el proceso de formación iluminista de la ENS de Leticia); y las respuestas de los jóvenes que prospectan más bien un colegio de ciudad que uno indígena, sugieran que en Resguardos como Macedonia no hay una persistencia de la indianía sobre la colonialidad, y por lo tanto un deseo de apropiarse de su educación. Sin embargo, si en lugar de dar la lectura común se comprende la situación desde la posición del indígena, es decir desde la conciencia de los hechos que es para Kusch (1970) la fagocitación, se puede entender que el proyecto de Educación Propia apenas madura, como es normal, desde sus simientes (saberes) y no desde cimientos (currículos). Los profesores y adultos de la comunidad, sean o no formados en escuelas convencionales, vivencian interculturalmente su actual escolaridad (desde su posición de profesor, estudiante o padre de familia) valorando el saber propio y el ajeno desde su cotidianidad, efectivamente interculturalizan sus existencias con otras que no se le parecen en nada, todo en virtud de seguir siendo como son.

El proyecto escolar de macedonia sigue creciendo desde su ticuneidad, que es marcadamente intercultural, preocupado por el otro. Se insiere en una colonialidad cristiana, evangélica, es verdad, pero se sostiene ante todo por su fagocitación, es decir por el modo como han aprendido a seguir siendo sin traslucirse culturalmente. Probablemente hace falta que tensionen lo que han dado por cierto, que interculturalicen a nivel generacional, es decir con los más jóvenes, con los católicos y con otros pueblos con los que comparten proyecto educativo, tales como los yagua de la Libertad. A su vez el reto de los jóvenes es el de equilibrar lo tradicional con lo moderno a partir de una creatividad sostenible no polarizada. No se trata tanto traducir al inglés como al español, ni de dar por descontado que el proyecto civilizador ha finalizado, sino de comprender que la emancipación indígena no ha sido

obtenida y que en gran medida la clave para ello se encuentra en una escolaridad heterodoxa, pluriglusa, multiversa.

CONSIDERACIONES

Como tal, el desarrollo de la Educación Escolar Indígena colombiana puede ilustrarse como si se tratara de una planta. El primer momento es la germinación: El suelo en el que brota la educación indígena es la institucionalidad, el Estado de Derecho que litiga las necesidades expeditas de los indígenas e indigenistas (bilingüismo, dignidad), pero sus raíces, es decir sus simientes, son netamente de naturaleza indígena, llena de saberes propios. Una segunda fase es su crecimiento, accidentado, tortuoso y quebrado, probablemente propiciado por un escenario mundial en el que la colonialidad del continente choca con los avances del derecho internacional humanitario. En un momento dado, en este “clima de transformaciones propicias”, se reciben influencias de nuevos enfoques que alimentan la escolarización indígena (el sustantivo de etnoeducación), produciendo frutos (el modelo pedagógico del SEIP). El tercer momento muestra lo que se infiere, sea un injerto aunque en realidad se trata de un nuevo vergel (plantío): Los frutos recientes caen en suelos (geocultura) que como el Departamento del Amazonas ha sido abonado previamente por diversas vertientes y desde allí la escolarización indígena, se desenvuelve en un nuevo escenario en el que interculturalizar les es inherente.

La investigación sirvió para ir validando, como ha sido comprobado en un número importante de pesquisas de este tipo, que perspectivas etnográficas como la del “estar siendo juntos” interpretan de modo amplio y denso una configuración epistemológicamente contraria a los métodos descriptivos convencionales. Por lo que, puede inferirse que una investigación intercultural siempre se beneficiará de una metodología, manera de hacer las cosas, sensible y vivencial, que escapa al encuadre disciplinado que por siglos ha dominado la academia, es decir que este tipo de miradas es ante todo vigorosamente decolonial. Así mismo, el levantamiento del referencial local el cual revela una literatura, diversa en temas, áreas y campos, dispuesta en pro del análisis decolonial sin necesidad de forzar amarras, es una muestra de que hay una disposición, aires favorables para el abordaje intercultural de procesos como el estudiado y otros más. Por ejemplo el asunto de la Educación intercultural indígena desde la proximidad de Colombia, Brasil y Perú, sus correlaciones políticas, sociales y pedagógicas. ¿Serán como la interculturalidad de Panikkar? O sea una “tierra de nadie y de todos”. De nadie, porque no la llena nadie, es inabarcable para un solo caudal cultural, sea este indígena o blanco o mestizo. O de todos, porque todos

inevitablemente, quieren llenar una escuela que acaba siendo el punto de encuentro del entusiasmo internacional, interétnico e intercultural.

La crítica intercultural de la educación escolar indígena en el Departamento del Amazonas y por lo tanto de la frontera, podría robustecerse sacando partido de los saberes que le son propios, es decir partiendo de la descolonialidad de su historia escolar, desenterrando la participación activa de las voces que han tenido que ver en la formulación de propuestas educativas que aportaron y aportan a la actual configuración, y que lamentablemente no se llevan en la cuenta. En la incipiente Leticia colombiana de principios de siglo XX, una suerte de convenios sucintos entre católicos, evangélicos y civiles, alfabetizó en sus escuelas a brasileiros, colombianos y peruanos; finalmente fueron estas acciones político/educativo/culturales las que ligaron el Marco fronterizo con el fuerte Militar Tabatinga (ATAIDE, 2015). Hay mucho asunto por desenterrar en nuestra educación escolar inexorablemente ligada al indígena. En Mocagua, en la década del cuarenta, indígenas aprovechaban los programas de la Radio Sutatenza para la alfabetización propia y de otros adultos que apenas y sabían firmar. No pocos profesores de la Educación Contratada que administraba Monseñor, la mayoría de ellos sin la profesionalización, (que luego exigiría el MEN) indígenas con la experiencia y saber comprobado, fueron nombrados en propiedad y en secuencia por el Vicariato Apostólico de Leticia antes de que abandonaran la administración de la educación rural, algo temían. La Escuela Normal Superior se funda femenina y su nombre actual honra a Monseñor Marceliano. Poco se sabe de sus transformaciones, adaptaciones o modificaciones curriculares en torno al tema geocultural. A juzgar por lo dicho en el último Congreso Internacional de Normales celebrado en 2017 en Leticia, sigue siendo el racionalismo instrumental el faro que ilumina el ejercicio profesional de sus egresados. Un dato que tiene que ver con la cantidad de trabajos finales de grado de sus estudiantes de ciclo complementario, señala que buena parte de los mismos tiene por foco asuntos indígenas. Sus autores son jóvenes provenientes de los rincones más distantes del Departamento, con la misión implícita todos ellos, de hacerse buenos profesores para los suyos. Se encuentran interesados en el reto étnico pero también en el interepistémico que los involucra, toda vez que salieron de casa precisamente para aprender a enseñar, las habilidades y destrezas necesarias para que el indígena del futuro sea fluente en lo eurocentrado y dinámico en lo tradicional.

REFERENCIAS

ASOCIACIÓN ALEMANA PARA LA EDUCACIÓN DE ADULTOS. Reflexiones de Raúl Betancourt sobre el concepto de educación intercultural. México. D.F.: Consorcio Intercultural, p. 27. 2004.

ATAIDE, Luiz. Crônicas de Tabatinga (Brasil). vol 1. Editorial Gente Nueva. Bogotá, Colombia. 2015.

BERGAMASCHI, Maria. Nhembo'e : enquanto o encanto permanece! : processos e práticas de escolarização nas aldeias Guarani. 2005. 272 f. : il. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2005.

BOAVENTURA DE SOUZA. Decolonizar el saber, reinventar el poder. Montevideo : Ediciones Trilce, 2010.

BRITO, Charles. Macedonia en el Amazonas: educación escolar indígena, Interculturalidad en la frontera. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2018

CASTILLO GUZMÁN, Elizabeth, "Etnoeducación y políticas educativas en Colombia: la fragmentación de los derechos". Revista Educación y Pedagogía, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, v. 20, n. 52, p. 15-26, sep./dic., 2008.

COLOMBIA. Comisión Nacional de Trabajo Y Concertación de la Educación para los Pueblos Indígenas - CONTCEPI. Perfil del Sistema Educativo Indígena Propio - SEIP. Bogotá: CONTCEPI, 2013.

KUSCH, Rodolfo. El pensamiento indígena y popular en América (1970) en Obras Completas v.2. Rosario, Argentina: Editorial Fundación Ross, 2007.

MATO, Daniel. Contextos, conceptualizaciones y usos de la idea de interculturalidad En Pensar lo contemporáneo: de la cultura situada a la convergencia tecnológica. Universidad Autónoma Metropolitana. Mexico, editorial Antrophos. p.28;50. 2009.

PLAN INSTITUCIONAL DEL INTERNADO DEL MIRITI Y LA CHORRERA. 1991. Leticia, Amazonas, Colombia.

PREFECTURA APOSTOLICA DE LETICIA. Ultima carta Pastoral de Monseñor Marceliano Canyes, 7 de mayo de 1.989. Leticia, Amazonas, Colombia.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En libro: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000. p. 123-151.

WALSH, Catherine. Etnoeducación e interculturalidad en perspectiva decolonial. Ponencia "Etnoeducacion e Interculturalidad, Perspectivas Afrodescendientes" Cuarto Seminario Internacional, (s.p) CEDET, Lima, septiembre 2011.

9. O PAPEL DO COORDENADOR COMO GESTOR ESCOLAR INDÍGENA: UM OLHAR DOS PROFESSORES

BRAULE, Gilvânia Plácido

UFAM

gilvaniabc@gmail.com

FORTES, Manoel Jovelino

SEDUC/BC

jovelinofortesfilho@gmail.com

NOGUEIRA, Juvan Reis

UFAM

juvanbc@ufam.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta uma monografia que versa sobre a gestão como coordenação numa escola indígena do município de Benjamin Constant. A gestão de uma escola indígena tem como diferencial a sua dupla função tanto de gestão quanto de coordenação.

O estudo teve como analisar a atuação do coordenador como gestor na Educação Escolar Indígena e seus reflexos no sucesso do processo de ensino e aprendizagem das crianças ticunas por meio do olhar dos docentes da comunidade de São João de Veneza no município de Benjamin Constant. Para o alcance deste objetivo foi necessário alcançar os objetivos específicos estabelecidos: conhecer a concepção de educação escolar indígena, de gestão e de coordenação dos docentes da escola Maravilha; averiguar as atribuições do

coordenador na função de gestor escolar indígena; identificar as dificuldades enfrentadas pelo coordenador na função de gestor escolar; conhecer a visão dos docentes quanto ao papel do coordenador como gestor escolar nas suas funções administrativas e pedagógicas.

As inquietações que iniciaram esta pesquisa surgiram pela percepção de que existem falhas e contradições a legislação quanto ao papel do gestor/coordenador. Na realidade existe um coordenador com várias funções. A escola pesquisada é uma escola que depende de um Pólo Educacional Rural, mantido pela SEMED- Secretaria Municipal de Educação. Cada pólo abrange as escolas mais próximas, se constitui por várias escolas e possui um coordenador, no entanto, o que a comunidade escolar de fato demanda não é atendida.

A coordenação demonstra não conhecer o seu verdadeiro papel ou se sabe não está conseguindo desempenhar. Segundo Aragão (1998 "Eles não sabem os limites de seu papel e, por isso, aceitam todas as demandas que lhes são dadas, fazendo coisas demais por não ter a compreensão de que são, antes de tudo, formadores". Isso prova que não sabemos, ou melhor, não temos condições de exercer somente a função de coordenação.

As tarefas que a coordenação acaba tomando para si poderiam ser passadas para outro profissional, sobrando mais tempo para o que é primordial. Segundo Coelho (1996) "Para as coisas funcionarem bem, deve existir um trabalho colaborativo, com o envolvimento de todos". Um exemplo é o atendimento aos pais, pois "é função do coordenador recebê-los quando se trata de questões pedagógicas".

Os estudos se pautaram no seguintes teóricos como Ferreira (1998), Placo (2001, 2002, 2006), Vasconcellos (2006), Oliveira (2016), Miranda (2016), Luck (2008, 1991) e outros que contribuíram para um entendimento aprofundado da problemática.

A pesquisa foi realizada mediante uma abordagem qualitativa considerando dados descritivos coletados por meio do método de estudo de caso, no qual se aplicou a técnica de questionário com docentes e coordenador e observação participante numa escola indígena.

O estudo aponta que há uma necessidade de se compreender o real papel do coordenador sendo que a função de coordenação não está sendo exercida, pois os fatores pedagógicos não são vistos nas ações da coordenação. A função de coordenação das escolas indígenas

tem um papel também gestor e por isso o principal papel que é a formação continuada dos professores em serviço não está sendo exercida.

CAMPO DE ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO/GESTÃO

A coordenação/gestão que de comunidade escolar rural indígena é designada conforme os interesses políticos do órgão mantenedor e não do interesse da comunidade. A designação é realizada pela órgão mantenedor do Ensino Fundamental. Os pólos são organizados conforme a aproximação das escolas nas margens do rio Solimões. Ao todo o município de Benjamin Constant possui cinco pólos. Em um deles fica localizada a escola Maravilha na comunidade de São João de Veneza.

A Escola Municipal Maravilha Me'ëthine, situada a margem direita do Rio Solimões, Bairro zona rural, município de Benjamin Constant-Am. A instituição (como comumente é chamado maravilha) não tem gestor é prioridade para esta referida instituição.

Na escola existe turma multisseriada. Os alunos são alfabetizados na sua própria língua materna, como pronunciar o som, fonema, e letra. Desta forma são expostos na sala de aula cartazes escritos em Ticuna e português com: nomes dos alunos (em Ticuna e Português); as letras de músicas conhecidas pelas crianças como exemplo: (ÃTAPE RÜ NA NGE CUTÜ) “a cobra não tem pé”, as histórias escritas pelas crianças junto com o professor, as embalagens de alguns produtos: pasta de dentes sabonete, leite em pó etc, o nome de pássaros, sapos, insetos, plantas, objetos etc, Além disso, a escola adota o uso de painéis e fichas com os nomes dos alunos incluindo os clãs, bingo de nomes e letras, jogos de memória, letras moveis.

A presente pesquisa foi realizada na comunidade São João de Veneza, município de Benjamin Constant no Estado do Amazonas em uma escola pública da rede de ensino. A ascendência de Benjamin Constant está ligada a diversos contextos, por exemplo a política de aldeamento, demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru e por último o extrativismo da borracha. Consta na origem dos antepassados a Aldeia do Javari, localizada a direita do Rio Solimões.

Um acontecimento deste povo que teve grande significância, foi a demarcação como ressaltou-se acima entre as fronteiras do Brasil e Peru, realizada entre 1864 e 1874, na

qual no ano de 1890, surgiu um povoado dos antigos seringais que chamava-se Remates de Males que situava-se a margem do rio Itacoaí, sendo estes conclui-se onde originou-se o Município Benjamin Constant. Sendo que o referido nome da cidade, foi sugerido por Candido Rondon, em homenagem ao notável Benjamin Constant, um dos ativistas da República Proclamada no Brasil em 1889.

O município de Benjamin Constant localiza-se na microrregião do Sudoeste Amazonense na microrregião do Alto Solimões, distante da Capital Manaus 1.118 Km em linha reta. Sendo que a cidade é contíguo as fronteiras dos municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Ipixuna, Eirunepé, Jutai e a República Federativa do Peru.

Suas características geográficas são as seguintes, área 8 793,429 km², população é de aproximadamente de 33 391 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do ano 2010, possuindo um clima tropical chuvoso e úmido .

A instituição pesquisada atende os níveis Ensino Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º a 6º anos e Educação de Jovens e Adultos – EJA 3º e 4º segmento. Atualmente estudam na instituição 176 alunos, sendo divididos da seguinte forma por turnos, matutino 56, vespertino 58 e noturno 62 educandos, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal.

Foi reinaugurada no dia 24 de janeiro de 2014. É mantida pela Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, e vem atuando na comunidade Benjaminense com o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Também atende os alunos da SEDUC com Ensino Médio Tecnológico de 1º a 3º ano do Ensino Médio. No ano de 2014 a escola passou por uma ampliação, onde foram construídas 03 (três) salas de aula e 01 (uma) secretaria, foi construído um refeitório, 2 (dois) banheiros masculinos e femininos, depósito para merenda escolar, cozinha, sala dos professores e pátio/corredor.

Inicialmente a escola atendia somente de 1ª a 4ª série com a capacidade para 50 alunos. Com o passar dos anos as exigências escolares aumentaram, aumentando também sua capacidade, constatou-se a existência de uma grande demanda de crianças em idade escolar.

Falar de organização do ensino e do trabalho na escola remete-se a um acompanhamento e controle que objetiva detalhar as metas e prioridades dentro do trabalho escolar, ou seja,

a organização e o trabalho nas escolas são peças chaves que estão intimamente ligadas ao objetivo primordial da escola que é promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos.

Então, a escola está organizada desde seu calendário Escolar Municipal que é composto de duzentos (200) dias letivos com uma carga horária anual de oitocentas (800) horas distribuídas em vinte horas semanais, conforme estabelece a legislação de educação.

Na escola são atendidos alunos dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, além da Educação de Jovens e Adultos 3º e 4º segmento, que conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 9394/96 de 20 de dezembro em seu Art. 37 “A educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”.

As políticas públicas relativas à Educação Escolar Indígena pós-Constituição de 1988 passam a se pautar no respeito aos conhecimentos, às tradições e aos costumes de cada comunidade, tendo em vista a valorização e o fortalecimento das identidades étnicas. A responsabilidade pela definição dessas políticas públicas, sua coordenação e regulamentação é atribuída, em 1991, ao Ministério da Educação.

Para o delineamento dessas políticas, o MEC passa a contar com a participação de representantes indígenas, entidades de apoio e outras instituições, adotando com o parâmetro as experiências bem-sucedidas promovidas pela sociedade civil, afirmando seus conceitos e metodologias. Dessa maneira, iniciativas de caráter local tornam-se referência ampla para a conceituação e implementação de uma política pública de educação escolar indígena voltada para o atendimento da demanda de escolarização das comunidades indígenas, a partir de um novo paradigma da especificidade, da diferença, da interculturalidade e da valorização da diversidade lingüística (MONTE, 2000).

Finalmente passa a ser um princípio para o Estado brasileiro fazer com que os povos indígenas sejam ouvidos e atendidos com relação ao tipo de escola que querem e à gestão dessa escola. As ações governamentais passam a ser orientadas para possibilitar que os povos indígenas discutam, proponham e procurem realizar seus modelos e ideais de escola segundo seus interesses e suas necessidades.

Nesse caminho, a escola - outrora imposta aos índios e por eles vivenciada como uma ameaça à sua maneira de ser, pensar e fazer - tem sua presença hoje reivindicada por esses mesmos índios. Os povos indígenas contemporâneos veem a escola por eles

construída como instrumento para a construção de projetos autônomos de futuro e como uma possibilidade de construção de novos caminhos para se relacionarem e se posicionarem perante a sociedade não-indígena, em contato cada vez mais estreito.

Em 2003, tem início no Ministério da Educação um movimento para a inserção e enraizamento do reconhecimento da diversidade sociocultural da sociedade brasileira políticas e ações educacionais, que se consolida com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), à qual está vinculada a Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI).

A SECAD é criada com o objetivo de institucionalizar no Sistema Nacional de Ensino o reconhecimento da diversidade sociocultural como princípio para a política pública educacional, evidenciando a relação entre desigualdade de acesso e permanência com sucesso na escola com a histórica exclusão fomentada pela desvalorização e desconsideração das diferenças étnico-raciais, culturais, de identidade sexual e de gênero, nas escolas brasileiras.

Assim, a educação escolar indígena passa a receber um tratamento, no MEC, focado na asserção dos direitos humanos, entre eles o de ter seus projetos societários e identitários fortalecidos nas escolas indígenas.

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO COORDENADOR COMO GESTOR ESCOLAR

Uma das questões que diz respeito sobre a gestão da escola em tempos de mudança, que: gestores (administradores escolares, coordenadores e orientadores) tornaram-se personagens fundamentais a serem analisados na tentativa de compreensão das novas formas de funcionamento da escola.

O Coordenador na função de Gestor deve primeiramente entender o papel do líder da escola, encarregado de orquestrar a administração da instituição, o fazer pedagógico e a relação com a comunidade.

O segundo papel é manter a escola organizada e limpa, equipamentos funcionando, conta em dia, funcionários em ação, comunidade participativa, e, acima de tudo, alunos aprendendo. Esse é o cenário ideal para uma instituição de ensino. Não se chega a ele sem

muito trabalho e sem a presença de um diretor à sua frente. Deve ser um profissional que, na definição clássica do pesquisador Antônio Carlos Gomes da Costa, conjuga três perfis básicos:

- Administrador escolar: mantém a escola dentro das normas do sistema educacional, segue portarias e instruções, é exigente no cumprimento de prazos;
- Supervisor pedagógico: valoriza a qualidade do ensino, o projeto pedagógico, a supervisão e a orientação pedagógica e cria oportunidades de capacitação docente;
- Líder sócio-comunitário: preocupa-se com a gestão democrática e com a participação da comunidade, está sempre rodeado de pais, alunos e lideranças do bairro, abre a escola nos finais de semana e permite trânsito livre em sua sala.

Não é uma tarefa fácil. Um gestor precisa ter conhecimento e sensibilidade para lidar com os diversos aspectos que interferem no bom funcionamento da escola que dirige: do domínio das questões financeiras e legais à comunicação com pais, do relacionamento entre os funcionários à gestão da infraestrutura do local.

Todo trabalho do gestor/coordenador não pode ser solitário. O Coordenador/Gestor como líder da escola, deve envolver sua equipe de professores, coordenadores, orientadores e funcionários no planejamento e execução das tarefas. Além de garantir uma gestão transparente e democrática, saber delegar é fundamental para dar conta do trabalho.

Essa articulação e parceria entre todos os profissionais deve sempre visar à meta principal de toda e qualquer escola: a aprendizagem dos alunos. Afinal, é função primordial de o gestor prezar pela qualidade do fazer pedagógico da instituição que dirige, não sendo apenas um provedor e organizador de recursos.

“É do diretor/gestor da escola” a responsabilidade máxima quanto à consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido, e controlando todos os recursos para tal.

Devido à sua posição central na escola, o desempenho de seu papel exerce forte influência (tanto positiva, como negativa) sobre todos os setores e pessoas da escola. É do seu desempenho e da sua habilidade em influenciar o ambiente que depende em grande parte,

a qualidade do ambiente e clima escolar, o desempenho do seu pessoal e a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

A fim de desincumbir-se do seu papel, o gestor/coordenador assume uma série de funções, tanto de natureza administrativa, quanto pedagógica. Do ponto de vista administrativo, compete-lhe, por exemplo: organização e articulação de todas as unidades competentes da escola; controle dos aspectos materiais e financeiros da escola; articulação e controle dos recursos humanos; articulação escola-comunidade; articulação da escola com o nível superior de administração do sistema educacional; formulação de normas, regulamentos e adoção de medidas condizentes com os objetivos e princípios propostos; supervisão e orientação a todos aqueles a quem são delegadas responsabilidades.

Do ponto de vista pedagógico é necessário este profissional líder educacional realizar: dinamização e assistência aos membros da escola para que promovam ações condizentes com os objetivos e princípios educacionais propostos; liderança e inspiração no sentido de enriquecimento desses objetivos e princípios; promoção de um sistema de ação integrada e cooperativa; manutenção de um processo de comunicação claro e aberto entre os membros da escola e entre a escola e a comunidade; estimulação à inovação e melhoria do processo educacional.

Quanto maior for à escola e mais complexo for o seu ambiente, mais árdua se torna a tarefa da gestão para desincumbir-se de seu papel. “Assim é que se promove em escolas de tamanho médio e grandes a subdivisão das funções inerentes à posição do diretor e a possibilidade de o mesmo delegar a execução de várias delas a outra pessoa, notadamente ao supervisor escolar”.

Portanto, refletir sobre o papel no contexto escolar tratando do Coordenador/Gestor exige uma retomada, do processo de construção e expansão da rede de escolas públicas. Segundo Deak (2004, p. 49), “O Coordenador Pedagógico, no contexto da escola pública [...] é o ator que coordena, orientando, articulando e mediando o processo de formação continuada na escola. Tem como função essencial a formação continuada em serviço dos educadores que compõem a sua escola [...]”.

Na instituição escolar, o Coordenador/Gestor é um dos profissionais da equipe de gestão. Ele trabalha num contexto no qual tem acesso aos diversos atores da escola (alunos, professores, funcionários, pais, etc.), o que garante maior visibilidade do processo educacional.

Isso nos permite sugerir que falta ao coordenador/gestor formas mais efetivas de inserção no cotidiano da escola. Uma das formas desta inserção nos parece ser a formação continuada em serviço, ou seja, a garantia de espaços e momentos na jornada de trabalho que permita a reflexão sobre o papel do Coordenador/Gestor no interior da escola por parte do próprio coordenador/gestor e por parte dos sujeitos da unidade escolar.

O ingresso deveria ser através de uma eleição. Após a entrega e apresentação das propostas de trabalho de todos os candidatos interessados, os funcionários das escolas votam naquele em que acreditam ter uma proposta mais próxima das necessidades locais. “Portanto este ponto, ou seja, como posso eu ser um coordenador/gestor de uma escola, pois não está acontecendo na referida escola pesquisada”, afirma professor A.

Para essa função é necessário formação em licenciatura Pedagogia, mínimo de três anos de experiência como docente e apresentar a proposta de trabalho na escola onde deseja se candidatar, dentro dos prazos previstos para isso. “Era muito bom se realmente funcionasse, que quem pode só aquele que a essa formação, mas de fato não está conforma citado, sempre tem o desvio da Lei”, assim afirmou o professor C.

Segundo o Estatuto do Magistério, Lei nº 79/99 este profissional deveria ser nomeado pelo Prefeito Municipal, o que não tem ocorrido até o momento. O professor B diz: Eu concordo com o que a Lei ampara e ao mesmo tempo discordo, pois se “a prefeitura” nomeia é porque é de confiança dela, é um jogo políticos e isso não é certo.

Salienta-se aspectos fundamentais que denomino de aspectos extrínsecos e aspectos intrínsecos da função de Coordenador/Gestor Pedagógico. Os aspectos extrínsecos são aqueles relacionados às disposições legais e burocráticas da função que interferem decisivamente no desempenho profissional do Coordenador/Gestor Pedagógico. Os aspectos intrínsecos são aqueles relativos ao trabalho do profissional no ambiente escolar, seus saberes, representações sobre suas funções, etc.

A relação com a supervisão, coloca a coordenação/gestão sob suspeita, o que de alguma forma dificulta o trabalho no interior da escola. No entanto, nesta realidade a supervisão não existe, cabendo somente a coordenação do polo gerir, coordenar e supervisionar.

Cabe ao Coordenador/Gestor Pedagógico participar da gestão do processo pedagógico da escola, atuar na formação contínua dos professores e na articulação entre os interesses dos diversos atores que compõem o cenário escolar. O Coordenador/Gestor pode ser

considerado então como um especialista em refletir sobre o trabalho em sala de aula em especial e sobre o trabalho na escola em geral.

Orsolon (2000, p. 17), ao propor o desafio de responder quais seriam as ações do coordenador capazes de desencadear um processo de mudança, indica que:

O coordenador é apenas um dos atores que compõem o coletivo da escola. Para coordenar, direcionando suas ações para a transformação, precisa estar consciente de que seu trabalho não se dá isoladamente, mas nesse coletivo, mediante a articulação dos diferentes atores escolares, no sentido da construção de um projeto político-pedagógico transformador.

Do ponto de vista pedagógico, o coordenador/gestor é o sujeito que consegue visualizar melhor os processos de ensino-aprendizagem, as dificuldades dos alunos e dos professores, pois parece ser o único a ter uma visão global do trabalho pedagógico por não estar circunscrito a uma sala de aula. Nesse caso pode ser o articulador entre os professores e as diversas experiências que constroem o trabalho da escola.

Este trabalho sobre a investigação do dirigente educacional proporcionou o pesquisador visualizar que a função atualmente do coordenador/gestor escolar são múltiplas como:

a)Funções Didático-pedagógicas: avaliação da aprendizagem dos alunos; dar suporte aos professores, planejamento, trata das problemáticas educacionais; evasão; indisciplina; formação continuada.

b)Funções Administrativas: cuidar das documentações, merenda escolar, cuida da estrutura física da escola, visitas a escola com o qual está trabalhando, financiamento entre outros.

Nota-se um esforço da coordenação buscando conduzir os professores para o desenvolvimento das atividades realizadas, mas falta mais dinamismo e diálogo. Nesta função os coordenadores/gestores, devem priorizar, sobretudo, o exercício do papel de gestores da formação continuada docente, estimulam ações como: “trocas de experiências”, “leitura de textos” e “dinâmicas de grupo”, como o objetivo de valorizar os

saberes docentes, promovendo a socialização e interação do grupo de professores da escola.

Para os coordenadores pedagógicos a formação continuada dos professores nos horários complementares é extremamente relevante. O professor é estimulado a ter uma atitude reflexiva a respeito de sua prática em classe buscando na coletividade propostas para a melhoria constante de seu trabalho, através da mediação do coordenador pedagógico.

Conforme Schön (2000, p. 32) “o conhecimento faz parte da ação, onde o sujeito reflete sobre sua prática”. Garrido (2007, p.9,10) também demonstra que a tarefa do coordenador de gerenciar a formação continuada docente é difícil porque, primeiramente, não há fórmulas padronizadas a serem reproduzidas sendo necessário criar soluções de acordo com a realidade de cada escola.

Porém, a formação continuada dos professores não é útil somente no cumprimento das atividades descritas no planejamento ou programas escolares, mas, para o enfrentamento de desafios não previstos enfrentados no cotidiano. O coordenador deve ter consciência de que tais situações, ao surgirem na pauta das reuniões de horário complementar, podem ser uma estratégia do corpo docente, no processo da busca de soluções, de crescer e fortalecer-se no coletivo da escola.

Neste sentido, pode-se afirmar que modos de administração sempre estiveram e estarão presentes no cotidiano das pessoas. Segundo Martins (2010, p. 21) “mesmo as sociedades mais primitivas extinguiram certas formas de administração em face da necessidade de resolverem-se problemas de interesse comum”.

Com a evolução das sociedades os modos de produção de bens materiais e as relações sociais se tornaram cada vez mais complexas. A forma de administrar a vida cotidiana espontaneamente dá lugar a modos mais sistemáticos e rigorosos de resolver problemas individuais e coletivos.

Entretanto, a reconstrução da gestão da escola, a supervisão escolar se resignificou a partir dos paradigmas marcados pelas tendências à adoção de práticas pedagógicas mais participativas e democráticas, integrativas, reflexivas e orientadas pelas contribuições científicas educacionais e de outras ciências que a auxiliam na análise dos fenômenos educacionais, como a psicologia, a filosofia, a sociologia, a antropologia, além da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados a respeito do papel do coordenador/gestor escolar os resultados levaram a crer que ainda ele gasta mais tempo com questões administrativas do que com as pedagógicas, no entanto, sabe-se que o objetivo de uma instituição de ensino é aprendizagem dos alunos no final do ano.

Ficou notório durante as investigações que os gestores que são admitidos por nomeação/indicação são sujeitos alienados aos poderes maiores como o executivo, compreende-se que para uma gestão democrática nada melhor do que eleições para a escolha de diretores. Entende-se que a missão do gestor educacional é bastante complicada, pois tem que dividir seu trabalho para as demandas administrativas e pedagógicas.

Há pesquisas sobre gestão escolar como, participação da comunidade escolar, autonomia dos gestores, escolha dos gestores, gestão democrática, mecanismos de democratização entre outros, mas pouco sobre coordenação.

Finalizando na busca de uma educação de qualidade e democrática a função do gestor escolar é crucial para estes objetivos. A prática pedagógica requer que se pense de forma dialética e que se faça educação para toda a sociedade, ainda que, através de diferentes meios e em diferentes espaços sociais. À medida que esta sociedade se torna tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos outros contextos, abrangendo diferentes tipos de formação necessária ao exercício pleno da cidadania.

O Coordenador/Gestor, atuando na Educação Escolar Indígena deve conhecer plenamente o seu espaço de trabalho, compartilhe ideias e conhecimentos, construa o seu papel na escola, tornando-se assim, a ligação fundamental, traçando o seu caminho transformador, formador e articulador. Certamente que a inexistência de respostas prontas, acabadas e definitivas fazem com que o trabalho pedagógico do coordenador/gestor seja uma reelaboração do caminho e a apresentação de algumas das pistas possíveis para a continuação desse “caminhar”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

FORTUNATI, José. Gestão da Educação Pública: Caminhos e Desafios. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5.ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LUCK, Heloísa. et. al. A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: Introdução Crítica. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COMUNICAÇÕES EM PÔSTER

1. LEITURA E ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR

SANTOS, Joab Araujo dos

Docente do IFAM - *Campus* Tabatinga
joab.araujo@ifam.edu.br

ARAUJO, Natieli Maria da Silva

Acadêmica de Pedagogia – UNIP
natielimsa@gmail.com

BARRA, Vinícius Oliveira

Docente do IFAM - *Campus* Tabatinga
vinicius.barra@ifam.edu.br

RESUMO

O presente artigo consiste na reflexão sobre as dificuldades da leitura e escrita dos alunos no ensino superior. Possibilitando aos mesmos à consciência de sua condição de sujeitos-autores de gêneros discursivos diversificados e sobretudo os de caráter acadêmico. Estimulá-los à compreensão de que a produção escrita não é um ato isolado, uma vez que resulta das leituras que realizam dos textos com os quais se deparam dentro e fora do ambiente acadêmico. Logo, é importante que a escola pense a programação curricular de modo a atender à dificuldade de todos. Um caminho é a implantação de atividades que valorizem a relação entre as letras e os sons. Seguindo este prisma, este artigo objetiva analisar as dificuldades no ato da leitura e escrita encontradas pelos acadêmicos. A pesquisa é do tipo bibliográfica e foi realizada em livros, artigos e sites especializados. Este trabalho justifica-se porque ter o domínio da leitura, e, conseqüentemente, o da escrita é um direito de todos, visto que, esta é uma forma de desenvolver a inclusão do indivíduo na sociedade letrada. Muito se fala sobre os insucessos da educação no Brasil, mas apesar de tantas falhas apontadas, muito pouco tem sido feito com eficiência para minimizar o problema. Muitos são os culpados por esse desastre: a escola que não exige muito do aluno; o professor que não tem buscado resgatar a qualidade na produção textual; dos alunos que não demonstram interesse em evoluir; mas a responsabilidade também deve estender aos pais de alunos que nem sempre têm tempo, disposição ou condições de acompanhar o desempenho dos filhos. Assim como a leitura, a escrita de qualquer texto na graduação, para aqueles que têm algum tipo de dificuldade, torna-se uma tarefa gigantesca, com muitos obstáculos a serem vencidos. A leitura antecede qualquer outra tarefa e a sua compreensão integral instrumento necessário para que o trabalho de produção textual seja bem realizado. A experiência nos mostra que somos melhores para ver os problemas dos textos dos outros do que dos nossos, devido à criticidade inerente ao ser humano. Portanto, é fato que a língua portuguesa apresenta um considerável grau de complexidade. Entretanto, percebe-se que poucos acadêmicos têm o hábito de ler e habilidade para escrever e, o pior, pode frequentar um curso superior, e concluí-lo sem saber escrever de acordo com os padrões exigidos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO DE VITAMINAS: UTILIZANDO A COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DA PUPUNHA (BACTRIS GASIBAES KUNTH) EM UMA ABORDAGEM INTERCULTURAL DE CONCEITOS BIOQUÍMICOS

SANTOS, Geiziane Gama dos

Instituto De Natureza E Cultura - UFAM

geizi1@outlook.com

DIAS, Matheus de Souza

Instituto de Natureza e Cultura – UFAM

matheus625dias@gmail.com

SANTOS, Vandreza Souza dos

Instituto de Natureza e Cultura – UFAM

vandreza.souza@hotmail.com

RESUMO

O texto trata-se de uma proposta de aula contextualizada no ensino de Química, através de um fruto que faz parte o dia a dia de estudantes indígenas e não indígenas, uma vez que se discute conceitos bioquímicos utilizando a Pupunha (*Bactris gasibaes* Kunth) como contexto; partindo da composição nutricional deste fruto e enfatizando o conceito de vitaminas de forma intercultural, uma vez que todos conhecem e/ou consomem o fruto. Para isso, realizou-se uma aula expositiva e dialogada, com 16 estudantes do 1º período do Curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química, do Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM, destes, 05 se tratavam de estudantes indígenas da Etnia Ticuna. A aula teve como objetivo principal, utilizar a composição nutricional da Pupunha, que é um fruto muito

conhecido e consumido pelos estudantes da região amazônica, para relacionar com conceitos bioquímicos, em especial, com o conceito de vitaminas, pois, através dessa metodologia, possibilita-se ao estudante uma abordagem de conceitos científicos partindo de um contexto do qual estes conhecem e sentem-se motivados na busca pelo conhecimento, proporcionando uma aprendizagem significativa de conceitos científicos nas aulas de Química. Antes de iniciar a aula, aplicou-se um questionário inicial com 05 perguntas que abordava aspectos sobre o fruto, tais como nutrientes, coloração, consumo e importância de se aprender sobre a composição nutricional. Dos 16 estudantes, 11 apresentaram respostas coerentes sobre os aspectos nutricionais do fruto e, os demais 05 estudantes não conseguiram apresentar respostas coerentes. Destaca-se que um dos estudantes atribuiu a mudança de coloração com incidência de sol direto sobre o fruto. Em seguida, iniciou-se a aula abordando sobre as principais características, utilidades do fruto, seus componentes bioquímicos, dando ênfase à vitamina A e seus benefícios à saúde. No intuito de verificar uma mudança conceitual nos estudantes, aplicou-se um questionário final contendo seis questões relacionadas ao conteúdo sobre Vitamina A que foi destacado durante a aula, principalmente sobre seus benefícios e por estar envolvida na mudança de coloração da pupunha. Além disso, questionou-se sobre as dificuldades em compreender tais conceitos e seis estudantes relataram ter dificuldades que atribuíram ao fato de “não ter uma base durante o ensino médio”. Este resultado demonstra que os estudantes atribuem suas dificuldades a deficiência que trazem de níveis de ensino anteriores, e isto reforça a importância de discutir estes conceitos quando os estudantes adentram em cursos de nível superior, pois, ao serem questionados sobre se a aula os ajudou a compreender conceitos bioquímicos, em especial sobre vitaminas, utilizando a pupunha como contexto, quinze estudantes disseram que “foi de grande importância utilizar a fruta para contextualizar pois é algo cotidiano”. Respostas como estas demonstram a importância da contextualização no ensino de Química, pois, contextualizar faz com que os estudantes se sintam encorajados a participar da aula, motivados a aprender de forma significativa porque discute-se partindo de algo que eles conhecem, associando a estes conhecimentos os conceitos científicos discutidos nas aulas, o que facilita a compreensão de novos conceitos. Portanto, em virtude dos resultados, percebeu-se a importância de se utilizar a contextualização no ensino, pois esta metodologia possibilita que os estudantes, sejam indígenas ou não, aprendam de forma significativa, pois parte-se do contexto em que vivem, valorizando ainda a discussão de conceitos de forma intercultural, favorecendo o processo de ensino e de aprendizagem.

3. ASSOCIANDO SABERES AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO ATRAVÉS DA COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DA PUPUNHA (BACTRIS GASIBAES KUNTH)

SILVA, Jasmim Ribeiro da

Instituto De Natureza E Cultura - UFAM

jasmim_ribeirodasilva@outlook.com

BRANDAO, Eliel Guimaraes

Instituto de Natureza e Cultura – UFAM

RESUMO

O estágio na área pedagógica apresenta as vivências, reflexões e contextualização desenvolvida ao longo da prática de ensino, principalmente no que se refere às questões voltadas à docência e ao ambiente escolar. Isso pode ser evidenciado, ao se tratar de Educação Indígena, merecendo uma atenção especial, respeitando os valores, direitos e o contexto cultural de cada povo, ao qual contribui com o desenvolvimento social da sociedade Brasileira. Por tanto o objetivo deste estagio foi de analisar o espaço de uma escola indígena, avaliando as metodologias utilizadas no ensino-aprendizagem em uma turma 9º Ano de Ensino Fundamental. O estudo foi desenvolvido na Escola Estadual Indígena Almirante Tamandaré, localizada na comunidade de Umariáçu no município de Tabatinga-AM, observando e analisando os aspectos em geral (estrutura física, organizacional, didático-pedagógica) além de acompanhar a uma turma de ensino fundamental. A coleta de dados se deu por meio de registros visuais e anotações. Os registros indicam que a escola foi fundada em 1960 passando por varias mudanças e transformações devido a os fenômenos existentes na região. Em janeiro de 2007, sob o Decreto nº. 6998 de 07 de fevereiro de 1983 foi acrescentada ao nome da escola a palavra “Indígena”, dando fundamento e garantindo uma educação específica e diferenciada para

as comunidades indígenas, com acesso aos conhecimentos e o domínio de aprendizagem bilíngue/trilíngue nas escolas indígenas. Funciona nos três turnos, atendendo ensino fundamental (1º ciclo ao 9º ano) e ensino médio (1º ao 3º ano). Observou-se que uma das dificuldades é o difícil acesso à escola, as vias urbanas estão sem pavimentação, sobre o espaço físico é regularmente precário, salas sendo utilizadas para fins diferentes do original. Existe uma necessidade de materiais na língua ticuna, pois todos os livros e atividades apresentados pelos professores em sala são em português, isto dificulta o aprendizado dos alunos, tanto professores e alunos se comunicam em língua indígena. Por outro lado, analisou-se a falta de metodologias mais atraente, sendo o ensino tradicional a mais usada, levando os alunos a não se sentirem motivados no momento de aprender. A experiência vivida no estágio complementa o aprendizado, contribuindo de forma peculiar a construção de um entendimento maior sobre um futuro e amplo campo de trabalho, fortalecendo a atuação profissional na área, principalmente no que se refere à educação indígena na localidade.

4. A TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA ATRAVÉS DE MAPAS CONCEITUAIS: CONTEXTO ESCOLAR INDÍGENA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM

SILVA, Acsa Talita Oliveira da

Instituto De Natureza E Cultura – UFAM

acsa021@hotmail.com

SILVA, Carmen Malafaia

Instituto De Natureza E Cultura – UFAM

carmenlucia104801@gmail.com

SANTOS, Vandreza Souza dos

Instituto De Natureza E Cultura – UFAM

RESUMO

Ser professor hoje em dia é enfrentar desafios constantes. Quando se vê diante de uma turma com estudantes de diferentes culturas é difícil encontrar um único método de ensino para todos, por este motivo, o objetivo deste trabalho é produzir mapas conceituais sobre o tema: Aprendizagem significativa, na disciplina de Prática Curricular no Ensino de Química, com uma turma de 22 estudantes, sendo 15 indígenas das etnias Kokama, Ticuna, Kambeba, Kaixana e Mayuruna. A aprendizagem significativa consiste na relação entre o conhecimento empírico do estudante com as novas informações. Todos possuem conhecimentos prévios, como, por exemplo, os Indígenas residentes de comunidades ou aldeias usam a matemática e a física todos os dias quando constroem uma canoa, quando constroem uma casa e até mesmo quando vendem peixes, verduras e artesanatos produzidos pelos mesmos, e todos estes conceitos podem ser utilizados para abordar conceitos científicos durante as aulas. Todavia, a aprendizagem significativa é muito complexa, por este motivo a ideia proposta foi de produzir mapas conceituais para compreender a teoria e suas aplicações nas aulas, com um grupo de 04 estudantes onde dois são Indígenas da etnia Kokama e outros dois da etnia Ticuna. Os estudantes criaram os mapas conceituais de forma crescente, primeiro destacaram quem postulou a teoria que foi David P. Ausubel em seguida fizeram a interligação do conhecimento prévio com a estrutura cognitiva, e ressaltaram as principais formas de recebimento de informações, e enfatizaram que a aprendizagem significa precisa da predisposição dos alunos para relacionar novas informações com o conhecimento prévio através de subsunçores, através de ter condições básicas, que são divididos em diferenciação progressiva e reconciliação integradora. A análise dos dados obtidos através do mapa conceitual nos mostra que os resultados foram positivos, os estudantes Indígenas e não Indígenas conseguiram entender, produzir o mapa e apresentando-o para toda a turma. Portanto, este trabalho possibilitou a socialização de culturas e o conhecimento da teoria da aprendizagem significativa que como futuros professores será importante para a atuação docente, observa-se que, cabe ao professor, inovar, procurando novos métodos que podem

contribuir com o ensino e aprendizagem relacionando o cotidiano dos estantes assim como os seus conhecimentos prévios, conforme descrita na teoria da aprendizagem significativa.

5. O ENSINO DE BOTÂNICA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO DE NOMENCLATURA CIENTÍFICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS, BRASIL

MOURA, Thaysa Nogueira de

Universidade Federal Do Amazonas - UFAM

thaysamoura@gmail.com

RUFINO, Nancy Fernandes

Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant, Universidade Federal do Amazonas
– UFAM

nancybc1995@outlook.com

RESUMO

O conteúdo de Botânica apresenta uma nomenclatura científica própria e específica, o que dificulta a aprendizagem por parte dos estudantes. O ensino deste conteúdo na Educação Básica é ministrado de modo excessivamente teórico e descontextualizado da realidade dos alunos. Tendo esta problemática como ponto de partida, nosso estudo buscou investigar como está ocorrendo o ensino do conteúdo de “Nomenclatura Científica” em uma turma de 26 alunos do 3o ano do Ensino Médio de uma escola pública indígena no município de Benjamin Constant, AM. Na primeira etapa, foi aplicado questionário inicial para avaliar o nível de conhecimento prévio dos estudantes sobre o tema. Depois, foi ministrada uma aula expositiva dialogada, seguida de aula prática onde os alunos tiveram a oportunidade de associar os nomes científicos e os nomes comuns em Português e em

língua indígena a diversas espécies de plantas nativas frutíferas da região Amazônica. Após a intervenção, foi aplicado questionário final para avaliação da aprendizagem. No questionário inicial com cinco questões discursivas sobre noções básicas acerca do tema, constatamos o baixo nível de conhecimento da turma, com alguns alunos relatando que não sabiam da existência do emprego de nomes científicos às plantas. Dos 26 alunos, o número de alunos que responderam corretamente às questões foi: 01(0); 02(10); 03(12); 04(23); 05(0). Com base neste diagnóstico, preparamos a intervenção que foi aplicada de forma bilíngue, em Português e Tikuna. A utilização de espécies de plantas frutíferas da região criou um ambiente favorável e instigante para que os alunos pudessem compreender que cada espécie de planta possui diferentes nomes comuns em diferentes regiões do mundo, porém, cada espécie só tem um único nome científico válido. A análise do desempenho dos estudantes no questionário pós intervenção indicou expressiva melhora no nível de aprendizado sobre o tema ministrado. Dos 26 alunos, o número de estudantes que acertaram as questões foi: 01(24); 02(22); 03(10); 04(26); 05(12). Nossos resultados reforçam a importância da contextualização e da valorização da cultura dos povos tradicionais como importantes ferramentas no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

6. OS DIFERENTES TIPOS DE CONHECIMENTO: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES INDÍGENAS DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

PINHEIRO, Ronaldinho Coelho

Universidade Federal Do Amazonas - UFAM

dinhobnown1998@gmail.com

MENDES, Joseney Pereira

Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

Neste trabalho realizou-se um levantamento de ingressos do curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química, no segundo semestre do ano de 2018, do Instituto de Natureza e Cultura da UFAM, a qual é constituída por 41 acadêmicos matriculados, porém, 36 frequentam as aulas regularmente, destes, 15 são indígenas: 11 da etnia Ticuna, 01 Cokama, 01 Caixana, 01 Witota, 01 Kambeba. Na disciplina de Metodologia do Estudo e da Pesquisa foi realizado um seminário sobre os tipos de conhecimentos: empírico, religioso, filosófico e científico. Compreende-se que o seminário é um procedimento metodológico necessário em cursos de licenciatura, pois envolvem uma dinâmica de grupo sobre um assunto predeterminado. Como membros deste trabalho, participaram 06 acadêmicos indígenas da etnia ticuna, 04 oriundos da comunidade indígena do Umariacú II, pertencente ao município de Tabatinga-AM, 01 da comunidade indígena de Guanabara III e 01 da comunidade de São Leopoldo, ambas em Benjamin Constant-AM. Ressalta-se que esta foi a primeira experiência do grupo no curso superior, em relação a apresentação, utilizando a técnica metodológica de seminário. O desenvolvimento do trabalho se deu através da contextualização entre o conhecimento empírico de experiências cotidianas vivenciadas pelos estudantes ticunas, e como ele difere do conhecimento científico abordado nas universidades. Como exemplo, foram discutidos sobre as maneiras de tecer paneiros e cestos, o modo de fazer farinha, construir uma canoa, técnicas de pescaria, além de costumes e hábitos repassados pelos seus avós sobre comidas e remédios caseiros. Ao apresentarem as características do conhecimento empírico descritos na literatura como superficial, sensitivo, assimétrico e acrítico, constatou-se que, para o indígena, seu conhecimento é o resultado dos conhecimentos empíricos produzidos pelos seus antepassados e perpetuados pelo modo em que vivem, ou seja, são conhecimentos chamados pela ciência como “senso comum”. Durante a interação com a turma, ressaltou-se que a experiência dos mais antigos é respeitada como via de regra, assim, o que eles sabem é passado de geração a geração. Através dos relatos dos participantes, a

apresentação do seminário propiciou um espaço de discussão e valorização dos costumes e modo de vida de estudantes indígenas.

7. DESARROLLO DE UNA APLICACIÓN MÓVIL PARA LA ENSEÑANZA DE LA LENGUA Y CULTURA TIKUNA

CORREAL, Allison Geraldine Rojas

Universidad Nacional De Colombia

algrojasco@unal.edu.co

RESUMO

La presentación es sobre una experiencia alrededor de una pasantía desarrollada en la ciudad de Leticia – Amazonas que tiene como objetivo diseñar una aplicación móvil para fomentar la enseñanza de la cultura y la lengua Tikuna. Este proyecto intenta dar una solución de cara al retroceso que esta lengua ha venido presentado en los últimos años, lo cual amenaza la extinción cultural en futuras generaciones de pueblos indígenas. En el desarrollo de este trabajo se ha analizado de qué forma se puede crear una experiencia de aprendizaje virtual en la cual se relacione la cultura y el espacio Tikuna, y de esta forma se puedan establecer conexiones en la virtualidad que emulen las relaciones sociales que mantiene este pueblo con el territorio, teniendo como canal de comunicación la lengua. Los métodos utilizados durante el trabajo han consistido en el desarrollo de reuniones constantes en la maloka de la UNAL sede Amazonia con el equipo de trabajo conformado por investigadores de la UNAL, sabedores y abuelos indígenas, maestros y estudiantes indígenas, e indígenas de otros pueblos cercanos, en las cuales se han realizado discusiones constantes sobre el territorio, la historia, la cultura, y la forma de tejer esos conocimientos a partir de la lengua en el espacio virtual del aplicativo digital. En relación, se ha encontrado que la introducción de nuevas alternativas pedagógicas en lengua propia fomentan el aprendizaje de la cultura y las tradiciones, generando entre los participantes indígenas un cambio de perspectiva sobre la incidencia de las nuevas tecnologías en sus

comunidades. Lo anterior nos permite intuir que estas experiencias de pedagogía cultural virtual pueden incidir en el deseo de los usuarios de estas aplicaciones en reavivar las prácticas con la comunidad, los abuelos y sabedores para conocer más sobre la cultura y el territorio mediante su lengua. Así, se destaca que el aprendizaje de la lengua no debe desconectarse de su realidad contextual porque allí es donde se desenvuelve todo su conocimiento, y que es a través del conocimiento del territorio y las prácticas culturales mantenidas en este espacio y que se concretan en el espacio virtual de aprendizaje, que se puede canalizar un buen aprendizaje de la lengua por medio de aplicativos digitales.

8. LA EDUCACIÓN INTERCULTURAL EN LA FRONTERA: EXPERIENCIA DE UN CURSO SOBRE EL CONOCIMIENTO INDÍGENA DESDE EL PENSAMIENTO MURUI

PIRRO, Jacobo

Indígena Muina Del Clan Tabaco Proveniente De Puerto Arica

jacobo.pirro@gmail.com

FARETKADE, Gil

indígena Muina del clan Tabaco proveniente de Puerto Arica (Amazonas, Colombia)

grangema3@gmail.com

URREGO, Angela López

Asociación Tejiendo Amazonas TEJAMA

angelaplu@gmail.com

RESUMO

La educación y la búsqueda de formas que den continuidad a la transmisión del conocimiento indígena tanto a las nuevas generaciones como aquellas personas que quieren conocer, comprender y aportar al desarrollo y pervivencia del mundo indígena, requieren la apuesta a estrategias innovadoras que faciliten y aporte a dicho proceso. El dialogo se centrará en la experiencia que se viene adelantando desde abril de este año con un grupo de 10 estudiantes indígenas y no indígenas, que, desde su ámbito investigativo y profesional, vienen acompañando y trabajando con diversos grupos indígenas de esta zona fronteriza, se trata de un curso que se ha denominado “El Tejido del Conocimiento Indígena”, impartido por dos indígenas del pueblo Murui. Nuestro propósito, a través del desarrollo de tres temas centrales: conocimiento, territorio y gobierno indígena, es el de romper los paradigmas del conocimiento que han surgido sobre los pueblos indígenas, desde el pensamiento propio indígena, esto, en vista de las equivocaciones y desfiguración que han generado las interpretaciones no indígenas sobre los indígenas. Este nuevo espacio de educación para los jóvenes y adultos (no oficial y sin financiación externa), ha permitido que los mismo adquirieran fundamentos sobre el conocimiento indígena, profundicen en sus reflexiones y fortalezcan sus actuaciones en beneficio de la población indígena y la Amazonia. Otros de los resultados de este proceso han sido, la generación de una serie de escritos asociadas al contenido de cada módulo temático, las reflexiones surgidas a lo largo de 21 sesiones, 4 horas cada una, y el interés de otras personas de realizar la siguiente versión de curso, para la cual esperamos contar con más estudiantes indígenas. Se considera que esta iniciativa puede ser la base para pensar en un proceso y escuela de formación intercultural transfronterizo, donde se valore íntegramente los saberes y conocimientos indígenas, a las personas que han llevado un proceso de formación tradicional para obtenerlos, el necesario diálogo de saberes entre las diferentes culturas indígenas y no indígenas de los diferentes países amazónicos, como otros espacios que motiven el acercamiento de los jóvenes indígenas a su cultura de origen y comprendan la importancia de la misma.

9. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DO PROJETO: I OLIMPÍADA DE REDAÇÃO ESTUDANTIL DOS POLOS RURAIS DE EDUCAÇÃO

LUZEIRO, Luiz Robson

SEMED

robsonluzeiro@gmail.com

CAMPOS, Sebastião Melo

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

s-melocampos@hotmail.com

COELHO, Maria Auxiliadora dos Santos

Professora da Educação Básica, SEMED

RESUMO

O projeto da 1ª Olimpíada de Redação Estudantil da Zona Rural da Escola municipal Santa Tereza, localizada no Pólo Novo Oriente vem socializar com corpo discente, docente, coordenadores e comunidade de vários Pólos, num objetivo maior que é o aprendizado através de novos mecanismos de cunho educacional. O projeto buscou compartilhar todos envolvidos, que se expressa num produto final em função do quais todos trabalham, para oferecer uma educação motivadora, transformadora e objetivando aos discentes e a todos que nela trabalham. A primeira Olimpíada de redação teve como objetivos: Valorizar a leitura e a escrita como fonte de produção do saber, espaço de socialização e exercício cidadania. Reconhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia; Compreender a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidades de fruição estética, sendo capazes de recorrer os materiais escritos em função de diferentes objetivos. Participaram do projeto Pólo Educacional Mato Grosso, Pólo Educacional São José, Pólo Educacional Indígena Porto Espiritual, Pólo Educacional Guanabara II, Pólo Educacional Novo Oriente, Pólo Educacional Prosperidade II, Pólo Educacional Bom Pastor II, Pólo Educacional Indígena Bom Intento I. No que tange essa possibilidade maiúscula de

contribuição educacional na especificidade da Zona Rural em propagação ao Sistema Educacional o caminho de mudança é o trabalho copeira de setores envolvidos e de profissionais imbuídos na mudança vigente de oferecer mecanismos plausíveis e verdadeiros a quem de fato precisa. Nesse sentido de abrangência as comunidades indígenas envoltas nos Polos de Educação inclusa no referido projeto, deu-se na necessidade de um melhor desenvolvimento na ortografia e na oralidade o que é primordial e fundamental na linguagem como forma de expressão de um povo. A sensibilidade de que é preciso haver mudanças no contexto da educação, perpetua-se o objetivo de fazermos as devidas correções em tempo abio e necessário, para juntos obtermos um resultado de igualdade na esfera da educação como um todo e não como parte separada do sistema vigente. O referido material de cunho específico e oriundo de um projeto voltado a educação em forma de projeto, voltado ao diretamente um grupo de discentes, docentes, gestores, secretaria de educação e Polos envolvidos, acolheu o resultado esperado, a ultrapassagem das barreiras impostas pelo circunstâncias do momento.

10. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DO PROJETO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CINEMA NA ESCOLA

CAMPOS, Sebastião Melo

SEMED – Benjamin Constant

s-melocampos@hotmail.com

LUZEIRO, Luiz Robson

SEMED - Benjamin Constant

robsonluzeiro@gmail.com

SOUZA, Josenildo Santos de

SEMED - Benjamin Constant

RESUMO

O projeto buscou compreender as discussões dos problemas ambientais com os alunos do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Santa Tereza localizada na Zona Rural do município de Benjamin Constant que está localizado em uma área de tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Objetivou discutir temas ambientais utilizando o cinema e o vídeo documentário como suporte para exploração da temática; Utilizando filmes curtos e documentários para dinamizar as aulas e proporcionando momentos de reflexão acerca dos temas explorados. O homem sobrevive dos recursos que a natureza oferece e como tal deve preservar para que as futuras gerações também possam conhecer e usufruir dos benefícios, como, o ar que respiramos a água que tem muitas utilidades, a terra e seus derivados e entre outros que ela propõe. Os Parâmetros Curriculares Nacionais vêm fortalecer a importância de se trabalhar a Educação Ambiental como forma de transformação da conscientização dos indivíduos quanto à problemática em questão. Considerando essa proposta importante para integração das diversas áreas do conhecimento dentro de um contexto histórico e social o presente projeto buscou uma discussão da realidade da Educação Ambiental na Escola Municipal Santa Tereza. O referido projeto, buscou inserir os discentes de várias etnias, sendo o Cocama, Ticuna e o próprio branco o qual faz parte dessa ampla miscigenação de povos e tradições diferenciados no campo educacional local. A relevância da importância da Educação Ambiente em sua dimensão de contribuição educativa, humana, ambiental e de formação ambientalista, rompe barreiras imagináveis da sensibilidade do homem em sua fase natural de ser diferenciador do ambiente o qual está inserido. Os mecanismos trabalhados como suporte na educação, aumenta a possibilidade de um avanço, cada dia maior no progresso do aluno como elemento de socialização e de formação de uma nova leitura de mundo e de conhecimentos básicos da vida.

11. I GINCANA AMBIENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA TEREZINHA

CAMPOS, Sebastião Melo

UFPA

s-melocampos@hotmail.com

LUZEIRO, Luiz Robson

SEMED - Benjamin Constant

robsonluzeiro@gmail.com

RIBEIRO, Francimar Almeida

SEMED - Benjamin Constant

francimargojm@gmail.com.br

RESUMO

A Educação Ambiental é um instrumento de conscientização/sensibilização, que visa resgatar os valores sociais mostrando ao ser humano a importância do meio ambiente para sua vida. Levar o homem a refletir sobre as suas ações é um dos objetivos da Educação Ambiental, para um mundo melhor. O referido projeto se pautou na discussão dos problemas ambientais com os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. A Escola Municipal Santa Tereza está localizada na comunidade de Novo Oriente na Zona Rural faz parte do Município de Benjamin Constant-Amazonas, atende alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Anos Inicial e Anos Finais nos turnos matutino e vespertino. Atualmente, a zona rural recebe alguns estrangeiros das repúblicas como Peru e Colômbia e alunos indígena da etnia Cocama. A I gincana ambiental do Polo Educacional Novo Oriente teve a participação dos alunos, professores, comunidade Santa Rita, Novo Lugar, São Miguel, José Francisco da Cruz e São João de Veneza, que teve como objetivo de mostrar as questões ambientais, em especial os resíduos sólidos como um problema de Políticas Públicas e Ambientais. Para refletirmos na perspectiva de pensarmos

conjuntamente em formas de minimizar e inserir cada morador no processo de conservação, preservar e gerenciar os resíduos sólidos doméstico produzido na comunidade. Educar para a cidadania deve ser uma atividade cotidiana, prática e necessária, na perspectiva da Educação Ambiental significa considerar uma nova forma de pensar do nosso olhar sobre as relações entre o homem e a natureza e o homem e a sociedade.

12. SABERES TRADICIONAIS: O ARTESANATO INDÍGENA TICUNA COMO PRODUÇÃO CULTURAL NA COMUNIDADE DE BOM CAMINHO

MOTA, Lara Karen Lourenço

Instituto De Natureza E Cultura – INC/UFAM

larabcmota2015@gmail.com

RAMIRES, Christian Ribeiro

Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM

cristian.ufam@gmail.com

SILVA, Neidemara Araújo da

Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM

souzaneidemara@gmail.com

RESUMO

Este resumo vem expressar as experiências vivenciadas em uma prática de campo realizada como atividade obrigatória da disciplina de Saberes Tradicionais que compõe o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura – INC, Campus da Universidade Federal no Alto Solimões. A prática de campo objetivou conhecer os tipos de artesanatos produzidos pela Associação de Mulheres Artesãs Ticunas – AMATÜ e sua importância cultural, social e econômica na comunidade indígena denominada de Bom Caminho. A esta prática esteve imbricada as categorias analíticas como os saberes tradicionais do povo Ticuna e o artesanato indígena como produção cultural e mediações de organização em sociedade. O embasamento teórico destaca a contribuição de autores como Torres (2007), Bhabha (1998), Little (2010), Batista (1976), Silva (2013), Pinto (2008), Cunha (2007) dentre outros. A abordagem metodológica da prática de campo foi em caráter qualitativo a partir do enfoque fenomenológico, utilizando-se da técnica de entrevista com a permissão para gravação de voz, anotações em caderno de campo e registro fotográfico de acordo com o Termo de Anuência emitido pela AMATÜ. Como resultados destacam-se: a produção dos artesanatos como um saber tradicional passado de geração a geração; a AMATÜ produz diferentes tipos de artesanatos com diversas utilidades que vão de utensílios domésticos, ornamentais a adereços pessoais adquiridos por indígenas e não indígenas; o processo de produção dos artesanatos envolve vários tipos de tarefas e sujeitos da comunidade de diferentes faixas etárias; as produções são sistemáticas envolvendo o trabalho tanto de mulheres quanto de homens em rituais de trabalho; o artesanato produzido na comunidade contribui com a geração de renda para as famílias envolvidas na associação. Conclui-se que a realização da prática foi uma experiência significativa em nossa formação acadêmica, levando-nos a compreender mais sobre os saberes tradicionais do povo Ticuna e a valorizar suas culturas, costumes e tradições. Nota-se que a produção de artesanatos na comunidade promove uma interação social que envolve um processo educativo propagando diferentes conhecimentos importantes para a vida dos indígenas em contextos socioculturais.

13. OS DESAFIOS E IMPASSES DOS PROFESSORES E ALUNOS DO POLO EDUCACIONAL NOVO ORIENTE

GAMPPERYS, Kennes Eduardo Gommès

SEMED - Benjamin Constant
kenneseuardogomesd@mail.com.br

LUZEIRO, Luiz Robson
SEMED - Benjamin Constant
robsonluzeiro@gmail.com

CAMPOS, Sebastião Melo
Aluno de Mestrado da UFPA
s-melocampos@hotmail.com

RESUMO

A grande maioria dos professores que atuam na zona rural do município de Benjamin Constant mora na sede da cidade. Isso significa que muitos professores precisam sair de suas residências, enfrentando horas em embarcações, saindo da zona de conforto, vivenciando banzeiros, enfim experimentando aventuras às vezes perigosas. Nesse sentido, os desafios enfrentados pelos professores no trajeto de suas casas até a chegada à escola rural onde trabalham são muitos. Os professores e alunos enfrentam a rotina que inicia às 05h00min da manhã de segunda a sexta, isso tudo porque é preciso se preparar para estar às 06h00min em ponto do porto que é a hora da saída. Algumas vezes enfrentando uma madrugada fria, nublada e chuvosa. O barco vai parando e pegando os alunos que já se encontram aguardando nas balsas em frente às suas casas. Chegam à escola um pouco antes das 7h00min que inicia as aulas pelo turno da manhã. Existe apenas uma forma de se chegar à escola, por meio de transporte fluvial, desta forma os professores que trabalham no Polo Educacional Novo Oriente fazem o uso do transporte dos alunos que é providenciado pela prefeitura do município. O transporte é uma pequena embarcação construída de madeira contendo uma cobertura com lona plástica e um motor de polpa popularmente conhecida como motor “pec-pec”. Alguns educadores não se sujeitam a

realidade da zona rural, outros começam e desistem do trabalho logo no princípio, por não suportar tanto perigo. Os que ficam com essas fragilidades do transporte escolar demonstram harmonia e satisfação na maioria das vezes. A maioria dos educandos da escola Municipal Santa Tereza é oriunda de comunidades vizinhas como Santa Rita, São João de Veneza, São Miguel, Novo Lugar, Comunidade Estrela da Paz e Crajarizinho. Constatou-se que a rotina dos alunos que moram no Crajarizinho começa às 05h00min da manhã quando andam pelas matas com um percurso de quarenta minutos, até chegarem à margem do igarapé onde o motorista contratado pela prefeitura está esperando para transportá-los até a Escola Municipal Santa Tereza que está localizada na Comunidade Novo Oriente. Observou-se também a grande dificuldade de algumas crianças ao chegarem à escola, tendo que enfrentar as manhãs frias e nubladas. Mesmo assim, a canoa segue o seu percurso pelas águas barrentas do Rio Solimões parando de porto em porto pegando crianças frágeis com rostos assustados com um leve sorriso.

14. O ENSINO AGROPECUÁRIO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS E OS IMPACTOS NA COMUNIDADE INDÍGENA TICUNA UMARIAÇÚ EM TABATINGA – AM NO ALTO SOLIMÕES

MOTA, Márcio Antônio Lourenço

Instituto Federal Do Amazonas, Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro / PPGEA

marcio.mota@ifam.edu.br

MATTOS, José Roberto Linhares de

Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / PPGEA

jrlinhares@gmail.com

MOTA, Marinete Lourenço

Instituto de Natureza e Cultura INC – UFAM

RESUMO

Trata-se de apresentar o projeto de pesquisa em desenvolvimento e aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade do Rural do Rio de Janeiro. A pesquisa versa sobre a temática do ensino técnico agropecuário voltado para a formação de indígenas na Amazônia. O ensino técnico é gratuito no Brasil data desde os anos de 1909 com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, com a finalidade assencialista de atender as pessoas de classes sociais menos favorecidas economicamente, visando a inserção no mercado de trabalho. O Instituto Federal do Amazonas - IFAM em Tabatinga desde o ano de 2010 vem atuando na formação técnica em nível de ensino médio e na modalidade subsequente, desenvolvendo um trabalho educativo e formativo na região do Alto Solimões que atende um público de diversos grupos socioculturais, entre eles étnico do povo Ticuna. Diante do exposto este estudo tem o escopo de analisar os impactos do ensino técnico agropecuário desenvolvido pelo Instituto Federal do Amazonas – Ifam, Campus Tabatinga – AM, na vida da comunidade indígena Ticuna do Umariáçú. As categorias analíticas enveredam para a compreensão de uma articulação entre os diferentes saberes no campo da Agropecuária, ou seja, na perspectiva de uma valorização dos saberes técnicos, tecnológicos e tradicionais quanto à agricultura e a pecuária, contanto com a contribuição de autores como Paiva (2013), Marx (1989), Libâneo (1986), Figueiredo, Noronha e Neto (2008), Assad; Martins e Pinto (2012), Saviani (2008), Silva e Lazarin (2010), Oliveira (2009) e Bergamaschi (2008). A metodologia encontra-se ancorada na abordagem qualitativa de cunho fenomenológico a partir do método do estudo de caso em pesquisa documental e de campo a ser realizada na comunidade indígena do Umariáçú em Tabatinga-AM. Será utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento de coletas de dados com discentes indígenas Ticuna egressos e estudantes do curso de Agropecuária do IFAM, lideranças indígenas, comunitários indígenas e profissionais do IFAM. Como resultados parciais apresentam-se o levantamento realizado sobre os conhecimentos científicos e tradicionais relacionados no currículo do referido curso da instituição e a análise documental do Projeto Político Pedagógico do Curso. Conclui-se que a pesquisa será uma oportunidade de reflexão sobre

o currículo do ensino médio e técnico agropecuário na perspectiva de uma formação de discentes indígenas que consigam articular os conhecimentos tradicionais e modernos tecnológicos na garantia de suas autonomias, crescimento intelectual e econômico por meio da produtividade neste ramo na região.

15. A DESCONTEXTUALIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

FLORES, Sandro Stéfano Pinto

Universidade Federal Do Amazonas – UFAM

sandro-flores@hotmail.com

NETO, Horácio Ramos de Souza

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

horacioramos1993@outlook.com

COUTINHO, Taciana de Carvalho

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

tacycoutho@yahoo.com.br

RESUMO

O ensino de ciências está atrelado a múltiplas relações e fenômenos que ocorrem em nosso corpo, planeta, máquinas, recursos tecnológicos, campo, cidade, sociedade e natureza. Portanto, o ensino de ciências deve estar conectado diretamente a contextualização mundial, nacional, regional e local. No entanto, inúmeros conteúdos curriculares, ministrados por docentes em escolas indígenas utilizam livros didáticos distribuídos pelo

Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Esses livros, não incluem conteúdos voltados a realidade da educação intercultural. O presente trabalho teve como objetivo analisar os principais conteúdos abordados no ensino de ciências do livro didático adotado em uma Escola Indígena, Benjamin Constant. Para o estudo foi realizado uma análise documental do livro Projeto Apoema – Ciências do 6º ano do ensino fundamental. Palavras chaves de conteúdos foram selecionadas para a construção de um banco de dados sobre a descontextualização dos conteúdos didáticos, com as relações regional e local da educação intercultural. Para o conteúdo de “ecologia: seres vivos e ambiente” verificou-se a conceituação de ecologia através da apresentação de uma paisagem de mangue, um ecossistema fora da realidade local e difícil de ser entendida pelos alunos. O capítulo que trata de “Água: substância vital” traz uma fotografia do Rio da Prata, um ambiente que não tem nenhuma semelhança com os rios da Amazônia. O livro didático não apresenta nenhuma relação das dinâmicas das águas (sazonalidade das cheias e vazantes) e, como essa dinâmica interfere e rege o modo de vida dos povos amazônicos. Para o conteúdo sobre “biomas” destacou-se no livro apenas cinco linhas para o maior bioma do Brasil: Amazônia. Para os demais biomas ocorreu uma descrição detalhada, ou seja, um livro didático utilizado na escola das comunidades indígenas pouco enfatiza a realidade local. Outro ponto destacado foi o item “explorando”, presente nos capítulos do livro. Esse item é um registro digital, o qual o aluno tem acesso por meio da internet, a realizar pesquisa sobre o conteúdo estudado. Um recurso didático interessante, porém, não utilizado em sala de aula. A tecnologia torna-se inviável para áreas do interior do Amazonas, principalmente nas escolas das comunidades. Por fim, discutiu-se a importância de uma real contextualização dos livros didáticos organizados pelo MEC para a realidade regional e local do interior da Amazônia.

16. O ENSINO DE BOTÂNICA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO DE NOMENCLATURA CIENTÍFICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS, BRASIL

RUFINO, Nancy Fernandes

Instituto De Natureza E Cultura De Benjamin Constant, Universidade Federal Do Amazonas – UFAM

MOURA, Thaysa Nogueira de

Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant, Universidade Federal do Amazonas

– UFAM

thaysamoura@gmail.com

RESUMO

O conteúdo de Botânica apresenta uma nomenclatura científica própria e específica, o que dificulta a aprendizagem por parte dos estudantes. O ensino deste conteúdo na Educação Básica é ministrado de modo excessivamente teórico e descontextualizado da realidade dos alunos. Tendo esta problemática como ponto de partida, nosso estudo buscou investigar como está ocorrendo o ensino do conteúdo de “Nomenclatura Científica” em uma turma de 26 alunos do 3o ano do Ensino Médio de uma escola pública indígena no município de Benjamin Constant, AM. Na primeira etapa, foi aplicado questionário inicial para avaliar o nível de conhecimento prévio dos estudantes sobre o tema. Depois, foi ministrada uma aula expositiva dialogada, seguida de aula prática onde os alunos tiveram a oportunidade de associar os nomes científicos e os nomes comuns em Português e em língua indígena a diversas espécies de plantas nativas frutíferas da região Amazônica. Após a intervenção, foi aplicado questionário final para avaliação da aprendizagem. No questionário inicial com cinco questões discursivas sobre noções básicas acerca do tema, constatamos o baixo nível de conhecimento da turma, com alguns alunos relatando que não sabiam da existência do emprego de nomes científicos às plantas. Dos 26 alunos, o número de alunos que responderam corretamente às questões foi: 01(0); 02(10); 03(12); 04(23); 05(0). Com base neste diagnóstico, preparamos a intervenção que foi aplicada de forma bilíngue, em Português e Tikuna. A utilização de espécies de plantas frutíferas da região criou um ambiente favorável e instigante para que os alunos pudessem compreender que cada espécie de planta possui diferentes nomes comuns em diferentes regiões do mundo, porém, cada espécie só tem um único nome científico válido. A análise do desempenho dos estudantes no questionário pós intervenção indicou expressiva melhora

no nível de aprendizado sobre o tema ministrado. Dos 26 alunos, o número de estudantes que acertaram as questões foi: 01(24); 02(22); 03(10); 04(26); 05(12). Nossos resultados reforçam a importância da contextualização e da valorização da cultura dos povos tradicionais como importantes ferramentas no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

17. RELATOS DE EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: “ENALTECENDO A CULTURA INDÍGENA: UMA AULA PRÁTICA NA CASA DE FARINHA

RIBEIRO, Francimar Almeida

SEMED – Benjamin Constant, Universidade Federal Do Amazonas – UFAM

francimargojm@gmail.com.br

CAMPOS, Sebastião Melo

SEMED – Benjamin Constant, Universidade Federal do Amazonas – UFAM

s-melocampos@hotmail.com

COUTINHO, Taciana de Carvalho

Universidade Federal do Amazonas

tacycoutho@yahoo.com.br

RESUMO

O presente descreveu um relato de experiência da atividade extraescolar com os alunos do 9º ano da Escola Municipal Guanabara II. A escola atende alunos não indígenas e indígenas da etnia Tikuna e Cocama. A experiência focou nas atividades voltadas ao ensino aprendizagem do processamento da mandioca. Uma planta diversificada em suas

utilidades socioeconômicas e culturais. Estudar o processamento da mandioca ao produto final é compreender por exemplo, a produção de farinha, de vassoura, de peneira, de tipiti, de corantes, de aturá e de uma variedade de produtos manufaturados. Os indígenas apresentam uma cultura riquíssima tanto em atividades agrônomas como atividades que envolva a manufatura. Assim, preservando e enaltecendo a cultura indígena é um fator preponderante para não deixar que a mesma fique obsoleta. Como a produção de farinha é uma das atividades padrão que leva mais tempo a ser finalizada, e sendo uma fonte de renda aos indígenas, pois vai desde a escolha do terreno para o plantio das mudas de maniva (mandioca) até a torragem da massa de mandioca. Todo esse processo de fabricação da farinha despertou o interesse em trabalhar com os alunos do 9º ano da Comunidade de Guanabara II sobre a contextualização das técnicas de separação de misturas. O objetivo da aula extra escolar foi “Compreender a importância do ensino de Ciências com os saberes tradicionais” demonstrando aos alunos que a casa de farinha vem ser um meio propício para aquisição de novos conhecimentos, pois o conhecimento empírico é um precursor para o científico. Direcionaram-se as aulas no ensino informal e formal visando sempre o lado empírico e o científico, procedendo na seguinte ordem aula prática na casa de farinha: 1) As noções de plantações de manivas; 2) processo de separação de misturas (heterogênea e homogênea) que acontecem na casa de farinha até a “torrada” da massa de mandioca e o produto final (farinha). Com isso conclui-se que a Casa de Farinha pode ser um “laboratório de ciências”, onde verifica-se várias transformações físicas e químicas. Podendo assim justamente elencar a importância de usar os métodos de separação de misturas, frisando que os mesmos fazem parte do cotidiano deles e principalmente fazem parte da casa de farinha algo cultural que deve ser enaltecido na sociedade.

18. O QUE DIZEM OS DESENHOS? O PAPEL DO DESENHO E DA PINTURA PARA A COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

SALDANHA, Leilane De Souza

Instituto De Natureza E Cultura De Benjamin Constant, Universidade Federal Do
Amazonas – UFAM

leila2016saldanha@gmail.com

FELIX, Leyda Pinto

Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant, Universidade Federal do Amazonas

– UFAM

leydalira@gmail.com

CARNEIRO, Sarah da Silva

Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant, Universidade Federal do Amazonas

– UFAM

sarahbc1998@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho traz a temática do desenho e da pintura como possibilidade de entender o desenvolvimento infantil e de como a escola e os professores podem fazer uso desse importante instrumento para acompanhamento da criança na educação infantil. Segundo autores contemporâneos afirmam que quando a criança desenha expressa seu mundo, suas particularidades, sua expressividade, mas a escola geralmente usa esses desenhos e pinturas apenas para finalizar conteúdos trabalhados, não havendo um olhar mais sensível e curiosos perante o desenho das crianças (BOMBONATO, FARAGO, 2016). O presente resumo traz a proposta de uma pesquisa que será realizada na disciplina de Prática da Pesquisa Pedagógica no curso de Pedagogia, com coleta de dados no semestre 2019/1. O objetivo da pesquisa é buscar compreender como o desenho ou a pintura podem auxiliar na compreensão do desenvolvimento infantil, bem como verificando as etapas do desenho e do desenvolvimento segundo autores contemporâneos. Metodologicamente a pesquisa será realizada na perspectiva da abordagem qualitativa, com práticas de observação diretamente na escola de educação infantil indígena e não indígena. Logo, a pesquisa será por comparação entre as diferentes culturas e realidades, pois em uma

região de fronteira e com marcante diversidade cultural não há como fazer uma graduação nesta realidade sem considerar a pluralidade aqui existente.

19. RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTAGIO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO INTERIOR DO AMAZONAS/BRASIL

SILVA, Jasmim Ribeiro Da

Instituto De Natureza E Cultura De Benjamin Constant, Universidade Federal Do
Amazonas – UFAM

jasmim_ribeirodasilva@outlook.com

BRANDÃO, Eliel Guimaraes

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

RESUMO

O estágio na área pedagógica apresenta as vivências, reflexões e contextualização desenvolvida ao longo da prática de ensino, principalmente no que se refere às questões voltadas à docência e ao ambiente escolar. Isso pode ser evidenciado, ao se tratar de Educação Indígena, merecendo uma atenção especial, respeitando os valores, direitos e o contexto cultural de cada povo, ao qual contribui com o desenvolvimento social da sociedade Brasileira. Por tanto o objetivo deste estagio foi de analisar o espaço de uma escola indígena, avaliando as metodologias utilizadas no ensino-aprendizagem em uma turma 9º Ano de Ensino Fundamental. O estudo foi desenvolvido na Escola Estadual Indígena Almirante Tamandaré, localizada na comunidade de Umariáçu no município de Tabatinga-AM, observando e analisando os aspectos em geral (estrutura física, organizacional, didático-pedagógica) além de acompanhar a uma turma de ensino

fundamental. A coleta de dados se deu por meio de registros visuais e anotações. Os registros indicam que a escola foi fundada em 1960 passando por varias mudanças e transformações devido a os fenômenos existentes na região. Em janeiro de 2007, sob o Decreto nº. 6998 de 07 de fevereiro de 1983 foi acrescentada ao nome da escola a palavra “Indígena”, dando fundamento e garantindo uma educação específica e diferenciada para as comunidades indígenas, com acesso aos conhecimentos e o domínio de aprendizagem bilíngue/trilíngue nas escolas indígenas. Funciona nos três turnos, atendendo ensino fundamental (1º ciclo ao 9º ano) e ensino médio (1º ao 3º ano). Observou-se que uma das dificuldades é o difícil acesso à escola, as vias urbanas estão sem pavimentação, sobre o espaço físico é regularmente precário, salas sendo utilizadas para fins diferentes do original. Existe uma necessidade de materiais na língua ticuna, pois todos os livros e atividades apresentados pelos professores em sala são em português, isto dificulta o aprendizado dos alunos, tanto professores e alunos se comunicam em língua indígena. Por outro lado, analisou-se a falta de metodologias mais atraente, sendo o ensino tradicional a mais usada, levando os alunos a não se sentirem motivados no momento de aprender. A experiência vivida no estágio complementa o aprendizado, contribuindo de forma pelicular a construção de um entendimento maior sobre um futuro e amplo campo de trabalho, fortalecendo a atuação profissional na área, principalmente no que se refere à educação indígena na localidade.

20. CONCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS DO CURSO BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA QUANTO AS DIFICULDADES ENFRENTADAS DURANTE SUA FORMAÇÃO

ALMEIDA, Tiago da Silva

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

tiagoalmeidatg88@gmail.com

SANTOS, Edilanê Mendes dos

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

RESUMO

A política governamental de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior tem agregado uma maior diversidade cultural as universidades. Por meio de políticas públicas, uma maior diversidade de povos indígenas e quilombolas tem frequentado os mais diversos cursos superiores. No Alto Solimões esta afirmação vai ao encontro da diversidade cultural vista no Instituto de Natureza e Cultura da UFAM, ao menos seis etnias indígenas podem ser encontradas no Campus. Desta forma, levantar dados sobre o que pensam os indígenas a cerca do curso escolhido pelos mesmos é uma forma de aprofundar discussões e mitigar melhorias para que tenham êxito durante sua formação. O objetivo deste trabalho foi de identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos indígenas durante a graduação no curso de Antropologia, mostrando os principais motivos que os levaram a escolha do curso. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo, utilizando questionários abertos para esta finalidade. Para tanto este questionário pretendeu mostrar aberturas para discursões e propostas para melhorias no curso de Antropologia segundo as concepções dos acadêmicos indígenas, e assim trazer motivações para que tenham um maior interesse pelo curso escolhido. Os resultados mostraram que a maior dificuldade enfrentada está relacionada a língua portuguesa, pois o curso requer muita leitura do estudante, o que acaba desmotivando os mesmos. Entender a diversidade cultural e ajudar a comunidade pertencente são motivações citada pelos acadêmicos para a escolha do curso, assim como a baixa procura. Desta forma, ouvir os grupos indígenas que adentram ao curso pode servir de subsidio para se pensar num curso que também atenda aos anseios dos mesmos, pois uma educação escolar diferenciada no ensino básico já está assegurada pela legislação em vigor, logo formar melhores profissionais indígenas dedicados na sua profissão seria um ganho social, desta forma, ficar atentos as suas reivindicações seria um caminho mais eficiente na busca de melhores resultados com estes acadêmicos.

21. A INTERCULTURALIDADE COMO UMA PROPOSTA DA ELABORAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE BIOQUÍMICA

MENDOZA, Anita Yris Garcia

Professora do Curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química do INC/UFAM

anyrgarcia@hotmail.com

SANTOS, Vandreza Souza dos

Professor do Curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química do INC/UFAM

vandreza.souza@hotmail.com

COUTINHO, Taciana de Carvalho

Professor do Curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química do INC/UFAM

tacycoutho@yahoo.com.br

RESUMO

As dinâmicas didático-pedagógicas utilizadas como instrumentos de apoio, constituem ferramentas para abordagem de conceitos e conseguem despertar interesse dos estudantes. O presente trabalho teve como objetivo utilizar jogos como recurso didático no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Bioquímica. Para isso, as atividades foram desenvolvidas com uma turma de 25 estudantes, dos quais 11 são indígenas do 3º período do curso de Ciências Agrárias da UFAM-BC. Realizou-se uma aula teórica sobre o conceito de proteínas com auxílio de cartazes; em seguida executou-se a apresentação de quatro jogos didáticos e, aplicação do questionário com o intuito de verificar o conhecimento adquirido pelos estudantes. Antes da apresentação, os estudantes não demonstraram conhecimentos básicos sobre aminoácidos mas, no transcurso da aula teórica,

conseguiram relacionar os conceitos científicos com exemplos demonstrativos do dia a dia. De modo geral, percebeu-se que, durante os jogos, os estudantes conseguiram compreender os conceitos abordados e, o espírito de competição entre os grupos. Contudo, destaca-se a participação e desempenho dos estudantes indígenas, pois, estes compreenderam os conceitos ao responder os questionamentos dos jogos de forma correta, mesmo apresentando certa timidez diante dos colegas, estes conseguiam explicar e formular respostas coerentes. Ressalta-se que, atividades utilizando jogos didáticos favorecem a construção do conhecimento por meio do raciocínio e da concentração e, os resultados positivos podem ser constatados nas respostas dos estudantes, pois, 96,4% ressaltaram que gostaram dos jogos, destacando que a aula tornou-se divertida e compreensível para o entendimento sobre o conceito de proteínas. Outros 92,8% destacaram que o jogo tem um dinamismo importante que auxilia na construção de conhecimentos, motivando e favorecendo a interação. Destaca-se ainda que, 96,4% argumentaram que é necessário executar mais projetos com jogos didáticos no curso, pois, torna-se uma ferramenta importante e divertida. Conclui-se, que quando se trabalha com recursos didáticos diferenciados, em especial com estudantes indígenas, é possível romper barreiras da timidez, de dificuldades na compreensão da linguagem e possibilita-se um estímulo dinâmico, valorizando o conhecimento teórico aliado com a prática, acarretando um maior interesse pelo conteúdo.

22. ENSINO INTERCULTURAL: UTILIZAÇÃO DE FRUTOS REGIONAIS COMO FERRAMENTA PEDAGOGICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIA

RIBEIRO, Bernardo Jeová Costa

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

beribeiro543@gamil.com

ARCANJO, Geruzethe Urbano

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

ARCANJO, Marizete Urbano

Escola Municipal Indígena Kokama Yatyry Ikwá (SPO/AM)

COUTINHO, Taciana de Carvalho

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

tacycoutho@yahoo.com.br

RESUMO

O Brasil é um país multilíngue que possui diversas línguas faladas por povos indígenas em todo seu território. Dentre as quais está a língua Kokama, porém ao longo do processo histórico da mobilidade no entorno dos centros urbanos e o contato direto com a língua portuguesa por várias décadas, o povo Kokama teve uma oralidade apática em diversas comunidades. Tal fato tem sido reavaliado por lideranças para uma reafirmação da língua Kokama como elementos identitários para a organização dessa etnia. Diante disso, o presente trabalho objetivou analisar o ensino da língua Kokama e relacionar a educação intercultural em uma escola indígena no Município de São Paulo de Olivença – AM. Para isso, houve uma análise observacional das aulas ministradas e em seguida aplicação de materiais pedagógicos confeccionados a partir da vivência local sobre frutos plantados e consumidos pelos alunos. Observou-se que os estudantes possuíam uma facilidade em pronunciar e memorizar os nomes em língua kokama, já que os mesmos participam de aulas ministradas em língua kokama, sendo está inserida na matriz curricular da escola e, abordada como uma disciplina reprovativa. A interação entre professora e aluno é de forma harmônica, observando que os mesmos fazem os cumprimentos diários no respectivo idioma, como por exemplo “Bom dia” na língua portuguesa e “Era na kwema” na língua kokama. Segundo a professora indígena kokama ministrante da disciplina, o qual já participou de várias formações para produção de práticas pedagógicas voltadas ao ensino bilíngue, a mesma descreveu “é satisfatório trabalhar com os estudantes, principalmente das séries iniciais, porque os mesmos valorizam o aprender, pois dizem que é importante

dominar as duas línguas, e manter viva as tradições de seus pais”. Portanto, atividades como essas são de extrema importância para a comunidade, logo que contribuem diretamente para a manutenção da identidade étnica dessa população.

23. RESILIENCIA DE ADACÊMICOS INDÍGENAS DO CURSO DE CIENCIAS: BIOLOGIA E QUÍMICA

NUNES, Jandersson da Silva

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

jandernunes4400@gmail.com

CUNHA, Kevem Benedita da

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

kevembenedita@gmail.com

PINTO, Márcia Nascimento

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

marciapintoufamabc@gmail.com

RESUMO

A resiliência é um termo oriundo da física, que significa retornar ao estado inicial depois de ter sofrido várias alterações. Aplicado a vida humana representa a capacidade de um indivíduo em resistir as dificuldades persistentes e utilizá-las em seus processos de desenvolvimento pessoal e crescimento social. O ingresso dos acadêmicos indígenas no curso de Ciências: Biologia e Química não foi entrave para acesso na educação superior, porém para sua permanência e conclusão enfrentam muitas dificuldades. Partindo desta

ideologia esta pesquisa teve como objetivo conhecer e analisar o potencial de resiliência desses acadêmicos no curso em questão. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa. Metodologicamente, foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado. O nível de resiliência foi categorizado da seguinte forma: forte aptidão para resiliência (aqueles que conseguem contornar as dificuldades), resiliência moderada (aqueles que tem iniciativa para resolução de problemas mas não obtêm sucesso), e não resiliente (aqueles que se mantem indiferentes em relação as dificuldades). A pesquisa envolveu 14 indígenas de 3 etnias, sendo 2 kaixana, 2 cambeba e 10 ticuna representantes dos 1º ao 7º período. Os resultados apontam que a maior dificuldade enfrentada pelos indígenas foram em relação a interpretação dos conteúdos, devido a linguagem científica e a diferença metodológica dos professores universitários, seguida de logística de deslocamento da comunidade à UFAM e questões de moradia. Foi constatado que 64% dos indígenas participantes da pesquisa apresentam resiliência moderada, 29% demonstram forte aptidão para ser resiliente e 7% não foram considerados resilientes. Considerando que apesar da maioria se enquadrarem na categoria moderada, quando relacionada aos períodos, não se observou uma tendência por categoria específica levando em conta a quantidade amostral. Conhecer as adversidades e os fatores de risco que os acadêmicos indígenas enfrentam diariamente são ferramentas importantes para que haja um acompanhamento e intervenção aos mesmos e estes não desistam e cheguem a conclusão do curso, seguros de sua capacidade em superar os obstáculos.

24. ORBITAIS E GEOMETRIA: EXPERIÊNCIAS DA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR DE QUÍMICA E MATEMÁTICA COM ESTUDANTES INDÍGENAS

SANTOS, Vandreza Souza dos

Instituto de Natureza e Cultura - INC. Universidade Federal do Amazonas – UFAM

vandreza.souza@hotmail.com

LOPES, Leide Maria Leão

Instituto de Natureza e Cultura - INC. Universidade Federal do Amazonas - UFAM

RESUMO

Ao longo dos anos, os cientistas e estudiosos da Química têm proposto diferentes teorias e modelos que buscam aproximar-se da realidade, no intuito de conhecer e compreender como é a estrutura do átomo, quais partículas o constituem, bem como seu comportamento. Assim, o modelo discutido atualmente nas aulas de Química é o da Mecânica Quântica, criado entre 1924 e 1927, principalmente por De Broglie, Heisenberg e Schrodinger, para o qual não se admite mais a existência de órbitas para os elétrons. O que existe são regiões de máxima probabilidade de se encontrar o elétron no seu movimento ao redor do núcleo, os chamados orbitais. Contudo, surgem inúmeras dificuldades na abordagem destes conceitos nas aulas de Química, uma vez que trata-se de uma ciência abstrata e que, portanto, muitos de seus objetos de estudo não podem ser vistos ou tocados pelos estudantes. Alia-se a estas dificuldades, o fato dos orbitais possuírem representações matemáticas através da geometria, o que dificulta ainda mais a compreensão destes conceitos. Diante da notável inquietação dos estudantes e da complexidade dos orbitais atômicos, desenvolveu-se um trabalho interdisciplinar através da modelagem, com 15 estudantes indígenas do 1º período do Curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química, para reproduzir os orbitais que representam os subníveis s, p, d e f. A atividade foi realizada durante duas aulas da disciplina de Química Geral I, e contou com a explicação matemática sobre o sistema cartesiano ortogonal, segundo o qual, se duas retas se cruzam e formam um ângulo de 90° elas são perpendiculares e, essa perpendicularidade das retas forma um sistema cartesiano ortogonal, onde as duas retas são chamadas de eixos. A presença do plano cartesiano e dos eixos ortogonais x, y e z, são essenciais para a compreensão e visão tridimensional de um orbital. Assim, os orbitais foram construídos em grupos de cinco estudantes cada, que utilizaram massas de modelar e palitos pequenos. Após a construção dos modelos, cada grupo escolhia dois orbitais para explicar como

construiu e o que o orbital representa para os estudos da Química. Ao final da aula, pediu-se que relatassem em um texto curto, suas considerações a respeito da forma como a aula foi realizada, aliando conceitos químicos e matemáticos, bem como sobre a utilização da modelagem. Os resultados mostram que todos os estudantes consideraram interessante e motivador a presença de duas professoras na sala explicando o mesmo conceito a partir de perspectivas diferentes. Além disso, a modelagem possibilitou a concretização de modelos difíceis de serem entendidos somente através dos desenhos dos livros, pois, não é possível visualizar as três dimensões. Desta forma, acredita-se que, desenvolver ações interdisciplinares com estudantes indígenas, quer seja nas aulas de Química e/ou Matemática, ou de qualquer outra ciência, é uma metodologia importante que traz grandes contribuições ao processo de ensino e de aprendizagem de conceitos complexos aos quais os estudantes não estão familiarizados.

25. SIGNIFICAÇÕES PARA OS TIKUNA SOBRE O PASSAR PELA PISTA DE POUSO DO AEROPORTO DE TABATINGA

FLORIZ, Neuza Anabel Carvalho

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

anabelticunaamt@gmail.com

RAMOS, Ronal Nicolano

Universidade Federal do Amazonas

ronalnicolanoramos@gmail.com

COUTINHO, Taciana de Carvalho

Universidade Federal do Amazonas

tacycoutho@yahoo.com.br

RESUMO

A construção de obras infraestruturantes, tal como o aeroporto, configurou em mudanças espaciais da Terra Indígena de Umariáçu, como uma das consequências da expansão urbana do município de Tabatinga. O contexto histórico constituiu-se como um marco do processo de transformações ambientais que contribuiu diretamente para os desequilíbrios socioambientais dos Povos Tikuna de Umariáçu. Assim, o estudo teve por objetivo analisar as significações do passar pela pista de pouso pelos Tikuna de Umariáçu durante suas atividades agrícolas, de coleta de frutos, retirada de madeira e, de caça nas áreas próximas ao Aeroporto Internacional de Tabatinga. Para a realização do estudo aplicou-se uma entrevista composta por questões abertas, permitindo ao sujeito pesquisado uma abertura para descrever a história oral sobre a temática. Após a coleta de informações, as falas foram transcritas e assim utilizados para a construção da história oral sobre o passar na pista de pouso. As dinâmicas históricas e ambientais foram assim apresentadas: “Para o povo Tikuna de Umariáçu, o passar pela pista significa, que a construção do aeroporto de Tabatinga em 1964 fechou a passagem do caminho da nossa roça, aumentando a distância, atrapalhando o percurso”. No trecho, o pesquisado fez menção a data da construção do Aeroporto e a mudança na rota que os Tikuna realizavam para chegar aos seus locais de roças e demais atividades econômicas. No discurso apresentado completou dizendo: “não é só isso, mais relembro do maior desmatamento dentro dessa reserva indígena de Umariáçu com 2.150 metros de comprimento e 34 metros de largura, onde foram derrubadas as madeiras de lei, que serviria para o sustento do povo Tikuna de Umariáçu”. Nas questões ambientais apresentadas destacou-se a importância dos recursos naturais existentes na área utilizada para a construção da pista. Para os Tikuna, a pista de pouso dividiu seu território, de um lado a comunidade e, do outro as áreas de roçado. Após vários conflitos sobre a divisão, o Aeroporto de Tabatinga construiu quatro portões de acesso, por onde os Tikuna passam de um lado para o outro da pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Tabatinga. Por fim, os Tikuna apontaram que o passar pela pista significou o impedimento de acesso aos seus territórios de caça e coleta e, põe em risco a vida de muitos indígenas que diariamente passam de um lado a outro, para ir aos seus roçados, e/ou ter acesso as áreas para a coleta de frutos e derivados.

26. DIFICULDADES NO ENSINO DE QUÍMICA: BARREIRAS ENFRENTADAS POR ESTUDANTES INDÍGENAS NO NÍVEL SUPERIOR

ALVES, Alexandro Da Silva

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

alexandro.silva.18@gmail.com

TENAZOR, Daniela Lima

Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM

2danielalimabc@gmail.com

RIBEIRO, Bernardo Jeová Costa

Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM

beribeiro543@gamil.com

RESUMO

No Alto Solimões, as universidades públicas e privadas estão situadas em meio a riqueza cultural de inúmeras comunidades indígenas, além de fazer fronteira com outros países. No Instituto de Natureza e Cultura (INC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Benjamim Constant - AM, a inserção de alunos indígenas de diferentes etnias nos cursos de graduação vem crescendo todos os anos, assim como os índices de retenções nas disciplinas. Com isso, o presente trabalho objetivou identificar os principais motivos que tem levado ao aumento nas retenções de discentes indígenas nos primeiros períodos do curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química. Para isso, foi realizado um estudo de caso aplicando um questionário, contendo 5 perguntas abertas, em uma turma com 33 discentes presentes na disciplina de Química Geral (1º período), no qual a maioria está retido mais

de uma vez. Durante a análise dos questionários, pôde-se observar que todos os discentes envolvidos no estudo são indígenas, sendo 29 autodeclarados, no qual constam 01 da etnia Mayuruna, 01 Kaixana, 01 Cambeba, 07 Kokama e 19 da etnia Ticuna, os outros 04 indígenas não são autodeclarados e não lembram de suas etnias. Muitos deles optaram pelo curso em função da Biologia, possivelmente devido a relação atribuída a uma ciência macroscópica e sua cultura na região, como por exemplo no uso de remédios caseiros, frutos e animais, sendo a Química um entrave microscópico de difícil relação. Dentre as dificuldades, a língua é a principal barreira que os discentes encontram para compreensão dos conteúdos, além da timidez ao participar de seminários ou questionamentos durante as aulas. Essa timidez pode estar relacionada com o preconceito linguístico sofrido pelos próprios colegas durante a fala ou escrita, como declarado no questionário, sendo o português um segundo idioma. Houve relatos sobre as dificuldades em relação aos cálculos presentes na graduação, inclusive na própria disciplina de Química Geral, o que também contribui na retenção de muitos estudantes indígenas. Podemos considerar que dentre os problemas apresentados, a dificuldade com o idioma associado a timidez, sejam os fatores o mais relevante na retenção, por dificultar a comunicação aluno-professor durante o processo de ensino-aprendizagem.

27. TEORIAS ATÔMICAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ABORDAGEM DE MODELOS E TEORIAS CONSTRUÍDOS PELA CIÊNCIA PARA EXPLICAR O ÁTOMO

SANTOS, Vandreza Souza dos

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

vandreza.souza@hotmail.com

MENDONZA, Anita Yris Garcia

Universidade Federal do Amazonas

anyrgarcia@hotmail.com

RESUMO

A Química é uma ciência que busca compreender a estrutura da matéria em seu nível submicroscópico e, para isso, utiliza modelos, leis, teorias, símbolos e analogias que buscam aproximar o entendimento a respeito da constituição da matéria e suas interações. Assim surge a figura do átomo, principal objeto de estudo da Química e que, de acordo com a ciência, é o responsável pela existência de diferentes elementos que, por sua vez, originam uma diversidade de compostos, moléculas, substâncias e materiais. Desta forma, compreende-se que, discutir sobre a história que originou diferentes teorias e modelos atômicos, ressaltando que tratam-se de construções humanas e que, portanto, não são imutáveis e nem verdades absolutas, é um importante processo na formação de futuros professores de Química. Por isso, o texto aborda sobre a compreensão de quinze estudantes indígenas do 1º período do curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química, do Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM, a respeito das teorias e modelos atômicos criados por Dalton, Thomson, Rutherford e Bohr, bem como discutir o porquê da existência de tantas teorias e modelos para explicar o átomo. Os resultados foram obtidos através de um questionário aberto contendo cinco perguntas sobre o entendimento dos estudantes, além de representar os modelos propostos por cada cientista destacando suas principais características que os tornam diferentes uns dos outros. Do público participante, apenas cinco, o que representa 33% da amostra, apresentaram respostas coerentes, com organização entre as teorias e os cientistas que as propuseram; bem como, associaram de forma correta os modelos criados por cada cientista, destacando as características de cada modelo. Além disso, conseguiram expressar suas respostas sobre o fato de existirem diferentes modelos ressaltando que os cientistas procuravam estudar e ampliar os modelos dos outros anteriores a eles, uma vez que a ciência está em construção e é uma atividade humana, o que acabou originando modelos cada vez mais elaborados demonstrando a existência de partículas e de sua organização na estrutura dos átomos. Sete (46,6%)

apresentaram repostas confusas a respeito dos modelos e de que cientista os postulo, além de confusões na utilização de termos científicos próprios da Química pois, nomearam os átomos de “coisa”, “objeto” ou “essa substância”, apresentando assim uma confusão conceitual. Outros três (20%) estudantes não expuseram suas repostas. Os resultados mostram que grande parte dos estudantes possuem dificuldades em compreender os conceitos abordados e percebe-se a necessidade de discutir com maior ênfase as diferentes teorias e modelos atômicos com os estudantes indígenas, pois, se ele conseguir entender que a Química é uma ciência abstrata e que, por essa razão, utiliza-se de modelos que buscam explicar de forma aproximada a realidade, acredita-se que assim, estes podem compreender tais conceitos e saber quando utilizá-los, contribuindo para melhoria do processo de ensino e de aprendizagem nas aulas de Química.

28. EDUCAÇÃO INTERCULTURAL PARA A APRENDIZAGEM DA BIOLOGIA CELULAR

ANDRADE, Romário Maurício de

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

rmauriciodeandrade@gamil.com

PULGARIN, Maria Gabriela da Silva

Universidade Federal do Amazonas

gabriela_181199@hotmail.com

COUTINHO, Taciana de Carvalho

Universidade Federal do Amazonas

tacycoutinho@yahoo.com.br

RESUMO

Como monitores da disciplina de Biologia Celular verificamos que o Instituto de Natureza e Cultura (INC) atende um público diversificado de povos indígenas do Alto Solimões. Sendo a universidade, portanto, um espaço amplamente democrático para a educação intercultural. Na atualidade, destacou-se em ordem crescente a presença de oito etnias matriculados nos cursos do INC-BC: Tikuna, Kokama, Kaixana, Kambeba, Marubo, Witoto, Mayruna e Kanamari. A dinâmica em salas de aula tem-se configurado ao ensino voltado as questões de como passar a relacionar de maneira tradicional e científica conteúdos compartmentados em disciplinas e, assim atender as especificidades de cada tipo de conhecimento acerca da Biologia Celular. O estudo teve por objetivo analisar de que maneira a célula, unidade básica fundamental a formação de todas as formas de seres vivos foi compreendida na dinâmica dos conhecimentos tradicionais. O estudo foi realizado a partir das observações realizadas nas aulas de biologia celular, de uma turma de alunos retidos na disciplina. A turma é composta por um público maior de indígenas. E a hipótese levantada foi o, por que das dificuldades encontradas pelos alunos repetentes da disciplina em compreender os conteúdos da biologia celular. No primeiro momento verificou-se que a noção microscópica de análise e a compreensão de que uma célula é a base de formação de todos os seres vivos (seres procariontes e eucariontes) e, que animais e vegetais partem da organização e funcionamento de uma unidade microscópica foi um dos desafios a serem compreendidos pelos alunos indígenas. A forma de analisar a vida assume outro contexto, os alunos indígenas compreendem o macro, ou seja, os ecossistemas e suas interações funcionam de maneira equilibrada, sem necessidade de entender o que não se vê, a célula. Partir do micro e fazer entender a formação do macro torna-se desafiador no contexto da educação intercultural. Outro momento importante foi o contato realizado com o mundo microscópico a partir das aulas práticas realizadas no laboratório de biologia geral do INC-BC. Relatos foram descritos sobre o olhar dos alunos, sobre como uma única célula pode regular as diferentes formas de vida em um ambiente como a floresta amazônica. Assim, compreendeu-se que o ensino das disciplinas da área biologia deve-se abrir para novas metodologias, buscando atrelar conteúdos interdisciplinares, facilitando o entendimento de que unidades celulares são a base da visão maior que os povos tradicionais têm em relação as dinâmicas do homem e a natureza.

29. A PERCEPÇÃO DE ALUNOS INDÍGENAS SOBRE LÚDICOS PARA MELHORIA DO ENSINO E APRENDIZAGEM

SANTOS, Igor Tourinho dos

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

igortourinho_spo@outlook.com

COUTINHO, Taciana de Carvalho

Universidade Federal do Amazonas

tacycoutho@yahoo.com.br

RESUMO

O jogo didático (JD) é estabelecido como uma ferramenta responsável por contribuir no processo de ensino e aprendizagem, diferenciando-se dos demais por apresentar características lúdicas, e ao ser aplicado como uma ferramenta didática pedagógica configurando-se como um recurso passível de atingir uma série de objetivos: o estímulo à aprendizagem, a capacidade cognitiva dos alunos e a interação entre professor e aluno. E, com essa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos alunos sobre os lúdicos no ensino e aprendizagem em biologia, com intuito de verificar os seguintes fatores: o nível de aprendizagem, conceitos trabalhados e os tipos de jogos abordados. A partir da análise dos dados oriundos do questionário aplicado aos alunos indígenas e não indígenas, notou-se dificuldades no aprendizado em biologia do público em geral. O campo de pesquisa sobre os JD no ensino de Biologia está em construção, uma vez que os conteúdos contemplam muitos espaços e saberes a serem explorados. Uma das observações realizadas foi a formação de grupos de estudantes indígenas e não indígenas nas próprias salas de aula. Esse fato dificulta a interação entre os próprios alunos que se separam em grupos por suas semelhanças. Uma proposta aplicada foi a

diversificação dos grupos existentes, para que os alunos pudessem assim participar das propostas de maneira intercultural. No que tange os JD os alunos descreveram: “os professores deveriam fazer mais aulas práticas, fazendo jogos e utilizando materiais das nossas comunidades”. Em sala de aula ficou perceptível que o ensino de biologia se torna mais claro a partir da materialização do conteúdo. Por exemplo, tratar sobre melhoramento genético requer conhecimentos práticos do sistema reprodutor das plantas. Para esses conteúdos, a aula prática com utilização de JD tornou-se um aliado na compreensão dos conceitos genéticos e o aprendizado foi bem mais significativo para os alunos indígenas e não indígenas. A heterogeneidade em sala de aula deveria ser um aliado para que o processo de ensino e aprendizagem fosse mais significativo, pois conhecimentos tradicionais aliado aos conhecimentos científicos auxiliam na compreensão dos diferentes conteúdos didáticos que pouco tem sido explorado para a confecção de jogos didáticos, e por conseguinte melhoria na compreensão dos conteúdos.

30. ACESSO E PERMANENCIA DE JOVENS E ADULTOS INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS NO ENSINO MÉDIO TECNOLÓGICO EM EBNJAMIN CONSTANT-AM

LIMA, Elisa Bitencourt de

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

elisabitencourt20@gmail.com

PEREIRA, Ismael Carlos da Silva

Universidade Federal do Amazonas

ismaelbc1982@gmail.com

FERREIRA, Jarliane da Silva

Universidade Federal do Amazonas

jarlianeferreira@gmail.com

RESUMO

O Estado do Amazonas cuja prioridade é a garantia da oferta do ensino médio, conforme Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), tem implementado ao longo dos municípios, programas de elevação de escolaridade em nível médio, a partir de formação de turmas de ensino médio por mediação tecnológica, ou seja, são turmas diferenciadas que recebem jovens e adultos trabalhadores que residem no campo ou em aldeias ao longo da região. Essas populações historicamente foram excluídas do processo de educação formal. Pesquisas apontam que nesse processo histórico a precariedade tem prevalecido no processo de manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente nas escolas situadas no meio rural. Por exemplo, no município de Benjamin Constant, no qual desenvolveremos a pesquisa o IDH é igual a 0,64, que comparado ao do país, retrata as condições historicamente produzidas para a qualidade de vida dos cidadãos destas localidades. Quando se trata da população indígena esse número é bem mais reduzido. Esses grupos não conseguem acessar as últimas etapas da Educação Básica, por não terem condições para estudar na sede da cidade, já que na comunidade muitas vezes as escolas ofertam a educação infantil aos anos finais. Com a implantação do ensino médio tecnológico muitos jovens e adultos, saem à noite de suas casas e vão buscar um direito que por tempos lhes foi negado, o direito à etapa do ensino médio, dando possibilidades de futuramente ingressar na educação superior. Este artigo tratará da apresentação da proposta de uma pesquisa que será realizada no contexto do Programa de Iniciação à Pesquisa- PIBIC, do INC/UFAM. A pesquisa tem como objetivo compreender esses processos, além de verificar as condições de funcionamento desse programa, bem como as condições de acesso e permanência vivenciadas por esses jovens e adultos. A pesquisa será realizada em duas escolas, uma indígena e não indígena. Os sujeitos da pesquisa serão grupos de jovens e adultos do município de Benjamin Constant. Metodologicamente a pesquisa seguirá os passos da abordagem qualitativa, por meio de observações e entrevistas com estudantes e professores.

31. PRÁTICA DA PESQUISA PEDAGÓGICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO MÚNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT – AM: UM OLHAR PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR

ABELAEZ, Elizilda Rosendo

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

elizildarosendo80@gmail.com

SILVA, Joarilson Ramos da

Universidade Federal do Amazonas

joarilsonramos@outlook.com

LOPES, Laís Agostinho

Universidade Federal do Amazonas

laislopes601@gmail.com

FERREIRA, Jarliane da Silva

Universidade Federal do Amazonas

jarlianeferreira@gmail.com

RESUMO

Este resumo tem como resultado a partir das práticas de observação realizada em uma escola indígena do município de Benjamin Constant-Amazonas. Esta prática constituiu em verificar as condições de funcionamento da biblioteca e o incentivo à leitura. Este artigo focalizará apenas o item de incentivo à leitura com foco na biblioteca da escola, quanto à

sua infraestrutura, organização e acervo, como resultado inicial da pesquisa em andamento, realizada a partir da disciplina de Prática da Pesquisa Pedagógica do curso de Pedagogia do INC. Metodologicamente utilizou-se a prática de campo, como instrumento inicial de coleta de dados, envolvendo entrevista com gestor e funcionário da biblioteca. Percebeu-se que há uma improvisação de uma sala de aula que funciona como biblioteca, pois esta serve mais como um depósito para livros didáticos. A sala da biblioteca é pequena, com poucos livros, com apenas um funcionário, lotado como professor da escola, exercendo a função do bibliotecário. Verificou-se que a maioria dos livros eram da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue (OGPTB). Percebeu-se uma escassez de livros literários e infanto juvenil, sendo que, os livros indígenas sendo o principal acervo, não existia. Constatou-se que a escola não disponibiliza de internet para os alunos e professores fazer suas pesquisas, por falta de recursos, falta de sinal de internet, apenas com acesso na sala da direção. Também foi verificado que os professores e alunos não utilizavam a sala por falta de um ambiente agradável para que os alunos possam sentir mais tranquilos durante a leitura, e isso passa por mas uma educação irregular, que é importante a leitura para as crianças, com incentivo à leitura.

32. A CONSTRUÇÃO DE MAPA CONCEITUAL COM ALUNOS INDÍGENAS: O ENSINO TRADICIONAL E O CONDICIONAMENTO OPERANTE

MAURICIO, Arlington da Costa

Instituto de Natureza e Cultura/UFAM

arlingtoncosta02@gmail.com

ANDRADE, Romário Mauricio de

Instituto de Natureza e Cultura/UFAM

rmauriciodeandrade@gamil.com

SANTOS, Vandrezza Souza dos

RESUMO

O ensino tradicional vem sendo praticado desde os tempos antigos, que atualmente, na maioria das escolas desenvolvem essa metodologia de ensino como se não existisse outros métodos pedagógicos. O modelo tradicional em questão, é aquele em que o professor apenas transfere o conhecimento, sendo ele o detentor do saber, e os alunos apenas recebem as informações sem direito de expressão e questionamento, e o conhecimento é adquirido principalmente por memorização. Assim, buscando compreender quais os preceitos da teoria tradicional, o objetivo deste trabalho foi levantar discussão e reflexão sobre esse tema através da construção de um mapa conceitual com alunos indígenas graduandos no Curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química, do Instituto de Natureza e Cultura/UFAM, Campus de Benjamin Constant – AM, na disciplina de Prática Curricular para o Ensino de Química, ministrada no 5º período, em que os mesmos possuem dificuldades de aprendizagem por causa das barreiras na compreensão da língua portuguesa, pois dominam a sua língua materna e, os professores também não falam a língua ticuna, que tem maior predominância de estudantes dessa etnia da região. Assim, a turma com uma turma de 22 estudantes, sendo 15 indígenas das etnias Kokama, Ticuna, Kambeba, Kaixana e Mayuruna., aos grupos foram distribuídos textos com seus respectivos temas para a leitura, e na sala de aula, o grupo de estudantes indígenas que abordaram o tema Ensino Tradicional e o Condicionamento Operante do texto do capítulo 1, do livro Fundamentos do Ensino-Aprendizagem das Ciências Naturais e da Matemática: O Novo Ensino Médio, construíram um mapa conceitual do tipo teia de aranha, em que a palavra principal fica no centro, e todas as questões hierárquicas são colocadas ao redor, após a construção do mapa, os mesmos apresentaram os conceitos descritos no mapa conceitual e explicaram ao restante da turma sobre seu entendimento a respeito do texto. O mapa conceitual elaborado e apresentado pelos estudantes, era de fato esclarecedor, porém notou-se que houve algumas complicações na construção da teia de aranha, pelo fato de o tema apresentar muito conteúdo e conceitos, entretanto na apresentação souberam explicar o porquê dos conceitos terem sido interligados conforme sua exposição no mapa,

levantando uma discussão em sala de aula sobre o ensino tradicional, em que os estudantes puderam relacionar a ideia do texto com o que vivenciam na sua realidade atual. Portanto, pode-se notar que o uso da construção do mapa conceitual possibilitou que os estudantes indígenas entendessem os principais aspectos a respeito do Ensino Tradicional, conteúdo de forma clara e precisa, assim fazendo com que o objetivo desse trabalho fossem alcançados. A elaboração de mapas conceituais em sala de aula contribuem para uma nova forma didática na sala de aula, permitindo que os próprios discentes construam e expliquem a forma como organizam e compreendem diferentes conceitos em suas estruturas cognitivas. Desta forma, o presente trabalho traz contribuições importantes para novas práticas educacionais em contextos de educação escolar indígena.

33. ESCOLA PÚBLICA INDÍGENA: UM OLHAR PARA A INFRAESTRUTURA ESCOLAR

FERNANDES, Jó Carneiro

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

carneirofernandesjo@gmail.com

SANTANA, Alfeu Mota

Universidade Federal do Amazonas

amosms13@gmail.com

LAURIANO, Ismael Pereira

Universidade Federal do Amazonas

ishmaeltikuna@gmail.com

RESUMO

A pesquisa tem sido um dos pilares na formação do/a pedagogo/a, logo durante o curso de Licenciatura em Pedagogia dedica-se quatrocentas horas de créditos práticos (Res. N. 02/2015) e dentre essas horas contempla-se as práticas da pesquisa na área da educação. A partir das práticas da pesquisa realiza-se escolha do objeto de pesquisa, a fim de elaboração do projeto de pesquisa, para então realizar as observações no contexto escolhido para posterior intervenção na realidade escolar ou não escolar. O objetivo da referida prática foi analisar a infraestrutura, condições de funcionamento e recursos humanos da escola indígena para a partir daí, suscitar a escolha da temática de forma delimitada. Este trabalho apresentará apenas a infraestrutura escolar, logo trará reflexões a partir deste aspecto. A prática foi realizada na Escola Municipal Indígena Ebenézer, que tem como um de seus objetivos a garantia de uma educação diferenciada e bilíngue, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação indígena e da gratuidade escolar. Inicialmente a pesquisa seguia metodologicamente uma prática de campo, envolvendo entrevista com gestor e funcionário da biblioteca. Além dessa primeira prática será dada continuidade ao trabalho com utilização de entrevistas e questionários envolvendo os sujeitos da escola e da comunidade. Como primeiros resultados observou-se que a escola indígena possui uma infraestrutura consideravelmente boa na avaliação dos sujeitos da escola, com instalação de energia elétrica, com acesso limitado à internet, sendo somente na secretaria, com climatização em ar condicionado, com 10 (dez) salas de aula, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) sala dos professores, 01 (um) depósito de refeitório, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala do gestor, 04 (quatro) banheiros, sendo 02 (dois) para alunos e 02 (dois) para professores. Possui água potável, sendo que a água vem da cidade. Como continuidade será considerado sobre a escola que eles querem, considerando seus aspectos de infraestrutura e pedagógico.

34. SABERES TRADICIONAIS: O ARTESANATO INDÍGENA TICUNA COMO PRODUÇÃO CULTURAL NA COMUNIDADE DE BOM CAMINHO

RAMIRES, Christian Ribeiro

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

cristian.ufam@gmail.com

MOTA, Lara Karen Lourenço

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

larabcmota2015@gmail.com

SILVA, Neidemara Araújo da

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

souzaneidemara@gmail.com

RESUMO

Este resumo vem expressar as experiências vivenciadas em uma prática de campo realizada como atividade obrigatória da disciplina de Saberes Tradicionais que compõe o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura – INC, Campus da Universidade Federal no Alto Solimões. A prática de campo objetivou conhecer os tipos de artesanatos produzidos pela Associação de Mulheres Artesãs Ticunas – AMATÜ e sua importância cultural, social e econômica na comunidade indígena denominada de Bom Caminho. A esta prática esteve imbricada as categorias analíticas como os saberes tradicionais do povo Ticuna e o artesanato indígena como produção cultural e mediações de organização em sociedade. O embasamento teórico destaca a contribuição de autores como Torres (2007), Bhabha (1998), Little (2010), Batista (1976), Silva (2013), Pinto (2008), Cunha (2007) dentre outros. A abordagem metodológica da prática de campo foi em caráter qualitativo a partir do enfoque fenomenológico, utilizando-se da técnica de entrevista com a permissão para gravação de voz, anotações em caderno de campo e registro fotográfico de acordo com o Termo de Anuência emitido pela AMATÜ. Como resultados destacam-

se: a produção dos artesanatos como um saber tradicional passado de geração a geração; a AMATÜ produz diferentes tipos de artesanatos com diversas utilidades que vão de utensílios domésticos, ornamentais a adereços pessoais adquiridos por indígenas e não indígenas; o processo de produção dos artesanatos envolve vários tipos de tarefas e sujeitos da comunidade de diferentes faixas etárias; as produções são sistemáticas envolvendo o trabalho tanto de mulheres quanto de homens em rituais de trabalho; o artesanato produzido na comunidade contribui com a geração de renda para as famílias envolvidas na associação. Conclui-se que a realização da prática foi uma experiência significativa em nossa formação acadêmica, levando-nos a compreender mais sobre os saberes tradicionais do povo Ticuna e a valorizar suas culturas, costumes e tradições. Nota-se que a produção de artesanatos na comunidade promove uma interação social que envolve um processo educativo propagando diferentes conhecimentos importantes para a vida dos indígenas em contextos socioculturais.

35. VISÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS A RESPEITO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DE ATALAIA DO NORTE

MELLO, Neymia Oliveira

Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM

neymiamello.oliveira@hotmail.com

MOTA, Marinete Lourenço

Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM

mlmota@gmail.com

SILVA, Antônia Rodrigues da

Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM

RESUMO

Este resumo vem apresentar um recorte da pesquisa realizada sobre a Formação e Profissionalização do professor indígena no Alto Solimões, pelo curso de Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM, aprovada pela Universidade Federal do Amazonas, Programa Jovem Doutor no ano de 2017, objetivando compreender a partir das próprias percepções dos professores indígenas do município de Atalaia do Norte, no Alto Solimões, Amazonas, como se deu o processo de formação em nível de graduação tendo em vista suas atuações profissionais como professores na rede municipal ou estadual da educação básica. A fundamentação deste estudo embasou-se em legislações e seus aspectos legais, bem como em autores como Leitão (1999), Almeida e Silva (2003), Brasil (2002), Silva (2016), Grupioni (2006), Freitas (2005; 2000) e Silva (2013). A metodologia se embasou no enfoque qualitativo fenomenológico da pesquisa de campo, utilizando-se do instrumento da entrevista semiestrutura aplicada com professores indígenas da educação básica de Atalaia do Norte, tanto da rede municipal, quanto estadual de ensino. O resultado elucida a importância da formação para os professores, as dificuldades encontradas durante os cursos de formação que vão desde a infraestrutura dos locais de ofertas aos currículos dos cursos. Enquadra-se como resultado as expectativas dos professores acerca das melhorias dos cursos de formação para os indígenas, os desejos de uma formação continuada e em serviço, além de um aumento na oferta de cursos de licenciaturas que possam atender as peculiaridades e diversidades dos povos indígenas desta região e do Vale do Javari que concentra uma parcela significativa de povos indígenas da Amazônia e uma educação escolar indígena de qualidade para os discentes indígenas. A formação dos professores é um aspecto fundamental na garantia dos direitos educacionais de índios e não índios. Para os indígenas vai muito mais além da vida escolar ouvida em um determinado contexto social, configura-se como um fortalecimento da resistência do índio e suas identidades em contexto local, global e universal, possibilita a articulação entre os saberes científicos e tradicionais na formação da cidadania indígenas dos diferentes povos tradicionais da região.

36. CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO DE VITAMINAS: UTILIZANDO A COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DA PUPUNHA (BACTRIS GASIBAES KUNTH) EM UMA ABORDAGEM INTERCULTURAL DE CONCEITOS BIOQUÍMICOS

SANTOS, Geiziane Gama Dos

Instituto de Natureza e Cultura – UFAM

geizi1@outlook.com

DIAS, Matheus de Souza

Instituto de Natureza e Cultura – UFAM

matheus625dias@gmail.com

SANTOS, Andreza Souza Dos

Instituto de Natureza e Cultura – UFAM

RESUMO

O texto trata-se de uma proposta de aula contextualizada no ensino de Química, através de um fruto que faz parte o dia a dia de estudantes indígenas e não indígenas, uma vez que se discute conceitos bioquímicos utilizando a Pupunha (*Bactris gasibaes* Kunth) como contexto; partindo da composição nutricional deste fruto e enfatizando o conceito de vitaminas de forma intercultural, uma vez que todos conhecem e/ou consomem o fruto. Para isso, realizou-se uma aula expositiva e dialogada, com 16 estudantes do 1º período do Curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química, do Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM, destes, 05 se tratavam de estudantes indígenas da Etnia Ticuna. A aula teve como objetivo principal, utilizar a composição nutricional da Pupunha, que é um fruto muito conhecido e consumido pelos estudantes da região amazônica, para relacionar com conceitos bioquímicos, em especial, com o conceito de vitaminas, pois, através dessa

metodologia, possibilita-se ao estudante uma abordagem de conceitos científicos partindo de um contexto do qual estes conhecem e sentem-se motivados na busca pelo conhecimento, proporcionando uma aprendizagem significativa de conceitos científicos nas aulas de Química. Antes de iniciar a aula, aplicou-se um questionário inicial com 05 perguntas que abordava aspectos sobre o fruto, tais como nutrientes, coloração, consumo e importância de se aprender sobre a composição nutricional. Dos 16 estudantes, 11 apresentaram respostas coerentes sobre os aspectos nutricionais do fruto e, os demais 05 estudantes não conseguiram apresentar respostas coerentes. Destaca-se que um dos estudantes atribui a mudança de coloração com incidência de sol direto sobre o fruto. Em seguida, iniciou-se a aula abordando sobre as principais características, utilidades do fruto, seus componentes bioquímicos, dando ênfase à vitamina A e seus benefícios à saúde. No intuito de verificar uma mudança conceitual nos estudantes, aplicou-se um questionário final contendo seis questões relacionadas ao conteúdo sobre Vitamina A que foi destacado durante a aula, principalmente sobre seus benefícios e por estar envolvida na mudança de coloração da pupunha. Além disso, questionou-se sobre as dificuldades em compreender tais conceitos e seis estudantes relataram ter dificuldades que atribuíram ao fato de “não ter uma base durante o ensino médio”. Este resultado demonstra que os estudantes atribuem suas dificuldades a deficiência que trazem de níveis de ensino anteriores, e isto reforça a importância de discutir estes conceitos quando os estudantes adentram em cursos de nível superior, pois, ao serem questionados sobre se a aula os ajudou a compreender conceitos bioquímicos, em especial sobre vitaminas, utilizando a pupunha como contexto, quinze estudantes disseram que “foi de grande importância utilizar a fruta para contextualizar pois é algo cotidiano”. Respostas como estas demonstram a importância da contextualização no ensino de Química, pois, contextualizar faz com que os estudantes se sintam encorajados a participar da aula, motivados a aprender de forma significativa porque discute-se partindo de algo que eles conhecem, associando a estes conhecimentos os conceitos científicos discutidos nas aulas, o que facilita a compreensão de novos conceitos. Portanto, em virtude dos resultados, percebeu-se a importância de se utilizar a contextualização no ensino, pois esta metodologia possibilita que os estudantes, sejam indígenas ou não, aprendam de forma significativa, pois parte-se do contexto em que vivem, valorizando ainda a discussão de conceitos de forma intercultural, favorecendo o processo de ensino e de aprendizagem.

37. POVOS INDÍGENAS EM CENA I DIÁLOGO INTERCULTURAL UNIVERSITÁRIO NO ALTO SOLIMÕES: EDUCAÇÃO E SABERES ANCESTRAIS

GOMES, Kaio Anderson Fernandes

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

kaioanderson.amt@gmail.com

MOTA, Marinete Lourenço

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

mlmota71@gmail.com

SOUZA, Neidemara Araujo de

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

souzaneidemara@gamil.com

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultado parcial acerca do evento do Diálogo Intercultural Universitário organizado por acadêmicos indígenas do Instituto de Natureza e Cultura das etnias Tikuna, Kokama, Witoto, Mayoruna, Marubo, Kanamari, Kambéba e Kaixana em parceria com as entidades FUNAI, SESAI, Radio Rios, Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Cultura, Associação das Artesãs Indígenas de Filadélfia. Trata-se de apresentar um ensaio de uma pesquisa ação que se desenhou durante a idealização e realização do evento sobre a compreensão da formação dos acadêmicos indígenas nos cursos de graduação da referida instituição de ensino superior na perspectiva de articulação e produção científica sobre os saberes científicos e tradicionais das oito etnias que participaram dessa mobilização. Como base

teórico-metodológica contou-se com a contribuição de autores como Santos (1994; 1999; 2005), Ribeiro (1995), Oliveira (2007; 2000), Morin (2003), Pinto (2008), Silva (2013), Freitas (2005; 2000), Fraxe (2006; 2004), Leitão (1999), Brasil (2002) e Freire (2002). A pesquisa-ação pautou-se na abordagem qualitativa, utilizando-se da observação participante durante todo o procedimento do evento. A opção metodológica pela pesquisa-ação no campo da educação configura-se como uma estratégia promotora de uma relação entre ação e investigação na formação da práxis pedagógica docente exigindo, portanto, uma relação recíproca entre professor e pesquisador e vice e versa. O primeiro diálogo intercultural promoveu a comunicação entre os diferentes povos indígenas e não indígenas e diversos segmentos sociais, bem como uma articulação entre a universidade e a sociedade, a identificação da necessidade de mais políticas públicas por parte da universidade que venha assegurar uma maior participação de mais pessoas indígenas da região do Alto Solimões daqui do país. O evento foi de suma relevância para os discentes indígenas, promoveu uma maior interação entre pares, com os professores, com a gestão e com comunitários de modo geral, além de estreitar promover uma articulação com outras instituições que de certa forma atuam ou não com os indígenas.

38. CURSOS DE FORMAÇÃO E A PREPARAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DE SANTO DO IÇÁ - AM

SOUZA, Neidemara Araújo De

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

souzaneidemara@gmail.com

MOTA, Marinete Lourenço

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

netemota@ufam.edu.br

SILVA, Antônio Rodrigues da

RESUMO

O presente artigo versa sobre a relevância da temática de formação de professores indígenas na região do Alto Solimões, tendo em vista as conquistas das políticas educacionais para os índios brasileiros garantidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96 propagadoras do direito de uma educação indígena diversificada que valorize os saberes tradicionais e sua cultura. A prática pedagógica docente é uma das dimensões que corrobora com a questão da qualidade da educação indígena e sua especificidade, logo, está implícita a necessidade de uma formação de professores que dê conta de atender e garantir o ensino escolar indígena em seus princípios legais. Neste espectro esta pesquisa analisa os desafios, as perspectivas e as identificações com os cursos de formação em nível de graduação na voz do próprio professor indígena do município de Santo Antônio do Içá no Alto Solimões, Amazonas, acerca de suas trajetórias acadêmicas, tendo em vista suas atuações profissionais em escolas indígenas. O trabalho de pesquisa pautou-se, em leis e políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena e formação de professores, contando com um aporte teórico de Ladeira (2003), Hernaiz e Pereira (2007), Brasil (1993), Grupioni (2006) dentre outros. Priorizou-se a pesquisa qualitativa em educação a partir do enfoque fenomenológico, com realização da pesquisa de campo no referido município na comunidade indígena de Vila de Betânia e, ainda a bibliográfica e documental. Para a coleta de dados foi utilizado a entrevista semiestruturada com o intuito de obter informações a partir dos próprios professores indígenas. Como resultados a pesquisa aponta a participação de professores indígenas em maior número da etnia Kokama e Ticuna, os cursos de formação dos professores indígenas de Santo do Içá, como dificuldades nos cursos de formação foram apontados que o currículo das licenciaturas não atenderam as especificidades dos indígenas, a falta de disciplinas com mais créditos práticos, ficando no campo mais teórico, a falta de apoio mais efetivo do poder público durante os cursos. As expectativas canalizaram para uma formação mais sólida na preparação prática do professor para atuarem na educação básica e em seus contextos socioculturais. Conclui-

se que este estudo possibilitou uma maior reflexão sobre os cursos de formação dos professores indígenas do município, da importância das políticas públicas para a efetivação e desenvolvimento de suas qualificações profissionais para se garantir o direito dos povos indígenas de uma educação diferenciada.

39. EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA

DEVEZA, Nildson Carlen De Lima

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

nildsondevezagb@gmail.com

MOTA, Marinete Lourenço

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

netemota@ufam.edu.br

SILVA, Antônio Rodrigues da

Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM

toniabcam@yahoo.com.br

RESUMO

O presente resumo aborda o tema da formação de professores indígenas em nível de graduação. Neste espectro as políticas públicas educacionais são fundamentais para se efetivar de fato a qualidade da educação escolar indígena e suas peculiaridades. Trata-se de apresentar a pesquisa documental acerca das políticas públicas voltadas para a formação dos professores indígenas para se compreender a profissionalização dos

professores indígenas de Tonantins – AM. O objetivo principal é de refletir criticamente sobre as políticas de formação do professor e suas efetivações na perspectiva da qualidade educacional escolar indígena. Como aporte teórico, contamos com as legislações educacionais e as contribuições de autores como Lana (2009), Brasil (2002), Teixeira (2003), Almeida e Silva (2003), Freire (2004), Leitão (1999), Cunha (1992), Aranha (1996) dentre outros. A metodologia pautou-se na abordagem qualitativa utilizando-se da pesquisa documental e bibliográfica a partir do enfoque fenomenológico. O estudo aponta como resultado a ruptura entre as políticas prescritas e a efetivação prática de cursos de formações para professores indígenas. Ainda a identificação de leis e documentos que contribuem com o panorama das políticas e as diretrizes curriculares para a formação de professores indígenas. Conclui-se que ao longo da história da educação brasileira houve conquistas quanto às políticas públicas para a educação escolar indígena no país, porém, ainda pouco se investe na efetivação prática quanto a oferta da formação inicial, continuada e em serviço para professores indígenas, tendo em vista a educação escolar indígena de qualidade que valorize as culturas dos povos tradicionais, seus conhecimentos, costumes e tradições, bem como os conhecimentos científicos a serem abordados nos currículos da educação básica na compreensão da formação das identidades e cidadanias dos discentes indígenas.